

J. J. BENÍTEZ

CAVALO

DE TRÓIA 3

SAIDAN



Planeta

EDIÇÃO
REVISADA



J. J. Benítez

CAVALO
DE TRÓIA 3

SAIDAN

Tradução
Hermínio Tricca

Copyright © J. J. Benítez, 1987
Título original: *Caballo de Troya 3*

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Planeta do Brasil Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo, 1500 – 3º andar – conj. 32B
Edifício New York
05001-100 – São Paulo – SP
www.editoraplaneta.com.br
vendas@editoraplaneta.com.br

Conversão para eBook: Freitas Bastos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Benítez, J. J.
Cavalo de Tróia, 3 : Saidan / J. J. Benítez ; Tradução Hermínio Tricca. – São Paulo :
Editora Planeta do Brasil, 2008.

Título original: *Caballo de Troya 3*.

ISBN 978-85-7665-926-6

1. Realismo fantástico I. Título.

08-08805 CDD-001.9

Alguns dos principais núcleos humanos do mar de Tiberíades (metade norte do lago ou mar da Galiléia) nos tempos de Jesus. Ao oeste de Nahum (Kefar Nahum), o “ponto de contato” do módulo, na encosta sul da elevação a que Jesus e seus discípulos chamavam monte de Ordenação (hoje é conhecido por monte “das Bem-Aventuranças”).

Israel no século I. Na linha pontilhada, a trajetória seguida pela nave, do monte das Oliveiras, a leste de Jerusalém, até o noroeste do “yam” ou mar de Tiberíades.

“Depois de uma ansiosa caminhada, penetramos em um vasto salão em obras. À tênue luz de algumas lâmpadas enroscadas às colunas, e em meio a uma atmosfera que recendia a gesso fresco e madeira recém-serrada, quatro indivíduos lidavam com pranchas e martelos. Um deles, curvado sobre uma tina de cimento, cantarolava uma dolente melodia árabe.

“Cerrei os punhos, dominado pela emoção. Qual daqueles operários seria o depositário daquilo por que eu tanto ansiava?

“Após identificar nosso homem, meu acompanhante passou pelos trabalhadores mais próximos, saudando-os com repetidas e amistosas palmadas nas costas, aproximou-se daquele que remexia a massa e, inclinando-se, sussurrou-lhe alguma coisa ao ouvido. Então ambos se ergueram e passaram a observar-me na penumbra. A irregular iluminação impediu que o homem notasse minha intensa curiosidade. Conservei-me quieto, como me havia sugerido meu improvisado guia.

“Parecia-me que as palpitações do meu coração eram ouvidas a grande distância. Mas ninguém alterou sua movimentação.

“Concluído o rápido diálogo, o que fazia de pedreiro atirou seu instrumento no barril de massa e, esfregando as mãos nas calças, caminhou em minha direção.

“Não pude evitar. Comecei a tremer. Teria chegado o grande momento? Que poderia eu dizer-lhe? Como abordar tão delicada e enigmática história?

Espanha

Sim, aquele foi um momento de forte tensão. Em segundos, tudo ficava esquecido: as intermináveis jornadas de uma nervosa e por vezes irritante busca; as longas horas sobre aquele papel e seu impenetrável enigma; a solidão dos caminhos e, até, os muitos momentos de desespero e tentativas de abandono. Como ao emergir-se de um pesadelo, em um abrir e fechar de olhos tudo ficava para trás, como meras páginas de recordações. Julgo necessário – em honra e agradecimento a quantos se sentiram atraídos por esse enigma e me ajudaram a não desistir em meio à empresa – que relate, ainda que sucintamente, alguns dos passos, acontecimentos e desventuras em que me vi envolvido por obra e graça do criptograma que fecha meu livro anterior: *Cavalo de Tróia 2*.

Sem dúvida, as pessoas que tiverem lido o primeiro da série *Cavalo de Tróia* recordarão que, para trabalhar sobre o fascinante Diário do Major norte-americano, em que se narram os onze últimos dias da vida de Jesus de Nazaré, foi-me necessária uma quase franciscana paciência. Naquela policialesca tarefa haviam tido papel decisivo cinco enigmáticas e aparentemente absurdas frases:

A SENTINELA QUE VELA DIANTE DA TUMBA LHE REVELARÁ O RITUAL DE ARLINGTON.

CHAVE E RITUAL CONDUZEM A BENJAMIN.

ABRA SEUS OLHOS DIANTE DE JOHN FITZGERALD KENNEDY.

O IRMÃO DORME EM 44-W. A SOMBRA DA NESPEREIRA COBRE-O AO ENTARDECER.

PASSADO E FUTURO SÃO O MEU LEGADO.

Pois bem, como eu dizia, o jogo favorito do Major – os criptogramas – não havia terminado. O manuscrito estava bruscamente interrompido, justamente ao final da histórica jornada do domingo 16 de abril do ano 30 de nossa era, após a primeira das misteriosas aparições do Ressuscitado aos seus onze íntimos. Inexplicavelmente, ao menos para mim, a narração ficava seccionada no ponto em que os apóstolos e o “berço” se preparavam para viajar para o norte, ou seja, à Galiléia. Como fecho, após uma patética súplica – “Deus do céu, dai-me forças para continuar meu relato!” –, o Major rematava seu Diário com este segundo e não menos inquietante enigma:

VÊ, ENVIO MEU MENSAGEIRO
DIANTE DE TI, MARCOS 1.2

HAZOR É O SEU NOME
E SUAS ASAS TE LEVARÃO
AO GUIA MARCOS 6.2.0.
O NÚMERO SECRETO DE SUAS PENAS
É O NÚMERO SECRETO DO GUIA,
O QUE HÁ DE PREPARAR TEU CAMINHO, MARCOS 1.2.

Como é natural, eu conhecia esta suposta chave antes que viesse a público, em março de 1986. Àquela altura não podia perceber o porquê de tão dramático e exasperante final. Que teria acontecido? Terminaria aí a aventura de Jasão? Tudo parecia indicar que não. O Diário devia prolongar-se até as restantes aparições do Mestre. Ou seria apenas o meu ardente desejo de conhecer todos os detalhes sobre Jesus? Durante algum tempo, muito a meu pesar, vivi com uma inseparável sensação de raiva, de frustração. Não me sentia com forças para empreender uma segunda e aleatória exploração do criptograma. E pouco faltou para que, antes mesmo de qualquer tentativa, esquecesse para sempre esse novo desafio. Mas está provado que cada ser humano vem a este mundo com uma ou algumas tarefas das quais nada nem ninguém pode livrá-lo. Nem sequer ele mesmo. E meu destino, certamente, é sair de uma aventura para envolver-me em outra...

O fato é que – exatamente como eu temia – aquele meu descaso pelo último código do Major foi temporário. Essa “força” que vive em mim encarregou-se de dissipar meu sentimento inicial de impotência e desalento e de arrastar-me, sutil e eficientemente, para o inevitável. E um belo dia deixei de lado minhas outras indagações e pesquisas e aceitei o desafio.

Nem sei se vale a pena insistir nisso. Minhas primeiras escaramuças com este segundo enigma foram estéreis e desencorajadoras. Durante semanas não fiz outra coisa senão aborrecer-me. Agora, com a vantagem do tempo decorrido, vejo que incorri, então, em dois erros. Sob a influência do primeiro dos criptogramas, e supondo que ambos guardassem alguma relação, esforcei-me por descobrir alguma pista que me conduzisse a uma nova chave ou caixa postal. Queria que o desenlace desse mistério se materializasse em outro maravilhoso maço de páginas manuscritas, ou seja, no que supunha fosse a continuação do Diário do Major. Esses, como disse, foram os dois primeiros e lamentáveis equívocos que atrasariam meus esforços.

Desde o princípio houve uma frase que me perturbou: “O que há de preparar teu caminho, MARCOS 1.2.” Que significava isso? Qual era esse caminho? Ou não se tratava de um caminho, como eu pensava? Agora vejo com nitidez. Quem dera que na época eu tivesse tido habilidade suficiente para

esquecer a preconcebida idéia de um legado e centralizar meus esforços em outras “possibilidades”! Mas as coisas deviam seguir seu curso natural.

Seria desnecessário dizer que consumi dezenas de horas tecendo todas as hipotéticas combinações de letras, palavras e frases imagináveis, desde as mais inverossímeis. Como no primeiro desafio, baralhei incansavelmente os vocábulos do criptograma, buscando uma leitura secreta. Perdi a paciência muitas vezes. Aquilo não mostrava o menor sentido. Nem no original, em inglês, nem em castelhano consegui alinhar uma só frase que lançasse um pouco de luz ao meu fatigado cérebro. Cheguei a pensar, em certos momentos, que talvez estivesse empregando métodos tão profundos e rebuscados quanto inúteis. Talvez a solução se achasse na “superfície” do enigma. Mas, obstinado, levei muito tempo para compreendê-lo.

Lembro-me, repassando agora minhas notas, que houve um momento em que cheguei a tomar o caminho verdadeiro. Fazendo abstração dos três enervantes “MARCOS” e suas respectivas numerações, a mensagem do Major – aceitando-se que se tratasse de uma mensagem – apresentava certa lógica, dentro do hermetismo inerente a qualquer criptograma. Dessa perspectiva, e lido correntemente, o texto dizia assim:

“Vê, envio meu mensageiro diante de ti. Hazor é seu nome e suas asas te levarão ao guia. O número secreto de suas penas é o número secreto do guia, o que há de preparar teu caminho.”

A mais elementar dedução – digamos que a uma leitura “em superfície” – colocou diante de mim dois “personagens” aparentemente distintos: o mensageiro, cujo nome era Hazor, e um guia. Esforçando-me por aclarar as intenções do meu amigo, o Major, considereei uma infinidade de hipóteses. Quem era o tal Hazor, mensageiro alado? Que significava que o “enviava diante de mim”? Deveria esperar que alguma coisa ou alguém aparecesse em minha presença? Desde o primeiro instante afastei a última incógnita. Conhecendo um pouco o labiríntico estilo do ex-oficial da Força Aérea dos Estados Unidos, era mais do que duvidoso que quem enfrentasse o enigma pudesse conservar-se sentado à espera da misteriosa aparição do citado Hazor... O Major, de novo, jogava com os símbolos. E aí estava o problema. Evidentemente, mantida a linha de interpretação literal, o mensageiro dispunha de asas e plumas. Pensei em um açor, a conhecida ave de rapina. Mas, além do “h” a mais, a árdua tarefa de contar o número de penas dessas aves fez-me retrair. Consultei especialistas ornitólogos. As respostas, como imaginava, foram desanimadoras: seria difícil, quase impossível, achar dois açores com o mesmo número de penas. Claro que também podia tratar-se de uma escultura ou de uma pintura desse pássaro, existente sabe Deus em que lugar do mundo. A possível pista me parecia tão

débil quanto fatigante. E pouco a pouco diluiu-se entre minhas mãos.

Foi naqueles dias de 1985 que, seguindo o rastro do “mensageiro”, em uma das primeiras consultas bibliográficas, surgiu diante de mim como que um presságio. “Hazor” ou “Hasor” existia. Li aquela documentação atropeladamente. Tratava-se de uma remota cidade bíblica localizada no cume de um *tell* ou colina artificial, denominado “Tell el-Quedah” ou “Tell Waqqas”, entre os lagos el-Huleh e Tiberíades, ao norte de Israel. Como dizia, foram momentos de lucidez e de natural excitação. Uma cidade bíblica chamada Hazor? Quem sabe estaria aí a chave. Mas, infelizmente, ao voltar ao enigma, minhas tímidas esperanças naufragaram. Ali falava-se de um mensageiro, não de uma cidade. Era muito possível que o Major houvesse conhecido Hazor; mas, como associar a hipótese de um ser com asas e um grupo de ruínas arqueológicas? Meu habitual torpor, e talvez também um opressivo senso de racionalidade, sepultaram o que, sem dúvida alguma, havia sido uma excelente intuição. Quando aprenderei a deixar-me levar por esse oculto e maravilhoso sentido?

Além disso, e para liquidar de vez essa pista inicial, os três “MARCOS” e os números que os acompanhavam caíram sobre mim como uma avalanche. Simplesmente vi-me perdido no astuto ardil do Major. Desde o princípio, quase que desde a primeira leitura do criptograma, várias das frases – com o esperto remate do Marcos 1.2 ou Marcos 6.2.0 – levaram-me inevitavelmente à Bíblia. Repassei o Evangelho de Marcos e verifiquei que parte do capítulo 1, versículo 2, era idêntica ao escrito pelo Major na primeira, na segunda e na última linha. Diz textualmente o evangelista em 1, 2: “Começo do Evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus. Conforme está escrito em Isaías, o Profeta: ‘Vê, envio meu mensageiro diante de ti, aquele que há de preparar teu caminho’”.

Quanto à segunda suposta citação do Novo Testamento (Marcos 6.2.0), sua leitura não contribuiu senão para tirar-me o ânimo. Para começar, não existe tal citação. Explico-me. Não existe como Marcos 6.2.0 e sim como Marcos 6, 2. O escritor sagrado, em seu capítulo 6, versículo 2, diz assim: “Quando chegou o sábado pôs-se a ensinar na sinagoga. A multidão, ao ouvi-lo, ficava maravilhada e perguntava: ‘De onde lhe veio isso? E que sabedoria é essa que lhe foi dada? E esses milagres operados por suas mãos?’”.

Não pude ou não soube decifrar a possível conexão entre os dois textos. Havia, além disso, outro pequeno grande detalhe que me confundia. Consultei vários especialistas nos escritos bíblicos e todos foram categóricos: os números das citações do Antigo ou do Novo Testamento nunca se apresentam separados por pontos. Sempre por uma vírgula e um hífen ou com o primeiro dos números – o correspondente ao capítulo – em um tipo mais destacado. O Major havia

manuseado a Bíblia. Conhecia-a muito bem. Como interpretar então aquela falha? Ou não era uma falha? Nesse caso, que queria dizer com essas três cifras – 6.2.0 – vinculadas, ou supostamente vinculadas, ao nome de Marcos?

Teimosamente, aventurei-me no tortuoso mundo das citações bíblicas, lutando por desvendar as possíveis ramificações daquelas duas passagens de Marcos. E de um texto fui saltando para outro, em uma louca corrida, cada vez mais vertiginosa. Talvez fosse meu afã por encadear as pistas – ou quem sabe a indubitável “magia” do criptograma, como se verá mais adiante – que, de quando em quando, me fazia ver insuspeitadas e assombrosas vinculações entre muitas das citações examinadas. Por sorte, e por desgraça, em princípios de 1986 – uma vez publicado *Cavalo de Tróia 2* – comecei a receber dezenas de cartas, informações e sugestões em torno do enigma. Tudo aquilo, durante algum tempo, acabou por conduzir-me a um perigoso e permanente estado de excitação e nervosismo, muito próximo da loucura. Não obstante, algumas das idéias oferecidas pelos leitores, ainda que não houvessem conduzido à solução final e concreta do criptograma, apontaram “algo” que jazia no mais fundo da mensagem e que, como já assinalei, lhe confere um halo mágico. Como se não tivesse sido elaborado por mente humana. Como se encerrasse entre suas palavras e letras vários e preciosos tesouros, só distinguíveis com as “ferramentas” da Cabala, da Numerologia ou da imaginação. Mas vamos por partes...

Felizmente, minhas incursões na Bíblia – sempre à caça e captura de alguma chave – terminaram em poucas semanas. Não porque eu o quisesse. Mas porque meu cansaço era total. O encadeamento de citações, além das mil possíveis interpretações, todas subjetivas, não me levou a nada palpável. Uma destas pesquisas, pacientemente sugerida por um de meus leitores, Luis Astolfi, elevou um pouco meu reduzido ânimo. Partindo do primeiro dos textos de Marcos (1, 2), fomos parar em outro de Malaquias (3, 1), em que se lê: “Eis aqui que vou enviar um mensageiro que preparará o caminho adiante de mim...”.

Por sua vez, como havia tido oportunidade de experimentar em dezenas de exemplos precedentes, esta passagem nos levou a outra, também de Malaquias (4, 5), aparentemente entroncada à primeira: “Eis aqui que eu enviarei Elias, o profeta, antes que chegue o dia de Yaveh, grave e terrível”. A partir daí, na esperança de que Elias pudesse significar alguma coisa na cada vez mais intrincada teia de aranha do enigma, fomos saltando para Malaquias (3, 23), para Mateus (11, 10-14), com uma nova abordagem no que se refere à fuga para o Egito, para Mateus (17, 1-13), para Marcos (9, 2-13), outra vez para Malaquias (3, 1), para Lucas (1, 17-76), para João (1, 6-26), para Isaías (63, 9) etc. Paralelamente, de Marcos (6, 2) podia-se passar para textos de Mateus (13, 53-

58) e de Lucas (4, 46-30)... e, assim, quase até o infinito. De qualquer forma, Astolfi concluía sua exposição com frases que reproduzo literalmente e que, como já disse, constituíam uma possibilidade. Uma difícil e remota possibilidade, que eu já havia avaliado anteriormente naquele “manicômio”.

“De tudo isso deduzo” – dizia meu amável correspondente – “que Hazor está na sinagoga. O açor é uma ave. Ignoro por que está com H. Pode ser que nas sinagogas (ou em uma em particular) exista a imagem simbólica do açor, com plumas, cujo número tem algo que ver com Elias ou João Batista. Como não conheço nenhuma sinagoga próxima, detive-me aqui.

“A coisa seria investigar em sinagogas e buscar um açor (imagem ou outra coisa qualquer), verificar se o H tem algum sentido, contar as penas de suas asas (suponho que serão limitadas, por tratar-se de uma imagem), ou ver se tem algum número simbólico associado; depois, enlaçar esse número com o guia Elias ou João Batista (que ignoro o que possa representar)... Isso preparará o caminho.”

A sugestão injetou-me ânimo. Desenterrei a velha pista e, durante alguns dias, pesquisei incansavelmente. Foi inútil. Nem os rabinos a quem interroguei, nem a Associação para a Amizade Hispano-Judaica, nem meus amigos em Israel souberam orientar-me. E o assunto do açor nas sinagogas, do “guia” Elias ou João Batista foi arquivado. Tinha de abrir novos caminhos, novas possibilidades. Mas quais? Em que direção?

Uma coisa eu havia aprendido naquelas caóticas idas e vindas pela Bíblia, deslumbrado pelas alusões evangélicas do Major: estas, quase certamente, não guardavam relação alguma com a solução do criptograma. Meu coração dizia-me que eram pura miragem. Um truque. Possivelmente, parte do jogo. E esse subjacente mas firme sentimento continuava recordando-me uma palavra, uma pista – “Hazor” – que eu, com idêntica obstinação, teimava em desprezar. Para que enganar-me e enganar o leitor? Desde o princípio, desde que eu soube da existência da cidade bíblica, convenci-me de que devia viajar para Israel. Mas antes, talvez por força do meu arraigado espírito analítico, tratei de esgotar até a última probabilidade.

Em algum momento deste desordenado relato – que reflete, em certa medida, o atropelo e a confusão das minhas próprias buscas – fiz alusão à indubitável “magia” contida no enigma. Pois bem, esta seria outra das causas das minhas contínuas e prolongadas divagações em direções aparentemente improdutivas para a solução do criptograma, mas todas fascinantes. Não me cansarei de repeti-lo: a “mensagem” parece ter vida própria. Encerra e oculta outras “mensagens” secundárias que têm maravilhado quantos dos meus leitores tiveram paciência e instinto para descobri-los e “trabalhá-los”. Uma dessas

surpresas chegou-me da Cabala.

Ainda que eu continue sendo um lobo solitário em muitas de minhas aventuras e investigações, de há muito compreendi que o trabalho em equipe produz sempre resultados altamente proveitosos. Daí não ter hesitado, desde que assumi o novo desafio do Major, em solicitar a opinião e a generosa ajuda de um escolhido grupo de especialistas nas mais variadas disciplinas. E os cabalistas, naturalmente, aceitaram o que, à primeira vista, só se apresentava como um jogo.

Seria cansativo esmiuçar aqui as assombrosas deduções que, uma após outra, foram extraindo do enigma os estudiosos da “outra face” da Bíblia. Sirvam como pequena amostra do que afirmo os primeiros trechos de uma das missivas, obra de um eminente médico – o doutor Larrazábal –, em resposta às minhas indagações.

“O que primeiro chama a atenção” – escrevia esse magnífico investigador da Cabala com relação ao criptograma – “é o nome do mensageiro: HAZOR. Um pássaro raro, esse, porque em espanhol ‘azor’ não se escreve com ‘h’. Logo, esse nome está camuflado e quer dizer outra coisa.

“Esta forma de ocultar palavras é freqüente nos livros sagrados e se resolve mediante uma operação chamada ‘Gilgul’, que em hebraico significa ‘transposição’ ou ‘revolução’ e que consiste em transpor a ordem das letras da palavra para encontrar seu real significado. Por exemplo: o Êxodo diz: ‘Enviarei ante ti M’laki’ (o anjo)’. Por transposição obteremos Mikael, o arcanjo guia e protetor do povo hebreu.

“Assim, por transposição da palavra HAZOR obtemos ‘ZOHAR’, que em hebraico significa ‘luz’. O *Zohar*, juntamente com o *Sepher Ietzirah*, constitui um dos principais tratados da Cabala teórica, o mesmo que o *Tarot* e as *Schemanphoras* representam para a Cabala prática ou aplicada.

“Dessa forma, já temos o nome do ‘mensageiro’; agora vamos contar o número de suas ‘penas’ para tentar descobrir a natureza do ‘guia’ e do ‘caminho’.

“A palavra ‘Zohar’ consta, como se vê, de três letras hebraicas, que têm os seguintes valores numéricos: ‘resch’ = 200; ‘hé’ = 5 e ‘zain’ = 7. Ou seja, somados, 212. Estas seriam as ‘penas do Hazor’ e seu número secreto (2 + 1 + 2), o 5. Agora, se você se lembra do que lhe escrevi em carta anterior, o ‘cinco’ constitui o número secreto de Jesus. Lembre-se de que eu lhe dizia que Yaveh era o grande número de quatro letras – o ‘quatro’ –, enquanto ‘Iesuhé’ era o ‘cinco’, assim como a grande relação que existia entre ambos os nomes. Não insistirei nisso. Este ‘cinco’, repito, é o número secreto de Jesus, porque sua correspondência numérica, em relação a cada letra hebraica, produz a soma total de ‘2’. Isso é lógico, uma vez que é a manifestação do Verbo ou segunda pessoa

da Santíssima Trindade. O '2', portanto, seria seu número 'natural', enquanto o 'cinco' seria o secreto, por provir de seu grande nome de cinco letras.

“Desse modo, as asas do 'hazor' nos levaram ao guia mandado para preparar nosso caminho. Desse Guia não direi nada: você o conhece melhor do que eu e sabe que Ele mesmo é o caminho...”

“Mas prossigamos e vejamos o que nos diz o *Zohar* do 'caminho'. Para isso vamos utilizar um processo diferente. Em vez de tomar os valores numéricos cabalísticos das três letras da palavra, vamos dispor, simplesmente, dos números de ordem em que tais letras aparecem no alfabeto hebraico. Assim, 'resch' é a letra 20; 'hé' é a 5 e 'zain', a 7. De forma que $20 + 5 + 7 = 32$ (que também daria '5'). Temos, desse modo, o número principal que se desprende do conteúdo da análise do *Zohar*: o 32. São, precisamente, os 32 'caminhos' do *Sepher Ietzirah* ou Livro da Formação...”

O estudo, apaixonante, alcança níveis inimagináveis, só inteligíveis para aqueles que conhecem os mistérios da Cabala. Mas não vou estender-me nos “achados” do meu bom amigo e conselheiro, o doutor Larrazábal. Agrada-me que o leitor jogue e participe comigo, ainda que apenas minimamente, em todas e cada uma de minhas obras. E esta é outra magnífica oportunidade para que quem o deseje e se sinta atraído pelo ocultismo aceite o desafio e prossiga, por si mesmo, a “exploração” do enigma através dos inimagináveis caminhos cabalísticos. Com toda a certeza, sua surpresa será tão grande quanto a minha.

Àquela altura, tais descobertas – do ponto de vista da Cabala – me permitiram dispor de algo mais concreto: o número secreto das plumas de Hazor, o mensageiro, era o 212. Por via de conseqüência, o do não menos fugidio “guia” tinha de ser o mesmo: o 212 ou a soma desses algarismos. Mas o assunto, longe de esclarecer-se, continuava nebuloso. Admitindo que houvesse achado o “número secreto”, qual era o passo seguinte? O enigma dizia claramente que “as asas de Hazor, o mensageiro, me levariam ao guia”. A questão era: onde encontrar essas asas? Por outro lado, e ainda que carecesse de provas que refutassem a dedução do médico e cabalista, a sugestão de que o guia poderia ser Jesus de Nazaré me parecia vaga. Demasiado espiritual. Esse não era o estilo do Major.

Assim, apesar das nuvens de dúvidas que empanavam meu horizonte, não pude deixar de maravilhar-me diante do surpreendente e hermético potencial daquelas oito frases. Como, de que maneira havia o Major concebido semelhante enigma? Estaria consciente no momento da elaboração de tão secreta e sugestiva leitura cabalística?

Depois de elaborar um mundo de hipóteses, houve ocasiões em que cheguei sinceramente a duvidar da paternidade do ex-oficial norte-americano com

respeito à mensagem. Claro que eu acabaria por afastar tais dúvidas. A letra era a do meu amigo, o Major; e ali havia – tinha de haver – alguma coisa oculta que eu não conseguia desenterrar. E pela enésima vez no decurso daqueles meses, à vista da passagem estéril dos dias, caí em outro obscuro período de desalento. A situação era análoga à que eu vivera nas semanas que precederam a solução do primeiro criptograma. Talvez mais dolorosa, se é que era possível. Sentia-me perdido. Encravado em minha alma, o enigma transformou-se em um fantasma. Fantasma que viajava comigo, dia e noite. Cada letra, cada palavra se levantavam como os barrotes de um cárcere. Via-o, como uma alucinante obsessão, em qualquer dos meus movimentos. Mas o Destino não permite que um ser humano defina ou fique para sempre mergulhado na confusão. E a qualquer momento, em qualquer lugar, quando menos se espera, uma voz, uma mão, um amigo ou uma idéia devolve-nos o ânimo e, o que é mais importante, a esperança. E isso foi o que me sucedeu em plena primavera de 1986.

Aquelas duas cartas foram um calmante. Eu continuava recebendo uma avultada correspondência. A maior parte de meus correspondentes – quase todos de boa-fé –, tão inquietos e desejosos de decifrar o mistério quanto eu mesmo, me esmagavam com o mais variado rol de possíveis pistas e soluções. A questão é que, como vinha dizendo, duas dessas cartas operaram o milagre de oxigenar meu espírito e devolver-me à luta. Uma, procedente de Corrientes, na Argentina, insistia na necessidade de prestar toda a minha atenção à cidade bíblica de Hazor. Mas o que mais me emocionou, na carta assinada por Eduardo Alfredo Lopez, foi este belíssimo parágrafo: “... Estou orando pelo senhor. Pendurei o enigma em uma bolsinha de náilon em minha mão e o ateí por um cordão ao meu pulso. Levo-o rezando a toda parte: no ônibus, enquanto trabalho”. Talvez pareça uma ninharia. Para mim, e para meu cansado coração, foi uma descarga elétrica.

A segunda carta chegou em 20 de abril. Procedia de Dublin. Era assinada por María-Ángel, uma excelente amiga. Em princípios daquele ano eu havia visitado a Irlanda e, levado pela intuição, colocara em suas mãos o enigma. Creio, se não me falha a memória, que foi uma das poucas pessoas que tiveram conhecimento da mensagem do Major antes que aparecesse publicada em meu segundo volume. E, sinceramente, diante do prolongado silêncio de minha amiga, quase havia esquecido o assunto. Minha surpresa, ao receber sua mensagem, foi total. O árduo trabalho de investigação a que minha amiga se dispôs abria um novo e surpreendente caminho, que vinha, aliás, confirmar o mágico halo do criptograma.

“Quando você me deu o enigma” – dizia em sua carta – “não sabia o que

fazer com ele. Estive a ponto de nem fazer-lhe caso, até que me ocorreu dar a cada letra um valor numérico. Assim, o ‘a’ valia 1, o ‘b’, 2 etc., até o ‘z’. (Não levei em conta o ‘w’ nem os grupos ‘ch’ e ‘rr’.)

“O segundo passo foi somar esses valores, reduzindo sempre o resultado a apenas um dígito, com o que cada frase equivalia a um número concreto... A primeira somava ‘1’; a segunda, ‘7’; a terceira, ‘8’; a quarta, ‘6’; a quinta, ‘2’; a sexta, ‘7’; a sétima, ‘3’ e a última frase, também ‘3’. Quer dizer, 37. Ou, o que é a mesma coisa, $3 + 7 = 10 = ‘1’$. A unidade!...”

Essa descoberta de María-Ángel, insisto, foi providencial. Estimulou-me e afastou minhas pesadas trevas. E da noite para a manhã a “força” que vive em mim arrastou-me a uma febril busca. Estaria a chave nos números? A partir desse momento provei todo tipo de conversões e combinações numéricas. Sob uma visão ocultista, o fato de que o criptograma somara “Um” era altamente significativo. Os especialistas em Numerologia e Cabala sabem disso muito bem... Pus o problema em mãos de matemáticos e especialistas em computadores e o “mágico” halo do enigma reapareceu em todo o seu esplendor. “Aquilo” era surpreendente. Enlouquecedor. O total de letras em espanhol – contabilizando os números das citações ou supostas citações bíblicas, como outras tantas letras – era de 170. Na versão original, a inglesa, e seguindo o mesmo processo, o volume total de dígitos ou símbolos a manejar era de 184. Pois bem, tendo em conta cada um dos alfabetos – espanhol e inglês –, as combinações possíveis para cada um deram um resultado de arrepiar os cabelos: 29^{170} para o castelhano e 27^{187} para o inglês. As sucessivas tentativas dos hábeis programadores de computadores para obter a combinação concreta que configura o enigma, partindo dos mencionados parâmetros, foram explodindo irremissivelmente. A sentença foi demolidora: qualquer computador de mediana capacidade necessitaria em torno de trezentos anos (!) para obter essa combinação específica, ressaltando, naturalmente, que sua solução poderia surgir em qualquer instante desses três séculos. E a velha interrogação não se fez esperar: como um ser humano pode conceber um texto de tão diversas e simultâneas leituras secretas? Os especialistas em informática replicaram com a única resposta ao alcance da ciência: tudo é fruto do azar. Guardei silêncio. No mais íntimo do meu ser, eu sabia que o acaso jogava um papel insignificante em tudo aquilo. Talvez mesmo nenhum...

A pista da Irlanda, em suma, foi-me duplamente útil. Ergueu-me de minhas próprias cinzas e, definitivamente, por eliminação, situou-me em um rumo que eu havia deixado para trás: Hazor. E digo por eliminação porque, no final, todas aquelas sugestivas possibilidades – Cabala, Numerologia etc. –, ainda que intrigantes e dignas de estudo, não conduziam a um final como o que eu

desejava e necessitava. Minha obsessão era mais prosaica: acertar com uma chave que pusesse em minhas mãos o resto do Diário do Major. E Hazor – fosse lá o que fosse – parecia-me alguma coisa de concreto, físico, tangível. Os fatigantes estudos de Numerologia, além disso, haviam colocado diante de mim outra sutil informação, muito ao estilo de Jasão. Ao manejar o texto em inglês do criptograma, em uma das leituras verticais, vi a coisa claramente. As palavras iniciais de cada uma das oito frases formavam uma sentença com certa lógica: “LOOK AHEAD HAZOR AND TO THE IS HE” (Vê diante de Hazor e a ele é ele). Instintivamente desdobrei a construção em duas partes: “Vê diante de Hazor e a ele. É ele”. E me recordei de que, no primeiro enigma, a Major se havia valido deste sistema para confirmar sua mensagem: “A chave abre o passado”. Eu me havia advertido da existência desta forçada frase durante as primeiras tentativas, quando submeti vocábulos e dígitos do criptograma a toda sorte de baralhamentos e trocas. Mas então, alheio ao verdadeiro peso de Hazor, não reparara nisso. Agora, em troca, adquiria uma especial dimensão. O Major parecia insistir na transcendência daquela palavra. “Vê diante de Hazor...” Não havia dúvida. Hazor era o objetivo. Era imprescindível descobrir sua localização, situar-me diante dele e analisá-lo.

Eu fui o primeiro surpreendido ante aquela súbita e incontida onda de entusiasmo e coragem. Era tão absurdo quanto paradoxal. Ardia em desejos de investigar algo que nem sequer sabia onde buscar... Era certo que existia um hipotético indício: as ruínas arqueológicas israelitas. Mas era apenas isso: um indício. Apesar de tudo, apesar da censura do meu senso comum, tomei a firme decisão de ir a Israel. No fundo não via mesmo alternativa: ou me deixava levar pela intuição ou perdia a batalha...

Minha memória não me permite precisar como nasceu em mim aquela atrevida idéia. O caso é que, dias antes da partida, ativei um plano que – não sei se acertadamente – foi concebido como uma cortina de fumaça. Contatei o então embaixador de Israel em Madri e, sem rodeios, pedi-lhe uma entrevista. Conhecia Samuel Hadas desde muito antes que ele fosse designado para esse cargo e, logo ao nosso primeiro encontro, reconheci nele um homem aberto e eminentemente bom. Sua ajuda em outras pesquisas e consultas foi sempre fundamental. Minha ardente imaginação dizia-me que aquela iminente viagem à Terra Santa poderia “complicar-se”. A verdade: naquela altura não me apetecia passar por outra prova como a sofrida em Washington na hora de tirar do país os documentos manuscritos deixados pelo Major. Tinha consciência da eficácia dos serviços de informações israelenses – os melhores do mundo, sem dúvida – e decidi “proteger minha retaguarda” tomando eu mesmo a iniciativa de anunciar-

lhês meus propósitos. Naturalmente – e isso fazia parte do plano –, quando falasse a Hadas dos meus objetivos não poderia sequer insinuar o autêntico motivo daquela nova aventura: o criptograma.

E horas antes de minha saída para Tel-Aviv o embaixador fez um intervalo em suas ocupações e me recebeu em sua sala de despachos da rua Velásquez, na capital da Espanha. Escutou-me com grande atenção e carinho e mostrou-se especialmente interessado por um dos capítulos: uma marcha a pé, de Nazaré a Belém de Judá, em uma tentativa de reconstituição da histórica viagem de Maria e José, motivada pelo famoso censo do Imperador Augusto. Samuel havia lido alguns dos meus livros, incluindo os *Cavalo de Tróia*, e, suponho, aceitou como inevitável que um louco aventureiro como eu quisesse embarcar em semelhante caminhada – algo mais de 170 quilômetros –, assim como em outras investigações relacionadas com um possível terceiro volume sobre a vida de Cristo. Investigações de que lhe falei muito por cima. Não é que pretenda justificar-me, mas, à minha maneira, disselhe a verdade. E “nessas outras indagações” escondia-se a razão das razões do meu próximo périplo.

Prudentemente, e como mostra de sinceridade, proporcionei-lhe uma cópia do mapa, com uma rota a seguir de Nazaré a Belém, pela margem direita do rio Jordão, assim como os nomes de alguns dos hotéis nos quais calculava que poderia alojar-me. Desejava que meu comportamento, ao menos na aparência, fosse transparente. Uma vez em Israel, e voltando para a investigação, Deus diria...

Aqueles dias que precederam a viagem foram singularmente excitantes. Um formigamento muito familiar e um contínuo nervosismo, premonitórios, sempre, de próximas aventuras, instalaram-se em meu espírito, sem trégua. Sabia, pressagiava, que alguma coisa muito especial me aguardava do outro lado do Mediterrâneo.

Repassei repetidamente o vago plano de trabalho, procurando propositadamente que tal caminhada solitária chegasse ao conhecimento de pessoas e círculos muito específicos. Quase sem o querer, por si mesma, a audaz idéia de repetir a viagem dos pais de Jesus à Judéia foi apoderando-se do meu coração e impondo-se como uma magnífica desculpa, que desviou qualquer suspeita que minha repentina viagem pudesse suscitar. E até cheguei a iludir-me com o que a princípio não passava de manobra diversionista. “Se fracassasse em minha autêntica missão” – disse a mim mesmo –, “sempre ficaria o consolo dessa outra aventura.” Tal racionalização, para ser franco, não contribuiu para tranquilizar-me. Começava mal se, antes de partir, pretendesse enganar-me e justificar a viagem com um projeto alheio ao que tinha em mãos. Tratei de mentalizar-me. Meu primeiro e principal objetivo era resolver o enigma do

Major. Ele, segundo o texto do criptograma, “enviava um mensageiro diante de mim. Seu nome era Hazor. E suas asas deveriam levar-me ao guia”. Isso era o que realmente contava.

Por fim, às 13h16 de 19 de novembro de 1986, o *airbus* “Ilhas Cíes”, da empresa Ibéria, alcançava os 188 nós por hora. Era a velocidade-limite, sem retorno, antes que se lançasse ao ar. Também para mim significava o “não retorno”... A sorte estava lançada...

Sorri para mim no íntimo. Enquanto o comandante De La Torre nos erguia para o nível de cruzeiro previsto – 33 mil pés –, afastando-nos da costa de Barcelona, rumo à Itália, reparei no número do vôo: 888. Era curioso. 888 é a equivalência numérica do nome de Jesus em grego.¹

E ainda que ao longo de meus quarenta anos haja acumulado abundantes provas para não crer em casualidade, a verdade é que não emprestei maior importância a tão curiosa coincidência. Não podia passar a vida sujeito à tirania dos números e suas hipotéticas “mensagens” secretas. Assim, muito simplesmente registrei o assunto em meu caderno de “campo”, convencido, isso sim, de que, quando menos, iniciava minhas andanças sob bons auspícios. (Tolo que fui! Os fracassos não tardariam a devolver-me à crua realidade...) Mas à minha frente estavam quatro agradáveis horas de vôo e procurei aproveitá-las por inteiro, deixando-me arrastar em um torvelinho de idéias, sonhos e projetos. As dúvidas, todavia, agarradas a uma de minhas grossas pastas de trabalho, continuavam à espreita. Naquele momento não podia ser de outra forma. E, ao folhear algumas das anotações e cartas dos leitores de meus dois *Cavalos* anteriores, o desassossego traiu-me. “Estaria viajando em uma direção equivocada? E se não fosse Israel meu lugar de reunião com Hazor?”

Esbocei um gesto como para fechar a documentação e fixar meus sentidos na Palestina. Não consegui. Aquelas sugestões haviam merecido e ainda mereciam meu respeito. Algumas dessas atenciosas cartas mostravam-me a significativa semelhança entre HAZOR e JASÃO, o nome de “guerra” do Major. E me advertiam da possibilidade de ter de realizar buscas nas selvas de Yucatan, onde meu enigmático amigo havia passado seus últimos dias.

A proposição não era absurda. E se o “mensageiro” fosse um símbolo alado, um ídolo ou, até mesmo, o próprio Laurencio Rodarte, fiel companheiro do Major até sua morte?

Outra das comunicações – de Santiago de los Santos, de Valência – me desenhava um panorama diametralmente oposto, mas tão sugestivo quanto o anterior. Em uma minuciosa busca da palavra Hazor, esse amigo, como sucedera com outros leitores, havia detectado “algo” interessante. E repassei sua carta pela enésima vez...

“... Como suponho que o senhor saberá” – dizia textualmente – “Hazor é uma antiga cidade da Palestina, na Galiléia. Mas o que mais despertou a minha atenção foi o fato de que em 1959 foram descobertas em seus limites as ruínas de 21 cidades, construídas umas sobre as outras. Outra vez o afortunado número!...” (O “21”, como talvez o leitor se recorde, constituiu uma das chaves – o ritual da sentinela do cemitério americano de Arlington – para a resolução do primeiro criptograma.)

“... Aqui me atrapalhei” – prosseguia De los Santos. – “Demorei uma semana para compreender de que forma as ‘asas’ de Hazor poderiam levar-me ao ‘guia’. A chave estava em MARCOS 6.2.0, ‘porque Herodes respeitava João e o protegia’. Tudo foi fácil ao descobrir que a cidade foi fortificada pelo rei Salomão. As ‘asas’ tinham de ser as muralhas e o ‘guia’, Salomão. O número secreto de suas ‘penas’ era, evidentemente, o número de cidades construídas umas sobre as outras. Para confirmá-lo tinha de descobrir o ‘número secreto do guia’, o que foi relativamente fácil, com a ajuda de uma enciclopédia. Salomão, além de ser o nome de um famoso rei, é um arquipélago da Oceania, situado no Pacífico, entre os 5° e 12° de latitude sul e os 154° 40’ e 162° 30’ de longitude leste. A parte britânica do arquipélago é administrada por um conselho executivo de 21! Curiosa coincidência!

“Era evidente que Salomão teria de dizer-me onde se encontrava o resto do Diário. E tudo devia guardar relação com o número 21. A única via, portanto, tinha de ser o livro ‘Os Provérbios’. Mas, vendo que esse livro não tem 21 capítulos, decidi concentrar a minha atenção nos versículos. Minha surpresa foi enorme ao ler em ‘Provérbios’, 1, 21: ‘... do alto dos muros chama, à entrada das portas da cidade’. O enigma estava resolvido...”

Talvez se devesse à minha natural desconfiança, ou à minha lentidão, mas o fato é que eu não vi a coisa assim tão clara. Contudo, tomei boa nota e aceitei como minhas as reflexões do esforçado leitor.

Em outra das cartas, as coisas se complicavam ainda mais. Hazor podia ser entendido como um antigo instrumento musical, usado pelos hebreus. Uma espécie de harpa de dez cordas oblíquas, semelhante ao *kinnor* e destinada a acompanhar ao “nabel”. E aqui surgia a possibilidade: Nabel, uma cidade da Tunísia, a dois quilômetros do golfo de Hammamet...

Deveria eu procurar nas ruínas de Nabel? Ou em Veneza? Segundo esse correspondente, “São Marcos é o patrono dessa cidade italiana, sendo representado com um leão alado. Por outro lado, Veneza encontra-se a poucos quilômetros do meridiano situado a 12° leste do de Greenwich. (Recordemos Marcos 1.2.) Veneza, além disso, tem um gueto judeu, com uma sinagoga. (Recordemos Marcos 6.2.0: ‘e no sábado pôs-se a ensinar na sinagoga’).”

Houve quem apontasse outro não menos interessante caminho: o do Egito. Na mitologia egípcia, a vaca Hathor – Hazor? – poderia conduzir-me a Hórus, uma deusa com cabeça de falcão... Será que eu havia errado o rumo? Devia mesmo investigar no Egito? E se todo aquele enredo – como insinuava outro leitor – obedecesse ao desejo do Major de fornecer uma data, um número de telefone ou uma determinada combinação de uma caixa de segurança? Como muito bem observara Ramón Ramos, das Canárias, entre os “jogos” a que os números se prestavam, dentro do enigma, um deles, por exemplo, podia ser interpretado como “12,6,2.012” (12 de junho de 2012, em uma leitura espanhola, ou 6 de dezembro do mesmo ano segundo o costume inglês.) Uma data? E que significaria? De acordo com os documentos em meu poder, o Diário – ao menos a parte que eu já conhecia – havia sido concluído em abril de 1979.

Deduzi, somei, multipliquei, fiz mil cabalas com essa e outras seqüências numéricas. Não vi resultados, ou eles foram tão pobres e aleatórios que não serviram senão para complicar o quebra-cabeça. Uma só das operações – ao subtrair 1979 de 2012 – parecia querer dizer alguma coisa: 33 anos ou, somando os dois dígitos, “6”. Este algarismo tem-me transtornado sempre. E com razão, como eu viria a descobrir pouco mais tarde. Cheguei até a pensar, dada a natureza mágica do criptograma, que talvez essa data – 12 de junho ou 6 de dezembro do ano 2012 – seja um momento de grande transcendência, embora eu ignore por que nem para quem... Mas tudo será questão de esperar e comprovar.

E à medida que íamos nos aproximando de Tel-Aviv, e como um providencial milagre, é bom dizer, este turbilhão de dúvidas desvaneceu-se. E minha mente, em branco, afastou de si a aparente teia de aranha do enigma para traçar um único objetivo: Hazor. E às 17 horas e 15 minutos (horário espanhol), à aterrissagem no aeroporto israelense de Ben Gurion, meu coração estremeceu. E uma “força” familiar e inesgotável fez-me vibrar inteiro. Havia chegado o momento da verdade.

¹ Para os gregos, os números eram representados por letras de seu próprio alfabeto. Dessa forma, o nome de Jesus, em grego “IESOUS”, adquire o valor numérico referido, 888 (I=10, E=8, S=200, O=70, U=400 e S=200.) Um número que, reduzido a um só dígito, encerra também um profundo significado esotérico e cabalístico: o “6”. Algum dia terei de deter-me a escrever sobre o “6” e suas curiosas vinculações com minha própria vida. (Nota de J. J. Benítez.)

Israel

A noite já havia caído sobre as longínquas luzes de Tel-Aviv. Caminhei devagar os poucos metros que nos separavam do edifício terminal do aeroporto, desfrutando a vista daquele firmamento limpo e tranqüilo: o mesmo que, 1956 anos antes, Jesus de Nazaré havia contemplado. E meus joelhos tremeram. Israel sempre me fascinou. Muito mais, porém, desde que conheci o Diário do Major.

Meu objetivo, naquela primeira jornada na Terra Santa, era muito simples. Viajar para Jerusalém, instalar-me e “tomar posições”. Era preciso começar por algum lugar e, após não poucas indecisões e dobrar meu instinto jornalístico, deduzi que o mais prático era adiar minha exploração nas ruínas bíblicas de Hazor. Minha inata tendência à análise – tão própria do meu signo, Virgem – ditava-me um trabalho preliminar, essencial à boa execução do plano. Antes de partir para o norte conviria estudar, repassar e mergulhar em toda a bibliografia existente sobre a cada vez mais atraente Hazor. Mais ainda: em meu diário de “bordo” estava consignada, em vermelho, uma auto-recomendação, tão importante quanto a checagem dos textos e documentos arqueológicos: “Interrogar os especialistas”. Mas, como veremos mais adiante, e como me sucede com freqüência, um giro meio impensado pelas pesquisas iria atrasar-me consideravelmente.

Na realidade, minhas preocupações, que já não eram poucas, aumentaram ali mesmo, diante da esteira transportadora de bagagens. Tudo parecia transcorrer normalmente, incluindo-se a sempre delicada revisão do passaporte, quando, subitamente, alguém surgiu e se postou à minha frente. Eu estava absorto, tentando adiantar meu relógio em uma hora, para me ajustar ao horário de Israel. E essa era uma tarefa ingrata para mim, que jamais me dei bem com esses mecanismos eletrônicos...

– *Shalom!* Bem-vindo a Israel, Sr. Benítez...

Ergui a vista e, surpreso, vi um homem jovem, esbelto e de aspecto nórdico. Sorria zombeteiramente, divertido, talvez, diante da minha estúpida expressão de assombro. Falava em um correto castelhano, com o indelével e característico acento dos argentinos. Disse que se chamava Livne e que representava a agência de turismo com a qual havia negociado minha passagem. Mostrou-se requintadamente amável e serviçal, interessando-se, vez por outra, e com uma habilidade muito peculiar aos serviços de informação, pelos motivos da minha

viagem, lugares que pretendia visitar, amigos e conhecidos em Israel, e até pelas características do meu equipamento fotográfico. Aquilo me pôs em guarda. E decidi sacudi-lo de cima de mim o mais depressa possível. Minhas suspeitas ficaram quase confirmadas quando, já perto da saída, Livne, espontaneamente, disse-me que havia lido *Cavalo de Tróia* e fez os mais rasgados elogios ao livro. Era muito difícil de acreditar que aquele judeu tivesse tido notícia do meu trabalho, a não ser que esse dado figurasse no dossiê que com toda certeza lhe fora transmitido pela embaixada israelense na Espanha. Certamente, a partir da minha visita a Samuel Hadas, a Inteligência israelense já se achava a par de todos os meus movimentos. O que eu não entendia era a razão de uma tão fulminante “recepção”. Horas mais tarde, já no hotel, veio-me um pressentimento.

Não sei se meu loquaz amigo sentiu o golpe. Quero crer que sim. O fato é que respeitou sem discutir minha vontade de viajar sozinho para Jerusalém. Minhas contínuas evasivas e meias respostas revelavam minha desconfiança. E o homem, como eu disse, concordou, apenas aconselhando-me que, “antes de iniciar minhas investigações, procurasse fazer contato com ele ou qualquer dos organismos oficiais do país”. Estava muito claro. Devolvi-lhe o falso sorriso e me perdi no tráfego do Ben Gurion.

Uma hora depois, o motorista de táxi árabe deixava-me às portas do Hotel Moriah Jerusalém, ao sudoeste, relativamente próximo da Cidade Velha. O encontro com o presumível agente secreto israelense me havia perturbado. O que estaria acontecendo? Por que aquela estreita vigilância? Na verdade eu era apenas um inofensivo jornalista ansioso por percorrer Israel e reunir conhecimentos sobre um assunto tão pouco comprometedor como a vida de Cristo... Ou haveria alguma coisa além disso? E essa noite, na solidão do meu apartamento 724, fazendo esforço por memorizar minha conversa com o embaixador Hadas em Madri, destacou-se em minha mente um pequeno detalhe. Coisa mínima, mas que, ao ser mencionado, alterara fugazmente as feições de Hadas. Por aquela época, entre minhas numerosas investigações, figurava uma que, de tão tenebrosa, eu teria preferido deixar no esquecimento. Refiro-me à pouco esclarecida queda de um avião da Ibéria, em 19 de fevereiro de 1985, no monte Oiz, no País Basco. Jamais coloquei em dúvida o profissionalismo e a perícia dos pilotos, e aquele suposto acidente, em que foram vitimadas 148 pessoas, despertara, na verdade, minha insaciável curiosidade. Trabalhei silenciosa e meticulosamente na tentativa de reconstituição dos fatos e averigüei alguns pormenores tão estranhos quanto alarmantes. Em resumo: segundo informações confidenciais dos serviços de Inteligência espanhóis, havia um alto índice de probabilidade de que o jato 727, *Alhambra de Granada*, tivesse sido

derrubado por um míssil terra-ar – talvez um Sam-7 ou um Strella – disparado pela organização terrorista ETA. Mas o que, no meu entender, mais alarmara o representante diplomático foi o fato de eu saber que um dos motores, encontrado a uma considerável e inexplicável distância, havia sido levado para Israel. Para ser mais preciso, a uma base militar, para ser inspecionado pelos peritos judeus em terrorismo.

Naquele novembro de 1986 eu não tinha a menor intenção de prosseguir nas pesquisas do caso do avião e muito menos de introduzir-me na base israelense. Mas os israelenses, desconfiados por natureza, não deviam pensar assim. Talvez meu inoportuno comentário a Hadas tivesse sido a causa de tão sutil e ao mesmo tempo férrea vigilância. Se os judeus suspeitavam que meus propósitos não eram de todo transparentes, as dificuldades podiam crescer. E assim foi.

Na manhã seguinte, 20 de novembro, quinta-feira, depois de uma noite maldormida, com o coração tomado pelas suspeitas, apressei-me a pôr em marcha uma imediata ação preventiva. Se meu telefone estivesse censurado, talvez meus primeiros passos em Jerusalém houvessem tranqüilizado os hipotéticos escutas. Segui ao pé da letra as recomendações do embaixador, pondo-me em contato com as personalidades e instituições oficiais que ele tão gentilmente me havia indicado. Primeiro com Salomão Lewinsky, diretor da revista *Semana*, com um médico chamado Blezcof e muito especialmente com o Instituto Central de Relações Culturais. Neste, tanto o diretor, doutor Moshe Liba, veterano diplomata, como a amabilíssima Rachel Eldar se desdobraram para ajudar-me, orientando-me e acertando um bom número de entrevistas com destacados arqueólogos, antropólogos, professores universitários e muitos outros. Tudo isso, claro, em benefício de umas recomendáveis e interessantes investigações em torno da vida e da época de Cristo, mas que realmente não constituíam a chave da minha presença em Israel. Todavia, por elementar prudência, concordei encantado. E, justo é reconhecê-lo, enriqueci meus conhecimentos com esses encontros. Essa série de reuniões e entrevistas – que se prolongariam durante toda a minha estada em Jerusalém – embarçou, obviamente, minhas principais pesquisas. Mas as circunstâncias são as circunstâncias e, certas vezes, é preferível acomodar-se a elas e continuar jogando as sempre imprevisíveis cartas do Destino.

Ainda que a “marcação” dos funcionários israelenses, naquelas duas primeiras jornadas em Jerusalém, fosse suficientemente severa e eficaz para controlar a maior parte dos meus passos, não é menos certo que em nenhum momento descurei meu verdadeiro objetivo: o enigma do Major. E entre uma

conversação e outra pude criar condições para visitar a Biblioteca Nacional, a do museu de Israel e outras livrarias da cidade, sempre em busca de uma teórica bibliografia histórica. Tais consultas não causaram estranheza aos judeus, permitindo-me assim um ou outro momento de liberdade de ação. Como é de supor, na natural intimidade das bibliotecas meu pensamento foi todo para Hazor. Revisei catálogos, fichários e estantes, à caça de qualquer livro ou documento sobre o tema. Mas a aborrecida realidade acabaria por desanimar-me. Os estudos sobre a velha cidade cananéia eram tão prolixos e abundantes que seu exame demandaria meses e meses. Só na biblioteca do museu de Israel contei um total de quarenta e seis fichas relacionadas com Hazor. Para cúmulo, em uma daquelas minhas precipitadas penetrações pelos densos e intermináveis textos arqueológicos comprovei, desalentado, que na realidade os especialistas especulavam com a possibilidade de que tivessem existido cinco ou seis cidades com este mesmo nome. Uma delas – “Hasor Hadattah” ou “Hasor, a Nova” – podia ser excluída, já que nem sequer se conhecia sua exata localização na geografia de Israel.² Um raciocínio que só teria validade na suposição de que o criptograma fizesse referência a Hazor como tal cidade. E se, todavia, não fosse assim? Livrei-me como pude daquelas angustiosas dúvidas para aferrar-me ao instinto.

Quanto às restantes “Asor”, “Hasor” e “Azor” – povoações mencionadas também no Antigo Testamento –, resolvi deixá-las temporariamente de lado no curso das minhas investigações. Era mais cômodo e positivo concentrar as forças na Hazor mais popular e mais exaustivamente trabalhada pelos arqueólogos: a do norte. Se fracassasse no meu intento, haveria tempo para desenterrar as pistas restantes. Havia mencionado a palavra “tempo”? Eu mesmo me respondi: meus recursos financeiros, como sempre, não estavam sobrando. Assim, o consolo do “tempo” era pouco fiável...

Devo reconhecer que minhas explorações pela bibliografia – talvez devido ao nervosismo e à pressa – foram de mal a pior. Muitos dos documentos eram em hebraico; outros, em alemão, e a maioria, em inglês. Aquilo limitou ainda mais as minhas possibilidades. A esta precária realidade somou-se o pesado fator do que busca e indaga... às cegas. Que é que eu procurava naquela montanha de livros? Um “mensageiro” com asas que atendia pelo nome de Hazor? E se ele não tivesse nada que ver com as ruínas em questão? Mas, se não fosse assim, para onde dirigir minhas pesquisas?

Durante horas, meu estado de ânimo esteve péssimo. Via o tempo passar enquanto os resultados brilhavam pela ausência. Na medida da minha capacidade e dos minutos disponíveis, folheei alguns dos trabalhos de Galling, Johanan Aharoni, Trude Dothan, Abel, Ruth Amiran, Maass, Perrot, Moshe

Pearlman, Immanuel Dunayevsky e Yigael Yadin, entre outros. Foram dois dias de busca frenética. Mas, quando Asher Kupchik, um dos responsáveis pela gigantesca Biblioteca Nacional de Israel, com quem cheguei a travar uma certa amizade, anunciou-me, às primeiras horas da tarde de sexta-feira, 21, que a jornada chegava ao seu fim, minha desesperança foi total. Meu Deus! Eu não havia tido acesso – um atropelado e superficial acesso – senão a uma dezena de obras... Nos arquivos, zombando de mim, ficavam ainda mais de trinta longos volumes, documentos, mapas, além de centenas de fotografias que era preciso estudar. Meu caderno “de campo” estava repleto de notas sobre a história, as sucessivas escavações, os achados arqueológicos e as diferentes hipóteses em torno da agitada vida das vinte e uma cidades que formavam o *tell* de Hazor. Em suma, uma estéril sucessão de datas, cifras e solenes considerações técnicas que não traziam um só raio de luz ao meu conturbado cérebro.

A chuva mansa e o frio de Jerusalém serenaram um pouco meu espírito. A iminente entrada do sábado paralisaria tudo em Israel. Então, enquanto retomava ao hotel, procurei desenvolver um exercício de mentalização. Minha resignação, todavia, se esgotaria bruscamente. Não sou homem que se rende facilmente. Atormentado, na penumbra do meu apartamento, decidi mudar o rumo das investigações. Não podia aguardar até o domingo para reiniciar as consultas nas bibliotecas. Tinha de agir. E, deixando-me levar pela intuição, acionei um novo plano.

Não havia tempo a perder. Localizei Rachel Eldar e expus-lhe meu propósito. (Para minha sorte, essa mulher não praticava sua religião com o fanatismo e a ortodoxia de alguns círculos judeus que chegam a negar-se a atender ao telefone durante a festividade do *sabbath*. Este, como creio já haver mencionado, inicia-se com o pôr-do-sol de sexta-feira, prolongando-se até o ocaso seguinte. Durante esse período, as dificuldades para um estrangeiro como eu podiam ser muitas e irremediáveis. Muito depressa teria ocasião de sofrê-las.)

Desde meu primeiro contato com o Instituto Central de Relações Culturais, e por pura curiosidade científica, eu havia manifestado meu desejo de conhecer e ouvir Shelley Waschsmann, eminente arqueólogo que tinha a responsabilidade dos trabalhos de estudo e restauração de uma embarcação descoberta na margem ocidental do lago da Galiléia. Um bote que, pelas primeiras impressões dos cientistas, podia corresponder a uma época relativamente próxima à de Jesus. Esta, como outras, foi simples desculpa, como já disse, para justificar minhas andanças por Israel. E vinha às mil maravilhas para meu imediato objetivo. Rachel, com a admirável eficiência dos judeus, havia feito as gestões necessárias para obter a entrevista. Shelley concordou e me convidou a ir a sua casa de

Cesaréia. Aquela súbita alteração dos planos não pareceu alarmar a funcionária. Era lógico que eu desejasse aproveitar as horas tranquilas do sábado com um assunto como aquele. Ademais, Cesaréia encontra-se ao norte de Jerusalém. Exatamente na direção oposta à localização da base militar que – supunha-se – eu não podia visitar...

Gentilmente, e com uma sutil habilidade, Rachel tentou descobrir quanto tempo eu pensava demorar-me na cidade costeira de Cesaréia, se dispunha de meio de locomoção e se planejava alojar-me em algum hotel próximo. Não pude satisfazer sua curiosidade. Em parte porque nem eu mesmo sabia; mas, sobretudo, porque não estava em minhas intenções revelar-lhe meus reais interesses. Algo confusa, recordou-me a série de visitas previstas para os dias imediatos, “recomendando-me” que lhe telefonasse ao meu regresso. Reconheço que sou hábil para persuadir e assumo também meu grande pecado de descumpridor de promessas. Então, docilmente, prometi-lhe quanto desejou. Cumprir ou não, era outra coisa...

Aprontei uma sumária e austera bagagem e, confiante, iniciei gestões para partir nessa mesma tarde para Cesaréia. A fatalidade paralisou cada um dos meus movimentos. Estava esquecendo que era sábado. No hotel me insinuaram, como única maneira de conseguir uma condução, que contratasse um chofer árabe. É triste. Em muitas destas pesquisas, as maiores perdas de tempo, de dinheiro e esforço são desencadeadas por contratemplos como esse.

Nesse instante, enquanto dialogava com aquela atraente e severa recepcionista, algumas de suas perguntas passaram-me quase inadvertidas. Respondi seca e mecanicamente que não pensava em deixar o hotel e que se tratava de simples excursão de fim de semana. Só mais tarde, ao fazer uma ligação telefônica para um de meus amigos árabes de Jerusalém – Anthony Salman, diretor de uma agência de viagens –, é que as palavras da judia afloraram à minha memória. Estremeci. Mas logo, automaticamente, censurei a mim mesmo tanta suspeita. Será que já começava a ver espiões por toda parte?

A questão ficou acertada. Anthony me providenciaria um carro. Mas com duas condições: dado o avançado da hora, somente poderia estar pronto à primeira hora da manhã de sábado e com a estrita obrigação de contratar chofer e guia, ambos árabes. Aquilo me revoltou. Mas não tinha alternativa. E nessa noite, enquanto repassava o plano, me propus a burlá-los no momento oportuno. Não entendia o porquê daquelas exigências. E minha natural desconfiança pôs-me em guarda.

Os receios, já não sabia se infundados, aumentaram quando, na manhã de sábado, 22 de novembro, um tal Michael apresentou-se a mim como o guia designado por Salman. Tinha vivido na Espanha, falava castelhano e, durante o

trajeto de uns cem quilômetros até Cesaréia, mostrou-se igualmente interessado em minhas atividades profissionais, especialmente em meu plano de trabalho para esses dias. Correspondi-lhe com a mesma amabilidade, mas sem cometer nenhuma indiscrição quanto aos meus verdadeiros objetivos. Tanto e tão específico interesse pelo meu trabalho como jornalista e escritor não era normal. Então, sem pensar duas vezes, optei por desembaraçar-me dos meus acompanhantes antes do pôr-do-sol.

Depois da instrutiva reunião com Waschsmann, o arqueólogo judeu-canadense, ordenei ao silencioso chofer que tomasse a estrada para Nazaré. Não houve muitas perguntas. Ao pé da última rampa que desembocava na cidade de Jesus, mandei que ele estacionasse à porta do Hotel Nazaré, fora do perímetro da povoação. E antes que ele e o guia pudessem dizer qualquer coisa despedi-me, dizendo que já não precisava de seus serviços e que, se o desejassem, já podiam regressar a Jerusalém. Nem sequer atrevime a olhar para trás. Quando cheguei à porta do escuro e velho albergue, guia e chofer continuavam empenhados em uma acesa discussão, em árabe. Claro que não entendi nada.

Na realidade, aquela era uma velha tática. Sempre que empreendo uma investigação – digamos que “comprometida” – tenho o cuidado de reservar hospedagem em dois ou três hotéis, simultaneamente. Às vezes compensa.

A noite já havia entrado e, muito a meu pesar, tive de resignar-me e aguardar o novo dia. A luz era vital para a minha seguinte e transcendental pesquisa.

Creio que, a esta altura, estou mais do que disposto a ajeitar-me em qualquer tipo de alojamento. Após quinze anos de infatigáveis correrias pelo mundo, tenho visto e sofrido mais do que o aconselhável. Mas a tristeza daquele hotel de Nazaré não pode ser descrita. Então, incapaz de a suportar, lancei-me à quase deserta cidade. Como tantos outros lugares santos, Nazaré não é nem remotamente o que alguém possa imaginar. O turismo, a civilização e os séculos liquidaram todos os vestígios da aldeia que acolheu o Filho do Homem durante mais de vinte anos. Hoje, dominada por uma maioria árabe, é tão-somente escala obrigatória e sempre fugaz de peregrinos de todas as confissões. Unicamente aquele céu de azeviche, que as colinas em que se assenta a cidade fazem mais próximo, pode emocionar um visitante. A miríade de estrelas que àquela hora reluziam ao frio da Galiléia são as mesmas que velaram os trabalhos e inquietações desse personagem que cativou o Major e me mantém cativo.

Meus passos, como em ocasiões anteriores, levaram-me à Basílica da Anunciação. E não pela intenção de orar – coisa que eu devia fazer mais amiúde –, mas para saudar alguns dos pacientes e veneráveis franciscanos. Apesar do pouco tempo transcorrido em Israel, as tensões já haviam sido suficientemente

fortes e eu necessitava de um pouco de companhia. Felizmente, aqueles aprazíveis momentos de conversa com os padres Rafael e Uriarte me foram duplamente úteis. De um lado, como disse, encheram minha solidão. Dias mais tarde, serviriam como álibi, tirando-me de um sério apuro... Mas não quero antecipar-me aos acontecimentos.

A inquietação e o nervosismo me dominaram. Após mais uma noite em claro, saltei da cama e esperei o amanhecer. Às 5h39 daquele domingo uma difusa luz alaranjada surgiu por trás das colinas, despertando a cidade. Duas horas depois, ao fim de não poucos regateios, consegui convencer e contratar um chofer de táxi. Sentime tentado a me desfazer daqueles árabes e usar o ônibus 431, que faz a rota até Tiberíades, costeando, depois, a margem ocidental do lago. Mas, segundo minhas informações, esses ônibus públicos circulavam muito distante do meu verdadeiro ponto de destino. Não havia, pois, opção. O trato foi firmado e, depois que eu desembolsei os seiscentos dólares, Soliman Hakim, meu novo guia, desfez-se em parabéns e reverências, tudo isso em uma caótica mescla de inglês, italiano e árabe, jurando-me por sua saúde que não me arrependeria de tão sábia decisão.

O céu, azul, prometia uma jornada morna e luminosa. Acomodei-me junto ao tagarela Soliman e, respondendo com monossílabos sua incontida verborrêia, vi desaparecerem às minhas costas os últimos contrafortes de Nazaré. “Este” – animei-me – “tem de ser um dia decisivo...”

O potente Mercedes desafiava bem as curvas. E em pouco mais de dez minutos deixou bem para trás Caná (hoje conhecida por Kafr Kanna) e seus alvos e abruptos despenhadeiros, em direção ao cruzamento de Haifa-Tiberíades, na estrada 77. Vinte minutos depois rodávamos a toda a velocidade para o mar da Galiléia. Seguindo minhas instruções, Soliman evitou o populoso núcleo urbano de Teverya ou Tiberíades, contornando o lago pela estrada 90. Pouco faltou para que, em um de meus típicos impulsos, interrompesse a viagem e aproveitasse a oportunidade para apresentar-me na Chefatura de Polícia de Tiberíades. Ao expor-lhes meu propósito de reconstituir, sem companhia, a caminhada de Maria e José de Nazaré a Belém de Judá, tanto o pessoal do consulado da Espanha em Jerusalém quanto o doutor Liba me recomendaram que, ante os perigos da zona do rio Jordão fronteira com a Jordânia, procurasse as autoridades policiais e militares para explicar-lhes meu projeto e obter delas os imprescindíveis salvo-condutos. Mas venci a tentação. Primeiro o principal...

Mais um pouco e o mar da Galiléia apareceu à minha direita. Aquele azul imóvel, pintado de verde e névoa em suas distantes margens, advertiu-me de que percorria lugares que um dia foram cenários de boa parte da vida terrena do Mestre. Mal pude dissimular minha intensa emoção. Aqueles lares conservavam

toda a sua pureza, todo o poder e todo o magnetismo dos campos, ladeiras, caminhos e águas que Jesus havia palmilhado. E prometi a mim mesmo um momento de folga para descer de novo as negras e pedregosas “costas” daquele mar. Precisava respirar sua brisa. Sentir os passos leves do Mestre e o tímido chapinhar das ondas entre o cascalho e o basalto.

Soliman tirou-me desses aprazíveis e reconfortantes pensamentos, apontando-me o *kibbutz* Ginosar, à borda do lago. Shelley Waschsmann, de fato, me havia dito que a impropriamente chamada “barca de Jesus” – descoberta, como já mencionei, em princípios de 1986 pelos irmãos Yuval e Moshe Lufan – havia sido transportada até um pequeno museu especialmente instalado e acondicionado no *kibbutz* que agora tinha diante de mim. Ali deverá permanecer por espaço de sete ou nove anos, imersa em uma solução de cera sintética. O árabe, desejando agradar-me, insistiu em que nos detivéssemos na granja-hotel que constitui o *kibbutz*, para visitarmos o bote. Uma relíquia de inestimável valor arqueológico – nada menos que a primeira embarcação dos tempos de Cristo achada no *Kinnereth* ou mar da Galiléia –, mas que, infelizmente, os interesses financeiros catalogaram, já, como um novo motivo de peregrinação religiosa. Assim se faz a História.

Fui taxativo. Era preciso prosseguir. Meu objetivo era outro e muito diferente. O guia resmungou umas ininteligíveis palavras em árabe, demonstrando sua contrariedade com uma brusca aceleração. Minha negativa – para minha sorte – manteve-o em silêncio ao longo dos últimos dezessete quilômetros. Subimos em boa marcha, sempre pela estrada 90, e, após deixarmos à esquerda Rosh Pinna, o cume nevado do Hermon apareceu no horizonte anunciando a iminente proximidade do meu destino. E uma descarga nervosa, premonitivamente, fez estragos em meu estômago.

Soliman sorriu. Indicou-me o lugar e reduziu a velocidade. Em poucos minutos entrava à esquerda, abandonando a estrada principal e tomando uma péssima pista que subia até as portas daquele gigantesco “triângulo” isósceles.

Era inevitável. Meu coração pressentia qualquer coisa. E as palmas das minhas mãos começaram a transpirar.

Soliman, com seu bom humor recuperado, pediu-me que esperasse no carro. Desceu e se dirigiu à choupana que fazia as vezes de posto de controle. Um entediado guarda nos recebeu com curiosidade. As visitas não deviam ser muito freqüentes naquele isolado rincão da Galiléia. Muito menos a de um presumível turista estrangeiro que, além disso, viajava só. Ignoro o que falaram, mas, a julgar pela gesticulação do guia e os olhares admirados do guarda, ou fui tomado por um excêntrico milionário ou por algo pior... Cumprido o obrigatório

cerimonial, o espigado guarda, com sua face citrina, e sem tirar os olhos de mim, levantou a pequena barreira e franqueou-me a passagem.

Soliman, visivelmente satisfeito, estendeu-me os três tíquetes e penetrou na esplanada que se abria diante de nós. Eram nove horas da manhã.

Li os bilhetes de ingresso e mal pude acreditar. Em todos eles – no azul, no verde e no marrom – aparecia a mesma inscrição impressa: “National Parks Authority”, juntamente com um nome longamente acariciado: “Tell-HAZOR”.

O automóvel deteve-se. Senti medo. Ali, em qualquer lugar inesperado daquela meseta, podia estar a chave do enigma. “Vê, envio meu mensageiro diante de ti, MARCOS 1.2. Hazor é seu nome e suas asas te levarão ao guia, MARCOS 6.2.0. O número secreto de suas penas é o número secreto do guia, o que há de preparar teu caminho, MARCOS 1.2.”

O criptograma, permanentemente instalado em minha memória, soou dessa vez com um timbre especial. Estremeci. Encontraria ali aquilo que buscava tão ansiosamente? Mas que é que eu buscava?

O árabe fitou-me sem compreender. Meus dedos tremiam, e eu, com a vista fixada no horizonte, parecia aparafusado no meu assento.

– Está havendo alguma coisa, senhor?

Nem mesmo me lembro se lhe respondi. E Soliman, intrigado, pressionou meu braço esquerdo, insistindo:

– Senhor!... O senhor está bem?

– Como?... Ah! Sim – balbuciei por fim, saindo daquela espécie de bloqueio mental.

Reuni minhas forças e, decidido, abandonei o automóvel. Abri minha inseparável bolsa das câmeras e, buscando apaziguar minha excitação, dediquei uns minutos à revisão do equipamento. O guia me observava com extrema curiosidade, preso a cada um dos meus movimentos. Pendurei uma das máquinas ao pescoço e, depois de certificar-me do bom funcionamento da bússola, fita métrica, medidor de passos e outros artefatos, coloquei-me diante das ruínas. Por onde começar? “Hazor é seu nome...” Sim, finalmente eu estava em Hazor. Mas não sabia o que o Major queria dizer.

Eu não tinha a mínima idéia do tempo que deveria consumir naquela exploração. Então, com o firme propósito de gozar de inteira liberdade de ação, disse a Soliman que minha visita poderia prolongar-se e que o mais prudente era que ele organizasse seu programa como melhor entendesse. Mas o guia se negou a mover-se de seu lugar. Dei de ombros, virei-lhe as costas e avancei para o coração do *tell*. Pelo que havia lido e estudado, aquela pequena colina artificial, de quarenta metros de altitude na zona mais elevada, foi construída há mais de cinco mil anos, desempenhando, ao longo de sua história, um papel de grande

importância estratégica na cadeia natural de comunicações em que se achava encravada. Por ali haviam passado as rotas de Damasco a Megiddo e de Sidon a Beisan. A transparência e a luminosidade daquele dia permitiam divisar, a oeste, as terras azuis do Líbano, e, a leste, as verdes ladeiras das colinas do Golan. Mas meu objetivo talvez se encontrasse ali mesmo: naquela meseta ou plataforma que lembrava a figura de um descomunal triângulo isósceles, dominando uma forte planície. Às portas das ruínas consultei alguma das notas consignadas em meu caderno “de campo”. As respeitáveis dimensões da cidade-fortaleza me espantaram: 470 metros de oeste a leste e 175 de norte a sul, em sua parte mais larga. Para o oeste, ou seja, no imaginário vértice do triângulo, a meseta perde altura em sucessivos terraços. E tudo isso sabiamente cercado pelos restos de muros e fossos. Positivamente, um compacto e monumental conglomerado de restos arqueológicos que, segundo os peritos, pertence a vinte e um assentamentos humanos e, obviamente, a outros tantos e remotos períodos da História.³ Demasiado para a minha pouca capacidade e precária informação...

Nesse singular tipo de busca – eu o sei por experiência própria –, a disciplina e o método são de vital importância. Convém proceder com extrema calma, sem desprezar detalhe algum, por menos substancial que possa parecer. E, sem perder de vista tais premissas, iniciei com o que poderia qualificar como uma primeira “tomada de contato” com o lugar. O incômodo *handicap*, não me cansarei de insistir nisso, de não saber o que buscava, tornou-me ainda mais tenso. Talvez a pista das “asas” fosse a única perspectiva em minha doida investigação, embora muito débil. E, lentamente, como se uma força extra-humana houvesse congelado o tempo, comecei aquela nova fase da minha tarefa.

A luz oblíqua da manhã havia despertado um exército de sombras que avançava preguiçosamente para o oeste. E os amarelos, acres e brancos do labirinto arqueológico foram avivando-se. Tomei a estreita vereda arenosa que contorna a meseta pelo lado alcantilado do norte, com os olhos e o coração atentos a tudo que me rodeava. Eu era o único visitante e isso permitia-me uma total liberdade de movimentos.

“Hazor é seu nome...”

À primeira vista, aquele caótico entremeado de muros, pátios, palácios semidestruídos, colunatas ceifadas pela destruição e pelos séculos, edifícios públicos sem teto e restos de uma construção inacabada do fortim grego não parecia apontar indício ou sinal que despertasse a minha atenção. Eram só pedras. Pilares e embasamentos que dormiam e que agora eram importunados pela crepitação monótona da areia sob minhas botas. Aqueles minutos iniciais de infrutífera busca excitaram-me o ânimo. Devia conservar a calma. E reiniciei a lenta caminhada, contornando a fortaleza em todo o seu perímetro.

“... e suas asas te levarão ao guia.”

A mensagem do Major – ou seria imaginação minha? – continuava em primeiro plano, e eu a via em cada bloco de pedra, em cada canto, em cada sombra...

Perto das dez horas, decidido a encerrar o primeiro giro de inspeção, umas úmidas e toscas escadas, localizadas na fase leste da esplanada, e que se perdiam nas entranhas de Hazor, fizeram-me titubear. Cartazes amarelos, em hebraico e em inglês, anunciavam a entrada de um túnel. E um sopro de esperança me fez vibrar. Mas me contive. Antes devia “pentear” a superfície da cidade-fortaleza.

Ao regressar ao ponto de partida consultei o medidor de passos. A agulha marcava 402. Aquele dado, na verdade, não revelava grande coisa. Somando os algarismos, de fato, surgia o misterioso “6”. Mas de que me servia? Anotei essa e outras imprecisas observações e, após inspirar profundamente, iniciei o segundo “assalto”. Soliman, longe dali, dormia no interior do automóvel. Mentalmente, dividi a fortaleza em três setores e penetrei no primeiro, o situado ao norte. Esquecendo as regras, abandonei as sendas que ziguezagueavam entre as ruínas e passei a obedecer aos meus próprios impulsos. Saltei muros, acariciei as rugosas colunas, trepei nas casamatas destruídas e, suarento, cheguei ao ponto mais elevado do fortim. Por sorte, como já assinalei, Hazor encontrava-se então deserta e silenciosa e o posto de controle ficava relativamente distante. Não havia risco, ao menos no momento, de que minha extravagante visita pudesse chamar a atenção dos vigilantes.

“... e suas asas te levarão ao guia.”

Suas asas? Em minha crescente perplexidade cheguei a imaginar que o Major, em seu hipotético vaguear por aquela meseta, podia ter descoberto algum tipo de alinhamento ou figura geométrica que recordasse asas. Sempre com a bússola na mão, alterei várias vezes minha posição, explorando aquele caos de pedra. Fui incapaz de distinguir o menor vestígio. Nem as rudimentares ruas, nem o confuso traçado da cidadela, nada se parecia ao que eu buscava. Ali, as únicas “asas” eram as da minha ardente imaginação. Desci sobre o terroso pavimento, repetindo a exploração ao longo do segundo e do terceiro setor. Era desolador! Se o Major havia jogado com algum símbolo, restos de cerâmica ou algum marco funerário, estava claro que eu devia explorar em outra direção. As ruínas de Hazor, ao menos o que eu vira dela, eram apenas isso: ruínas desnudas, desprovidas de inscrições, estátuas ou móveis e utensílios, totalmente incapazes de projetar um pouco de luz. Mas, de súbito, sentado sobre uma pedra, enquanto me esforçava por recapitular, tive um pressentimento. E se as problemáticas “asas” pertencessem a algo já desenterrado em Hazor e transportado Deus sabe para onde? Aquele *flash*, perturbador, mergulhou-me no desalento. E ali,

humilhado no meio de umas remotas ruínas arqueológicas, fui memorizando o que havia visto e lido na volumosa documentação bibliográfica sobre Hazor. Nos três anos de escavações, os arqueólogos haviam resgatado milhares de objetos votivos, figurinhas de deidades, centenas de vasilhas, escaravelhos egípcios, máscaras litúrgicas, *ostraca*, a famosa estrela circunscrita (signo da realeza hitita), formidáveis esculturas de leões e, por fim, uns nove *massebot* ou marcos funerários, um deles com duas enigmáticas mãos em atitude de oração. Todo um arsenal pertencente a 21 cidades e períodos distintos. E tudo isso, se a memória não me traía, sem a menor relação com “asas”. Certamente, havia ainda muito por ver. Mas, e se eu não descobrisse um só motivo alado? E se as intenções do criptograma apontassem em outra direção?

Pus-me de pé e, golpeando o muro com raiva, ergui os olhos para o céu, clamando por uma pista. Estava novamente perdido. A “resposta”, ainda que uma vez mais eu não tivesse sabido vê-la nesse crítico momento, chegou sutil e pontual. Suspirei e, um tanto envergonhado de meu próprio dramatismo, tornei a sentar-me. Acendi um cigarro e, sem saber por quê, apanhei de novo meu caderno “de campo”. Reli as notas e, pouco a pouco, ao mesmo tempo em que conseguia serenar-me, fui aproximando-me de um comentário, sublinhado em vermelho, que havia copiado de uma carta procedente de Munique. Sua autora, M. Klein, escrevia, a propósito do enigma: “... Claro que, em princípio, pode pensar-se que Hazor se refere mais apropriadamente a um animal ou personagem com asas. Por isso duvido um pouco de sua relação com a cidade bíblica desse nome. Entretanto, poderia ser também que qualquer figurinha removida de Hazor, e agora em um museu, tivesse alguma coisa que ver com o assunto”.

Evidentemente, eu não soube interpretar aquele “signo”. Chamou-me a atenção, isso sim, a curiosa coincidência de idéias. Mas isso foi tudo. Em certas ocasiões, a excessiva autoconfiança ou a estúpida vaidade redundam em rotundos fracassos. Aquela sensação de desalento, todavia, esfumou-se ao mesmo tempo que o cigarro. Recompus minhas forças, e, como se ali nada se tivesse passado, afastei-me da cidadela na direção do leste, disposto a uma tentativa no misterioso túnel que vira duas horas antes.

Não que eu seja um rígido praticante da religião em que fui educado, mas, instintivamente, ao pôr o pé no primeiro degrau, fiz o sinal-da-cruz. A boca do túnel me intimidou. Que me esperaria naquelas profundidades?

A escavação praticada por Yadin – sempre respeitando os traçados originais – desce em sentido vertical. Trata-se de um enorme poço quadrangular de pouco mais de dez metros de largura, com uma sucessão de rampas escalonadas que avançavam no terreno avermelhado do *tell* por cada uma das laterais do poço.

E, devagar, com o coração agitado, fui avançando. Por mera precaução, antes de tocar o primeiro e único degrau, preparei o Schritte (medidor de passos), colocando a agulha no zero. A luz entrava sem dificuldade até o fundo da escavação, a uns doze metros da superfície. O silêncio era total. Consultei a bússola em cada um dos estratos, mas não vi alteração alguma. As paredes, cuidadosamente aplainadas pelos arqueólogos, não apresentavam tampouco outras evidências ou sinais que não os originários dos trabalhos de remoção dos escombros e da umidade. Mesmo assim, dediquei algum tempo ao exame dos diferentes cortes existentes nos muros. A experiência foi nula. Não pude ou não soube encontrar no poço um só detalhe que casasse com o criptograma. Mas ainda havia uma galeria.

Ao atingir o último dos degraus me detive. À minha frente abria-se um corredor de uns cinco metros de altura, pessimamente iluminado por alguns mortícios e espaçados pontos de luz amarelada. O túnel, certamente tenebroso, descia não sei para onde, em um brusco desnível de 30 ou 35 graus. As paredes gotejavam umidade. Agucei o ouvido, na tentativa de captar algum som. Nada. Só o meu descompassado ritmo cardíaco ribombava no meu peito. Aguardei uns segundos, até que minhas pupilas se adaptassem à obscuridade. Mas não consegui vislumbrar o fundo do corredor. Foi então, ao remexer no estojo do equipamento fotográfico, em busca de uma inexistente lanterna, que reparei no contador de passos. À luz do meu isqueiro, maldizendo minha falta de previsão, tratei de desenganchá-lo do cinto. A agulha estava imobilizada nos 150 passos. “Cento e cinquenta?”, repeti em voz alta. O eco das minhas palavras propagou-se na obscuridade. Senti um calafrio. A soma dos dígitos dava “6”. Outra vez o misterioso número... Como era possível? E se o *step-pass* houvesse errado? Era duvidoso. Então, entusiasmado com esse fantástico dado, regressei por onde havia descido e contei os degraus.

“... O número secreto de suas penas é o número secreto do guia.” Às carreiras, ansioso por confirmar a cifra, fui subindo as rampas e cheguei à superfície sem fôlego. (Maldito cigarro!...)

De fato. Não havia erro. As escadas somavam 150 degraus. Deixei-me cair contra a balaustrada que protegia o último dos ressaltos que davam acesso ao poço e, enquanto recuperava o fôlego, fui desenvolvendo algumas hipóteses. Todas, porém, me pareciam, quando menos, distorcidas. Será que eu devia associar as “asas” com aquelas rampas escalonadas? Podiam elas conduzir-me ao guia? Seria o “6” o número secreto das penas das asas de Hazor?

Agora, ao rememorar tanta desventura, não posso deixar de sorrir. O Major, quase com certeza, havia visitado as ruínas de Hazor. Sem saber, ao fazer a contagem dos degraus eu havia acertado. Mas, absorto no achado, perdi de vista

um fator inerente ao Major e a seus enigmas: sua natural inclinação ao jogo do despistamento...

Admitindo a forçada tese de que tais rampas de terra fossem as “asas” do mensageiro e de que o número secreto fosse o 6, as escadas teriam de levar-me ao “guia”. Mas quem ou o que era o “guia”? Será que o encontraria no subterrâneo?

Só havia uma forma de sair das dúvidas.

No fundo sentime grato a ele. O que eu descobrira até então no poço era tão pouco relevante que aquela “luz” – como qualquer outra, por mais pobre que fosse – fez o milagre de devolver-me a esperança. Precipitei-me escadas abaixo e, ansioso por penetrar no túnel, pouco faltou para que eu desse com meus ossos em terra em um dos lances de escada. O susto fez-me raciocinar. Tinha de proceder com cautela. Na boca da segunda galeria continuavam reinando o silêncio e uma pegajosa penumbra. Acendedor na mão, caminhei pelo centro do túnel. A acentuada descida era incômoda e, prudentemente, procurei uma lateral, apegando-me ao gotejante e irregular paredão da direita. Foi uma marcha muito vagarosa. Tensa de expectativa. Explorei cada centímetro quadrado de pedra à fraca chama azul-amarelada do isqueiro. A cada quatro ou cinco passos mudava de parede, repetindo a minuciosa operação de busca. A abóbada do subterrâneo, íngreme, também não apresentava inscrição ou sinal algum.

Senti frio. A umidade aumentava. Repentinamente, enquanto eu examinava um dos paredões à luz do isqueiro, pensei ouvir algum ruído. Apaguei a chama e, imóvel, esperei. O coração começava a disparar no meu peito. Mas aquele fugaz e surdo som – algo como água agitada – não se repetiu. O fundo do túnel continuava em trevas. Era difícil definir seu perfil e o que poderia abrigar na sua profundidade. Não posso ocultar que uma sensação muito familiar de medo fez-me tremer os joelhos, enquanto frias gotas de suor deslizavam pelas minhas costas. Lutei comigo mesmo, tratando de racionalizar. Ali certamente não havia nada. Tudo era fruto da tensão. Mas não saí do lance muito convencido. O instinto – mais do que a inteligência – quase sempre acerta.

Que é que eu devia fazer? Continuar avançando ou daria meia-volta, obedecendo à natural inclinação de abandonar aquele antro?

Aceitei o desafio e continuei andando silenciosamente, sem afastar-me da parede da direita. Dessa vez agi às escuras. “Se se tratasse de alarme falso” – raciocinei com certa dificuldade – “tempo e oportunidade haveria para repassar os lances de caminho que restavam por explorar.”

Pelos meus cálculos, havia percorrido uns dez ou quinze metros. Só não sabia quanto ainda me faltava para completar o percurso do túnel. Seguindo uma

velha tática, inspirei profundamente e repetidas vezes para regular a frequência cardíaca. Só o consegui em parte. Tinha certeza de que havia escutado aquele ruído. E essa idéia, mais as trevas e o não menos lúgubre silêncio do lugar, aumentaram meus receios.

O piso apresentava-se cada vez mais escorregadio. Procurei apoio nas saliências da parede, não dando um só passo sem antes sentir a firmeza do chão. Quando já vencera vinte ou vinte e cinco metros, outro golpe seco chegou-me ao ouvido nitidamente. Agora não havia dúvida. Era como se uma pedra, ou algo semelhante, se chocasse contra uma parede. Senti calafrio. Acionei o isqueiro e gritei, inseguro: “Quem está aí?”.

Não houve resposta. Mas, exatamente no momento em que eu acendi o isqueiro, dois novos golpes, agora mais próximos, gelaram-me o sangue. Agora, e só agora, lembrando a cena, é que vejo como foi tragicômico aquele momento. Mas, na ocasião, tomado pelo medo e pela tensão, a única coisa de que dei conta foi da tremenda necessidade de urinar. Obviamente me contive.

Passei o olhar e, forçando a vista, acreditei distinguir a não muita distância uma informe mistura de sombras verticais e horizontais. Que seria aquilo?

A curiosidade – nunca consegui entender a tremenda força de tal atributo – impôs-se ao medo. Mas ainda necessitei de alguns segundos para mover as pernas. Com o braço direito tenso como uma tora, mal suportando o doloroso contato com o escaldante isqueiro, continuei avançando em direção ao que me parecia ser o fim do subterrâneo. O silêncio era de novo total. E carregado de presságios. Saturado por meu próprio medo.

Sombras estilizadas? Sombras imóveis, desenhando um incerto feixe de linhas (?) verticais e horizontais? Ou não estavam imóveis? Essas interrogações me acompanharam pelos últimos metros, ao mesmo tempo em que, para minha sorte, a fraquíssima luminosidade do meu acendedor foi rompendo a negrura. Aí me detive. Examinei o ambiente, à direita e à esquerda, e de repente senti um odor fétido. Com as mãos em concha fiz um esforço para imobilizar a chama do acendedor, mas ela oscilou, agitada por alguma corrente. Após uns poucos minutos descobri, a coisa de três ou quatro metros, um rudimentar e semipútrido tapume de madeira que me impedia a passagem. Respirei aliviado. Ligeiramente curvado, e ainda com os músculos em guarda, examinei o tapume, que quase não chegava a um metro de altura. Levantei-me devagar e, ao reacender o isqueiro, compreendi que simplesmente havia percorrido os trinta ou trinta e cinco metros de um subterrâneo que terminava em uma cisterna inundada por uma hedionda água verde-negra. Quanto ao entrelaçado de “sombras”, outra coisa não era senão um compacto feixe de paus e postes que escorava o teto do cubículo à

direita e à esquerda. Não sabia se ria ou chorava. O medo quase me arruinara. E, incompreensivelmente, esqueci os estranhos rumores. Recuperei a calma e, ansioso por prosseguir na busca, levei algum tempo andando de um lado a outro do tapume, a examinar as madeiras. Tudo era normal. Do outro lado, o declive do terreno acabava bruscamente. Semi-enterrados, distingui quatro reluzentes e enormes degraus de basalto que se fundiam no charco. Meu rudimentar sistema de iluminação não me permitia ver além de dois ou três metros. Assim, desconhecia ainda as dimensões da cisterna e o que poderia haver do outro lado da primeira fila de postes.

Era o momento de avaliar minha situação. Diante do ensebado tapume, respirando as repulsivas emanções da água estagnada, fixei a vista e os pensamentos na negra incógnita que tinha à minha frente. Remexi na memória. A verdade é que quase não havia lido grande coisa sobre aquela parte das escavações de Hazor. Sem dúvida, tratava-se de um antiqüíssimo sistema hidráulico projetado para o abastecimento de uma cidade-fortaleza que, como registra a História, viu-se submetida a diversos e prolongados assédios. O assombroso é que, decorridos tantos séculos, a água ainda continuasse inundando o fundo do subterrâneo. Calculei o caminho percorrido, estimando encontrar-me a uns 25 ou 30 metros de profundidade. Minha grande dúvida era se devia arriscar-me a continuar a marcha e a explorar o resto do túnel. (A “marcha” era força de expressão, claro. A cercadura de madeira estava ali por algum motivo.) Experimentei um incômodo desassossego. Atribuí-o, porém, à série de contrariedades que vinha sofrendo. “E se a chave do mistério estivesse para além?” A tirania do criptograma me perturbou pela enésima vez. “Será que iria atirar a toalha antes da primeira séria dificuldade em minha luta?”

A decisão estava quase tomada quando, no meio daquela obscuridade, escutei o som de um novo e misterioso golpe. Foi como um “plof”. Acendi o isqueiro e descobri o vagaroso avanço de ondas na superfície da cisterna. Alguma coisa havia sido precipitada nas águas. E o medo voltou-me. Elevei o isqueiro, na tentativa de visualizar o teto da galeria. Talvez se tratasse de algum desprendimento, tão habituais em túneis como aquele. A idéia de um desabamento me arrepiou. Mas logo, ao observar o rochoso e compacto teto abobadado, eliminei tal possibilidade. Mas, então, se não era uma pedra que acabara de agitar a superfície da cisterna... Acovardei-me. Como já disse, eu havia esquecido os ruídos anteriores; mas tudo reviveu depois de mais esse. E num instante minha imaginação se encarregou de liquidar meu já enfraquecido ânimo. E se o poço – cuja profundidade eu desconhecia – ocultasse algum animal? Discuti comigo mesmo. Isso não era razoável. Que classe de besta poderia sobreviver em semelhante lodaçal? Piores coisas havia visto. Claro que

também havia a possibilidade de que, no extremo oculto do túnel... Contestei-me a mim mesmo energicamente. Essas coisas não tinham sentido. Se a galeria avançasse, e até dispusesse de uma segunda entrada, por que supor que ali, em um obscuro e incerto nicho do subterrâneo, devia existir um abrigo de cães ou animais selvagens? Além disso – rematei convictamente –, esse ou esses supostos cães não haveriam desaparecido sob as águas?

“... e suas asas te levarão ao guia.”

Maldição! A curiosidade continuava minando meu senso comum. Que haveria do outro lado da cisterna e dos andaimes de sustentação do túnel? Eu tinha de esclarecer isso. Se retornasse à superfície sem o tentar, jamais me perdoaria. E, o que era pior, talvez perdesse a ocasião de decifrar o enigma.

Ao diabo com tudo! Firmei o estojo das câmeras às minhas costas, colocando a correia cruzada sobre o peito e, cheio de renovada coragem e uma insensata inconsciência, saltei o tapume.

O terreno, à borda dos degraus do basalto, era lamacento. À direita e à esquerda, enterradas no barro, erguiam-se as primeiras escoras de madeira. Meu propósito era subir por elas e, com toda a precaução, deslizar por todo o comprimento dos travessões. Naquele momento não vi uma fórmula melhor para transpor o poço.

Minhas mãos umedeceram-se quando apalpei as madeiras do lado esquerdo. “Mau negócio”, foi minha própria sentença. À luz do isqueiro inspecionei as bases. Estavam deterioradas. Era de esperar. Aquela armação, feita pelos homens de Yadin, vinha suportando um desgaste de trinta anos... A umidade da cisterna, implacável, havia-a corrompido toda ou quase toda. Examinei os cravos que prendiam os paus horizontais aos verticais. A maior parte corroída pela oxidação – não oferecia muita segurança. Resistiriam ao meu peso? Decidi comprová-lo. Apoiei-me com ambas as mãos sobre a trave mais baixa, situada a coisa de oitenta centímetros do solo, e apliquei-lhe vários e vigorosos empurrões. A estrutura ressentiu-se, rangendo ameaçadoramente. Foi um aviso. Mas nem tudo terminava aí. Além de patinar perigosamente sobre a curvatura do madeirame, ao terceiro ou quarto “embate” escutei um novo “plof”. Desta vez à minha direita e muito perto. Voltei-me assustado. A única resposta foi outra lenta série de ondas circulares avançando até meus pés em silêncio. Um silêncio que ressecou minha garganta. O irritante mistério começava a irritar-me. Desci até o último dos degraus e, de cócoras, aproximei da água a chama do isqueiro. Inutilmente. A negrura era impenetrável. Agitei a superfície com a mão esquerda e, ao aproximar os dedos do nariz, um agudo odor de putrefação me lançou para trás. Permaneci pensativo e expectante, brigando com a escuridão. Dali a pouco, pela minha esquerda, junto a um dos postes colocado a metro e meio, emergiram

várias borbulhas. Senti que os pêlos da minha nuca se eriçavam. Não tive coragem de mover-me. Aquelas borbulhas, as únicas que eu havia observado desde que chegara à cisterna, confirmaram minhas suspeitas iniciais. Ali embaixo habitava ou movia-se alguma coisa... Segundos depois, outro borbulhar, mais intenso, revelou a presença do suposto animal junto à base do poste contíguo. Parecia afastar-se para o interior do poço. Trêmulo de medo, imóvel sobre o único degrau, fui abrindo devagar o estojo fotográfico e tateando as máquinas. Se “aquilo” – fosse o que fosse – assomasse à superfície das águas, um oportuno *flash* me permitiria fotografá-lo e deixá-lo temporariamente cego... Em caso de perigo, sua cegueira ficaria a meu favor. Os segundos transcorreram tensos e intermináveis. Com os músculos fortemente enrijecidos, fui circunvagando o olhar por toda a superfície do tanque, esperando que a qualquer momento a ou as bestas irrompessem. De repente me dei conta de que me achava com meio corpo fora da escada, praticamente sobre as águas. E se a coisa que produzia as borbulhas chegasse até a borda da cisterna? A repentina e angustiante idéia acabou com a minha coragem. E de um salto retrocedi até o tapume, suando frio de tanto medo. Mas o túnel continuou em silêncio. Nada alterou suas águas. Assim, lentamente, muito lentamente, fui recompondo meu atormentado espírito. Os que me conhecem um pouco sabem que, a esta altura da vida, somente sou capaz de indignar-me comigo mesmo. Pois essa foi uma das ocasiões em que maldisse minha frouxa fortaleza de ânimo.

Guardei a câmera e, resmungando toda sorte de impropérios contra mim mesmo, avancei até o andaime da direita. Estavam terminadas as inspeções e as fantasias. “Aqui não há nada e nada acontece” – fui repetindo enquanto me agarrava a um dos paus, iniciando a escalada. – “Aqui só há medo...”

Não me enganava quanto ao medo. Quanto ao outro, desgraçadamente, sim.

Estúpido de mim! Jamais aprenderei. Os primeiros movimentos foram simples. Vagarosos e delicados, por causa da superfície escorregadia dos troncos, mas sem muitas dificuldades. As escoras chegavam a uns cinco metros da superfície do tanque. Tateei vários dos travessões e escolhi um dos mais grossos. À pressão do meu pé, rangeu levemente, mas suportou o peso. O longo madeirame, pregado aos postes verticais, achava-se a uns dois metros sobre o nível da cisterna, perdendo-se no fundo do túnel. Aquela bateria de postes e traves, do mesmo modo que a que havia sido plantada na lateral esquerda do subterrâneo, formava um intrincado labirinto de difícil acesso. Os troncos horizontais haviam sido dispostos a meio metro um do outro e reforçados no interior da massa dos andaimes com dezenas de estacas, com pontas em forma de forquilha. Tentar a travessia pelo centro da estrutura teria sido trabalhoso ao

extremo. Então, em minha ânsia para ganhar tempo, escolhi o lado de fora: liso e perpendicular à água. Diante dessa carcomida e improvisada “ponte” – a questão de quatro ou cinco metros – corria paralela, como já disse, a estrutura da esquerda.

Prendi o isqueiro entre os dentes e, medindo cada passo, testando palmo a palmo a resistência e a integridade do tronco a que me agarrava, fui avançando. A umidade, à medida que eu penetrava no interior da cisterna, foi aumentando. Um bolor escuro envolvia a maior parte das madeiras, desfazendo-se entre meus dedos e na sola dos meus sapatos. Respirei forte e, ao olhar para baixo, a mancha negra da água e a lembrança das borbulhas causaram-me novo tremor. Se algum lance do andaime cedesse, minha situação podia ficar crítica. Mas procurei afugentar da mente tais presságios e, com os cinco sentidos em cada centímetro de madeira, reiniciei meu avanço.

Tudo foi relativamente bem até que, a cinco ou seis metros da borda, ao escolher outro dos postes, novos ruídos gelaram-me o sangue. Afundei o rosto na madeira, prendi a respiração e apurei o ouvido. Agora os ruídos eram contínuos. Encadeados. E muito próximos. Aí meu pavor crispou-me todos os pêlos do corpo. Após uns segundos de indecisão, agarrado ao poste com todas as minhas forças, inclinei a cabeça e observei atentamente o poço. A escuridão não me facilitava as coisas. Não conseguia perceber nada...

Subitamente, alguma coisa golpeou meu estojo. Foi um impacto seco e violento. As pernas se me dobraram e uma dolorosa língua de fogo se propagou pelas minhas entranhas. Cravei os dedos na madeira, aterrorizado diante daquela “agressão” e, sobretudo, diante da idéia de perder o equilíbrio e cair.

Meu Deus! Alguma coisa se movia às minhas costas, pateando e arranhando o meu estojo fotográfico! Era pesado e golpeava violentamente meus rins. O pânico bloqueou-me a garganta. Não podia olhar para trás e ignorava o que era que estava às minhas costas. O instinto me ordenava que soltasse uma das mãos e me defendesse. O medo de escorregar e precipitar-me na água, porém, foi mais forte. Naqueles segundos que me pareceram uma eternidade sentia que o animal aferrava-se ao meu estojo e me desequilibrava. Cego de pânico, comecei a agitar-me, sacudindo o estojo de um lado para outro com histérico desespero. Nos primeiros movimentos, a “coisa” deve ter cravado as garras no couro, resistindo, imperturbável, às violentas sacudidas. Ao quinto ou sexto movimento meu, o estojo recuperou seu peso habitual. O animal, sem dúvida, o havia soltado.

Diminuída a tensão, sentime sem forças. Tive de abraçar-me à trave, tremendo dos pés à cabeça. Os calafrios e o terror haviam afundado meus dentes no acendedor e perfurado o plástico. Cerrei os olhos, lutando por normalizar a

agitada respiração. Mas os golpes continuavam ao meu redor, quebrando o silêncio do túnel e anulando minhas desesperadas tentativas de acalmar-me. Sentia-me impotente. Incapaz de avançar ou retroceder. Minha obsessão, em tão dramáticos instantes, era que outro ou outros animais pudessem precipitar-se sobre mim. Evidentemente, os impactos na água eram provocados por aqueles seres “invisíveis”.

Não sei quanto tempo permaneci aferrado à trave, acovardado e indefeso. Só quando os golpes decresceram, fazendo-se mais espaçados e distantes, a lucidez me voltou. Tinha de agir. Não podia continuar ali, no alto do andaime, sem saber o que fazer e sob a permanente ameaça de uma queda nas águas infestadas por tais criaturas.

“Bem, a primeira coisa, antes de adotar uma decisão, é iluminar o ambiente.”

O medo – quem o padeceu saberá compreender-me – tem essas e outras absurdas conseqüências. Fica-se falando sozinho. E eu comecei a dialogar comigo mesmo, com a voz entrecortada, num fervoroso desejo de “sentir-me acompanhado”.

“... O isqueiro! Claro...”

Mas o mecanismo não funcionou. “Meu Deus!... Que será?”

Um, dois, três golpes na rodinha dentada... Inútil. Abracei-me de novo ao pestilento e úmido madeirame e, tateando, abri ao máximo a passagem do gás. O ruído das minhas estéreis tentativas para acender o isqueiro havia recrudescido o ritmo dos golpes e do marulho da água na cisterna.

“Vamos! Vamos!”

Na segunda ou terceira tentativa, uma longa e trepidante chama, finalmente, irrompeu diante dos meus olhos. E foi com o pulso trêmulo que ergui o acendedor acima da minha cabeça, até os travessões superiores. O túnel iluminou-se. E quando descobri o que se mexia sobre o madeirame meus cabelos e toda a minha pele ficaram crispados. O pavor e a repugnância fizeram-me vomitar entre dolorosos espasmos. Pensei que desmaiaria. E, em um supremo esforço para conservar os sentidos, dei umas cabeçadas em um poste...

“Jesus Cristo!”

Essa reação animal salvou-me momentaneamente. Boca seca e amarga, sem poder controlar os tremores que me sacudiam como um boneco, urinei-me de medo. Nunca isso me havia ocorrido.

Com o espanto nos olhos, aproximei a chama da trave que estava a meio metro de meus eriçados cabelos e proferi um dilacerante: “Fora!”.

O uivo, mais do que grito, e a aproximação da chama tiveram efeito. E

dezenas de ratazanas que pululavam e se amontoavam no madeirame da galeria fugiram em todas as direções, empurrando-se e caindo no poço.

Eram ratazanas cinzentas. Muitas delas, enormes como gatos, gotejantes e com suas repulsivas pelagens eretas como espinho.

Entre calafrios, fui dirigindo a chama do isqueiro acima e abaixo, à direita e à esquerda, tentando calcular o número das que se contorciam e circulavam velozmente pelos postes e traves próximos. Impossível calcular. Talvez passassem de uma centena.

É curioso. O instinto de conservação prevaleceu e, enquanto eu agitava ameaçadoramente meu braço direito, uma atropelada seqüência de possíveis soluções desfilou por minha mente. O mais sensato era retroceder e fugir dali. Certa vez eu havia lido alguma coisa sobre esses roedores e sabia da sua voracidade, inteligência e capacidade destrutiva. Também sabia que raramente atacam ou enfrentam um inimigo superior. Mas como saber se aquela colônia reagiria assim? E se estivessem famintas?

A enlouquecida dispersão dos núcleos mais próximos tranqüilizou-me em parte. Estavam tão aterrorizadas quanto eu, ainda que não pudesse confiar. Algumas, talvez as mais velhas, refugiaram-se no mais intrincado da trama de paus, desaparecendo nas trevas. Outras, ao contrário, embora a prudente distância do fogo, se contorciam nervosamente, agitando suas caudas peladas no vazio e erguendo seus pontiagudos focinhos em atitude hesitante. Suas unhas e seus dentes brilhavam a cada movimento, enchendo-me de pavor. Algumas ratazanas – não sei se as mais audazes ou famintas – atreveram-se a cruzar pelo poste horizontal mais próximo e paralelo ao que me servia de apoio. Uns poucos centímetros antes de chegar à altura dos meus olhos, inibidas pelas minhas acometidas com a chama do isqueiro, davam meia-volta ou se sentavam sobre seus quartos traseiros, atentas à dança da chama em minha mão. Desafiantes, como eu disse, algumas chegavam a aventurar-se pela trave, correndo velozmente diante do meu rosto. Em uma das vezes, meio enlouquecido, consegui acertar um golpe com os nós dos dedos na espessa pelagem de um dos animais. E o fogo atingiu seu ventre. A ratazana revolveu-se e, entre guinchos, deu uma dentada na região em fogo. A dor forçou-a a procurar o poste mais próximo. Enroscou-se nele pela cauda e desceu precipitadamente para o poço. O ciciar do fogo ao contato com a água e um pequeno desprendimento de fumaça puseram ponto final ao lance. Sem poder reprimir minha angústia, explodi em um novo e prolongado grito que provocaria outra precipitada debandada dos roedores. Com assombrosa habilidade, saltando umas por cima das outras, muitas das ratazanas tomaram o caminho do poço, descendo pelos postes com a ajuda da cauda, até mergulhar na água.

Algo reconfortado (se era possível) por meu pequeno triunfo, deslizei a mão esquerda pelo madeirame vertical e, de cócoras, tentei iluminar a cisterna. Por debaixo de meus pés, no madeirame, não distingui, felizmente, nenhum dos escorregadios e negros vultos. A cloaca, porém, era um fervedouro. As ratazanas cinzentas, nadadoras hábeis, chegavam velozmente à borda e ao piso tabuado da esquerda. Meu Deus! Se eu caísse na água poderia dar-me por morto...

Então, obedecendo ao instinto de conservação, comecei a retroceder, em busca de terra firme.

“Hazor é seu nome...”

Nunca pude entender isso. Como um homem atemorizado pode dominar sua natural inclinação a fugir e, em questão de segundos, enfrentar aquilo que o acovardava? Talvez seja esse um dos maravilhosos paradoxos da condição humana...

O fato é que, percorridos uns poucos metros, aquela “força” que sempre me acompanha ressurgiu dentro de mim. E as frases do criptograma misturaram-se, no meu íntimo, com outras de auto-recriminação.

“... e suas asas te levarão ao guia.”

“Não, não posso abandonar...”

“E o número secreto de suas penas...”

“São apenas ratazanas!”

“... o que há de preparar teu caminho.”

“É preciso lutar!”

As ratazanas, ao menos até então, não se haviam mostrado agressivas. Talvez eu pudesse alcançar a outra extremidade do subterrâneo. Mas o meu medo era tão forte quanto o desejo de chegar ao outro lado do subterrâneo.

E de novo vacilei:

“Deus do céu! Decida-se! Se ao menos eu tivesse algo com que me defender...”

Eu tinha de apagar o isqueiro, que já abrasava em minha mão. Mas a idéia de ficar na escuridão, cercado por aquelas ratazanas, me apavorou. Lembrei-me do caderno “de campo”. Sim, aquilo podia me servir. Suas folhas, estreitas e alongadas, dariam uma folga ao acendedor.

Arranquei várias das páginas em branco, retorcias e improvisei uma tocha. Estava resolvido. Prendi o providencial bloco à cintura, e, em outro impulso, precipitei-me para o interior do túnel. Tinha de agir com rapidez. Aquela frágil tocha não duraria muito. O fogo devorava o papel rapidamente e eu continuava ignorando a profundidade da galeria. Tremendo, agarrado à trave com a mão esquerda e dividindo a vista entre a trave, as inquietas ratazanas e a chama,

consegui avançar uma dezena de passos. Em parte para aliviar a tensão e o pânico e em parte para afugentar os sinistros habitantes do subterrâneo, acompanhei meus movimentos de sonoros uivos que, multiplicados pelo eco, deram o resultado que eu esperava: as ratazanas se dispersaram e se projetaram na cisterna.

Resisti quanto pude à proximidade da chama, até que, a poucos milímetros de meus dedos, seu calor obrigou-me a soltar a tocha. As trevas caíram de novo sobre o lugar. Intensifiquei meus gritos, enquanto desajeitadamente preparava uma segunda tocha. A aparição da luz não apaziguou o frenético palpitar do meu coração. Observei os paus mais próximos. As ratazanas, cada vez mais agitadas, haviam deixado de fugir e agora se amontoavam a três ou quatro metros de mim, nervosas e chiando. Outras retrocediam, evitando os travessões sobre os quais me encontrava. Gritei ainda mais fortemente, protegendo meu corpo com a chama. Não entendia o comportamento dos roedores, sua perigosa volta atrás. Por que não se refugiavam no mais profundo da galeria? A resposta estava diante de mim. Confuso e atento apenas às ratazanas, não percebi até quase chocar-me com ela.

De repente, à luz da tocha, pareceu-me vê-la. Sim, agora tinha certeza. O brilho amarelado da chama iluminou-a fugazmente. Mas só quando meu pé esquerdo topou com ela o pressentimento se converteu na mais decepcionante das realidades.

“Oh, não!”

Tateei incrédulo. A rugosidade da rocha desvaneceu minha esperança e minou minhas últimas forças. O túnel acabava em uma parede cimentada, lisa, nua. Atônito, movi a tocha para a direita e para a esquerda, procurando um vão, uma passagem, uma continuação da galeria. Nada. Os únicos orifícios eram os que os trabalhadores de Yadin haviam feito ao perfurar o subterrâneo com o madeirame de sustentação. Brechas que as ratazanas haviam ampliado, transformando-as em refúgio. O crepitar do fogo chamuscando-me os dedos chamou-me à realidade. Larguei a improvisada tocha, e o silêncio, as trevas e a desolação se abateram sobre mim. Por um instante havia esquecido onde estava. O sentimento de frustração era total...

Que estupidez a minha!

Só me cabia voltar, refazer o caminho para trás. Mas antes tinha de vencer aqueles vinte metros sobre uns pedaços de pau meio podres, escorregadios e tomados pelas ratazanas.

A sensação de inutilidade foi tão profunda que durante os primeiros minutos eliminou-me o medo. Maquinalmente, arranquei as últimas folhas do

caderno e ateei-lhes fogo. A sorte não estava do meu lado. Ao tentar guardá-lo no bolso da calça, o isqueiro escapou-me dos dedos molhados e caiu no poço.

Um palavrão traduziu toda a minha indignação. Como poderia cruzar a estrutura de madeira? Sem a proteção do fogo, os roedores poderiam avançar sobre mim... E um copioso suor banhou minhas têmporas... Fiquei olhando para a oscilante chama como que hipnotizado. Não teria tocha para mais de dois minutos. Então o medo sacudiu-me e sacudiu meu cérebro.

Ainda restavam folhas em meu caderno. Só que essas estavam repletas de anotações e eram sagradas. Pensei então em sacrificar o casaco ou a camisa... Por sorte, lembrei-me de outra coisa de mais fácil manejo. Passei a tocha para a mão esquerda e rapidamente apanhei um dos rolos de filme. Prendi a ponta entre os dentes e retirei-o do chassi. Ao segundo golpe, o metro e meio de filme saiu fora, enrolando-se em minhas pernas.

Era preciso trabalhar com precisão. Sem demora. Avancei até o poste mais próximo e, antes que a débil tocha se consumisse, envolvi o chassi e o filme na agonizante chama. O Tri-X retorceu-se, desprendendo um odor penetrante e tóxico.

As ratazanas, desorientadas pela repentina mudança de direção do fogo, reuniram-se sobre o madeirame que eu devia cruzar. Fiquei hesitante. Era preciso separá-las. Avancei uns dois passos sobre a trave rangente e as fustiguei com o fogo e meus gritos. Algumas fugiram. Outras, confusas e irritadas, ficaram paradas e começaram a girar sobre si mesmas, como que enlouquecidas. Temendo o pior, peguei meu lenço, ateei-lhe fogo e o atirei sobre as mais próximas. O pano e as fagulhas caíram sobre as ratazanas, provocando a debandada. O caminho ficou livre.

As línguas de fogo do filme, no seu verde-azulado, prosseguiram subindo lentamente.

Três, quatro novos passos.

Preparei mais dois rolos e, enquanto varria o madeirame com o filme em chamas, vigiando os roedores e procurando assegurar-me um mínimo de visibilidade, fui avançando e preparando um segundo filme.

Seis, sete passos mais.

Parei. Estava sem ar. Apanhei o outro filme e, quando já começava a cobrir o trecho final, o poste rangeu sob meus pés, cedendo e inclinando-se. Foi quase instantâneo. O filme escapou de entre meus dedos, afundando no poço com um pedaço da trave. Instintivamente, ao perceber o desabamento do madeirame, agarrei-me ao poste superior.

“Jesus Cristo!”

Foi só o que pude articular. O terror fechou-me a garganta. Pendurado e

balançando-me, lutei para içar-me até a trave salvadora. Outro sinistro estalejar me transtornou. Temendo que se quebrasse, optei por avançar, usando as mãos e o impulso do corpo no vazio. O poste subsequente não estava muito longe. Se conseguisse alcançá-lo, e supondo que as traves restantes não estivessem no mesmo estado da anterior, poderia de novo assentar meus pés e recuperar o pulso. Gemendo, resfolegando e rezando para que o úmido poste não desabasse, fui avançando palmo a palmo, com os dedos crispados e cobertos pelo mofo das madeiras.

“Meu Deus, ajudai-me!”

Em um dos vaivéns meus pés tropeçaram com o ansiado poste. “Aí está!... Um pouco mais!”

As forças já me faltavam. Tinha de chegar. Suspendi a respiração e, apertando as mandíbulas, ganhei um novo palmo. Mas, inesperadamente, meus dedos tocaram uma fria e robusta pata. Sentime morrer. Desprendi a mão direita e, numa reação instintiva, adiantando-me a um possível ataque, retesei os músculos e ergui-me até tocar com a cabeça a base inferior da trave. Não sei de onde extraí as forças e a coragem. E entre espasmos, urrando de raiva e pânico, golpeei o escuro com o punho fechado. Um dos golpes alcançou em cheio a ratazana, atirando-a no vazio. Tive o tempo exato de agarrar-me ao travessão, que oscilou perigosamente ao afrouxar-se a tensão.

O vulto escuro caiu como chumbo e foi estatelar-se contra a minha bota esquerda. E, ágil e precisa, afundou suas unhas no couro, mantendo assim o equilíbrio sobre o ventre.

“Oh, não!”

Fiz uma gritaria, pateando na escuridão. Mas a ratazana, tão grande como meu pé, resistiu às investidas. Se aquela besta trepasse pelas calças eu não teria remédio senão soltar-me da trave...

Um frio cortante subiu-me pela coluna. Podia sentir as unhas do animal perfurando minha bota. E notei que a perna esquerda, esgotada, perdia as forças. Minha mente negou-se a pensar. Em segundos me havia transformado em um louco, selvagem e irracional, dominado pelo pavor. Agitei-me, cuspi e dei um pontapé no bicho com a bota direita, ao mesmo tempo em que inundava o túnel com uma avalanche de gritos e pragas. Meio esmagada, a ratazana cedeu, projetando-se finalmente nas águas. Então, tomado de indescritível desespero, “voei”, quase, ao poste. E, engatinhando, abandonando toda a precaução, gemendo e uivando, deslizei pelo travessão, sem o menor senso de orientação e do ponto a que me dirigia.

Segundos depois chocava-me violentamente contra outro poste. Só me recordo de que, com o choque, perdi o equilíbrio. E a temida imagem da cisterna

me acompanhou na queda.

Pode parecer pueril. O caso é que sempre acreditei na proximidade do “anjo da guarda”. E, naquela ocasião, com mais razão.

Foi o frio que me acordou. Ao recuperar-me do choque, estava de bruços, com o rosto meio emborcado no barro. Tentei pôr-me de pé, mas a correia do estojo e uma dor aguda na fronte me impediram de mudar de posição.

O que havia acontecido? Onde eu estava?

Movi as pernas e levei um susto. Parte de meu corpo estava submersa na cisterna.

“Oh, Deus!”

Agora entendia. Rememorei a cena da ratazana, a enlouquecida corrida sobre o travessão e o golpe final. A Providência, no momento crítico, havia permitido que eu caísse na borda do poço, junto aos degraus de basalto.

Arrastei-me para fora da água e, aos tropeções, passei para o outro lado do tapume. Estava empapado, sujo de lodo e, o que era pior, abatido. Caminhei como um autômato, escalando a ladeira do subterrâneo, e não me detive até que, no fundo do poço, a morna luz do dia banhava-me dos pés à cabeça. Desfiz-me do equipamento e contemplei desolado minhas roupas. Minha cabeça latejava, se bem que não fosse o que mais me preocupava. Recostei-me contra a parede e fechei os olhos, deixando que o sol aquecesse meus nervos. Pouco faltou para que caísse no choro. Tudo havia sido inútil. Havia arriscado a vida... por nada. Ali, naquele inferno, só havia descoberto – uma vez mais – minha solene estupidez e uma ilimitada capacidade para sentir medo... O enigma, o Major e o Destino acabavam de zombar de mim. Desanimado, sem ânimo sequer para revisar as câmeras fotográficas, iniciei uma cansada ascensão por aqueles malditos e inesquecíveis cento e cinquenta degraus. Jamais voltaria a Hazor. Jamais...

Mas a agitada jornada não estava acabada.

Nas ruínas tudo era paz. Uma calma que eu havia perdido. Aspirei sofregamente a fresca brisa que baixava do Hermon e, ao pé dos cartazes que anunciavam o túnel, ergui os olhos para o azul do céu, agradecendo que, depois de tudo, Deus e seus “intermediários” houvessem sido misericordiosos.

A oração não durou muito. Os ponteiros do relógio, marcando 13h30, me advertiram que devia regressar. Havia perdido a noção e a medida do tempo. Ao longe, no vértice do triângulo arqueológico, um grupo de colegiais alvoroçados e tagarelas visitava a cidadela. Estremeci à idéia de que as crianças penetrassem na galeria e cometessem a travessura de saltar o tapume. E meus pensamentos se voltaram para junto de meus filhos.

O Mercedes estava fechado e abandonado. Soliman, talvez aborrecido pelas quatro horas e meia de espera, havia desaparecido. Mais sereno, tratei de pôr ordem em minhas coisas. Descalcei-me e examinei a bota esquerda com repugnância. O couro estava perfurado em diversos pontos. Tratei de afastar da mente o episódio. Tentei torcer a metade inferior das minhas calças, mas sem despi-las era impossível. O resto do equipamento, com exceção do caderno “de campo”, não parecia haver sofrido muito. Coloquei os sapatos e as meias no teto do carro e me sentei no escaldante solo de Hazor, encostado a uma parede. O hematoma da fronte começava a crescer e a tornar-se visível. Olhei-me de cima a baixo e o velho sentimento de frustração misturou-se ao asco. Eu cheirava mal.

Sem querer, com o sol batendo no meu rosto, caí na tentação de analisar e avaliar tudo que havia feito e investigado. O enigma continuava indecifrado, distante e selado. Não havia dado um passo sequer. Ao contrário. Tudo estava consumado. Perdido. Não me sentia com coragem para prosseguir. Para quê? Hazor era um fracasso. Aqueles, sem dúvida, haviam sido os minutos mais decepcionantes de toda a minha aventura em Israel.

Estava decidido. Retornaria a Jerusalém e tomaria o primeiro voo para a Espanha, sem mais delongas. Mas ainda uma vez o Destino tinha outros planos.

– Homem de Deus! Onde estava metido?

A grossa voz do guia, às minhas costas, foi providencial. Ainda que por apenas alguns momentos, tirou-me daqueles pensamentos.

Quando me virei para ele, Soliman fez uma cara de espanto.

– O que aconteceu com o senhor?

Levantei-me e procurei dissimular meu lamentável aspecto. Em vão. Boquiaberto, olhou-me com a maior atenção. E, mudo de surpresa, apontou para meus pés descalços, enquanto me interrogava com o olhar. Dei de ombros e, sem ênfase nem detalhes, dissolhe que havia sofrido um estúpido acidente no fundo da galeria.

A face citrina do nazareno distendeu-se em um sorriso de cumplicidade. Seus pequenos olhos negros reluziram. Não entendi nada. Fazendo-me um gesto com a mão, me convidou a voltar para o carro. Calcei-me em silêncio e, uma vez no interior do Mercedes, o perspicaz árabe me estendeu umas tangerinas, que devorei.

Soliman deixou passar alguns segundos. Observou-me sem o menor constrangimento e, quando julgou oportuno, perguntou-me em tom conciliador:

– O que é que o senhor procura, realmente?...

Meu olhar esquivo e o embaraçoso silêncio me denunciaram.

– Talvez eu o possa ajudar – tornou com habilidade.

Sorri no meu íntimo. Como poderia ele fazê-lo?

– Outros, antes do senhor, também tentaram.

Dessa vez olhei-o de frente.

– Outros?... Quando?

Eu havia caído no artil. Soliman, satisfeito, escarrapachou-se no assento e respondeu com um interminável sorriso.

– Mas de que é que você está falando? – repliquei, em um péssimo e tardio esforço para consertar minha tolice.

Tirou a mão esquerda do volante e, apontando as ruínas com o indicador, me disse:

– A lenda fala de um tesouro oculto nas entranhas de Hazor.

Aquilo era novo para mim. Incitei-o a prosseguir.

– Na época helenística, o fortim foi reconstruído, e sua guarnição foi testemunha da batalha de Jonatan contra Demétrio II. Pois bem, os sobreviventes, ao que parece, enterraram o butim em algum lugar da meseta...

Com uma sonora gargalhada cortei suas explicações. Não pude evitar. Desculpei-me e, fazendo um gesto negativo com a cabeça, fiz-lhe ver que desconhecia o assunto e que não era, precisamente, um tesouro o que eu perseguia. Ao menos um tesouro daquela natureza...

– Então...?

Suspirei desalentado. Lancei-lhe um breve e inquisidor olhar e, após alguns segundos de reflexão, deixei-me levar. Que é que eu podia perder?

– Tem razão, Soliman. Procuo alguma coisa...

Atento, assentiu com a cabeça.

– Procuo uma coisa que não consegui descobrir. Alguma coisa que pertenceu ou pertence a Hazor... Algo que tem asas...

O homem emudeceu. Por um momento pensei que ele me tomava por louco.

– Asas, o senhor diz?

Sem esperar resposta, concentrou-se em novas reflexões. O coração me deu um salto no peito. Por que fazia silêncio? Será que sabia algo? Era incrível. Em frações de segundo, uma chispa de esperança voltava a pôr-me em estado de tensão, afastando de meus pensamentos meu ainda recente fracasso.

Esperei nervoso. Mas o árabe não pestanejou. Apanhei minha carteira e, antes que ele abrisse a boca, mostrei-lhe uma nota de cem dólares.

– Se você me ajudar a encontrá-lo – disselhe com veemência –, se me disser onde encontrar um ídolo, uma pintura, uma pedra... não sei... algo que tenha asas, isto será seu.

Girou a cabeça lentamente. Examinou o dinheiro com avidez e, saltando o carro, gaguejou:

– Não se mova!... Espere aqui!

Surpreso, vi que ele corria e desaparecia em direção ao posto de controle. Abandonei o carro e pouco faltou para que saísse correndo atrás dele. Será que eu havia ofendido Soliman? Por que aquela violenta reação? Comecei a tremer. A espera se prolongaria por uma hora, uma interminável e irritante hora. E nesse lapso tive oportunidade de formular toda sorte de hipóteses. O mais curioso, todavia, é que minha aparentemente firme disposição de abandonar a tarefa se houvesse dissipado num abrir e fechar de olhos. Nunca consegui compreender minhas loucas contradições.

Soliman apareceu, finalmente, pela íngreme rampa de acesso às ruínas. Vinha correndo. Suarento, ofegante e pletórico, entrou no carro. Imittei-o. Então, sem palavras, pôs o carro em movimento, em direção à saída. Estava tão absorto que não tive coragem de interrogá-lo. Seu mutismo me inibiu.

Dirigia com velocidade, nervosamente. Cruzamos diante da guarita de controle como um turbilhão, envolvendo o guarda em uma branca nuvem de poeira. Pelo retrovisor, Soliman dirigiu-me um sorriso malicioso. Ao olhar para trás, vi que o guarda agitava os braços no meio daquela massa de poeira.

Minutos mais tarde, Soliman abandonava a estrada principal, estacionando diante de um moderno e funcional edifício de um pavimento, distante pouco mais de um quilômetro do *tell*.

– E então?

Como resposta, o hermético guia apontou com as mãos o edifício, exclamando:

– O Museu de Hazor!

Santo Deus! Eu havia esquecido! Dessa vez fui eu que corri para as portas de cristal, deixando-o para trás. Como não havia pensado nisso? Ali, com certeza, me aguardava a solução do criptograma.

“Hazor é seu nome...”

Trêmulo de ansiedade, irrompi no recinto. Ao ver-me, o porteiro, um homem grisalho, sorriu. Obviamente, estava a par dos manejos de Soliman. Ao abonar o meu obrigatório tíquete de entrada, fez um sinal em direção ao Mercedes, com um largo sorriso, e me franqueou a entrada.

– Compreendo – respondi. – Obrigado...

Lancei um aturdido olhar ao meu redor. O piso inferior, que faz as vezes de vestíbulo e recepção, continha apenas uma dúzia de peças e várias fotografias aéreas das escavações.

“Calma!” – ordenei-me com severidade. – “Muita calma.” O exame tinha de ser minucioso. Andei em torno das tinas e dos restos de cerâmica mas não vi nada de particular.

“... e suas asas te levarão ao guia.”

Concentrado na procura, precisei de uns minutos para reparar no anômalo daquela situação. O guia, incompreensivelmente, não se havia movido do carro. Observei-o através das grandes janelas. Nem parecia ter intenção de fazê-lo. Era muito estranho. Será que sua descoberta se resumia à vinda ao museu? Não, não era lógico. Podia haver poupado a canseira, conduzindo-me simples e diretamente ao lugar. De outra parte, se sabia alguma coisa, por que o mutismo? Ou não estava interessado na substanciosa gratificação? Estive tentado a voltar ao carro e interrogá-lo. A verdade é que eu mesmo, devido à pressa e à excitação, não lhe havia dado oportunidade de explicar-se. Mas – argumentei com certo aborrecimento – o normal seria que ele me houvesse seguido até o museu.

A curiosidade impôs-se. Esqueci o incidente e me dirigi para a escadaria que conduz à parte superior, ao museu propriamente dito. Pouco depois lamentaria o novo erro.

A única e espaçosa sala estava deserta. Imóvel, ao pé da escada, com o pulso acelerado, quis abarcar tudo em um segundo.

“Calma!”, me repeti, enquanto o senso comum tentava impor-se, com uma devoradora curiosidade.

“... o número secreto de suas penas é o número secreto do guia.”

Pressentia que a chave do enigma estava ao meu alcance. Podia quase senti-la. Ou seria apenas minha ansiedade?

Ainda que continuasse sem informação a respeito da natureza do “mensageiro Hazor”, algo no meu íntimo me dizia que assim que o visse o reconheceria. Então, na ponta dos pés, fui examinando as vitrines. Cerâmica avermelhada de diferentes períodos, pontas de flecha... Nada daquilo continha a mensagem que esperava.

Fui dando a volta pela sala, desprezando os inumeráveis cântaros, escudelas, teares, mesas de libações de basalto e as pesadas rodas de moinho utilizadas na Antiguidade para moer cereais.

Ao chegar a um grupo de estátuas, também de basalto, contive a respiração. Examinei uns leões negros deitados, esculpidos em pesados blocos prismáticos, todos – como o restante do museu – desenterrados nas escavações de Hazor. A forma da juba guardava certa semelhança com a de um corpo emplumado. Mas as figuras não tinham asas. E aquilo nada tinha que ver com penas. Não obstante, obcecado, contei as que recobriam uma das monumentais cabeças. O número – 205 – não me serviu para nada. Retrocedi alguns metros, procurando alguma secreta “leitura” na disposição do conjunto. Tive de render-me. Mas não desanimei. Precisava ser paciente.

“VÊ, ENVIO MEU MENSAGEIRO
DIANTE DE TI, MARCOS 1.2.”

Apesar de ter o criptograma de memória, de o haver decomposto e desfeito durante centenas de horas, fiz nova tentativa. A palavra “Vê” – sempre do ponto de vista do autor – podia encerrar um significado puramente literal: olhar um objeto, fixar deliberadamente o olhar nele. Claro que, segundo outra acepção, também queria dizer “reflexão em um assunto antes de tomar uma resolução”. Qualquer delas era válida. Insinuaria o Major que eu deveria concentrar meus cinco sentidos em alguma coisa chamada “Hazor” ou oriunda de Hazor? Ou, ao contrário, tratava-se de uma advertência ou convite à meditação?

O instinto não hesitou. Inclinei-me pela primeira hipótese. Hazor tinha de ser “algo”. E “algo” sólido, visível, suscetível de ser medido e contemplado.

“... e suas asas te levarão ao guia, MARCOS 6.2.0.”

Asas? Aí estava o problema. Se eu aceitasse a palavra em seu sentido natural, o lógico era pensar em um ser alado. Mas qual? Em um animal? Em um deus? Em um homem ou uma mulher?

Se, ao contrário, me ajustasse ao segundo significado⁴ – “fila”, “fileira” –, o dilema se complicava. As ruínas não guardavam uma especial simetria, nem fui capaz de descobrir uma só fileira de pedras, colunas ou caminhos que indicasse ou me “levasse” ao “guia”. Além disso, se o Major houvesse concebido o vocábulo “asas” como “filas”, por que então as “penas”?

Fechei o caderno “de campo” e, convencido de que o “mensageiro” era outra coisa – quem sabe uma pintura, uma moeda, uma estatueta? –, reiniciei as pesquisas.

Não era preciso demasiada agilidade mental para deduzir que o que se exhibe no Museu de Hazor é uma parte mínima do realmente descoberto e resgatado no *tell*. Na documentação consultada em Jerusalém constava uma legião de objetos que não estavam à mostra naquele modesto museu do norte da Galiléia. Esta realidade tirou-me um pouco do entusiasmo. Apesar disso, enfrentei cada um dos artefatos e peças, “dissecando-os” milímetro por milímetro. O que me consumiu mais tempo foi uma tabuinha retangular, pétrea, com uma série de incisões horizontais e verticais. Tratava-se de um jogo e a peça era milenar. Era o que dizia a legenda. Uma espécie de “rayuela”⁵ rudimentar, com um total de 21 quadradinhos em três fileiras: uma, central, com 10, e duas laterais com 5 cada uma. A fileira da direita incluía um sexto quadrado, ajustado a meia altura. Em quatro desses quadradinhos, o artífice gravara vários “X”. Somei, diminuí e multipliquei as “cruzes” daquela charada, até que, aborrecido, me convenci de que também ali eu nada encontraria que estivesse ligado ao criptograma. A um primeiro exame, descobri que as séries de quadrados somavam 21 e me

alvoroei. Lembrei-me do “ritual do Cemitério de Arlington”. Mas aí paravam as coisas. Simples coincidência?

Igualmente não dei importância a um grande caracol seccionado no vértice, perfurado em dois ou três pontos, e que constituía um velho instrumento musical: o conhecido *schofar* da Bíblia.

Os delicados escaravinhos sagrados de marfim e osso, repletos de inscrições egípcias, também nada renderam para a minha investigação.

Quanto às estatuetas de bronze, armas, colares e outros objetos de adorno, nem um só correspondeu às características do enigma: nem asas, nem penas, nem números secretos, nem a mais remota pista ou indício.

Sentime irremediavelmente derrotado.

Ao regressar ao vestíbulo, a amargura e a decepção foram substituídas pela indignação. Soliman conversava com o porteiro. Sentime enganado. E avancei para o guia, disposto a recriminá-lo severamente. O árabe, alertado por seu companheiro, deu meia-volta e, ao descobrir minha irritação, abandonou o sorriso. Entretanto, não me deixou falar. Recuperou imediatamente seu bom humor e, erguendo as mãos em sinal de paz, tomou a iniciativa:

– Não me diga nada. O senhor sofre o problema da juventude...

Olhei para ele sem entender nada.

– Meu amigo, o senhor é muito impulsivo. O senhor não encontrou o que procura porque não confia em Soliman.

Então, tomando-me pelo braço, arrastou-me para fora do museu.

– Venha comigo – foi seu único e seco comentário.

Não resisti. Abriu a portinhola do automóvel e convidou-me a sentar-me ao seu lado. Era assombroso. Da amargura, decepção e aborrecimento eu havia saltado – em questão de minutos – à surpresa e à expectativa. Aquele homem sabia de alguma coisa. E eu, como um idiota, havia tornado a desperdiçar um tempo precioso. Acabava de aprender a não abrir a boca e a escutar. Uma importante lição.

Sem deixar o sorriso de lado, apanhou uma escura e sebenta carteira, extraíndo dela o que à primeira vista me pareceu um cartão-postal. Os nervos me traíram. Estendi a mão para tomá-lo, mas ele fez um gesto negativo de cabeça e tornou a guardar o objeto. Depois aproximou sua mão direita do meu rosto e agitou os dedos indicador e polegar. Estava claro. Primeiro exigia o dinheiro. Entreguei-lhe os cem dólares americanos e, mantendo o eloquente diálogo nos mesmos termos, estendi-lhe minha mão direita, significando que lhe reclamava o misterioso cartão. Soliman congelou o sorriso, repetindo o internacional e conhecido código que simboliza o dinheiro. Recordei-lhe o combinado. Tentei

fazer com que ele pelo menos me mostrasse primeiro o que ocultava na carteira. O astuto árabe não mordeu a isca. Impassível e insensível a meus rogos, sugestões e argumentos, continuou silencioso, com o seu sorriso petrificado e sacudindo os dedos. Queria mais dólares. Cedi, claro. Era o preço da minha desconfiança anterior. O guia não perdoava; e agora, seguro de si, tinha-me contra as cordas.

Não que eu tenha uma fraqueza por dinheiro, mas, ao ver voar a segunda cédula de cem dólares, senti que minhas modestas economias acabavam de sofrer um sério golpe. “Bem” – consolei-me –, “ainda me resta o recurso dos cartões de crédito...” Minha estada em Israel poderia ser prolongada e os gastos, com essas investigações e peripécias, são sempre vultosos. Mas minha confiança na Divina Providência – e, repito, em seus “intermediários” – é quase suicida. Então cedi à sua exigência.

– Bom menino! – exclamou Soliman.

Abriu de novo a carteira e, satisfeito, me deu o que de fato não passava de um reluzente e recém-comprado cartão-postal, que lhe teria custado não mais que 20 ou 30 centavos de dólar.

Estalou a segunda cédula e, desconfiado, ergueu-a à altura do pára-brisa, testando sua autenticidade. Depois olhou para mim curioso e amável, estudando minha reação.

No postal viam-se as duas faces de uma antiqüíssima moeda: um *stater* de prata, cunhado, provavelmente, na cidade fenícia de Tiro durante o período persa. Quer dizer, na quarta centúria antes de Cristo.

Meu pulso se acelerou, dando por bem empregados os duzentos dólares.

– Santo Deus! – exclamei alvoroçado.

– Era isso o que procurava? – perguntou ele feliz.

Não soube nem pude responder-lhe. A emoção me bloqueava. Aquilo poderia constituir uma pista. Uma valiosa pista...

Soliman esperava que eu o crivasse de perguntas. Onde, como e quando havia localizado aquelas imagens? Eu tinha em minha mente todas essas perguntas mas limitei-me a devorar em silêncio as faces da velha e deteriorada moeda. Em especial a da esquerda do postal. E os minutos voaram. Por fim, cortês mas firme, meu acompanhante interrompeu minhas divagações para perguntar quais eram minhas intenções, pois já entardecia.

– Sim, claro – murmurei. – Mais um momento, por favor.

Retornei ao museu, com o postal na mão, e pedi ao funcionário que me mostrasse todos os cartões-postais, folhetos e documentação que estivessem à venda. Não havia grande coisa. Além daquele que eu já tinha e que o árabe havia

comprado ali mesmo, o resto do material não significava nada para os meus objetivos. Conclusão: aquele era o único “testemunho alado” existente no *tell* de Hazor. Eu queria e precisava de um máximo de segurança antes de reiniciar minhas investigações.

Enquanto saía ao encontro do carro e de Soliman – certamente devido ao cansaço acumulado –, tomei a decisão de encerrar a visita a Hazor. Meu corpo e meu espírito reclamavam um pouco de sossego e uma boa ducha. Depois, no silêncio de meu apartamento no hotel, resolveria o que fazer.

O guia ficou satisfeito com a ordem de regressar a Nazaré. Na verdade, pouco ou nada havia mais para perguntar a respeito daquele providencial cartão. E não tinha sentido contar-lhe minha história e meus objetivos. Então, salvo uns poucos e irrelevantes comentários, recolhime em um total mutismo. E Soliman, respeitoso, não insistiu na história do tesouro nem nas tramóias que, evidentemente, ele supunha que eu arquitetava.

Despedimo-nos quando a noite já havia entrado. O bom homem, que parecia haver se afeiçoado a mim, desfez-se em sábios conselhos, oferecendo-me a hospitalidade de sua casa e fazendo-me prometer que o contrataria se fizesse novas viagens pela Galiléia.

O cansaço acabou por dobrar-me. As emoções, os sustos e o desperdício de energias daquela jornada cobraram seu tributo. E em torno de uma hora da madrugada tive de interromper a análise da moeda. Em sonhos, como me ocorre com frequência, minha mente continuou trabalhando e pesquisando, na busca de uma interpretação. Foi outra noite de pesadelos, em que se entremearam a distante voz do Major – ditando-me o criptograma –, os pavorosos ataques das centenas de ratazanas e um gigantesco corujão, voando em silêncio sobre as ruínas de Hazor.

Pouco antes do alvorecer, acordei sobressaltado e com o corpo moído. Não sabia onde estava, como já me sucedera algumas vezes. Em outras pesquisas, de fato, já me acontecera despertar na obscuridade de um aposento e levar alguns segundos para que minha mente, confusa, se localizasse.

Coloquei o cartão-postal junto ao espelho e, enquanto me barbeava, fiz um balanço dos resultados da véspera. Na verdade eu não podia dar-me por satisfeito. A face da moeda do lado esquerdo apresentava um corujão, com o corpo de perfil e a cabeça voltada diretamente para o observador. Tratava-se provavelmente de um mocho real ou “grão-duque”, com uma cauda longa e os característicos penachos de penas sobre as aberturas auriculares. Atrás da ave noturna via-se uma espécie de báculo do qual pendia um apêndice triangular. Quase que certamente um espanta-moscas.

A efígie da direita, bem mais deteriorada, parecia representar uma deidade

mitológica: uma espécie de tritão ou deus das águas cavalgando um cavalo com uma cauda de peixe. O herói, guerreiro ou divindade, estava na atitude de disparar um arco. Por baixo do cavalo-marinho via-se a superfície da água e, no extremo inferior da moeda, um delfim voltado na mesma direção do grupo anterior.

Naturalmente, desde o momento em que vi a reprodução do *stater* de prata, minha atenção concentrou-se na ave. Como já comentei, era o único indício, relacionado com Hazor, que apresentava asas e penas. Melhor dizendo, uma asa, pois na posição em que estava representada só a asa da direita aparecia. Essa circunstância me confundiu. O enigma falava em “asas”, no plural. E, para cúmulo da má sorte, essa única e solitária asa estava muito desgastada, formando um todo uniforme e monocromático, sem o menor vestígio de penas. Apesar disso examinei o resto do corpo, que, em compensação, apresentava uma nítida e abundante plumagem. A soma final das plumas – das que a passagem dos séculos havia respeitado – voltou a surpreender-me. Eram trinta e três. Quer dizer, somando ambos os algarismos, “6”. De novo o enigmático “6”...

Aí se esgotavam minhas descobertas. Mas não me dava por vencido. Sem documentação e a imprescindível assessoria dos especialistas em numismática, mitologia persa, fenícia, egípcia e assírio-babilônica, era inútil tirar conclusões. Que poderiam representar aqueles símbolos? E, muito especialmente, qual a secreta interpretação para a imagem do corujão real e do espanta-moscas egípcio? Ou não era um espanta-moscas?

“... e suas asas te levarão ao guia.”

Não devo ocultar que esta frase do criptograma, tão precisa, me levou a desconfiar. E se não fosse o *stater* de Tiro o “mensageiro” anunciado pelo Major? De que forma uma só asa poderia conduzir-me ao “guia”?

A confusão imperava naquele momento. Tinha de refletir e agir com sagacidade. Para começar, devia reunir um máximo de informação sobre a moeda, mas o fundamental mesmo era achá-la. Onde estaria depositada? Convinha estudá-la e estudar sua localização e tudo que a rodeava. Quem sabe se o lugar em que se encontrava ou o proprietário da peça milenar podia projetar mais luz do que as próprias imagens cunhadas em suas faces?

Com certeza nem no *tell* de Hazor nem em Nazaré tinha eu muitas possibilidades de decifrar o novo mistério. A maior parte dos tesouros arqueológicos descobertos em solo israelense encontra-se nos magníficos museus de Jerusalém, Nova York, Paris e Londres. E a meseta de Hazor não é exceção. Era preciso regressar a Jerusalém e recomeçar praticamente do zero.

Não vacilei. Nessa mesma manhã, navegando entre a esperança e o desalento, fechei a conta e abandonei o hotel e a cidade de Nazaré. Desta vez

decidi-me por um ônibus interurbano. Minhas finanças não teriam resistido ao custo de um táxi ou de um carro de aluguel.

Ao meio-dia daquela terça-feira empurrava eu a porta giratória do número 39 da rua Keren Hayesod em Jerusalém. Como sempre, o vestíbulo do Hotel Moriah era um fervilhante ponto de encontro de turistas dos mais remotos confins. E, uma vez mais, no meio daquela massa eufórica e gritalhona de alemães, japoneses, italianos e norte-americanos, sentime só e estranho.

Davi, o único recepcionista capaz de articular algumas frases em espanhol, entregou-me alguma correspondência e mostrou interesse no hematoma que eu apresentava na fronte. Agradei a solicitude mas tratei de não emprestar maior importância ao assunto. Quanto às chamadas telefônicas, eram todas do Instituto de Relações Culturais. As peripécias em Hazor me haviam feito esquecer as obrigações contraídas com aquela entidade oficial israelense. A situação me incomodou. Procurei uma desculpa que justificasse meu silêncio. Não era fácil. Que podia eu dizer? Como explicar satisfatoriamente meu hematoma? Aquele severo controle começava a irritar-me. Então tratei de ignorar as chamadas do Instituto e mergulhei na leitura de um dos guias turísticos de Jerusalém. O razoável era iniciar minhas novas pesquisas pelos mais importantes museus da cidade. Como segunda opção tinha os peritos em numismática e, por último, os diferentes departamentos de Arqueologia e Antiguidades da Universidade Hebraica e do Serviço de Conservação do Patrimônio Histórico do Governo de Israel. O árduo da tarefa não me atemorizou. Estava disposto a remover céus e terras para encontrar o *stater*. Curiosamente, minha busca terminaria muito antes do previsto...

Não sei bem por que, entre tantos museus, fui escolher o Rockefeller. Talvez porque já fosse tarde e o museu estivesse próximo ao meu hotel. Em Jerusalém, a quase totalidade dessas instituições fecha suas portas entre as cinco e as seis da tarde. Eu dispunha, portanto, de três horas. Além disso, na extensa relação de cientistas com os quais eu havia começado a entrevistar-me figurava um, Joe Zias, do Departamento de Antiguidades do Rockefeller, que seguramente poderia orientar-me. Tudo isso, suponho, me levou a chamar imediatamente o 278624. A sorte me ajudou. Zias estava no museu e me receberia. Minutos mais tarde um táxi me deixava no extremo da rua Suleiman, diante das muralhas do vértice norte da Cidade Velha. Permaneci uns segundos absorto, a desfrutar o branco-azulado daqueles muros. Era imperdoável. Desde que chegara à Cidade Santa não me havia concedido um minuto de prazer.

Resignei-me e, após um minucioso exame do meu equipamento fotográfico, o vigia do museu reteve o estojo. As medidas de segurança, tanto fora como

dentro do palacete que serve de sede ao museu, eram plenamente justificadas. Os tesouros ali depositados são excepcionais.

Zias ouviu-me com curiosidade e examinou a figura do cartão-postal. Não vacilou. Observou-me detidamente e, desconfiado, perguntou sem rodeios:

– Por que o interesse em uma peça tão antiga?

– É uma longa história – improvisei. – Investigo sobre o mundo mágico e iniciático das velhas civilizações semíticas, e essa ave, sem dúvida, é uma peça-chave. Tento localizar a moeda e recolher o máximo de informação em torno de sua origem e possível significado.

O cientista passou a língua pelos lábios, em uma atitude de quem não estava muito convencido, ergueu-se da sua mesa de trabalho e aproximou-se de uma das estantes. Folheou o índice de um grosso livro e, após localizar o capítulo buscado, abriu-o e tornou a sentar-se à mesa, sempre com a mesma descrição. Atirou um olhar furtivo sobre as páginas que detinham sua atenção. Entre as quatro ilustrações distingi duas que reproduziam moedas. Mas não me atrevi a mover-me. Meu coração bateu mais forte.

Imperturbável, Zias continuou a ler e voltou atrás duas ou três folhas. A tensão começava a incomodar-me. Que teria ele encontrado?

Finalmente, voltando ao ponto de partida, estendeu-me o pesado livro para que eu comprovasse. Tratava-se de uma obra sobre mitologia geral, de F. Guirand, aberto nas páginas 106 e 107. Nesse capítulo fazia-se uma exaustiva descrição dos deuses e heróis mitológicos fenícios. E na página 106, realmente, podiam ver-se duas gravuras em preto-e-branco com antiqüíssimas moedas de Arvad, Biblos e Tiro. Uma das peças – na ilustração localizada no canto superior esquerdo – deixou-me atônito. Precipitei-me sobre a legenda da fotografia. Sua leitura me decepcionou. Dizia assim: “Moedas de Arvad (acima) e de Tiro (abaixo), com temas mitológicos. Paris, Biblioteca Nacional (Gabinete de Moedas)”.

Ergui a vista, desolado.

– Santo Deus! – balbuciei. – Está depositada em Paris!

O arqueólogo não pôde conter um sorriso irônico.

Todas as minhas esperanças naufragavam. A moeda achava-se a mais de nove mil quilômetros de Jerusalém.

– Sim – enfatizou o judeu –, essa, sim...

Olhei para ele sem compreender. E Zias, apontando com o indicador esquerdo para a gravura, sugeriu-me que prestasse maior atenção ao que tinha diante de mim.

Voltei então a examinar as duas faces da moeda de baixo, a de Tiro, e vi que tinha errado. Ainda que os motivos fossem os mesmos da moeda de Hazor, tanto

a ave quanto o cavaleiro e seu cavalo-marinho estavam mais realçados e apresentavam ligeiríssimas variantes. Na de Paris, a cabeça do “grão-duque” e o espanta-moscas, por exemplo, apresentavam inclinação mais acentuada para a esquerda em relação à outra moeda. Não havia dúvida. Eram diferentes. No entanto, a trégua duraria pouco. O cientista não soube resolver a seguinte e mais importante questão. Consultou os catálogos do museu e, para meu desespero, fez um sinal negativo com a cabeça. A peça encontrada nas ruínas de Hazor não se achava na vitrine nem nos depósitos do Rockefeller.

– O senhor esteve no museu de Israel?

– Está na minha agenda – respondi resignado.

Zias também não soube dizer nada sobre o significado das figuras. Para ele, como bom profissional da ciência, o corujão, o espanta-moscas e o não menos enigmático cavaleiro montado num cavalo-marinho eram simples alegorias mitológicas. Nada mais. Minha insistência foi inútil. A possível simbologia esotérica do *stater* ficava relegada ao mundo da fantasia e dos “loucos”.

Apesar do desapontamento, agradei sua valiosa ajuda. E o judeu, comovido, talvez, por minha teimosia em continuar procurando a moeda de Hazor, recomendou-me que procurasse Michal Dayagi-Mendels, conservador e responsável pelos períodos persa e judeu do museu de Israel. Com certeza, um dos museus de maior relevância do mundo. Um lugar que jamais esquecerei...

Deus, ou seus “intermediários”, escreve direito por linhas tortas. Sábua máxima... Este tolo aprendiz de quase tudo estava a ponto de o comprovar uma vez mais.

Rachel, a prestimosa funcionária do Instituto de Relações Culturais, voltou a telefonar-me. Sabia do meu regresso a Jerusalém e não tive como deixar de enfrentar a crua realidade. O dia chegava ao fim e, apesar de meus bons propósitos, a fase seguinte das investigações, no museu de Israel, teve de ser postergada. A conversa telefônica com a funcionária israelense somente contribuiu para complicar ainda mais minha posição. Precisava de liberdade de movimentos e, para a decepção da rígida e disciplinada Rachel, anunciei-lhe minha intenção de suspender minhas entrevistas até novo aviso. O único pretexto verossímil que me veio à mente foi o da grande marcha a pé de Nazaré a Belém: queria empreender o projeto quanto antes e, por isso, as reuniões passariam a segundo plano. Como em encontros precedentes, ela tentou dissuadir-me, alegando que uma caminhada de tais proporções exigia uma preparação e uma infra-estrutura mais consistentes e minuciosas. Não cedi um milímetro. Melhor dizendo, só me mostrei de acordo em trocar impressões com o doutor Liba, diretor do Instituto, e em aceitar uma carta oficial da entidade que, de alguma

maneira, apoiasse minha aventura e fizesse as vezes de “salvo-conduto”. E à primeira hora do dia seguinte cruzava a porta do número 6 da rua Sokolov, para receber o utilíssimo documento, em hebraico, das mãos do próprio Moshe Liba. Um documento em que se detalhavam meus objetivos e se recomendava ajuda e colaboração das autoridades militares das zonas pelas quais teria de passar. O documento – no momento eu não podia ter a menor idéia disso – seria providencial em determinados momentos da dura e inesquecível marcha de quatro dias pela margem direita do rio Jordão. Mas esta é outra história que pouco ou nada tem que ver com o enigma do Major e que talvez um dia eu me anime a narrar.

A partir daquela radiante manhã de quarta-feira, o ônibus número 9 se converteria em elemento familiar para mim. Foram dias cheios de emoção, em que, salvo raras ocasiões, aquele ônibus representou minha única ligação com a rua e a população de Jerusalém. Ao tomá-lo pela primeira vez na Avenida George V, defronte ao Hotel Plaza, meus pensamentos continuavam voltados para o *stater* e suas indecifráveis figuras. A do corujão, principalmente, me trazia obcecado. Por que suas penas somavam “6”? Podia ser essa a ambicionada pista? Como eu disse, os caminhos da Providência são imprevisíveis. Naquela mesma noite, de regresso ao hotel, daria risada de mim mesmo. Mas sigamos o fio dos curiosos acontecimentos que se avizinhavam.

Eu havia visitado o museu de Israel em minha anterior estada no país. Os museus, eu o reconheço, são uma velha fraqueza minha. Ao descer ao sudoeste da cidade, o espaçoso complexo abriu-se diante de mim como um novo desafio. Por onde começar? O museu reúne um total de vinte e sete instalações, com um pequeno núcleo de salas dedicado às mais heterogêneas disciplinas: arte, pré-história, arqueologia judaica e asiática, etnografia, biblioteca e muitas outras.

Era elementar. Talvez Dayagi, o *curator* ou conservador dos períodos judeu e persa, pudesse facilitar meu trabalho. Como primeira medida, porém, eu seria obrigado a expor-lhe os antecedentes e localizar a moeda. Mas, como já disse, o Destino tinha outros planos. Michal não se achava em seu gabinete de trabalho. E ninguém soube informar-me quanto à sua possível volta ao museu. Mostrei o cartão-postal a uma das funcionárias do Serviço de Informações e Relações Públicas, mas ela, tão ignorante quanto eu sobre o assunto, aconselhou-me a consultar a biblioteca do centro. A sugestão aborreceu-me. Aquilo significava, quase com certeza, uma nova e irreparável perda de tempo e energia. Também havia a possibilidade de lançar-me a uma busca cega do *stater* por entre as dezenas de salas e as centenas de vitrines. É curioso. O razoável teria sido que eu obedecesse aos sensatos conselhos de minha informante e do senso comum, procurando os bibliotecários ou outros arqueólogos e especialistas em

antiguidades. Inexplicavelmente, ignorando os argumentos de minha consciência, escolhi o mais difícil... e atraente: empreender a busca por meus próprios meios. Essa perigosa e suponho que genética tendência minha tem-me custado sérios reveses. Mas enfrentei o desafio. A operação podia ser um rotundo fracasso. Eu o sabia. Entretanto, esse método – como tudo que é imperativo e perigoso – exerce sobre mim uma influência dominadora. Não vejo nada mais excitante que uma aventura no desconhecido. Então, com um entusiasmo transbordante, desci as escadas que conduzem ao pavilhão de arqueologia no subsolo. Não sei exatamente o que foi, mas “algo” parecia chamar-me nas entranhas do museu. Bendita intuição! Ou não foi a intuição o que me guiou os passos? Nunca o saberei...

Consultei o relógio. Eram dez horas. O museu fechava às dezessete. Dispunha eu, portanto, de uma larga margem, mais do que suficiente, para explorar as salas, todas elas repletas de material correspondente aos nove ou dez séculos anteriores a Cristo.

“Hazor é seu nome...”

As imagens da moeda e o *tell* de Hazor eram minhas únicas pistas. Lenta e repousadamente iniciei a investigação, com os cinco sentidos postos em qualquer peça, mapa, escultura ou referência que levasse o nome de Hazor ou Tiro.

“... e suas asas te levarão ao guia.”

Doze horas. As estéreis pesquisas começavam a dobrar-me o ânimo. E se aquele método se revelasse tão inócuo como os anteriores? Que segurança tinha eu de que a moeda de prata havia sido vista e “utilizada” pelo Major?

Pacientemente, examinei uma legião de restos correspondentes à Idade do Bronze, remontando, mesmo, a séculos tão fora de lugar como o XVII e o XVIII antes de Cristo.

Desprezei os vestígios achados nos estratos do primeiro período da Idade do Ferro, e, ali pelas treze horas, os acontecimentos precipitaram-se. Ao entrar na sala 309, de arqueologia, o quadro-resumo do segundo período israelita da Idade do Ferro (1000 a 586 a.C.) despertou a minha atenção. O *stater*, segundo os arqueólogos, havia sido cunhado ali pelos 400 antes de nossa era. Estava, pois, muito próximo do meu alvo.

Fiel à tática de explorar cada sala começando sempre pela direita da porta de acesso, fui andando diante da primeira parede e observando umas diminutas estatuetas de terracota e uma valiosa coleção de selos e moedas. Dobrei o canto e, ao iniciar a exploração da segunda parede, um nome e uma pequena cabeça de argila me fulminaram: Hazor!

Atirei-me sobre a peça. A etiqueta explicativa falava de Astarte, deusa da fertilidade, encontrada nas ruínas do *tell*, da oitava centúria antes de Cristo. “Claro” – disse-me a mim mesmo –, “esta finíssima escultura de greda foi extraída por Yadin na escavação do IV estrato.” Atenção! Sem perceber havia penetrado em uma sala na qual Hazor podia ocupar um lugar proeminente. E não me enganava. No chão, junto a uma representação mutilada de Astarte, exibia-se um ciclópico lintel de pedra, utilizado em uma das portas da cidade-fortaleza. Tremi de emoção. Meus sentidos abriram-se para absorver desde o mais simples dos detalhes. Voltei a examinar a cabeça da deusa, subjugado por seus olhos e, em especial, pelo quase imperceptível e malicioso sorriso de seus breves e delicados lábios. Não sei explicar. Na verdade, nem eu mesmo o entendo. Minha vista e meu coração ficaram cativados pela doce e ao mesmo tempo burlesca expressão daquele rosto avermelhado. Tive a clara sensação de que, apesar do vazio de seus olhos, a divindade transmitia-me algo. “Isso é ridículo”, concluí ao término da minha intensa observação. Voltei-me, então, e lancei uma vista geral à sala. O enigmático sorriso de Astarte – agora às minhas costas – continuou vivo e flutuante em minha mente.

“Um momento...”

Fui colocar-me à esquerda do pedestal que sustentava a figura, tentando seguir a direção apontada por seus fascinantes olhos. Não havia dúvida. Astarte “olhava” para o centro geométrico da sala quadrangular. A lógica revelou-se de novo.

“Está doido!”, acusei-me a mim mesmo.

Muito possível. Mas também era certo que muitas destas “doidices” têm-me proporcionado estimulantes surpresas.

Um familiar estremecimento em todo o meu corpo pôs-me alerta. Já não podia retroceder. A curiosidade era mais forte. Encarei Astarte de novo e, dessa vez, o sutil sorriso acentuou-se em minha imaginação. Ou não teria sido coisa de minha imaginação?

Dei meia-volta e, sem atrever-me a mover um músculo, espiei o pedestal que se erguia a quatro ou cinco metros. Que haveria nele? Por que sua simples contemplação alterava meu pulso? A situação era ridícula. Afinal de contas, cedo ou tarde teria chegado até ele... Não estaria exagerando? Por que prestar tanta atenção a um obscuro sorriso e a uns olhos de barro?

Sempre gostei de encarar situações-limite. Estados que podem resultar, ou não, em surpresas e logros altamente proveitosos. Então, medindo cada passo, fui-me aproximando do negro pedestal – provavelmente de metal – que

sustentava uma urna cúbica. À sua direita, em nível inferior ao da arca de cristal, em pé, também de metal, abria-se um atril.

A meio caminho me detive. Estava certo, mas queria confirmá-lo. Voltei e procurei os olhos da deusa. De fato, mantinham a trajetória que levava a uma coluna. Uma dolorida mescla de ansiedade e desânimo paralisou-me por alguns segundos. Minha vista perpassou pela face do pedestal sem descobrir o obrigatório rótulo explicativo. Talvez se achasse no interior da urna. A tensão desencadeou-se e, de um salto, lancei-me sobre a arca. O instinto me bradava que ali, entre aquelas paredes de vidro, tinha de estar o que eu perseguia: a milenar moeda de Hazor, com o corujão real.

Foi um golpe. Meu orgulho, minha fantasia e minhas esperanças desvaneceram-se. Não pude afastar-me da urna. Em seu interior não estava o ambicionado *stater*. Apenas três objetos, de osso ou marfim, pertencentes a um adereço feminino. A decepção feriu-me tão profundamente que nem sequer reparei nas etiquetas datilografadas que explicavam a natureza e origem dos utensílios à vista. Estava hipnotizado pelo desencanto, e minhas mãos mantinham-se aferradas às arestas daquela maldita urna de 45 centímetros de largura. E ali mesmo lancei uma maldição à deusa e, obviamente, à minha estúpida afoiteza.

Contorci-me com raiva e, cravando os olhos nos de Astarte, interroguei-me a mim mesmo. Como podia ser tão ingênuo e tolo ao mesmo tempo? Não tinha solução...

Nesse momento, enquanto fulminava a pétrea e zombeteira divindade desenterrada em Hazor, meu subconsciente, de maneira subliminar, ressuscitou a imagem de uma das peças contidas na urna.

“Deus! Que era aquilo que eu acabava de contemplar às minhas costas?”

Pestanejei nervosamente. E a máscara de argila, como sucedera pouco antes, pareceu confirmar minhas suspeitas, dilatando seu trejeito de zombaria e fazendo-me vacilar.

“Não é possível!”

Inclinei-me para a vitrine. Comprovei que o que repousava em seu interior não era fruto de minha desenfreada imaginação e devorei a etiqueta que se encontrava na base do objeto.

Uma sacudida fez-me retroceder. Assustado, tratei de fugir dali para refugiar-me em um dos ângulos da sala.

“Que tipo de jogo era aquele?”

“... e suas asas te levarão ao guia.”

O criptograma voltou nitidamente ao meu cérebro.

“Era absurdo! Tudo era absurdo!...”

“Vê, envio meu mensageiro diante de ti...”

A cabeça da deusa. O enigmático sorriso. Seus olhos vazios. E agora... “aquilo”.

“Deus!”

Eu sabia que era proibido fumar. Mas acendi um cigarro, deixando que o fumo acalmasse meus nervos. Apaguei-o após a segunda e relaxante tragada e voltei decidido para a urna.

“Incrível!”

Completei uma volta em torno à caixa de cristal, observando-a de diferentes ângulos.

“... o número secreto de suas penas.”

Tudo parecia encaixar-se. Ou era minha alegria que, afoita e fantasiosamente, concebia um novo fantasma?

Roguei a mim mesmo que conservasse a serenidade. Abri o caderno “de campo” e, quase sem pulso, copiei a legenda, em inglês, que estava na etiqueta da minha descoberta. Dizia textualmente: “DECORATED BONE HANDLE. Hazor, 9th century B.C.E. Probably part of a mirror or sceptre, the handle shows a winged figure grasping the open volutes of a ‘tree of life’ in relief”.

Traduzido, queria dizer que aquela peça – um cabo de osso decorado – procedia de Hazor. Sua antiguidade, segundo os arqueólogos, remontava ao nono século a. C. O rótulo acrescentava que provavelmente se tratava de parte de um espelho ou cetro em que aparecia, em relevo, uma figura alada agarrando as volutas abertas de uma “árvore da vida”.

Uma figura alada! E originária de Hazor! Um ser com asas, infinitamente mais atraente do que o corujão!

Fiquei colado ao vidro, absorto e maravilhado. O delicado relevo, trabalhado sobre um cilindro de osso de uns vinte centímetros de altura por seis ou sete de diâmetro, representava, com efeito, uma espécie de anjo com quatro grandes asas estendidas. Duas nasciam de suas costas e as outras, voltadas para baixo, da cintura. Apresentava o típico perfil egípcio-babilônico, com os braços ligeiramente separados do corpo. O direito, estendido para a frente; o esquerdo, para trás. As mãos, como dizia a legenda, agarravam diferentes ramos (?) de um arbusto atarracado. Aquela criatura híbrida tomava a quase totalidade da superfície do cabo. Quanto à “árvore da vida”, havia sido lavrada na face oposta.

As duas peças que acompanhavam o “anjo” – foi como o batizei desde o primeiro momento – não me chamaram a atenção. Uma consistia em uma colher de marfim, utilizada seguramente em cosmética, com o cabo lavrado e tendo por motivo folhas de palmeira invertidas. Um pequeno espelho retangular, situado no piso da urna, permitia ver sua face interior. A outra – também desenterrada nas

ruínas de Hazor – era uma parte de uma taça ou recipiente cilíndrico, também de marfim.

Mas se o achado do cabo de osso com o “anjo” foi vital, a observação do desenho exibido no atril contíguo à urna foi muito mais. Os responsáveis pelo museu, com um providencial e acertado critério, haviam trasladado para o papel a descrição integral e exata – minuciosamente exata, diria eu – do alto-relevo lavrado no cilindro. Ali, as características e detalhes da “árvore da vida” e do personagem apareciam com total nitidez.

Ajoelhei-me diante do esquema e por longos minutos permaneci absorto e saboreando o que, à primeira vista, parecia uma importante chave. Para meu dissabor, entretanto, vez ou outra a lembrança do *stater* de prata vinha perturbar meus pensamentos. Qual dos dois dizia respeito ao criptograma? E se não fosse nenhum deles? No museu havia muito que olhar... As circunstâncias exigiam uma especial frieza. Convinha analisar e esmiuçar ambas as pistas, sempre à luz do texto do Major.

Vê, envio meu mensageiro
diante de ti, MARCOS 1.2.
Hazor é seu nome
E suas asas te levarão
ao guia MARCOS 6.2.0.
O número secreto de suas penas
é o número secreto do guia,
o que há de preparar teu caminho, MARCOS 1.2.

Uma primeira centelha fez-me saltar de alegria. Como não havia intuído antes? A palavra “mensageiro” também podia ser interpretada como “anjo”. No sentido literal, esse é o seu verdadeiro significado. Aquela criatura – com quatro asas e agarrada à bíblica “árvore da vida” – devia simbolizar o famoso anjo guardião do Paraíso: o querubim cuja missão era custodiar a árvore da imortalidade. Quer o cabo de osso tivesse sido obra de judeus, quer de persas, ambos os povos conheciam e eram depositários da mesma tradição.

“Vê, envio meu mensageiro” – meu “anjo?” – “diante de ti.”

Estava eu, então, diante do “mensageiro” citado no criptograma?

Quanto à terceira frase – “Hazor é seu nome” –, talvez o jogo de palavras do Major estivesse insinuando que o anjo ou mensageiro alado levava esse nome.

A quarta e quinta frases eram impenetráveis. Se aquele, realmente, fosse o

mensageiro alado, como ou de que forma suas asas podiam levar-me ao guia?

Impaciente, saltei para a sexta e a sétima: as penas e o número secreto. Ao somá-las, o resultado me confundiu. Incrédulo, repeti a manobra.

“Não pode ser! Talvez a réplica do atril seja defeituosa.”

No fundo, conhecendo a eficiência dos judeus, sabia que tal possibilidade não existia. Mas, por segurança, fui examinar o original e, com franciscana paciência, contei as penas esculpidas no cilindro. Não havia erro. E a certeza de que me achava diante do “Hazor” do enigma fortaleceu-se em mim.

Não podia desperdiçar um minuto. A impossibilidade de fotografar a peça e o desenho – as câmeras eram proibidas no museu – obrigou-me a recorrer a uma fórmula intermediária: fazer uma cópia. Teria tempo para localizar a documentação correspondente e agir de acordo com as circunstâncias.

Concluída minha rústica “obra de arte”, e ansioso por me dedicar ao seu exame, meu ímpeto foi sair e recolher-me no hotel.

Foi necessário que me disciplinasse severamente. O magnetismo do “anjo” da sala 309 me impelia para o sossego do meu apartamento. Mas, como disse, um inato senso de responsabilidade amarrou-me ao lugar. Tinha de passar em revista as demais dependências, pelo menos aquelas que guardassem relação com as escavações e descobertas do *tell* da Galiléia.

Pouco antes do fechamento do museu – cansado e excitado – dei por terminada a exploração. Paradoxalmente, a busca, apesar de infrutífera, me tranqüilizou. Nenhuma das salas guardava o menor rastro de cerâmica, escultura, pintura ou utensílios com representações ou símbolos alados de Hazor. Quanto à moeda cunhada em Tiro, nem sinal dela.⁶

E com um prudente otimismo preparei tudo para o “assalto” à enigmática figura do “anjo de Hazor”. Haveria chegado o grande momento?

“O número secreto de suas penas
é o número secreto do guia...”

Essas sentenças, a sexta e a sétima, respectivamente, foram meu principal objetivo naquela longa noite de quarta-feira. Admitindo que o Major – que poderia ter visitado o museu de Israel exatamente como eu – houvesse posto os olhos em tão bela e simbólica imagem, convertendo-a no eixo de seu enigma, que misterioso sentido estaria escondido sob o conceito de “número secreto de suas penas”?

Cada uma das asas superiores tinha 12 penas, num total de 24. Ou seja: $2 + 4 = “6”$. Curioso.

As inferiores já apresentavam um resultado diferente. A que se situava junto à perna direita dispunha de 10 penas. Na quarta somente se distinguiram 8. O desconcertante era que a última soma – a das penas das quatro asas – também

dava 42. Quer dizer, $4 + 2 = \text{“6”}$. Este algarismo – o endiabrado “6” – surgia invariavelmente, tanto nas somas individuais das asas superiores ou inferiores como na adição final ($12 + 12 = 24 = 2 + 4 = 6$, que somado a $10 + 8 = 9$ era igual a $6 + 9 = 15 = 1 + 5 = \text{“6”}$).

Durante horas, aquele jogo projetou-me a um universo de especulações, manobrando com as asas e os números em todas as direções, até o esgotamento. A última e provisória conclusão foi a mesma que eu havia divisado nas primeiras análises, na sala 309 do museu de Israel: talvez o número secreto das penas daquela criatura fosse “6”. (O mesmo dos degraus que conduziam aos túneis das ruínas de Hazor.)

Se eu estava no caminho certo, o número secreto do guia tinha de ser, obviamente, o mesmo.

Havia, além disso, outro pequeno grande detalhe que, dado o peculiar estilo do Major, aumentou minha certeza. A frase alusiva ao misterioso número secreto das penas fazia, justa e “causalmente”, o algarismo 6 no enigma. Não era muita coincidência?

Todavia, o mais importante – crucial, no meu modo de ver – continuava obscuro e distante.

“... e suas asas te levarão
ao guia MARCOS 6.2.0.”

Admitindo, insisto, que aquele fosse o ansiado “Hazor”, como interpretar o sentido de ambas as frases? Que se devia entender? As palavras “te levarão” só podiam esconder um significado puramente simbólico. O cilindro de osso achava-se fechado em uma urna. Isso era óbvio. Não seria necessária uma especial inteligência para deduzir que as asas em questão eram talvez um meio, uma fórmula ou uma simples orientação para chegar ao não menos confuso guia. Assim coloquei a questão. Sabia por experiência: ainda que aparentemente complicada, a “linguagem” dos criptogramas do oficial norte-americano se mostrava sempre muito mais direta e elementar do que eu mesmo me empenhava em imaginar. “Te levarão”, em suma, podia ser associado a “te conduzirão” ou “te guiarão”.

Infelizmente, a imperfeita cópia que eu fizera no meu caderno “de campo” não me permitiu maiores avanços. Estava claro. Era preciso inspecionar as asas diretamente. Talvez sua posição ou orientação no cilindro ocultasse “algo” que eu não havia percebido. Estes argumentos – elementares, por sinal – ganharam peso quando, em um dos infinitos passeios pelos quatro cantos do meu apartamento, me veio à memória outra das chaves do criptograma: a formada pela primeira palavra de cada uma das frases: “Vê diante de Hazor e a ele. É ele.” Lido nas entrelinhas, o criptograma era um contínuo espanto. A caixa das

surpresas – e dos trovões havia sido destapada.

Isso costuma ocorrer-me com freqüência. Aqueles que sabem das minhas peripécias e desventuras pelo mundo estão a par das bruscas reviravoltas que, com mais regularidade do que o razoável, experimento eu e experimentam as investigações em que me tenho envolvido. Mas isso é a vida.

Na manhã seguinte, já com tudo preparado para a exploração sobre o terreno, mudei de pensamento. Retardaria esta fase do trabalho em benefício de um mais amplo conhecimento bibliográfico da origem, natureza e simbologia do “anjo de Hazor”. Mas havia outra poderosa razão. Minha espartana e metódica consciência – supondo, claro, que ainda reste alguma coisa dela – continuava ressentindo-se do fato de haver deixado de lado a densa relação de livros e documentos inéditos que falavam do *tell* da Galiléia. Não estaria em paz comigo mesmo até que esgotasse todo esse material. Esse desprezo do que muitos chamam intuição acalmaria meu espírito, sim, mas me faria perder um tempo precioso.

Dito e feito. Nos dias seguintes – tapando os ouvidos, como um tolo Ulisses, aos contínuos “apelos” da sala 309 –, meu tempo e minha inteligência foram sacrificados na biblioteca do museu de Israel. A luta com os fichários, catálogos e volumes foi tão esgotante quanto inútil. E ao meio-dia da sexta-feira, a um passo da rendição, e como resultado da impaciência, tive a feliz idéia de mostrar às pacientes bibliotecárias o desenho que havia feito no caderno “de campo”. Ao ver o “anjo”, a mais jovem piscou-me um olho e exclamou:

– E por que não disse antes?

Em poucos minutos, satisfeita e sorridente, punha em minhas mãos um livro de capa ocre. Tratava-se de uma obra de Yigael Yadin – *Hazor* – editada em Nova York em 1975.

Impaciente, folheei rapidamente suas duzentas e oitenta páginas, todas elas tomadas por imagens e gráficos relacionados com as escavações do famoso professor judeu. De repente, uma fotografia em preto-e-branco – de página inteira – deixou-me cravado na página 156. Abri o caderno de notas enquanto dava graças aos céus:

“Até que enfim!”

Mas minha euforia se iria apagando lenta e inexoravelmente à medida que fui lendo o texto que acompanhava as ilustrações.

A lâmina mostrava três excelentes imagens do cilindro que eu havia descoberto no museu. A da esquerda apresentava a face mais plana do osso, com a “árvore ou arbusto da vida”. As duas outras correspondiam à superfície convexa, com o alto-relevo do “anjo”. Na página contígua, reforçando o texto

em inglês, Yadin reproduzia um desenho de 4 x 6 centímetros, idêntico ao que se exibia no atril da sala 309. Ao pé da grande fotografia da esquerda podia se ler a seguinte legenda: “O espelho da vizinha da senhora Makhbiram”.

Na página precedente reconheci também – agora em cores – a colher de marfim, igualmente depositada na urna, e que, segundo o texto, havia sido propriedade da tal senhora Makhbiram, na cidade-fortaleza de Hazor.

Como é fácil supor, não ficou uma sílaba daquelas setenta e uma linhas de texto – incluindo os dezenove versos de um poema do profeta Amós sobre um terremoto que assolou a região – que não fosse esquadrinhada. No entanto, como eu disse, os esclarecimentos dos arqueólogos sobre o “anjo” eram pouco menos que nulos. As únicas novidades – se é que assim se pode chamá-las – foram que a peça havia sido desenterrada no estrato VI de Hazor (o “6” parecia indelevelmente vinculado a toda a história), e que era propriedade de uma vizinha anônima da senhora Makhbiram. Esses utensílios foram sepultados no ano de 763 a.C., em consequência do mencionado terremoto. Por sinal que a figura do querubim guardião do Jardim do Éden revelava manifestamente uma notória influência das civilizações fenícia e cananéia nos assentados israelitas no norte do país. De certa maneira, aquele símbolo – se é que verdadeiramente constituía a autêntica pista do enigma – encaixava às mil maravilhas na hipotética vontade do Major de resguardar seu “tesouro”. Que melhor “guardião” do próprio criptograma do que o mítico anjo do Paraíso?

Houve outro sutil fator que, francamente, deu-me que pensar. Na opinião dos especialistas, a cabeça de mulher que adorna a colher de cosmética podia ser a efígie de Astarte, a deusa da fertilidade. Sei que o argumento parece insuficiente, mas durante algum tempo não pude dissociar o enigmático sorriso da divindade que havia encontrado na sala 309 desta outra réplica, talhada em uma extremidade da colher de marfim, e que casualmente acompanhava na urna o cilindro de osso. Mas isto, logicamente, pertencia apenas ao reino das suposições, ou, quando muito, ao das íntimas crenças. E, afinal de contas, não servia para materializar aquilo por que tanto ansiava. A verdade, fria e inalterável, era que os textos científicos não traziam indício algum sobre o “anjo” nem sobre suas asas. A consulta serviu também para precisar as dimensões do cilindro de osso: 18 centímetros de altura por 5,5 de diâmetro. Graças a Deus aí findaria minha penosa e prolongada incursão às bibliotecas de Israel. E com idêntica amabilidade as bibliotecárias acederam em fotocopiar algumas das páginas do livro de Yadin. Um volume que, se o tivesse folheado a tempo, me teria evitado mais de uma calamidade. Mas o céu – não me cansarei de repetir isso – escreve direito por linhas tortas. O mal é que existem funcionários que parecem possuir especial habilidade para complicar as coisas

mais simples...

E eu digo que não há outra explicação. Desde o instante em que comecei a pesquisar a respeito do “anjo”, descobrindo que talvez o número secreto de suas penas fosse o “6”, uma idéia vinha germinando no mais íntimo do meu subconsciente.

À primeira hora da tarde, enquanto contemplava a chuva que escorria sinuosamente pelas vidraças do ônibus 9, decidi arriscar a sorte. Embora a operação fosse das mais inócuas e inocentes, tomei precauções. Meu súbito interesse por aqueles documentos podia inquietar os momentaneamente tranquilos serviços de Informação israelenses. De uma cabine pública (para não usar o telefone do hotel), disquei o 282936 e instantes depois um de meus amigos franciscanos do Convento da Flagelação, na Cidade Velha, me dava a informação de que necessitava.

O tempo era curto. E, quase correndo, alcancei o ponto exato: a confluência das ruas Jafa e Shlomzion Hamalka. Nessa esquina – como havia dito o amável monge –, defronte a uma loja de flores, no segundo andar, encontraria o que buscava. Tive sorte. Embora a repartição estivesse na hora de fechar o expediente, um dos funcionários, de origem sefardim, mostrou-se encantado de poder servir-me e de, ao mesmo tempo, refrescar seu arcaico castelhano.

Na verdade eu não sabia claramente qual daqueles mapas militares de Israel podia ser o indicado. Assim, arrebanhei uns cinco deles, selecionando diferentes áreas do norte, centro e sul do território. Até aí foi tudo bem. Mas um sombrio presságio fez-me estremecer dos pés à cabeça quando, ao fornecer-me as cartas topográficas, o empregado do governo pediu meu passaporte e anotou minha qualificação. O imprevisto contratempo – inevitável de qualquer maneira – traria consequências...

Os mapas – a escala era 1:100.000 – eram minuciosos. Perfeitos. Entusiasmado pela aquisição e, em especial, pela atrativa idéia de poder verificar a hipótese a respeito das asas, apressei a marcha e me enclausei de novo no hotel.

“... e suas asas te levarão...”

Procurei entre meus papéis um guia rodoviário. Ao folheá-lo senti que meus dedos tremiam. Não sei explicar. Mas sabia que alguma coisa estava a ponto de acontecer.

Escolhi a cidade de Jerusalém como centro do “ensaio”. Afinal, ali se encontravam o museu de Israel e o “anjo”. Depois, risquei duas linhas retas sobre o mapa. Uma, vertical ou eixo de coordenadas, obedecendo à direção norte-sul; outra, horizontal ou eixo de abscissas, de leste a oeste. A Cidade

Santa, repito, ocupava a interseção dos dois eixos.

Examinei de novo a fotocópia do livro de Yadin, confirmando o que já sabia: se eu tomasse a silhueta da criatura alada como imaginário eixo vertical, cada uma das asas vinha a ocupar um quadrante.

O velho pressentimento tomava corpo...

Pois bem, de acordo com esta colocação, as penas mais longas, correspondentes a cada uma das asas, podiam ser associadas a outras tantas direções ou rumos. As duas superiores marcariam o nordeste e o noroeste, respectivamente; as inferiores, o sudeste e o sudoeste.

Aquilo parecia válido. Se as asas – como assegurava o enigma – deviam conduzir ao guia, era lógico supor que ocultassem alguma informação. Quem sabe a posição de uma cidade, de um povoado, de um monumento ou de um acidente geográfico. Para desfazer o dilema só vi um caminho: trabalhar com as penas.

As asas que nasciam nos ombros do querubim – como já ficou dito – continham 24 dessas penas (12 em cada uma). O passo seguinte era elementar. Que sucederia se se transformassem os números em graus? Teríamos quatro rumos muito precisos: 12, 98, 190 e 282 graus, respectivamente, tomando como base, insisto, o número de penas de cada asa (12, 8, 10 e 12) e estes mesmos dígitos como a magnitude angular a considerar, partindo dos eixos-base de cada um dos quadrantes. Não dispondo de um transferidor ou de uma régua de cálculo, tive de improvisar à base da paciência. Dividi cada quadrante em dez ângulos mais ou menos iguais, iniciando uma revisão meticulosa dos quarenta rumos. Num primeiro momento, o desarmônico desenho das retas me desalentou. Cada linha “pisava” dezenas de povoados, montanhas e cidades israelenses. Estaria ali a resposta, realmente?

Tinha de começar por algum lado. Então me decidi pelo mais razoável: o rumo 10°, ou seja, a primeira das divisões. A mecânica de exploração foi igualmente simples: partindo do centro dos eixos – de Jerusalém – fui seguindo a linha que havia traçado a lápis sobre o mapa, primeiro em direção norte e, depois, sul. A leitura daquele rumo não me ofereceu dado algum. A maioria das povoações – árabes ou judaicas – nada significou. Passei para a segunda direção – 20° – e, ao cruzar o mar da Galiléia, o nome de Hazor me surpreendeu. As ruínas do *tell*, rigorosamente registradas no mapa, situavam-se entre ambos os rumos, muito perto dos 10°. Aquela aparente casualidade deixou-me um tanto perplexo. Mas, sem prestar-lhe maior atenção, prossegui no paciente rastreio.

Duas horas mais tarde, com o caderno rabiscado por uma infinidade de inúteis anotações, dei-me por vencido. Havia falhado de novo. Não me fora possível descobrir a mais remota conexão entre as centenas de enclaves que

coincidiam com a passagem das linhas.

Desmoralizado, deixei-me cair na cama, negando-me a pensar.

Mas o Destino costuma não me dar trégua. Poucos minutos depois, superando o desencanto e a melancolia, essa misteriosa “força” que jamais me abandona revolveu minha memória, trazendo à luz o já esquecido lance da posição da cidade-fortaleza de Hazor entre os rumos 10 e 20 graus. Visualizei mentalmente a airosa figura do “anjo” e instantaneamente reparei em um detalhe que, à força de o ter à vista, havia desaparecido do meu pensamento.

“Demônios!”

Como que impulsionado por uma mola, sentei-me na cama, surpreendido por minhas próprias especulações.

“Doze penas! Mas não” – retifiquei sem poder esquecer o rosário de desacertos. – “Claro que não coincide. Isso seria um milagre.”

A semente da dúvida estava lançada.

“Além disso” – rematei no meu íntimo –, “para o comprovar necessitaria de um transferidor...”

Foi inútil. Aquela tentativa de empurrar-me a mim mesmo estava condenada desde o princípio.

“E onde localizar um maldito transferidor?”

Consultei o relógio. Quatro e meia. O afortunado sábado judeu aproximava-se. Caminhei até a janela e me dei conta do rápido escurecimento de Jerusalém.

“Sim, quem sabe ainda possa...”

Saí do hotel às pressas, recomendando ao motorista do táxi que me conduzisse rapidamente à Porta de Jafa, nas muralhas da Cidade Velha. Tanto os árabes como os cristãos aproveitam o maciço fechamento dos estabelecimentos comerciais judeus no *sabbath* para oferecer seus artigos aos milhares de estrangeiros que circulam por seus bairros.

Com a precipitação só reconheci meu erro quando, em pleno coração da *Old City*, verifiquei que me havia enganado quanto à porta de entrada da negra e tortuosa cidadela. Pela de Damasco, um pouco mais ao norte, o acesso ao setor cristão teria sido direto. Mas não era o momento para lamentações. O importante era encontrar uma livraria, uma papelaria ou um bazar qualquer onde pudesse adquirir o instrumento necessário às minhas investigações.

Sem rumo predeterminado, fui penetrando nas animadas e pestilentas ruelas e indagando dos receosos muçulmanos:

– *Bookshop?*

Os poucos árabes que acabavam por entender meu propósito de visitar uma livraria me arrastaram, invariavelmente, a seu próprio negócio ou ao de um

parente ou amigo, metendo-me pelos olhos os típicos livros sobre a Terra Santa, embaralhados sempre a uma confusão de *souvenirs*. Não foi fácil fugir de algumas daquelas pocilgas. E, noite já entrada, rendido pelo contínuo rodar de corredor em corredor e de bazar em bazar, renunciei ao meu intento, descobrindo, desolado, que, para cúmulo dos males e desventuras, achava-me irremediavelmente perdido nas entranhas do nada recomendável bairro árabe. Os que conhecem esse negro labirinto – e especialmente se o atravessaram durante a noite – compreenderão a angústia que começou a dominar-me. Ignorava qual das portas da muralha – Jafa, Nova, Damasco ou Herodes – podia estar mais perto. Quanto às precárias indicações dos cada vez menos numerosos transeuntes, só contribuíram para causar-me náusea, atirando-me em corredores fétidos e tenebrosos, povoados de gatos e sombras furtivas. Se algum malfeitor se apercebesse do meu problema, minha sorte e os dólares que trazia estariam condenados...

Pelas nove da noite, ao penetrar em uma das vielas, tão exiguamente iluminada quanto as outras, dei uma parada para tomar fôlego. Era preciso encontrar uma saída para aquela estúpida e irritante situação.

“Se ao menos eu tivesse a sorte de encontrar o Convento da Flagelação...”

Como quem queima seus últimos cartuchos, ergui os olhos para o tempestuoso céu e supliquei ajuda, tal qual já fizera em muitas outras situações críticas. O leitor incrédulo pode atribuir o que depois se passou, e está no seu direito, a mera casualidade. Por isso, quando, apenas decorridos trinta segundos, vi aparecerem no outro extremo da viela as silhuetas inconfundíveis de dois monges, não pude reprimir um grato sorriso. Um sorriso dirigido ao céu e que só meu coração entendeu.

Os solícitos franciscanos, embora não estivessem a caminho do Convento da Flagelação, desfizeram-se em amabilidades, guiando-me até a Via Dolorosa. A partir dali tudo foi simples. O prior do celebrado convento, padre Justo Artazar Ocerinjaureguin, patrício e amigo, confiou-me a outro ilustre frade, o sábio Frederic Manss, que solucionou meu problema.

E às onze horas dessa noite de sexta-feira, transferidor na mão, dispus-me a comprovar o que pouco antes eu mesmo quase havia subestimado.

– Se der resultado – surpreendi-me falando sozinho –, não terei remédio senão acreditar em milagres...

Deslizei o semicírculo de plástico azulão sobre o mapa do território israelense, ajudando-me na medição com o canto de um livro.

– Santo Deus!

Repeti a operação e o rumo 12 encaixou-se matematicamente.

Não havia dúvida nem erro possíveis. Com relação ao meridiano de

Jerusalém, as ruínas de Hazor achavam-se a 12 graus.

– Fantástico!

Acaricieei o desenho do “anjo” e, ainda incrédulo, me perguntei uma e outra vez como era possível. A soma das penas da asa localizada no primeiro quadrante coincidia com o rumo de Hazor! Um rumo exato. Sem o menor desvio. Direto.

E meu espírito, por fim, se sentiu reconfortado.

“... e suas asas te levarão
ao guia MARCOS 6.2.0.”

O criptograma, em parte, adquiria certa lógica. Algumas de suas frases começavam a fazer sentido. Creio que naquele momento de júbilo as três arrevezadas menções do evangelista Marcos surgiram diante de mim, pela primeira vez, como o que talvez fossem na realidade: um meio jogo do Major, astutamente colocado para confundir. Dias mais tarde concluiria que essa dedução era correta... pela metade.

O resto da noite, até clarear o novo dia, dediquei-me a uma revisão mais profunda do rumo que, partindo de Jerusalém, passava por Hazor (12° ou N 12° L), assim como dos indecifráveis dígitos “6.2.0”. Minha excitação era tamanha que o sono e o cansaço desapareceram.

“Ran..., o monte Bet Al, Mizrat Sharkyie..., a montanha denominada Shiloh... Karyut... Talpit... Salim..., o monte Ein Faria... Mu’eir... Gazit... Sharona... Migdal... Amiad e Hazor.”

Nenhum daqueles povoados e acidentes geográficos sobre os quais passava aquele rumo inspirou-me confiança. “As asas deveriam levar-me ao guia.” Mas a que lugar? Talvez ao alto de algum dos três picos mencionados? Encontraria ali o misterioso guia? Ou não se tratava de um ser humano?

Apesar do relativo triunfo do achado do rumo 12°, não posso negar que o enigma ainda estava envolto em tanta névoa que foi necessário encontrar dentro de mim grandes reservas de calma e resignação para não enviar o assunto ao inferno. A possibilidade de ter de galgar as montanhas de Bet, El, Shiloh e Ein Faria, sinceramente, me desmoralizou.

Investiguei também o rumo oposto ao de Hazor – 192° mas igualmente sem resultados. A cidade de Belém, tão cara aos cristãos, quase roçava a imaginária linha. Segundo verifiquei com o transferidor, o lugar de nascimento de Jesus assenta em uma direção de 190°. Vale dizer, dois menos do que o que eu explorava. Nesse momento me adverti de outro curioso “detalhe”...

O rumo em questão perdia-se no deserto de Neguev, passando pelo pico de

Zior e a cidade de Amasa, muito ao sul.

Cansado de lucubrar ao redor dos povoados e montanhas que coincidiam com o $12-192^\circ$, mudei de tática. Então, a magia dos números apoderou-se de mim. E minha irritabilidade também voltou. Por pura inércia entretive-me em calcular os quilômetros existentes entre Jerusalém e Hazor, sempre em linha reta e seguindo o rumo com o qual eu lidava, Norte 12° Leste. A cifra – 142,5 quilômetros – também não me pareceu significativa... Só que, ao somar os dígitos, o resultado me intrigou. Dava um número muito familiar: 12. Outra coincidência? O senso comum não contestou. Ali havia “algo” oculto e inebriante.

Então, no meio de uma selva de cálculos, as indagações acabaram topando com outro fato singular. A longitude de Hazor – $35^\circ 31'$ Leste – também dava 12 na soma dos seus dígitos. Quanto à latitude – $33^\circ 00'$ Norte –, para maior suspense, somava “6”. Ou tudo era fruto do acaso – o disfarce favorito de Deus – ou o Major tentava reafirmar a importância do dado do número secreto: o temido “6”. Não soube a que apegar-me. A confusão e o otimismo associaram-se para levar-me uma vez mais ao desânimo.

Recapitulei pela enésima vez. A asa superior direita (na realidade a situada à esquerda do “anjo”), com suas 12 penas, apontava para Hazor (rumo 12°). A distância entre o lugar onde se exhibe o “anjo” e o ponto onde foi desenterrado também somava 12. Outro tanto sucedia com os dígitos da longitude das ruínas (12). Já a latitude apresentava um “6”. Cheguei até a duvidar do número secreto. E se fosse o 12? O estranho era que, fundindo estas cifras – graus, quilômetros, longitude e latitude –, o resultado era “6”. Vibrei. O total de penas do “anjo” – 42 – coincidia com a soma anterior!

Era muito difícil acreditar que “aquilo” fosse pura e simples casualidade. Tinha de obedecer a uma metódica e consciente elaboração. E a querida imagem do Major materializou-se em minha memória, com seu inconfundível e malicioso sorriso, o mesmo sorriso que ele devia ostentar ao elaborar o criptograma e imaginar minhas penas. Não o reprovo. Eu, à minha maneira, mais mal do que bem, também trabalhava com um inesgotável espírito esportivo. E estava disposto a chegar até onde fosse necessário.

A extrema precisão destes cálculos e medidas, no que se referia à asa do primeiro quadrante, levou-me a compreender que talvez as medidas obtidas sobre o rumo oposto a Hazor não fossem corretas. Em minha lerdeza de raciocínio, esquecia-me de que devia ajustar-me sempre ao sugerido ou indicado pelo “mensageiro” que tinha diante de mim. Nesse caso, a direção ou rumo que resultava do número de penas da asa do terceiro quadrante era 190° ($180 + 10$). Em minha obsessão, ao prolongar o rumo 12 para o sudoeste (terceiro

quadrante), estava errando em dois graus. Pois bem, dado que não havia muito que perder, tracei a linha correspondente, com a nova magnitude – 190° –, concentrando-me na revisão do rumo ditado pela asa inferior esquerda. O ponto que primeiro chamou a minha atenção foi Belém, que, como já assinalei, encontra-se a sudoeste de Jerusalém, justamente nos 190° . O resto da projeção perdia-se igualmente nas areias do Neguev, quase sem referências dignas de menção.

“Belém?”

“... e suas asas te levarão ao guia MARCOS 6.2.0.”

Que significava a cidade de Davi naquela embrulhada? Marcos, o evangelista, não fala de Belém. Seu Evangelho começa com a prédica de João Batista. Não via relação possível com Hazor ou com a frase do criptograma. Apesar disso, saltava à vista que, entre os nomes localizados em ambos os rumos – 12 e 190° –, os de Belém e Hazor sobrelevavam notoriamente os demais. Eram, indiscutivelmente, os que prendiam a atenção desde o primeiro momento.

Deixando-me aconselhar pelo instinto, repeti o bailado de números, tomando o novo rumo e a cidade de Belém como referências. As surpresas não se fizeram esperar. A distância de Jerusalém a Belém – 7,5 km – voltava a somar 12. E os 142,5 km que separam Hazor da Cidade Santa, acrescentados a esses 7,5 km, projetavam diante de meus olhos o pegajoso “6” ($142,5 + 7,5 = 150 = 1 + 5 = 6$).

“Santo Deus! Aquilo era demais!”

Tirei a prova, assim mesmo, com a longitude e a latitude de Belém. O número final – $121 = 4$ – não me pareceu relacionado com o conjunto de “12” e “6” precedente. (Os adeptos da Cabala é que teriam muito a extrair daí e saberiam fazê-la.)

A verdade é que, para uma noite, foi mais do que suficiente. Os números cantavam. Aquela desconcertante sintonia Belém-Hazor – quanto aos rumos e dígitos – só podia guardar um significado. Mas tinha de assegurar-me. Sentia que meus passos estavam certos, mas precisava de novas provas. Era vital um exaustivo reconhecimento do “anjo”, *in situ*. Se a intuição não me traía, talvez no interior da urna do museu de Israel pudesse detectar algum indício ou informação complementar. O Major, homem escrupuloso como os que mais o sejam, tinha de tê-lo previsto.

O que não fui capaz de prever – e como podia eu ao menos imaginar? – é que nessa mesma manhã de sábado, 29, “alguém” que eu havia esquecido me forçaria a suspender as investigações para me atirar, em questão de horas, a outra aventura sem par.

Meio sonolento, devido ao escasso descanso, e absorvido em minhas conjecturas, precisei de umas duas horas para descobrir que estava sendo “controlado”. Para dizer a verdade, foram “eles”, não eu, que revelaram seu “jogo”... Mas antes, no centro da sala 309 da seção de arqueologia do museu de Israel, haveria outra descoberta, bastante mais feliz.

Às dez e pouco, apenas abertas as dependências, tomei posse, pode-se dizer, da solitária sala em que se exhibe o cabo de osso de Hazor. Não posso negá-lo. Após a descoberta da última noite, meu encontro com o “anjo” foi especialmente emotivo. A figurinha se havia convertido para mim em alguma coisa familiar e querida. Um motivo a mais que me unia, ainda que só espiritualmente, ao falecido e pranteado Major norte-americano. (Algum dia ousarei narrar o que jamais revelei sobre esse homem singular. Os leitores que puderam seguir minhas investigações nestes quinze anos e que conheçam alguns dos meus vinte e dois livros publicados não estranharão que eu diga que, por múltiplas razões, às vezes não divulgo nem a décima parte do que chega ao meu conhecimento. Mas tudo tem sua hora.)

Depois de uma saudação mental – curiosamente, em minha “loucura”, acabo sempre por dialogar com as coisas, e o alto-relevo do querubim não foi uma exceção –, preparei tudo para a checagem definitiva: bússola, mapas militares, fita métrica e o caderno “de campo”.

Destravei a agulha magnética da bússola e deposei-a sobre o vidro da urna. Justamente na vertical do “anjo”. Quando cessou a oscilação inicial, a agulha imobilizou-se, marcando o Norte magnético. Inspirei fundo antes de verificar a posição da criatura alada.

“Norte!...”

Inseguro, repeti a comprovação. “Jesus!”

Um formigamento inconfundível me alienou deste mundo. Mas, pragmático e teimoso ao extremo, quis comprovar que não sonhava. Retomei a bússola e, avançando até uma das janelas, procurei alguma referência conhecida. Ao longe, distingui parte da airosa Knesset, o parlamento israelense. Desdobrei uma planta de Jerusalém e coloquei ambos – mapa e bússola – sobre o peitoril da janela. A agulha, obediente à sua natureza, foi marcar o rumo lógico: o Norte. Satisfeito, marquei a posição do Knesset com um círculo vermelho. Grave erro que não tardaria a lamentar...

A bússola de azeite funcionava perfeitamente. Era, portanto, confiável.

Devolvi a bússola ao ponto que me interessava – na vertical do cilindro – e fiz uma terceira leitura das medições.

“Norte... Noroeste.”

Apesar de o estar vendo, muito me custou acreditar. A figura do guardião da

“árvore da vida” achava-se – e se acha – orientada para o nordeste. Quer dizer, na direção de Hazor. Além disso, a bússola, cega e imparcial, fixava um rumo certo e significativo: 12°!

Paralisado pela surpresa, não sabia o que fazer nem o que pensar. Como era possível? Por um lado, nos cálculos a que eu submetera o “anjo”, a asa situada no primeiro quadrante havia apontado a direção das ruínas e o conhecido rumo 12°. E agora, “sobre o terreno”, o alto-relevo o ratificava. Era para enlouquecer.

A idéia de que o Major pudesse ter manipulado o cilindro, colocando-o na posição em que agora estava, pareceu-me descabida. A urna de cristal, ferreamente atarrachada ao pedestal metálico, era inviolável. Tudo aquilo emitia um halo mágico...

O penúltimo sobressalto chegou em seguida, ao explorar as direções das quatro asas e do “arbusto sagrado”. Estando a peça voltada para o nordeste, tanto a “árvore da vida” como a asa de dez penas – a oposta à que apontava para Hazor – assinalavam outro importante rumo: sudeste. Em outras palavras, o da cidade de Belém. A confirmação foi definitiva. A asa de dez penas, como já expliquei, havia sido a chave para traçar o rumo 190°. Tudo se encaixava. As incógnitas pareciam solucionar-se.

Anotei minuciosamente estes últimos achados e, convencido ante a evidência, escrevi, utilizando a urna como improvisada escrivãzinha:

“VÊ, ENVIO MEU MENSAGEIRO
DIANTE DE TI, MARCOS 1.2.”

(O Major adverte da existência-presença de um “anjo” ou “mensageiro”... diante de mim: criatura híbrida depositada no museu de Israel, sala 309. Correto.)

Nota: o Major aproveita a frase do evangelista (Marcos 1.2). Se leio correntemente os versículos 1, 2 e 8 do criptograma, coincide com o que diz Marcos em seu primeiro capítulo: “Vê, envio meu mensageiro diante de ti, o que há de preparar teu caminho”. Tem sentido. O “anjo” e suas chaves são o meio para avançar. Ainda que também separadamente pareça viável: será o “guia” quem deverá preparar meu caminho?

“HAZOR É SEU NOME.”

(O do mensageiro-anjo: Hazor. Não encontro outra explicação. Dali é oriundo. Hazor, portanto, é seu nome.)

“E SUAS ASAS TE LEVARÃO
AO GUIA MARCOS 6.2.0.”

(As asas parecem guiar ou “conduzir” a dois lugares praticamente opostos: Belém e o *tell* de Hazor. Isso é o que penso, ao menos...)

Nota: “Marcos 6.2.0”, incompreensível! Como se deve entender esta quinta frase do enigma: guia Marcos? guia, Marcos 620? guia Marcos 6.2.0? Atenção, pode não ser um homem. Talvez um determinado documento ou endereço? Até agora, exploração negativa.

“O NÚMERO SECRETO DE SUAS PENAS
É O NÚMERO SECRETO DO GUIA.”

(Convém baralhar as cifras mais significativas: “42”, “12” e “6”. Inclino-me pela última, ainda que a cifra total também remeta ao “6”).

Nota: Estou longe de imaginar o significado de “número secreto do guia”. Nem idéia...

Frase vertical:
VÊ

DIANTE DE

HAZOR

E

A

ELE.
É
ELE.”

(Nada que objetar. Estou certo de que o querubim de Hazor é a chave. É ele.)

Não tive como aprofundar aquela espécie de balanço e memorização do que conseguira até esse momento. Alguém, delicadamente, tocou meu ombro direito. Sobressaltei-me. Ao voltar-me, três indivíduos me sorriram uniformemente. Nem sequer eu havia sentido a sua aproximação. O mais baixo, de meia-idade, de revólver no cinto, pediu desculpas pela interrupção, identificou-se como vigilante do museu e pediu-me que atendesse os que o acompanhavam. Tratava-se de dois jovens corretamente vestidos e de maneiras impecáveis. Sem abandonar o sorriso, um deles tirou do bolso das calças uma diminuta carteira de plástico marrom. Abriu-a e deu-me a ler: “Agaf Hamodiín”.

Instintivamente pus-me em guarda. O Agaf é o serviço de Inteligência do exército judeu. Forma com o célebre Mossad (Mossad Lemodiin Vetafkidim Meijadim ou Instituto de Informação e Operações Especiais) a mais perfeita máquina de espionagem mundial.

Em vão tentei pensar. Que diabo estava havendo?

– Não se alarme – disse o da credencial ao perceber minha inquietação –, meu nome é Tzipori. Meu companheiro Ivri e eu desejamos fazer-lhe algumas perguntas...

– Mas, como sabem...?

Tzipori guardou a carteira e, perfurando-me com seus olhos azuis, ladeou minha estúpida pergunta:

– Nossa obrigação é saber, Sr. Benítez. Sabemos que o senhor é basco, jornalista e que, entre outras coisas, adquiriu certa cartografia militar...

– Não compreendo.

Com um calculado gesto da mão direita, o israelita determinou a seu companheiro que refrescasse minha memória. Como um autômato, Ivri foi enumerando os mapas que de fato eu havia comprado no dia anterior:

– Mapa nove: Jericó. Quatro: Tiberíades. Seis: Bet She'an. Mapa dois...

– Entendo – respirei aliviado. E tentei esclarecer o mal-entendido. Mas os judeus atalharam minhas explicações com outras perguntas:

– Diga-nos: por que os comprou? E por que os mapas treze e catorze?

Bem que me esforcei, mas na verdade não ocorreu a que parte do território correspondiam essas lâminas ou mapas. Minha visível ingenuidade confundiu-os.

– Treze e catorze?... A que zona pertencem?

– Ao Neguev! – esclareceram eles gravemente.

Em segundos acreditei ter descoberto o motivo de tanta preocupação. Estupidamente eu me havia metido em uma ratoeira. Aquelas plantas do sul de Israel contêm dois enclaves de especial interesse estratégico-militar: uma base aérea e o controvertido silo atômico de Rifidim.² Segundo minhas notícias, na primeira dessas instalações – tal como havia comentado com o então embaixador israelense em Madri – devia achar-se ainda um dos motores do avião de passageiros da Ibéria sinistrado no monte Oiz, nas proximidades de Bilbao, no País Basco. Certamente, como comentei oportunamente, não me passava pela cabeça aventurar-me em semelhantes paragens. Mas uma coisa eram meus íntimos propósitos e outra, muito diferente, as suspeitas do Agaf. Estava pisando em terreno escorregadio.

– É muito simples – defendi-me, suavizando as palavras. – Tenho intenção de reconstituir a histórica viagem de José e Maria, de Nazaré a Belém de Judá, e

esses mapas são insubstituíveis. O doutor Liba, do Instituto de Relações Culturais, o consulado espanhol em Jerusalém e o próprio Samuel Hadas, embaixador dos senhores em meu país, estão a par do meu projeto.

– Também sabemos disso – reagiram teimosamente. – E o senhor não ignora que o deserto de Neguev fica muito distante da região que pretende refazer...

Eu estava embaraçado. Graças a Deus, a impaciência de Tzipori evitou maiores inconvenientes.

– Quando pensa o senhor empreender essa marcha?

– Se não houver inconveniente, amanhã mesmo. Talvez na segunda...

A fulminante improvisação relaxou as duras feições dos agentes da Inteligência militar, mas, em contrapartida, encheu-me de incerteza. Acabava de comprometer meu tempo e as imediatas e sem dúvida cruciais investigações. Mas os deslizos não terminariam aí.

– Está bem.

Tzipori estendeu-me a mão e, ao despedir-se, soltou algo que, pareceu-me, lhe queimava a língua:

– Não sabíamos que lhe interessasse tanto a Arqueologia, em especial esta sala.

Compreendi a indireta. Muito provavelmente – ou, melhor dito, com certeza – os serviços de Informação israelenses vinham controlando cada uma de minhas ações e movimentos. A prova é que me havia “encontrado”.

Devia ter mordido a língua. Mas, em meu esforço por aparentar transparência, mostrei-lhes o caderno “de campo”. Mais uma vez meti os pés pelas mãos.

– Trata-se do “anjo de Hazor” – expliquei-lhes, ao mesmo tempo em que Tzipori, astuto e vigilante, me arrebatava das mãos o bloco, bisbilhotando tudo. – Um tesouro do século IX a.C. que pode servir-me para a elaboração de um futuro livro...

Ignoro se os agentes liam espanhol. O caso é que, sem o menor pudor, foram folheando as folhas e as plantas, enquanto trocavam rápidos comentários em hebraico. Subitamente, Ivri, ao desdobrar o manuseado mapa de Jerusalém sobre o qual eu havia trabalhado com a bússola, chamou a atenção do companheiro, assinalando-lhe um ponto. Eu, como perfeito tonto, continuei meu discurso em torno das excelências do *tell* de Hazor. Notei, isso sim, que Tzipori fechava as mandíbulas, examinando todo o mapa com um duro semblante. Algo sucedia.

Por fim, quase metendo a planta nos meus olhos, me perguntou sem atenção ao que eu dizia:

– E isto?

Correspondi com idêntica secura, afastando com firmeza a mão que segurava o mapa. Sem me alterar, baixei a vista e examinei o lugar pelo qual se haviam interessado.

Maldição! Era o diminuto desenho traçado por N. Gabrielli, autor do mapa, representando a Knesset. Mecânica e inconscientemente, eu o havia marcado com um círculo vermelho, ao verificar a confiabilidade da agulha magnética.

Disselhes a verdade, mostrando-lhes mesmo a bússola. Duvido que aceitassem tão sutil saída. A pergunta seguinte confirmaria minha suspeita:

– Muito bem. Mas por que a Knesset está assinalada em vermelho e os demais lugares e rotas em azul?

Sagazes e desconfiados, não deixavam escapar nada. Imaginei o pior. Aqueles tipos – ou a legião de agentes camuflados em Israel – podiam estar a par de meus contatos com os árabes e, dada minha condição de basco, associá-los a outra terrorífica atividade que, naturalmente, detesto. Deus meu! Como explicar-lhes que tudo aquilo não passava de uma cadeia de abomináveis coincidências?

– Pensam que sou um terrorista? – explodi.

Os israelenses devolveram-me o caderno e Tzipori, encastelado em uma irritante auto-suficiência, deu por cancelada a entrevista com uma frase que não esquecerei:

– Se o senhor fosse um terrorista, amigo, já estaria morto...

Não houve mais comentários, conselhos ou esclarecimentos. Assim como haviam chegado desapareceram. A partir de então, minha estada em Israel se converteria em uma não-vida.

Atemorizado pelo clima que se formava, não hesitei. Cumpriria minha promessa. As pesquisas em torno do enigma podiam esperar. E não era o caso de contrariar os perigosos serviços de Inteligência. Então nessa mesma tarde preparei a grande marcha. Seguindo as prudentes recomendações do doutor Liba – dada a alta periculosidade de um dos trechos do trajeto, a faixa fronteira entre Israel e Jordânia –, telefonei a vários de meus colegas e correspondentes de imprensa em Jerusalém e Tel-Aviv, anunciando-lhes o meu projeto. Dessa forma, se a notícia fosse divulgada pelos meios de comunicação israelenses, minha aventura podia ver-se respaldada; em especial com vistas aos postos de controle militar que balizam a margem direita do rio Jordão. Não tive muita sorte. A notícia, ao que eu saiba, jamais foi publicada em Jerusalém. Mas não desanimei. Eu assumiria os riscos. No fim de contas, assim ficava mais excitante.

Ao alvorecer, um automóvel conduziu-me a Nazaré. E ali pelas nove e meia, com uma massacrante mochila vermelha ao ombro e o espírito inflamado diante de tal desafio, iniciei a marcha. Após uma breve oração, iniciei a descida

para as planícies de Jezreel, rumo a Bet She'an, a antiga Scythopolis, final da primeira etapa. Meu plano contemplava quatro etapas – de pouco mais de 40 quilômetros cada uma –, descendo paralelamente ao Jordão, com um segundo descanso ao pé do monte Sartaba. A terceira jornada, em pleno deserto de Judá, terminaria no oásis de Jericó e, dali, por último, remontando as duras encostas que descem da Cidade Santa, cobrir, com essa quarta e última etapa, a distância que separa Jerusalém de Belém. No total, uns 170 quilômetros.

No entanto, como já assinalei, não é este o momento nem o lugar para relatar tão memorável e acidentada “excursão”. Modestamente, isso sim, creio haver contribuído para demonstrar que a rota mais lógica para uma viagem como a que empreenderam Maria e José não é a de Samaria – pelo centro de Israel –, mas a do rio Jordão. Um espanhol, enfim, e me orgulho disso, foi o primeiro “louco” a reconstituir a decisiva peregrinação dos pais terrenos de Jesus, da Galiléia à cidade de Davi.

Voltemos, pois, ao que importa: o criptograma e as peripécias nas quais me vi envolvido até o final.

Na quarta-feira, 3 de dezembro de 1986, sob a luz neutra do crepúsculo, avistava – por fim – a cidade de Belém. Com um andar inseguro e curto – mais próprio de um ancião do que de um homem de quarenta anos, consequência lógica do forte castigo, dos maltratados pés e daquela contínua dor na coluna –, fui terminar a odisséia diante dos brancos muros da igreja da Natividade.

Talvez fosse casualidade (?). A questão é que, ao encerrar a marcha na esplanada pavimentada e recostar-me ofegante contra o pedestal que sustenta a estrela de cinco pontas, as badaladas de um dos sinos do sagrado recinto encheram-me o coração. Ergui os olhos para o céu, que ao ocaso era todo púrpura, e agradei o oportuno “sinal” e a benevolência do Pai, que me havia permitido chegar até ali. Durante algum tempo, alheio a tudo, chorei em silêncio, purgando assim o medo, as angústias e a solidão daqueles dias. O frio e o mudo cintilar das primeiras estrelas secaram-me as lágrimas e a plácida melancolia que me inundava.

Regressei imediatamente a Jerusalém. No hotel não havia novidades. Os serviços de Inteligência – apostaria nisso minha vida – estavam sabendo das minhas andanças mas souberam guardar distância. A partir desse momento, todavia, eu deveria esmerar-me nos cuidados. Ao menos durante umas duas horas, não seria eu quem romperia a trégua. Meu único desejo era desfrutar um banho interminável e um prolongado descanso. O céu e os homens respeitaram minha vontade. No entanto, ali pelas nove da manhã do dia seguinte, o telefone – demoníaco e obstinado – me tiraria de um quase cataléptico e reparador sono de

catorze horas.

Ao erguer-me no leito, uma fortíssima e generalizada dor muscular derrubou-me. Impossível alcançar o fone. Ao quinto ou sexto sinal o telefone silenciou.

– Deus meu! Não posso mover-me!

As inevitáveis agulhadas – nada grave, na verdade – prenderam-me na cama. Esperei uma hora e, diante do risco de mergulhar em novo sono, apertei os punhos e empreendi uma lenta e cômica fuga da cama. Várias pastilhas de glicose, uma ducha e uma aplicação de linimento aliviaram momentaneamente meu deplorável estado.

Preocupava-me não haver atendido ao telefone. Quem poderia ser? Pressenti por trás a silenciosa vigilância dos serviços secretos e, na previsão de males maiores, decidi averiguar. Liguei para o 528658 e prontamente meu amigo Elias Zaldívar, correspondente da agência Efe – com quem havia mantido contato na primeira etapa da minha marcha pedestre –, disse que não havia sido o autor da chamada. Nem sabia do meu retorno a Jerusalém. Alegre de ouvir-me, prometeu enviar para a Espanha uma resenha da minha pequena façanha.

Não tive de esperar muito. Assim que desliguei Rachel me localizava e dizia que tinha sido ela quem me chamara. Aquilo deu-me que pensar. Nem sei, na verdade, por que me surpreendi. Assim, e apesar de tudo, continuei pensando na suspeita pontualidade da funcionária israelense. Parecia demasiada casualidade que me ligasse para o hotel a tão poucas horas do meu retorno.

Ao confirmar-lhe a conclusão da minha aventura pelas terras do Jordão, mostrou certa incredulidade e – direta como sempre – passou a lembrar-me as reuniões pendentes. Uma delas, marcada com o Museu de Medicina Antiga de Israel, vinha-me a calhar. Hoje, sinceramente, me arrependo da loucura cometida.

Concordei, como era natural. Compareceria, submisso, a quantas entrevistas fossem necessárias. Dessa forma, meus movimentos seriam quase totalmente “controlados”. E não preciso dizer que, apesar dessas dificuldades oficiais, meu plano continuava de pé. Eu saberia inventar alguma coisa para romper o cerco e reiniciar as investigações em torno do criptograma. Para começar, até as quatro da tarde, hora prevista para a primeira das reuniões na Universidade Hebraica, eu dispunha de uma margem que não queria desperdiçar. Durante as oito horas em que permaneci sozinho, ao longo de cada um daqueles quatro dias, tive todo o tempo do mundo para refletir sobre o criptograma. A quarta e a quinta frase – “... e suas asas te levarão ao guia MARCOS 6.2.0.” – ocuparam boa parte das minhas prolongadas meditações. A palavra “guia” podia ser analisada de muitas

formas diferentes: como uma pessoa que conduz outra e lhe ensina o caminho; como um guia turístico, tão abundantes em Israel; como um mestre ou guia espiritual; como um poste ou pilar que sirva de indicação; como um livro ou tratado de preceitos ou, enfim, entre outras interpretações, como um rebento ou ramo que se deixa nos troncos e nas árvores ao podá-los. Considerando que as asas daquele “anjo” pareciam conduzir a Hazor ou a Belém, o certo era procurar nesses extremos. O *tell* da Galiléia, por força da lembrança de minha desastrosa visita, e também da distância, ficou em segundo plano. Belém atraía-me muito mais. Fixada, portanto, a decisão de explorar na cidade de Davi, o passo seguinte não parecia já tão cômodo. Como e onde começar? Não sei se foi o mais correto, mas sei que escolhi o mais exeqüível: eliminar as interpretações mais complicadas do termo “guia” e limitar o campo de ação a uma faceta mais fácil de comprovar: a de guia turístico. Sei que começaria às cegas e que isso de “guia turístico” soava muito prosaico. Mas, como já disse, por alguma coisa teria de começar. Em minha indomável fantasia – erro lamentável – continuava viva a imagem de um “guia” igualmente fantástico, oculto pelos véus do mistério e talvez inacessível. Uma vez mais esquecia a peculiar simplicidade e o estilo direto do Major.

Era impossível perceber quão perto estava eu da definitiva solução do hieróglifo e prever os duros acontecimentos que a acompanhariam. Os telefones do Ministério de Turismo de Israel – 240141 e 4661516 – estavam ocupados permanentemente. Então, apesar das dores que me atormentavam, adotei a única forma viável para resolver aquela primeira incógnita. Três quartos de hora mais tarde, depois de perguntar pelos nomes de dois dos meus contatos no Ministério – os srs. Hod e Kotzer –, um funcionário me apresentava à responsável pelos *staff guide*, dependentes, em sua maioria, das centenas de agências de turismo radicadas no país.

– Se não entendi mal – retrucou a funcionária com requintada amabilidade –, o senhor deseja consultar as listas dos guias oficiais de turismo de Hazor e Belém...

Concordei com impaciência.

– A que guias se refere, exatamente?

– Não compreendo.

Com excelente precisão, ela deu especificidade à sua pergunta esclarecendo que os guias autorizados a trabalhar na cidade de Davi passavam de quinhentos.

A cifra me desanimou. Nesse momento, o piscar da luz alaranjada de uma das linhas telefônicas interrompeu nossa conversa. A mulher ouviu atentamente durante um ou dois intermináveis minutos, alternando seus concisos monossílabos com vários e furtivos olhares para mim. Não dei a isso maior

importância, mas ao reiniciar o diálogo percebi uma notável mudança no tom de sua voz. A cordialidade inicial, ainda que não fosse quebrada, caiu de nível. Foi algo instintivo. O clima entre nós, agora, era de mútua desconfiança; e aquela chamada, positivamente, tivera muito a ver com meus velhos amigos do Agaf...

– O assunto muda – prosseguiu ela, retomando o fio da explicação – se o senhor se refere aos que residem habitualmente em Belém ou no *tell* de Hazor e, ao mesmo tempo, exercem sua atividade nessas zonas.

Seus olhos brilharam com uma mal contida curiosidade. E ficou aguardando minha resposta. A verdade é que eu não tinha muitas opções. Se fosse preciso, queimaria as pestanas sobre a extensa lista, à busca do mais insignificante dos indícios. Mas o melhor seria iniciar a tarefa pelo mais cômodo. Então decidi-me pelo último. Em boa lógica, os guias legalmente autorizados, que habitam em Belém ou em Hazor, não podiam ser tão numerosos. E confiei em minha boa estrela.

Enquanto a judia se movia em sua mesa, à procura da relação, assaltou-me uma incômoda dúvida: e se não fosse um guia oficial? Já não é segredo que, em Israel, os que vivem como guias ocasionais ou clandestinos – especialmente árabes – são legião. Eu só me complicava a existência...

– Aqui está – interveio a funcionária, desfazendo minha repentina incerteza. – Vejamos.

Repassei as páginas plastificadas de uma grossa agenda negra e, localizados os guias de Belém e de Hazor, erguei a vista e pedi-me que me sentasse. Agradei a atenção. Minhas pernas doíam.

Percorreu com o dedo indicador esquerdo uma coluna de nomes, endereços e telefones e, saltando à página seguinte, murmurou quase que para si mesma:

– Como eu suponha, em Hazor não reside nenhum guia. Os mais próximos (que se ocupam das visitas ao *tell*) vivem em Tiberíades, Nazaré e, certamente, aqui em Jerusalém.

Ouvi isso com alívio. Aquilo simplificava a busca. E de repente atirou-me duas perguntas que eu esperava desde o princípio:

– Por que lhe interessam essas pessoas? Está pensando em alguma em particular?

Nesse momento crítico não percebi as segundas intenções da mulher. Mas logo compreendi tudo.

Do jeito que pude e que Deus me inspirou, esclareci-lhe que desejava visitar a região e que, em conseqüência, precisava dos serviços de um guia sério e competente.

– Com respeito à pessoa, concretamente – dissimulei com frieza – não tenho preferências.

– Compreendo...

Uma pesada pausa me fez prever novas complicações.

– Enfim, não há muito que escolher – concluiu ela com fingido desalento. – Veja e decida o senhor mesmo.

Sucede às vezes. Impaciente por apanhar a lista, não reparei na hábil manobra. Ou será que eu via infiltrados e espiões por toda parte? Foi mais tarde, ao tomar o táxi e ver que estava sendo seguido, que dei pela coisa. O lógico teria sido que ela mesma se mostrasse gentil e me recomendasse a qualquer dos guias. Mas não. Astuta e premeditadamente, deixou ao meu arbítrio. E eu, tolo, mordi a isca.

Invoquei todos os santos. Mas o pouco de serenidade que ainda me restava esgotou-se exatamente quando recebia a agenda. O escandaloso tremor do caderno não passou despercebido à felina observadora. Segura de si, continuou observando minhas reações. Várias vezes cruzei com seu inquisidor olhar, mas, impotente, baixei os olhos. Mais inquieto, e inibido mais pelo incontável tremor do que pela lista que se abria sobre meus joelhos, não me concentrei nela até a segunda ou terceira leitura. Finalmente, uma vez de posse da relação de guias autorizados que residem em Belém, meus nervos se apaziguaram, dando lugar a outra não menos furiosa emoção.

Na página esquerda, sob o brilho cambiante do plástico, aparecia uma série de nomes e sobrenomes, precedidos por diferentes números de cinco algarismos que eu não consegui interpretar. A seguir, os respectivos domicílios, telefones, caixas postais, nacionalidade e raça, a data do início da atividade de cada um e a ou as agências turísticas com as quais vinha trabalhando.

A judia, detrás do seu silêncio, parecia surpreendida diante da minha rápida recuperação. Abri meu caderno “de campo” e, disposto a desafiá-la, fui copiando a lista. Por razões óbvias, vejo-me obrigado a omitir parte da informação ali reunida.

O que primeiro me chamou a atenção foi o fato de que quase todos eram árabes. No fundo, porém, isso era natural, já que é árabe a maioria da população belenense. Completadas minhas minuciosas anotações, passei a conferi-las com o original. Ao alcançar a metade da relação, meu coração se sobressaltou. Voltei para trás, perplexo, relendo os nomes precedentes. Por último, ansioso, percorri a lista até o último dos guias relacionados.

A funcionária percebeu minha excitação. E, sem poder conter sua venenosa curiosidade, rompeu o mutismo:

– O que aconteceu? Encontrou o seu homem?

– Bem, não sei – vacilei, fazendo um esforço por dissimular a alegria que, como um ciclone, quase me levantava do assento. – Assim, à primeira vista...

Insatisfeita com a evasiva, pressionou-me duramente.

– Fez sua escolha? Quer chamá-lo daqui?

Trocou o aço de suas feições por um acolhedor sorriso, ao mesmo tempo em que me oferecia o telefone. Desta vez a Providência atalhou minha perigosa espontaneidade. Além disso, nem mesmo estava seguro. Conviria ponderar aqueles dados, longe de possíveis maledicências oficiais...

– Não, obrigado – cortei seca e diretamente. – Como todos são bem antigos em seu serviço – acrescentei com uma teatralidade que ainda me maravilha –, todos parecem bons candidatos. Vou pensar...

Sem dar-lhe trégua, devolvi-lhe a “milagrosa” agenda. E, intrigado pelos enigmáticos números que encabeçavam cada um dos nomes, perguntei-lhe o que significavam.

A mulher acentuou seu sorriso, pagando-me na mesma moeda:

– Isso não lhe diz respeito... Digamos que se trata de um código secreto e cifrado, de uso exclusivo do Governo.

– Um número secreto!

Minha exclamação, a torrente de alegria e a indissimulada surpresa que provocou em mim a lacônica mas reveladora informação esgotaram sua paciência e, suponho, sua capacidade de entendimento. A inconfidência da funcionária punha ponto final à minha visita à sede do turismo israelense.

Estreitei fortemente sua mão. O aparente gesto de amizade e gratidão desconcertou-a de uma vez, e ela correspondeu com um impreciso sorriso.

Segundos depois, eufórico, abandonava o lugar, apertando contra o peito a valiosa informação. Caminhei três ou quatro metros pelo longo corredor e, dominado por uma mortal curiosidade, girei e retrocedi. A velha tática daria resultado. Violando as mais elementares regras de educação, empurrei a porta envidraçada da sala que acabara de deixar e pus meio corpo para dentro. Minha inesperada aparição apanhou desprevenida a funcionária bem no momento em que, telefone em punho, e em hebraico, avisava de minha partida sabe Deus a quem. Isso foi o que deduzi do seu nervosismo. Pouco mais tarde, o motorista de táxi que me levou ao hotel, ao traduzir as três frases que eu conseguira ouvir e anotar, confirmaria minhas suspeitas.

Mais ou menos, foram estas as palavras que eu pudera reter: “Ha-ish sheljá iachá ka-rega... Beseder... Eeséh ma she-ujal”. Palavras que, traduzidas, não ofereciam muitas dúvidas: “Seu homem acaba de sair... Está bem. Farei o que puder”.

Ao reconhecer-me, interrompeu a conversa telefônica.

– Desculpe! – desculpei-me sem soltar a maçaneta. – Esquecime de perguntar qual a tarifa oficial por dia...

– A agência é que fixa, senhor – lançou ela, irada, do fundo do seu escritório.

– Ah, claro! Perdoe-me.

Não foi difícil perceber a presença no vestibulo daquele indivíduo rechonchudo, de bigodes densos e guarda-chuva pendurado no braço. Apesar de ocultar sua cara-de-lua atrás de um exemplar do *Jerusalem Post*, seu olhar e o meu se cruzaram. Os acontecimentos vividos havia pouco falavam por si sós. Aquele podia ser o homem da comunicação telefônica. Mas logo o saberia.

O número 24 da rua King George, sede do Escritório de Turismo, não está muito distante do Moriah Jerusalém Hotel. Podia fazer o trajeto a pé. Mas, devido às impiedosas dores musculares e à mórbida curiosidade de saber se me seguiam, escolhi o mais cômodo e seguro.

Às portas do edifício, parcialmente estacionado na calçada e com dois ocupantes em seu interior, achava-se um Mercedes cinza, 300-D. A populosa avenida não é precisamente um lugar onde se possa estacionar dessa maneira. Aquilo me fez desconfiar. E enquanto aguardava a passagem de um táxi memorizei a placa amarela: “699-518”.

Ao tomar o primeiro táxi que apareceu hesitei. Devia dirigir-me diretamente ao hotel ou dar uma volta pelas ruas adjacentes? Se o Mercedes, como eu suspeitava, pertencia à Inteligência israelense, não tardaria a comprová-lo. Solicitar ao motorista que despistasse o potente automóvel pareceu-me arriscado. O mais prudente era retornar ao Moriah. Deliberadamente, sentei-me ao lado do chofer, espiando as manobras dos supostos agentes pelo espelho retrovisor. De fato, assim que partimos, o gorducho do vestibulo aproximou-se impetuosamente do Mercedes e este, camuflado no fluxo de automóveis, tomou posição a pouco mais de cinquenta metros atrás do nosso táxi.

Quinze minutos depois, diante das portas amarelas do hotel, simulei um inexistente regateio com o motorista do táxi. Explico-me. Para um observador exterior, minha gesticulação, com o dinheiro na mão, podia ser interpretada como uma rotineira “peleja financeira”, tão comum entre turistas prevenidos e os profissionais de táxi em Israel. Na realidade, a conversa derivava por rumos bem diferentes. A desculpa da tradução em inglês das palavras hebraicas que eu havia captado na sala da funcionária veio bem a propósito para retardar a saída do táxi, o que me proporcionou um tempo precioso para observar as manobras do Mercedes. O chofer agradeceu a gorjeta e a possibilidade de quebrar a rotina da manhã prestando-me um bom serviço. Nesse lapso de tempo, graças ao retrovisor e às prolixas explicações do meu oportuno tradutor, observei com malvado regozijo que meus perseguidores diminuía a marcha e, depois de uma

breve hesitação, e convencidos de que eu entraria no hotel, giraram para a esquerda e tomaram a rampa de acesso ao estacionamento subterrâneo do Moriah. O que, no fundo, foi um erro. Se minhas intenções fossem outras, poderia tê-los despistado, distanciando-me dali no mesmo táxi ou servindo-me de qualquer dos ônibus que têm ponto de parada em frente ao hotel, em ambos os lados da avenida. Mas no momento eu não tinha essa intenção.

Ardia de vontade de sentar-me tranqüila e calmamente e fazer uma exhaustiva análise do que havia descoberto no Ministério de Turismo.

Peguei a chave do meu apartamento e, quando estava a ponto de tomar um dos elevadores, refleti melhor. Aquela situação me divertia. Faltavam duas horas para a minha entrevista na Universidade Hebraica. Esperando tirar algum proveito, acomodei-me a um ângulo do saguão, de forma a poder observar e ser observado facilmente. Em cinco minutos, como previra, o “cara-de-lua” e mais um segundo sujeito entravam pela porta giratória. Inclinei-me sobre o caderno “de campo”, aparentemente alheio ao que me rodeava. A chegada de uma das camareiras fez-me lembrar de que estava praticamente em jejum. Dando à cena a maior naturalidade, pedi leite e uma porção de torta de queijo e, de esguelha, fui observando a movimentação dos meus contumazes “amigos”. Vi-os trocar algumas frases, olhar-me furtivamente e, finalmente, caminhar para a recepção, solicitando a presença de um dos empregados. A distância – ao redor de uns vinte metros – e o fato de que os homens me deram as costas anularam qualquer possibilidade de que eu percebesse o que se passava. Mas, nos cinco ou dez minutos que durou o “conclave”, imaginei tudo ou quase tudo. O que consegui observar foi que o companheiro do gorducho revolvia os bolsos traseiros de suas rustidas calças *jeans* e tirava alguma coisa – talvez um pequeno bloco de notas, no qual fez umas poucas anotações. Depois, com a mesma discrição, ambos se retiraram do hotel, não sem antes olharem para o meu lado e se certificarem de que eu estava ocupado com meu frugal almoço.

Para dizer a verdade, a desapareição dos presumíveis agentes não me serviu de consolo. Era certo que tramavam alguma coisa. Estive tentado a sair. Mas convenci-me de que o mais inteligente era seguir seu jogo, levando-os a crer que eu ignorava sua presença. Isso me proporcionava uma certa vantagem.

“... e suas asas te levarão

ao guia MARCOS 6.2.0.

O número secreto de suas penas

é o número secreto do guia...”

Aquilo, sim, era importante. O Destino, cansado, talvez, de tanto enigma, acabara de dar-me uma inestimável chance. Na relação de guias autorizados pelo Ministério de Turismo de Israel, com residência habitual em Belém, figuravam

doze nomes. (Também era “casualidade” que fossem precisamente 12?) Destes, quatro – Toufite, Abraham, Mike e Elias – desempenham seu trabalho na própria cidade de Davi. Os demais – Emin, Raimundo, José, Michel e outros três Elias – conduzem os turistas e peregrinos por todos os quadrantes da Terra Santa. Premeditadamente, apenas mencionei onze dos doze profissionais que a lista indicava. O último, que estava no meio da relação oficial, foi quem me causou o júbilo a que me referi. Na suscinta referência – da qual omito alguns dados por razões de segurança – pude ler e copiar o seguinte:

“00006. Marcos Gabriyeh. Domicílio... Caixa postal 620. Belém. (Não tem telefone.) Cristão-árabe. Exerce desde 1965. Fala hebraico, árabe, inglês, espanhol, francês, italiano e português. Trabalha para a Agência... Endereço... P.O.B... Telefones... Cable... Telex... Jerusalém.”

Como o leitor terá percebido, nestas telegráficas linhas despontavam alguns dados reveladores que levaram ao máximo minha excitação. Para começar, aquele era o único guia de Belém com o nome de Marcos. Quanto aos três dígitos da caixa postal, que é que eu podia supor? 620! A mesma cifra que aparecia junto à inicialmente suposta citação bíblica: MARCOS 6.2.0.

“... e suas asas te levarão
ao guia MARCOS 6.2.0.”

O quebra-cabeça se encaixava. As asas do “anjo” de Hazor estavam “levando-me” a um guia, de nome MARCOS, cujo número secreto oficial – 00006 – coincidia com o das plumas do querubim e dava a mesma soma: “6”.

Estudei o criptograma, sem dar crédito ao que agora, após tantos esforços e tantos desafios, resplandecia diante de mim cristalinamente. E me lembrei, com um estremecimento, da carta de Munique.

Se tudo aquilo fosse algo mais que uma miragem, minhas velhas e inseguras deduções haviam sido plenamente acertadas. O Major, jogando para desorientar, soube utilizar o nome e os textos do evangelista, incrustando um segundo “Marcos” no ponto exato. E como ocorrera na primeira das “mensagens”, a que me levou a Washington, as sucessivas “chaves” foram arrumadas para desempenhar um papel que se podia definir como de “peças complementares” – um papel de apoio ou ratificação do essencial.

Em suma, aceitando que meus passos e lucubrações estivessem certos, o enigma parecia chegar a seu fim. Mas, apesar da solidez das aparências, meu desconfiado espírito não conseguia assimilá-lo e, o que era mais importante, admitir que houvesse triunfado. Suponho que é minha maneira de ser.

Naturalmente, continuei contemplando a possibilidade de que o afortunado “guia” fosse uma coisa ou pessoa diferente. Mas o senso comum o contestava.

Aquilo irradiava um inegável sentido. Tudo engrenava na prodigiosa roda

da lógica. E deixei-me arrastar pelos sonhos. “Talvez o Major – não sei quando – tenha conhecido um homem chamado Marcos. Talvez fosse seu amigo e talvez lhe confiasse “algo” que prepararia meu caminho... Por que não?”

Abandonei tais pensamentos, freei minha imaginação e anotei o que julgava como de imediato e obrigatório cumprimento:

“Localização e entrevista com o tal Marcos, de Belém.”

Desconhecia o que me aguardava e, portanto, calculei os riscos, esperando que o encontro se realizasse sem testemunhas; especialmente, fora da órbita da Inteligência militar israelense. Naquele esperançoso momento, à vista do leque de dados e acontecimentos que se abria diante de mim, felicitei-me pelo sigilo guardado no gabinete da funcionária de turismo. Não podia esquecer – e os serviços secretos muito menos – que a região de Belém constitui um dos focos mais virulentos do terrorismo em Israel, a ponto de se haver convertido em um “canteiro” do qual brota uma infinidade de palestinos dispostos a pelejar por seus legítimos direitos. Se eu houvesse pronunciado o nome de Marcos, ou qualquer outro, minhas dificuldades com o Agaf teriam sido dramáticas. Esta, entre outras, podia ser uma das razões da espionagem judia para manter-me controlado.

Era necessário organizar tudo conscienciosa e meticulosamente. E meu insensato cérebro começou a maquinar um plano.

As condições do tempo pioravam. O frio e a chuva aumentaram de intensidade em Jerusalém, e eu, a contragosto, dispus-me a tomar o ônibus 4A, que deveria levar-me à Universidade Hebraica, no monte Scopus, ao norte da cidade. O compromisso irritou-me. Mas, resignado, compreendi que não me convinha dar um só passo em falso.

Andando sob a marquise, perscrutei os arredores do hotel, em torno à parada do ônibus. Especialmente a entrada do estabelecimento subterrâneo e a porta giratória do saguão. Do Mercedes e seus ocupantes, nem rastro.

Dois judeus ortodoxos, com suas fúnebres levitas, os inconfundíveis cachos pendentes de ambos os lados dos seus pálidos rostos e os chapéus de veludo negro protegidos da chuva por capas plásticas, uniram-se a mim na espera do ônibus. Depois, com idêntica desconfiança, vi chegar uma espigada e atraente mulher de rasgados olhos pretos. Ao passar diante dela sustentei seu inquietante olhar. Não sabia o que fazer. Qualquer daqueles hirtos semblantes podia ocultar um astuto agente secreto.

“Mas por que essa obsessão?” – censurei-me. – “Minha visita a Scopus recebeu a ‘bênção’. Talvez tenham desistido por enquanto...”

Entretanto, decidi sair das dúvidas, na medida das possibilidades. O ônibus

chegou pontualmente e suas portas hidráulicas resfolegaram, dando-nos acesso. Os judeus, sem a menor consideração, tomaram a dianteira. A moça, mais prudente, ficou para trás. E eu pus em ação a primeira das provas.

Imóvel sobre os degraus que conduziam ao chofer e ao cobrador, toquei o ombro do que me precedia, perguntando-lhe, em inglês, se aquele era o ônibus para a Universidade. Sabia que esses fanáticos da religião – moradores, talvez, do bairro de Mea Shearim – levam seu radicalismo ao extremo de não dialogar em outra língua que não seja a hebraica. Se fosse um membro da Inteligência militar, o mais provável é que se houvesse dignado responder à inocente pergunta daquele estrangeiro. Não foi assim. Virou a cabeça, inspecionou-me de alto a baixo e, com o mais olímpico desprezo, prosseguiu sua conversa com o segundo *hassidim*, ignorando-me.

“Perfeito”, respondi no meu íntimo, assimilando o revelador atrevimento.

Faltava apenas a mulher. Normalmente, se a mulher fosse o que eu suspeitava, estaria carregando uma arma. Tinha de descobri-lo. Gentilmente cedi-lhe a passagem e, uma vez no corredor do ônibus, fiquei às suas costas. A brusca arrancada foi a desculpa que eu esperava para amparar-me em sua cintura com ambas as mãos. O incidente – tão comum nessas circunstâncias – não pareceu desgostá-la totalmente. Com seu grácil braço esquerdo erguido para uma das barras de segurança, resistiu ao solavanco. Soltei minha presa, mas, aproveitando o novo sacolejo provocado pela entrada na segunda velocidade, agarrei-me de novo ao corpo da senhorita, desta vez por debaixo das axilas, deslizando minhas mãos, sem o menor pudor, pelos seus flancos. Recompostas a estabilidade e a figura, desculpei-me, aliviando-a da firme pressão das minhas mãos. A jovem, impassível, sorriu maliciosamente, piscando-me um olho. Meu rubor desceu-me até os pés...

Meus temores eram infundados. A formosa hebréia não estava armada.

À hora marcada, Daniel Schwartz, professor de História do Povo de Israel, me recebia em um dos gabinetes do edifício Truman. Por espaço de uma hora, na presença de Pessy Druker, membro, também, do professorado da Universidade Hebraica, o jovem cientista satisfez minha curiosidade, falando-me de suas investigações sobre Pôncio Pilatos. Algumas das audazes teorias de Schwartz, seja dito de passagem, coincidiam com os dados do Diário do Major norte-americano sobre esse discutido e injustamente difamado governador romano.

Ainda que eu tenha prestado muita atenção à entrevista, a verdade é que meu coração estava distante. Para ser preciso, em Belém. Meu plano inicial não incluía a busca do enigmático Marcos até o dia seguinte. Entretanto, à medida que a tarde avançava, revi meus pensamentos. Agiria de imediato. Nem os nervos nem a curiosidade me teriam perdoado se eu cruzasse os braços.

Dito e feito. Pelas seis horas, de regresso ao Moriah, ativei a recém-batizada Operação Marcos. Procurei o recepcionista que havia conversado com os ocupantes do Mercedes, perguntando por algo que conhecia de sobra: a zona comercial mais próxima. Mapa nas mãos, recomendou-me o triângulo ornado pelas ruas centrais de Jafa, Ben Yehuda e George V. De fato, todo um paraíso para o comprador.

Não havia pressa. Então, desafiando a chuva e o tormentoso mal-estar geral que me roía os ossos, empreendi um despreocupado passeio, Keren Hayesod acima. O trânsito de pedestres, escasso, favoreceu-me. Não tinha certeza, mas, como medida preventiva, fiz uma pausa diante de um estabelecimento de música que se ergue na mesma calçada do hotel, a coisa de cem metros. O silêncio da rua trouxe-me o som de uns apressados passos. Alguém se aproximava. Não me movi, aparentemente absorto nos discos que se exibiam na vitrine. O reflexo de um homem gordo, de baixa estatura, surgiu no vidro, a dois palmos do meu nariz. Voltou a cabeça para o meu lado e, automaticamente, afrouxou o passo.

“O ‘cara-de-lua’!”

Indeciso, mudou o guarda-chuva de uma para a outra mão e continuou seu caminho. Esperei dez ou quinze segundos e, satisfeito, reiniciei a caminhada. Tinha graça. De perseguido me convertia em perseguidor.

O aturdido agente, diante do patético da situação, só umas poucas vezes conseguiu virar-se para observar meus movimentos, comprometendo ainda mais seu trabalho. Meu objetivo achava-se ainda a meio quilômetro e, divertido como uma criança, deixei-o seguir. Inteligentemente, o homem mudou de calçada e, com toda a naturalidade, deteve-se em uma das paradas de ônibus. Quando me emparelhei com ele, o “cara-de-lua” mudou de tática. A partir de então, manteve-se a uma prudente distância, sempre em paralelo e do lado oposto ao meu. Minha estratégia, elementar, consistia em alcançar a concorrida confluência das ruas Ben Yehuda e George V. Uma vez chegado a esse ponto, com um pouco de sorte trataria de despistá-lo. No entanto, ao ultrapassar o Hotel Plaza – já no meio da avenida George V –, tive uma idéia melhor e mais arriscada.

Como eu supunha, o gordalhudo, sempre atento, ficou desconcertado. Quase com certeza a informação do recepcionista o levava a confiar no meu propósito de visitar lojas e efetuar compras. Por isso, ao ver que eu me detinha sob a marquise do ônibus 9, sua desolação tornou-se visível. Apesar de tudo, devo reconhecer que a sorte estava de seu lado. Se naquele preciso instante tivesse chegado um ônibus, minha manobra teria sido um completo êxito. Muito a meu pesar, o primeiro ônibus que surgiu na avenida deu-lhe tempo para cruzar a rua e meter-se entre o reduzido grupo de pessoas que se abrigava sob a

marquise.

Ao entrar no ônibus, minha contrariedade aumentou. “E agora?” O “cara-de-lua”, imperturbável, passou por mim e acomodou-se em um dos assentos do fundo, muito próximo à porta de saída. Eu permaneci de pé, diante da portinhola de folha dupla situada no centro geométrico do veículo e que era acionada em cada parada. Tinha de agir. Mas como?

O número de passageiros aumentou nas duas paradas seguintes. Aquilo podia beneficiar-me. De soslaio, ocultando-me entre os passageiros, procurei vigiar o indivíduo. Naturalmente ele fez o mesmo. Minhas alternativas não eram muitas. Era imperioso jogar uma cartada, ainda que eu me delatasse. Quando nos aproximávamos do cruzamento com a rua de Hillel, alguém deu sinal de parada. O ônibus se deteve, a porta abriu-se e eu desci calmamente. Foi questão de segundos. A surpresa dificultou a reação do agente, mas ele, embora a duras penas, também conseguiu saltar. Era o que eu esperava. Seu senso profissional fez com que me desse as costas, em um elementar gesto de dissimulação. Aquele foi seu erro. Antes que ele entendesse o que acontecia, saltei como um gato sobre a porta de entrada do ônibus, exatamente no instante em que o veículo partia com o seu ronco peculiar. A porta dupla me prendeu mas em questão de segundos o sistema hidráulico reverteu e eu me desprendi. O “cara-de-lua”, desarmado, não se moveu. Nem sequer esboçou um gesto de contrariedade. Também os passageiros mais próximos ficaram atônitos, pois não entenderam meu estranho procedimento. A maioria, devo supor, o terá atribuído a um erro na escolha do ponto de parada.

Um quilômetro mais adiante eu deixava definitivamente o providencial ônibus, perdendo-me na noite. Dessa vez havia ganho a parada. Mas como seria a seguinte? A pequena peripécia, ainda que me houvesse proporcionado liberdade de ação, poderia provocar conseqüências imprevisíveis. Agora eles sabiam que eu também “sabia”... Mau negócio...

De qualquer forma, acontecesse o que acontecesse, eu não tinha intenção de perder minha temporária vantagem. Tomei um táxi e quarenta minutos mais tarde descia defronte à basílica da Natividade, em Belém. Escolhi ao acaso uma das portas do templo, disposto a verificar se o familiar Mercedes ou qualquer outro veículo suspeito aparecia na esplanada. Meia hora decorrida, convencido de que nada havia a temer, tomei um táxi que me conduziu com precisão ao endereço que estava em meu poder e que, segundo o Escritório de Turismo de Israel, pertencia ao guia e suposto amigo do Major: Marcos Gabriyeh.

A sorte estava lançada. Agora, diante daquela casa de um pavimento, minhas dúvidas recrudesceram. Teria eu escolhido o melhor caminho?

Por mais que me esforce, não encontro palavras para descrever o fogo e o vazio que, como um nó, enroscaram-se em minhas entranhas ao transpor o portão. Pode parecer exagero, mas minha mente desabava. Fiquei em branco. Por onde começaria? Se realmente era aquele o sujeito que eu perseguia com tanto afinco, que frases deveria dirigir-lhe? Como me apresentaria? Considerando – e talvez seja muito considerar – que tivesse guardado “algo” para mim, como persuadi-lo a me entregar?

Trêmulo como uma chama de vela, toquei a campainha. Cinco, dez, quinze segundos... Silêncio. Alarmado, insisti com energia. E se não estivesse em Belém? Dada sua condição de guia oficial, tudo era possível.

... Vinte, trinta segundos. Chamei pela terceira vez. Nenhuma resposta. A casa parecia deserta.

“Maldição!”

Da incerteza e do pasmo passei a uma raiva surda. Aquilo não era justo.

Foi inútil. Ninguém respondeu às minhas cinco chamadas de campainha. Decepcionado, dei meia-volta e parei no meio da solitária rua. O impasse abateu-me tremendamente. Incapaz de refletir e decidir, via minhas esperanças escorrerem pelo reluzente asfalto junto com a mansa chuva.

Mas minha boa e caridosa “estrela” – ainda que eu não pudesse vê-la – continuava no alto. De súbito, uma voz me chamou de uma janela contígua à casa do desaparecido Marcos. Era uma mulher. Lamentavelmente ela só falava árabe. Deduzi que havia escutado meus toques de campainha. Pronunciei o nome de Marcos o mais devagar possível, vocalizando como um parvo e indicando sua casa. A senhora respondeu em sua língua, apontando, por sua vez, para o extremo da rua. Após alguns minutos de estéril diálogo, retirou-se da janela, mas antes, por sinais, recomendou-me que esperasse. Em poucos momentos retornava em companhia de um rapazinho com quem pude entender-me. Amável, prestou-se a acompanhar-me até o local onde, ao que parecia, se encontrava seu vizinho e amigo. “Marcos” – segundo o jovem árabe – “estava trabalhando na montagem de um restaurante.”

Depois de uma ansiosa caminhada, penetramos em um vasto salão em obras. À tênue luz de algumas lâmpadas enroscadas às colunas, e em meio a uma atmosfera que recendia a gesso fresco e madeira recém-serrada, quatro indivíduos lidavam com pranchas e martelos. Um deles, curvado sobre uma tina de cimento, cantarolava uma dolente melodia árabe.

Cerrei os punhos, dominado pela emoção. Qual daqueles operários seria o depositário daquilo por que eu tanto ansiava?

Após identificar nosso homem, meu acompanhante passou pelos trabalhadores mais próximos, saudando-os com repetidas e amistosas palmadas

nas costas, aproximou-se daquele que remexia a massa e, inclinando-se, sussurrou-lhe alguma coisa ao ouvido. Então ambos se ergueram e passaram a observar-me na penumbra. A irregular iluminação impediu que o homem notasse minha intensa curiosidade. Conservei-me quieto, como me havia sugerido meu improvisado guia.

Parecia-me que as palpitações do meu coração eram ouvidas a grande distância. Mas ninguém alterou sua movimentação.

Concluído o rápido diálogo, o que fazia de pedreiro atirou seu instrumento no barril de massa e, esfregando as mãos nas calças, caminhou em minha direção.

Não pude evitar. Comecei a tremer. Teria chegado o grande momento? Que poderia eu dizer-lhe? Como abordar tão delicada e enigmática história?

Um foco amarelado afastou finalmente o negror da silhueta que se aproximava, mostrando-me o homem. Parecia haver chegado nessa idade indefinida que só floresce passados os cinquenta. Como bom árabe, conservava uma crespia e abundante cabeleira negra, algo cinzenta e descuidada. Um ventre abaulado inflava uma camisa cáqui, salpicada aqui e ali por pingos de cal, diminuindo sua já escassa estatura de um metro e sessenta centímetros. Um rosto limpo, mais largo que alto, formava um todo com o pescoço robusto. Uns olhinhos apertados, em perpétuo movimento, mas ao mesmo tempo sorridentes e confiantes, revelavam o homem de bem.

Atribuo-me poucas virtudes. Entre elas, a de descobrir o íntimo das pessoas com uns dois atentos olhares. Pois bem, este pequeno dom – fruto do meu ofício – fez-me confiar. Espontâneo, o homem estendeu-me a mão, e eu, tolo e vacilante, só consegui corresponder estreitando-a fortemente. Creio não enganar-me quando digo que, em geral, um sincero e caloroso gesto desse tipo abre muitas portas, sobretudo as da amizade. Aquele aperto de mãos, apesar do mútuo desconhecimento, foi mais longo do que o normal. Tanto o guia como eu – tenho certeza – sintonizamos.

– Diga, senhor...

A voz firme de Marcos, sem nenhuma reserva, animou-me. Sorri para ele. E o bom homem, expectante, retribuiu-me o sorriso.

– Bem... – comecei finalmente, sem saber bem que rumo tomar –, desejaria conversar com o senhor.

– Comigo?

– Não se alarme – atalhei. – Trata-se de um assunto privado que requer um pouco de calma. Nada grave.

Admirei que não tentasse uma sondagem a respeito da minha insólita visita

e nem sequer fizesse perguntas, como seria de seu direito.

– Pode esperar um minuto?

Concordei, creio, com um vago movimento de cabeça. A tensão me confundia.

Despediu-se dos companheiros e, indicando a saída com as duas mãos, convidou-nos a precedê-lo.

– Iremos à minha casa – disse.

O jovem árabe e eu obedecemos em silêncio. Poucos minutos depois, com uma franqueza que caracterizaria todo o nosso encontro, abriu seu coração, lamentando a crise por que passava o setor turístico no momento. A falta de trabalho havia obrigado – a ele e a outros guias de Belém – a investirem coletivamente na aventura do restaurante. Gostei do detalhe e da confiança. Marcos era um homem sem duplicidade. Aberto até mesmo com os que não conhecia. O gesto estimulou-me. A caminho de sua casa tomei a firme decisão de tratar com ele sem artifícios nem meias verdades.

O menino que me havia prestado tão providencial serviço deixou-nos a sós. Uns dois minutos depois – quase sem poder crer – estava eu sentado diante do guia belemita, em sua austera e solitária casa.

Apesar de meus bons propósitos, o assunto resistia. Sentia-me deslocado, impotente, até ridículo. Como dizer-lhe quem eu era e por que estava ali?

Penetrante e sagaz como um falcão, Marcos percebeu meu estado de nervos e, cordialmente, ofereceu-me um chá.

Não poderia jurá-lo, mas, através do vapor da infusão, pareceu-me ler nos seus olhos que ele sabia qual o motivo da minha visita. Depois afastei a idéia. Isso era impossível. Não obstante, aquela “luz” e o ruidoso silêncio dos seus olhos continuaram inquietando-me. E me estenderam uma providencial ponte.

Falei-lhe de mim. Do meu trabalho e do histórico dia em que conheci o Major. Não houve interrupções. Deixou-me falar à vontade. Sua imperturbável atenção, quebrada apenas por um ou outro sorriso de cumplicidade, convenceu-me de que não me abria em vão. Se não fosse o homem que eu procurava, que sentido teria tão paciente e generosa escuta? Ao pormenorizar-lhe, por exemplo, minhas venturas e desventuras na solução do criptograma, o mais razoável, de sua parte, teria sido atalhar logo tão prolixas e estranhas explicações. Ao contrário. Minhas peripécias em Washington o cativaram.

Terminei o reconfortante chá e ele, sem palavras inúteis, serviu-me uma segunda chávena, incitando-me, com seu respeitoso mutismo, a prosseguir. Assim fiz, como um potro selvagem, sem ordem e com uma progressiva exaltação que, com certeza, não escapou à sua inteligência.

Houve detalhes, é verdade, que obscureceram visivelmente seu olhar,

traindo sua emoção. O primeiro foi a alusão à morte do ex-oficial da Força Aérea dos Estados Unidos. O segundo, a surda batalha com a Inteligência militar israelense. Pouco faltou para que, diante do seu tão eloqüente envolvimento, eu encurtasse a história e passasse diretamente à questão que me consumia. Mas, não desejando forçar os acontecimentos, completei a narração. O último capítulo consistiu em mostrar-lhe o caderno “de campo”, com o texto do segundo enigma e os desenhos do “anjo de Hazor”. Ele tomou em suas mãos o bloco e leu rapidamente o criptograma. Depois, em tom grave, pediu-me que lhe mostrasse meu passaporte. O inesperado pedido apanhou-me desprevenido e me perturbou.

– Tudo bem – tornou ele, procurando suavizar a importância de seu gesto. – Simples comprovação...

Meu constrangimento permaneceu vivo, apesar do seu tom. Será que eu me havia enganado de pessoa? Marcos não seria outro esbirro dos serviços secretos israelenses? Mas a explicação do guia pôs um ponto final à minha inquietação:

– Compreenda – sorriu, satisfeito, enquanto me devolvia o documento. – Precisava ter certeza...

– Então o senhor...

Minha explosão de alegria comoveu-o. Mas nada disse. Abandonou sua cadeira e se dirigiu para a janela, onde parou por instantes em atitude de reflexão. Ao voltar-se, sua pergunta – ladeando o essencial da questão – arrefeceu minha expectativa:

– O senhor acredita que possam tê-lo seguido até aqui?

Neguei com firmeza.

– É outro assunto que intranqüiliza. Conhecem ou suspeitam “eles” da minha identidade?

Repeti a negativa, contando-lhe o antecedente do meu silêncio no Escritório de Turismo e de como havia dado com sua pessoa. Marcos conhecia a astúcia dos serviços de Inteligência de Israel e minhas palavras não acalmaram seu desassossego. Todavia, ao menos por um momento, deixou de lado o desagradável assunto. Sua face readquiriu a natural luminosidade e, estendendo ambas as mãos, disse laconicamente tudo que eu ansiava ouvir naquele momento:

– Faz anos que espero esta visita...

Ainda que a intuição me houvesse aberto a alma desde algum tempo antes, minha garganta ficou embargada de emoção. Fui incapaz de responder. Tomei suas mãos e simplesmente as estreitei, transmitindo-lhe dessa forma os meses de pesadelo, desalento e esperança. Nossos olhares falaram por si sós. A partir desse inesquecível momento, foi ele quem tomou a iniciativa, tirando-me todas as dúvidas. Havia conhecido o Major ao longo do ano de 1973, em Jerusalém, e

por motivos inteiramente outros, alheios aos que agora nos reuniam. Entre eles nascera uma corrente de fraternidade e, anos mais tarde, desde o remoto Yucatan, tornara a ter notícias do velho piloto norte-americano. Recomendava-lhe a custódia de “algo” que só podia ser entregue ao homem ou à mulher que acreditasse haver resolvido e decifrado o criptograma que estava em meu poder. A última “chave” do enigma era ele mesmo. Desde que “aquilo” chegara a seu poder, apesar de suas tentativas de fazer contatos com o Major, não havia voltado a ter notícias suas. Ignorava que havia falecido e também que houvesse uma primeira mensagem.

Leal e prudente como os que mais o fossem, Marcos me assegurou que jamais abrisse a encomenda do nosso amigo comum. Acreditei.

Ardendo em desejos de receber o misterioso “legado”, supliquei-lhe que o mostrasse. Sorriu com benevolência, desculpando minha sofreguidão. E logo, sem rodeios, fez-me compreender que a entrega deveria consumir-se no momento e no lugar adequados. Aceitei suas razoáveis exigências. O Agaf, com toda a certeza, podia estar à espreita. Se eu me apresentasse nessa noite no hotel com o precioso “carregamento” – essas foram suas palavras –, meus sacrifícios, os seus e os do Major corriam o risco de ser prejudicados, em benefício dos serviços de Inteligência. Valia a pena esperar.

– Este é meu plano – resumiu, expondo a idéia que acabava de conceber e que, de tão surpreendente, arrancou-me uma espontânea gargalhada, a primeira deste infeliz em toda a sua estada na Terra Prometida. Concordei divertido. “Aquilo” era excitante e, sobretudo, eficiente. Submeti-me à sua vontade e não tornei a interrogá-lo nem a pressioná-lo sobre o “que lhe havia confiado o Major”. Um “legado” cuja natureza eu pressentia.

Nossa conversa – entremeada de confidências – se prolongaria até alta madrugada. Foi assim que entramos no mútuo conhecimento de fatos e circunstâncias intimamente ligados ao Major e que, além de enriquecer-nos, multiplicaram – se é que era possível – nossa sincera estima por aquele homem singular e corajoso.

Passadas as quatro horas, um segundo chofer de táxi belemita rematava seu giro turístico no cruzamento das ruas Smolenskin e Keren Hayesod, a trezentos metros do Moriah Jerusalém. Por segurança, dispensei o chofer e amigo de Marcos em um lugar suficientemente retirado do hotel para conjurar qualquer encontro ou “insalubre curiosidade”...

Caminhei decidido. A zona, iluminada e deserta, parecia em paz. Nas imediações do Moriah não se via um só veículo. Passei pela rampa do estacionamento subterrâneo e, de súbito, senti medo. Detive-me. Inspecionei a escura e solitária entrada do estacionamento e não localizei o vigia. Que faria?

Entraria pelo subsolo? Dali, pelos elevadores, o acesso ao apartamento era menos perigoso. Finalmente, renunciei. Meu abalado coração não resistiria a outro “susto”. Além disso, que importava que me vissem entrar pelo saguão? Àquelas alturas do “negócio” tudo estava consumado... para o bem ou para o mal.

Encolhido e temeroso, empurrei devagar a porta giratória. No *hall*, em penumbra, não respirava uma alma. Minto: à esquerda, em uma das poltronas, ressonava um vigilante. Transpus na ponta dos pés os sete ou oito metros que me separavam dos elevadores e, enroscando-me como uma serpente, subi sem ser visto. Nenhum dos recepcionistas – possivelmente tão aéreos como o agente de segurança – notou o retorno daquele tresnoitado. Mas os sobressaltos – no fundo sou um ingênuo – continuariam a repetir-se...

Muito feliz, me preparei para entrar e descansar. Parei diante da porta do apartamento e, de repente, senti que o mundo vinha abaixo: simplesmente havia esquecido a chave na recepção.

– Esta sim é muito boa!...

Não sabia se ria ou chorava. Nova busca em todos os bolsos foi tão inútil quanto a primeira. Incrível! Em segundos, toda a euforia transformou-se em cólera. Os que me conhecem sabem que a única pessoa com quem me indigno... sou eu mesmo. Pois bem, essa foi uma excelente ocasião para exercitar uma de minhas atividades prediletas: maldizer minha sombra e minhas proverbiais gafes.

Esforcei-me por imaginar uma solução. Tudo menos descer e denunciar minha presença. Até era possível que não acontecesse nada. Mas... e se ocorresse?

A análise da estúpida situação ofereceu-me duas únicas alternativas. Uma: conseguir um meio de forçar a porta. Duas: acomodar-me no corredor e esperar o alvorecer. Esta última não me agradou. Então, de mau humor, fiz um inventário do que trazia comigo. E o resultado não me estimulou: carteira, passaporte, cigarros, isqueiro, pedômetro, várias canetas hidrográficas – às quais sou tão apegado – e o caderno “de campo”, com três ou quatro folhas soltas, repletas de nomes e endereços e presas ao caderno por diversos cliques de aço inoxidável.

– Nada que sirva! – lamentei-me. – Se ao menos o isqueiro fosse de gasolina...

Como já havia feito em outras das minhas peripécias, bastava injetar o combustível no miolo da fechadura e pôr fogo. Em geral, dependendo, claro, do tipo do mecanismo, a pequena explosão descompunha a engrenagem. Este não era, porém, o caso. Só havia uma solução: os cliques. Desentortei um deles e, com o fio de arame em que se transformou, fiz uma gazua. Foi absurda minha

preocupação de olhar para um lado e outro do corredor solitário. Quem poderia surpreender-me a uma hora daquelas?

A rústica “chave” esgaravatou nos interstícios do miolo, à procura da lingüeta. À terceira ou quarta tentativa um sonoro clique recompensou-me, permitindo-me abrir a porta e entrar.

O Destino, ainda que já não se saiba o que pensar, parece que havia calculado tudo. Até mesmo que eu não recolhesse a chave do apartamento. Assim pareceria que eu havia passado a noite fora.

Era o que eu supunha. Logo à primeira hora de sexta-feira, quando me preparava para sair, soou o telefone. Imaginei a origem da chamada e não atendi. Deixei o apartamento e com isso dei início à operação planejada por Marcos.

Naquele momento achei conveniente continuar ocultando minha presença no hotel. Assim, para evitar embaraçosos encontros, dirigi-me diretamente ao estacionamento subterrâneo. Ali me aguardava outra surpresa. À medida que me dirigia para a saída, um dos veículos – estacionado a pouca distância da barreira de controle – chamou-me a atenção. Prudentemente, ocultei-me atrás de uma das colunas. Não havia dúvida: era o Mercedes 300-D! Atemorizado, esquadrinhei seu interior. Ninguém. Era óbvio que a posição do veículo no subsolo – estrategicamente preparado para uma rápida partida – não era casual. Na rua, diante das portas do hotel ou nas proximidades, teria chamado a minha atenção imediatamente. Mas, por outro lado, se não estavam no carro, onde estariam seus ocupantes? “Não muito distante”, deduzi.

Se “eles” estavam a par de minha prolongada ausência, o lógico era supor que, nesse momento, vagassem pelo *hall*. A chave continuava na recepção...

Que caminho eu devia tomar? Claro que afastei a idéia de apresentar-me no vestíbulo. Mas, por outro lado, e se eles estivessem na rua? Não havia escolha. Correria o risco. Saí do esconderijo e optei pela rampa do subterrâneo.

O encarregado da barreira – esgotado pelo longo turno da noite que agora expirava – lançou-me uma rotineira e cansada vista de olhos. Cumprimentei-o com um simples movimento de cabeça e, de repente, minha vista deu com algo que talvez pudesse servir-me naquelas circunstâncias. Fiz-lhe sinal para que abrisse a vidraça da guarita e, uma vez diante do aborrecido e sonolento personagem, dei-lhe um sorriso e, apontando para um gorro azul que pendia das costas da cadeira, perguntei-lhe:

– Está à venda?

A pergunta deixou-o perplexo. Mas antes que ele abrisse a boca mostrei-lhe cinco cédulas de dez dólares.

– Perdão – acrescentei –, é que sou colecionador...

O homem deve ter-me tomado por um endinheirado e excêntrico turista. E ainda perplexo arrebatou o dinheiro e me entregou a empoeirada e desbotada peça. Incrédulo, contou as cédulas. E quando tentou dizer o que quer que fosse eu já me afastara do estacionamento com o gorro enterrado até as sobrancelhas. (No meu regresso à Espanha, comentei o episódio com a pessoa a quem mais quero e ela, inteligentemente, fez-me ver que um gorro não é o meio mais discreto para passar despercebido. Dei-lhe razão. Nesse caso foi a Providência que me permitiu sair incólume do lance.) Seja como for, o bom e proveitoso é que, à hora marcada, me reunia com uma das relações públicas da Universidade Hebraica, Gina S., de acordo com o que eu prometera ao Instituto de Relações Culturais. Como combinei com Marcos, convinha continuar dando uma no cravo outra na ferradura... A jovem judia introduziu-me na Academia Rubin de Música, ajudando-me a localizar uma rara série de livros sobre instrumentos musicais bíblicos. Satisfeita minha curiosidade, pedi-lhe que me acompanhasse ao Moriah. E às onze horas, com a jovem pelo braço, irrompi no hotel. A massa de turistas não me permitiu explorar o vestíbulo como desejava. Se a Inteligência militar estava presente nunca o soube. Recebi a chave e convidei Gina a subir. Não me lembro bem do pretexto mas acho que lhe falei de um livro hebraico escrito pelo grande especialista no mar de Tiberíades Mendel Nun, obra que eu havia comprado dias antes e sobre a qual necessitava de certa informação. A nobre e complacente moça aceitou encantada. Mas, antes de tomar o elevador, soltei seu braço e, voltando ao balcão da recepção, perguntei qual a forma mais rápida para fazer chegar ao meu apartamento uma garrafa de champanhe e duas taças. A pergunta, em tom de voz mais elevado do que o habitual, deu resultado. Vários dos recepcionistas, ao ouvir-me, fixaram seu olhar, alternadamente, em minha acompanhante e em mim. Os sorrisos que deixei às minhas costas foram o fruto do estratagema.

Uma vez no apartamento, liberei-me da jaqueta, convidei Gina a sentar-se e dei-lhe o citado volume de Nun: *Sea of Kinnereth*. Pedi-lhe que o folheasse e esclareci que necessitava de uma tradução da bibliografia. Na verdade eu nem sabia se o livro incluía relação bibliográfica alguma. Gina, creio que algo decepcionada, pôs mãos à obra mas, ao mesmo tempo, cruzou as pernas provocativamente. Não sei o que ela pensou. Talvez que lhe houvesse calhado um tímido ou um excêntrico. Em parte, acertou. Simulei que procurava algo. Manipulei a documentação, os cartões de crédito e alguns dólares e, com o soado pretexto de descer para comprar cigarros, desapareci de sua vista.

O resto foi menos angustioso. Repeti a descida até o subsolo e me afastei do hotel pela rampa do estacionamento. O Mercedes continuava no mesmo lugar. Eram 11h20. Quinze minutos mais tarde – com certo remorso e dor de

consciência, devo dizer – embarcava no ônibus 22, na Porta de Jafa, com destino a Belém.

Naqueles onze ou doze quilômetros de viagem – como justo castigo à minha perversidade – outra dúvida me assaltou: e se a relações públicas revistasse meus papéis? A lembrança do meu caderno “de campo” sobre a escrivania do apartamento me apavorou.

Às 12h30, com um pouco de atraso, eu irrompia na basílica da Natividade. Marcos e um franciscano seu amigo, cuja identidade deve ficar oculta, me aguardavam em uma pequena ante-sala. Pedi desculpas e uma trégua. Necessitava tomar fôlego.

O bom guia recebeu-me com o seu melhor sorriso. Perguntou-me se tudo havia ido bem e, sem mais preâmbulos, indicou-me uma cadeira.

– Não há mais tempo a perder – ordenou.

Obedeci. E, tomando as roupas que estavam sobre o assento, levantei-as à altura do rosto, sem poder reprimir um riso nervoso. O frade, percebendo minha lerdeza, apressou-se a ajudar-me. Achei falta de um espelho.

– Perfeito – sentenciaram ao mesmo tempo.

– Será que vai dar resultado?

Marcos olhou-me fixamente, tentando inspirar-me ânimo.

– Claro que sim! Agora convém esperar – sugeriu – ao menos uma hora...

Resignado, agradei sua paciência e dedicação. Nesse momento, absorto no exame do hábito franciscano que me cobria e que fazia parte do plano, não prestei atenção a algo que desde o princípio, ocupando boa parte da mesa da ante-sala, predominava no ambiente. Foi o árabe-cristão quem me conduziu até junto da volumosa bolsa avermelhada. Uma vez ali, abriu a palma da minha mão direita e, radiante, deixou cair nela uma chave. Custei a compreender.

– Promessa cumprida – balbuciou em um fio de voz. – Que Deus (o Deus de todos) o abençoe...

Olhei-o de alto a baixo.

– Então... isto...

Minhas palavras, atropelando-se umas às outras, arrancaram-lhe um sorriso. Assentiu com a cabeça, fechando meus dedos em torno da fria e diminuta chave prateada.

– É isto...

Aqueles dois vocábulos foram um impacto na austeridade da sala. Não podia crer. Não podia...

Acaricieei a lona, sem atrever-me a apalpá-la. Um zíper e um cadeado

fechavam a valise.

Olhei para Marcos. Meus olhos, mais eloqüentes que as fracas e desarticuladas frases que consegui construir, gritaram-lhe “obrigado!”.

Fiz um gesto de abrir a valise. Enérgico, o guia deteve-me.

– Por favor – pediu com firmeza. – Foram sete anos de fidelidade a nosso comum amigo. Prefiro continuar ignorando o conteúdo.

Fui eu quem, dessa vez, concordou em silêncio. Senti um nó na garganta e todo o meu ser foi tomado de profunda comoção. Minha admiração não tinha limites.

Diante do mudo franciscano, Marcos obrigou-me a sentar e, mudando radicalmente seu tom, lançou-me uma advertência que me deixou perplexo, mas que, com a passagem do tempo, acabei por aceitar.

– E agora, escute-me bem. Para sua própria segurança, e para a minha, eu não sei na-da! Na-da!

Seu olhar, surpreendentemente incendiado, acentuou a ênfase da palavra “nada”.

– Nunca conheci o Major. Nunca me deu na-da. Nunca entreguei a você nada. Sei que você entenderá. Se alguém me fizer perguntas, darei de ombros. Não poderei negar que o conheço. Mas apenas como um jornalista em busca de emoções e histórias fantásticas. Compreendido?

Sua dureza refletiu-se em meu rosto. E meu amigo, lutando consigo mesmo, deu-me as costas e foi sentar-se no outro extremo da sala.

Minutos mais tarde, no silêncio de uma embaraçosa espera, consultou seu relógio e decidiu que devíamos agir. Cruzamos o setor cristão da basílica e chegamos ao exterior pela fachada oposta à esplanada. Dali, por um tortuoso labirinto de vielas sem calçadas, o guia e o autêntico franciscano escoltaram-me até uma agência de viagens. Marcos e eu tínhamos combinado que minha saída de Israel devia ser fulminante. Não era saudável tentar a sorte. Marquei o vôo para o domingo, pouco antes das duas da tarde, e depois me acomodei em um dos transportes públicos com destino a Jerusalém. A aparente frieza daquela despedida imergiu-me em insuportável melancolia. Será que voltaria a vê-lo? Apesar das aparências, sempre serei um sentimental... E por falar em “aparências”, ao saltar na Estação Central de Ônibus, nos limites de Yafo, a aproximação de um pequeno grupo de franciscanos me assustou. Felizmente não perceberam a presença daquele falso “irmão” de ordem até se afastarem em um dos *sherouts* ou táxis coletivos. Pelas três horas, aquele monge, inquieto e feliz, se esgueirava pelo estacionamento do Moriah, ante o displicente olhar do vigilante. O que primeiro chamou a minha atenção foi o Mercedes. Melhor dizendo, sua ausência. A desapareição do veículo inquietou-me, porém. Agarrei a

valise com verdadeira paixão e jurei que a partir desse instante não mais cometeria uma só loucura. Se bem que nem eu mesmo acreditasse na minha promessa.

Gina, cansada ou enfurecida pela peça que lhe preguei, desaparecera. Nunca mais voltei a vê-la. E duvido que eu tenha coragem para acertar um segundo encontro.

Dei duas voltas à fechadura e, nervosamente, coloquei a bolsa sobre a cama, dedicando, depois, longo tempo a uma revista a todo o apartamento e meus utensílios. Tudo continuava em seu lugar, intacto e sem indícios de haver sido remexido. Mais tranqüilo, desfiz-me do hábito. A valise – como um ser vivo – havia começado a “falar”, magnetizando-me.

Foi todo um ritual. Ainda que enferrujado, o cadeado abriu-se docilmente. Brinquei com ele entre minhas trêmulas mãos, lançando um olhar quase sensual à valise. A julgar pelo aspecto, cor e resistência da lona, e pelas correias que portava, parecia uma típica mochila militar, como a usada pelo exército judeu.

Então, suave e cerimoniosamente, fui abrindo o zíper.

O inesperado tilintar do telefone fez-me saltar o coração no peito. Levei um susto de morte. Vacilei. Mas, sensível aos ainda quentes e sinceros desejos de não enredar mais as coisas, terminei por atender. Era Rachel. Como sempre, mostrou-se encantadora. Provavelmente desconhecia minhas andanças. E, com uma contagiante excitação, anunciou-me que vencera as resistências dos especialistas em medicina antiga de Israel e havia conseguido deles uma entrevista para a manhã seguinte. Tive de reavivá-la na memória. A tensão e os sabores das últimas horas haviam bloqueado tanto meu cérebro que eu perdera a noção daquela outra atividade “paralela”.

– Claro... sim... Muito obrigado... A que horas?... OK... Estou anotando... Muito bem... Pode contar... lá estarei... sim... Museu da Medicina Antiga...

O assunto, automaticamente relegado e arquivado, ressuscitaria horas mais tarde, quando, empenhado em um delicado plano de “distração” da Inteligência militar, tive a nefasta idéia de adotá-lo como engodo. Em má hora!

Eu sabia. A intuição não me traiu. Ao examinar o interior da mochila, quatro grossos pacotes surgiram diante de mim. Eram muito pesados. Mediam ao redor de 30 centímetros de comprimento por 20 ou 25 de largura e outro tanto de profundidade. Apanhei um e acariciei a grossa tela de estopa que, costurada por uma das laterais, o envolvia e fechava hermeticamente. O fogo da curiosidade fazia-me transpirar.

“Meu Deus!”

Coloquei-o sobre a colcha e apanhei o resto. Praticamente não havia

diferenças substanciais. Mediam e pesavam o mesmo. E todos, como o primeiro, estavam cobertos com pano de saco, amarelado e cuidadosamente costurado com um fio de náilon azulado, muito resistente. Alinhei-os sobre a cama e, durante cinco ou dez minutos – perdi a noção do tempo –, permaneci enfeitiçado, liberando lembranças e sensações. Confesso que foi uma íntima doação. Como o prelúdio de um jogo amoroso...

“Meu Deus! Obrigado! Obrigado! Obrigado!...”

Gratidão, ansiedade, medo...Como podem sentimentos tão desencontrados assaltar-nos ao mesmo tempo?!

Eu sabia. Sem abrir, eu conhecia a natureza do legado do Major. Ou foi meu febril desejo que operou o milagre?

Por fim, saboreando cada movimento, escolhi um dos pacotes. Desfiz a costura e, com a delicadeza com que se despe um bebê, retirei a capa de estopa.

“Bendito seja!”

Uma etiqueta adesiva sobressaiu logo sobre um invólucro de plástico preto. Em vermelho, manuscrito, podia ler-se um número: “2”. Inexplicavelmente, abandonei esse primeiro pacote e descosturei o resto. A estrutura que os envolvia era idêntica: uma resistente e impermeável capa – que se tornou dupla – de material plástico refratário à luz. Cada envoltório apresentava também um número: de 1 a 4.

Optei pelo primeiro. (Mas seria muito capaz de começar pelo último.) Com uma delicada tesourinha perfurei um dos cantos e rasguei o plástico.

“Bendito, bendito seja!”

Em uma reação difícil de classificar, saltei da cama e larguei o pacote. Aproximei-me da janela, de mãos erguidas, e interroguei o tempestuoso céu de Jerusalém. Meu espírito e minha mente viajaram para muito além, afastando as nuvens, até se reunirem com o homem que havia sido capaz de revelar-me um Jesus de Nazaré “novo”, “humano”, “incomensurável” e “divino”. E silenciosas e doces lágrimas correram pelas minhas faces.

Aquele envoltório continha um compacto maço de laudas, manuscritas, com uma única e lacônica frase por título:

“DIÁRIO DE...” (com o nome do Major).

Certos traços característicos revelaram que a letra era de fato do Major. Embriagado de alegria, abri os pacotes restantes.

“Santo Deus!”

Havia ali muito mais do que eu esperava. Fui incapaz de calcular o número de laudas mas devia passar de duas mil. Todas minuciosamente classificadas, subordinando a narração – foi o que deduzi em uma apressada e salteada leitura – a uma rígida seqüência cronológica dos acontecimentos vividos pelos

protagonistas da Operação Cavalo de Tróia. Uma operação que havia desafiado todos os limites imagináveis.

Chegada a noite, muito a meu pesar, tive de suspender o incrível relato do Major. E aí a dura realidade caiu sobre mim. Uma questão – anestesiada pelo ardor da leitura – despertou em meu íntimo e se agitou como uma víbora: e se o legado caísse em mãos israelenses?

Estremeci. Aquela fascinante história, assim como a identidade dos pilotos norte-americanos que a haviam tornado possível, podiam interessar – e como! – aos serviços secretos de Israel, tão identificados com a Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA).

Durante alguns minutos, com a mente sacudida pela preocupação, caminhei para cima e para baixo no apartamento, lutando por dirimir o problema. Era óbvio que, em qualquer fiscalização, aqueles papéis atrairiam o interesse dos militares e dos serviços de Informação de Israel. Era preciso achar uma fórmula, um caminho, algo que servisse de camuflagem e desviasse a atenção dos “abutres”.

Meio desatinadamente, valendo-me da entrevista no Museu da Medicina Antiga de Israel, fui gestando um plano “de ataque e defesa” tão insolente quanto altamente perigoso.

Nessa mesma noite, antes de cair rendido, ao final de uma exaustiva revisão da “impedimenta”,⁸ cheguei à conclusão de que só havia um meio para disfarçar – na medida do possível – aquele vultoso material manuscrito. Sua execução ficou para o dia seguinte.

A rua Straus, sede do Museu da Medicina Antiga de Israel, desemboca na rua Hanevi'im, a cerca de vinte ou trinta minutos a pé do Moriah. A manhã, morna e azul, convidava a passear. Então, cheio de sonhos e projetos, após um sólido jejum, encaminhei-me ao local da reunião. No hotel, os deveres do *sabbath* haviam relaxado o frenético vaivém dos turistas. Por mais que observasse, não vi no vestíbulo o “cara-de-lua” nem seu “amigo” dos cabelos duros e eriçados como grama que acaba de ser aparada. Pelo menos não soube localizá-los. Naturalmente, depois do lance do ônibus, talvez até tivessem sido afastados. Mas aquela, no momento, não constituía minha maior preocupação. Os pensamentos – à medida que eu caminhava rumo ao número 10 da rua Straus – navegavam em outra direção. Tinha de consegui-lo. Era necessário “desviar” o ponto de mira da Inteligência judia de tal forma que, em caso de revista, seu objetivo fosse “algo” muito alheio às duas mil e poucas páginas que constituíam “meu” tesouro. Talvez naquele museu encontrasse o que queria.

No cruzamento com a rua Jafa, a sorte continuou protegendo-me. Uma

papelaria dirigida por árabes me forneceria a cola e os adesivos de que precisava. E às 9h30, com uma pontualidade que em mim não era comum, fazia soar a campainha da porta do museu.

As diligentes gestões de Rachel haviam sido primorosas. O doutor Samuel S. Kottek, especialista em medicina antiga, e o diretor receberam-me de braços abertos. Agora, sinceramente, me dói haver traído sua generosidade.

Durante mais de uma hora trabalhamos nos pontos que me interessavam (?), recompilando uma extensa relação de volumes e peritos nos mais variados diagnósticos, doenças e fármacos da antiga Canaã. Mas não era aquilo que importava para mim. Desde o momento das apresentações eu havia observado uma das salas do reduzido e de certo modo descomposto museu. Em meia dezena de vitrines, exibia-se naquela sala toda sorte de mecanismos, trastes velhos e instrumental médico-mágico-cirúrgico de muito variadas épocas e culturas.

Meu cérebro, com uma frieza mórbida, continuou trabalhando. E finalmente apresentou-se a oportunidade. Kottek convidou-me a passar à modesta sala que, como disse antes, constituía a zona nobre do museu, deixando-me nas eficientes mãos – sibilinas, acrescentaria, a julgar pelo que ocorreria pouco depois – da anciã responsável pelas peças. Uma prestativa e encantadora mulher, cujo nome não me ocorre, e que se desdobrou para mostrar-me o que de mais notável existia na exposição. Esse foi seu involuntário erro. Samuel desculpou-se e regressou ao gabinete onde havíamos pouco antes conversado. Por espaço de quase uma hora minha anfitriã foi-me acompanhando – vitrine a vitrine – até que tudo estivesse visto. Quando haviam transcorrido uns quinze minutos desde o início da visita, estava eu junto a uma das mesas colocadas no canto direito da sala quando uma bateria de amuletos de bronze, prata e marfim despertou meu maquiavélico instinto.

“Isto poderia servir...”, pensei.

A judia, sempre atenciosa, levantou a cobertura de vidro e tirou algumas das antiqüíssimas relíquias cananéias. Examinei-as deliciado, demonstrando exagerado interesse por suas origens e fundamentos. Diante do ardor de minhas manifestações, a guardiã desejosa de que minha visita me saísse a mais proveitosa possível, afastou-se do meu lado para procurar qualquer coisa em outra parte da sala. Minhas mãos começaram a transpirar.

“Sim, isto é...”

Eu estava pronto para pôr em prática o que maquinara. Não podia controlar-me. Mas, quando tentei materializar a iníqua manobra, a senhora reclamou a minha atenção. De um armário qualquer ela havia tirado uma pequena caixa de papelão branco que com todo o cuidado foi colocar sobre outra das vitrines

centrais. Suspendi a ação.

Contrariado e irritado, dei-lhe atenção. A caixa continha uns quinze cartuchos de seis ou sete centímetros de comprimento, numerados à mão. Consultou uma lista datilografada que estava colada à face interna da tampa do recipiente, e separou – suponho que intencionalmente – um dos mais antigos e valiosos: o 15. Retirou o papel que o envolvia e colocou em minhas pecadoras mãos um estreito pergaminho de quase meio metro de comprimento, repleto de caracteres e símbolos hebraicos.

– Tem dois mil anos – disse ela orgulhosa. – Acreditamos que se trata de um amuleto.

A beleza do leitoso e áspero tesouro cegou-me. Então mudei de “objetivo”. Aquilo era mais excitante e atraente. E mais fácil de ocultar.

Diante da minha insaciável curiosidade, a anciã – incapaz de traduzir o hebraico arcaico – desculpou-se e saiu da sala. Foram segundos dramáticos. Não sabia o que fazer. Devia apoderar-me do pergaminho? Como fazer isso sem que notassem?

Kottek atendeu encantado. Suas explicações – amuleto na mão – não foram muito explícitas. Tomei quantas notas pude, sem saber muito bem do que me falava. Toda a minha inteligência – uma vez tomada a reprovável decisão – estava polarizada em um inconfessável sentido. Logo me arrependeria...

Certamente era impossível agarrar o pergaminho enquanto Samuel e a guardiã permaneciam junto a mim. Esperei. O exame dos cartuchos terminou e, sem pressa, continuamos a inspeção. A caixa, com os rolos à vista, ficou ali momentaneamente esquecida sobre a vitrine. Em três oportunidades, enquanto eu desenhava algumas peças em meu caderno “de campo”, a guardiã teve de deixar minha “gratíssima companhia”, para atender a telefonemas ou ao próprio Kottek. Nas duas primeiras ocasiões, por causa do pavor que me invadia ou do seu rápido retorno, minhas tentativas foram frustradas. Mas, na terceira e última saída da anciã, aproximei-me da caixa e, tremendo como um junco, introduzi a mão entre os cartuchos e me apoderei do 15. Afastei-me da vitrine e encostei-me à vitraça de um móvel antigo. Impossível fingir que tomava apontamentos. A lapiseira escapou entre meus dedos úmidos, acelerando minha taquicardia. Todavia, com um repugnante sangue-frio, suportei o regresso da mulher e suas últimas explicações. A visita estava terminada. Com a mente nublada e uma única obsessão – fugir do museu –, agradei as atenções de todos e estreitei-lhes as mãos. Estava quase desmaiando quando cheguei à porta de saída. Samuel, atenciosíssimo, convidou-me a voltar quando desejasse. Balbuciei alguma coisa – nem sei bem o quê –, e, aterrorizado, estava já saindo quando, precisamente nesse crucial momento, o diretor saiu precipitadamente de seu gabinete e falou a

Kottek em hebraico. Samuel fez um sinal de assentimento e me deteve pelo braço, impedindo minha “fuga”. Pensei que morreria de vergonha.

– Um momento – disse-me o médico com um sorriso de satisfação. – O diretor deseja pedir-lhe um favor...

A palidez do meu rosto devia ser tamanha que o médico, enquanto me conduzia de novo ao interior do museu, perguntou-me com estranheza:

– O senhor está bem?

– Perfeitamente...

Foi uma mentira e tanto...

Kottek e o diretor do museu colocaram-me em um dos cantos da sala e abriram diante de mim um grosso volume com as folhas em branco.

– Ficaríamos muito honrados – disse o diretor – se deixasse sua assinatura no livro de ouro da casa...

“Meu Deus!”

Aquele afetuoso gesto deu-me a exata medida da minha própria desonra. Fiz o que me pediam e, ao retirar-me, olhei furtivamente para a guardiã e a vi mexendo nos cartuchos e conferindo a lista dos pergaminhos. Senti que o sangue me gelava nas veias. Astuta e desconfiada como um lince, havia começado a passar revista ao insubstituível tesouro arqueológico. Sentime gelado.

Às onze e trinta daquela nefasta manhã punha eu os pés na rua, a fugir como um rato. Meus pensamentos, lacerados por um instantâneo arrependimento, se atropelavam. “Que nova loucura eu havia perpetrado? Como podia ser tão miserável e, o que era pior, tão insensato e estúpido?”

Quase com certeza não demorariam a descobrir que faltava um dos pergaminhos. “Meu Deus!” A angústia me encurralou contra mim mesmo. No lapso de tempo de que necessitei para caminhar três ou quatro quarteirões, um tétrico filme das muito possíveis e mais do que justas represálias de que me fizera merecedor desfilou por meu espírito. O deslize podia custar-me caro.

Parei em meio à avenida George V. Hesitei. Devia voltar e devolver o rolo ao museu? Não ousei. A vergonha foi maior. “Além disso” – consolei-me como um idiota –, “talvez não tenham dado pelo desaparecimento. Ou talvez” – supondo que o tenham descoberto – “não saibam o que pensar.”

Mas, por cima daquelas pueris lucubrações, algo se impôs: era preciso restituir o documento. Uma coisa era “jogar” com espíões; outra, muito diferente, o furto de uma peça que, para maior vergonha, não acrescentava nada ao que eu já conseguira. O caso é que já não havia como remediar minha loucura. Só espero que meus anfitriões saibam perdoar algum dia este infeliz. No pecado carregava eu a própria penitência. A partir daquele momento, o desgosto, o remorso e o terror me torturariam sem piedade.

Mas o mal estava feito. Cabia-me agora agir com diligência e sensatez. Possivelmente – isso dependia da Providência – meu propósito de distrair a atenção dos serviços de Inteligência, na suposição de que eu viesse a ser associado ao desaparecimento do pergaminho, estava mais do que garantido. As horas seguintes o diriam.

Na previsão de que a rapidez de ação dos homens do museu fosse tão vertiginosa como seria de esperar, ocultei-me em um portal, colocando o cartucho no interior do sapato esquerdo. Agora, raciocinando friamente, só posso sorrir diante de tamanha ingenuidade. Se eu tivesse sido detido, os hábeis judeus jamais me teriam revistado no meio da rua. Dispõem de outros “meios” – infinitamente mais eficazes – para dobrar alguém.

Em marcha forçada, pus-me a pensar numa fórmula que me permitisse reparar o dano e salvar a pele. Alguma coisa típica em mim...

E creio que dei com ela.

Abstração feita da implacável tortura que me corroía, o retorno ao hotel não teve incidentes. Furtivamente, temeroso de que alguém, a qualquer momento, pudesse deter-me, corri a refugiar-me no apartamento, entre maldições a mim mesmo.

Carente de um imediato consolo, pus em ação a primeira das três fases da manobra que havia idealizado para a devolução do amuleto. Ante o desproporcional do “golpe”, desisti do meu propósito inicial de desviar a atenção do Agaf para um objetivo secundário. Se me detivessem com o pergaminho, não era só minha integridade física que perigava. Nessa mais do que verossímil suposição, os documentos do Major correriam talvez o mesmo risco que o cartucho...

Impunha-se modificar a tática. Para começar, era absolutamente necessário que me desfizesse do “corpo de delito”. Pensei em depositá-lo, anonimamente, no Instituto de Relações Culturais.

Em boa lógica, se Kottek e a guardiã me relacionassem com o furto, o assunto seria dado a conhecer às pessoas que haviam gestionado minha entrevista no museu. Também era possível que dessem parte à polícia. Logicamente não havia provas de que fosse eu o autor da subtração. Quem podia saber? Talvez se tivesse extraviado... O argumento, infantil a mais não poder, não me convenceu. Do que não havia dúvida era que, em caso de busca, o encontro do pergaminho podia significar o cárcere, a expulsão do país ou algo pior.

Tinha de devolvê-lo, procurando, porém, confundir o pessoal do museu. Em outras palavras, sem que pudessem atribuir-me a paternidade em tão amargo

episódio.

Uma aguda dor de estômago veio somar-se a tudo o mais quando – uma vez escolhida a fórmula menos inábil de restituição – aventurei-me no pavimento comercial do hotel, à busca de selos do correio. A pequena tabacaria-livraria estava fechada. Um cartazete informava o horário de abertura. Faltava meia hora. Foram minutos pesados, com a espada de Dâmocles do noticiário radiofônico sobre meu alquebrado ânimo, temeroso de que, a cada notícia, a justiça caísse sobre mim. E às 12h30, feita a compra, escapei pelo estacionamento, depois de desenrolado, dobrado ao meio, colocado entre duas folhas em branco e introduzido em um envelope com o timbre do hotel (“Moriah Jerusalem – 39 Keren Hayesod Street. Jerusalem 94188 Israel”), o pergaminho caía no fundo de uma solitária caixa postal, com destino à minha casa, na Espanha.

Relativamente aliviado, procurei de novo o refúgio do meu apartamento, atento ao telefone e às conseqüências que – se o Altíssimo não remediasse – poderiam advir de semelhante desvario.

Misteriosamente, não houve uma só chamada. Então, arrasado, precipitei-me num sono convulsivo. Foi o melhor que me poderia acontecer.

Ao despertar, convencido de que não devia render-me ao que já era irreparável, entreguei-me à tarefa de camuflar o Diário do Major. De acordo com o planejado, cinco grossos e altos livros adquiridos dias antes serviram como “veículos”. Arranquei-lhes as páginas e, com mais boa vontade do que perícia, coleí as centenas de laudas do Diário entre as capas dos malogrados volumes, eqüitativamente divididos.

À hora do jantar, os falsos textos sobre *A Terra da Bíblia*, *Os Segredos dos Mares da Bíblia*, *Jerusalém*, *O Atlas da Bíblia*, *A Terra da Galiléia* e *Animais Bíblicos*, dissimulados entre uns vinte livros autênticos, foram descansar no fundo da valise prontos para a viagem final.

Agora só restava esperar...

Não sei se consegui descansar uma ou duas horas. Foi uma noite sem princípio nem fim, saturada de presságios e temores. Ao amanhecer preparei a bagagem. O vôo tinha sua partida prevista de Tel-Aviv às 18 horas. O Destino, irônico e contraditório, me presenteava com um tempo que não desejava.

Seguindo o programa traçado por Marcos, enquanto aplicava novas e vigorosas massagens nas minhas doloridas fibras musculares, repassei os obrigatórios “movimentos” que se seguiriam. Desgraçadamente, tudo se via transtornado por causa do lamentável assunto do museu. Agora só podia confiar na sorte e na possibilidade de que as investigações e deliberações sobre o

pergaminho fossem suspensas, ainda que apenas por horas. O longo silêncio dos meios oficiais oprimia-me...

Como de costume, o restaurante do Moriah achava-se repleto de turistas. Aquele era um fator-chave. Ainda que o suspeitasse, tinha de certificar-me: quem estava encarregado agora da minha vigilância? Entre tantos anglo-saxões, latinos e orientais, descobrir os possíveis agentes da Inteligência militar israelense seria uma tentativa condenada ao fracasso. Qualquer daqueles glutões – com os quais troquei mais de um olhar – podia ser o homem. Prudentemente, busquei a companhia de estrangeiros. Não podia permitir-me tomar meu café-da-manhã sozinho. Quanto mais tempo permanecesse junto com estranhos, mais sólida seria a probabilidade de escapar das garras dos meus invisíveis controladores.

Junto ao *self-service* – com notável acerto –, fui escolher um par de risonhos japoneses. Eu sabia que os diferentes ramos dos serviços secretos judeus dificilmente engajam em seus *staffs* indivíduos que não sejam de sua própria raça. Esta sagrada norma levou-me a confiar nos nipônicos. E – grata coincidência – Tatsuhiro Kataoka e Yutaka Matsukawa eram nada menos do que meus colegas. O primeiro, como editor de livros de arte, da firma Kodansha Ltda.; o segundo, como fotógrafo da mesma editora, com sede em Bunkyo-Ku (Tóquio). Pelo menos era o que figurava nos cartões que trocamos.

A ocasião – bem a propósito – foi aproveitada ao máximo. Tatsuhiro conhecia a Espanha. Na realidade, toda a sua bagagem “cultural” sobre meu país se resumia à obra de Picasso e Dalí e ao bairro chinês de Barcelona. Para mim foi mais do que suficiente para obter o que queria e precisava: estirar o desjejum durante uma hora e, entre risos e piadas, oferecer-me depois como “guia turístico”. Os cândidos e providenciais amigos aceitaram maravilhados. Desta forma, tão simples quanto inesperada, vi ocupada a totalidade daquela luminosa manhã.

Por volta das três da tarde – agradecidos e emocionados como crianças pelo festivo périplo pela Cidade Velha –, os japoneses se despediam de mim com um “até outra vez”.

Eu não podia perder tempo. Tratando de recobrar as forças e a serenidade, fui para o hotel e pedi os serviços de um recepcionista, explicando-lhe que desejava dormir aquela noite na cidade de Tiberíades e que, se fosse possível, telefonasse ao Golan confirmando a reserva. Diante da minha insistência, o judeu desincumbiu-se no mesmo momento. Não houve problemas. O hotel, o mesmo no qual me havia alojado em 1985, dispunha de aposentos livres. O plano foi rematado com uma segunda consulta: quanto custaria um táxi até aquela cidade?

Preparada a isca, caminhei para os elevadores. Faltava, todavia, a operação mais “delicada”. Como confundir os hipotéticos e desconfiados membros do Agaf? Se perambulassem pelo hotel, não tardariam em ser pontualmente informados de meus supostos propósitos de viajar para as margens do mar da Galiléia. Nesse caso podiam ocorrer duas coisas: ou que me seguissem ou que confiassem a missão a outros sequazes, em Tiberíades. O perigo estava na primeira hipótese. Só me restava uma opção. Era arriscada, mas, francamente, a essa altura tudo dava na mesma.

15h35.

Benzi-me. Escondi duas garrafas de cerveja sob a capa e, com a maior rapidez, precipitei-me para os elevadores, apertando o botão correspondente ao estacionamento. Meu “objetivo” continuava no mesmo lugar, solitário e envolto nas sombras do subsolo. De coluna em coluna, evitando os olhares do guarda da barreira, fui aproximando-me do Mercedes.

15h40.

Abaixado, com o coração pulsando na boca, postei-me no flanco direito do carro. Era preciso esperar a saída ou a entrada de algum outro veículo. Preparei as garrafas vazias e coloquei-me diante da roda dianteira direita. O capô estava quente, revelando que o carro havia sido utilizado pouco antes. Com certeza haviam estado seguindo meus passeios turísticos com os colegas japoneses. Razão de sobra para suspeitar que minha iminente “viagem” podia ser igualmente seguida.

15h45.

O ronco de um automóvel na entrada do estacionamento cortou a irritada espera. Era o momento de agir. Espatifei as garrafas contra o piso fazendo coincidir os seus estalidos com o ruído do carro na rampa. Lancei um último olhar ao vigilante e coloquei os afilados cacos de vidro ao pé das duas rodas. A seguir, esvaziei os pneus, amortecendo o zumbido das válvulas com o lenço.

15h50.

Voltei ao apartamento e apanhei minha bagagem. Dois minutos depois, simulando uma tranqüilidade que eu não tinha, fechei a avultada conta do hotel e transpui a porta giratória do Moriah. Tinha de trabalhar com rapidez e aparentando a maior calma possível. Difícil momento. Sobre tudo imaginando os agentes a caminho da garagem para tomarem o Mercedes e me seguirem.

Com total premeditação regateei durante vários segundos com o chofer do primeiro táxi postado diante do hotel. O preço para Tiberíades era justo e razoável. Todavia, recusei e passei ao segundo árabe. Dessa vez detive-me diante da janela do motorista apenas para pedir-lhe que abrisse o porta-malas. Acomodada a bagagem, e com os nervos menos tensos, dei-lhe uma ordem

concisa:

– Para Tel-Aviv!

Às 16 horas o táxi partia velozmente e, o que era mais importante, sem “escolta” alguma. A “travessura” com o Mercedes, aprendida com alguns amigos dos serviços espanhóis de Inteligência, dava-me uma certa vantagem. Se os frustrados agentes interrogassem o primeiro motorista, só obteriam a confirmação de meu falso destino: Tiberíades. Tendo em conta que o tempo de viagem de Jerusalém ao lago era estimado em torno de hora e meia, o benefício resultante, a meu favor, claro, era promissor. Mas não podia confiar em excesso. Se minha presença no aeroporto Ben Gurion fosse registrada, tudo teria sido inútil.

Com a promessa de uma gratificação fiz o voluntarioso motorista voar. Quarenta minutos mais tarde, arqueado e com a língua pendente, eu tomava lugar na longa fila de passageiros que, como eu, se destinavam a Barcelona. O medo, longe de desaparecer, fixou-se em meus ossos. Cada rosto, cada indivíduo que se aproximava ou se afastava convertia-se em uma ameaça. Mas minha cota de erros ainda não estava preenchida. Inconscientemente – fruto da minha tensão – esqueci de apresentar minha bagagem aos funcionários de segurança. Disso me advertiu uma funcionária do balcão quando a coloquei na esteira. De fato, a mochila e as bolsas não apresentavam a pequena e obrigatória etiqueta que corresponde ao visto de liberação da polícia. Já comecei a tremer de novo.

Uma jovem funcionária encarregada da inspeção da bagagem exigiu minha documentação. A rigor eu nada tinha que ocultar. Mas o olhar inquisidor da moça me intimidou.

– Jornalista? – indagou com desconfiança.

Assenti com um gesto.

– E por que veio a Israel?

Expliquei-lhe como pude, mencionando minhas investigações como escritor. Impassível, ela continuou folheando o passaporte e ainda me obrigou a responder a uma interminável sucessão de perguntas:

– Alguém o acompanhou durante sua estada?... Quem?... Em carro ou em ônibus?... Alguém lhe entregou alguma coisa?... Em que hotéis alojou-se?... Por favor, as faturas... Todos os seus amigos em Israel são judeus?... Que é que escreve?... Por que leva uma mochila?

Esgotado, depois de mostrar mil e um papéis, ainda tive de suportar a presença de outro oficial de segurança que a moça requisitara. Não aparecia a nota fiscal do hotel de Nazaré.

– Então, segundo afirma – repetiu calmamente o recém-chegado –, o senhor trabalhou e pernitoou em Nazaré... E não encontra a nota fiscal...

Mal-humorado, abri meu inseparável caderno “de campo” e procurei os nomes e telefones dos franciscanos amigos da basílica da Anunciação. Mostrei-os e ele tomou nota do número.

– Muito bem. Aguarde aqui.

Enquanto seu companheiro se perdia na confusão do aeroporto, disposto a telefonar aos padres Uriarte e Rafael, para checar minhas afirmações, a funcionária assanhou-se com minha bagagem. Apesar de haver aberto a bolsa em primeiro lugar, o insólito de uma mochila vermelha na equipagem de um jornalista inclinou a balança da fortuna. Convencida da transparência da carga, introduziu a mão entre os livros e apalpou cada escaninho da mochila.

– E isto?

A pergunta deixou-me sem fala. Apanhou um dos volumes e, de improviso, lembrando-se de alguma coisa, lançou-me:

– Essa mochila não parece própria...

Sorri sem jeito, explicando-lhe que – para determinadas andanças e excursões – era mais prática.

Por sorte a conversa ficou em suspenso. O oficial voltava e, laconicamente, ordenou:

– Está bem. Adiante.

A chamada telefônica para Nazaré desviara o curso da ingrata situação. Apressei-me a fechar a bolsa dos documentos e, aturdido, enterrei o maço de recibos e faturas pelos diferentes compartimentos da mochila. Ao vê-la pela esteira transportadora respirei fundo. E sem mais delonga voei – mais do que caminhei – para o controle de passaportes. Aquele meu estouvamento ao guardar os papéis esteve a ponto de custar-me um último e catastrófico desgosto. Mas antes – Deus é misericordioso! –, à porta do setor internacional, aguardava-me uma grata e inimaginável surpresa:

– Marcos!

Sorridente, o guia deixou que o abraçasse. Não trocamos mais do que quatro palavras. Entregou-me um pequeno pacote e, com os olhos úmidos, apontando a mochila que havia guardado por tantos anos, desejou-me boa sorte e insistiu que cruzasse rapidamente o controle. Não voltei a vê-lo.

Um minuto depois, quando apresentei o passaporte, de novo o mundo pareceu-me vir abaixo. A senhorita policial folheou o documento, olhou-me de frente e, com três palavras, me aniquilou:

– Falta o visto.

Era o que eu menos podia imaginar. Recolhi o passaporte e, perplexo, repeti a operação da funcionária. De fato: o obrigatório visto turístico não estava entre as folhas. Evidentemente eu o obtivera ao entrar no país. E mais: sem aquela

formalidade nem teria entrado em Israel. O visto, eu tinha certeza, tinha sido meticulosamente guardado entre as páginas do passaporte, como costume fazer em todas as minhas viagens. Como era possível? Sem o documento as autoridades israelenses podiam reter-me. Vi-me perdido. Entre câimbras, inspecionei minuciosamente cada espaço entre as roupas. Inútil. Então compreendi. A fugidia folhinha com caracteres verdes devia ter-se misturado entre as notas fiscais e ficado sepultada sabe Deus em que lugar da mochila.

Anos antes, em pleno aeroporto da Cidade do México, eu sofrera um percalço igual. Graças, todavia, à pessoa que me acompanhava, e depois de revolver a maleta, a tragédia tivera um final feliz. Agora as circunstâncias eram radicalmente diferentes. Se eu perdesse o avião estaria sentenciado.

Optei por dizer a verdade. A funcionária ouviu-me com indiferença. Apelei para os céus e – como não? – o milagre se produziu.

A moça folheou o passaporte pela segunda vez. E eu, impaciente, aguardei a pergunta-chave. Conhecia o truque. Tudo dependia do arquivo policial e da minha resposta. Explico-me. Como estrangeiro e não judeu, a única possibilidade de passar pelo controle dependia de meus antecedentes e do grau de simpatia que fosse capaz de demonstrar pelo Estado de Israel. Este último e singelo gesto – a polícia de fronteiras de determinados países o domina à perfeição – deveria refletir-se, como eu disse, em minhas próximas declarações.

A responsável ergueu a vista do passaporte e digitou o terminal de um computador, oculto sob o balcão. A operação, elementar, consistia em averiguar a data de minha entrada em Israel e meu currículo policial. Se o monitor – como de fato ocorreu – respondesse com um “NÃO EXISTE”, frase-chave que me livraria de toda suspeita, o desfecho dependeria dessa decisiva resposta.

E a máquina – o mais surpreso fui eu – apostou na minha “inocência”.

– Quando entrou em Israel?

– Em 19 de novembro passado – respondi sem vacilar.

E a oficial, com a fisionomia severa, lançou-me a esperada pergunta:

– Muito bem. Deseja que carimbe o passaporte?

– Claro, ficaria encantado!

Se no meu íntimo eu abrigasse um mínimo de ódio ou temor para com o povo judeu, o natural seria que eu recusasse a proposta. Em alguns países árabes, por exemplo, um passaporte com o cunho israelense significa desconfiança, penosos interrogatórios e até a negativa da entrada no território.

A ênfase e o entusiasmo que coloquei na expressão “Claro, ficaria encantado!” foram determinantes. A funcionária sorriu e, após aplicar o carimbo, deu-me livre passagem.

Mas o Destino, sempre tortuoso, não parecia disposto a conceder-me um

segundo de trégua. O voo 889 da Ibéria, anunciado para as 18 horas, estava atrasado.

Sei que parece absurdo – mais ou menos como praticar a política do avestruz – mas, desmoralizado e doente de medo, fui refugiar-me nos lavatórios e ali permaneci, abraçado à mochila, até que, por fim, os megafones chamaram os passageiros para Barcelona. E às 19 horas, 11 minutos e 51 segundos – quase como um indulto – o jato deixou o solo da chamada Terra Santa, rumo às estrelas, cúmplices de minha angústia.

E em segredo e em silêncio dei graças à “força” que sempre me acompanha, celebrando a fuga com dois longos goles de *sabra* – o “espírito de Israel” – que Marcos havia posto em minhas pouco dignas mãos. Jamais um licor foi tão bem recebido... por um homem quase destruído.

-
- 2 Segundo textos extraídos do livro de Josué (15, 25), esta “Hasor, a Nova” poderia ter sido uma cidade do sul de Judá. Eusébio a localiza, por sua vez, ao leste do território de Ascalon. Outros pesquisadores a associaram com Yasur e com Hatta, ainda que sua localização exata seja muito difícil. (N. de J. J. Benítez.)
- 3 O tell de Hazor ou Hasor, depois das sondagens iniciais de Gastang em 1927, foi meticulosamente escavado pelo célebre arqueólogo judeu Yigael Yadin (1955 a 1958). Hazor foi a maior cidade-fortaleza de Canaã e, durante longo tempo, um centro comercial e político de primeira magnitude. Em fins do século XIII antes de Cristo contava com uma população de aproximadamente 40 mil pessoas. Segundo Yadin, conquanto se suponha que o tell possa ter sido habitado há uns cinco mil anos, a arqueologia apenas localizou um total de 21 estratos. O mais antigo, do período do Bronze Antigo (II), vale dizer, de 2750 a 2600 anos antes de Cristo. O mais recente foi datado da época helenística. A cidade alta ocupava uns seis hectares e era rodeada por sólida muralha. Depois de sua destruição pelo bíblico Josué, Hazor ficou relegada a uma colina de escombros, salpicada de toscas e miseráveis cabanas de nômades. No século X antes de Cristo, o rei Salomão reedificou parte da cidade alta e converteu-a em uma guarnição real que vigiava os acessos do norte de Israel. Um século mais tarde, destruída pelo fogo, foi reedificada por Ajab, sendo definitivamente arrasada no ano de 733 antes de Cristo pelos assírios. E seu passado esplendor ficaria sepultado durante vinte e sete séculos. (N. de J. J. Benítez.)
- 4 No presente caso, o duplo sentido a que alude o autor só ocorre no castelhano, com a palavra *ala*. (N. T.)
- 5 Literalmente, pequena raia ou risca. Mas é a um jogo infantil que o autor se refere. Misto de “amarelinha” e “caracol”. (N. T.)
- 6 Nunca me agradou deixar pontas soltas em minhas pesquisas. Assim é que, na impossibilidade material de conseguir informação sobre a moeda em questão nos dias que se seguiram ao descobrimento do “anjo”, ao regressar à Espanha fiz algumas pesquisas. Em uma atenciosa carta, o professor Yaakov Meshorer, conservador de numismática do museu de Israel, esclareceu-me que desse tipo de *stater* existem aos milhares, divididos por diferentes coleções. Nos fundos do museu de Israel guardam-se umas cem moedas similares, ainda que todas procedam das proximidades de Haifa. Nenhuma de Hazor. Evidentemente, jamais eu teria encontrado a moeda desenterrada no tell da Galiléia nas instalações do museu de Israel, em Jerusalém. Para Yaakov, o corujão constitui uma derivação ou cópia das moedas atenienses daquele período (350-333 a.C.). Os demais elementos adicionais são também conhecidos como símbolos reais do Egito, cuja influência na cultura de Tiro foi notável.
- Por sua vez, outro prestigioso investigador e estudioso do Egito antigo, Esteban Llagostera Cuenca, ocorreu, como sempre, em meu auxílio, proporcionando-me a respeito uma valiosa informação. Ao que parece, o *stater* de Hazor, de 13,37 gramas de peso e 24 milímetros de diâmetro, apresenta no verso a figura de Melkart ou Melgrat, deus dos fenícios, que os gregos identificaram com Hércules (o Hércules fenício) e que em Israel ficou conhecido como Baal. (Seus templos, como reza a Bíblia, em Reis I e II, foram destruídos.) Este deus, com efeito, cavalga um hipocampo ou cavalo-marinho, tendo sob si ondas e delfins. No reverso, a moeda mostra o corujão real com os atributos faraônicos: o *kheka* e o *nekheka*, quer dizer, o báculo e o látigo: poder e justiça ou castigo. O corujão, em geral, representa diversas atribuições ou atributos: a sabedoria, a timidez, a solidão, o pássaro do demônio, o emblema de Atenas, a deusa Minerva ou Atenéia, as bruxas e, nas mitologias alemã e escandinava, o espírito das selvas ou bosques.
- Quanto ao antigo Egito, sua simbologia era igualmente ampla: morte, frio, noite, passividade, o reino do Sol morto, o Sol abaixo do horizonte quando atravessa as trevas *etc.* Seu símbolo hieroglífico é a letra M.
- Em minha opinião, nenhuma destas possíveis “pistas” teria conduzido à solução do enigma. (N. de J. J. Benítez.)
- 7 Para mais informações ver Cavalo de Tróia 2, Editora Planeta, São Paulo, 2008, páginas 114 e seguintes). (Nota de J. J. Benítez.)
- 8 Do latim *impedimentum*. Incorporado ao castelhano, na forma plural, significando, segundo o Dicionário

Enciclopédico Salvat, “Bagagem que a tropa costuma carregar e impede a celeridade das marchas e operações”. Citando Monteculli, acrescenta aquele léxico que “nenhuma palavra pode melhor expressar o embaraçoso da bagagem”. (N. T.)

Espanha

No mais íntimo, eu sabia e esperava. O incidente no Museu da Medicina Antiga de Israel, apesar de minha fuga, continuava agitando e salpicando. A Inteligência israelense nunca esquece. Assim, a semana que se seguiu à minha volta à Espanha não foi aprazível nem reparadora como eu necessitava.

A carta com o pergaminho chegou ao meu poder oito dias depois de haver sido depositada na caixa postal de Jerusalém. Foi um enorme alívio, ofuscado, porém, por uma alarmante chamada telefônica.

Na manhã daquela segunda-feira, 15 de dezembro de 1986, poucos minutos depois de receber o amuleto, o primeiro secretário da embaixada israelense em Madri punha-se em contato comigo. Foi uma conversa tão lacônica como angustiosa, na qual quase não consegui construir uma frase coerente. Hábil e prudente, o secretário, após vários lisonjeiros circunlóquios, foi direto ao assunto:

– Entregaram ao senhor um amuleto muito antigo no Museu da Medicina Antiga de Jerusalém?

Não me recordo bem da minha resposta, mas certamente não se ajustou à verdade. A advertência – sutil e generosa, mas advertência sempre – foi como um tiro de misericórdia. Para os israelenses eu era um homem marcado para sempre.

Fotocopiei o texto hebraico do pergaminho e, de acordo com o pactuado comigo mesmo, apressei-me a executar a segunda fase da manobra de restituição do documento. Coloquei-o em um novo envelope e esse, por sua vez, em outro que, urgente e registrado, partiu nessa mesma tarde de segunda-feira para a República Federal da Alemanha. Duas prezadas amigas, cuja identidade não posso revelar, se encarregariam da terceira e última operação, o rápido envio do “corpo de delito” a seus legítimos donos, na rua Straus, em Jerusalém. A carta chegou à Alemanha em dia próximo do Natal. E minha estrita recomendação foi cumprida fiel e diligentemente. Poucas horas depois, o envelope lacrado e anônimo com o pergaminho partia de Munique, rumo a Israel. Minhas adoráveis amigas não fizeram perguntas, limitando-se a telefonar para minha casa para confirmar – em código – que a misteriosa carta já voava para o seu destino final.

Por segurança, e dado que meu telefone não oferece demasiadas garantias, eu havia transmitido às amigas germânicas uma espécie de santo e senha que, uma vez concluída a operação, deveriam anunciar-me simples e concisamente. E

assim foi, graças a Deus.

No mesmo 25 de dezembro, ao anoitecer, com a oportuníssima desculpa de felicitar-nos pelo Natal, Jenny me disse da Alemanha Ocidental ao telefone:

– Tia Margarida está melhor... – Saltei de alegria.

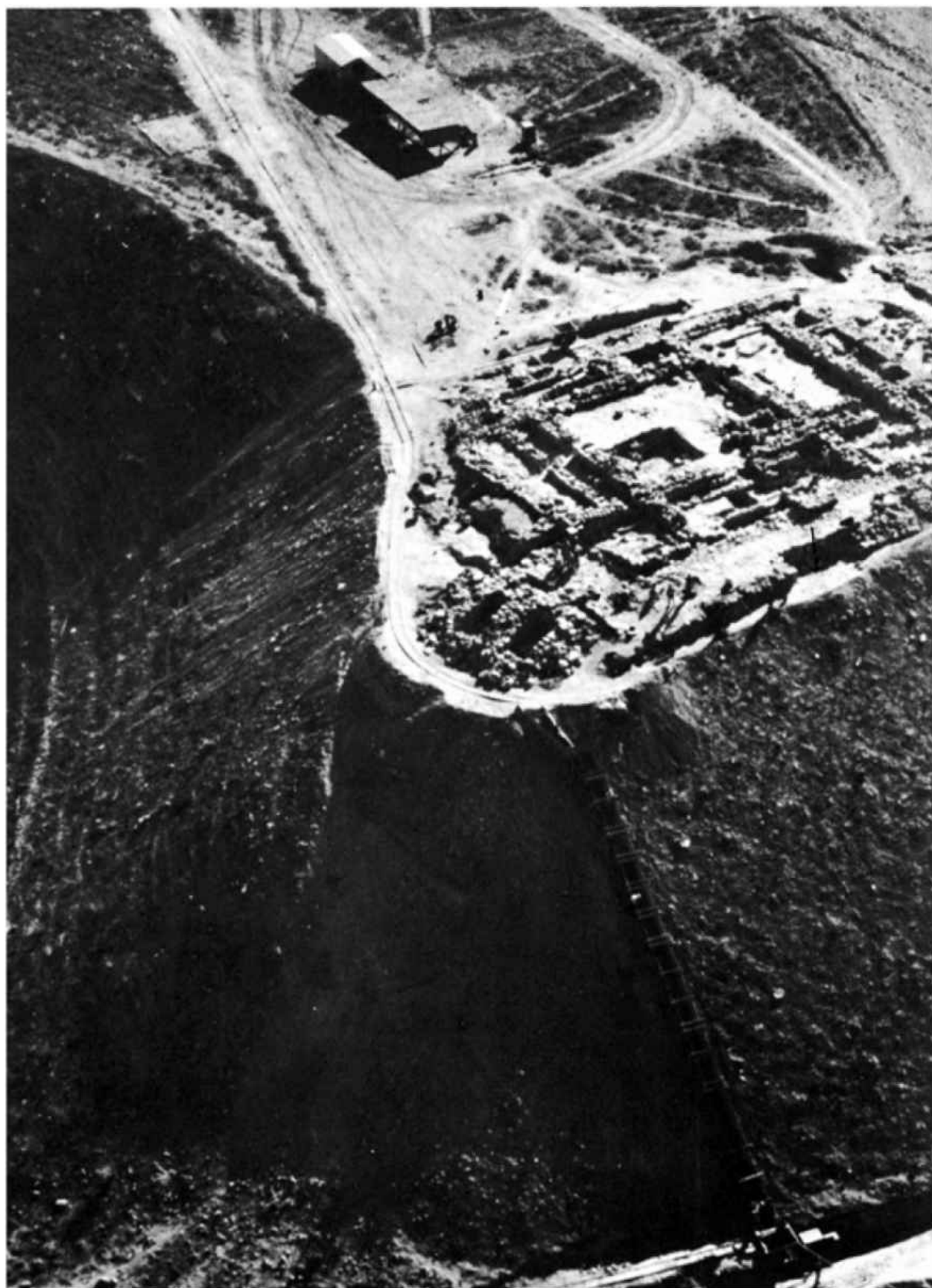
– Tem certeza?

– Sim – rematou, categoricamente –, tia Margarida encontra-se melhor. Muito melhor.

A aventura – isso eu espero e desejo – acabaria com duas atentas e significativas cartas de Samuel S. Kottek, o médico que me ciceroneou em minha visita ao Museu da Medicina Antiga, de tão triste recordação. A primeira, com data de 7 de dezembro. A última, escrita em 5 de janeiro de 1987. Ambas são incluídas no presente trabalho. E ambas falam por si sós.

Nota de J. J. Benítez:

Recomenda-se abrir estas
lâminas somente após concluída
a leitura das páginas precedentes.



Vista aérea das ruínas da cidade-fortaleza de Hazor, tomada do sudoeste.
(Cortesia de J. Schweig.)



Imagens do “stater” de prata, cunhado em Tiro. À esquerda, o corujão real. Na face da direita, o deus fenício sobre um cavalo-marinho.

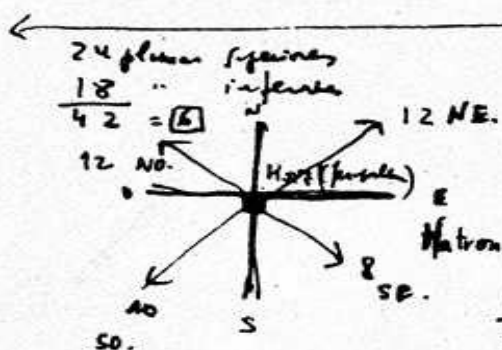


→ 12 plumas en cada ala

→ 18 plumas entre las dos alas inferiores.

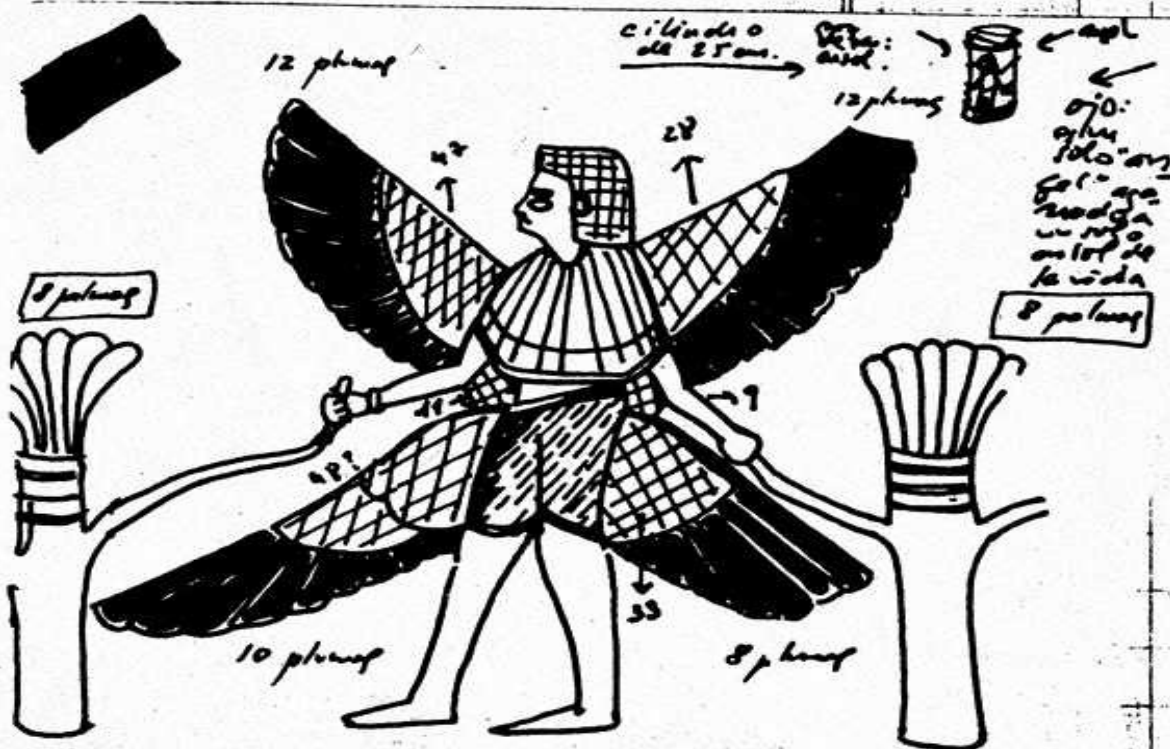
$$12 + 12 + 18 = 42 \text{ plumas}$$

$$4 + 2 = 6$$



En la Biblioteca del Museo de Israel se encuentra el Catálogo figurado de 48 plumas, en 12 papeles, entre otros.

$$\frac{14}{42} = \frac{1}{3} \rightarrow \text{gratificación}$$



En la foto 309 de Abydos → "Zoroáste (1800) Avistado en 1822-23" 8 p. 8.

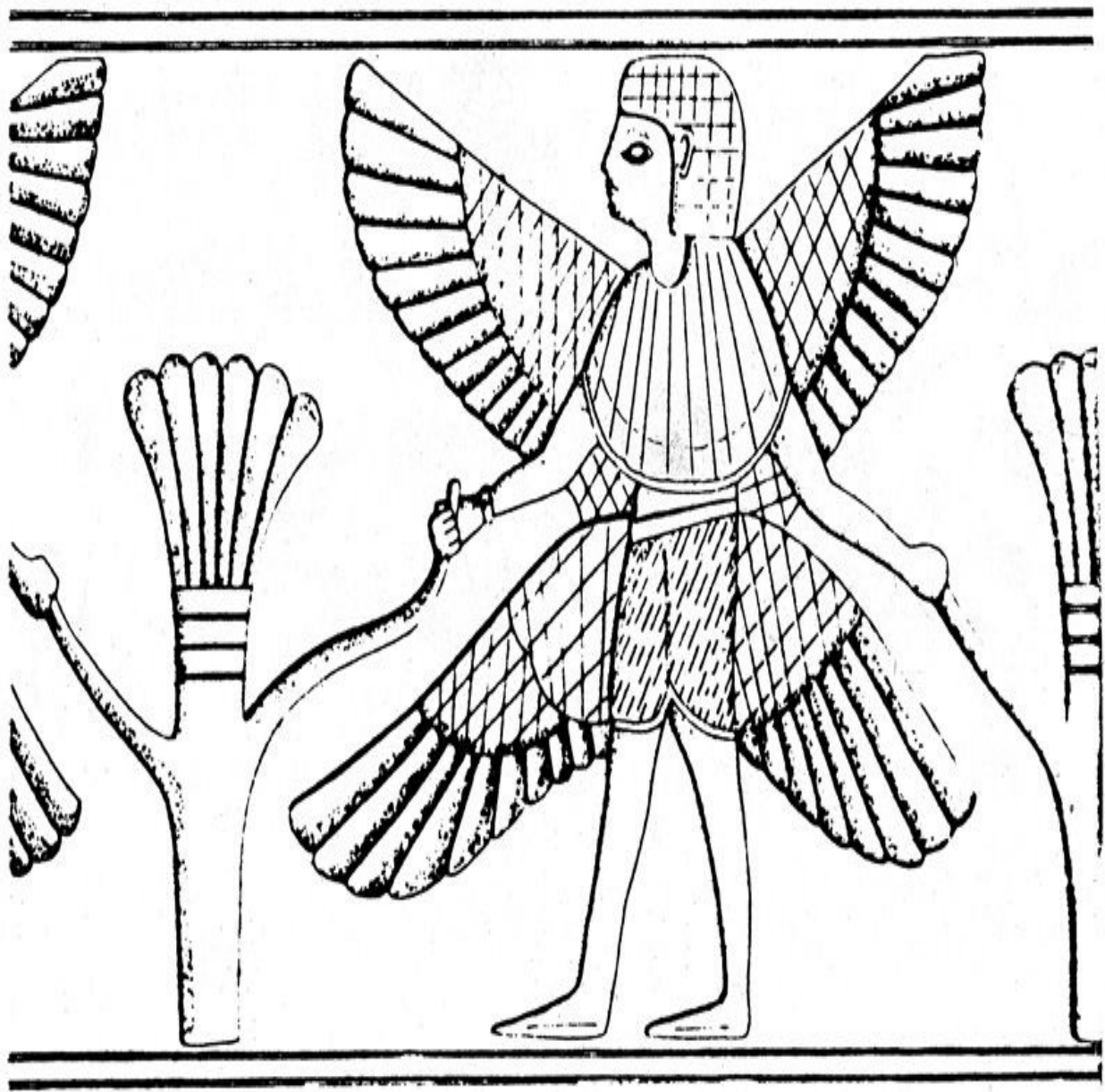
Anotações sobre o “anjo de Hazor” no caderno “de campo” de J. J. Benítez.



Face posterior do cilindro,
com a “árvore da vida”.



Imagem do cabo de osso com o
alto-relevo do “anjo de Hazor”
exibido no museu de Israel.
(Coleção do Departamento de
Antiguidades de Israel.)



Desdobramento do “anjo de Hazor”, tal como é visto no afixado da sala 309 da seção de Arqueologia do museu de Israel, em Jerusalém.

מכון מרכזי ליחסי תרבות ישראל - אמריקה האיברית, ספרד ופורטוגאל
INSTITUTO CENTRAL DE RELACIONES CULTURALES ISRAEL-IBEROAMÉRICA, ESPAÑA Y PORTUGAL

רחוב סוקולוב 6, ירושלים 92144 JERUSALÉN SOKOLOV 6,

טלפון: 660337-633724 Tel. למברקים: Cables: ISRAIBERO, Jerusalén

לכל מאן דבעי

הרינו מאשרים שגגירות ישראל במדריד הודיעה לנו
על בואו ארצה של הסופר Juan José Benítez López.
הסופר הנ"ל עוסק בכתיבת ספרים על חייו של ישו
בארץ ישראל.
לפיכך הוא עורך בין היתר מסע רגלי המשחזר את מסע
מרים ויוסף מנצרת לבית-לחם.
נודה בעד כל סיוע שיוגש לנ"ל כדי לאפשר לו ביצוע
תכניתו.

בכבוד רב

ד"ר משה ליבה

מנ"כל

Instituto Central de Relaciones Culturales
Israel-Iberoamérica, España y Portugal
c/Sokolov 6, Jerusalén 92 144 Israel

מרכזי ליחסי תרבות
ישראל - אמריקה האיברית
ספרד ופורטוגאל
רחוב סוקולוב 6, ירושלים

“Levamos ao conhecimento de todos que:

Para nossa satisfação, a embaixada de Israel em Madri nos comunicou da chegada de Israel do escritor Juan José Benítez Lopes, que se dedica a escrever acerca da vida de Jesus em Israel.

Com esse propósito está preparando, entre outras coisas, uma viagem a pé que reconstituirá a viagem de Maria e José de Nazaré a Belém.

Devemos proporcionar-lhe toda a ajuda necessária a fim de possibilitar-lhe o cumprimento de seu propósito.

Com grande respeito, Doutor Moshe Liba, Diretor-Geral.”

האוניברסיטה העברית בירושלים
THE HEBREW UNIVERSITY OF JERUSALEM

FACULTY OF MEDICINE

הפקולטה לרפואה

SAMUEL S. KOTTEK, M.D.

Harry Friedenwald Professor of the History of Medicine

פרופ' שמואל קוטק

הקתדרה לתולדות הרפואה ע"ש ה"ר פרידנולד



Señor Juan José Benitez
Leiona, Ispana

7 de Diciembre 1966

Señor Benitez,

Nuestro encuentro en el Instituto de la calle Straus fué
agradable, pero lo que paso después de su salida lo fué
mucho menos. Ha sido imposible encontrar a la amuleta que
le habíamos enseñado a Vd. Muy extraño.. casi mágico..
Si se puede acordar a algo que puede ayudarnos a encontrar-
la, seria benvenido.

Para hoy le saluda,

Samuel S. Kottek, M.D.

Primeira carta de Samuel S. Kottek, com data de 7 de dezembro de 1986.

האוניברסיטה העברית בירושלים
THE HEBREW UNIVERSITY OF JERUSALEM

FACULTY OF MEDICINE הפקולטה לרפואה

SAMUEL S. KOTTEK, M.D.

Harry Friedenwald Professor of the History of Medicine

פרופ' שמואל קוטק

הקתדרה לתולדות הרפואה ע"ש הרי פרידנולד



Señor J. J. BENITEZ

Lejona, Vizcaya

5 / 1 / 1987

Señor Benitez,

He recibido su carta.

Hoy puedo decirle que esta amuleta que habíamos vista y
examinada junto con Vd., ha llegado ayer... de Alemania
(München), en perfecto estado, naturalmente sin ninguna
indicación sobre quien la ha despedido de allí...

Con esto se termina esta extraña historia, que no ha sido
agradable, ni acaso para Vd., ni tampoco para nosotros.

Atentamente le saluda,

Samuel S. Kottek, M.D.

Segunda e última carta de Kottek, de 5 de janeiro de 1987.

PLEASE RETURN THIS CARD ON LEAVING ISRAEL

מסמך	רישום יציאה * REGISTRATION OF EXIT * 122665712		מדינת ישראל משרד הפנים STATE OF ISRAEL MINISTRY OF THE INTERIOR		
	שם משפחה FAMILY NAME <i>BENITEZ</i>		שם פרטי FIRST NAME <i>YANAI</i>		
שם האב FATHER'S FIRST NAME <i>BENITEZ</i>		שם האב FATHER'S FIRST NAME <i>LOPER</i>			
ארץ לידה COUNTRY OF BIRTH <i>SPAIN</i>		אזרחות COUNTRY OF CITIZENSHIP <i>SPAIN</i>			
מס' דרכון PASSPORT NO.		מין SEX ☐ ז ☐ נ ☐ M ☐ F		תאריך לידה DATE OF BIRTH שנה חודש יום DAY MONTH YEAR	
מס' בחו"ל HOME ADDRESS (No. ST. STATE) <i>NEGUIMOT 22-2</i>		מיקוד (ZIP CODE) <i>48940</i>		ארץ (COUNTRY) <i>ספרד</i>	
כתובת בישראל ADDRESS IN ISRAEL <i>רפואה (תל אביב)</i>		מס' בישראל ADDRESS IN ISRAEL			
FILL THIS PART ON DEPARTURE					
ארץ יעד COUNTRY OF YOUR DESTINATION		חברת תעופה/אניה CARRIER/SHIP		מס' טיסה FLIGHT NO	
חותמת יציאה		חותמת כניסה			
					
לשמוש הבקר					

* EXCEPT IMMIGRANTS AND RESIDENTS

* פרט לתושבים ועולים

על/17

Visto turístico em poder de J. J. Benítez. No canto inferior direito, o carimbo de entrada em Tel-Aviv (Aeroporto Ben Gurion), com data de 19/11/1986.

אֱהִיָּה אֲשֶׁר אֱהִיָּה
אֵיבֹקָא בְּמֵאָה

אֲנִיָּה

אֵל נֶאֱרָפָא נֶאֱלָה
גִּינְטִיל בַּת בְּכוֹרָה

אֶסְתֵּר מַכָּת

רְפוּאָה שְׁלֵמָה

לְרַנֵּב אֵיבֹרִיָּה וּשְׁסָה גִידִיָּה
וּתְשִׁמְרִיָּה מִכָּל עֵץ הָרֵעַ
וְרוּחַ רֵעַ וְחֹלִי רֵעַ וּפְהֹר

וְרַעְדָּה וְחִלְחִלָּה וּרְתִם וְזִיעַ
וְכֹאֵב לֵב, וְדוּחָק לֵב, וְעִילָקָה
לֵב, וְיִצְרוֹת הַלֵּב, וּמִכָּל חֹלִי

וּמַחֲלָה, וְהִיָּה בְּרִיאָה

וְהִזְקָה מִרְאֵשָׁה וְעַד רִגְלָה
כָּל יָמֵי הַיָּיָה, הִיא, וּבִעֲלָה
וּכְתָה, חֲנוּלָא מַלְכָּה מַכָּת

אֶלְסֹר

יְהוָה

זִיזִי זִיזִי זִיזִי זִיזִי

זִיזִי זִיזִי זִיזִי זִיזִי

פְּנוּאֵל פְּנוּאֵל פְּנוּאֵל

פְּנוּאֵל פְּנוּאֵל פְּנוּאֵל

פְּנוּאֵל פְּנוּאֵל פְּנוּאֵל



בְּדִפְטִיל

פְּדִהָל סְנוֹי רוּשָׁא
סְנִסְנוֹי סְמִנְגִלָּה

ד	ג	ז
ט	ה	א
ב	ז	ו

וִימְכִלָּה

מִמָּה אֵילִי בֹו

בִּשְׁ

אֲנִיקָתָם פְּסָתָם

פְּסָפְסִים דִּיּוֹגְסִים

לְקִי

Fotocópia do pergaminho número 15, devolvido ao Museu da Medicina Antiga de Israel em dezembro de 1986.

Advertência preliminar

É curioso. Há vários dias luto comigo mesmo, por algo impossível. Para ser sincero, gostaria de resumir em um par de linhas essas duas mil laudas que constituem o novo legado do Major. Está claro que devo dominar minha louca ansiedade e deixar que as coisas permaneçam como foram escritas e dispostas por essa “mão” invisível que às vezes chamamos Destino. Infelizmente somos limitados. E a palavra, neste caso, paradoxalmente, constitui a maior das limitações. Farei o que for possível.

Prestes a iniciar a transcrição desta parte do legado do falecido piloto da USAF, quero aventurar-me em algumas reflexões. Acho justo adiantar e confessar que a leitura de tais manuscritos me impressionou profundamente. E não só por sua extensão e riqueza de detalhes. Creio que o mais importante e assombroso é a montanha de informação em torno da vida de Jesus de Nazaré. João Evangelista, em seus últimos versículos (21, 25), escrevia com excessiva razão que “outras muitas coisas fez Jesus”. Certo. E me atreveria a acrescentar que tantas e tão decisivas que, se faltar uma só, nosso conhecimento e perspectiva de sua obra se reduzem. Agora sei. É vital – imprescindível, diria eu – conhecer a infância e a juventude do Filho do Homem para nos aproximarmos de sua Verdade. É essencial o acesso aos anos que precederam sua chamada “vida pública” para, quando menos, intuir seus propósitos e, assim, fazer encaixar as peças de sua complexa, agitada e sempre fascinante etapa de sua predicação. Só assim, com essa maravilhosa informação em nossas mãos, poderemos avaliar com certa equidade a irrepetível passagem do Filho de Deus sobre a Terra.

Muitas pessoas, após a leitura dos anteriores *Cavalo de Tróia*, me formulam a mesma pergunta: “Mas é verdade? Tudo isto é crível?”. E eu me vejo obrigado a repetir a única coisa que sei: que esses documentos existem e que – ainda que alguns se empenhem em pensar o contrário – eu não possuo tanta imaginação. Desafio quem quer que o deseje a construir uma “Vida de Cristo” tão rica de lógica, audácia e beleza. Não é tão simples “inventar” discursos de Jesus de Nazaré – práticas inéditas e, o que é mais interessante, cheias de sabedoria – ou esses trinta e dois anos que os crentes designam como “vida oculta”. “Inventá-los”, claro, com dados, nomes, acontecimentos e circunstâncias coerentes. Em *Cavalo de Tróia*, eu sei, paira algo “mágico” e “real”, alheio a mim mesmo. Eu não fui senão simples instrumento. Em suma, e não me cansarei de insistir nisso,

é o coração do leitor que deve “sentir” se estas narrações sobre Jesus são ou não críveis. Que cada qual, portanto, no mais íntimo de seu ser, julgue e decida de acordo com os ditames de sua consciência. Essa jamais se equivoca...

Dito isso, a mais elementar prudência me impele a prevenir o leitor. Ao menos aos fracos ancorados nos velhos e inamovíveis portos do conservadorismo. A julgar pelas centenas de cartas e comunicações recebidas a partir da publicação dos anteriores *Cavalos* (1 e 2), sei que uma notável maioria não se sentiu ferida ou desconcertada pela leitura desta inédita “Vida de Cristo”. Ao contrário. Como em meu caso, este “novo”, “mais humano” e infinitamente “mais próximo” Jesus de Nazaré fez o milagre de cativar os corações, apaziguando ansiedades, preenchendo lacunas e, acima de tudo, confirmando conjecturas e intuições. Este Jesus – mais nosso – fez-nos pensar, o que não é pouco.

A outros, ao contrário, a torrente de revelações sobre sua pessoa, vida e mensagem irritou ou submergiu em trevas. Claro que não era essa minha intenção. Pois bem, a estes – cujos princípios e esquemas religiosos não podem mais evoluir – vão dirigidas minhas presentes e respeitadas palavras de advertência. Como sucedera com os textos publicados em *Cavalo de Tróia* 2, entendo que meu dever agora é alertá-los. A natureza dos fatos, idéias e situações que me disponho a narrar poderia magoar os inseguros e os que, por desgraça, não podem avançar na apaixonante aventura da busca pessoal. Cada qual, naturalmente, tem “sua” Verdade e “sua” razão. Por isso – e como medida preventiva – sugiro-lhes que NÃO SIGAM ADIANTE. Se seu ânimo não está preparado para enfrentar outras verdades, por favor, NÃO LEIA *Cavalo de Tróia* 3. Se, apesar de tudo, decidir continuar, não perca de vista que a Verdade, como o mais valioso dos diamantes, tem mil faces.

Quem sabe, no fundo, todos tenhamos razão.

E, antes de entrar no que em verdade importa e é o motivo do presente trabalho – o Diário do Major –, dado o considerável volume do legado (duas mil laudas, de 20 x 31 centímetros cada uma), é mais que provável que tal informação deva ser dividida em duas partes. Sei que o sempre paciente leitor o compreenderá. Mas deixemos que seja o próprio Diário que fixe as normas. Um Diário, por certo, no qual se observa significativa e triste mudança. Ao contrário do que ocorrera com a primeira das “entregas” – a resgatada em Washington –, esta última não está datilografada, mas manuscrita. E manuscrita com evidente dificuldade. Como se o autor, já carente de forças, soubesse que aquela era sua última missão. Missão que, agora e no futuro, apenas poderá beneficiar aos homens de boa vontade. Que Deus os abençoe.

O Diário

“Outono de 1978. Estou perdendo a noção do tempo. Pressinto o final. Já nada me preocupa. Apenas terminar. A vida e o alento se me escapam. Logo me reunirei com meu ‘irmão’. Mas antes, ó Deus misericordioso, dai-me forças para concluir o começado. Tenho ainda tanto para rememorar e deixar escrito!

“Hoje, quando me disponho a retomar o fio de nossas experiências e explorações na Palestina de Jesus de Nazaré – bendita seja sua memória –, continuo sem conhecer o homem ou a mulher que deverá custodiar e divulgar tudo quanto venho anotando e que, esse é meu único objetivo, pretende refletir, imperfeita e pobremente, eu sei, a maravilhosa ‘luz’ do Mestre. Nem sequer tenho certeza de que estas apressadas memórias chegarão a ser lidas. Não obstante, tal qual aprendi com Ele, devo confiar na mão amorosa do Pai, que tem um plano para cada um de nós. Ele, portanto, saberá como e quando fazer chegar o que aqui se narra a quem, em verdade, esteja sedento de sua palavra...

“E antes de mergulhar de novo na apaixonante aventura deste par de loucos nas terras da Galiléia, solicito a benevolência e a compreensão de quantos cheguem a ler esta espécie de Diário. Certamente um escritor consumado o teria feito com mais acerto e brilho. Creio, mesmo assim, que estou em dúvida com esse ainda anônimo destinatário de quanto já escrevi e do que, espero, ainda me resta para contar.¹ O abrupto final que precede o que agora me ocupa não foi gratuito. Nem deve ser interpretado como o capricho de um homem senil ou decadente. O que nos coube viver e presenciar na Palestina, a partir daquele inesquecível domingo, 16 de abril do ano 30 da nossa era, foi tão espetacular e decisivo que, honradamente, achei necessário adotar um máximo de precauções. Esse criptograma, que em certa medida encerra a primeira fase do segundo ‘salto’ da Operação Cavalo de Tróia, só pretende salvaguardar nosso ‘tesouro’. E foi concebido de tal forma que, exatamente como no primeiro dos enigmas, só uma pessoa sedenta de conhecimento e disposta a enfrentar toda sorte de sacrifícios estará capacitada para penetrá-lo e, finalmente, respeitando seu conteúdo, dar-lhe o tratamento justo. Estou certo de que esse anônimo e não menos ‘louco’ personagem somente pode ser um entusiasta de Jesus de Nazaré. Nele confio.”

17 de abril, segunda-feira (ano 30)

“Agora, ide todos para a Galiléia. Ali vos aparecerei muito breve.”

Assim, com esta ordem, concluiu-se a aparição número dez do Ressuscitado. Era o domingo, 16 de abril do ano 30, da que hoje definimos como “nossa era”.

E o Mestre, voltando-se para mim, sorriu-me. Caminhou vagarosamente para a penumbra e desapareceu diante da mesma parede pela qual o havíamos visto surgir. Simplesmente desvaneceu-se. E eu, como uma estátua, tão confuso e atônito quanto os demais, não soube o que fazer nem o que dizer. Como médico e como simples e incrédulo mortal, aquele “homem” – não tenho remédio senão refugiar-me nos únicos e limitados conceitos ao meu alcance –, morto 219 horas antes, era o maior desafio científico da História. Sua “presença” – na aparência tão física e tangível como a nossa – eliminava toda possibilidade de compreensão racional. Reconheço humildemente: aquela era a segunda vez que o via e escutava e ainda assim custava-me aceitá-lo. Mais tarde, quando a calma desceu sobre o lar da família Marcos, me adverti de algo que à primeira vista parecia uma contradição. Desde muito antes de consumir aquele segundo “salto” no tempo, meu empenho por voltar a ver o Mestre havia sido constante. Sentia sua falta. Necessitava senti-lo. Ouvi-lo. Contemplá-lo. Era uma sensação irrefreável. Sem querer, apesar do rígido código moral da Operação Cavalo de Tróia, as palavras, o olhar e o halo mágico daquele Ser me haviam transtornado. Sem querer, insisto, me havia convertido em um silencioso seguidor de sua obra e de sua pessoa. Pois bem, naquela tarde, ao reconhecê-lo, o estupor sobrepujou a alegria. Inexplicavelmente, meu coração não vibrou de júbilo diante do fugaz reencontro. Durante os escassos cinco minutos em que o Galileu permaneceu no cenáculo, não me recordo de haver experimentado aquele frêmito de íntima satisfação que seria mais do que natural. Talvez, como eu disse, fosse o susto. Ou quem sabe o rigidíssimo treinamento a que havíamos sido submetidos. O caso é que, analisando os fatos, esse paradoxal comportamento lançou-me durante algum tempo em uma dolorosa depressão. Mas, voltemos aos acontecimentos, tal como tive ocasião de os viver e contemplar.

Como ia dizendo, as últimas frases do Galileu – ordenando a seus discípulos que partissem para o Norte – marcariam o resto daquele agitado domingo. Segundo meu cálculo particular, essa teria sido a aparição número dez. As nove primeiras haviam tido lugar em Jerusalém, Betânia e no caminho que

conduz à aldeia de Emaús. Todas elas, como relatei, ao longo do domingo anterior, 9 de abril. Semanas depois ver-me-ia obrigado a retificar o cálculo. Jesus de Nazaré também se apresentara a outras pessoas e em lugares inesperados. Tais acontecimentos – como não! – seriam também ignorados pelos chamados “escritores sagrados”.

É possível que os cronômetros do módulo não marcassem mais de 18 horas e 5 minutos quando, em meio a um constrangedor silêncio, o rabi desapareceu de nossa vista. O pasmo dos presentes – ou deveria qualificá-los de “ausentes”? – perdurou por cinco ou dez segundos mais. E, de súbito, a sala enlouqueceu. Não me lembro bem como as coisas se desenrolaram. Foi como um trovão ou como uma caldeira que explode. João, Simão Pedro e os gêmeos foram os primeiros a “voltar a si”. Saltaram sobre a mesa e, uivando, cantando e vociferando como energúmenos, abraçaram-se e arrastaram os demais a uma espécie de histeria coletiva. Copos, pratos e a inacabada ceia esparramaram-se pelo “U” e pelo assoalho, salpicando os enlouquecidos galileus. Ninguém fez um gesto condenável. Na realidade, aquelas reações foram tão naturais como necessárias. A tensão, as dúvidas, o medo e a incerteza foram imolados no fogo de uma incontida alegria. Estive tentado a unir-me à algazarra. Mas contive-me, desfrutando aquele caos, tão saudável quanto justificado. Bartolomeu e Felipe, transformados, olhavam sem ver, vítimas de um riso nervoso. Simão, o Zelote, recuperado momentaneamente do seu profundo abatimento, batia palmas ao compasso dos que brincavam sobre a maltratada mesa. Seus olhos, muito abertos, imensos como galáxias, iam e vinham, de um companheiro a outro, no esforço – assim suponho – de corroborar o que havia presenciado.

Tomé, sentado no mesmo divã, era um dos mais afetados pela aparição. Parecia ausente. Cotovelos cravados nas coxas, ocultava o rosto entre as mãos, gemendo e chorando amargamente. Mateus Levi, solícito, passou um braço sobre os ombros do tímido e desolado “dídimo”, tentando consolá-lo.

Quanto a André, tão desconcertado quanto Tomé, precisou de tempo para reagir. Suas recentes caçadas, impropérios e críticas a quantos haviam acreditado na ressurreição, deviam pesar em sua alma como uma pedra de moinho. E, por fim, muito pálido, ergueu-se, subiu na mesa, afastou docemente o delirante João Zebedeu e postou-se diante de seu irmão. Pedro, ao vê-lo, cessou suas manifestações e saltos de alegria. Observaram-se mutuamente e, sem nenhuma palavra, o ex-chefe do grupo precipitou-se para Simão e abraçou-o. Os aplausos e vivas aumentaram.

Em meio àquele tumulto, Tiago de Zebedeu, como sempre, foi o homem prático, frio e calculista. Ainda que seu olhar, tão radiante quanto o dos demais, o traísse, foi o único que conservou um mínimo de naturalidade e senso comum.

Movido por esses sentimentos, e por uma curiosidade talvez tão aguçada como a minha, tomou uma das candeias e caminhou até a parede. Discretamente juntei-me a ele. Aproximou a lamparina de azeite do assoalho sobre o qual Jesus havia caminhado e examinou o trecho percorrido pelo Ressuscitado. Ao chegar à parede, coberta naquele ponto por uma longa e delicada tapeçaria de linho de En-Gedi, o “filho do trovão” – alheio sempre ao tumulto do cenáculo – ergueu a candeia e concentrou sua atenção na área pela qual o Galileu se havia evaporado. Chegou a amarelada e débil chama a um palmo dos finos fios vermelhos, comprovando que o tecido não apresentava o menor sinal de dano.

Segui seus movimentos. Tanto ele como eu sabíamos que do outro lado da tapeçaria só havia uma espessa parede de pedra calcária. Apesar de tudo, desconfiado, apalpou a tela em diferentes pontos. Finalmente, descarregando seu ceticismo em um profundo e interminável suspiro, voltou seu anguloso rosto e dirigiu-me um olhar pleno de satisfação. Sorri para ele. Nem Tiago nem eu podíamos compreender. Mas era assim. O Mestre se havia desmaterializado diante da parede ou, quem sabe, talvez tivesse sido capaz de atravessá-la. Achei melhor não pensar nisso. E o Zebedeu, decidido, avançou para a porta de duas folhas e destrancou-a com um seco e contundente pontapé. Minutos mais tarde, alertados pelo discípulo, a família e a criadagem de Marcos irrompiam em tropel na sala, unindo-se à confusão. Os gritos, perguntas, cantos, palmas e risos prolongaram-se por mais de meia hora. Por fim, pouco a pouco, Elias, Simão Pedro e Tiago conseguiram restabelecer a ordem, fazendo ver aos companheiros que o tempo urgia. Se desejassem cumprir a ordem do Mestre e partir o mais depressa possível para a Galiléia era preciso pôr mãos à obra. A viagem até o mar de Tiberíades era longa e os preparativos haviam sido interrompidos mais de uma vez.

Pelas oito horas, a quase totalidade dos amigos de Jesus havia descido para o amplo pátio a céu aberto. E ali, em torno do fogo, enquanto Felipe, o intendente, se empenhava junto com os gêmeos na preparação da bagagem, os demais – recuperada a capacidade de pensar – dedicaram boa parte das primeiras vigílias – a da noite e da meia-noite – ao exame da situação. Apesar da euforia, estavam conscientes da sua delicada posição diante da casta sacerdotal que havia perseguido e crucificado o rabi. André, prudente e receoso, lembrou as preocupantes notícias trazidas uma semana antes por José de Arimatéia. As medidas promulgadas por Caifás, o sumo sacerdote, e seus sequazes, na noite do domingo anterior, continuavam em vigor. “Aqueles que se atreverem a proclamar a volta à vida de Jesus de Nazaré serão expulsos das sinagogas.” A segunda dessas medidas – que, segundo o velho sinedrista, não pudera ser submetida a voto – especificava que “todo aquele que declarasse haver visto e

falado com o Ressuscitado poderia ser condenado à morte”.

Apesar da força moral que, evidentemente, lhes havia infundido a presença do Mestre, aqueles galileus, sabedores do ódio e do poder da classe dirigente judia, se enredaram em uma nova e acre polêmica. Pedro, fogoso e irrefletido como sempre, levou a mão esquerda ao punho da espada e discursou aos companheiros, pedindo-lhes que sepultassem os velhos temores e fossem para as ruas anunciando a boa-nova. A maioria repeliu a perigosa e prematura sugestão de Simão. Certamente aqueles sete dias de silêncio e total reclusão por parte dos discípulos haviam acalmado o furor dos sinedristas. E mais. O ininterrupto fluxo de notícias que chegava até a mansão de Marcos falava de um total e definitivo “esmagamento do grupo evangélico”. Esta, aparentemente, era a convicção de Caifás e sua gente. Quanto aos rumores da “absurda e fantástica ressurreição do Galileu”, os saduceus e escribas – uma vez editadas as mencionadas normas – os apreciaram e definiram como “os últimos estertores de um movimento agonizante”. A passagem do tempo e o condicionamento da subordinada guarda do Templo fariam o resto. Essa era a situação em Jerusalém ao amanhecer daquela segunda-feira, 17 de abril.

Como se podia prever, os incendidos discursos de Simão, se bem que atraentes, não foram levados em conta. Tiago, Mateus Levi e seu irmão André o interromperam algumas vezes e, com o silencioso apoio dos demais, trataram de convencê-lo do risco de semelhante tarefa. No momento, se é que na verdade respeitavam as palavras de Jesus, só o que importava era cumprir sua ordem. Curiosamente – e creio que devo referir-me a isso antes de prosseguir –, a partir daquela noite de domingo, 16 de abril, a figura de Simão Pedro mostrou uma notável evolução. O Mestre – apesar do que sugerem alguns evangelistas – jamais lhe outorgara a chefia e direção do “corpo apostólico”. Nem houve votação ou manobra alguma por parte dos discípulos para sua designação como cabeça visível dos novos evangelizadores. Na realidade, os fatos se encadearam por si próprios. E, com o passar dos dias, o inquebrantável entusiasmo de Pedro e sua inegável capacidade oratória fizeram o resto. Os discípulos, de forma tácita, aceitaram o vulcânico galileu como o homem habilitado a representá-los e fazer os pronunciamentos. Essas e não outras quaisquer foram as autênticas razões que o conduziram ao posto conhecido.

Simão Pedro resignou-se e, uma hora antes da “vigília do canto do galo” (pelas quatro da madrugada), o grupo, temeroso de ser descoberto pelas sentinelas do Sinédrio, adotou unanimemente a resolução de abandonar a Cidade Santa antes da aurora. Confundidos na obscuridade da noite, sua partida de Jerusalém poderia ser menos arriscada.

Maria Marcos, com sua habitual diligência, e aparentemente alheia às

discussões e polêmicas dos discípulos, não havia tido um momento de parada. Durante toda a noite eu a vi entrar e sair do pátio, trocando impressões com Felipe e, sempre discreta e silenciosa, adiantando a obrigatória moagem dos grãos. Nessa oportunidade a criadagem não utilizou o pequeno almofariz de pedra, tão comum nas casas judias. Pela meia-noite, dois dos serventes colocaram no pátio um pesado mecanismo que consistia em dois grandes discos de basalto. O inferior, de uns noventa centímetros de diâmetro por vinte de altura, tinha a face superior acentuadamente convexa. No centro emergia um sólido eixo de ferro de trinta a trinta e cinco centímetros de comprimento. Ao vê-los aparecer, fiquei intrigado. Abandonei por uns instantes o fogo acolhedor e fui observar suas hábeis manobras. Um deles estendeu uma estopa sobre o piso ladrilhado e, depois, não sem esforço, ambos tomaram a mó e a colocaram no centro da escura estopa. Em seguida repetiram a operação para encaixar a segunda roda de basalto no eixo da primeira. A superior, de um pouco mais de meio metro de diâmetro, havia sido lavrada de tal forma que sua superfície inferior, acentuadamente côncava, se acoplassem perfeitamente àquela que se achava sobre o piso. O orifício que perfurava esse disco superior, e no qual penetrava o eixo de ferro, parecia um funil. Vi que se tratava de um “moinho” caseiro, com maior capacidade de trituração e, portanto, muito útil em certas circunstâncias. E aquela era precisamente uma situação de emergência. Encaixadas “as duas mós” – este era, parece-me, o nome do aparelho –, um dos criados apanhou uma vasilha de pedra avermelhada repleta de trigo e iniciou a moenda propriamente dita. Com a mão esquerda acionou um cabo de madeira encravado verticalmente na roda superior, fazendo-a girar depressa. Ao mesmo tempo, com a mão direita, foi derramando os punhados de trigo no funil central. Durante alguns minutos permaneci absorto e maravilhado diante daquele primitivo e engenhoso sistema. O áspero rangido do basalto, girando lentamente, dominou o ambiente, obrigando os discípulos a elevar o tom de suas vozes. Transcorrida meia hora, o segundo servente ajoelhou-se diante do moinho, rendendo o primeiro. A monótona e cansativa trituração só se concluiria depois das duas horas da madrugada. Os suarentos criados desmontaram o aparelho, e Maria, auxiliada pelo jovem João Marcos, foi colocando o fruto da moagem sobre uma peneira de cerdas, em cujo aro de madeira estava suspenso um engordurado saco de oleado com capacidade para meia *efa*,⁹ aproximadamente, vale dizer, ao redor de 22 quilos. Quando a farinha chegou ao meio do saco, o caçula o fechou e entregou a Felipe, o intendente. A partir desse momento, com a sobra da moagem, a dona da casa concentrou sua atenção na feitura da massa e no cozimento das apetitosas roscas redondas que eu havia saboreado em outras oportunidades. Prudentemente, conhecedora de seu papel secundário entre os

homens, aguardou que estes fixassem a hora da partida. Eram, como já disse, quatro horas da madrugada. Então ela trocou sinais com Elias, seu marido, e, de imediato, os criados começaram a distribuição das roscas de trigo e de leite quente de cabra em canecas de cerâmica. Muito contente, o prestativo João Marcos se ocupou do meu desjejum. Abriu o crepitante pão e, imitando o resto dos comensais, untou-o com azeite. Um espesso e dourado azeite de oliva que impregnou a massa, fazendo-a, se era possível, mais gostosa e digerível.

A refeição foi rápida. Felipe, no centro do círculo que os galileus formavam, bateu palmas para reclamar a atenção de todos. Até esse momento eu não havia tido ocasião de assistir aos preparativos e prolegômenos de uma daquelas freqüentes viagens do grupo. Cada qual, evidentemente, sabia seu papel. O intendente apontou os volumes e mochilas que se alinhavam ao pé de um dos muros e, com um lacônico “Vamos lá!”, animou-os a pôr-se em movimento. A cena a que assisti em seguida deixou-me gratamente surpreendido. À exceção de Felipe e de Judas e Tiago de Alfeu, os demais, em silêncio, foram postar-se em fila, diante do intendente e dos gêmeos. Estes, sob o olhar atento de Felipe, abriram dois sacos de couro e tiraram de cada um deles um par de sandálias com solas planas, de madeira ou vegetal prensado, e uma cabaça seca, respectivamente. Esta última estava provida de uma corda comprida, escura e desgastada. No interior de cada um dos rústicos cantis podia ouvir-se o golpe seco de um calhau. Era surpreendente. Apesar de seu contínuo e intenso contato com o rabi da Galiléia e de haverem sido partícipes de suas abertas e liberais prédicas e ensinamentos, aqueles judeus continuavam aferrados a muitas das ancestrais e asfixiantes normas religiosas da comunidade. Esta era uma delas. Em uma posterior conexão com o “berço”, nosso computador central, Papai Noel, me daria os antecedentes da origem de semelhante costume. Segundo o capítulo XVII, 6, do *Sabbath*,¹⁰ os caminhantes e peregrinos deviam prover-se de uma dessas cabaças secas e ocas, introduzindo-lhe no interior uma pedra que, além de torná-la mais pesada, lhes permitia tirar água dos poços sem necessidade de recorrer aos serviços de homem ou mulher “impuros”.

Cada um dos homens amarrou um par de sandálias de reserva no cinto, dependurando a cabaça na bandoleira. Terminada a distribuição, Felipe pediu a presença de Simão, o Zelote e de Tiago Zebedeu. Ambos ficariam encarregados da pesada lona que, enrolada ao redor de três compridos e rugosos paus de conífera, fazia as vezes de tenda de campanha. (Na dramática madrugada de quinta para sexta-feira – como talvez se recorde quem haja seguido estas memórias –, o audaz Davi Zebedeu, chefe dos “correios”, tivera a precaução de dismantelar o acampamento do horto do Getsêmani, carregando parte dos utensílios para a casa de Elias Marcos. Também a bolsa com o dinheiro do grupo

fora colocada por Davi nas mãos do novo e provisório administrador, Mateus, o “publicano”).

Durante a primeira etapa da viagem – pelo que deduzi das palavras do intendente –, os gêmeos carregariam o odre destinado à água e o saco de víveres. O odre, de pele, velho, revestido de camadas e mais camadas de breu, tinha uma capacidade de 10 *bats* ou jarras. (Uns 30 ou 40 litros.) A curtida e enegrecida pele de cabra havia sido provida de um par de correias de couro costuradas às laterais, para facilitar sua manipulação e tornar mais leve o transporte. Ninguém protestou. Todos deram por combinado que na segunda jornada a bagagem passaria a novas mãos. Na verdade aqueles homens desfrutavam uma rigorosa e eficiente organização. Uma organização que eu ignorava quase completamente. Sabia, por exemplo, que Judas Iscariotes havia sido o responsável pela tesouraria. E que Felipe arcava com a obscura e às vezes ingrata tarefa do abastecimento e da intendência em geral. Também fiquei sabendo do papel de André, até esse momento chefe indiscutível do grupo. Mas que sabia eu dos demais? Cada um tinha uma incumbência ou missão. Pude descobri-lo aos poucos. Era o mais lógico. Do contrário, aqueles anos de estreita cooperação com o Mestre teriam soçobrado. Lastimável é que os evangelistas não mencionassem essas missões específicas, decisivas para a boa marcha da chamada “vida pública” do Mestre. O que se sabia, por exemplo, de Mateus Levi? Qual havia sido sua tarefa? Por que João, seu irmão Tiago e Pedro haviam permanecido “mais perto” do que os demais da pessoa de Jesus? Será que o rabi fazia distinções? Não, certamente... E que dizer dos gêmeos? Quanto a Simão, o Zelote, Bartolomeu e Tomé, meu desconhecimento a respeito de suas tarefas era igualmente total. Ao longo dessa madrugada acredito que tenha descoberto a missão do “dídimo”. No meio dos preparativos para a viagem o vi trocar palavras com Felipe. Falavam do itinerário a seguir. Tomé, sem vacilação, como se estivesse habituado àquela rota, adiantou-lhe o “plano de viagem”. A primeira jornada nos levaria a Jericó. Isso representava uns 183 estádios (aproximadamente 34 quilômetros). A terça-feira seria dedicada à etapa mais dura: Jericó–monte Gilboa, pela margem direita do Jordão. Por último, na quarta-feira, 19, Gilboa–Bet Saida, no extremo nordeste do mar de Tiberíades, passando pelas cidades de Tarichea – muito perto da segunda desembocadura do Jordão –, Hippos e Kursi, ambas na costa leste do lago. No total, cerca de 130 quilômetros. (Nas palavras de Tomé, um pouco mais de 85 milhas romanas. Devo recordar que, na Palestina, desde a conquista grega, os judeus haviam terminado por adotar diferentes unidades de medida. O “estádio”, para não falar de tantas outras, era uma delas. Equivalia a 600 pés ou 185 metros. Os romanos, por sua vez, haviam introduzido a “milha”, 1.478 metros. Em nossas múltiplas

peripécias por aquelas terras do ano 30, tanto meu irmão como eu tivemos muitas ocasiões de deparar com os famosos “marcos militares” do Império. Mas essa é outra história...)

O intendente aceitou o plano de Tomé. E, como eu dizia, comecei a suspeitar que o papel do “dídimo” era justamente esse: o de “guia” ou responsável pelos itinerários. Eu tinha de encontrar tempo para dialogar com os onze e conhecer a fundo seus trabalhos, seus pensamentos, inquietações e, sobretudo, a situação de suas famílias. Algo de que quase não se ocupam os textos sagrados e que, no meu modesto parecer, também encerra sua importância. Tempo, eu disse? Mas quando? A primeira fase de nossa missão chegava ao fim. Nessa mesma manhã deveríamos, eu e Eliseu, ativar o módulo e transportar-nos para o norte.

Judas de Alfeu, um dos gêmeos, responsável pelo odre, colocou-o às costas, cuidando que o estreito e pontiagudo pescoço apontasse para a terra. Nem era necessário perguntar por quê. Dessa forma, em caso de necessidade, podiam tirar-se porções de água sem descarregar o odre. Bastava agachar-se e soltar o tampão de madeira para prover-se da ração desejada. De acordo com outro costume romano, a água do odre havia sido “cortada” com o emprego de vinagre. Para ser mais preciso, com uma espécie de vinho fermentado que dava à bebida um toque tão agradável como refrescante e o que os legionários romanos e etíopes chamavam “posca”. Em mais de uma ocasião, quando o vinho escasseava, os nômades e judeus o substituíam por um ácido suco de palma, igualmente fermentado. Os alimentos, geralmente fornecidos pela dona da casa, consistiam em legumes – favas e lentilhas –, grãos tostados, cominho e hortelã-pimenta para o tempero, uma jarra de mel branco e um mais que generoso sortimento de passas de Corinto, tâmaras e figos secos e prensados, formando uma espécie de pão escuro e brilhante. Tudo isso, mais a mencionada carga de farinha, constituía uma aceitável dieta, suficiente para três ou quatro dias.

Alguns dos homens, obedecendo a outro velho hábito, enrolaram o *sudarium* ao redor da cabeça. Ao vê-los assim, com os mantos na cabeça, uma imagem querida surgiu em minha memória. Emocionado, recordei meu primeiro encontro com Jesus, na fazenda de Lázaro. O “Gigante” trazia também sobre as têmporas uma daquelas bandas de pano, tão úteis para conter o suor nas longas caminhadas. Deus meu!, quando voltaria a vê-Lo? Tinha a palavra o Destino.

Quase todo o grupo, à exceção de Tomé e Mateus Levi, recolheu e enrolou suas túnicas na cintura, “cingindo os rins”. Dessa forma, as amplas peças, de lã ou linho, não entorpeciam os passos do caminhante. Coloquei-me ao lado de João e discretamente perguntei-lhe por que Mateus e o “gêmeo” não colocavam seu *chaluk* da mesma maneira que os outros. O Zebedeu sorriu divertido. As

razões dos dois não podiam ser mais opostas. A de Levi pareceu-me lógica. Em seu cinto estava o dinheiro do grupo. Em caso de necessidade, o acesso à bolsa era rápido e sem embaraço.

– Quanto a Tomé – sussurrou João, fazendo um gesto em direção a Maria Marcos –, ele o fará daqui a pouco...

Entendi a velada alusão. A aversão do galileu pelas mulheres chegava a esses extremos. O que eu então não sabia era a causa da sua misoginia ou aversão pelo sexo feminino.

Cerca das quatro e meia, Felipe efetuou a última revista. A idéia do próximo retorno a suas casas lhes havia devolvido parte do perdido bom humor. Ao aproximar-se de Tiago Alfeu, o intendente resmungou. Bateu carinhosamente na bainha que emergia por debaixo da *hagorah* ou larga faixa que fazia as vezes de cinto e que estava vazia. Era uma interpelação ao distraído gêmeo. O dócil pescador quis soltar o saco dos víveres para ir em busca da sua espada, mas o voluntarioso João Marcos se adiantou e correu ao pavimento superior. Não me cansarei de insistir nisso. Ainda que pareça um contra-senso, naquele tempo a totalidade dos discípulos usava a espada debaixo do cinto. E jamais a abandonavam. Desconheço se eram destros no seu manejo – estou apostando que não –, mas juro que ao vê-los armados experimentava sempre uma desagradável sensação. Como se enganam os cristãos e crentes a respeito desses homens!

Terminada a inspeção, os galileus – de acordo com seu costume e a arraigada fé religiosa – entoaram o *Ouve, Israel*. O cântico elevou-se vigoroso e compacto para as estrelas de Jerusalém. Em seus corações, a derrotada esperança no reino brotava de novo, pujante e incontida. A família Marcos uniu-se à oração e eu, respeitosamente, como estrangeiro, retirei-me para um dos cantos do pátio. Meu propósito era unir-me à expedição até Betânia ou imediações. Dali eu subiria ao monte das Oliveiras e me reuniria a meu irmão no “berço”. O fato de abandonar a Cidade Santa acompanhado tranqüilizou-me.

A despedida foi parca em palavras. Elias, a esposa e o filho, e também os criados, corresponderam aos carinhosos beijos e, sem mais delongas, os onze foram desfilando para o portão de saída. Intencionalmente deixei-me ficar atrás. Minha gratidão para com os anfitriões era tão sincera quanto ilimitada.

– E tu, Jasão, também nos deixas?

O tom de Elias, apagado e tristonho, fez-me vacilar. Não sabia o que dizer-lhes. Assenti com um gesto de cabeça e, quando quis abraçá-los, João Marcos, acorado até então nos braços de sua mãe, explodiu em um amargo pranto. Entre soluços, suplicou a seus pais que lhe permitissem unir-se aos “amigos de Jesus”. Com a voz embargada, aferrado ainda à mãe, disse que também desejava ver o Mestre. Elias e eu olhamo-nos enternecidos. A mãe acariciou-lhe os

cabelos no vão intuito de persuadi-lo. O choro e os lamentos ao menino aumentaram e ele acabou por sapatear furiosamente. Foi inútil. O dono da casa, impaciente, encerrou a cena com um imperativo “*Banin!*” (menino!). E apontando com um dedo a direção de seus aposentos, obrigou-o a entrar.

Uma vez mais, para ser gentil, prometi regressar a Jerusalém sempre que me fosse possível. Elias resignou-se, admitindo que a mão de Deus, bendito seja o seu nome, me havia levado a sua casa e que, apesar de meus negócios na Galiléia, esse mesmo poder divino me devolveria à Cidade Santa. Não se enganou. Lamentavelmente, seus dias estavam contados e eu não voltaria a vê-lo.

No umbral da porta recomendou-me que não deixasse de visitar um velho amigo seu – um tal Muraschu –, judeu helenizado e honrado *monopolei*, estabelecido na cidade de Tiberíades. Os comerciantes gregos chamavam assim os atacadistas que negociavam com trigo, azeite, peixes salgados e conservas de frutas secas, entre outras atividades.¹¹ O *monopolei* em questão – segundo Elias –, homem bem relacionado na Galiléia, poderia aconselhar-me em minhas transações de vinho e madeiras, abrindo-me muitas portas. Memorizei o nome e, após trocar beijos com ele em ambas as faces, penetrei na obscuridade das ruas de Jerusalém. O grupo dos onze já levava certa dianteira e isso me inquietou. Tinha de alcançá-lo. Àquela hora – cinco da madrugada –, atravessar solitariamente os arredores da cidade baixa e transitar pelos caminhos que confluíam para a cidade não era muito recomendável. Nessa ocasião meus temores não foram infundados.

A largas passadas, com a ajuda duvidosa das mortiças candeias de azeite que piscavam nos cruzamentos daquele labirinto de ruas e rampas escalonadas, fui orientando-me para o extremo sudeste da cidade, em busca da Porta da Fonte. Os únicos sinais de vida no bairro baixo eram as filas de ratos, deslizando, negros e velozes, de uma parede a outra, ou subindo pelos montes de lixo e imundícies, alarmados e desconfiados à passagem daquele humano. O ranger ritmado da moenda foi crescendo em extensão e intensidade, coincidindo, aqui e ali, com a aparição de novas candeias no interior de pátios e casinholas. Dei graças ao abrigo do manto. A madrugada estava fresca.

Eliseu respondeu preocupado. Fazia horas que eu não restabelecia a conexão auditiva. Confirmei minha posição e propósitos, acrescentando que, com um pouco de sorte, estaria na “base-mãe” trinta ou quarenta minutos depois do orto solar, fixado naquele 17 de abril para as 5 horas e 42 minutos. Meu irmão mostrou-se de acordo. Tudo estava preparado para a subida do “berço”.

– ... Tal qual prevíamos – aduziu de passagem –, a frente borrascosa

detectada no oeste na manhã de ontem, domingo, penetrou na linha Jafa-Sidon e ameaça cobrir o país.

Eliseu fez a leitura dos dados meteorológicos. O laser do ceilômetro não oferecia dúvidas: os Cb (cúmulos-nimbos), densos e verticais, movendo-se a pouco mais de 6 mil pés (uns 2 mil metros), podiam acarretar-nos dificuldades no vôo para o mar da Galiléia. Segundo o banco de dados de Papai Noel, esses ventos do Mediterrâneo, tão freqüentes e benéficos na Palestina entre os meses de março a maio, eram imprevisíveis. Em algumas ocasiões, dependendo de múltiplos fatores, tomavam a direção sul: rumo aos montes de Judá. Em outras, escalavam as alturas do atual Líbano, saturando-se de umidade nos cumes nevados ao norte de Israel. Esta última possibilidade podia representar graves riscos para nossa missão. O módulo não havia sido desenhado para suportar as fortes turbulências que em geral acompanham os Cb: intensos ventos, granizo, fenômenos elétricos e congelamento.

– Em uma hora – simplificou Eliseu com seu habitual pragmatismo – o *rawin* verificará a direção e força dominantes dos ventos. Esperaremos. Câmbio e encerro.

Pareceu-me excelente. Os cúmulos-nimbos – melhor dito, nosso teórico encontro com eles – eram apenas uma distante contingência. A vida me ensinou a ocupar-me das coisas uma a uma e no momento próprio. E naquele instante meu único objetivo era alcançar os galileus.

Respirei aliviado. O nobre pórtico que cercava a “taça” do Enviado, também conhecida então como Piscina de Siloé, foi uma boa referência. Dali até o arco da Porta da Fonte, na muralha meridional, quase não restavam cem ou cento e cinqüenta passos.

Mas, ao dobrar a esquina sul da cisterna, alguma coisa freou minha marcha. A uns trinta metros, esfumados no claro-escuro do amanhecer, divisei o drapejar de uns mantos. Eram cinco homens. Desciam rapidamente pela ladeira escalonada que morria às portas da cidade. A primeira vista os confundi com os discípulos de Jesus. Mas não. O andar desses homens era diferente. Além disso, suas túnicas, ou *chaluks*, não estavam recolhidas na cintura. O intempestivo da hora e o fato de caminharem na mesma direção do nosso grupo fizeram-me desconfiar.

Detiveram-se sob o portão. E ali, entre os mendigos, aleijados e vadios que dormitavam sob o abrigo das grandes pedras, destacou-se um indivíduo. Parlamentaram por instantes e depois retomaram o passo. O sexto homem uniu-se ao grupo e, muito apressados, afastaram-se todos da muralha em direção ao viaduto que ia de uma margem à outra do rio Cedron. A impecável ponte – que se erguia a quarenta metros sobre o vale – constituía a cabeceira de um dos

caminhos que levavam à aldeia de Betânia, ao leste de Jerusalém.

Talvez fosse o instinto. O caso é que, ao vê-los tomar aquela rota, sentime desassossegado. Guardei distância, maldizendo minha má estrela. Aquela meia dezena de judeus ocupava a quase totalidade da calçada, obstando meu avanço. Para passar por eles – dado o vigoroso ritmo dos seus passos – teria de correr. E isso, francamente, não me pareceu sensato. Assim, resignado, fiquei na expectativa. O grupo, como eu disse, tinha algo especial. “Algo” que não encaixava. Não levavam volume algum, nem mesmo os típicos e quase obrigatórios bastões de peregrino. Sua pressa, além disso, não era normal. De quando em vez agitavam os braços – como a discutir –, apontando ora em direção aos cerros de Moab, no leste, ora para o próprio caminho.

Cruzamos com dois *felahs*, ou camponeses, vestidos com grossos capotes de lã e que tangiam um daqueles altos e galhardos asnos “mascate”, de pêlo branco-acinzentado e longas orelhas. Estava carregado de legumes e feixes de rebentos de videira. Ao aproximar-se do grupo, o *felah* que caminhava na frente reagiu de maneira peculiar. Conteve o animal, que se imobilizou, ao mesmo tempo em que, submisso e respeitoso, inclinava a cabeça à passagem dos judeus. Aquele gesto me deixou perplexo. Os indivíduos continuaram quase sem reparar nos camponeses. Mas, de repente, um deles deu meia-volta, caminhou até o *felah* que segurava o animal e perguntou-lhe alguma coisa. A claridade do novo dia começava a despontar sobre as distantes colinas do deserto de Judá. Foi então que entre as pregas do roupão do que havia retrocedido descobri certo objeto que revelou a identidade daqueles cinco. Preso ao cinto e pendendo no flanco direito aparecia um dos temidos porretes cravejados, de uso comum entre os guardas betusianos do Templo. Certamente haviam estado rondando a casa de Elias Marcos, atentos aos movimentos dos “esfarrapados galileus”, como qualificavam os adeptos do Mestre. No fundo, era lógico. A casta sacerdotal não descansaria enquanto não aniquilasse o blasfemo e incômodo movimento que havia sido encabeçado pelo rabi. Aqueles discípulos representavam ainda uma ameaça, e o mais provável era que Caifás houvesse baixado severas ordens aos levitas e espias. Mas quais seriam suas intenções? Tratava-se de simples tarefa de vigilância e informação?

Vencidos os três ou quatro primeiros estádios – dos quinze (2.885 metros) que nos separavam de Betânia –, o caminho atingiu sua cota máxima (680 metros), defletindo à esquerda na direção do nordeste. Daquele ponto, contornando sempre a base sul do monte das Oliveiras, inclinava-se suavemente para Betfagé, em uma reta de quase meio quilômetro. Ao chegar à encosta me detive. Às minhas costas retumbou o duplo toque de bronze das trombetas do Templo, anunciando a saída do sol. Os levitas não tardariam a abrir a porta

chamada de Nicanor, autorizando, assim, a entrada no Átrio dos Gentios. Em dado momento, a coisa de trezentos metros, vi o grupo dos discípulos. Sua marcha era apressada. Aparentemente ainda não haviam percebido a aproximação dos esbirros. Estes, quando os viram, aceleraram a marcha. Um distante e solitário toque de trombeta, recordando a primeira oração do dia, serviu de detonador. Excitados, a brandir suas maças, os betusianos iniciaram uma veloz corrida, no encalço dos onze. Fiquei paralisado. O vozerio dos fanáticos chegou até os discípulos, que, atônitos, se voltaram e os viram. Que poderia eu fazer? Obviamente, muito. Teria sido suficiente ativar o sistema ultrasônico da “vara de Moisés” para pôr desacordados quase todos eles. Cego de ira, avancei correndo, disposto a executar minha idéia. No meio do caminho me contive. Estivera prestes a violar a mais estrita e sagrada norma da Operação. Não, esse não era meu papel. Apesar de meus sentimentos e natural simpatia pelos galileus, tinha de manter-me neutro. E assim foi. Meus amigos, muito serenamente, atiraram ao chão suas bagagens, formando com elas uma cerrada barreira. Simão, o Zelote, Tiago de Zebedeu e Pedro colocaram-se na primeira fila e, com um sangue-frio que ainda hoje me comove, deixaram que se aproximassem. Os seis homens do sumo sacerdote, muito confiantes diante da aparente passividade de seus adversários, elevaram o tom de suas imprecações e brandiram os bastões acima da cabeça. Os últimos metros foram dramáticos. Os betusianos já se preparavam para descarregar seus porretes quando, a um grito de Simão, os onze desembainharam as espadas, que reluziram afiadas e ameaçadoras. A fulminante e sincronizada reação do grupo, com as espadas apontando para o peito dos esbirros, foi decisiva. Desconcertados, os betusianos ficaram cravados no chão. O Zelote e os seus aproveitaram aquele momento de hesitação e, como um só homem, passo a passo, avançaram para os acovardados judeus. O que aconteceu nesse instante não está muito claro em minha memória. Estúpido que fui. Atento ao choque iminente, não reparei no risco que eu mesmo corria naquela posição, às costas e a poucos metros dos esbirros do Templo e de suas maças. Lembro-me, isso sim, de um potente e furioso grito de Pedro, xingando a mãe de um tal Ben Bebay. Esse esbirro, ao que parece, era o chefe daquele punhado de betusianos e muito famoso em Jerusalém por sua triste missão entre os sacerdotes do Templo. (Segundo reza o *Yoma*, 23ª, devia açoitar os que tentassem fazer tramóia no sorteio das funções ligadas ao culto.) E em questão de segundos aqueles esbirros se desfizeram dos seus bastões e fugiram desabaladamente. No tumulto, vários deles, espantados, chocaram-se comigo, derrubando-me e pisoteando-me. Quando tentava recompor-me, o gume de uma espada na minha garganta fez-me desistir. Com o corpo moído e quase cego pela poeira, tornei-me incapaz de reagir. Senti na garganta a frieza do metal do

gladius e, por um momento, acreditei que havia chegado minha hora. É que naquele ponto eu não tinha a proteção da “pele de serpente”.

– Jasão!... És tu? Demônios!

A pressão do ferro cessou e, a duras penas, removendo a terra que me cobria o rosto, lutei para levantar-me. Alguém acudiu em meu auxílio. Quando, por fim, compreendi o que ocorrera, Simão, o Zelote, agitando sua espada, me advertiu que eu havia estado a um passo da morte e que daí em diante devia mostrar-me mais cauteloso. Tomei boa nota. Aquela infortunada situação não devia se repetir.

O grupo, todavia, afastado o perigo, alegrou-se de me haver salvo. E, orgulhosos e desenvoltos, apanharam de novo suas bagagens e reiniciaram a caminhada. Se descrevi este incidente não foi apenas para ser fiel ao que nos coube viver. Entendo que a atitude dos chamados “embaixadores do reino” – rápidos no desembainhar suas armas e repelir o ataque – é um elemento de suma importância para se compreender melhor suas idéias e impulsos. Apesar dos ensinamentos e da aparente ressurreição de Jesus, seus íntimos precisariam ainda de um prolongado processo de adaptação e maturação para se converterem nos dóceis e pacíficos apóstolos que, anos mais tarde, não hesitariam em sacrificar suas vidas em benefício da evangelização dos homens. Creio sinceramente que nestes dois mil anos os cristãos sublimaram a imagem individual e coletiva do corpo apostólico, elevando-a a uma categoria que não corresponde à realidade. Naquele tempo, como acabo de relatar, o comportamento dos galileus pautava-se por padrões mais lógicos e humanos do que os que hoje ensinam e pretendem as Igrejas. Mas haverá tempo para continuar apontando provas disso.

Os contratempos não haviam acabado. Nas proximidades de Betânia, que surgia aos nossos olhos com toda a alvura de suas casas caiadas, irrompeu o segundo problema da manhã. A fazenda de Marta e Maria era parada obrigatória no caminho. Os Zebedeu desejavam abraçar Maria, mãe do Mestre, e escoltá-la até Bet Saida. Inesperadamente, porém, do meio das figueiras e sicômoros que sombreavam a rota, um conhecido personagem saltou para o meio da estrada e nos obrigou a suspender a marcha. Surpresos, os onze olharam uns para os outros, sem saber o que fazer. E o filho dos Marcos, ofegante da corrida desde Jerusalém e ainda com os sinais da sua choradeira recente, esboçou um sorriso não muito confiante.

– Quero ver o Mestre...

A justificativa não lhe serviu de muito. André trocou algumas palavras com os demais e, convencido de que se tratava de uma nova travessura do menino, adotou a posição mais sensata. O ex-chefe dos galileus ajoelhou-se junto a ele e, acariciando-lhe os cabelos empapados de suor, tentou dissuadi-lo, fazendo-lhe

ver que sua fuga não haveria agradado seu ídolo. João Marcos, impaciente, desviou o olhar e buscou apoio nos demais discípulos. Ninguém cedeu. E o assunto ficou liquidado. O adolescente baixou a cabeça e, sapateando raivosamente, partiu como um meteoro em direção à cidade.

Antes de se porem de novo em movimento, aproveitei a ocasião para resolver minha incômoda situação. Alguns estranharam que eu me despedisse inesperadamente. Apesar de eu ser estrangeiro, a maioria demonstrava sincero apreço por aquele esgrouviado e aparentemente corajoso comerciante grego que não os havia abandonado em momentos difíceis. João e André instaram para que eu seguisse com eles até a Galiléia. A desculpa dos meus negócios em Jerusalém não foi muito convincente mas, habituados, já, a meu contraditório comportamento, não insistiram. Expliquei-lhes que “determinadas transações comerciais” me levariam em breve às cidades de Tiberíades e Cafarnaum e que essa seria uma excelente oportunidade para renovar nossa amizade e continuar demonstrando minha leal admiração por Jesus, “que” – rematei – “estava mudando meus esquemas”. Suponho que me acreditaram. Instantes depois partíamos em direções opostas. Eles, para Betânia; eu, consciência pesada, ao encontro do módulo.

Esperei que desaparecessem no meio do casario da aldeia. Não havia tempo a perder. Abandonei a solitária via principal e, como em ocasiões precedentes, iniciei a escalada do monte das Oliveiras pela estreita senda que serpenteava até o cume. O vivo escarlate daquela manhã pressagiava um dia radiante, ao menos naquela latitude. Sentime reconfortado. A operação marchava. E a iminência da nova etapa, rumo ao norte, encheu-me de força. À minha passagem, bandos de cotovias levantavam vôo, planando, inquietas, sobre as copas das oliveiras e dos azambujeiros. Tudo parecia tranquilo. Certamente eu me enganara em minhas apreciações. O Destino, imprevisível, nos reservava outra surpresa. “Algo” que nem Eliseu nem eu podíamos imaginar e que, a curto prazo, nos colocaria em situação delicada. Foi a pequena distância do cume. Ao parar para enxugar o suor e estabelecer uma conexão prévia com o “berço”, um estalido me sobressaltou. Voltei-me intrigado. O pequeno bosque de oliveiras que eu atravessava no momento continuava solitário, brilhando ao morno sol da manhã, e sua quietude somente era quebrada de quando em quando pelo vôo das madrugadoras andorinhas. Talvez me houvesse alarmado sem motivo. A ladeira oriental, até onde a vista alcançava, estava deserta. Pressionei meu ouvido direito e anunciei minha imediata aproximação do “ponto de contato”. Retomei a marcha, deixando a vereda à minha esquerda e penetrando num matagal que subia na direção norte. A pedregosa clareira em que se assentava a nave estava a mais de 300 ou 400 pés. Não pude evitar. Foi superior a mim. Conforme vencia

os abrolhos e giestas que cobriam a área, aquela sensação fez-se densa e incômoda.

Era análoga à que eu experimentara na manhã de terça-feira, quando, ocupado em resgatar os panos mortuários, perto do bosque de alfarrobeiras, acreditei que alguém se aproximava.

– Não pode ser. Quem e por que teria de espionar-me?

A racionalização não me tranqüilizou. E, girando sobre os calcanhares, lancei um segundo olhar ao meu redor. Meu coração sobressaltou-se. A uma centena de metros, na orla do olival que eu acabava de cruzar, distingui uma silhueta humana, de contornos imprecisos, entre os galhos de uma árvore. Estremeci. Abri a conexão auditiva e, acelerando o passo, avisei Eliseu da inesperada “companhia”.

– Recebido. Ativo cinturão de infravermelhos até 300 pés. Continue na escuta. Câmbio.

Procurei as “crótalos” e, nervosamente, ajustei-as aos olhos, disposto a localizar o módulo e penetrar nele sem demora. Ao contato com as lentes especiais,¹² as cores da paisagem mudaram drasticamente. O verdor do matagal e do olival transformou-se em um vermelho sanguíneo, enquanto o céu intensificava seu azul e a pedra calcária adquiria um tom cinza-claro. No centro da clareira, a uns duzentos pés, ergueu-se diante de mim a mole da nave, palpitante e sanguinolenta. A membrana exterior, submetida a uma elevada temperatura, apresentava uma larga faixa branca, no centro das paredes, enquanto a área dos motores, agora fria, se perdia em um suave e esfumado verde violáceo.

Meu irmão não demorou a confirmar minhas suspeitas. Como é sabido, qualquer corpo cuja temperatura seja superior ao zero absoluto (-273 graus centígrados) emite energia infravermelha, ou IR. Essa emissão de raios infravermelhos, invisíveis ao olho humano, é causada pelas oscilações atômicas no interior das moléculas e, portanto, estreitamente ligada à temperatura corporal. Ao entrar no raio de ação do primeiro cinturão de segurança do módulo, o intruso era detectado imediatamente.¹³

– Roger! Atenção, Jasão! Afirmativo. *Target* na tela...¹⁴

A verificação fez-me tremer. Quem seria? E que pretendia?

– Movendo-se no rumo cento e sessenta... Muito devagar. Você o tem no seu “cinco”.¹⁵ Distância do módulo: 210 pés e avançando. Você está recebendo? Câmbio.

– Escutando “5x5” – respondi arquejante. – Entendi o seu “cinco”. Câmbio.

– Roger. Ao seu “cinco”. Você distingue o “berço”? Câmbio.

– Afirmativo. Em um minuto estarei com você.

– OK. No momento em que você ingressar na nave liberarei o escudo gravitacional. Câmbio.

Esta segunda defesa, como creio já haver explicado, consistia em uma poderosa emissão de ondas gravitacionais que, partindo da membrana localizada na fuselagem, se projetava a 30 pés, envolvendo a nave. Em caso de emergência, essa semi-esfera invisível atuava como um muro de contenção. Qualquer indivíduo que tentasse atravessar o umbral se chocaria com algo similar a um “furacão”, impossível de transpor.

Com um resfolegar, a escadinha hidráulica desceu até tocar a rocha.

– Vamos, Jasão! Um pouco mais. Vejo você na tela a trinta pés.

Mas, ante a surpresa de Eliseu, em vez de introduzir-me no “berço”, girei sobre mim mesmo e me detive no limite de segurança do escudo gravitacional.

– Que é que está acontecendo, Jasão?

Não sei muito bem por que o fiz. Talvez por curiosidade. O caso é que, dando as costas à nave, procurei localizar o intruso.

– Jasão!...

A voz de Eliseu, entre suplicante e imperativa, fez-me hesitar. Aquele indivíduo, ao comprovar que eu me detinha, abandonou a atitude esquivada, surgindo na clareira a peito descoberto. E, devagar, sem deixar de observar-me, foi ganhando terreno.

– Responda, Jasão! Que diabos acontece?

– Um momento – respondi a meia-voz. – Creio que devemos identificá-lo. Está armado? Câmbio.

– Negativo. A varredura IR não detecta objeto metálico algum.

Aquilo me deu uma relativa tranquilidade. Na previsão de qualquer contingência, deslizei a mão direita para a extremidade superior da “vara de Moisés”, pronto para ativar os ultra-sons. Essas ondas, em frequência que oscilava entre os 16 mil e os 10^{10} hertz, podiam ser projetadas sobre o crânio do personagem que se aproximava e provocar-lhe uma passageira alteração do aparelho “vestibular”. Em décimos de segundo, o ouvido interno do sujeito sofria a invasão dos ultra-sons, com o “bloqueio” do conduto semicircular membranoso e a conseqüente e transitória perda da posição da cabeça e do corpo no espaço.¹⁶ Nada grave, para dizer a verdade, mas suficientemente drástico e eficaz para imobilizar o presumível agressor durante alguns minutos.

A pouco mais de trinta metros do lugar em que me achava, o indivíduo parou. As “crótalos” não me permitiam identificá-lo nitidamente. Seu rosto, nessa distância, apresentava uma tonalidade avermelhada que lhe deformava as feições. A túnica, que era branca, se apresentava azulada, e as pernas e mãos ofereciam um intenso verde-laranja. Em conseqüência do esforço, sua

temperatura corporal havia aumentado em certas áreas. E o pescoço, axilas e têmporas tinham, na visão infravermelha, um tom branco-fosco.

De súbito, alguma coisa em que eu não tinha reparado até esse momento fez-me passar do receio ao espanto. Quase teria preferido enfrentar uma fera ou um betusiano a ter de passar por semelhante prova... E meu coração, antevendo uma penosíssima situação, disparou. A criatura quase não se elevava a metro e meio do solo. Talvez menos. Era um menino! Um pressentimento me transtornou. Retirei uma das lentes e, realmente, ao normalizar-se-me a visão do olho direito, a estampa miúda de um João Marcos imóvel e tão constrangido quanto eu mesmo surgiu diante de mim, desorganizando meus esquemas. Sentime apanhado. Aquela situação, de uma especial gravidade, não havia sido prevista pelos peritos da Operação Cavalo de Tróia. Que fazer?

Eu conhecia a inteligência e a pertinácia do rapazinho. Sugerir-lhe ou ordenar-lhe que desse meia-volta e se afastasse teria sido tão inútil quanto contraproducente. Não dispunha de muitas opções. Claro que não pus em dúvida suas boas intenções. Talvez aquela inoportuna atitude não passasse de mais uma de suas diabruras infantis ou a necessidade de consolo. Repeli a idéia de que estivesse a par de minhas entradas e saídas da nave. Seria impossível. Seu comportamento para comigo teria sido radicalmente diferente. Além disso, os sistemas de localização do módulo o teriam descoberto.

Fiz um enorme esforço em busca de uma solução. Mas qual? Que explicação poderia eu dar-lhe?

Consumidos aqueles segundos de mútua e tensa observação, João Marcos reagiu. Ergueu o braço esquerdo em sinal de saudação, e, pronto para reunir-se com seu velho amigo, continuou a andar em minha direção. Impotente, deixei-me levar pelo instinto. Ergui o cajado e, ao mesmo tempo que proferia um potente grito, intimei-o a parar. O brusco gesto, a severidade das minhas feições e o imperativo tom de voz surtiram efeito. O rapaz, sem nada compreender, obedeceu. Depois, assustado, examinou tudo ao redor, procurando localizar algum visível perigo. Nada vendo, ergueu a vista para mim e encolheu os ombros. Evidentemente não compreendia meu estranho comportamento, nem eu estava disposto a entrar em detalhes. Pressionei meu ouvido direito e, resolvido a atalhar a questão, transmiti a Eliseu a ordem de acionar o motor principal e ficar alerta para uma decolagem de emergência. Meu irmão, eficiente como de costume, não fez perguntas. Sabia que alguma coisa de grave e singular me ocorria. Assim, segundos depois de fechada a conexão auditiva, o fino sibilar dos silenciadores do J85 irrompeu na clareira, multiplicando a surpresa de João Marcos. Aterrado, retrocedeu alguns passos, movendo a cabeça em todas as direções, em um frenético esforço para localizar e identificar o agudo e, para ele,

misterioso som que dominou o cume e provocou a debandada de pássaros e insetos. Hábil e oportunamente, Eliseu cobriu minha retirada, estreando outra das medidas de segurança incorporadas à nave: das quatro arestas superiores da nave brotaram jorros de “fumaça”.¹⁷ Uma “fumaça” branca e espessa que, nascendo aparentemente do nada (não esqueçamos que a camuflagem infravermelha tornava invisível o módulo), foi esparramando-se, lenta e compacta, pelas rochas amarelentas e transformando-se, em segundos, em mágica e gigantesca “nuvem” cúbica. Então sucedeu o inevitável. O adolescente, transtornado, tomando a névoa por uma visão celestial, prostou-se em terra, ocultando o rosto no chão. Foi uma situação especialmente dolorosa. Eu desejaria tranquilizá-lo e esclarecer a verdade. Mas, impotente, permaneci mudo. O “mal” estava feito. Quem sabe mais adiante, supondo que voltássemos a ver-nos, eu tivesse ocasião de desfazer o equívoco, reduzindo a importância do que ele acabava de ouvir e ver. Não sem propósito, entre meus “atributos”, figurava o de “mago” e “adivinho”...

Aproveitando sua confusão, dei meia-volta, penetrei na providencial cortina de fumaça e entrei na nave.

Aturdido, com uma amarga sensação no mais fundo de minha alma, desfiz-me da *chlamys* e, sem perder um segundo, fui ocupar meu lugar diante do painel de comando. Eliseu, atento aos instrumentos e ao monitor, no qual continuava presente o eco do jovem João Marcos, fez menção de ativar o cinturão gravitacional. Mas, como o rapaz permanecesse imóvel, sugeri que prescindíssemos do segundo escudo. O silvo do motor e a espessa camuflagem eram mais do que o suficiente.

E às 8h16 – quase uma hora antes do previsto – a nave decolou do cume do monte das Oliveiras.

O plano de vôo, minuciosamente estudado, foi readaptado por meu irmão nos últimos e críticos momentos, para anular o programa inicial do computador central no que se referia ao momento da decolagem. Esta, aliás, em face das circunstâncias, foi inteiramente manual, ficando a ligação automática com Papai Noel para ser restabelecida a partir do estacionário.

– Subindo... Roger!...

Enquanto Eliseu fazia a manobra de subida, revisei e passei a ler o painel de instrumentos.

– Temperatura dos foguetes, OK... Regulagem da plataforma de inércia sem variação... Ligeira vibração... Indicações de velocidade...

– OK. Dê-me a medição do consumo.

– Queimando segundo a estimativa... Leio 5,2 quilos por segundo...

- Roger, Jásão! Subindo a 30 por segundo... 400 pés e subindo...
- OK... A 400 para o estacionário.
- Combustível?
- A 13 segundos da decolagem leio 67,6 quilos...
- Entendi 67,6...
- Afirmativo. Estamos a 97,6%.
- ... 500... 550... Tempo para estacionário?
- A 600 pés, seis segundos e sete décimos.
- Preparados foguetes auxiliares...
- Roger... 700 pés e subindo a 1 por segundo.

Os sistemas – obedientes e precisos – elevaram o “berço” até o nível de estacionário.

- 800 pés! Freando... não tenho “bandeiras”.¹⁸
- Combustível e tempo?
- Leio 138,3 quilos. Estamos a 97,2%. Tempo de ascensão ao nível 8:26 segundos e 6 décimos.

- Entendi 26.
- Afirmativo.

– Roger. Passo ao automático. – Eliseu digitou o terminal do computador central, restabelecendo o programa direto. A partir desse instante, nosso eficiente Papai Noel se encarregou do resto da viagem. – Amigo, é todo seu...

- OK. Retificando a radial 75.

A nave girou para o nordeste, ao encontro do ponto J: Jericó. O plano de vôo compreendia as seguintes fases: consumada a decolagem e estabilizado no nível 8, o “berço” se dirigiria ao ponto J, situado a 14 milhas (23 quilômetros). Dali, com uma ligeira mudança de rumo, deveríamos situar-nos na vertical do rio Jordão (ponto J2), a 5 milhas (9 quilômetros) de J. Em uma terceira etapa, o módulo giraria a radial 330, cobrindo as 42 milhas que separavam 32 da cidade helenizada de Scythopolis (ponto S). Em um quarto movimento, passaríamos ao rumo 360, à busca do extremo sul do mar de Tiberíades, com um total de 15 milhas (27 quilômetros). Por último, cruzando o lago de sul a noroeste (radial 320), desceríamos na “base-mãe” 2, ao noroeste de Cafarnaum. No total, 90 milhas ou um pouco mais de 166 quilômetros.

- Faço a leitura de WX.¹⁹
- Roger. Alcançando os 18 mil pés por minuto (400 quilômetros por hora). Papai Noel estima chegada ao ponto OJ em 3 minutos e 4 segundos.

– OK... Três minutos... WX ilimitada... Parece que estamos com sorte. Nem rastro dos Cb. Vento 350. Inócuo ao nível 8. Temperatura: 10 graus.

- Consulte os altímetros “gravitacionais”.²⁰

– 3.200 pés.

Ainda que o módulo conservasse seu nível de cruzeiro (800 pés sobre a cota máxima do monte das Oliveiras, vale dizer, 3.020 pés), o gradual e acentuado declive do terreno foi aumentando essa altitude inicial. De acordo com nossos cálculos, na vertical do oásis de Jericó (ponto J), nossa posição ficaria fixada em 3.770 pés (1.256 metros). (Convém lembrar que a milenária cidade de Jericó encontrava-se a 250 metros abaixo do nível do mar.) Aquilo nos proporcionava uma ampla margem de segurança.

– Atenção! Ponto OJ no radar... Tempo estimado: 90 segundos.

Meu companheiro continuou atento à iminente correção de rumo. Embaixo, banhado de sol, o cenário amarelo do deserto de Judá estendia-se rombudo e solitário e se precipitava em infinitas lombadas até a fossa de Gor.²¹ A luz oblíqua sombreava dezenas de correntes e gargantas que abriam caminho para a profunda depressão do mar Morto com um áspero caudal de seixos avermelhados. A feroz luminosidade daquela paragem baldia – não obstante ocre e cinzenta – não tardaria a despertar. O sol elevava-se majestoso sobre as colinas de Moab, a sudeste, transformando os 67 quilômetros do lago “salgado” em uma fulgurante lâmina de chumbo, engastada, quase encurralada, entre rochas nuas e desafiantes.

– 50 segundos. Nível 35 (3.500 pés) e aumentando.

Às 8 horas, 19 minutos, 30 segundos e 6 décimos, Papai Noel modificou a posição do eixo cardã e o J85, suave, quase imperceptivelmente, girou um grau, projetando o “berço” para a radial 76. (O módulo havia sido programado para utilizar dois sistemas de navegação e direção: o inercial e o denominado de orientação óptica. O primeiro tipo, fundado em uma plataforma orientável situada em posição constante quaisquer que fossem os giros da nave, graças a três giroscópios. Tanto as estrelas quanto o horizonte podiam servir como referências. Três dispositivos sensíveis à aceleração mediam todas as mudanças de posição. Esses parâmetros eram transferidos ao computador central, que, após compará-los com os correspondentes aos da trajetória de vôo programada, efetuava as oportunas correções. Qualquer desvio desencadeava um impulso elétrico que disparava os propulsores de controle, com o objetivo de modificar o rumo. (Como sucedera na decolagem de emergência no cume do monte das Oliveiras, podíamos desconectar o sistema de direção automático e manobrar manualmente.)

– Roger. Luz de contato. Verificação da radial?

– OK. Derivando a 76. Adiante... Oscilação nula.

– Tempo a J2?

– 63 segundos.

- OK. Dê-me combustível.
- Fantástico!
- Estamos a 93,2%.

A exclamação de Eliseu estava plenamente justificada. De súbito, a vintena de quilômetros de terra calcária sedenta e rachada do deserto de Judá se havia transformado em um vasto vergel. O oásis de Jericó! Arborizado, com duas mil tonalidades de verde. Manchado aqui e ali por bosquezinhos de tamareiras, pintalgado por milhares de flores vermelhas e brancas. Toda uma luxuriante flora, bem regada por límpidos mananciais que emergiam entre álamos, roseirais, sinuosas muralhas de papiros e, dominando aquela incrível e imensa bênção, a “rainha” do oásis: a palmeira. A famosa *phoinikon* já cantada por Tácito, Josefo e Plínio, o Velho. Meu irmão e eu permanecemos mudos. Deus meu!, que indescritível beleza!

O radar, com sua frieza, foi mais eloqüente do que nossas pobres palavras: o palmeiral por si só ocupava uma extensão de 12 quilômetros e 950 metros de comprimento por outros 3 quilômetros e 700 metros de largura. E entre as gráceis e esbeltas palmeiras, um mundo de choças, culturas de irrigação, árvores frutíferas e os disputados arbustos de bálsamo. No horizonte, serpenteando entre a verde espessura, as águas escuras e plácidas do rio bíblico por excelência: o Jordão. Ao vê-lo correr entre meandros erçados de canaviais e de amieiros de madeira branca, uma intensa emoção se sobrepôs por um momento à rígida disciplina de vôo. Ali, em alguma parte daquelas terrosas águas, João havia batizado Jesus de Nazaré.

E subitamente recordei a promessa feita a Eliseu. Como já narrei em páginas precedentes, na jornada de sexta-feira, 14 de abril deste ano 30, depois de constatar o “mal” que nos afligia e de conhecer o exíguo tempo de vida de que dispúnhamos, meu entusiasta companheiro propôs uma desajuizada e tentadora sugestão: Por que não desafiar o Destino? Por que não forçar a operação e “acompanhar” o Mestre ao longo de toda a sua “vida pública”? Aquela noite prometi-lhe refletir sobre a proposta e dar-lhe uma justa e completa resposta antes da nossa transferência para a Galiléia. Mas as circunstâncias que envolveram nossa partida do alto do monte das Oliveiras nos fizeram esquecer o assunto. Esquecê-lo, está claro, temporariamente. Ao contrário da minha, a memória de Eliseu continuava sendo esplêndida. E, inexplicavelmente, ainda que minha decisão já houvesse sido tomada, mantive-me em silêncio.

– Aí a tem você! – exclamou Eliseu, apontando para a terra com o dedo indicador esquerdo. – Ao seu “nove”...

– Jericó! A cidade mais antiga do mundo.

A pouco mais de onze quilômetros ao oeste do Jordão, a milenária cidadela

– com seus quase dez mil anos de existência –, despertada para o novo dia, banhada em cal, tortuosa, com suas casas cúbicas apinhadas no interior de uma muralha de 50 pés de altura, ocre e escarlate sob o sol nascente. Ocupava uma planície ovalada de quase dez estádios de diâmetro, serena e magistralmente assentada entre colinas escalonadas, que, como descrevia Estrabão, se assemelhavam aos degraus de um ciclópico anfiteatro. A sudoeste, um profundo *wadi*, o célebre álveo de Qelt, igualmente frondoso e ladeado por escuros e vigilantes ciprestes (talvez da mesma espécie que os empregados por Salomão para pavimentar o Templo), constituía o caminho natural para Jerusalém. Em ambos os lados do *wadi*, a apenas um quilômetro das portas da cidade, erguia-se um deslumbrante edifício, com terraços ladrilhados, fontes, jardins e um completo labirinto de altas colunatas brancas e vermelhas. Sem dúvida devia tratar-se do luxuoso palácio de inverno de Herodes, o Grande, com suas salas de banho,²² seus *caldarium* (aposentos “aquecidos”), *tepidaria* (salas “temperadas”), salões de recepção, estrebarias e uma piscina de águas esverdeadas de quase 30 metros de comprimento.

A observação, necessariamente exígua e apressada, não nos permitiu captar demasiados detalhes. A uns 250 metros a oeste dessa dupla e airosa construção de mármore branco erguia-se outro palacete, que, segundo nossas informações, podia ser a velha residência asmonéia. E na entrada do *wadi*, empinada sobre uma colina, a torre-fortaleza de Cypros, construída por Herodes, o “criado idumeu”, em honra de sua mãe e como baluarte de proteção à rota para Jerusalém. Diversamente do que ocorre no século XX, naquele tempo (ano 30) o oásis havia conquistado boa parte dos contrafortes do deserto de Judá. A cidade do vale inferior do Jordão, a mil metros abaixo das colinas que rodeiam Jerusalém, podia sentir-se orgulhosa. O verde e próspero “oceano” vegetal sobre o qual se assentava atraía centenas de comerciantes e ricos proprietários da Judéia que, como o rei Herodes, mostravam-se envaidecidos de possuir uma propriedade de recreio no suave e inalterável clima do oásis.

– Prevenidos – anunciou Eliseu, atento às leituras do computador. – Ponto J2 na tela.

Sobre a vertical do rio Jordão – no cruzamento com o *wadi* Nimri –, Papai Noel modificou a radial, passando a 330.

– Roger. Verifique *pegeons*.²³

– Roger... Derivação correta. Voando no rumo previsto: noroeste, e mantendo nível 37.

– Tempo estimado para o ponto S?

– Leio 11 minutos e 6 segundos.

– OK. Repita *pegeons*.

– 42 e 330. – Estávamos a 42 milhas do ponto S.

– Como vamos de WX?

Fiz a leitura e os dados não me agradaram.

– A frente tormentosa (linha de forte aguaceiro com ventos e trovões) continua avançando. Leio base média abaixo de 2.500 pés. O laser varre uma ampla frente, ao norte, com lóbulos frontais a 72 milhas...²⁴

– Entendi 72...

– OK. Justamente na costa norte do lago. Vento na base dos Cb... 360 e 25.²⁵

– Meu Deus!...

Olhei para Eliseu de soslaio. Ambos sabíamos o que podia representar o encontro, sobre o mar de Tiberíades, com aquelas nuvens de movimentação vertical e ventos de 50 nós. Mas, sem mais comentários, relegamos o inquietante problema. Ainda tínhamos muitos minutos para o temido atrito com o paredão de cúmulos-nimbos.

– Roger, Jasão. Tomaremos decisão no ponto S.

A idéia me pareceu prudente. O módulo – permanentemente camuflado pela radiação IR – movia-se velozmente, a 18 mil pés por minuto, em um teórico sobrevôo do rio Jordão. Na realidade, a corrente ocre do rio – oculta quase sempre por uma selva impenetrável que desafiava o deserto em ambas as margens – era uma simples referência posicional. Digamos que uma via natural, cômoda e direta, que deveria conduzir-nos ao objetivo final: o Kennereth ou mar da Galiléia. Desde o primeiro momento chamou-me a atenção a selvagem fecundidade dos bosques e da cúpula vegetal que crescia ao amparo e à custa do Jordão. Hoje, em “nosso tempo”, não resta nem vestígio de semelhante *jungle*, que, aliás, não devia ser muito recomendável para os peregrinos e caravanas. De fato, o poeirento caminho que, partindo de Jericó, subia, paralelamente ao rio, para as povoações de Arquelaus, na Samaria, e Scythopolis, na Decápolis, raramente se aproximava da floresta. Sua distância do Jordão oscilava entre uma e seis milhas. Embora o programa do Cavalo de Tróia houvesse estabelecido uma série de obrigatórias filmagens e tomadas fotográficas infravermelhas, a partir da radial 320, no limite sul do lago, meu irmão mostrou-se de acordo quando, à altitude de 3.700 pés (1.233 metros), sugeri que talvez fosse interessante aproveitar a ocasião para uma “varredura” fotográfica de alguns trechos do rio. Meses depois, quando os especialistas examinaram a valiosa coleção de imagens aéreas infravermelhas, sua surpresa foi extraordinária. Os filmes Kodak “aerochrome infrared 2.443 (base estar)” e “infrared 3.443 (base estar fina)”, de 70 milímetros, captaram uma prodigiosa flora e fauna que, dois mil anos mais tarde, só perduram na memória dos textos bíblicos. Uma folhagem verde, sã, exuberante – quase me atreveria a dizer “amazônica” – aparecia nas

cores vermelho-violeta, vermelho-escura, vermelho-parda e amarelo. Como também as acácias e açoefifas silvestres – exemplares raros e praticamente ignorados –, carriço “de escova”, pujantes macieiras de Sodoma e milhões de juncos odoríferos, tão apreciados na preparação do óleo santo. Essas técnicas infravermelhas revelaram a presença, na fechada selva do Jordão, de felinos e bestas a que fazem alusão certos escritos bíblicos e que, em pleno século XX, nos parecem fantásticos e nacrônicos. Pois bem, Pedro, em sua *Epístola* (I, V. 8), ao evocar o rugido do leão, não usava parábola. Realmente, há dois mil anos, aquela selva tropical era um território dominado por leões, leopardos, lince, crocodilos, raposas e até mesmo hipopótamos. (Com certeza, o *behemoth* e o *leviatã* que a Bíblia menciona.)

Aos cinco minutos desta terceira etapa do vôo, no centro da “espinha dorsal” formada pelas “terras altas”, a pouco mais de 24 quilômetros para o oeste, surgiram diante de nós os cumes de Garizim e Ebal, em plena Samaria. De um verde-azulado pela distância e fazendo duro contraste com o amarelo-avermelhado do deserto. E, para o leste, a não menos sedenta região da Peréia – o Abasim ou “montes opostos” –, onde o altiplano aparece quebrado por mesetas abruptas e nevoentas, cruzadas por caravanas que vão para ou vêm de Damasco. Mas nossas observações ver-se-iam bruscamente interrompidas.

Foi o primeiro sinal do que nos aguardava. Sobrevoávamos a embocadura do Yabboq no Jordão, às “3” da nossa posição. Lembro-me de que me preparava para comentar com Eliseu a célebre história de Jacó lutando em um dos vãos daquele afluente com o misterioso “anjo” que lhe trocaria o nome pelo de “Israel”, quando, na cabina do módulo, soou um dos alarmes. Papai Noel, por meio dos sensores externos, detectara um brusco aumento da velocidade do vento.

– Roger. 12 alarme. Dê-me *pegeons*.

Meu irmão apagou a luz alaranjada do “*panel panic*”, esperando minha informação.

– O celiômetro e os *sferic*²⁶ assinalavam ventos de 15 nós a nível 37... Rumo norte. Não há dúvida: a frente está em cima de nós.

– Dê-me potência.

– Queimando a 4 por segundo.

– OK. Tempo estimado para o ponto S? Leio 6 minutos e 6 segundos.

– Roger. Sincronizando a 5 quilos. Creio que será o bastante.

O “berço” experimentou uma pequena sacudida. Eliseu não se enganava. O aumento de potência – a cinco quilos por segundo – equilibrou por momentos a velocidade. Mas que sucederia ao nos aproximarmos do lago? O computador

central parecia “ler” meus pensamentos. Quando me preparava para ativar o radar meteorológico, o TGT ALRT²⁷ provocou um segundo alerta acústico e luminoso. Na tela, a 65 milhas, surgiu uma grande mancha verde, amarela e vermelha. Esta última, especialmente, de nível 3, representava séria perturbação meteorológica. Digitei o FRZ, retendo a imagem de frente e pedindo ao computador um máximo de informação. Aberta 120 graus, a antena não tardou a explorar a tormenta. Então, por meio de outro dos pulsadores – o CYC –, as células mais ativas da tempestade passaram a brilhar em vermelho. Olhamo-nos silenciosamente.

– Roger – murmurou meu companheiro, esperando o pior. – Que diz Papai Noel?

Resumi os parâmetros.

– Zona crítica a 65 milhas. O radar não capta o tipo de turbulência...

Nem era preciso. Aquela inoportuna linha de borrasca podia conter de tudo: desde granizo até forte carga elétrica.

– ... Rawin e celiômetro confirmam leituras anteriores: corrente em jorro subtropical e isotácticas... Mau negócio! Aparentemente, deve ter uma largura de 300 quilômetros. Força do vento no centro: oscilando de 80 a 150 nós. Na tropopausa, forte cisalhamento vertical.²⁸

– Nível?

– Leia 400 (40 mil pés).

– Entendi 400.

– Afirmativo. Cisalhamento horizontal à esquerda do eixo e superior à da direita do jorro... Teto dos Cb a 360 (36 mil pés). Sem variação.

– Alguma alteração no nível da base?

– Negativo. Mantendo em 2.200 pés.

Eliseu aguardou a última leitura. Sem dúvida crucial no momento de tomar decisões.

– Ventos de componente norte na base. Força 25. Empalidecemos ao mesmo tempo.

– Repita...

– 360/25.

Durante alguns segundos, cada qual mergulhou em seus próprios pensamentos. Imagino que em uma única e comum interrogação: como vencer aquela perigosa muralha? As nuvens, de movimentação vertical, varriam o centro do mar de Tiberíades, com ventos de base de cinquenta quilômetros por hora. Se mantivéssemos o mesmo nível de vôo (3.700 pés), penetraríamos em cheio na linha da tormenta. Se acontecesse, poderíamos baixar de nível, aumentando assim a margem de segurança. Apesar disso, “piratear” a tormenta

pela sua zona inferior não eliminava os riscos.

- ... Roger. A 6 segundos para o ponto S.
- OK. Dê-me combustível.
- De J2 leio 3.030 quilos. Estamos a 73,2%.
- Resistência parasitária em OK. Vento 360° e aumentando a 17 nós.
- Dê-me indicador de velocidade.
- Mantida em 18 mil...
- Este maldito vento...

O “berço” continuava vibrando e cabeceando. Aquele “caixão” voador, com suas escassas – para não dizer nulas – formas aerodinâmicas, não havia sido concebido para enfrentar turbulências como as que prevíamos. Examinamos a possibilidade de contornar os cúmulos-nimbos, mas – fatalidade – o radar meteorológico fez-nos desistir: em cada uma de suas catorze varreduras por minuto, a “muralha” se refletia em uma área de 60° a cada lado do eixo longitudinal da nave. O combustível e o tempo que seriam necessários para tentar a aproximação da “base-mãe 2”, pelo leste ou pelo oeste, tornavam a manobra proibitiva. Quanto a sobrevoar a formação de nuvens, elevando-nos a 36 mil pés, isso nem sequer foi objeto de cogitação. À razão de 5,2 kg por segundo, o “berço” teria necessitado de mais de 62 toneladas de propelente para se emparelhar com o teto dos Cb. (Nossa carga total disponível, no momento da decolagem na meseta da Massada, era de 16.400 quilos.) Só restavam duas alternativas: aterrissar e deixar passar a tempestade ou arriscar, navegando por baixo dela.

Absortos no instrumental, quase não reparamos na branca e quadriculada cidade de Scythopolis, a seis quilômetros ao oeste do Jordão. Papai Noel modificou o rumo, passando à radial 360. O tempo estimado ao ponto L (à margem sul do lago) era de 3 minutos e 15 segundos.

- Agarre-se! Isto começa a complicar-se.

Às 8h34 – faltando 40 segundos para atingirmos o ponto L –, as oscilações do “berço” aumentaram. O vento, em rajadas e cambiante, fazia saltar e alterar continuamente os parâmetros do computador central, no seu esforço por equilibrar a potência do L 85. Se a nave se desgovernasse, nossa situação e a sorte de toda a operação podiam ficar seriamente comprometidas.

- Roger. Modificação a 320. Atenção, Jasão! Um último esforço! “Base-mãe 2” a 12,5 milhas.

Papai Noel orientou o motor principal para o noroeste. E a nave acusou aqueles 40 graus. O vento golpeou forte a estibordo, fazendo soar, pela primeira vez, os avisos de desorientação.

– Alt! (Altitude)... Alt a 35! Maldição! Descendo a 20 por segundo. Correção! Correção! *Stall!*

O sistema automático reagiu prontamente, elevando a potência a 5,2 quilos por segundo.

– Reduzindo inclinação... 40 graus... 30... Bem! Dê-me DG 1 (indicador de giroscópio direcional).

– Estabilizado.

– W/D... Jasão, dê-me W/D! (direção do vento)

– Continua em 360 graus. Força, 17.

A nave reduziu o cabeceio.

– Combustível.

– No ponto L, 156 quilos. Estamos a 68,7%.

– OK. Mantendo no nível 35 (3.500 pés).

Sem nos darmos conta, havíamos penetrado no espaço aéreo do mar de Tiberíades. O radar meteorológico continuava brilhando em vermelho. Aqueles malditos Cb alcançavam uma profundidade aproximada de 35 quilômetros.

– 5 milhas para a zona crítica.

Os cúmulos-nimbos estavam à vista. Observados por baixo, apresentavam-se negros e altos como montanhas, com a típica forma de bigorna em sua zona superior. Sobrevoavam o lago, estendendo-se a muitas milhas para o leste e o oeste. No interior da nuvem, ameaçadoras, serpenteavam esporádicas descargas elétricas.

– Você está recebendo a intensidade de turbulência?

– Roger. Muito forte na borda dianteira e aumentando de baixo para cima. Papai Noel estima o nível em 0 grau e 4.500 pés.²⁹

– Gradiente de potencial elétrico?

– Superior a um milhão de volts por metro. Campo eletromagnético nos Cb entre 50 e 500.

– Preparado cinturão antiabrasão.³⁰

– OK. CP (ponto crítico) a três milhas. Vento em 360° e aumentando para 20.

Sob o “berço”, as águas do lago, plúmbeas e encrespadas, fortemente agitadas, branqueavam a costa ocidental. Eliseu, precavido, tomou o controle manual, pronto para desconectar o sistema diretor.

– Aí vem! Altímetros, altímetros!

– 35...

– Temperatura dos foguetes...

– Sem variação... Que Deus nos ajude!

A nave penetrou no grande lóbulo central dos Cb. Uma forte sacudida fez

estremecer a estrutura, ao mesmo tempo que a chuva, intensa e em rajadas, deixava-nos às cegas. A turbulência fez saltar os altímetros “gravitacionais”, provocando bruscos giros na plataforma giroscópica.

- Inclinação!... 30 graus! Retifique!
- Aumentar potencial!... Nível a 30! Desgovernada! Desgovernada!
- Desconectar!

Meu irmão, desdobrando-se, anulou o sistema automático, puxando com força a alavanca. As ALT (barras de ordens que fornecem a guia vertical) continuavam enlouquecidas.

- Aumentar potência!
- Foguetes no limite!... Queimando a 7 por segundo! Já se levanta! Vamos, vamos!...

O “berço” recuperou em 15 graus sua perda horizontalidade. Mas a força do vento, ora vertical, ora horizontal, continuava alterando a altitude, e com isso deslocando o rumo da nave.

- Assim! Assim!... Mantenha-o em 30!

Mas os alarmes continuaram soando ou luzindo. Desta vez foram os anemômetros periféricos.

- Deus!... Cisalhamento vertical!... 40 nós!... Nível! Nível!
- Desgovernada!... *Stall!*...

Havíamos entrado no raio de ação de um fortíssimo vento vertical que se precipitava a partir dos Cb para o solo, com um temido efeito de remoinho sobre a nave. E o “berço”, entre sacolejos, desabou como um cubo.

- *Stall!*...

– 3 mil!... 2.800! 2.500!... Luzes, luzes!... Descendo! Perigo!... Oh, Deus! Luzes de sobrecarga na estrutura!... 2.200 pés!

Eliseu acionou a alavanca, formando o ângulo de giro de J85. Mas o balanceio continuou, e sensivelmente acentuado pelos golpes da água arrastada pelo cisalhamento.

- Correção do arqueamento!
- Vou tentar! 60 graus!... 55!... Vamos, vamos!...
- Nível 20!... Alerta! Luzes de descida em pressão de azeite! Mantenha-o! Mantenha-o!

- Meu Deus! Jasão, reduza o ângulo de arqueamento! Conecte auxiliares!

Os pequenos motores, sob o controle do Papai Noel, entraram em ação, estabilizando a nave.

- Roger! Sob controle!... Dê-me seção do cisalhamento!
- Uma milha... SODAR localiza dissipação a 450 pés.³¹
- Roger. Não temos escolha. Aí vamos! Ative o cinturão antiabrasão!

A membrana exterior abriu o “escudo”, criando um poderoso fluxo de elétrons em torno da nave. E um redemoinho de um escarlate amarelado envolveu o “berço”. Água e vento chocaram-se contra a invisível “parede”, mantendo-se a pouco mais de um metro da fuselagem. Isso aliviou as fortes tensões que a estrutura vinha suportando. E o J85 reduziu sua potência.

Meu irmão, tão pálido quanto eu, sem perder de vista o variômetro, inclinou o módulo, em busca do nível de dissipação do cisalhamento.

– Queimando a 5,2... Dê-me nível.

– 1.800 pés... 1.600... 35 graus.

– *Pegeons*.

– 330... Correção 10 graus!

– OK. Para baixo a 23 por segundo!... Rumo 320. Estabilizado!

– Continua descendo. 1.200 pés... mil pés... Parece que afrouxa! Vento?

– Em 360° e a 10.

– Nível 800 pés... Um pouco mais!... 700 pés... Para baixo a 15. Freando!

Para baixo a 10... Nível!

– 6.600 pés... a 8. Zona de dissipação! Agora!

Eliseu estabilizou o módulo em velocidade horizontal. O cisalhamento havia perdido sua força.

– Fora antiabrasão!

– Roger...

A luminosidade escarlate desapareceu e a chuva, mais leve, envolveu de novo o “berço”. Abaixo, a 200 metros, o lago se agitava à passagem dos Cb. Por um instante meditei sobre o ocorrido. Nossa temeridade poderia haver-nos custado muito caro. Sem o escudo de elétrons, talvez a nave houvesse entrado em *stall* de alta velocidade, precipitando-se no mar de Tiberíades. E ali conheceria seu fim a Operação Cavalo de Tróia. Certamente, nem meu irmão nem eu fizemos comentário algum. Nesse momento, só o que importava era ganhar a costa norte e descer. A tormenta, agora por cima do módulo, corria velozmente para o sul. A navegação fez-se suave, mas ainda não podíamos confiar inteiramente.

– Verificar a rota.

– Em 320. Tempo estimado para a “base-mãe 2”... leio 45 segundos.

Eliseu recuperou o plano diretor.

– Linha da costa no radar. Verifique coordenadas.

– Roger. “Base-mãe 2” em 32°52’7 (latitude norte) e 35°30’2 (longitude leste).

– OK. Elevando a 35 graus... 25 segundos... Nível estabilizado em 900 pés. Reduzindo a 15 pés por segundo. Reduzindo a 9...

A equipe do Cavalo de Tróia havia previsto o novo “ponto de contato” em um suave promontório que se eleva ao noroeste do mar de Tiberíades e cuja cota máxima coincide praticamente com o nível do Mediterrâneo. As referências evangélicas identificam essa colina com o célebre monte “das Bem-Aventuranças”. Na opinião dos geólogos, era mais do que provável que o perfil orográfico do promontório não houvesse experimentado mudanças sensíveis naqueles dois mil anos. Todavia, dada a dificuldade de verificá-lo, os diretores da Operação haviam depositado em nossas mãos a decisão final com respeito à zona de descida. Resumindo: antes de proceder à aterrissagem era necessário um cuidadoso reconhecimento do terreno.

– Roger. “Base-mãe 2” à vista. Que diz Papai Noel?

O módulo sobrevoou terra firme e os sistemas de rastreamento, em conjugação com um aperfeiçoado CLC-3D, apresentou no monitor algumas das mais destacadas características da colina.

– Cota máxima a 600 pés sobre o nível do lago. Rampa sul de 1.600 pés, em declive de 40 graus. Sólida formação de calcário com abundante fluxo basáltico em ladeiras a oeste e a sudeste e uma série de espaços vazios perfeitamente delimitados (sem dúvida, de origem artificial) no subsolo da frente leste.

As radiações IR não denunciaram presença humana alguma em todo o promontório. E não será preciso dizer que aquelas “covas” ou “galerias” nos deixaram muito intrigados.

– O radar assinala uma dupla formação rochosa, plana, na encosta sul. Cota 100. Distância do lago: 400 pés. Configuração calcária. Leio 30 e 9 pés de diâmetro, respectivamente. A primeira pode servir. Ligeira inclinação do baixio para o oeste: 10 graus.

– OK. Compreendido. Pronto.

– Altitude 900. Vamos lá. 21 para baixo... 35 graus... 600 pés. Para baixo a 19.

O berço iniciou a descida, no rumo de uma das brancas e pétreas “manchas”.

– Roger... 1,5 para baixo... 19 adiante. Atenção! 11 adiante! No chão em 1 minuto. Vento?

– Leio 5 nós e mantendo direção: 360 graus.

– Roger. 1,5 para baixo 19 adiante. Atenção! 11 adiante... Luzes altitude! 3,5 abaixo 200 pés... Já é nossa!... 4,5 abaixo... 160 pés e abaixo a metade... Adiante! já!... 40 pés... abaixo 2,5... Poeira! Recolhemos poeira! 4 adiante, derivando à direita. E isso! Luz de contato! Luz de contato! Santo Deus, obrigado!

A nave tocou o solo bruscamente. E Papai Noel automaticamente corrigiu os 10 graus de desnível, equilibrando as seções telescópicas do trem de aterrissagem.

Eliseu desconectou os circuitos e ativou a ventilação do oxidante.

– Pronto cinturão infravermelho a 150 pés.

– Roger. Ancorados na “base-mãe 2”. Algum *target* na tela?

Meu irmão executou sucessivas varreduras.

– Negativo. Parece que tudo está tranqüilo aí fora.

– “Bandeiras”?

– Negativo. Tudo de primeira classe... Você fez um bom trabalho.

Eliseu sorriu zombeteiramente. E, apontando para minha insólita indumentária de piloto, replicou:

– Para um comerciante de vinhos e madeiras da Tessalônica você também não foi mal de todo...

A piada relaxou o carregado e tenso clima da cabina. O pior, em princípio, havia passado. Os cronômetros marcavam as 89 horas, 47 minutos, 57 segundos e 6 décimos. Isso significa que havíamos investido 10 minutos mais do que o previsto no plano de vôo. Uma vez mais me equivoquei. Apesar de havermos vencido o temporal, nossa situação não era ótima como presumíamos. Ao checarmos os sistemas, uma das rotineiras comprovações deixou-nos perplexos. O combustível queimado nas últimas vinte e sete milhas e meia (do ponto S à “base-mãe 2”) era muito superior ao fixado pelos especialistas da Operação. Em lugar dos 1.482 quilos previstos, o módulo – em consequência das fortes acelerações – havia consumido 2.992 quilos.

Submetemos o problema ao computador central. Os cálculos estavam corretos. Papai Noel havia sido “carregado” com minuciosa exatidão. Não havia possibilidade de erro. Estávamos a 59,6% do combustível. Sem perder a calma, repetimos e verificamos os cálculos várias vezes. O problema surgia sempre na última etapa. Somente naquelas 12,5 milhas finais o “berço” havia consumido 9,1% dos 16.400 quilos iniciais.

Visivelmente desalentado, meu irmão voltou a cabeça e ficou a contemplar a chuva que escorria na escotilha de bombordo. Compreendi seu desgosto. Não era a viagem de retorno à meseta da Massada que o intranqüilizava. A reserva de combustível – embora exígua – permitia-nos empreender o vôo e alcançar nosso objetivo. (Em realidade, dispúnhamos de 9.774,4 quilos, além de mais 3% na reserva de emergência, equivalendo a 492 quilos.) Contando com bom tempo e uma navegação sem excessivos contratempos, estas 10 toneladas eram suficientes.

Para ganhar tempo e combustível seria preciso alterar as rotas. E, durante

alguns minutos, aparentemente alheio à profunda e silenciosa frustração de meu companheiro, ocupei-me do traçado e da programação dos possíveis rumos, do nosso atual “ponto de contato” à “piscina” da Massada. Papai Noel não tardou a apresentar um plano de vôo minuciosamente ajustado às necessidades do noroeste do lago ao ponto L e dali, deixando de parte o ponto S, direto ao ponto J 2. Na confluência do Jordão com o *wadi* Nimrim, o “berço” deveria passar à radial 190, sobrevoando a zona oeste do mar Morto. No total, 109,2 milhas, com um tempo estimado de 30 minutos e 4 segundos e a uma velocidade de cruzeiro de 18 mil pés por minuto. Essa travessia – a uma média de 4 quilos por segundo – representava um gasto de 7.216 quilos. Em outras palavras, deduzida nossa viagem de regresso à Massada, nossas disponibilidades subiram à nada confortável cifra de 2.558,4 quilos de combustível. Apesar disso, tentei levantar o ânimo de Eliseu.

– Nem tudo está perdido – sentenciei, convidando-o a examinar o programa.

Meu irmão concordou sem demasiado entusiasmo.

– Você esqueceu algo – disse ao final de uns dois minutos. – A operação prevê o traçado dos mapas digitalizados do lago. Você sabe que, sem esses filmes, o “olho de Curtiss” ficaria fora de serviço...

Neguei com um gesto de cabeça. O computador central havia levado em conta essa parte do programa. Como já referi, Cavalo de Tróia julgou conveniente que, no sobrevôo do mar de Tiberíades, as câmeras de bordo filmassem diferentes áreas do lago. Essa informação, previamente codificada, era de vital importância para o bom funcionamento de outro dos fantásticos dispositivos de que havíamos sido dotados e que os engenheiros haviam batizado com o familiar apelido de “olho de Curtiss”, em honra ao nosso querido General e diretor do projeto. (Mais adiante, se as forças não me faltarem, falarei deste curioso – quase “mágico” – companheiro de expedição, que tão excelentes serviços prestou a estes loucos aventureiros.)

Mas a tormenta havia impossibilitado a execução das tomadas. Era necessário esperar e, com boa visibilidade, voar de novo sobre a área e então realizar o estudo e registro do perfil do terreno. Isso representaria um consumo adicional de combustível. E Eliseu, frustrado, mostrava quanto isso o aborrecera. Todavia, como eu disse, Papai Noel, ao elaborar o plano de vôo, não havia perdido de vista essa contingência. Na suposição de que a nave circundasse o perímetro total do lago (52 km), o combustível necessário para isso seria de quase 2 toneladas. (Considerando a sobrecarga da decolagem e da aterrissagem, assim como o consumo médio durante os sete minutos e oito segundos previstos para o desenvolvimento da operação, o gasto total – sempre segundo Papai Noel

– somava 1.988,6 quilos.)

Vale dizer, se acatássemos os planos da operação, a descida final sobre a Massada podia culminar com um estreito superávit: 569,8 quilos de combustível, além da reserva de contingência. E ainda que tal estreiteza não nos fizesse muito felizes, a realidade impôs-se. Estávamos onde estávamos e, uma vez verificados todos os parâmetros, de nada nos servia lamentar-nos. O Destino tinha a última palavra. Além do mais, tanto Eliseu como eu conhecíamos perfeitamente os detalhes da chamada “fase tigre”.

Cavalo de Tróia havia previsto também a remota mas verossímil possibilidade de que, devido a uma avaria ou acidente imprevisível, o “berço” e seus ocupantes ficassem desligados do seu primitivo ponto de lançamento e, portanto, incapazes de retornar à Massada pelo sistema previamente estabelecido. Nessa grave emergência, as ordens eram taxativas e invioláveis: “regressar” a nosso tempo e destruir imediatamente o módulo. De qualquer lugar em que se verificasse a desintegração do “berço”, nosso acesso à Massada não tinha por que ser especialmente problemático. Mas vejo que estou de novo deixando o que verdadeiramente importa. Eliseu continuava em silêncio. Os planos e estimativas eram tranquilizadores mas aquele mutismo encerrava algo mais profundo e íntimo. E eu conhecia seu significado.

– Repito que nem tudo está perdido...

Ele me olhou como se não compreendesse o que eu dizia. Sorri maliciosamente e, adotando um ar descontraído, adiantei-me a seus pensamentos.

– Sabe muito bem a que me refiro.

Uma chispa de esperança iluminou seus olhos.

– Então...

Meu sorriso abriu-se completamente, dissipando de vez suas dúvidas.

– Sei que poderemos fazê-lo – acrescentei, simulando uma certeza que bem desejaria possuir. Minha atormentada existência foi sempre assim: cheia de contradições. – Se você se sente com forças, adiante! Acompanhemos o Mestre!

– Mas...

Não deixei que ele terminasse.

– Você acreditou que eu havia esquecido minha promessa? Meditei sobre sua idéia e estou de acordo: correremos o risco. Vale a pena. Apenas vejo uma dificuldade.

– Só uma?

Aproximei-me do monitor e, digitando o terminal do computador central, mostrei-lhe algo que eu já conhecia: o 59,6% de combustível.

– Essa é nossa dificuldade...

– Entendo.

Eliseu, prudentemente, deixou-me concluir.

– ... Ainda que haja uma solução: imobilizar a nave, aconteça o que acontecer. Só assim poderíamos conciliar a nova exploração e o retorno.

Meu irmão começava a adivinhar minhas intenções.

– Está sugerindo que, durante esses três ou quatro anos de acompanhamento do rabi da Galiléia o “berço” permaneça inativo?

– Não exatamente. Seus sistemas e dispositivos eletrônicos, você sabe, são necessários para concluir esta e a futura terceira exploração. Em contrapartida, podemos prescindir dos serviços da pilha atômica³² e, sobretudo, do vôo da nave. Substituiremos a alimentação da SNAP 27 pela bateria de placas solares.

(Como medida acautelatória, a equipe do Cavalo de Tróia havia incluído, neste segundo “salto”, um total de doze espelhos metálicos susceptíveis de ser montados no exterior do “berço” para aproveitarem a radiação solar. Esses espelhos, de vidro com revestimento de prata, tinham 29,3 centímetros de diâmetro e podiam gerar até 500 watts. Na parte de trás traziam aderidas várias películas de cobre, e podiam ser fixados a um estribo de ferro em posição azimutal biaxial. Idealizado pelo professor israelense Tabor, o sistema permitia que toda radiação refletida incidisse em um ponto. Isso era possível graças à forma especular assimétrica e ao deslocamento do eixo de giro horizontal no centro da curvatura da imagem. Ainda que a capacidade de reflexão do vidro com revestimento de prata fosse alta – uns 88% –, os especialistas nos dotaram também de outras pranchas de reposição, à base de aço doce prateado e metal eletroprateado, com índices de reflexão de 91 e 96%, respectivamente.)

Ainda que viável de um ponto de vista estritamente técnico, o plano exigia uma longa e conscienciosa maturação. Eram numerosos os parâmetros a considerar: que momento exato da vida de Jesus de Nazaré deveríamos escolher? O início de sua atividade pública não aparece muito claro nos textos evangélicos. Era preciso confirmá-lo com um máximo de rigor. E essa, sem dúvida, deveria ser outra de minhas missões na exploração que iniciaria dali a pouco na Galiléia. (Apenas Lucas é explícito ao citar a época em que João Batista deu começo a sua atividade como pregador: “no décimo quinto ano do reinado de Tibério César...”)³³

A manipulação dos eixos dos *swivels* requeria precisão absoluta. Sobrecarregar nossas combalidas colônias neuronais com sucessivas e frustradas inversões de massa das partículas subatômicas teria constituído um risco inútil.³⁴ Mas este não era o único problema a ser colocado em discussão na atraente “terceira exploração”. Uma expedição tão complexa e prolongada, com a desvantagem de um módulo forçosamente imobilizado em terra, exigiria a busca

de um refúgio seguro e inacessível aos humanos daquele tempo. Uma “base-mãe” definitiva na qual se ocultasse o “berço” e da qual se pudesse partir com tranqüilidade para as diferentes missões. Outro não podia ser esse lugar senão algum dos abruptos picos que margeavam o lago. A escassez de combustível assim o aconselhava. De outra parte, segundo os textos evangélicos, a Galiléia havia sido uma das regiões mais intensamente freqüentadas por Jesus de Nazaré durante sua vida pública. Era de presumir-se, portanto, que boa parte do acompanhamento se desenrolasse naquelas latitudes.

Por espaço de uma hora vimo-nos arrastados a uma viva, eletrizante e esperançosa discussão, em que cada um, paradoxalmente, tentou convencer o outro da vantagem e dos incontáveis atrativos da futura missão. A sorte estava lançada: retrocederíamos no tempo, dando início àquela que, sem nenhuma dúvida, podia significar nossa mais ambiciosa e histórica exploração. Estávamos convencidos de que o sacrifício redundaria em um mais extenso e minucioso conhecimento dos acontecimentos da vida pública do Mestre. E aquele ideal – agora o rememoro com emoção – manteve-nos firmes nos momentos de perigo e desalento.

Então, cheios de ilusão, nos entregamos à árdua tarefa de programar e planificar o que seria o “terceiro salto” à Palestina do século I. Eliseu assumiu a responsabilidade por tudo concernente à infra-estrutura: equipamentos, manutenção da nave, proteção pessoal, sobrevivência *etc.* Minha tarefa consistiria, essencialmente, na recompilação dos dados: data do início da pregação de Jesus, itinerários de suas viagens, estadas, seguidores *etc.* Essas informações, fornecidas pelo computador central, serviriam para a elaboração de um minucioso plano de trabalho.

10 horas

Notavelmente reconfortado, meu irmão recuperou sua habitual e eficiente frieza. E tentou dissuadir-me. A revisão do módulo podia esperar. Os aguaceiros e intensos ventos açoitavam a colina sem cessar. Mas, impaciente por reconhecer o terreno e examinar a estrutura da nave, fiz-me surdo aos seus conselhos, acionei o mecanismo de descida da escadinha hidráulica e lancei-me para fora.

Tinha razão Eliseu. Durante os primeiros minutos vi-me obrigado a permanecer debaixo do bojo do “berço”, açoitado por rajadas de 15 a 20 nós que arrastavam terra, tufos de vegetação e um autêntico dilúvio. O silvo do vento entre as “patas” era tão ensurdecidor que a própria conexão auditiva ficou seriamente afetada.

– Jasão, você me copia? Câmbio.

– Precariamente. A tempestade é muito forte. Estou diretamente debaixo de

seus pés... Não distingo grande coisa. Câmbio.

– Roger. Abandone.

– Espere um segundo.

Inspecionei a massa rochosa. Parecia sólida, ainda que muito erodida. Provida das “crótalos”, fui deslocando-me de um ponto de sustentação e outro, para verificar a inclinação e natureza da laje. De fato ela apresentava uns 10 graus de desnível para o oeste. Embucei-me no roupão e, como pude, lutando contra a tormenta, circudei o módulo, inspecionando suas paredes.

– Atenção! Não percebo danos na estrutura... A máquina não fendeu a rocha. Há, entretanto, uma forte radiação no J85. Câmbio.

– Entendido. Suba já.

– Um minuto. *Target* na tela?

– Negativo.

A pergunta fora uma tolice. Quem poderia aventurar-se naquele promontório debaixo de semelhante tormenta? Agarrado ao trem de aterrissagem desfiz-me das lentes infravermelhas e tentei captar um máximo de detalhes da colina e seus arredores. Não foi fácil. A base das nuvens havia baixado consideravelmente – talvez abaixo dos 1.800 pés (uns 600 metros) – e espessos jatos dos Cb precipitavam-se para o solo em forma de negras cortinas de água.

A uns 600 pés do “ponto de contato” a superfície do lago, encrespada, era uma plúmbea e confusa massa de água e vagas. Para o leste, às bordas do turbulento mar e a uns dois quilômetros, destacava-se o núcleo urbano mais próximo à nossa posição: um extenso conjunto de casas de pedras escuras que reluziam sob o pertinaz aguaceiro. Se meus cálculos não falhavam, aquele núcleo devia ser Cafarnaum. Apesar da precária visibilidade, fiquei surpreso diante do rosário de pequenas e grandes aldeias que pontilhava o litoral. A costa oeste, em especial, era a mais densamente povoada. E essa circunstância intranqüilizou-me. Haveríamos escolhido o lugar ideal para o assentamento do módulo? Era urgente e vital que fizéssemos uma exaustiva exploração do promontório. Se o “ponto de contato” se encontrasse em zona de passagem, os inconvenientes poderiam ser contínuos e altamente desagradáveis. Pensei em deslocar-me até a cota máxima. Dali, a localização dos caminhos seria mais rápida. Impossível. A furiosa tempestade tornava inviável qualquer tentativa de reconhecimento. À primeira vista, os arredores do “berço” não apresentavam sinal algum de caminhos ou veredas. O terreno parecia improdutivo. Mas era preciso certificarmos-nos disso. A uns cem passos, na direção leste-sudeste, perfilava-se uma formação de grossas e arredondadas rochas basálticas. Se não me enganava, aquele era o ponto em que havíamos detectado as estranhas galerias ou construções subterrâneas, aparentemente artificiais. O senso comum

impôs-se. Com as roupas empapadas, optei por regressar à nave, à espera da estiagem.

O resto daquela segunda-feira transcorreu sem maiores incidentes. Descansamos por turnos, atentos sempre aos sensores infravermelhos e à evolução da meteorologia. Boa parte de meu tempo foi empregada na revisão do programa traçado pelo Cavalo de Tróia e que deveria iniciar-se a partir de quarta-feira, 19. Se tudo decorresse normalmente, o grupo dos galileus estaria no lago ao entardecer daquele dia ou no máximo na manhã de quinta. Por óbvias razões, minha presença em Bet Saida ou Cafarnaum não era aconselhável antes do anoitecer de 19. E, se possível, depois de confirmada a chegada dos discípulos do Ressuscitado. (Por muito rápido que tivesse sido meu tipo de transporte, o lógico era que eu necessitasse de dois dias para cobrir a acidentada rota que cruza Samaria. Não havia alternativa. Cabia esperar.)

⁹ Entre as medidas de capacidade (para secos e líquidos), o kor era uma das mais utilizadas na pesagem de grãos. Equivalia a uns 364-450 kg, e se dividia, por sua vez, em 10 efas e bats. A efa representava 72 log. E este, uma das menores unidades, era estimado em uns 600 gramas. (N. do M.)

¹⁰ A Misná, em sua Ordem Segunda, dedicada à “Festas”, diz: “Quanto à pedra que está no balde ou na cabaça oca, se se enche este e aquela (a pedra) não cai, se enche com ela dentro; senão, não se enche com ela. Com uma varinha à qual se tenha atado uma cabaça, pode-se encher. (XVII, 6). (N. do M.)

¹¹ Em Mateus (XXV, 9), Jesus, ao falar das virgens ignorantes e prudentes, alude, muito provavelmente, aos monopolei. Tanto em Israel como no resto do Império, esses atacadistas gozavam de uma situação econômica privilegiada. Em seus diplostoon armazenavam toda classe de mercadorias, exercendo um controle especial sobre o comércio de trigo. Em Roma, por exemplo, esses judeus se instalaram próximo do rio Tibre, onde atracavam os barcos de trigo. (N. do M.)

¹² Estas pequenas lentes, como já expliquei oportunamente, permitiam uma visão infravermelha acima dos 700 nanômetros. Os especialistas do Cavalo de Tróia incorporaram a elas uma série de faixas periféricas dotadas de centenas de microcélulas que outra coisa não eram senão filtros “Wratten 89B” que só deixavam passar a radiação infravermelha. O peso específico alcançado foi de 1,19. Sua força flexional (ppi), 10.000-15.000, e sua dureza Rockwell, de M85-M105. Os sais monoiónicos permitiam uma aceitável circulação das lágrimas e da oxigenação da córnea, ainda que seu uso não devesse ser abusivo. (N. do M.)

¹³ Os dispositivos termográficos, conectados ao computador central e a um dos radares primários, estavam em condições de “perceber” variações de temperaturas de até dois décimos de grau (Fahrenheit). Em um target estático, Papai Noel era capaz de diferenciar as possíveis doenças de um indivíduo e até as oscilações de temperatura de nariz e lábios nas inalações e exalações de ar (N. do M.)

¹⁴ Target, no jargão aeronáutico, é um objeto localizado no radar. (N. do M.)

¹⁵ Em linguagem aeronáutica, na posição equivalente à dos ponteiros do relógio assinalando as 17 horas. (N. do M.)

¹⁶ Tal aparelho “vestibular” é vital para a percepção de sensações e facilita uma permanente informação sobre a posição da cabeça e do corpo humanos no espaço. Associado às impressões visuais e táteis, proporciona-nos o conhecimento das variações de situação por que passa o corpo, desencadeando as correspondentes e automáticas reações tendentes à manutenção do equilíbrio, em cooperação com a contração sinérgica dos músculos antagonistas. (N. do M.)

¹⁷ No teto e nas quatro arestas superiores do “berço”, os especialistas da Operação Cavalo de Tróia haviam colocado um duplo sistema de camuflagem de emergência. Ambos consistiam em uma rápida e maciça

produção de névoa, fumaça, bruma ou vapor – segundo as necessidades –, e que era obtida mediante a utilização de neve carbônica ou de um simples Fogmaker 1963, de M. Richardson. (N. do M.)

- [18](#) “Bandeiras”, no jargão aeronáutico, é aviso de falha no painel eletrônico de alarme (bandeira de aviso de falha ou failure flag). (N. do M.)
 - [19](#) WX, condições meteorológicas. (N. do M.)
 - [20](#) Sobre altímetros “gravitacionais”, veja-se a ampla informação em Cavalo de Tróia 2, nota 3, páginas 211-12. (N. de J. J. Benítez.).
 - [21](#) A terceira região natural em que se divide a Palestina era conhecida como a de Gor. Trata-se de uma formidável zona de afundamento – o graben para os arqueólogos – que alcança sua máxima depressão no mar Morto, a 793 metros abaixo do nível do Mediterrâneo. As outras duas regiões naturais correspondem à costa e às “terras altas”, que cruzam o país de norte a sul. (N. do M.)
 - [22](#) Em um destes banhos supõe-se que foi assassinado Aristóbulo, cunhado de Herodes. Tratava-se de uma considerável piscina dupla, dividida as duas partes por um muro sobre o qual repousavam os banhistas. (N. do M.)
 - [23](#) Proporcionar pegeons: na terminologia aeronáutica, dar distância e rumo. (N. do M.)
 - [24](#) O “celiômetro-laser” havia detectado a base média dos cúmulos-nimbos (Cb) a 2.400 pés de altura, com um teto de 36 mil pés. Naquele momento, a linha do aguaceiro estava a 72 milhas. (N. do M.)
 - [25](#) O vento na base dos cúmulos-nimbos soprava do norte (radial 360), com uma velocidade de 25 nós (ao redor de 50 km/hora). (N. do M.)
 - [26](#) O “berço” havia sido dotado de vários radiogoniômetros, em apoio de um número igual de sferics ou localizadores dos parasitas produzidos no campo eletromagnético. Se bem que não esclareçam a natureza da perturbação, seu grande alcance é de extrema utilidade. (N. do M.)
 - [27](#) TGT ALRT: um dos quatro pulsadores, localizado no ângulo superior esquerdo da tela do radar meteorológico. Ativa um circuito que avisa automaticamente o piloto quando qualquer área de nível 3 aparece em um setor de 7 1/2 de cada lado do eixo longitudinal da nave e as distâncias compreendidas entre 60 e 150 NM. (N. do M.)
 - [28](#) A “corrente em jorro” ou jet stream, segundo G. Rossby, é uma forte e estreita corrente concentrada ao longo de um eixo quase horizontal na alta troposfera ou na estratosfera, caracterizada por cisalhamento horizontal e vertical (fortes deformações) do vento, apresentando um ou mais máximos em sua velocidade. A OMM (Organização Meteorológica Mundial) acrescenta: “Normalmente, uma corrente em jorro corre ao longo de vários milhares de quilômetros, com uma largura de centenas de quilômetros e uma espessura de vários quilômetros”. (N. do M.)
 - [29](#) Em geral, a intensidade dos cúmulos-nimbos depende da distância entre sua base (neste caso situada a 2.200 pés) e o nível de zero grau (4.500 pés): níveis de condensação e congelação. Quanto mais dilatada é essa distância, mais ativos são os Cb. Em nossa situação, aqueles 200 pés representavam um perigo a merecer a maior consideração. (N. do M.)
 - [30](#) O chamado cinturão antiabrasão consistia em um especial dispositivo criado pelos engenheiros do Projeto Swivel e que, embora concebido originariamente para outro tipo de navegação (a espacial), foi igualmente introduzido no “berço”. Algum dia, se Deus quiser, esta “barreira protetora” será de suma utilidade nas viagens intergalácticas. Como se sabe, uma nave espacial cria a seu redor um campo gravitacional que, embora não excessivamente intenso, vê-se incrementado em determinadas regiões do espaço. A poeira cósmica e partículas de variadas naturezas chocam-se inevitavelmente contra a estrutura do veículo, provocando, com o tempo, uma abrasão e um desgaste perigosos. Pois bem, o cinturão antiabrasão elimina o problema. A camada superficial da membrana exterior (à qual já me referi em outra passagem) foi provida de uma finíssima subcapa, integrada por partículas coloidais de platina e emulsionadas em um meio de elevado coeficiente.
- Na periferia da nave instalaram-se igualmente células “ionizadas” que desempenham uma dupla tarefa. Em primeiro lugar, reforçam os gradientes eletrostáticos ao redor do veículo. No caso, por exemplo, de uma grande nebulosa de poeira atômica, com partículas sólidas de metano, níquel-ferro, silício ou amoníaco, que envolva a nave, essas partículas podem ser de natureza neutra (sem carga elétrica) ou ionizada (em

positivo ou negativo). Na primeira hipótese – neutras –, as partículas se orientarão para a nave, devido ao gradiente gravitacional, favorável a este fluxo. Previamente, o computador central registra e analisa a densidade espacial dessas partículas, seu espectro gravimétrico (quer dizer, a distribuição estatística em função de suas massas e morfologias), sua composição química e sua carga eletrostática média (nula neste caso), assim como sua função cinética com respeito aos núcleos galácticos emissores de referência.

Analisados esses parâmetros, a resposta do sistema antiabrasão é fulminante. As células geradoras de íons emitem elétrons, que, impulsionados por uma elevada energia, se projetam em trajetórias parabólicas para o exterior. Ao mesmo tempo, a membrana de platina coloidal carrega-se de um potencial eletrostático que pode alcançar entre 180 mil e 900 mil volts (potencial negativo). Qualquer partícula que se dirija para a membrana exterior capta um ou vários elétrons, procedentes do fluxo emitido pela nave. A partícula fica ionizada. Como o gradiente de potencial elétrico é muito elevado à volta do veículo, a repulsão elétrica compensa tanto a energia cinética daquela quanto a força da atração gravitacional, não estabelecendo contato com a superfície externa da nave.

No caso de que a poeira cósmica esteja previamente ionizada, a submembrana de platina se ioniza com carga idêntica à do elemento agressor. (É preciso ter em conta que a subcamada de platina coloidal está protegida por outro estrato superior do mesmo material cerâmico que a camada superficial da membrana.) Um efeito secundário da transferência de cargas entre a superfície livre da membrana e a subcamada de platina coloidal origina uma emissão fotônica do córtex da cerâmica, dentro do espectro visível, em ondas de longitudes no vácuo de 596,9 milimicra e 602,68 milimicra. Esta eletroluminiscência não é provocada pelo impacto de elétrons sobre a massa, mas pelo campo elétrico gerado por eles, à sua passagem pela massa cerâmica translúcida.

Um observador externo veria uma intensa luminosidade, cujos matizes estão na dependência da longitude de onda emitida, oscilando entre o verde-amarelado e o carmesim. O controle do potencial eletrostático em cada unidade superficial do córtex ou membrana exterior está projetado de tal forma que a distribuição de cargas (densidade superficial eletrostática) pode variar de um perímetro a outro até o ponto de que, em uma área, a densidade apenas alcance alguns décimos de microcolumbio, mesmo que esteja circulando por zonas de potencial elétrico muito elevado. A função potencial não é, pois, constante para áreas da mesma curvatura ou arqueamento. Em suma, não é harmônico na periferia da nave.

Várias são as razões por que se faz uso desta flexibilidade na distribuição da carga elétrica. Primeiro: porque a densidade de partículas agressoras não é a mesma em toda a periferia. Além disso, como estas vão orientadas em uma direção (caso típico do “vento” de partículas cósmicas), obviamente não incidirão todas com a mesma energia cinética sobre a nave. A abrasão seria mais intensa que em outras áreas, em uma zona definida que terá de ser protegida com um potencial mais intenso. Por último, nesta sumária descrição, convém recordar que, num dado instante, pode suceder que o elevado potencial de uma zona perturbe qualquer medição ou análise de um transdutor de funções, em cujo caso a rede de computadores anula a carga superficial usurpadora. (N. do M.)

[31](#) Os sensores externos, incluindo o SODAR (radar acústico), estabeleceram a seção do cisalhamento em uma milha (quase dois quilômetros). Baseando-se no efeito Doppler, analisaram o retorno de um sinal acústico emitido por uma das antenas especiais e capaz de alcançar, na vertical, até os 6 mil pés. Desta forma obtém-se uma aceitável medição do vento: sua força, direção, turbulência e estruturas térmicas. A análise do deslizamento em frequência do eco em retorno e em intensidade permite uma precisão de 0,5 milha/hora e de 5 graus em direção. Neste caso, o jorro vertical descia até 350 pés do solo, abrindo-se horizontalmente sobre as águas do lago. (N. do M.)

[32](#) A SNAP 27, localizada na popa do “berço”, era capaz de transformar a energia calorífica do plutônio radioativo em corrente elétrica (50 W), com uma vida útil de um ano. Esta “pilha”, especialmente blindada, era o “coração” do módulo. Todos os circuitos e instrumentos, em maior ou menor grau, dependiam dela. (N. do M.)

[33](#) As dúvidas sobre essa data são consideráveis. É possível começar-se a contar esse ano 15 como o 765 ou 12 depois de Cristo, quando Tibério foi associado ao governo de seu predecessor, Augusto? Se assim fosse, a pregação de João teria de ser fixada no outono do ano 26 ou talvez do 27 de nossa era. Muito

impreciso, em suma. (N. do M.)

[34](#) Ampla informação sobre o grave problema que afetava os pilotos, no Cavalo de Tróia 2, páginas 465 e seguintes. (N. do M.)

18 de abril, terça-feira

De madrugada o vento cessou. A frente nebulosa afastou-se para o sul e, como costuma ocorrer nesses casos, a melhoria foi espetacular.

5h10.

O sol despontou rapidamente – quase impaciente –, aquecendo toda a encosta ao pé da borda oriental do lago. E uma luz furta-cor e rasante banhou-o todo, desvelando um espetáculo difícil de imaginar. Permanecemos atônitos, como hipnotizados. Flávio Josefo havia sido sóbrio em sua descrição da pujante Galiléia. Em qualquer direção, lombadas, vales e planícies mostravam-se cobertos com um manto vegetal sem princípio nem fim, onde os bosques de carvalhos e terebintos, frondosos e ramalhudos, contavam-se por dezenas. Intermináveis campos de trigos e de cevada perdiam-se no horizonte, dourando e verdejando encostas e planuras. E ali mesmo, na suave colina que nos servia de assentamento, uma vegetação alta e úmida atapetava os declives, em competição com fileiras de anêmonas vermelhas, lírios, margaridas brancas e amarelas e cardos de um metro de altura, carregados de flores violeta que se derramavam desde o cume do promontório até as rochas basálticas – agora amareladas – da base leste. A ocidental, mais pedregosa, estava igualmente colorida de gladiolos e *karkom* de um amarelo luminoso. Para o norte, até o cume, a vegetação era a mesma, com compactos círculos de espécies baixas, entre as quais sobressaíam murtas, urtigas e acantos. Meu Deus! Como descrever semelhante pomar?

Papai Noel processou as últimas leituras dos sensores externos e ofereceu-nos um “emagrama de Stüve” francamente otimista: os níveis de condensação haviam baixado, a visibilidade era ilimitada, a calma – entre mil e 900 milibares – quase total e a pressão em contínua ascendência. A jornada parecia perfeita. Eufóricos, pusemos mãos à obra. O primeiro e obrigatório movimento consistia em um meticuloso rastreamento dos arredores. O cinturão infravermelho continuava inalterado. Então, provido de minha inseparável “vara de Moisés”, deixei o módulo.

Durante vários minutos, arrebatado pelas mil cores e pela fragrância que se evolava da terra molhada, não soube que rumo tomar. Enchi os pulmões daquele ar fresco e perfumado e, deixando que sandálias, pernas e túnica se impregnassem de orvalho, dirigi-me para o norte: o ponto mais alto da colina. Uma vez ali, a uns 400 metros do “ponto de contato”, esforcei-me para localizar e reter na memória os caminhos mais próximos ao promontório.

Ao sul, quase paralelamente ao litoral, corria uma larga vereda que, sem dúvida, unia a povoação da esquerda (que eu supunha fosse Cafarnaum) aos núcleos situados na costa ocidental do mar de Tiberíades. Bem distante, entre bosques, a senda perdia-se na direção leste, possivelmente ao encontro da margem oriental do lago. Da suposta Cafarnaum saía outro caminho, mais estreito que o anterior, e que, contornando trigais e altos zimbros, corria em ziguezague para a encosta leste de “nossa” colina. A coisa de quilômetro e meio do povoado, a vereda dividia-se em duas. O ramal situado à minha esquerda prosseguia pela base da lombada e, dobrando-se em um par de fechadas curvas, acabava atingindo o cume onde eu me encontrava. Examinei os arredores mas não achei nada que explicasse por que a vereda chegava e morria ali. Por sorte, o promontório era uma região inculta, com abundantes concentrações basálticas – de até três e quatro metros de diâmetro –, espalhadas pelo cume e pelas encostas oriental e ocidental. Talvez esta circunstância tornasse pouco rentável o cultivo daquela terra. Mas o que mais me intrigou foi o segundo ramal. Galgava pela mesma face leste da elevação e morria na formação rochosa que se erguia a uma centena de passos do “berço”. Justamente, como já mencionei, no lugar das galerias subterrâneas. Dada sua proximidade da nave, aquele se apresentava como o ponto mais “conflitivo”. Era preciso esclarecer sua natureza e a razão de sua existência.

O sol ergueu-se acima das colinas e as serenas águas do lago cintilaram, iriadas de prata, verde-jade e azul-safira, com manchas ocre e ferruginosas no sopé dos alcantilados, consequência da recente tormenta. Mais ao longe, bandos de aves chilreantes saltavam das colinas e se precipitavam, como alvas nuvens, sobre o pequeno mar. A vida recobrava seu ritmo. Deslizando livremente, dezenas de pequenas e escuras embarcações, procedentes do leste e do oeste, irromperam de súbito no lago, aproveitando aquele radiante amanhecer. Sua meta eram os bancos de peixes que, com precisão matemática, os pássaros iam assinalando com suas “bicadas”. E a faixa branca dos povoados, circundando o Kennereth, apareceu em todo o seu esplendor. Aquele lugar, evidentemente, era mais povoado do que havíamos pensado.

Ao norte, as neves perpétuas do Hermon reluziam, desafiadoras. Com o tempo, aqueles rudes e sábios pescadores do mar de Tiberíades me ensinariam a vigiar aquele colosso, anunciador de ventos e tempestades.

Positivamente, nosso assentamento parecia seguro. Com exceção do núcleo situado ao leste, as demais povoações estavam tão distantes que não podiam inquietar-nos. A segunda aldeia mais próxima – a quatro ou cinco quilômetros ao norte – despontava sobre uma colina, diminuta e branca de cal e igualmente encurralada por bosques e campos cultivados. Talvez fosse a não menos célebre

Corozain ou Korazim, amaldiçoada por Jesus nos Evangelhos.

Transmiti ao módulo as tranqüilizadoras novas, anunciando a Eliseu minha intenção de descer até as rochas da ladeira oriental. A bifurcação do caminho, com o ramal que se extinguia no “baluarte” de basalto, constituía um irritante enigma.

A extensa mancha violeta que cobria aquela parte do promontório, unindo a plataforma rochosa sobre a qual descansava o “berço” à formação basáltica, serviu-me de guia e referência. Talvez deva registrá-lo agora. Este belíssimo tapete de flores violáceas, visível a distância, foi de grande utilidade para mim, pois serviu-me de orientação nas seguintes e sucessivas incursões fora do módulo. Mas, continuemos.

A uns cem passos do “berço”, com efeito, a base oriental era semeada de umas enormes e esféricas massas de basalto negro que, com toda a certeza, se haviam desprendido do cume, rolando, quem sabe quando, até seu atual assentamento. Intrigado, subi ao mais alto. E então comecei a compreender. A senda de terra avermelhada desembocava em uma mediana esplanada circular, resguardada por aquela espécie de cinto rochoso. Sob as pedras orientadas para o norte, alguém havia cavado o terreno, lavrando uma tosca fachada de quase quatro metros de altura, a que se tinha acesso por uma escada também de natureza calcária. Apressei-me a descer, aproximei-me dos degraus e descobri uma pesada pedra circular que, evidentemente, fechava a entrada de algum tipo de câmara ou gruta. Isso em parte explicava os misteriosos perfis subterrâneos detectados por nós ao sobrevoarmos a região. A pedra, de quase um metro de diâmetro, estava encaixada em uma canaleta de 30 centímetros, ligeiramente inclinada para o oeste. Uma cunha de madeira sob a pedra atuava como freio. Teria sido suficiente um pequeno esforço para retirá-la e soltar a rocha, que rolaria sem entraves até o extremo da fachada. Evitei a tentação. O retorno da pedra ao seu lugar teria exigido a cooperação de pelo menos três ou quatro homens, e no momento não podia arriscar-me a deixar a descoberto o acesso às intrigantes galerias. Fosse aquilo uma tumba ou outra coisa qualquer, o razoável era não chamar a atenção dos possíveis usuários ou proprietários. A povoação achava-se relativamente próxima e toda precaução era pouca.

Enquanto regressava à nave refleti sobre aquilo. Se na realidade nos encontrávamos ao lado de um cemitério ou de uma cripta familiar ou coletiva, nossa localização na colina poderia considerar-se ótima. Salvo nos sepultamentos propriamente ditos, os judeus não eram muito propensos e freqüentar tais lugares. Nem sequer seus arredores. Neste caso, as estritas normas religiosas sobre impureza por contaminação de cadáveres constituíam para nós um excelente e providencial aliado. Mas, e se não se tratasse de uma

tumba? A única forma de sair das dúvidas era deslocar a rocha circular e penetrar no misterioso lugar. Mas para semelhante aventura eu precisava da ajuda de meu irmão.

Às 7 horas, concluído aquele primeiro giro de inspeção, retornei ao “ponto de contato” e dei conta a meu companheiro de quanto havia visto. Ao referir-lhe a descoberta do presumido cemitério, mostrou-se inquieto como eu mesmo. Então, de mútuo acordo, decidimos explorar a esplanada basáltica assim que nos fosse possível.

Uma hora depois, o “berço” elevou-se ao nível do estacionário (800 pés) e iniciou a operação de varredura televisual do lago e das terras próximas ao litoral, até uma distância de cinco quilômetros. Essas imagens, associadas ao perfil topográfico levantado pelos altímetros “gravitacionais”, eram vitais para o sistema de condução do “olho de Curtiss”. Partindo do ponto de assentamento do módulo, os especialistas do Cavalo de Tróia haviam “parcelado” o contorno do mar de Tiberíades em um total de treze seções, de quatro quilômetros de comprimento por cinco de profundidade. Cada uma delas foi identificada com a palavra-chave “Galiléia” e o número correspondente. Ainda que as fontes evangélicas não fossem muito precisas, todos os indícios apontavam para as áreas “Galiléia 1” e “Galiléia 2”, na zona norte do lago, como os possíveis cenários das aparições de Jesus Cristo na região.

E o módulo, obedecendo ao plano diretor, dirigiu-se para o Nordeste. Nos campos e veredas apreciava-se já uma certa atividade. Camponeses, bois, carretas e pequenos rebanhos de cabras entravam ou saíam do núcleo urbano que, *a priori*, associamos com Cafarnaum. Esta aldeia – talvez fosse melhor classificá-la de cidade – corria paralelamente à linha da costa, com uma extensão aproximada de 1.800 pés (600 metros) por 900 de largura (ao redor de 300 metros). Formava uma meia-lua, praticamente encaixada entre o mar e uma cadeia de suaves colinas, todas descendo em cascata do norte. Um pequeno rio – que identificamos em nossos mapas como o Koraim – desembocava no extremo oriental do povoado. A larga vereda que bordejava o lago e que eu havia localizado do alto da colina não era a mesma que continuava para o leste. Fora dos limites da cidade ela infletia para o norte e, quase paralela ao Korazim, perdia-se entre lombadas e vales, passando rente à branca e aprumada aldeia que havíamos identificado com esse mesmo nome: Korazim ou Corazaïn. Dias mais tarde averiguaríamos que se tratava de uma importante artéria romana – a via Máris – que, passando por Magdala, contornava as costas ocidental e norte do mar de Tiberíades e se dirigia para Tiro, no Mediterrâneo.

Apesar da nossa alta velocidade de vôo, um dos aspectos que nos chamaram a atenção em Cafarnaum (ou a suposta Cafarnaum) foi seu porto.

Como tínhamos a oportunidade de comprovar ao longo daquele “circuito”, o Kennereth carecia, então, de enseadas que fizessem o papel de portos naturais. Essa séria deficiência havia sido contornada mediante a construção de terraplenos geralmente formados por blocos de basalto – que faziam as vezes de diques. No caso de Cafarnaum, esse quebra-mar (cujo corte vertical se assemelhava a um trapézio) alcançava um comprimento respeitável: 2.100 pés (700 metros). Achava-se arrimado à linha da costa e dele nascia uma dezena de atracadouros – perfeitamente perpendiculares ao terrapleno – retangulares e em forma de ponta de flecha, com dimensões que oscilavam entre 10 e 15 metros. A seus costados alinhava-se uma centena de pequenas e médias embarcações. Ficamos maravilhados.

Creio que devo insistir nisso. Do alto, a frondosidade daquela parte da Galiléia se ofereceu em toda sua magnificência. O que hoje, em pleno século XX, ao nativo ou ao turista é dado contemplar quando chega ao lago, é uma triste e empobrecida relíquia. Os bosques de ciprestes, carvalhos *velani*, “de agalhas”, alfarrobeiras, alfóstigos, oliveiras silvestres, palmeiras e plátanos-do-oriental, entre outras espécies, disputavam as margens dos rios, as barrancas, as faixas de terra e as ladeiras dos promontórios. E, entre semelhante fronde, todo um labirinto de canteiros e campos de cultivo, só comparáveis, de certo modo, ao esplêndido oásis de Jericó. Aquele ia ser nosso “teatro de operações”. E, sinceramente, sentime reconfortado.

A segunda “parcela” – “Galiléia 2” – compreendia a desembocadura do Jordão e uma ampla várzea de quase doze quilômetros quadrados, sulcada por quatro rios principais e uma trama de afluentes e correntes. As chuvas recentes haviam multiplicado seu caudal, que penetrava, impetuoso e barrento, no ângulo nordeste do lago. Esses rios, conhecidos hoje como Najal Mesusim, Najal Yehudiyeh, Najal Daliot e Najal Shemafnun, projetavam-se dos penhascos basálticos situados ao leste (na atualidade conhecidos como as colinas de Golan), a uma altitude de 800 a mil metros, percorrendo distâncias que oscilavam entre 20 e 30 quilômetros. Essa inclinação proporcionava a suas águas uma apreciável força, arrastando toneladas de pedras e terra que acabavam por encalhar na várzea, transformando o lugar em belíssimo mosaico de lagunas de todos os tamanhos, muitas delas comunicando-se entre si. Os materiais menos densos – pedregulhos, argila e fragmentos de basalto – eram levados para o lago, configurando na embocadura um vasto delta que – segundo as fotografias infravermelhas³⁵ – prolongava-se sob as águas.

No exame posterior dos filmes comprovamos que aquele fértil e paradisíaco rincão do mar de Tiberíades era cruzado por quinze riachos que se fundiam a curta distância da costa, formando dois tanques cuja largura superava a do

próprio rio Jordão. (A maior destas lagunas recebia em seu seio o caudal de sete córregos: cinco procedentes do Najal Mesusim e dois do Yehudiyeh. Ao comparar esses dados com os fornecidos aos especialistas do Cavalo de Tróia pelo Kennereth Limnological Laboratory e pelo pesquisador israelense Mendel Nun, uma das máximas autoridades no estudo do mar de Tiberíades, chegamos à conclusão de que aquela área norte não havia mudado, no substancial, durante os dois últimos milênios. Não ocorreria o mesmo com outras regiões do Kennereth.)

Quanto ao segundo tanque, foi identificado como o atual Nahar Al-Magarsa, conhecido pelo nome de Masudiya. Sob a densa vegetação que quase ocultava essas lagunas – algumas de até três metros de profundidade –, as tomadas infravermelhas detectaram uma variada colônia de aves aquáticas, assim como zonas pantanosas nas quais proliferavam répteis, tartarugas e lontras. Todo um paraíso no qual, por elementar cautela, não deveríamos entrar.

A quilômetro e meio da margem esquerda do Jordão, ao oeste das desembocaduras dos rios menores (talvez o Zaji e o Madsuiya) e no centro da exuberante várzea, descobrimos outro núcleo humano, de apenas 300 metros de comprimento, com pequenas casas cúbicas, tão negras quanto as da suposta Cafarnaum. Não soubemos o que pensar. Tratava-se de Bet Saida? A “casa dos pescadores” – tradução de Bet Saida – era outro de meus objetivos. Ali, segundo as citações dos evangelistas, se haviam registrado alguns dos prodígios do rabi. Lamentavelmente, nem os arqueólogos nem os estudiosos cristãos se puseram de acordo sobre a verdadeira localização da vila ou povoado em que haviam nascido André, Simão, Pedro e Felipe.

Nossa confusão foi total ao verificar que sobre uma colina situada a uns três quilômetros ao norte – muito perto do leito do Jordão – erguia-se outro agrupamento, notavelmente superior ao existente na costa, no qual brilhavam ao sol brancas e airoas construções, entre as quais se destacava uma espécie de palácio fortificado. Talvez esta última povoação, edificada sobre um promontório de 30 metros de altitude e de flancos escarpados, fosse a mítica Bet Saida Julias, mencionada por Yosef ben Matatiah (mais conhecido por Flávio Josefo) em sua obra *Guerra dos judeus* (3, 10, 7). Nesse livro, o general e historiador judeu romanizado afirma que, antes de desembocar no lago, o Jordão passa junto à cidade de Julias. Mas, se é assim, como interpretar o nome de Bet Saida ou “casa dos pescadores”? Se se tratasse de um povoado habitado por pescadores, o mais lógico é que se achasse à beira do mar de Tiberíades e não a três quilômetros terra adentro e no topo de uma elevação. A solução, elementar, viria horas depois, ao observarmos o porto de Cafarnaum.

Esse segundo núcleo costeiro dispunha também de um pequeno porto,

formado por um espigão que se projetava perpendicularmente à linha do litoral, penetrava duzentos metros no lago e depois infletia, em ângulo reto, na direção noroeste.

A uns cinco quilômetros do Jordão – em um local hoje chamado Jirbert A-Diqa –, nascia outra interessante construção: um canal de dois metros de largura, cujas paredes haviam sido escavadas na rocha viva, e que conduzia a água através da várzea, por uma extensão de 16 quilômetros. Ao longo dessa importante obra alinhava-se uma infinidade de granjas e moinhos.

Nas cinco seções seguintes – até a extremidade sul do lago – contamos oito núcleos humanos de certa importância – a maioria ribeirinha – e uma infinidade de pequenas concentrações de cabanas e casas de lavradores, disseminadas pelas colinas. Certamente carecíamos de informação fidedigna, e a definitiva identificação desses núcleos só a teríamos após a terceira exploração. A uns oito quilômetros da desembocadura do Jordão, quase no “equador” do lago, um rio de mediano porte precipitava-se entre bosques e barrancos, dividindo a região oriental da costa em duas grandes partes. O traçado do rio era muito similar ao que aparecia em outros mapas, proporcionados pelo Serviço Cartográfico do Exército Israelense. Provavelmente tratava-se do Samak. Isso ajudou-nos a identificar, ainda que apenas provisoriamente, algumas das povoações. Assim, do sentido norte-sul, acreditamos haver localizado as milenárias “cidades” de Kefar Aqbiya, Kursi (também conhecida por Gerasa), Ein Gafra, Susita ou Hipos (uma das mais populosas), Ein Gev e Kefar-Zemaj, entre outras.

No total, ao longo do litoral leste, incluída a suposta Bet Saida, somamos nove portos.

Ao sul da seção “Galiléia 2”, relativamente perto da zona pantanosa do ângulo nordeste, assentava-se o primeiro e mais setentrional desses oito núcleos: uma modesta concentração de casinhas de terraços ocres e que, segundo Papai Noel, podia ser a origem de uma povoação árabe desaparecida em 1867, cujo nome era Duqat ou Duqa.³⁶ Aquele vilarejo, como a maioria, parecia viver da pesca e da agricultura. Dispunha de um embarcadouro de 100 metros de comprimento, rematado por um arco que se dirigia para o norte. O radar estabeleceu a largura do terrapleno, em sua base, em cinco metros. A enseada, com uma profundidade de quatro metros, abrigava meia dezena de embarcações de maior porte do que as que navegavam no lago. Era muito possível que se tratasse de barcos mais pesados, destinados talvez ao transporte de mercadorias.

A partir do suposto Kefar Aqbiya, o mar ganhava terreno, formando uma discreta baía de dois quilômetros de comprimento. Pois bem, no centro da suave reentrância, sobre uma pequena colina natural de uns vinte metros de altitude, Eliseu e eu descobrimos uma curiosa construção: algo parecido a uma torre-

fortaleza, circular, com um segundo muro – também circular – em seu interior. O diâmetro da muralha exterior era de sessenta e oito metros. O da interior alcançava os cinqüenta. A considerável obra, com muros de 3,5 metros de espessura e entre dois e três metros de altura, intrigou-nos muito. Mas o banco de dados do módulo não dispunha de uma informação clara a respeito. Parece que havia sido erigida em tempos do Primeiro Templo e com fins puramente defensivos, como um elo a mais na cadeia de fortificações judaicas que vigiava os caminhos do leste. (Além do estreito e poeirento caminho que descia do norte, circundando o litoral, aquela região do Kennereth via-se favorecida por uma esplêndida estrada romana, pavimentada, que, procedendo de Scythopolis, no sul, transpunha montes e vales, passando junto a várias cidades – Hipos e Gerasa? –, e ao pé mesmo da torre-fortaleza circular,³⁷ e perdendo-se depois na direção nordeste.)

Na seção “Galiléia 4”, a coisa de doze quilômetros do Jordão, junto à desembocadura do provável rio Samak, estava uma autêntica cidade: a mais extensa e formosa daquela faixa do Kennereth. A ambas as margens do rio abria-se um fértil vale de três quilômetros de comprimento por outros quatro de largura, intensamente cultivado. A cidade, assentada ao sul do leito do rio, ocupava quase a metade do vale e ostentava um grande número de edifícios greco-romanos, entre os quais se destacavam uma colossal colunata circular, dois anfiteatros e um hipódromo. Tomando como referência o Samak, supusemos que se tratasse da evangélica Kursi ou Gerasa. (Em algum dos abruptos montículos que fechava o vale poderia ter tido lugar o famoso incidente da vara de porcos que, segundo os Evangelhos, se arrojou ao mar em consequência da cura do endemoniado pelo rabi de Nazaré. Esse era outro dos incontáveis e atraentes motivos que justificavam nosso futuro “salto” à época da “vida pública” de Jesus. Realmente teria esse fato acontecido e da forma como o contam os escritores sagrados? Mas vamos dar tempo ao tempo.)

Papai Noel pôs-nos em alerta. Kursi, segundo suas informações, abrigava então uma importante guarnição romana, vinculada às legiões estacionadas na Síria. O dado, na previsão de futuros encontros com os legionários, foi tido muito em conta.

O porto de Gerasa, em consonância com a cidade, era também um dos maiores e mais bem dotados da costa oriental. Um terrapleno, que fazia as vezes de dique, quebrava a linha do litoral, curvando-se em forma de arco e com um comprimento de 150 metros. Em sua extremidade norte se interrompia, formando um estreito canal. Em terra, um cais, de 100 metros de comprimento e 25 de largura, completava a estrutura do porto. O grande terrapleno havia sido erigido à base de grandes blocos de basalto de até um metro de espessura, e tinha

nos flancos sólidos reforços. Ao norte do embarcadouro detectamos também uma “piscina” retangular de três por cinco metros, esmeradamente branca em seu interior e repleta de peixes vivos. Estávamos diante de alguma coisa surpreendente: ali já se praticava a piscicultura... A “piscina” não se nutria da água do lago, mas sim através de um canal que partia do rio Samak. (As surpresas, no campo das construções hidráulicas, foram constantes.)

As sondagens do radar mostraram a presença, diante da desembocadura do rio, de um extenso banco de pedras que, sem dúvida alguma, fazia daquele lugar uma das áreas mais ricas em pesca. Estas conclusões ver-se-iam plenamente confirmadas na última expedição. De fato, o termo *samak*, nas línguas ugarítica,³⁸ árabe e aramaica, significa “peixe” e “peixes”.

A curta distância de Kursi, sempre para o sul, ao pé de um monte de 44 metros de altitude, as tomadas infravermelhas e os sensores exteriores detectaram um manancial de águas sulfurosas, brotando a 30 graus Celsius. Este tipo de fontes termais – em especial na orla ocidental – foi tornado público e sabiamente aproveitado pelos naturais do Kennereth. A meio quilômetro desse promontório, outra fonte similar irrompia das águas do lago, provocando uma permanente e branca “nuvem” de enxofre em suspensão.

Já na seção 5, junto a minúsculas aldeias portuárias que não soubemos identificar, sobrevoamos o segundo porto em importância da costa leste. A verdade é que as dimensões e a configuração do cais não condiziam com as modestas trinta construções que perfaziam o vilarejo situado ao pé dos quebra-mares. Essa aldeia, por sua vez, comunicava-se com uma povoação muito mais densa, suspensa a 350 metros sobre o nível do lago, em uma meseta isolada e separada do mar por uns dois quilômetros. A estrada romana subia até o alto da cidade, ramificando-se depois em outra via secundária, mais estreita, que acabava no porto. Este, como eu dizia, apresentava características únicas. O quebra-mar principal tinha um comprimento de 120 metros, com uma largura, na base, de cinco a sete metros. Partia perpendicularmente à costa e depois de quinze metros mudava de direção, correndo paralelamente ao litoral, no rumo sul. Este segundo trecho alcançava um comprimento de 85 metros. Subitamente, o terrapleno variava de orientação, voltando-se para o oeste. Esse curioso Z invertido, maltratado, sem dúvida, pelos ventos do mar, havia sido “fechado” por um segundo quebra-mar de 40 metros, que seguia perpendicularmente desde a costa.

O que mais nos intrigou foi aquele cais de 20 metros de comprimento que se aventurava para o oeste, em águas relativamente profundas (entre quatro e cinco metros). Talvez servisse para atracação e operações de carga e descarga, sem necessidade de penetrar no porto. (Durante o terceiro “salto” resolvemos

essa incógnita, assim como o porquê daquela área portuária, aparentemente tão deslocada. Posso adiantar que o vilarejo de pescadores e a cidade da meseta [Hipos ou Susita] eram na verdade uma mesma povoação, fundada em meados do século III a.C. como florescente empório helenístico. Depois de cair em mãos de Pompeu e aderir ao pacto que vinculava as cidades da Decápolis, foi reconstruída, cresceu e transformou-se na segunda entidade urbana da costa oriental do mar de Tiberíades.)

Ao entrar na “parcela” 7, a nave foi girando e tomou a radial 260. Aquele percurso sobre o extremo meridional do lago foi especialmente confuso. Nos mapas do Cavalo de Tróia indicava-se a existência de pelo menos três ou quatro cidades de certo realce: Bet-Yeraj, Senabris, Tarichea e Kinnereth ou Kennereth. Na hora da verdade, as coisas não pareceram tão simples como haviam previsto e traçado os especialistas. O sul do lago era um todo urbano.

Certamente essas povoações estavam ali, mas tão entrelaçadas que, dos nossos 800 pés de altitude, era impossível precisar onde começava uma e onde terminava outra. Centenas de casas, edifícios públicos, celeiros, casas de campo rústicas e choças se derramavam em uma planície de quase quatro quilômetros. De semelhante “metrópole”, se me for permitida a expressão, partiam várias rotas de caravanas. Uma para Scythopolis, no sul; outra subia pelo leste do lago e uma terceira remontava ao litoral ocidental. A essa rede de comunicações ainda se acrescentava uma intrincada teia de aranha de veredas e caminhos secundários que contornavam e delimitavam uma infinidade de porções de terra para rega, pomares e a massa verde-azulada da mata que dava forma de abóbada à segunda desembocadura do Jordão. O progresso daqueles núcleos humanos devia ser esplêndido, a julgar, por exemplo, por um dos celeiros, situado a um quilômetro da orla sul do Kennereth: de construção circular, dispunha de dez torres de oito a nove metros de diâmetro cada uma.

Ao contrário do que observáramos no resto do lago, essa parte carecia de portos artificiais. As poucas embarcações alinhavam-se na desembocadura do rio e em uma laguna de 200 metros de comprimento por 50 de largura, localizada ao sul da segunda desembocadura do rio. O braço de terra que separava a laguna do lago – de dois a seis metros de largura, parecia inteiramente natural. Provavelmente havia sido formado pelo arrasto de sedimentos e o contínuo embate das ondas. Os habitantes do lugar limitaram-se a estreitar a entrada da enseada, na zona sul, com um pequeno terrapleno de quatro metros.

Naquele momento não percebemos outro interessante fenômeno. Ao estudar e contrastar as imagens e os dados recolhidos no “circuito aéreo”, comprovamos que naquele tempo a segunda desembocadura do Jordão não corria pelas rotas que hoje conhecemos. O antigo álveo achava-se a quilômetro e

meio mais ao norte. (No século XX, entre a montanha de Kennereth e o *tell* de Bet-Yeraj.³⁹) Papai Noel esclareceria em parte o assunto. Ao que parece, as causas desta variação no curso do rio devem ser procuradas em um intenso sismo registrado pouco depois da época bizantina, quer dizer, há uns mil anos.⁴⁰

Outra das obras a destacar naquele trecho sudoeste do mar de Tiberíades, que evidenciava o grau de prosperidade e desenvolvimento “técnico” da Galiléia de Jesus, era uma tubulação de 20 quilômetros de comprimento que, partindo do rio Yavneel, ao sul, dirigia-se ao norte, cruzando as povoações meridionais do lago e a cidade fortificada de Hamat, para morrer na esplêndida e luminosa Tiberíades. Essa singular obra de engenharia, construída a céu aberto, apoiava-se sobre dezenas de pequenas pontes, avançando penosamente ao pé das colinas e ramificando-se em uma infinidade de canais e canaletas que abasteciam de água os assentamentos humanos, os moinhos farinheiros e a agricultura. (Mais adiante viemos a ter conhecimento de que essa vital canalização deveu-se ao esforço conjugado de Tiberíades, Bet-Yeraj e Senabris.)

A cinco quilômetros e meio ao norte da primitiva segunda desembocadura do Jordão, o “berço” sobrevoou Hamat, uma das três cidades fortificadas do território da tribo de Naftali.⁴¹ Também aqui foram detectadas fontes termais. Na realidade, não fosse pela muralha que a envolvia, Hamat teria passado aos nossos olhos como um prolongamento de Tiberíades.

Como descrever a “pérola” do lago? Tiberíades, sem dúvida, era então a capital do Kennereth. Da porta norte da muralha de Hamat ela se estirava, branca e impecável, ao longo de uma estreita faixa litorânea de apenas 500 metros, na extensão de uma milha. Um monte de 190 metros de altitude cobria seu flanco ocidental. Na encosta, Herodes Antipas havia erigido um espesso muro de 45 pés de altura que, ziguezagueando, servia de proteção à novíssima cidade.⁴² No cume do promontório erguia-se a mais poderosa das fortalezas daquela região da Galiléia: um castelo de pedras pretas, lavradas, e elegantes paredes de calcário que cintilavam ao sol. Como pudemos comprovar, tratava-se do palácio de inverno do detestável filho de Herodes, o Grande.

Essa cadeia de colinas, que protegia Tiberíades das violentas rajadas de vento do oeste, apresentava numerosas covas. Em uma delas, aberta para o oriente e a não muita distância da face ocidental do castelo, os sensores detectaram uma forte corrente de ar quente, assim como altos índices de vapor de água. Suspeitamos que essa gruta devia estar ligada a algum dos numerosos mananciais de águas termais que desembocavam também nos limites da cidade.

Tiberíades era um modelo de construção tipicamente helênica. Uma via principal abria passagem de norte a sul, com duas portas monumentais nos dois extremos. O resto, traçado a esquadro, girava em torno dessa artéria, com ruas,

praças e jardins meticulosamente desenhados, e com inúmeros edifícios que rivalizavam em mármore, colunatas e fontes públicas. (Quando o Destino quis que meu irmão e eu entrássemos em Tiberíades, a magnificência do lugar nos surpreendeu. Só o número de sinagogas era, então, de treze e seu mercado, teatros e o edifício do Conselho de Cidadãos superavam toda imaginação.)

O porto decepcionou-nos. Ainda que espaçoso, não estava à altura da categoria da cidade. Além disso, ainda estava por terminar. Três quebra-mares de 100, 200 e 80 metros, respectivamente, formavam com o cais costeiro um “retângulo”, aberto ao norte e habilmente protegido dos temíveis ventos do leste (o *shargiya*) e do tempestuoso *gibela* sulino.

A umas duas milhas e meia ao norte de Tiberíades, seguindo a costa ocidental, localizamos as ruínas de uma pequena povoação – possivelmente a antiqüíssima Raqat⁴³ –, espalhadas pela encosta leste do hoje chamado tell de Aqlatiya. A seus pés morria um riacho, cruzado pelas cinzentas e erodidas passagens de pedra de uma das ramificações da via Máris. No pequeno delta brotavam outras quatro fontes termais. As tomadas infravermelhas revelaram até sete correntes submarinas com temperaturas de 30 °C que se perdiam mar adentro, a doze metros de profundidade. Na base do *tell* foram captadas imagens de dois reservatórios de oito e doze metros de diâmetro, respectivamente, com paredes enormes, de mais de cinco metros de altura. A água neles armazenada devia servir para a irrigação das terras limítrofes, assim como para a de boa parte do vale que se prolongava pela costa, beirando o rio, até o desfiladeiro do Hittim, no oeste. (Esta estreita garganta, também conhecida como os “cornos de Hittim ou Hattim”, acha-se no caminho entre Nazaré e o lago e, como detalharei oportunamente, foi de grande utilidade para ocultarmos o módulo.)

O último trecho deste périplo – parte da parcela 12 e a “Galiléia 13” – foi simplesmente espetacular. A nossos pés abriu-se o mítico “jardim de Ginosar”: um vale de quase sete quilômetros quadrados onde não foi possível descobrir um único palmo de terra sem cultivar. Era um autêntico vergel, coalhado de nogueiras, palmeiras, oliveiras, figueiras e centenas de médios e pequenos hortos, abundantemente irrigados por três rios que desciam da cordilheira noroeste (os chamados “montes da Galiléia”), situada a coisa de seis quilômetros da costa. Essa várzea, cantada por Josefo,⁴⁴ era o orgulho de todo o mar de Tiberíades. Estreito nos extremos, o vale ia alargando-se até alcançar uma largura máxima de quilômetro e meio. O “jardim” era praticamente dividido em dois por uma colina pedregosa, cuja faixa oriental se esparramava suavemente até a costa. Sobre a ladeira contemplamos pela primeira vez uma cidade de 3 mil pés de comprimento. Uma cidade menos ostentosa do que sua vizinha Tiberíades, de ruas pavimentadas e casas térreas que desciam até um porto muito

semelhante ao de Cafarnaum, no qual homens, animais e embarcações se misturavam em frenética atividade.

Aquela povoação, na qual passaríamos horas adoráveis, era Migdal ou Magdalena, a cidade de Maria Madalena. Ao seu redor, entre a vegetação espessa, reluziam valas, canais e reservatórios de todas as dimensões. Dois, em especial, nos surpreenderam por suas dimensões e localização. O primeiro, na encosta sul da colina, tinha 27 metros de diâmetro. O segundo, no centro da povoação, havia sido construído sobre uma torre circular de seis metros de altura. A abundância de água em Migdal e no resto da várzea ficou explicada não só pelo caudal dos rios, como também, e sobretudo, pelos ricos mananciais subterrâneos que afloravam por toda parte. Um destes mananciais (hoje conhecido pelo nome de Ein-Nun), proporcionava um volume da ordem de dois milhões de metros cúbicos ao ano. A maior parte deste caudal desaparecia em forma de arroios. E foi ali, na desembocadura da torrente, que os sistemas de bordo descobriram algo que nos alarmou: as águas continham um gás nobre – o radônio – e um índice de radioatividade superior ao tolerado pelo organismo humano. As investigações posteriores, *in situ*, confirmariam que uma parte da população de Migdal e de quantos bebiam habitualmente daquela fonte estava afetada – em maior ou menor medida – por uma moléstia bem conhecida no século XX.⁴⁵

A quinhentos metros ao norte do porto de Migdal destacava-se o último dos assentamentos humanos naquela área da costa. Tinha um pequeno embarcadouro e suas dimensões eram muito inferiores às da industriosa vila natal de Maria Madalena. Segundo o computador central, dada sua localização – muito próxima ao pico chamado Kennereth –, podia tratar-se de uma quase esquecida aldeia bíblica, de nome Guinosar, mencionada por Marcos, o Evangelista, em seu capítulo 6, versículo 53: “... e passaram (Jesus e seus discípulos) e chegaram à terra de Guinosar e se acercaram da costa. E ainda estavam saindo do barco quando os habitantes do lugar o reconheceram”.

Dois quilômetros mais acima, fechando o vale, divisamos o fim das escarpadas e avermelhadas paredes do Kennereth, com seus 87 metros de altitude. Do outro lado, a meia milha, achava-se o “ponto de contato”: a “base-mãe 2”.

Muito próximo ao Kennereth sobrevoamos o não menos “evangélico” rincão de Tabja (em grego, Heptapegon: lugar das “sete fontes”), que a tradição cristã associa à “pesca milagrosa”. (Uma tradição, seja dito de passagem, igualmente equivocada. A famosa “pesca”, como pude constatar, nem foi “milagrosa” nem aconteceu naquela minúscula baía, tão apreciada pelos pescadores galileus.) Em realidade, mais do que uma aldeia, com sua meia

dezena de choças, parecia um reduto “industrial”, com três fontes importantes e incontáveis mananciais que supriam de água um completo “sistema” hidráulico, integrado por moinhos e uma espessa rede de canais. Um dos mananciais, localizado no fundo de uma piscina octogonal de vinte metros de diâmetro e oito de profundidade, deixou-nos atônitos. Seu caudal oscilava, então, entre 1.500 e 3 mil metros cúbicos por hora. Naquele momento não avaliamos a utilidade de tais águas, sulfurosas e aflorando a 27 graus Celsius. A pequena enseada, de uma grande riqueza em peixes, havia sido dotada de dois cais de 50 e 35 metros. O primeiro, em forma de arco, o segundo, perpendicular à costa.

Às 8 horas, 7 minutos e 8 segundos, depois de um vôo quase perfeito, o “berço” pousava pela segunda vez sobre a laje rochosa da rampa sul do até esse momento suposto monte “das Bem-Aventuranças”. Como é de supor, ainda que o controle, durante o giro sobre o lago, fosse contínuo, nossa primeira preocupação – quase obsessão –, ao tomar pé em terra, concentrou-se nas reservas de combustível. O gasto, exatamente como fixara Papai Noel, não excedeu as duas toneladas: 1.988,6 quilos. Isso reduzia o volume total a 47,5%. A partir desse instante, se na verdade desejássemos regressar a Massada, a ignição do J85 deveria ficar selada, ou quando muito, limitada a uma ou duas operações de curtíssima duração. O traslado da nave a um lugar seguro constituiria uma dessas manobras.

De acordo com o programado, aquela terça-feira, até bem entrada a noite, foi destinada à preparação das imagens, perfis topográficos e mapas que deveriam servir de “guia” e “sustentação” para o “olho de Curtiss”. Essa difícil tarefa – vital para a obtenção de um máximo de dados nas aparições que se aproximavam deparou-nos algumas surpresas, muito sugestivas do ponto de vista científico. Por exemplo: ainda que sua forma de pêra invertida e suas dimensões⁴⁶ não hajam variado aparentemente, as análises revelaram que há dois mil anos o lago era ligeiramente mais estreito. A linha da costa passava por lugares hoje submersos. A quase totalidade dos portos descritos se acha na atualidade sob as águas. Felizmente, graças às modernas técnicas de arqueologia e exploração submarinas, estes restos estão sendo localizados.⁴⁷ Deus queira que, no futuro, quanto aqui se narra possa ser ratificado por essa moderna disciplina científica.) Isso significa que, no tempo de Jesus, o nível do mar de Tiberíades era sensivelmente mais baixo: uns dois metros, em relação ao de hoje.

Também foi possível constatar outro interessante fenômeno: o Kennereth se “move” para o sul. Isso se deve a um duplo processo. Por um lado, o contínuo embate das ondas está minando e fazendo retroceder a costa meridional, à razão de dez centímetros por ano.⁴⁸ No extremo oposto, por sua vez, dá-se um fenômeno contrário: o aporte de sedimentos do Jordão alarga o delta, fazendo

avançar a linha nordeste da costa.

O perfil submarino do lago interessava-nos especialmente. Um exato conhecimento de sua configuração podia proporcionar-nos elementos de juízo para, no futuro, avaliar na justa medida alguns dos “prodígios” protagonizados pelo rabi e aos quais aludem os textos evangélicos. Pessoalmente, a famosa tempestade que, segundo as Escrituras, foi acalmada por Jesus, assim como a pesca “milagrosa”, haviam despertado minha curiosidade. Ocorreram esses fatos tal como foram narrados pelos evangelistas? Por isso, como eu disse, era importante conhecer sua estrutura, correntes, ventos e demais fatores meteorológicos, físicos, geográficos e bioecológicos, próprios do Kennereth. Comprovamos, por exemplo, que seu fundo era assimétrico. A costa oriental descia bruscamente. Ali, entre Ein-Gev e Kursi, registramos a máxima profundidade: -253 metros em relação ao nível do Mediterrâneo. (A medida do nível do lago era então, em média, de 208 metros abaixo do nível do Mediterrâneo. Hoje, o Kennereth oscila ao redor dos 210 metros, se bem que em muitos mapas modernos, por equívoco, figure a cifra de 212. Isso faz do mar de Tiberíades o lago de água doce mais baixo do mundo.) Esses 253 metros representavam uma “fossa” de 41 metros. O litoral oeste, ao contrário, caía de forma mais suave, com exceção da área da cidade de Tiberíades. O resto da bacia acusou uma profundidade média de 25 metros, com um volume aproximado de água de 4.300 milhões de metros cúbicos.

As imagens infravermelhas explicariam as extensas faixas marrons que coloriam a superfície do lago naquele momento e que, em uma primeira análise, interpretamos como resultantes da terra arrastada pelas águas e procedentes do Jordão e outros rios. Estávamos diante de uma maciça colonização de algas, do tipo classificado como *peridinium*.⁴⁹ Obviamente, como previa o Cavalo de Tróia, os estudos do Kennereth deveriam partir da terra. Eliseu seria o responsável por boa parte destas comprovações científicas, que incluíam capítulos tão ambiciosos como o acompanhamento dos ciclos do nitrogênio e do fósforo, da cadeia alimentícia do lago, informes sobre suas diferentes camadas sedimentares, fitoplânctons, transparência, oxigenação e níveis das águas, principais correntes e ventos, salinidade, evaporação, natureza dos mananciais sulfurosos, fauna e tudo mais que concerne à moderna ciência denominada “limnologia” (estudo das águas doces e dos seus organismos, especialmente do ponto de vista da ecologia). Esse banco de informações, além de enriquecer-nos e enriquecer o projeto, foi de inestimável ajuda nas correrias e aventuras em que nos vimos envolvidos a partir de então. Mas devo prosseguir. As forças me abandonam e é muito o que resta por contar.

Creio já haver explicado que uma das regras da operação proibía a presença

dos expedicionários em momentos, digamos, de certa “intimidade” entre Jesus e seus discípulos, como ocorrera, por exemplo, no decurso da chamada “Última Ceia”. Nesse caso a situação fora compensada com informações indiretas e com a colocação de um microfone de especial sensibilidade na lanterna que iluminava a mesa do cenáculo. Todavia, à vista do grave risco em que implicaria o abandono, mesmo que temporário, desses dispositivos eletrônicos em um marco histórico anacrônico, os diretores do Cavalo de Tróia acordaram em substituir tais sistemas por outro, infinitamente mais seguro e eficiente. Assim, pois, o general Curtiss, com sua conhecida habilidade, conseguiu do Escritório de Investigações Especiais da Força Aérea Norte-Americana (AFOSI) um protótipo quase mágico que, com muita propriedade, foi batizado pelos homens do projeto como o “olho de Curtiss”.

O “berço” foi dotado de seis dessas maravilhas da engenharia eletrônica: umas esferas de aço de 2,19 centímetros de diâmetro, totalmente blindadas, susceptíveis de ser lançadas do módulo e, convenientemente camufladas na faixa do espectro IR, teledirigidas a distâncias não superiores a dez quilômetros, podendo imobilizar-se, até, a uma altitude de mil metros. Esses equipamentos – que hoje fariam as delícias dos serviços de espionagem do mundo – nos permitiriam “registrar” cenas e conversações que, em condições normais, seriam de difícil acesso.³⁰

Em duas das iminentes aparições do Ressuscitado a seus discípulos teríamos ocasião de comprovar o grau de eficiência do “olho de Curtiss”. Não fosse por ele, alguns dos acontecimentos passados às margens do lago teriam ficado lamentavelmente mutilados ou deformados.

Dava-se, além disso, outra circunstância que por si mesma justificava a utilização desses minúsculos, quase “humano”, dispositivos. No caso, por exemplo, das aparições de Cristo no lago, nenhuma das passagens evangélicas relata com exatidão em que ponto da costa ou de terra adentro se registraram. Todas as suposições apontavam para as áreas de Bet Saida ou Cafarnaum e para o monte “das Bem-Aventuranças”. Mas isso não era suficiente nem rigoroso. Então, chegado o momento, na hipótese de que não me achasse presente, um desses “olhos”, previamente programado, podia ser catapultado até o lugar, registrando imagens e sons.

A jornada se ia extinguindo e Eliseu e eu aguardamos impacientes o novo dia. Os planos da operação, uma vez mais, iriam ser modificados em plena marcha.

³⁰ Nos estudos hidrológicos, a fotografia infravermelha é de grande utilidade: pode delinear as marcas longitudinais ocasionadas pelas marés nas costas e os sedimentos terrosos em tonalidades esverdeadas. É

de suma importância obter tomadas de cores modificadas, a fim de registrar plantas marinhas e algas flutuantes em águas turvas. Interpretando essas refletâncias conhecidas e outras que se pode determinar experimentalmente, é possível localizar fontes de contaminação. Nas imagens infravermelhas, a água clara aparece preta e a cobertura de algas, vermelha. As superfícies com baixo nível de oxigênio oferecem um tom leitoso. (N. do M.)

- 36 Segundo os dados do computador central, o povoado de Duqat foi conhecido na Antiguidade como Kefar-Aqbiya, do período do Segundo Templo, ainda que a cerâmica encontrada na zona leve os peritos a pensar que sua fundação é mais antiga. Tratava-se, portanto, de uma das povoações mais antigas do mar de Tiberíades. No século XI de nossa era, um judeu vizinho do lugar visitou os banhos de Hamat Gader e fez um donativo para a construção de uma sinagoga. Como sinal de agradecimento, no mosaico do piso da sala aparece o nome de “Kiros (senhor) Patrik, de Kefar Aqbiya”. (N. do M.)
- 37 Esta estrada romana corria então em nível superior ao da estrada que bordeja o lago na atualidade. Marcos e trechos dela podem ser vistos hoje nos arredores do kibbutz de Ein-Gev, assim como nos campos que rodeiam as ruínas da milenária Kursi. (N. do M.)
- 38 De Ugarit, cidade fenícia da Síria, próxima ao mar. Como empório comercial, conheceu épocas de grande prosperidade. As escavações realizadas por ordem do governo francês em Ras Shamra, em 1928, trouxeram à luz notáveis restos de sua civilização. (N. T.)
- 39 Os curiosos e visitantes podem identificar hoje o palmeiral ali existente (o “jardim de Rachel”), plantado em memória dessa poetisa. (N. do M.)
- 40 O primeiro dado histórico sobre essa mudança no leito do rio Jordão remonta ao ano de 1106, quando um peregrino russo, um tal Daniel, observou “que do Kennereth partiam dois braços de água que, a meio quilômetro da margem, se uniam a um rio chamado Jordão”. De fato, até o ano de 1950, os restos de uma ponte romana erguida sobre o velho álveo eram visíveis. (N. do M.)
- 41 Segundo Josué (19, 35), essas três cidades fortificadas eram Ramat, Ragat e Kinnereth. Mesmo antes da conquista da terra de Israel, Ramat e arredores eram famosos por suas fontes de água quente, por seu clima tépido e por suas paradisíacas paisagens. Um papiro do século XII a.C. (Anastasio I) qualifica a região de Hamat como “lugar de passeio”. Realmente, a beleza e a placidez daquele litoral só podiam comparar-se com a não menos célebre várzea de Ginosar, na costa norte. (N. do M.)
- 42 Ao que parece, Tiberíades foi fundada por volta do ano 20 de nossa Era por Herodes Antipas, um dos filhos de Herodes, o Grande. Seu nome se deve a um gesto de adulação de Antipas para com Tibério. A verdade é que, apesar de haver sido edificada nas vizinhanças de um cemitério – fato que indignou os judeus –, no ano 30 esse fato já havia sido praticamente esquecido pela população da Galiléia. Como terei ocasião de relatar, em suas ruas conviviam toda sorte de pagãos e hebreus que não pareciam preocupados com o “repugnante sacrilégio” cometido por Herodes Antipas. (N. do M.)
- 43 Raqat, outra das povoações amuralhadas do lago, remontava ao terceiro milênio, sendo contemporânea de Bet-Yeraj. Sua existência prolongou-se até fins do período do Primeiro Templo. Os árabes chamam hoje o vale de Raqat e suas fontes pelo nome de Fuliya, ainda que o lugar seja também conhecido como “jardim dos russos”, em razão do convento erigido na zona pela Igreja russa moscovita no final do século XIX. (N. do M.)
- 44 Em sua obra Guerras dos judeus (3, 10, 8), Flávio Josefo faz a seguinte descrição do vale de Ginosar: “Ao longo do mar estende-se uma terra chamada Ginosar, maravilhosa por sua disposição e beleza. E a terra desta zona é fértil e, portanto, não carece de vegetação, pois seus habitantes semearam nela toda classe de plantas. Porque o clima é agradável e bom para as diferentes plantas. Aqui há inúmeras nogueiras, que são as que mais buscam o frio dentre todas as árvores, e junto a elas se elevam palmeiras, que absorvem o calor do sol, e em torno destas crescem figueiras e oliveiras, para as quais é bom um clima intermediário, pois posso dizer que a natureza combinou suas forças para reunir aqui todas as diferentes espécies, que competem umas com as outras...” (N. do M.)
- 45 Segundo informações em poder do Cavalo de Tróia, a periculosidade dessas águas obrigou o Governo de Israel, nos anos 1950, a proibir seu consumo, colocando em ação um plano de aproveitamento de suas qualidades medicinais. Ao que parece, ao fim de alguns dias, o gás acaba por desvanecer-se,

desaparecendo os altos índices de radioatividade. (N. do M.)

46 O mar de Tiberíades, da Galiléia ou Kennereth, como se denomina comumente, mede 21 quilômetros de norte a sul. Sua largura máxima corresponde à linha Migdal-Kursi, com 12 quilômetros. Isso representa uma superfície de 170 quilômetros quadrados. Geologicamente, o lago é muito “jovem”: 15.300 anos antes da Era cristã. A depressão sobre a qual se assenta é parte de uma bacia muito mais antiga – formada pelos rios Jordão e Aravá – que, por sua vez, pertence à grande fratura sírio-africana. De todas as falhas continentais, a do Jordão é a mais profunda. Durante o Pleistoceno – há um milhão ou milhão e meio de anos – uma dessas fraturas telúricas determinou a forma atual do Kennereth.

No Plioceno, o oceano havia irrompido através do vale de Yizreel e de Bet-Shean, alcançando a bacia do Jordão. E assim continuou até que as mudanças geológicas e climáticas insularam este mar interior. Este último mar pleistocênico existiu naquela bacia do rio Jordão entre os anos 75.000 e 17.000 antes de nossa era. Estendia-se do Kennereth, ao norte, até Hatzevá, ao sul do mar Morto. Suas águas eram salgadas e seu nível rebaixava em trinta metros o do lago que hoje conhecemos. Em seu fundo havia um material brando, denominado “argila de língua”. (Daí, também, outro dos nomes: mar da Língua.)

Depois do Pleistoceno, por volta do ano 20.000 a.C., Israel sofreu uma importante mudança climática. O clima úmido fez-se mais seco e as abundantes chuvas decresceram. Dessa forma, o grande mar da Língua iniciou um processo de secagem que, com o tempo, terminaria por convertê-lo no que hoje conhecemos como mar Morto, ao sul, e mar de Tiberíades, ao norte. Este último herdou suas principais margens do mencionado mar precedente: ao oeste e a leste, as linhas da grande fratura; ao norte, a barreira de basalto, na borda sul, a mais jovem. Esta se originou dos sedimentos que o rio Yarmuk arrastava, elevando-se entre oito e dez metros sobre o nível do lago. Muito antes que o Kennereth ou mar da Galiléia adotasse sua forma definitiva, o Jordão vertia suas águas doces no mar da Língua, e lentamente foi abrindo passagem até alcançar a costa norte do mar Morto.

Desde os tempos antigos essas paragens exerceram uma poderosa influência sobre todas as culturas. As margens do lago têm-se encontrado restos das mais antigas épocas pré-históricas. A exceção dos descobertos na África, um dos assentamentos humanos mais antigos do planeta foi localizado precisamente em Batar Abudiya, a três quilômetros ao sul do mar da Galiléia, junto ao kibbutz de Bet-Zerah. Esses homens primitivos – os primeiros a povoarem a Terra Santa – chegaram a Israel há 3 ou 4 milhões de anos, procedentes do continente africano, seguindo a citada fratura sírio-africana. Instalaram-se às margens do mar doce, alimentando-se da abundante caça e de uma rudimentar agricultura. Essas tribos assistiram às últimas fases da depressão do Jordão. Prova disso é que restos de seus utensílios e alimentos apareceram em um estrato inclinado em 60 graus. (N. do M.)

47 Já em 1869, o escocês McGregor realizou as primeiras explorações do lago, ainda que a maré de inverno o impedisse de descobrir restos importantes. Anos mais tarde, por volta de 1970, a Associação para a Investigação Arqueológica Submarina de Israel, através de Abner Raban e J. Shapiro, teve a sorte de localizar os portos de Kursi, Migdal e Tabja. (N. do M.)

48 Segundo os especialistas israelenses, entre os anos de 1940 e 1970, esse ritmo de destruição da costa sul do lago alcançou o máximo, em consequência de fatores como a construção da represa de Degania (em 1932) e do Canal Nacional (em 1963). Essas obras provocaram um aumento dos níveis do lago. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de uma agricultura intensiva no vale do Jordão fez com que o volume das águas que chegavam à costa meridional se multiplicasse, incrementando a erosão. De fato, o litoral sul retrocedeu a um ritmo de 30-40 centímetros ao ano. Em consequência, a ribeira sul ficou submersa. Testemunhas mudas desse lamentável processo são as bananeiras e videiras que acabaram por tombar sobre as águas, deixando a descoberto algumas seções dos canais que as irrigavam. Os mergulhadores comprovaram também que as colunas de concreto que foram implantadas na área como defesas antitanques pelo exército judeu se acham hoje no fundo do Kennereth. (N. do M.)

49 A peridinium é uma alga esférica protozoária, do grupo das “brilhantes” (porófito). A partir do mês de janeiro ela se reproduz maciçamente e entre fevereiro e abril “conquista” largas zonas do lago. Nossos sistemas detectaram naquela ocasião uma população de 3.300 unidades por centímetro cúbico. A luz matutina, esse tipo de alga sobe à superfície, colorindo-a de um marrom intenso. As primeiras horas da

tarde, recebida a imprescindível radiação solar, submerge de novo, concentrando-se entre cinco e sete metros de profundidade. Os pescadores do lago conheciam bem esse processo, assim como a circunstância de que uma das espécies de peixes, a “tilápia”, se alimentasse precisamente dessa classe de alga. Cada manhã se introduziam nos bancos de peridinium e com isso obtinham abundante pesca. (N. do M.)

50 Embora o “olho de Curtiss” pertença especificamente ao âmbito do segredo militar, o que me impede de revelar as chaves de seus microssistemas, penso não violar nenhuma norma se apenas me limitar a indicar aquelas funções que estiveram diretamente relacionadas com nosso trabalho. Em síntese, essas esferas haviam sido providas de várias câmeras fotográficas eletrostáticas, com uma propulsão magnetodinâmica que, como eu disse, lhes permite elevar-se a uma determinada altura e captar imagens fotogramétricas e toda sorte de sons. Em seu interior havia sido disposto um microfone diferencial, integrado por 734 células de ressonância, sensibilizadas cada uma em uma gama restrita de frequências acústicas. O campo de audição estendia-se dos dezesseis até os 19.500 ciclos por segundo. Os níveis “compensados” – com respostas praticamente planas – dispõem de uma entrada inferior aos seis decibéis. (É preciso acrescentar que as células registradoras de frequências infra-sônicas, devido a suas “microdimensões”, não trabalhavam com ressonância própria.) O nível de corte superior era de 118 decibéis.

Outro dos dispositivos alojados no “olho de Curtiss” consistia em um detector de hélio líquido muito preciso, capaz de registrar frequências eletromagnéticas que se estendem da gama centimétrica até a faixa beta. O equipamento de registro discrimina frequências, amplitude e fase, controlando simultaneamente o tempo em que se verificou a detecção. Também dispõe de um emissor de faixa múltipla, gerador de ondas gravitacionais, de grande utilidade nas comunicações com os órgãos de controle situados no “berço”, assim como um retransmissor para a informação captada pelos diferentes equipamentos. O “olho” podia imobilizar-se no ar, graças a um dispositivo, igualmente miniaturizado, de nível gravitacional, que lhe permite estabelecer “estacionário” a diferentes altitudes mediante o registro do campo gravitacional ou o correspondente dispositivo propulsor. (A medição do campo se faz com um acelerômetro que avalia a constante “g” em cada ponto, controlando o comportamento de queda livre de uma molécula de $\text{Hg}(\text{SCN})_2$ (tiocianato de mercúrio).

O delicado engenho podia deslocar-se de acordo com dois sistemas de controle. Em alguns casos, um transceptor de campo gravitacional em alta frequência emitia impulsos codificados de controle que eram automaticamente corrigidos quando o “olho” se achava nas imediações de um obstáculo. O operador, em terra, podia observar em uma tela todo o campo visual detectado pela esfera. Este procedimento era complementado mediante a “carga” de uma seqüência de imagens e perfis topográficos do terreno que se desejava espionar. Daí a importância do “circuito” aéreo sobre as treze parcelas em que havia sido dividido o litoral do lago. Essa varredura televisual servia de “guia” ao “olho de Curtiss”. A sucessão de imagens levava fixada a trajetória, que por sua vez era memorizada em uma célula de titânio cristalizado, quimicamente puro. No interior do “olho”, uma “microcâmara” – cujo filme fora substituído por uma tela que traduz a recepção de fótons em impulsos elétricos – recolhe as sucessivas imagens dos lugares sobre os quais voa a esfera. (A sensibilidade da tela se estende até uma frequência de 7.10^{12} ciclos por segundo (espectro infravermelho), o que torna possível sua orientação até mesmo em plena obscuridade.) Tais imagens são “sobrepostas” às registradas na memória e que, insisto, foram previamente tomadas pelo módulo no seu vôo ao redor do mar de Tiberíades. Esse equipamento óptico explora ambas as imagens e quando as primeiras não coincidem com as memorizadas, impulsos de controle corrigem a trajetória dos equipamentos propulsores e de direção. Desse modo, o “olho de Curtiss” pode orientar seus próprios movimentos, sem necessidade de uma manipulação externa de natureza teledirigida.

Em nosso caso, o controle do “berço” foi praticamente contínuo. Lamentavelmente, na atualidade, uma parte desse prodigioso sistema acabou por infiltrar-se em outros círculos militares que, ainda de forma incompleta, começaram a desenvolver o que se designa como sistema de guia TERCOM (Terrain Contour Mapping) e sistema SMAC (Scene Matching Area Correlation), tristemente usados para guia de

mísseis. (N. do M.)

19 de abril, quarta-feira

Meu irmão de expedição, previdente e metucioso, me preveniu. As reservas alimentícias e de água se esgotavam. Essas coisas, pouco importantes na aparência, tinham também seu papel. E, em determinadas ocasiões, como se verá, nos forçaram a bruscas mudanças de planos. Nesse caso, a alteração do programa acabaria sendo providencial. As provisões, como já expliquei, haviam sido programadas para um total de doze dias. Reduzindo a dieta, poderíamos resistir até o meio-dia de sexta-feira, 21. Mas na verdade não devíamos preocupar-nos mais do que o devido com problemas secundários como esse. Nossas forças e inteligência deviam estar preparadas para servir a tarefas menos prosaicas. Assim, de mútuo acordo, concordamos em quebrar o programa do Cavalo de Tróia. Nessa mesma quarta-feira, 19 de abril, eu desceria até a próxima povoação em busca de alimentos. Mas antes, aproveitando a serena e ensolarada manhã, tentaríamos resolver outro assunto.

A colina continuava deserta. Isso animou-nos a realizar nossa primeira saída em conjunto do módulo. A temperatura externa – 11 °C às 7 horas –, com quase certas possibilidades de subir até os 21 ou 22 pelo meio-dia, e ainda os 49,5% de umidade relativa, eram sinais que anunciavam um dia temperado, muito adequado aos nossos objetivos.

Sem reprimir a emoção, Eliseu mudou seu habitual macacão de trabalho por umas roupas próprias da época, semelhantes às minhas: uma camisa marrom e uma túnica preta, de linho, com duas franjas vermelhas paralelas no centro e que se prolongavam na parte dianteira e atrás, ao estilo das confeccionadas em En Gedi, na costa ocidental do mar Morto. O cinto, de couro, de dez centímetros de largura, diferia do meu. Consistia em uma utilíssima peça oca, idêntica às achadas nas ruínas da Massada, e que permitia acondicionar dinheiro e pequenos objetos. Uma fivela de bronze em formato de arco, fechava o cinto.

O calçado, para essa fugaz escapada da nave, tampouco era diferente do usado habitualmente por mim: sandálias com solado de esparto, trançado nas montanhas turcas de Ancara, perfuradas por diferentes pares de tiras de couro de vaca, enceradas, que se enrolavam na canela.

Dispensamos a *chlamys*. A temperatura agradável e o embaraçoso de tal manto tornavam desaconselhável o seu uso.

Então, uma vez modificado o alcance dos sensores de radiação infravermelha – para prolongar seu raio de ação até 300 pés –, meu companheiro

colocou em uma bolsa de borracha o instrumental de que, segundo nossos cálculos, poderíamos necessitar nessa nossa investida. E, lenta e parcimoniosamente, como se nisso empenhasse sua vida, Eliseu desceu ao solo rochoso. Acompanhei-o com curiosidade. Aquele, de fato, era seu primeiro contato direto com a Palestina de Jesus. Um Jesus de Nazaré que ele ainda não tivera a sorte de contemplar face a face. Eu sabia. Conhecia muito bem suas inquietações e seu acalentado sonho, e ali mesmo, sob a estrutura do “berço”, supliquei aos céus que essa oportunidade não se frustrasse. Nenhum de nós dois imaginava realmente, naquele momento, quão próximos estávamos de tão crucial e decisivo encontro...

Tal qual sucedera comigo na segunda saída, Eliseu, nos primeiros instantes, permaneceu mudo. A beleza da verdejante e perfumada colina não era para menos. Percorreu a vista ao seu redor e, deixando-se arrastar por um de seus impulsos, pôs o joelho direito em terra e arrancou um úmido molho de ervas e flores. Levou-as aos lábios e, de olhos entrefechados, as beijou. Sorriu-me, depois, como se quisesse desculpar-se por aquele gesto. Certamente pensou que passara por pueril a meus olhos. Mas não foi esse o meu pensamento. Ao contrário. Emocionado diante da sensibilidade e cristalina transparência de seu coração, correspondi-lhe com o melhor e mais eloquente sorriso.

De súbito, assim que nos separamos da invisível nave, a “cabeça de cera” alojada em meu ouvido começou a vibrar. Era o sinal previamente estabelecido. Papai Noel, segundo o programado, havia iniciado a emissão de uma série de impulsos eletromagnéticos de 0,0001385 segundos cada um, perfeitamente audíveis através da conexão auditiva. O dispositivo outra coisa não era senão um reajuste do escudo protetor IR. Na suposição de que alguém penetrasse no círculo infravermelho de 300 pés de raio, os sensores, após captarem a presença do intruso, traduziam o sinal em impulsos elétricos e, automaticamente, o computador central da nave o reemitia em forma de mensagens de curta duração. Mesmo que nos encontrássemos a 15 mil pés da nave, Papai Noel podia “interpretar” e reconverter o alerta IR, transmitindo-o à nossa posição.

Esse sistema, de grande confiabilidade, autorizava-nos a abandonar o módulo sem deixarmos de registrar a proximidade de homens ou animais na zona de segurança da máquina. Naquelas circunstâncias, esses impulsos eletromagnéticos haviam sido provocados por nós mesmos, situados, que estávamos, em pleno campo de ação dos sensores de radiação infravermelha. Ao alcançar as imediações do círculo de basalto e sair assim do alcance do escudo infravermelho, os “silvos” cessaram.

Subimos ao alto das rochas e, depois de nos certificarmos da ausência de gente nos arredores, dispusemo-nos a descobrir o mistério da pedra circular.

Uns poucos pontapés bastaram para que a cunha cedesse. Então a pesada pedra, quase sem ajuda, deslizou por gravidade para a esquerda com um áspero ruído ao roçar com a parede de calcário. Uma abertura escura, retangular, de uns 90 centímetros de altura, surgiu diante de nós. Trocamos um olhar inquieto. Deveríamos mesmo prosseguir? A tenebrosa escuridão fez-me vacilar. Até que ponto se justificaria o risco de uma aventura daquele tipo, estranha à nossa verdadeira missão? Mas Eliseu, adivinhando meus pensamentos, atirou a bolsa para dentro e, sem mais vacilações, engatinhando, introduziu-se na galeria. Acompanhei-o com o coração acelerado; já no estreito túnel começamos a perceber um odor acre e desusado que nos deu desde logo uma idéia do que na verdade se encontrava na caverna. Minhas suposições eram fundadas. E, confiantes quanto à ausência de testemunhas, decidimo-nos então a utilizar uma potente lanterna de 33 mil lumens, à bateria, com uma autonomia de quase duas horas.⁵¹ (Em outra situação, obviamente, esse foco nem sequer teria saído da nave.)

O corredor, de uns dois metros de comprimento, desembocava em uma antecâmara retangular, igualmente escavada na rocha, cujo teto – a quase três metros de altura – permitiu que nos erguêssemos. O piso, ligeiramente mais baixo do que o do corredor de acesso, era rodeado por prateleiras de pedra. No centro geométrico de cada uma das paredes abriam-se diferentes arcos – à maneira de portas, de 1,89 metro de altura – que conduziam a outras tantas câmaras, todas quadradas, de oito metros de largura. Nesses cubículos, apesar da natureza “hidrófila” da caverna, que absorvia boa parte dos gases, o cheiro de gás sulfídrico e amônia era tão ativo e repulsivo que tivemos de usar as máscaras, que prudentemente havíamos incluído entre os utensílios colocados na bolsa. (Como médico, eu sabia que ao final de minutos a pituitária acabaria por saturar-se e a membrana nasal deixaria de perceber a molesta e opressiva exalação. Mas respeitei a justa vontade de meu irmão.) De fato, achávamos-nos em uma cripta funerária de grandes proporções e que, com certeza, abrigava os restos mortais de alguma endinheirada família de Cafarnaum, senão de toda uma coletividade.

Ao pé das paredes, sobre as prateleiras, abriam-se os *kokim* ou nichos (em algumas paredes contamos até nove), fechados com pedras redondas. Ao removermos as pedras vimos umas celas de 80 centímetros de altura por 55 de largura. Em seu interior repousavam uns curiosos sarcófagos retangulares, de madeira – quase sempre sicômoro e cipreste –, feitos à base de tábuas unidas por gonzos e cavilhas.

Vestimos as roupas de proteção – dois pares de luvas cada um, óculos, gorros e vários aventais que nos cobriam desde o pescoço até os pés –, e,

procurando não destruir os carcomidos caixões, os removemos para o centro da sala. A abertura dos sarcófagos revelou-nos um sistema de sepultamento – muito comum no século I antes de Cristo – que consistia na superposição, em um mesmo ataúde, de duas e até três pessoas, separadas por colchões de couro. (Geralmente, um adulto e um menino ou dois adultos e um menino.) Junto aos restos havia caçarolas e recipientes de barro. Em cinco deles – ocupados por mulheres – sandálias e uma moeda cunhada na época de Herodes. A maioria estava reduzida ao esqueleto. Só uns poucos se apresentavam desintegrados e em estado de pó. Vários dos meninos estavam mumificados e dessecados. Três dos sepultamentos, ao contrário, muito mais recentes, achavam-se na segunda e terceira fases da putrefação – períodos enfisematosos e de liquefação –, com todas as características conhecidas. Muito provavelmente haviam sido inumados no decurso dos últimos dois ou três meses.

Mas aquilo não era o que na verdade buscávamos; e, uma vez concluídas as análises e investigações nas câmaras mortuárias, fechamos de novo os nichos e descemos ao pavimento inferior da cripta. No cubículo situado em frente ao túnel de entrada, uns degraus davam acesso a uma segunda sala, de quase trinta metros de fundo, repleta de nichos e arcos. Ali, em sapatas escavadas também na rocha viva, estava nosso principal objetivo: uns trinta ossários retangulares, talhados em peças únicas de pedra calcária, com tampas separadas. Quase todos tinham os nomes, a origem da família e dados pessoais da vida de cada um dos inumados, gravados em hebraico e grego. Essas inscrições nos ajudariam a estabelecer os parentescos e verificar outros dados antropológicos.

Cada ossário, de 50 centímetros de altura por 25 de largura, continha os ossos desarticulados de um ou mais indivíduos, para ali trasladados depois do primeiro sepultamento e da decomposição do corpo. Outros, menores, guardavam os ossos de meninos. No centro da câmara, em um poço de dois metros de diâmetro, amontoava-se um caótico volume de ossos humanos, misturados a vasilhas de barro, a maioria quebrada e imprestável.

Uma oportunidade como aquela talvez não se repetisse. Por razões fáceis de compreender, um estudo antropológico dos judeus vivos daquele tempo era quase impossível. Então, ao descobrir as galerias subterrâneas e suspeitar de sua natureza, tanto Eliseu quanto eu achamos que, à margem de nossa missão propriamente dita, não devíamos desprezar a ocasião de estudar os restos humanos ali depositados, os quais, sem dúvida, revelariam dados de grande interesse científico. Entusiasmados com o projeto, iniciamos febrilmente a análise daqueles ossos. (Em dias sucessivos, meu companheiro se encarregaria de concluir as medições, aventurando-se sozinho na cripta. Lamentavelmente, essa temeridade nos traria um susto de morte e uma lição difícil de esquecer.)

Conseguimos examinar ao todo os restos de 197 indivíduos, pertencentes a três gerações da família de um tal Yejoeser ben Eleazar e sua esposa Slonsin. O sobrenome Goliat aparecia gravado na maior parte dos ossários. Pois bem, as conclusões mais importantes desse estudo – extensivas em boa medida à generalidade da população da Galiléia – foram as seguintes:

Metade dos indivíduos havia falecido antes dos dezoito anos. (Dentro desse grupo, a cifra mais alta de mortalidade correspondia aos primeiros cinco anos de vida.) Isso refletia algo que, no fundo, já sabíamos: o índice de mortalidade infantil era considerável.

Também observamos uma alta incidência de anomalias do sistema ósseo,⁵² com um forte predomínio da artrite, em especial entre os homens e mulheres de idade mais avançada, e estendendo-se especialmente nas regiões cervical e lombar da coluna.

Quanto à dentição, o quadro final foi igualmente calamitoso. Encontramos cáries em 37% das mandíbulas. (Em geral, em caninos e molares.) Também observamos abscessos alveolares em 28,5% dos maxilares e em 30,2% das mandíbulas: a maioria em molares, caninos e incisivos. O desgaste era maior nos indivíduos mais velhos. (Muito acentuados nos molares e pré-molares.) A reabsorção alveolar denotava uma grave afecção periodontal, causa, sem dúvida, da freqüente perda prematura dos dentes. Segundo nossas observações, os primeiros a cair eram os molares. (Observamos também dois caninos inferiores de dupla raiz; um crânio com ausência congênita dos caninos superiores e um canino e um incisivo com as raízes e coroas fundidas.) As condições dentárias da população eram, portanto, lamentáveis. (Aos problemas degenerativos de natureza congênita, avitaminoses etc., era de acrescentar-se o excessivo consumo de pão – elementar na dieta dos hebreus – que levava com certeza às enfermidades periodontais e a um notável desgaste das peças.)

Os crânios daqueles galileus, no caso dos homens, eram claramente mesocéfalos,⁵³ enquanto que os das mulheres – relativamente mais largos – eram braquicéfalos.⁵⁴ A proliferação de crânios masculinos mesocéfalos, com uma média de 81,5 naquelas latitudes, nos obrigaria a retificar o critério defendido até então com respeito ao crânio de Jesus de Nazaré, também mesocéfalo e que, confiando nos estudos de Von Luschan e Renan, havíamos classificado como “pouco freqüente” entre os judeus da Galiléia.

Segundo os compassos de arco, regras e calibres utilizados, a estatura média daqueles espécimes – ratificada em observações posteriores e diretas – oscilava ao redor de 1,66 metro nos homens e 1,48 metro nas mulheres. Em conseqüência, com seu 1,81 metro, Jesus de Nazaré também nisso foi uma exceção. A título de anedota direi que, ao classificar os ossos da cripta,

descobrimos dois esqueletos extremamente altos e robustos. Um media 1,88 metro e o segundo, 1,77 metro. Dadas suas notáveis diferenças em relação aos demais, estes indivíduos – homens – não foram incluídos na análise métrica geral. E nisso Papai Noel desempenhou um papel decisivo.⁵⁵

Três horas depois de havermos penetrado na cripta, com a segunda bateria quase esgotada, impacientes por respirar ar puro e intranqüilos pelo tempo passado fora da nave, demos por finalizada a primeira sessão de trabalho, a que, como ficou dito, se seguiriam outras não menos apaixonantes jornadas.

Só não foi tão fascinante o obrigatório fechamento do panteão. Apesar de nossos esforços, a pesada pedra – com seus 400 ou 500 quilos – mal se moveu. A canaleta em rampa, sobre a qual devia rolar, foi um obstáculo insolúvel para estes suarentos e desesperados expedicionários. Bem que o tentamos várias vezes, dobrando-nos sobre a rocha e empurrando-a até que nossas mãos sangrassem. Impossível. Extenuados, não soubemos o que fazer. Mas Eliseu, confiante e otimista, encarou o percalço pelo seu lado bom: depois de tudo, aquilo facilitaria o nosso acesso para as investigações seguintes. A racionalização não me tranqüilizou. Se os moradores descobrissem – como de fato ocorreu – que a cripta havia sido violada, os estudos e até mesmo o assentamento da nave podiam correr sérios riscos. A intuição não me enganaria...

Hora sexta. (Aproximadamente 12 horas.)

Como havíamos combinado, preparei-me para descer à cidade que ainda supúnhamos de Jesus: Cafarnaum. Inspeionei minha indumentária e a bolsa de borracha e mudei de calção. O programa ordenava que, a partir da aterrissagem às margens do lago, as habituais sandálias de esparto deveriam ser substituídas pelas “eletrônicas”. Para a caminhada que estava a ponto de iniciar e para as que me aguardavam nos dias subseqüentes, aquele invento era não apenas útil mas imprescindível. O material e suas formas eram basicamente idênticos. Apenas as solas – parcialmente ocas – os faziam diferentes. Em seu interior haviam sido dispostos dois sistemas miniaturizados: um microtransmissor e um pedômetro. O primeiro, vital para minha localização nas telas do “berço”. (Quando, por necessidade da operação, me visse forçado a deslocar-me a distâncias superiores aos 15 mil pés do módulo, esse dispositivo substituía, em parte, a pouca ou nenhuma fluidez da conexão auditiva. Um sinal emitido pelo microtransmissor era então captado e amplificado na extremidade superior da “vara de Moisés” e reenviado até as antenas da nave por meio de um potente laser. Dessa forma, Eliseu e eu permaneceríamos razoavelmente em contato. De fato, em determinadas missões, o sistema foi utilizado como uma chave para assinalar o início e o fim de operações e manobras específicas.)

O segundo equipamento eletrônico contava com um micropedômetro, um cronômetro digital, um sensor-medidor do consumo energético em cada deslocamento e uma célula programada para elevar a temperatura do calçado em casos de extrema inclemência.⁵⁶

Ficou estabelecido que minha presença naquele núcleo humano seria a mais breve e cautelosa possível. Apenas o necessário para adquirir uma razoável quantidade de provisões para aliviar nossa penosa situação. Mais adiante, uma vez que os discípulos de Jesus chegassem à região, minhas idas e vindas seriam menos restritas. Esses eram os planos. Mas, já se sabe, o homem propõe...

Ali pelas doze horas, como eu vinha dizendo, com as “crótalos”, 40 *shekels* e um pouco mais de 800 sestércios na bolsa de borracha, deixei a “base-mãe”, pletórico de energia e – por que negá-lo? – com um sutil formigamento nas entranhas. Aquele ia ser o cenário de minhas próximas aventuras e o que era mais importante, de meus possíveis reencontros com o memorável rabi da Galiléia.

Tomei o rumo do círculo basáltico e, depois de transpor as grandes rochas escuras, desci a verdejante ladeira oriental, seguindo a estreita nesga de terra avermelhada que morria na esplanada da cripta. O caminho estava deserto, o que me tranqüilizou. Minha condição de estrangeiro e pagão não me favorecia. Se alguém me descobrisse descendo por aquela vereda talvez se formulasse mais de uma pergunta. Que fazia um pagão nas imediações de um lugar tão sagrado como um cemitério judeu? Concluí que enquanto a rocha circular não fosse devolvida à sua posição original deveria evitar aquela rota. Mas por sorte os campos próximos, em plena maturação, estavam desertos.

Ao chegar à bifurcação respirei aliviado. A distância percorrida desde o “ponto de contato” até a divisão do caminho chegava a 600 metros. Dali, por uma rampa mais suave, chegava-se diretamente ao extremo ocidental da povoação, contornando, à direita e à esquerda, uma infinidade de dourados trigais. Não pude evitar. Impelido pela curiosidade, detive-me junto a um dos campos de trigo para examinar as carregadas espigas. A colheita prenunciava-se esplêndida, com trinta e até cinquenta grãos por espiga. Uns grãos duros, descortiçados e ricos em glúten – típicos do chamado trigo duro, muito freqüente na Palestina de Cristo –, que produziam uma excelente farinha. Mais adiante, em outros trigais, curvados também ao peso dos grãos, via-se uma segunda espécie do cereal: a escâdea, de qualidade inferior, cujos grãos, descascados, não se adequavam ao debulhador.

A poeirenta vereda desembocava na estrada que margeava parte da costa leste do lago e que havíamos visto do ar. Se meus cálculos estivessem certos, a distância percorrida entre o círculo de basalto e a confluência do caminho com a

estrada podia ser estimado em pouco mais de uma milha. Ao final da estrada principal, a uns 300 ou 400 metros para o leste, divisavam-se os negros muros da cidade em que devia entrar. Senti um estremecimento. Apesar de meu treinamento e das muitas horas vividas em Jerusalém, Betânia e arredores da Cidade Santa, tive uma estranha e incômoda sensação. Foi como se começasse do marco zero. Como se aquela nova fase da expedição ocultasse emoções e perigos com os quais não contássemos. Afastei esses presságios e, por espaço de alguns minutos, após comunicar a Eliseu minha posição, entretive-me no exame da estrada. Porque, de fato, era disso que se tratava: de uma das mais sólidas e magníficas vias, de desenho e construção inteiramente romanos, de 4,5 metros de largura, elevada sobre o terreno circundante uns 80 centímetros e perfeitamente pavimentada com grandes pedras de basalto quadradas e retangulares, aplainadas, e cujas junções haviam sido invadidas e coloridas por grama e mato. À direita do acostamento e dos numerosos canteiros que margeavam a estrada, corria um estreito passeio, pavimentado com pequenos seixos negros, de dureza menor que a das pedras da estrada, e ideado, sem dúvida, para a passagem de homens e animais. O leito da estrada era ligeiramente abaulado, para facilitar o escoamento das águas pluviais. Uma vez mais fiquei maravilhado. Apesar das características acidentadas e ingratas do terreno, os excepcionais construtores romanos haviam dado boa mostra de sua perícia.⁵⁷

De cócoras, absorvido no exame da estrada, não percebi a silenciosa aproximação daquele indivíduo até que o tive praticamente às minhas costas. Sobressaltei-me. O ancião – um agricultor simples, a julgar por seu tosco *chaluk* de lã e pelo sacho ou pequena enxada para transplantar que pendia do seu cinto – sorriu, desejando-me paz e saúde. Observou-me intrigado e, antes que eu pudesse corresponder-lhe, perguntou-me se eu havia perdido alguma coisa. Ergui-me e, apontando a poeirenta sandália, balbuciei uma desculpa: só tentava arrumar os cordões das minhas sandálias, após a caminhada. Contra a minha expectativa, o hebreu, ao perceber meu acento estrangeiro, não manifestou contrariedade. Diversamente de muitos dos habitantes de Jerusalém, aquele galileu – como a maioria dos que tive oportunidade de conhecer – fez honra à fama de liberalidade que a região desfrutava. Uma liberalidade acidamente criticada pelos ortodoxos e pelas castas sacerdotais da Judéia.

E de uma forma natural, sem cálculo, vi-me caminhando junto com o camponês em direção à aldeia. O tal Jonas possuía um pequeno horto nas imediações da região de Tabja, muito perto dos mananciais, e, para falar a verdade, me daria uma inestimável ajuda naquelas primeiras sondagens. Timidamente perguntei-lhe o nome da vila que tínhamos à vista, e meu

providencial amigo, atônito, quis saber, com muita razão, se a pergunta fazia parte de algum jogo ou charada, ou se, ao contrário, eu tentava zombar de sua boa-fé. Apazigüei como pude sua estranheza, aliás muito explicável, e roguei-lhe que desculpasse a tolice daquele cansado estrangeiro. Foi assim, contornando o mais do que justificado azedume do ancião, que eu soube que, tal como havíamos suposto, aquela era a célebre Kefar Nahum (aldeia de Nahum), como verdadeiramente se conhecia a Cafarnaum nos tempos de Jesus.⁵⁸ Aparentemente, o nome de Nahum remontava ao século II a.C. – data de sua fundação – e havia sido dado em honra a um destacado personagem (Nahum).

Ao longo de todo o flanco oeste da povoação – entre a estrada e as casas – alinhavam-se dezenas de pequenos hortos, meticulosamente cercados por muros de pedra escura de um metro e um metro e meio de altura, sobre os quais se destacavam figueiras, altas nogueiras, amendoeiras, romãzeiras e espessos sicômoros, além de outras árvores frutíferas que não consegui identificar. Várias veredas partiam da artéria principal e se perdiam entre os pequenos muros de basalto do rico e florescente cinturão agrícola que rodeava Nahum por aquele extremo e que começou a dar-me uma idéia mais precisa da prosperidade do lugar.

Ao chegar a cinquenta metros da tríplice e colossal porta da cidade, localizada ao norte, hesitei. Sob os arcos, entre esfarrapados mendigos e aleijados, distingi uma patrulha de legionários, com suas características túnicas vermelhas sob as cotas de malha e seus capacetes de bronze estanhado brilhando ao sol. Pensei em despedir-me ali mesmo de Jonas e tomar uma das veredas que contornava os hortos, esquivando-me assim dos soldados. Mas contive-me. Nada tinha a ocultar e a companhia do camponês de Nahum – como chamarei a partir de agora a cidade de Cafarnaum – me favorecia. E, inesperadamente, seguindo outro de meus impulsos, parei e fiz-lhe uma proposta. Com o mais convincente dos sorrisos, mostrei-lhe dois shekels e perguntei-lhe se ele aceitava conduzir-me até o lar dos Zebedeu. Aquela era minha única referência, razoavelmente válida, capaz de justificar minha presença na vila. Jonas resistiu. Conhecia de há muito a família dos “construtores de barcos” – como a definiu – e, precisamente em honra a essa velha amizade, recusou a generosa paga. Gentil e hospitaleiro, ofereceu-se para pôr-me em contato não com a casa dos Zebedeu mas com o estaleiro. Ao que parece, o lar de João e Tiago ficava do outro lado do lago, em um lugar que o lavrador chamou de “Saidan”.

– Saidan?

Continuamos a andar e Jonas, satisfeito diante da possibilidade de mostrar sua superioridade sobre aquele desconcertante grego – ainda que fosse apenas no conhecimento da região e de seus topônimos –, explicou-me que era assim que

chamavam a vila de Bet Saida.

O comportamento do camponês – gesticulador, familiar e esbanjando informações – não despertou suspeitas entre os cinco legionários que, aborrecidos e indolentes, nos viram passar sob as pedras de basalto da tríplice arcada.

– Estás falando de Bet Saida Julias?

Jonas não saía do seu assombro. Minha ignorância parecia não ter limites. Mas, sem perder o bom humor, fez-me ver que “uma coisa era Saidan ou Bet Saida – aliás, um bairro pesqueiro de Nahum – e outra, muito diferente, Bet Saida Julias, construída por Felipe muito próximo do Jordão e a pouco mais de 16 estádios (uns três quilômetros) de Saidan”.

Eu começava a compreender. Saidan era o nome popular e abreviado de Bet Saida, que pouco ou nada tinha que ver com Bet Saida Julias.

De repente, sem tempo para formular meus esquemas mentais, encontrei-me diante de uma larga rua de seis metros de largura por 300 de comprimento, que dividia Nahum de norte a sul. Era a artéria principal, balizada à direita e à esquerda por dezenas de colunas de três metros de altura sobre as quais elevavam-se edifícios de um, dois e até três andares, todos, como as próprias colunas, construídos de pedra negra vulcânica.

Com toda franqueza, fiquei surpreso. Aquilo não oferecia semelhança alguma com a paupérrima idéia que têm os cristãos de “nosso tempo” da “cidade de Jesus”. Dentro de suas lógicas limitações, era todo um sólido, florescente e bem cuidado assentamento humano, palpitante e em contínua agitação, onde os gritos dos aguadeiros, o monótono pregão dos vendedores e artesãos instalados sob os pórticos, o choque dos cascos das alimárias sobre o úmido e enegrecido calçamento e o apressado ir-e-vir de gente de todas as condições e origens se confundiam e se anulavam mutuamente, convertendo a rua em um torvelinho de odores, gestos e luzes.

Jonas deve ter percebido minha perplexidade. E, tomando-me pelo braço, convidou-me a prosseguir, dizendo que a oficina dos Zebedeu achava-se no outro extremo da povoação, junto ao rio que corria desde Korazim.

Na verdade, Nahum fazia jus à sua condição de vila fronteira, entre a tetrarquia de Herodes Antipas e os domínios de seu irmão Felipe. Ali, em pleno cruzamento de rotas de caravanas, em total harmonia com os autóctones, traficavam e descansavam estrangeiros da Iduméia, de Tiro, da Decápolis, da Transjordânia, de Sidon, gregos, comerciantes de trigo do longínquo Egito, pescadores de todos os pontos do Kennereth, beduínos nômades e, claro, hebreus, israelitas e judeus de todo o país e de além-Mediterrâneo.

De um lado e de outro da via principal abriam-se numerosas vias e ruelas

secundárias, igualmente saturadas de pequenos comércios, entre os quais uma loja de louças ordinárias, pilhas desarrumadas de tecidos, cestos de frutas e hortaliças, alfaiates com uma grossa agulha de osso enfiada no tecido, oleiros de mãos e pés úmidos, perfumistas, sapateiros e uma infindável cadeia de bancas invadiam o leito da rua, dificultando mais ainda o já comprometido e confuso tráfego de homens e animais.

Naquela primeira e atropelada observação pude verificar que a quase totalidade das casas havia sido edificada à base de pequenas e médias pedras de basalto – em forma de discos –, com os interstícios tapados com barro e seixos. Só as colunas e os lintéis e ombreiras de algumas das portas incluíam pedras lavradas. À exceção dos edifícios que se erguiam na via principal, o resto parecia carecer de alicerces. Alcançavam uma altura máxima de três metros, com escadas externas que, obviamente, levavam até os terraços. Com o passar dos dias, as sucessivas incursões me proporcionariam uma idéia mais exata da configuração de Nahum, projetada segundo o padrão helênico-romano de *cardo maximus* e *decumani*, quer dizer, com uma via básica – de norte a sul interceptada em ângulo reto por outras ruas menores. Nessa malha urbana, com grande surpresa para mim, descobriria interessantes construções: banhos públicos, pousadas, prostíbulos, um teatro ao ar livre, praças, uma esbelta sinagoga – o único edifício, creio, construído à base de pedra calcária branca –, centros comerciais ao estilo dos descobertos nas ruínas de Pompéia e cinco “ilhas”. (Esses blocos de moradias, origem dos atuais “apartamentos”, alugavam-se por pavimentos ou por cômodos individuais a toda sorte de viajantes, comerciantes ou turistas.)

Sob os pórticos da artéria pela qual caminhávamos abundavam as tendas de alimentos cozidos e de bebidas. Estas, especialmente, eram as mais concorridas. Enormes portões com letreiros como “Natanael: o lavrador”, “Heber vende o melhor” ou “Aqui, vinho de Hebron”, davam acesso a salas precariamente iluminadas por lanternas de azeite pendentes das paredes. Em torno a longos balcões de pedra, com bojudas vasilhas de barro encravadas em sua superfície, uma confusa mistura de caravaneiros, camponeses e carregadores do porto bebia, discutia aos gritos ou saciava o apetite. Ali servia-se vinho tinto, forte e quente, cerveja de palmeira e frituras preparadas às portas dos estabelecimentos ou em pequenos pátios internos, enfumaçando e empestando o ambiente com a inconfundível exalação do azeite fervente e da gordura de peixe. No centro da rua, consumidos por nuvens de moscas, jumentos e mulas, carregados com as mais variadas mercadorias, aguardavam seus sedentos donos.

Não pude recusar. Jonas, ignorando minha pressa, arrastou-me ao interior de um daqueles antros, abrindo passagem sem muita consideração entre a

animada concorrência. Ninguém protestou. E o taberneiro, um obeso e suarento sírio de nome Nabu, obedecendo ao pedido do impulsivo ancião, colocou sobre o mármore do balcão várias jarras de argila cheias de um líquido espumante. O camponês não tardou a meter-se na conversação geral, que, pelo que pude perceber, girava em torno das novas “burritas” da pousada de um tal Jacó, “o coxo”. As “burritas” outra coisa não eram senão uma “esplêndida remessa de prostitutas fenícias”, recém-chegada a Nahum.

Com certa prevenção – dadas as duvidosas condições higiênicas da taberna – molhei os lábios naquela bebida. Pareceu-me uma espécie de *schechar*: uma cerveja leve e quente, destilada à base de cevada e milho.

Apartado do grupo, esperei que meu acompanhante esvaziasse sua jarra e sua verborrêia. Às costas de Nabu, pendentes da parede de pedra e como único adorno do estabelecimento, viam-se dois grossos remos cruzados. Em uma das pás, gravadas a fogo, lia-se: “Ai do país que perde seu líder! Ai do barco que não tem capitão!”. A outra, também em grego, trazia o seguinte enigma: “Por que três coisas alvoroçam a Terra e a quarta não pode sofrer? Pelo servo quando reinar. Pelo néscio quando se faltar de pão. Pela rejeitada quando se casar e pela serva quando herdar”.

Muitas das tabernas de Nahum, como eu iria descobrindo, gostavam daqueles provérbios e de outras alegorias e hipérboles, extraídos muitas vezes dos discursos do filósofo hebreu Felipe de Alexandria, de grande prestígio e ascendência no judaísmo daquele tempo, e cujo método até foi seguido por Paulo de Tarso em sua epístola aos Gálatas (4, 21-31). E de repente meti-me na tertúlia, perguntando se aquelas frases haviam sido ditas por Jesus. Eu sabia que uma delas, a segunda, pertencia ao livro dos *Provérbios*. Mas quis auscultar a opinião daqueles homens a respeito do Mestre. Foi como uma bomba. Ao ouvirem o nome do rabi, os presentes emudeceram, perfurando-me com olhares nada tranqüilizadores.

– Jesus... – acrescentei vacilante e sem entender a razão de tão súbita e áspera reação –, o Ressuscitado. Creio que viveu aqui...

O taberneiro tomou a iniciativa e, em tom de burla, resumiu o pensamento geral:

– É verdade que esse louco ressuscitou?

Uma sonora e geral gargalhada abonou as incrédulas e depreciativas palavras de Nabu.

Jonas, perspicaz e conciliador, interveio na embaraçosa situação, fazendo ver aos presentes que eu era um recém-chegado e, como tal, desconhecedor das maldições atiradas pelo “construtor de barcos” contra Nahum e seus honrados habitantes. O litígio foi esquecido mas me serviria de lição. Boa parte da

população desprezava o Mestre e, o que era mais importante naquele momento, ignorava sua ressurreição. As notícias de sua volta à vida ainda não haviam chegado ao lago. No futuro eu deveria ter mais cuidado com minhas perguntas e manifestações.

O resto do “passeio” pela rua principal de Nahum decorreu sem maiores acontecimentos. Quase ao final, com as águas azuis do lago à vista e desejoso de corresponder de alguma forma à desinteressada ajuda de meu amigo, parei diante de um dos “bazares”, repleto de peças de olaria, ânforas, vasilhas de cristal, tapetes, telas multicores, roupas e até coleiras para cães. Jonas, paciente e de certo modo orgulhoso por meus contínuos elogios à cidade, esperou sem reclamar. Os trabalhos de olaria eram realmente esplêndidos. Havia vasos importados do Vale do Pó, na Itália; copos de fina terracota vermelha, com as assinaturas do artesão e de seu operário: Naevius e Primus, respectivamente; bacias de Megara; braseiros de barro com bases para os utensílios de cozinha; urnas do período herodiano e uma infinidade de recipientes em forma de chaleira, com bico, denominados *guttus*, utilizados para abastecer lâmpadas de azeite. Por fim decidi-me por um lindo prato para peixe, com uma depressão circular no centro que servia para escorrer o azeite. O preço – meio *shekel* de prata – me pareceu exorbitante. Mas, para dizer a verdade, tudo naquela cidade de comerciantes e gente de passagem – à exceção dos produtos agrícolas, o peixe e o artesanato de vidro – era proibitivo. Nahum via-se na necessidade de importar a maior parte das matérias-primas, assim como a carne e outros produtos de primeira necessidade, e isso, logicamente, havia encarecido a vida, colocando-a mesmo em nível superior ao de Jerusalém.

Jonas, incrédulo, perdeu a fala. Custava-lhe aceitar que um desconhecido, assim, espontânea e generosamente, pusesse em suas mãos um presente tão valioso. A mudez, entretanto, duraria pouco. Até que conseguisse desembaraçar-me dele, suas promessas de eterna amizade, sua adulação e suas ofertas de hospitalidade foram marteladas penosas em meus ouvidos. Apesar disso, tomei boa nota de suas calorosas palavras, afirmando-lhe que talvez mais adiante tornasse a necessitar de seus serviços. A experiência me havia ensinado a ter muito presente aquele tipo de amizade, tão útil ao longo da exploração.

A Providência estava em tudo. Ao cruzar a última rua transversal à via principal, uma baforada de calor escapou de uma das portas. Fiquei intrigado. Estava diante de uma das numerosas oficinas de fundição e sopro de vidro de Nahum. Aquele bloco de casas térreas, praticamente junto ao porto, era o bairro dos afamados artesãos e fabricantes de utensílios de vidro e cristal. Ao redor de um pátio a céu aberto erguiam-se vários telheiros com cobertura vegetal, nos quais trabalhavam seis homens, todos de tanga apenas, e com a cabeça protegida

por turbante. Ao fundo, diante da entrada, formando corpo com a parede de basalto e rodeado de altas pilhas de troncos, havia um forno de pedra de um metro de altura, permanentemente avivado por um dos operários mais velhos. A seu lado, com o torso brilhando devido ao calor, outro artesão esmagava, com uma maça, uma poeirenta e leitosa mistura que ia vertendo de pequenos sacos de estopa na concavidade redonda de uma maciça e escura pedra que lhe servia de mesa.

Ao ver-nos, o indivíduo que atiçava o fogo apressou-se a receber-nos, mostrando com orgulho a variadíssima coleção de vasilhas, frascos para ungüentos e recipientes de toda natureza que descansava no piso dos pavilhões, sobre amplas esteiras amarelas de folha de palmeira. Disselhe que no momento apenas me movia a curiosidade e, como bom fenício, longe de mostrar-se contrariado, prontificou-se, loquaz e calculista, a responder a quantas perguntas ou dúvidas eu tivesse para formular.

Azemikos, o proprietário da oficina, não soube dizer-me quais eram as origens daquela indústria em Nahum. Ele a havia herdado de seu pai e este, por sua vez, do seu. Alguns dos mais velhos artesãos – isso sim ele recordava – se haviam instalado na vila muitos anos atrás, procedentes do Egito, de onde haviam trazido as técnicas da fundição, sopro e preparação das misturas, que, ao que pude perceber, se realizavam à base de areia, pó, soda e cal. Uma vez misturados e triturados, esses materiais – cujas proporções constituíam o “segredo profissional” do fenício – eram submetidos a temperaturas elevadas, “até alcançar a cor do sol no horizonte” (possivelmente ao redor de 1.500 °C) –, obtendo assim uma massa fluida e homogênea. A seguir, a pasta avermelhada era passada para umas caldeiras de metal, onde repousava. As impurezas e partículas não dissolvidas subiam à superfície, formando o que Azemilkos chamou o “excremento do vidro”. Por último, ao baixar a temperatura, a massa adquiria a viscosidade necessária para que os “especialistas” pudessem trabalhá-la. Para isso, seguindo a técnica do soprado, “enganchavam” uma porção da pasta na extremidade de um tubo de ferro, injetando ar no interior do vidro. Essa operação, naturalmente, executava-se “a pulmão”.

Fiquei maravilhado com a destreza do “chefe”. Em questão de segundos, tomando ar em curtas e rápidas inspirações, conseguiu inflar uma das ampolas, convertendo-a, com vários e ágeis talhos, em uma bela vasilha.

Por mero formalismo prometi-lhe voltar e adquirir algumas peças. Não podia, no momento, prever que minha volta à oficina se daria logo no dia seguinte e não pelo puro prazer de comprar. Mas prossigamos com o desenrolar daquela jornada, tão rica em surpresas e imprevistos.

A principal artéria de Nahum desembocava perpendicularmente no porto,

dividindo-o em dois. Ao pisar o escuro e encharcado chão do cais (de uns quinze metros de largura), minha sensação inicial de abatimento e confusão multiplicou-se. Se o centro urbano era um fervedouro de gente e animais, o porto, com seus 700 metros de comprimento, não lhe ficava atrás. Dezenas de carregadores seminus, suarentos e encurvados ao peso de grandes fardos e barricas, iam e vinham pelos dez ou quinze atracadouros, depositando a carga ao pé dos animais ou das carretas de duas ou quatro rodas, tiradas por bois de cor avermelhada e grande porte. Outros, sempre sob o olhar e o látego dos capatazes, faziam o caminho contrário, colocando as mercadorias nos terraplenos perpendiculares ao dique ou descendo cambaleantes pelo úmidos e escorregadios degraus praticados nas paredes laterais dos terraplenos, abandonando ânforas, tonéis ou caixas no fundo das embarcações.

Um vento do oeste, de certa intensidade, começou a soprar sobre o lago, erguendo pequenas ondas que balançavam os barcos. Não cheguei a contá-los, mas seguramente eles chegavam a mais de cinquenta. A maioria, entre dez e quinze metros de comprimento, era mista, destinada ao transporte de passageiros e carga. Uns, apresentavam cores vivas – vermelhos, azuis e brancos – ou simplesmente pichados, com proas afiladas e pouco calado. Ânforas de todos os calibres, peles de cabra, sacos, gaiolas com pombas e até cordeiros eram retirados ou armazenados por aquela tropa de carregadores dóceis e esqueléticos, em sua maioria escravos e *am-ha-arez*: a escória do povo.

Ainda que a palavra significasse “o povo da terra”, com o passar do tempo o termo *am-ha-arez* havia tomado conotação pejorativa, permanentemente alimentada pelo ódio e o ardil dos rabis e das castas sacerdotais. Hillel, por exemplo, assegurava que os *am-ha-arez* não tinham consciência e não se alçavam à categoria de homens. Outros, como o rabi Jonatan, pretendiam que fossem mortos e que “nenhum judeu devia casar-se com a filha de um *am-ha-arez*.”⁵⁹ A repulsão por esses desgraçados era tal que o rabi Eleazar ensinava “que era lícito esquarterá-los no sábado”. Toda a Galiléia, e Kefar Nahum especialmente, era considerada como o principal reduto dos *am-ha-arez* e, por isso mesmo, contínua e sistematicamente ridicularizada. O próprio nome – Galiléia – significava “o círculo dos pagãos”.

Ao longe, aproveitando o repentino vento, várias embarcações haviam desfraldado algumas velas quadradas, de cores gritantes, vermelho e preto em sua maioria. Uma vez carregada ou descarregada, cada embarcação, em perfeita ordem, era removida do atracadouro, abrindo passagem para a seguinte. Um ou dois marinheiros, na proa e na popa, manipulavam vários remos, manobrando a embarcação com grande destreza.

O tráfico de mercadorias era esgotante. Ali se descarregavam produtos

procedentes de todos os portos do litoral: desde carnes e toucinho salgados da pagã Kursi até barris de pescados em salmoura de Tarichea, passando por pombinhos de Migdal, frutas e verduras das várzeas de Ginosar e de Betijá, cordoalha de Arbel, gado de Hipos e toda sorte de manufaturados do sul, da Peréia e da Decápolis, transportados até o lago em contínuas e intermináveis caravanas de camelos, mulas e jumentos. Da mesma forma, mas ao inverso, ricas sedas da Índia, madeiras do Líbano, especiarias de todo o Oriente, cosméticos, artesanato de Roma e até a neve do Hermon entravam no Kennereth, pelo florescente porto de Nahum, seguindo as rotas do norte e do leste, em uma frenética e pacífica invasão de homens, línguas e costumes.

Aquele havia sido o cenário de muitos dos momentos da vida do Mestre. Envolvido em tal agitação, à medida que Jonas me guiava até o extremo oriental do cais, não quis nem consegui afastar de meu coração a possível imagem de um Jesus descalço e seminu, como aqueles fenícios, sírios e galileus, empenhado no duro trabalho de carregador ou lutando por elevar a pisoteada dignidade dos *am-ha-arez*. Um sentimento amargo – mistura de raiva e piedade – se foi apoderando de mim. Aqueles homens – anciãos, adultos e até meninos – eram tratados impiedosamente. Os pontapés, as chicotadas e as maldições caíam sobre eles à menor vacilação ou tentativa de recobrar o fôlego. Muitos, com o lóbulo da orelha direita perfurado, eram menos que os *am-ha-arez*. Estavam no degrau mais baixo da sociedade: o da servidão. Nas palavras de Varrão, “uma espécie de ferramenta que podia falar”. Ainda que tivessem a fama de preguiçosos, dissolutos e ladrões, a verdade é que o trato e as condições de trabalho a que eram submetidos não contribuíam em nada para modificá-los. Talvez o sentimento generalizado daquelas gentes para com os escravos possa resumir-se nas frases do mesmo Varrão: “A forragem, o pau e a carga para o asno; o pão, a disciplina e o trabalho, para o servo. Faz trabalhar a teu servo e terás descanso; dá-lhe mão solta e ele buscará a liberdade. Como o jugo e as corcundas fazem curvar o pescoço, assim ao servo mau o açoite e a tortura; fá-lo trabalhar e não o deixes ocioso.” Depois, a História, com um eufemismo mais que condenável, trataria de dissimular essa angustiosa realidade alterando o termo “escravo” pelo de “servente” ou “criado”... Mas a crua verdade era aquela.

No centro do porto, ao longo de dois dos terraplenos triangulares, as operações de carga e descarga viam-se aliviadas por engenhosos artefatos – à maneira de gruas –, dos quais me aproximei com curiosidade. Os responsáveis pelo tráfico comercial haviam escavado diversas canaletas paralelas na superfície da rocha basáltica de cada um dos cais. Umas plataformas de madeira de dois metros de largura, providas de rodas, circulavam pelas rústicas “guias”, cobrindo assim os quinze metros de comprimento de cada terrapleno. Sobre as pranchas

havia sido instalados uns tripodes – também de madeira – de 1,50 metro de altura, que serviam de ponto de apoio a diversas “penas” de metal, em cujas extremidades oscilavam enferrujadas e rangentes roldanas de ferro, de 30 ou 40 centímetros de diâmetro. Por este meio, sob a supervisão dos capatazes ou dos proprietários das embarcações, vários escravos ou *am-ha-arez* puxavam ou arriavam os volumes mais pesados até depositá-los no piso do atracadouro ou no fundo dos barcos. Quase sempre tratava-se de animais – bois, vitelas ou cavalos –, ou de grande redes de cordas repletas de talhas, barris e painéis. Muitas daquelas mercadorias – tanto chegadas por terra como pelo lago – passavam diretamente aos armazéns de pedra, que, em número de quinze ou vinte, se erguiam diante do cais, fechando o flanco sul da cidade. No interior ouvia-se um barulhento martelar. Eram os encarregados de acondicionar as mercadorias em suas embalagens. As peças mais frágeis – cerâmica, vidro e ânforas com vinho, azeite ou *garum* (procedente, este último, das costas da Espanha e da Itália) – passavam para caixões das mais diversas dimensões, enterrados na areia ou protegidos e separados entre si por erva e palha seca. Os operários, com um leque de pregos entre os lábios, iam fechando os caixões e empilhando-os junto aos muros de pedra. De quando em quando, grupos de carregadores entravam nos pavilhões para apanhar caixas ou colocar novos fardos entre os já armazenados.

Em alguns daqueles depósitos haviam sido dispostas pilhas de pedra, argamassadas, contendo grandes quantidades de sal, originado das salinas do mar Morto, e de neve. Esta, pelo que pude observar neste segundo e no terceiro “salto”, chegava a Nahum, Migdal, Tiberíades e outras localidades do lago no lombo de mulos que desciam diariamente dos cumes do Hermon, seguindo as margens do rio Jordão. A dificuldade do transporte – as arreatas mais rápidas levavam entre oito e dez horas até Kefar Nahum – e o preço e o caráter perecível do produto o haviam convertido em artigo de luxo, acessível apenas às famílias abastadas ou aos pícaros do lugar, principalmente os taberneiros, que, em troca de generosos odres de vinho, conseguiam arrancar das pilhas algumas pás de neve. Para sua melhor conservação, a neve era transportada e armazenada sobre camadas de samambaias frescas. Mas aqueles salões despertavam também a cobiça de muitos dos escravos e *am-ha-arez* empregados no porto. Ao anoitecer, concluídos os trabalhos, podiam-se vê-los dormitando sobre as redes ou sentados entre as mercadorias, miseravelmente iluminados por candeieiros de azeite e comendo um pão escuro acompanhado, quando com sorte, de um punhado de favas cruas ou um peixe.

Durante a jornada de trabalho, ao abrigo desses armazéns, horticultores e pequenos comerciantes estendiam seus produtos no chão, apregoando as

excelências de seus respectivos jardins e hortas. Mulheres de olhos escrutadores, cobertas em roupões de cores claras, comerciantes gritalhões e camponeses de pele tostada erguiam das esteiras os maços de verduras, alhos, cebolas, frutas, plantas aromáticas e medicinais, peças finas de *bysus*, tapeçarias, cofrezinhas para jóias e cestas de figos e frutos secos, em uma raivosa – e às vezes desesperada – competição para atrair o olhar dos passantes.

Aquilo recordou-me o motivo de minha descida a Nahum. Consultei Jonas e ele, com um gesto de desconfiança em relação à qualidade e aos preços de quanto ali se oferecia, recomendou-me que, se não fosse absolutamente necessário, esperasse o mercado do dia seguinte. Então poderia dispor de um sortimento maior e mais barato. Mas os planos da operação previam uma quinta-feira inteiramente dedicada ao acompanhamento dos adeptos de Jesus. Então, vencendo a resistência do ancião, adquirei verduras, alguns quilos de lentilhas e grão-de-bico, favas, cebolas, alhos-porrós, alhos, vários saquinhos de tâmaras de Jericó (os doces “adelfidos” e os não menos afamados “cariotes”, de suco leitoso e alto poder nutritivo), mel branco, ovas de peixe curtidas, sal, nozes, ovos, azeitonas, farinha, azeite e algumas porções de cominho, andro e alfarroba. De momento não me interessavam pescados e carnes salgadas. As nuvens de moscas que os envolviam não os recomendavam ao consumo. Quanto ao abastecimento de água, simplesmente tive de prescindir. A canastra com as provisões já estava suficientemente pesada. Eu não poderia suportar mais um odre de 40 ou 50 litros. Talvez no dia seguinte pudéssemos resolver o problema. Depois de tudo, os mananciais de Tabja achavam-se a apenas meia milha do “berço”.

A princípio, entretido no pagamento das provisões, não reparei naqueles gritos. Mas, ao mesmo tempo em que eles se tornavam mais agudos, o falatório dos horticultores e vendedores emudeceu de repente e todos os olhares se voltaram para o centro do cais. Os escravos e carregadores mais próximos afrouxaram o passo, enquanto vários dos capatazes, entre demonstrações de espanto e maldições, precipitavam-se para um dos *am-ha-arez* caído no solo. Ao seu lado esparramavam-se os restos de uma tigela de argila que havia contido tilápias sem cabeça em salmoura. Um dos vigilantes, cego de ira, descarregava seu látigo sobre o infeliz. Com a chegada dos restantes capatazes, os pontapés, insultos e chibatadas multiplicaram os gemidos e lamentações daquele pobre-diabo que, acorado e retorcendo-se entre os restos de peixes e a salmoura, protegia a cabeça com os braços, implorando piedade. O repentino silêncio no cais duraria pouco. Transcorridos uns poucos segundos de surpresa, os grupos de carregadores – instigados pelas ameaças e os golpes do chefe do cais – retomaram o ritmo do trabalho, afastando-se do círculo de energúmenos que se assanhava com o que havia tido a má sorte de cair. Olhei ao meu redor e, com

espanto, vi que os demais trabalhadores, comerciantes, aguadeiros e carpinteiros dos armazéns voltavam ao seu trabalho impassíveis ante a desgraça daquele indivíduo. A cena, aparentemente, era muito freqüente. Interroguei Jonas com um olhar, mas ele deu de ombros significando que não havia o que fazer. Aqueles capatazes, brutais e sanguinários, haveriam arremetido contra qualquer um que ousasse interceder em favor do pobre torturado. Hesitei. O código do Cavalo de Tróia impedia que eu interviesse. Uma vez mais, apesar do meu desejo, devia conter-me e ficar no meu papel de mero observador. Nada mais. Todavia, indignado diante do desproporcionado e injusto castigo, optei pela ação. Talvez tenha violado uma das regras da operação. Não sei nem o saberei nunca. Tampouco isso importa muito.

Com um passo decidido, antes que o ancião pudesse deter-me, caminhei os poucos metros que me separavam dos capatazes e contive no ar um dos chicotes. Minha reação, fulminante, espantou-os. Coloquei-me no centro do círculo e, esboçando um sorriso hipócrita, apontei a carga derramada e perguntei pelo seu preço. Os desconcertados sírios, com a respiração entrecortada pelo esforço, permaneceram mudos. Apanhei a bolsa de borracha e, mostrando-lhes um punhado de moedas, repeti a pergunta. O brilho dos *shekels* foi milagroso. Os chicotes voltaram para os cintos e o que parecia ser o dono do peixe, incrédulo e desconfiado, me interrogou, por sua vez, interessado na identidade daquele grego inconsciente que havia tido o descaramento de interrompê-los. Sem abandonar o sorriso, proclamei-me amigo do procurador romano. Ao ouvir o nome de Pôncio, dois daqueles truões se retiraram e meu interlocutor, pálido, mudou de tom e de tática e apenas conseguia gaguejar. Aproveitei sua fraqueza e, antes que chegasse a arrepender-se, tomei sua mão e dei-lhe dois *shekels*. (O preço, à vista da deterioração do pescado, pareceu-me mais do que razoável. Uma jornada de trabalho de sol a sol recebia, então, uma paga equivalente a um denário. O shekel, por sua vez, costumava ser trocado por quatro denários.)

Os olhinhos do miserável capataz brilharam de cobiça. Ambos sabíamos que aqueles oito denários eram uma dádiva. E, dando meia-volta, encaminhou-se para um dos armazéns, seguido por outro dos chefes do cais. O *am-ha-arez* continuava caído, com a pele lenhada e ensangüentada pelas chicotadas, soluçava e não se atrevia a abrir os braços que protegiam a cabeça.

“Deus meu!” Só ao ajoelhar-me é que percebi que se tratava de um menino. Talvez tivesse doze ou treze anos. Seu corpo, esquelético, com as costas chagadas pelo roçar diário dos fardos, tremia e se agitava, presa do medo e da dor. Separei suas mãos e, docemente, como creio jamais haver falado a ser humano algum, procurei consolá-lo. O rapaz, com seus olhos negros espantados, olhou-me confuso. Sorri para ele e, tomando-o nos braços, o conduzi até a

tendinha do horticultor que me havia vendido as provisões. Jonas, perplexo e maravilhado, cumpriu minhas ordens sem resmungar. Trouxe-me azeite e vinho, com os quais delicada e carinhosamente fui limpando as feridas do menino, sem deixar de sorrir-lhe. A poucos metros de onde eu me encontrava, às portas do armazém em que os havia visto desaparecer, o sírio e seu companheiro manipulavam uma pequena balança de mão, com dupla escala, na qual por duas vezes pesaram as moedas que eu lhes havia dado. Satisfeitos, após lançarem um depreciativo olhar ao jovem carregador, perderam-se entre as filas de carregadores estalando seus látigos contra as pedras do cais.

A notícia do incidente parece que se propagou à velocidade do vento porque, em poucos minutos, uma legião de mendigos e tipos maltrapilhos apareceu e se postou, na expectativa, a curta distância das tilápias. Meu acompanhante sugeriu-me que recolhesse a carga quanto antes. Certamente eu não tinha o menor interesse naquele pescado. Assim, sem mais delongas, autorizei-os a disporem dele à vontade. A cena que presenciei em seguida fez-me estremecer. Entre golpes, muito alarido, imprecações e ameaças, aquela turba de famintos e desesperados lançou-se sobre a carga, disputando até os cacos de barro da tigela. Aturdido e impotente diante de tanta miséria e crueldade, acariciei os cabelos do menino e, por essa vez, obedeci às recomendações de Jonas, afastando-me com ele para a extremidade oriental do porto.

Naquele ponto acabava a zona portuária propriamente dita, dando passo a outra das florescentes indústrias de Nahum: os estaleiros. De ambos os lados da desembocadura do rio Korazim, ocupando uns trezentos metros da costa, sucedia-se uma série de varadouros nos quais se construía e reparavam embarcações de todo tipo. Precedido pelo camponês, descí a escada de pedra que conduzia do nível superior do cais à rampa que levava ao primeiro e mais próximo dos estaleiros: o da família dos Zebedeu. O terreno, de regulares dimensões (uns 50 metros de comprimento por 30 de fundo), era coberto por uma camada de seixos brancos e negros que crepitavam sob nossos pés. Entre a água e a cobertura da madeira e teto de ramos que se erguia ao fundo da suave rampa, três carpinteiros, com as túnicas recolhidas na cintura e grandes bolsas de pregos pendendo da bandoleira, martelavam em torno de uma embarcação de carga em ruínas. Na parte baixa do varadouro, a quatro ou cinco passos da margem, estavam outras três ou quatro – uma delas de apenas seis metros de comprimento –, em tão más condições quanto a outra. Ao tocá-las, meu coração agitou-se. Talvez me encontrasse junto a algumas das barcas habitualmente utilizadas pelos discípulos e íntimos de Jesus em seu trabalho de pesca.

Jonas saudou os operários e perguntou pelo “chefe”. Não souberam dar-nos muitas explicações. Parece que fazia uns dois dias que não aparecia no estaleiro,

afetado por algum mal que não sabiam dizer o que era. Um dos galileus encaminhou-nos ao “mestre”, uma espécie de *nagggar* ou carpinteiro naval, mescla de ebanista, carpinteiro “de branco”,⁶⁰ ferreiro e reparador de barcos. À procura do “mestre”, fomos ter a uma rústica construção que servia de armazém. Entre baterias de formões, cinzéis, serras, colheres, compassos de bronze, curiosas verrumas de arco, pincéis e machados de todos os tamanhos, descobrimos um velho. Sentado no chão de pedregulhos, ocupava-se no polimento de uma pedra calcária que a mim pareceu muito estranha. Tinha a forma de uma pirâmide truncada de quase meio metro de altura. O ancião protegia os olhos com uns curiosíssimos óculos de madeira – muito parecidos com os que os lapões usam –, com uma fina ranhura no centro. Como o teria feito qualquer soldador do século XX, assim que nos viu removeu os “óculos” para a base da cabeça, saudando-nos com um “a paz esteja convosco”. Identifiquei-me como amigo dos filhos do Zebedeu e falei-lhe do meu desejo de ver o chefe do estaleiro. O bom homem, depois de sacudir o pó que branqueava seu avental de couro, fez um gesto contrafeito, confirmando as palavras do operário. Uma terrível dor o atirara na cama e, apesar dos esforços e ungüentos dos sanadores de Saidan e Nahum, sua saúde fora piorando nos últimos dias. A única possibilidade de vê-lo – acrescentou – era visitando-o em sua casa de Bet Saida, ainda que duvidasse que pudesse receber-me devido ao seu estado.

Antes de sair, impelido pela curiosidade, perguntei-lhe a respeito da função da pedra na qual trabalhava. No centro da pirâmide via-se um orifício de oito ou nove centímetros de diâmetro que a atravessava de lado a lado e que não consegui relacionar com nada que eu conhecesse. O “mestre” olhou-me de alto a baixo e, antes de ajustar de novo os “óculos”, respondeu com ar de espanto e até de ofensa pelo absurdo da pergunta:

– Ora o que será!... Uma âncora!

Entregue de novo à tarefa de cinzelar a rocha, nem percebeu minha perplexidade. A partir daí, em minhas freqüentes caminhadas do módulo à costa de Saidan, teria numerosas ocasiões de observar que os pescadores e os marinheiros do lago se serviam de pedras de todos os tamanhos, convenientemente perfuradas, para imobilizar as embarcações e até mesmo determinados tipos de redes. (As âncoras de ferro ainda não eram conhecidas no Kennereth.)

Não pensei duas vezes. Depois de observar a posição do Sol despedi-me do serviçal Jonas e, seguindo a margem direita do minguido Korazim, rumei para o norte, ao encontro da vereda que corria para a extremidade oriental do lago. Meu impulso, nascido diretamente do coração, mostrou-se providencial. Anunciei a Eliseu uma mudança de planos e, omitindo o incidente com os capatazes,

prometi voltar ao módulo no máximo em cinco horas, coincidindo com o pôr-do-sol. A intuição me dizia que eu deveria entrar em Saidan antes dos discípulos. Por quê? Obviamente eu não podia saber. A resposta surgiria no casarão dos Zebedeu.

Como ocorria no setor oeste, aquela parte de Nahum era primorosamente cultivada. Evitei os intrincados labirintos de hortos amuralhados e em poucos minutos caminhava desembaraçadamente pela estrada romana. A curta distância, à direita da via Máris e junto à ponte que transpunha o riacho, erguia-se uma casa térrea, de paredes tão escuras como as da cidade. Duas corpulentas figueiras silvestres sombreavam sua fachada norte. A princípio não prestei muita atenção, mas, à medida que me fui aproximando, a presença, à porta, de dois legionários e de um terceiro indivíduo causou-me um vago receio. O calor e a cesta começavam a pesar em meu ânimo. Com a desculpa de tomar fôlego abandonei a estrada e penetrei em um pequeno jardim que circundava a casa. Os soldados, recostados na parede de pedra e meio adormecidos, nem olharam para mim.

Sem querer, acabava de cumprir um dos obrigatórios requisitos estabelecidos para quantos circulassem entre o território de Felipe e o de seu irmão, o tetrarca Antipas. Coloquei a canastra no solo e quando me dispunha a perguntar-lhes sobre a distância entre Nahum e Saidan, aquele que eu pensava ser o dono da casa – um grego que levava à cabeça o típico gorro de feltro e uma placa de latão na túnica – ergueu o bastão que tinha na mão direita e, em péssimo aramaico galalaico, perguntou-me o que trazia na cesta. Aí comecei a compreender.

– Provisões – respondi em grego.

O indivíduo deu um passo à frente e, com a maior naturalidade, meteu as mãos entre os alimentos. Fiquei em silêncio. O fato é que, inadvertidamente, eu havia parado diante do edifício que fazia as vezes de aduana.

– Está bem – concluiu o publicano sem nenhum entusiasmo. – Um asse será suficiente.

Paguei a taxa e, feliz pelo acerto e oportunidade da minha iniciativa, transpus a ponte e tomei o caminho de terra que nascia nos contrafortes da estrada. A via Máris, assim que transpunha as águas do Korazim, infletia bruscamente para o norte, escalando montes e perdendo-se entre os campos de oliveiras e de cereais. Certo da importância daquele caminho, procurei fixar na memória um máximo de detalhes que, em caso de necessidade – ao menos durante as primeiras explorações –, me servissem como pontos de referência.

A partir do rio, em um trecho de quilômetro e meio, a senda corria praticamente desembaraçada, com algumas formações rochosas à esquerda e as ondulantes águas do lago a cem ou duzentos passos à direita. Mais adiante ela

deslizava para o fundo de um *wadi* ressecado e estéril, de rampas pontilhadas por arbustos de alcaparra, cardos, giestas e outras espécies. Aquele era o ponto mais afastado da costa: quase meio quilômetro. Dali até o Jordão, com algumas pequenas curvas, a vereda atravessava um sombrio e espesso bosque de tamargueiras e grossos álamos do Eufrates. No total, pelos meus cálculos, da aduana até as densas e terrosas águas do rio bíblico, deviam mediar uns três quilômetros e meio. Aquilo significava o limite para o nosso sistema de conexão auditiva. Informei isso a meu irmão. Mais para a frente, de acordo com o previsto, as comunicações com o “berço” se fariam através do microtransmissor alojado na sandália eletrônica. Por razões técnicas, estes sinais – transmitidos da “vara de Moisés” – não permitiam retorno. Eliseu podia receber minhas mensagens mas não podia respondê-las. De mútuo acordo, tendo em conta o caráter excepcional desta incursão, decidimos não utilizar o laser, salvo em situações de extrema emergência.

Uma sólida ponte, com a tradicional silhueta de dorso de asno e três grandes arcadas plantadas sobre grossos pilares e travejamentos, permitia transpor as águas do rio Jordão, que naquele ponto, e com seus 80 metros de largura, corriam rápidas mas silenciosamente, carregadas de troncos e mato. (Não podendo construir grandes abóbadas rebaixadas, os engenheiros romanos, construtores daquela ponte, haviam colocado o piso central a grande altura, assim economizando pilares e arcos e defendendo a estrutura de possíveis enchentes.) Do outro lado do rio, frente a frente, à direita e à esquerda do caminho, erguiam-se diversos marcos de um metro de altura, sinalizando e advertindo o caminhante de seu ingresso em domínios de Felipe.

A paisagem e a vegetação mudaram radicalmente. O intrincado bosque de álamos continuava ao longo do curso do Jordão, rumoroso e farfalhante ao ímpeto do vento. A cinquenta passos da ponte, entretanto, os moradores da região haviam devastado a massa florestal e aproveitado a grande planície pantanosa que se estendia até os longínquos montes ao oriente, convertendo aqueles doze quilômetros quadrados em um quebra-cabeça de minifúndios, valas e canais, pomares, granjas, moinhos e pequenos tanques, tudo isso cruzado por um labirinto de sendas que eu, naturalmente, tratei de evitar. À borda do bosque, o caminho principal bifurcava-se: o da esquerda serpenteava para o nordeste, contornando as árvores e perdendo-se na várzea. Esse braço da esquerda, mais bem cuidado do que o outro, conduzia, com toda probabilidade, à cidade que se destacava, branca e airosa, a coisa de uns dois ou três quilômetros, encarapitada em uma colina. Segundo recentes informações, essa cidade ostentava o título de capital da Betijá. Era Bet Saida Julias, em homenagem à filha de Augusto.

O segundo braço, pelo qual naturalmente me decidi, seguia quase

paralelamente ao Jordão, contornando um mosaico de lagunas pouco profundas, de águas esverdeadas e pouco recomendáveis, crivadas de bambus, juncos do mar, adelfas, papiros, helêneas viscosas e um entrançado espinhoso de *bathah* ou arbustos anões que não consegui identificar. Esplêndidas borboletas ziguezagueavam entre tulipas de fogo, abrindo-se como orquídeas sobre as flores rosadas das adelfas, as anêmonas multicoloridas, as açucenas e as verde-escuras e perfumadas moitas de menta. Impelidos pelo vento do oeste, bandos de martim-pescadores de peito branco e dorso azul-verde revoloteavam e planavam sobre o pântano, trocando seus ruidosos trinos. Enquanto caminhava aqueles quinhentos metros imaginei como seria aquele lugar durante o tórrido verão do Kennereth. A insalubridade da região, com suas colônias de mosquitos, podia significar um perigo latente para o qual deveríamos estar preparados.

A um passo da desembocadura do Jordão, a vereda dobrava para o sudeste, deixando para trás os pântanos e avançando em linha reta por um terreno plano e desembaraçado, praticamente correndo em paralelo à linha da costa. À minha esquerda surgiram de novo os hortos e hortas, com uma variedade extensa de verduras e legumes, entre os quais o grão-de-bico e as favas. Junto às choças comecei a distinguir as silhuetas dos camponeses, encurvados sobre a terra, carregando baldes ou parados debaixo dos círculos de pistáceas, amendoeiras e sicômoros.

Com os dedos entumescidos pelo peso do cesto das provisões, optei por uma parada. À direita do caminho, bem perto, via-se e escutava-se o rítmico e surdo ribombar das águas precipitando-se em pequenas ondas sobre uma praia rochosa. Um intenso e agradável odor de algas me reconfortou, lembrando meus distantes anos de juventude no oeste dos Estados Unidos. Mas meu objetivo já estava à vista. A meia milha, junto à costa, semi-oculta por um pequeno bosque de afilados salgueiros e tamargueiras do Jordão e ligeiramente erguida sobre a várzea, Saidan perfilava-se escura e retraída, com débeis colunas de fumaça branca quebrando o azul do céu. Diante da pequena cidade – talvez a devesse qualificar de aldeia mediana –, imóvel na vereda de terra, tive uma sensação indefinível. Ansiedade? Alegria? Tensa emoção? Receio? Foi como uma premonição. Como se “algo” me anunciasse que aquelas brilhantes e escuras paredes que se espalhavam até o lago seriam testemunhas de acontecimentos e momentos inesquecíveis...

Recomecei a caminhar mas em poucos minutos detive-me de novo. Uma larga faixa da costa havia sido invadida por centenas de pequenas tartarugas de couraças verde-amareladas, imóveis ao sol ou claudicando, preguiçosas, entre os pedregulhos e seixos rolados. Eram quelônios dos pântanos, excelentes nadadores, semelhantes a seus irmãos de terra mas um pouco mais ligeiros. A

partir daquele instante, tanto em minha memória quanto no banco de dados do “Papai Noel”, aquele lugar ficaria registrado sob a denominação de “praia das tartarugas”.

Enquanto eu contemplava os simpáticos inquilinos daquela zona do Kennereth, o vento cessou. E o fez tão brusca e repentinamente como havia chegado. Pouco a pouco eu me iria acostumando a esse fenômeno, tão freqüente no lago durante os meses da primavera e do verão. Nossas observações posteriores confirmariam a enorme transcendência desse vento do oeste que, pontual, dia após dia, soprava desde o meio-dia até as primeiras horas da tarde, erguendo ondas de regular altura, vitais para a várzea de Saidan. Sistemáticamente, durante séculos, aquelas ondas vinham arrancando do fundo os caracóis, conchas e grãos de basalto negro arrastados pelas águas dos rios, formando na orla um largo talude que atuava como muro de proteção da margem. Isso explicava, em parte, a formação das lagunas e pântanos que eu acabava de atravessar e cujo nível era ligeiramente mais alto que o do Kennereth.

A uns duzentos metros dos salgueiros que abobadavam o caminho, parei pela terceira vez. Ali encontrei os primeiros vestígios da principal fonte de riqueza da vila: a pesca. Entre algumas embarcações no varadouro, redes descansavam sobre o pedregoso terreno. Sentados ao abrigo das embarcações, alguns indivíduos com as cabeças cobertas por turbantes e chapéus de palha ocupavam-se em remendar as malhas. Convencido de que me haviam visto muito antes do que eu a eles, resolvi arriscar uma aproximação. Deixei o caminho e, devagar, dirigi-me ao mais próximo. O pescador, como a quase totalidade dos habitantes de Saidan, só falava aramaico. Perguntei-lhe pela casa dos Zebedeu e ele, sem deixar de manipular sua agulha de madeira de ponta dupla, ergueu os olhos e, depois de alguns segundos de atenta e inquisidora observação da minha aparência e da cesta que eu havia deixado no chão, respondeu com um lacônico “na praia, em frente à quinta pedra”. Depois baixou de novo o rosto e passou a ignorar-me, simplesmente. Sua habilidade na costura da rede era assombrosa. O dedão do pé esquerdo mantinha a rede enganchada e tensa, enquanto, com a mão esquerda, ia remendendo os rasgos e atando-os com um forte fio de algodão tingido.

Em vez de continuar a andar pela costa, à busca da misteriosa “quinta pedra”, retornei ao caminho. Tinha de ultimar as medições iniciadas na “base-mãe”. A uns cem metros da aldeia, coincidindo com os primeiros salgueiros e tamargueiras, o terreno se elevava, formando uma ladeira de uns 30 graus de desnível. Como acredito já haver dito, Saidan era edificada em uma meseta natural – a 30 ou 35 metros sobre o lago –, bem resguardada das freqüentes

vazões do Zaji e da rede de correntes que sulcava a várzea.

À entrada da vila consultei o micropedômetro e o cronômetro digital. A distância percorrida desde a ponte sobre o rio Korazim até o Jordão aproximava-se dos 4 mil metros. Quanto à última etapa – desde os marcos divisórios do território ao ponto em que me encontrava –, os registros marcavam outros 500 metros. Isso perfazia um total de 5,5 quilômetros, contando a partir dos arredores de Nahum. O tempo gasto foi de 90 minutos. Talvez sem a embaraçosa cesta de alimentos, e a um passo mais ágil, aquela hora e meia pudesse ser sensivelmente reduzida. O cálculo final, da nave à povoação pesqueira dos Zebedeu, ficou estabelecido em pouco mais de sete quilômetros. Assim, computada a volta, cada incursão a Saidan deveria oscilar em torno de quatro horas. (Estes cálculos, como se verá mais adiante, foram de vital importância ao programarmos as explorações ao longo daquela faixa costeira.)

E às 15h30, inquieto porque já era diminuta a margem de tempo disponível para minha primeira visita ao chefe dos Zebedeu, penetrei nas poeirentas ruas da aldeia que havia visto nascer e crescer homens tão singulares e privilegiados como Felipe, o intendente, João e Tiago e os também irmãos André e Simão Pedro.

Que me reservaria o Destino naquela recolhida e aprazível localidade? De repente, entre outras “surpresas”, um sensacional achado, intimamente vinculado à chamada “vida oculta” de Jesus. “Algo” que, ao que parece, os evangelistas nunca souberam e cujo depositário era o homem que eu estava a ponto de conhecer.

Tinha de agir rapidamente. Às 17 horas, quando muito, deveria estar iniciando a viagem de volta à nave.

Se Nahum, com seus nove ou dez mil habitantes, apresentava-se como um núcleo vibrante, em contínua agitação, Bet Saida ou Saidan, ao contrário, era um lugar silencioso, familiar, em que a vida decorria monótona e placidamente. Foi um lugar de gratas recordações, no qual não percebi traço algum da cobiça, da brutalidade e das insídias que imperavam na vizinha Kefar Nahum.

O caminho pelo qual eu viera cruzava Saidan de um lado a outro e constituía algo assim como a rua principal. Ao leste e ao oeste do caminho enfileirava-se um caótico amontoado de casas de pedra vulcânica, sem a menor ordem urbanística, às quais se chegava por uma não menos anárquica “teia de aranha” de vielas e pátios que, apesar de meus esforços, jamais cheguei a conhecer de todo. O sistema e os materiais empregados na construção das casas – a maioria de um só pavimento – eram os mesmos empregados em Nahum: blocos de basalto negro, tão abundantes na região, formando fileiras muito pouco ortodoxas, niveladas e unidas à base de terra e seixos. Os telhados, leves e

frágeis quase todos, eram dispostos em declive, sobre vigas de madeira e uma rudimentar mistura de terra batida e palha, que depois da época das chuvas tinha de ser recomposta e pisada. Seguindo o mesmo padrão de Kefar Nahum, salvo uma ou outra exceção, as casas, os celeiros e armazéns em geral apertavam-se uns contra os outros em torno sempre de um pátio central, a céu aberto, com uma porta única e comum para as famílias que compartilhavam essas elementares “unidades urbanas”.

Levado pela curiosidade, atravessei a aldeia de um extremo ao outro. Esquivas, tímidas, algumas mulheres espiaram a passagem daquele estrangeiro da penumbra das janelas abertas nas paredes de pedra. De quando em quando, agitados pela perseguição de meninos descalços, de cabeças raspadas e faces sujas, bandos de patos e galinhas esvoaçavam inquietos e ruidosos, levantando poeira do solo ou precipitando-se no interior dos pátios. Alguns dos meninos, sentados no meio da rua, brincavam com barcos de madeira, lançando à terra e recolhendo pedaços de rede que, em sua fantasia, ora vinham repletos, ora vazios. Imitavam o rítmico vozerio dos remadores ou o ulular do vento e o estrondo de imaginárias tempestades. Sorri intimamente. No fundo e na forma, os jogos infantis quase não haviam mudado com o passar dos séculos.

Saidan, ao menos no que se referia à via principal, podia ser cruzada em pouco mais de duzentos passos. No extremo sul, o caminho precipitava-se por uma escarpa tão acentuada quanto a do flanco norte, ainda que muito mais curta. Um rio, o Zaji, estreito, cortado e amuralhado em suas margens por altos juncos “cardadores” e *eleph-ha-elah*, separava o núcleo urbano do porto pesqueiro. Como já havíamos observado da nave em vôo, um terrapleno de 200 metros de comprimento partia perpendicularmente à costa, girando em ângulo reto para o noroeste do lago. Algumas dezenas de embarcações alinhavam-se em seu interior, fundeadas no centro do abrigado porto ou amarradas aos grossos blocos de basalto do cais principal. Uma pontezinha de pedra, sem parapeitos, prolongava o caminho até um bloco de casas e choças que se erguia junto à doca. Dali o caminho perdia-se na direção do sul.

A curta distância da velha ponte, à borda da margem esquerda do Zaji, um grupo de mulheres lavava roupa, entre risos e muito palavrório, pondo-a a secar, depois, sobre ramos de giestas e alecrim. Na base de um penhasco próximo vertia um manancial cujas águas eram recolhidas em um tanque semicircular. Desse reservatório de pedra partia um simples e estreito aqueduto que, transpondo o rio, irrigava as culturas situadas ao leste da povoação. Aquela fonte pública de Saidan era um dos pontos de reunião, mexericos e comunicação entre os habitantes da aldeia. Uma autêntica bolsa oficial de mentiras, onde a qualquer hora do dia podia-se acotovelar com matronas, pescadores e operários do

secadouro de pescado que ali enchiam seus cântaros e odres. Todo um “centro social” no qual nada passava inadvertido.

Contornando a meseta por aquele setor sul cheguei de novo na praia. Muitas das casas voltadas para o lago dispunham naquela zona de escadas empinadas que permitiam o acesso direto à franja do litoral situada a 30 ou 35 metros abaixo do seu próprio nível. A língua de terra existente entre a orla e as escadas, de uns 60 metros de largura, estava repleta de barcos estacionados e de redes empilhadas ou estendidas sobre os pedregulhos e uma “areia” formada por espessos grânulos de basalto de fortes tonalidades pretas, vermelhas e brancas.

Dali, na desembocadura do Zaji, em uma extensão de meio quilômetro, pescadores, isolados ou em pequenos grupos, remendavam as redes ou trabalhavam dentro e fora dos barcos, repassando aparelhos e preparando-se para as próximas tarefas no Kennereth. Muito perto da água, solidamente enterradas, emergiam pesadas pedras, de formas prismáticas, de 20 a 30 centímetros de largura e entre 40 e 50 centímetros de altura, com umas perfurações – à maneira de botoeira – na parte superior e pelas quais eram introduzidos os cabos e cordas de atracação dos barcos que flutuavam na margem. As pedras estavam estrategicamente alinhadas ao longo do litoral e por dedução imaginei que uma delas – a quinta – devia ser a situada diante da casa dos Zebedeu. Não me enganei. Vários dos pescadores, muito mais amáveis do que o primeiro dos remendadores que eu consultara, me levaram até a escada de pedra que, no centro da praia, subia à casa dos “filhos do trovão”. Ali me aguardava uma dupla e comprometedor situação.

Foi um erro. Um erro involuntário que, em outras circunstâncias, poderia haver-me custado caro. Mas a bondade e a tolerância daquela família não tinham limites. A questão é que, ansioso por estabelecer contato com o pai dos Zebedeu, não percebi que havia entrado no casarão por uma porta privada, de uso exclusivo dos donos e dos íntimos da família. Ao empurrar a forte folha de madeira encontrei-me em um cercado retangular que abrigava um grande número de galinhas. À direita, à sombra de um telheiro, agitou-se inquieto um pequeno rebanho de cabras de longas orelhas pendentes e carneiros de enormes caudas do gênero dos “barbarines”, conhecidos popularmente como “de cinco quartos” devido ao tamanho daqueles apêndices (o quinto quarto). A presença desses animais, oriundos da Líbia, deu-me uma idéia da prosperidade da casa.

Atravessei o solo de terra batida e, ao transpor uma segunda porta aberta na parede de pedra do aprisco, vi-me diante de um espaçoso pátio a céu aberto que apresentava uma certa forma de L. Diversamente do curral, o piso deste segundo recinto era calçado e escrupulosamente limpo. Ao seu redor apinhavam-se seis

casas de um só pavimento, de alturas diferentes, com estreitas escadas que se apoiavam às paredes e davam acesso aos telhados. Várias mulheres e meninos transitavam entre alguidares, fogões, utensílios de cozinha e pedras de moinho. Minha súbita e clandestina entrada deixou a todos perplexos. Uma das galiléias cochichou ao ouvido da mais velha e esta, abandonando um braseiro sobre o qual crepitava uma fumegante e apetitosa fritada de peixe, disparou a correr e desapareceu em um dos escuros cômodos. Na hora, como eu disse, não compreendi a razão de tão esquivo comportamento. Meu aspecto, afinal, ainda que um pouco prejudicado pela viagem, não era incorreto. Saudei a todos, desejando-lhes paz, mas não obtive resposta. Uma das meninas, de quatro ou cinco anos, começou a chorar e se refugiou entre as pregas da túnica de sua mãe. Alarmado, indeciso, eu não soube o que dizer. Dei uns passos com a intenção de perguntar pelo chefe da família mas as mulheres, atemorizadas, retrocederam. A embaraçosa situação não durou muito. Graças aos céus, em poucos segundos apareceram por uma das portas dois homens e a anciã que os havia advertido da presença daquele esguio e intrometido estrangeiro.

Meu coração agitou-se. Aqueles galileus eram João e Tiago. Como era possível? Sua chegada à costa norte do lago estava prevista para a noite daquela quarta-feira ou, como já expliquei, na manhã do dia seguinte. A surpresa foi mútua. Ao reconhecer-me, João tranqüilizou seus parentes e, de braços abertos, saiu ao meu encontro e me abraçou. A amistosa acolhida distendeu os ânimos e as hebréias, curiosas, sem tirarem os olhos de cima de mim, voltaram aos seus afazeres. Tiago, distante, como sempre, limitou-se e esperar à porta da casa. Seu rosto anguloso estava mais grave e suas olheiras mais acentuadas. Devolveu-me a saudação e, frio e direto, perguntou-me como me havia engenhado para alcançar o *yam* com tanta rapidez. (A palavra *yam* era a designação mais corrente do Kennereth ou mar de Tiberíades entre os pescadores e habitantes das margens do lago.) Sentime embaraçado. Mas quando me propunha improvisar uma explicação, João cortou o comprometedor assunto.

– Não tinhas por que molestar-te...

E, tomando a cesta das provisões, ergueu-a sorridente e feliz, exibindo-a aos presentes. Os meninos, alvoroçados, precipitaram-se sobre a cesta, tentando descobrir o que continha. Mas João, em tom severo, os conteve. De minha parte, não tive coragem para desfazer o mal-entendido e, resignado, esbocei um sorriso formal. A iniciativa do impulsivo João me havia livrado das inquisidoras perguntas de seu irmão, ao menos no momento. Mas a verdade é que nossas reservas alimentícias se haviam perdido.

Tiago voltou para o interior da casa e eu, aproveitando sua ausência, perguntei a João pelo restante do grupo. A explicação, no fundo, era muito

simples. Ele e seu irmão se haviam adiantado. Os demais chegariam a Saidan ao anoitecer. Atendendo aos desejos dos gêmeos, cuja família residia muito perto de Kursi (Gerasa), os íntimos de Jesus haviam feito uma parada no caminho. Com grande excitação, João resumiu a peregrinação dos onze pelo Jordão durante aqueles três dias. Haviam sido obrigados a fazer numerosas paradas para responder às perguntas do povo a respeito da notícia da ressurreição do Mestre. Pedro, em especial, fora o mais ardente, derramando-se em discursos que haviam comovido as sensíveis populações das margens do baixo Jordão. (Eram, como já anunciei, os primeiros sinais do que, meses mais tarde, acabaria por forjar uma “chefia”, tacitamente aceita pelo flamante “colégio apostólico”).

Satisfeita parte do meu interesse, expliquei-lhe que os negócios – como eu já havia anunciado ao grupo no caminho para Betânia – me haviam conduzido até a costa norte do *yam* e que, uma vez concluídos, se minha presença não fosse incômoda, tinha o propósito de acompanhá-los, tomando assim uns dias de descanso. João mostrou-se encantado, pedindo-me que soubesse compreender e perdoar a desolação que naquele momento se abatia sobre sua família. O estado de saúde de seu pai não era bom e isso os mantinha preocupados. Recordei-lhe minha condição de médico e, sem refletir convenientemente, animei-o a permitir-me que o examinasse. Dito e feito. Imediatamente conduziu-me à parte da casa em que pouco antes Tiago havia desaparecido.

A moradia, como o resto das que faziam parte do pátio familiar, não tinha porta. No umbral alinhavam-se vários pares de sandálias. Um tanto contrariado descalcei as minhas. A verdade é que não me agradava perder de vista as delicadas sandálias eletrônicas. Mas se não o fizesse incorreria em descortesia para com meus anfitriões. A estância, de uns sete metros de largura, era dividida em duas partes por uma divisória, enquanto que o chão e as restantes paredes haviam sido revestidos de gesso. Uma lâmpada de azeite pendia do teto da primeira das salas, propagando uma luz amarelada e deficiente.

Junto à porta de entrada, presas à parede por diversos aros de metal, descansavam duas bojudas vasilhas de argila vermelha, com as bocas tampadas por folhas e ramos aromáticos que protegiam e davam um refrescante sabor à água que armazenavam. À esquerda, na parede do fundo, várias prateleiras alojavam todo tipo de utensílios de cozinha: coadores, colheres, garfos, frigideiras, peneiras, filtros, vasilhas, pranchas para colocar sobre o fogo, facas, pratos de madeira e um rudimentar fole feito de pele de cabra. No chão, sobre esteiras de folhas de palmeira, armazenavam-se cestas com legumes, jarras de bronze e um tamborete de madeira.

No cômodo contíguo, tão simples quanto o anterior, a iluminação era um pouco melhor. Na parede do oeste, uma pequena janela, aberta, deixava passar

um feixe de luz solar que desenhava um retângulo no chão. Em estantes dependuradas do tabique divisório, cuidadosamente enrolados, viam-se os coloridos edredons que serviam para dormir. O reduzido mobiliário era completado por uma cômoda, pintada de cores vivas, e duas lâmpadas herodianas de azeite: uma sobre a cômoda, outra no chão, à cabeceira do enxergão sobre o qual jazia um ancião. Aos pés do colchão de palha, Tiago, de joelhos, contemplava atentamente e em silêncio um homem de túnica branca e densa barba negra que, de cócoras, procurava algo em uma caixa de madeira.

O instinto pôs-me de sobreaviso. Imóvel no limiar, esperei que João se aproximasse do leito. Aquela situação podia ser comprometedora. A insígnia presa ao peito do indivíduo de túnica branca, uma *haruta*, com um ramo de palmeira, significava que me achava diante de um médico ou sanador – possivelmente um *rolé* –, chamado pela família. Eu devia agir com discrição, sem ofender a dignidade do pensativo “galeno”. Na verdade, de acordo com nosso código, se a moléstia fosse grave, deveria abster-me de intervir.

João inclinou-se sobre seu pai e, tomando suas mãos, fez-me um gesto para que me aproximasse. Fiz-lhe ver que, dada a presença do médico, talvez meus serviços não fossem necessários. Ignorando meu conselho, insistiu em que eu o examinasse. Então o *rolé*, velho amigo dos Zebedeu e, o que era mais interessante, de Jesus e do seu grupo, saiu de seu mutismo e, com um sorriso conciliador, apontou-me o paciente e incitou-me a examiná-lo. O mais jovem dos Zebedeu não me apresentou como comerciante ou simples curioso e adepto da doutrina do rabi, mas como “sincero amigo do Mestre”.

Cheio de satisfação, coloquei-me à cabeceira do chefe da casa: um ancião de uma idade que podia andar pelos sessenta anos, extremamente magro, ainda que de compleição forte e musculatura fibrosa, fruto, sem dúvida, dos seus muitos e duros anos como pescador e construtor de barcos. Tinha os cabelos brancos e um rosto endurecido e bronzeado pelo sol e os ventos do lago, no momento ligeiramente pontilhado por uma barba grisalha de uns três ou quatro dias. Observou-me sem reservas do fundo de seus olhos claros e, confiante, deixou-me à vontade. O pulso estava algo alterado. Não demasiado. Quanto à temperatura, também não me pareceu irregular. Com muita delicadeza, a meia voz, pedi ao Zebedeu que me dissesse como havia aparecido o mal. Fechou os olhos e, levando as mãos à cabeça, murmurou que “primeiro havia sido aquele intenso zumbido, como se uma nuvem de insetos revolteasse no seu interior. Depois vieram as dores, a perda da audição e as tonturas”. Em um gesto de dor, apertou as orelhas com suas enormes e calejadas mãos.

Ergui a vista para Assi e perguntei pelo seu diagnóstico. O sanador, que pertencia à seita dos essênios⁶¹ e que havia desenvolvido uma intensa atividade

como médico, durante os anos da “vida pública” de Jesus, atendendo aos muitos enfermos que chegavam regularmente a Kefar Nahum com a esperança de ser curados pelo rabi da Galiléia, moveu a cabeça negativamente e, com toda franqueza, expôs-me suas dúvidas. Desde que fora chamado pelo Zebedeu – e isso fazia já quatro dias –, a quase totalidade de suas observações não tivera resultado. A memória, o estado geral de consciência do paciente, possíveis tremores, expressão do rosto, cor da epiderme, faces e olhos, assim como a respiração, cheiro do corpo e inspeção diária da urina e excrementos eram normais. Os exames funcionais de Assi – não em vão havia recebido adestramento nas excelentes escolas de medicina de Alexandria e no *per-ankh* ou Casa da Vida –, com movimentos e giros de cabeça e extensões e flexões de pernas (ante a possibilidade de luxações cervicais ou traumas de natureza lombar), me pareceram oportuníssimas e acertadas. O problema, todavia, era muito mais simples.

– ... A princípio – prosseguiu Assi medindo cada palavra – cheguei a pensar em uma forte enxaqueca, ocasionada por um “mau vento”.⁶²

E, mostrando-me a coleção de cozimentos e infusões que guardava em sua caixa, acrescentou:

– Mas as aplicações locais de coriandro, sementes de pinho, tomilho, fígado de asno e ganso, natrão, tamargueira e ossos queimados de peixes foram inúteis.

O voluntarioso “auxiliador” – Assi refutou mais de uma vez meu qualificativo de *rofé*, afirmando que só o Bendito (Deus) tinha o poder de curar – experimentara até mesmo um dos rituais de transferência do mal, muito comum no antigo Egito e recomendado para a hemicrania ou dor unilateral da cabeça. Durante quatro dias havia esfregado a cabeça do paciente Zebedeu com a de um peixe, tentando – com reduzido êxito, está claro – “que os vasos temporais restituíssem o ar ao enfermo”.

Todavia, apesar dessas e outras superstições que tive oportunidade de presenciar, o “auxiliador” – com sua dilatada experiência – não esteve perdido em seu diagnóstico final. O zumbido, as fortíssimas dores de ouvidos e a perda da audição – sentenciou com plena convicção – podiam ser sintomas de uma otorréia ou de uma otite. (Ambos os males eram perfeitamente conhecidos desde muito tempo.) Para Assi, como para o resto dos médicos de dois mil anos atrás, cada um dos ouvidos recebia dois vasos, que chegavam por cima dos ombros. Através deles entrava a vida ou a morte. A primeira, pelo ouvido direito; a segunda, pelo esquerdo. (Uma concepção derivada do poder que então se dava à palavra falada.) Pois bem, segundo Assi, a causa daquela possível surdez do Zebedeu tinha de ser buscada no desarranjo dos dois vasos que terminavam na raiz dos olhos ou nas têmporas.

– Neste caso – concluiu – o mais indicado seria uma aplicação à base de sais minerais, folhas de legumes ou uma orelha de asno em um unguento-base.

Desconcertado, não me atrevi a responder-lhe.

– ... Claro que talvez fosse mais eficaz um emplastro de estrume ou cauda de escorpião... Tu, Jasão, que pensas?

Que é que eu podia dizer? Simulei que meditava e, evitando uma confrontação direta, tratei de ganhar tempo. Solicitei a João uma das candeias de azeite e, erguendo o torso do ancião, aproximei a luz do seu ouvido direito. Assi e os irmãos se apressaram a ajudar-me. Apesar da precária iluminação não tardei a constatar a possível origem do mal. Repeti a exploração no ouvido esquerdo, chegando à mesma conclusão: as sensações acústicas percebidas pelo Zebedeu e as posteriores dores obedeciam ao que em medicina chamamos “acúfenos” ou “acusmas”. Ainda que esta perturbação apareça com frequência na maior parte das enfermidades do ouvido, às vezes se deve apenas à natural acumulação no conduto auditivo externo de cerume (uma secreção cérea das glândulas sebáceas do conduto e que às vezes se espessa, formando um tampão). Esta era a causa principal do transtorno. Um transtorno que, diagnosticado a tempo, não tinha por que oferecer complicações.

A benignidade e, de certo modo, a nenhuma gravidade do caso me autorizava a intervir sem com isso quebrar as rígidas normas do Cavalo de Tróia. Em resumo, tratava-se de conseguir um progressivo abrandamento do cerume para depois extraí-lo. Para isso, ao menos durante os próximos três ou quatro dias, deveria ministrar-lhe algum medicamento ou poção que agisse como emoliente da massa de cera. O problema era como fazê-lo sem despertar suspeitas e, além disso, de imediato. A prostração de Zebedeu o exigia.

Sem muitas alternativas, lancei mão da improvisação. Invocando uma imaginária receita do *Livro das Sentenças*, de Jesus ben Sirac, escrito cento e cinquenta anos antes de Cristo, tranqüilizei a consciência médica do essênio, provocando a natural admiração de João e Tiago. No momento era preciso trabalhar com os únicos elementos à mão. Mais para diante, de volta à nave, a preparação dos ungüentos seria menos heterodoxa e precipitada. Seguindo minhas instruções, Assi preparou um analgésico, à base de folhas de melissa (cujo conteúdo em azeite essencial com citral, citronela, geraniol, linanol e tanino dava um resultado recomendável) e uns gramas de *samê de Sinta*, um potente anestésico. Com idêntica eficiência, João aqueceu na minha presença uns centímetros cúbicos de azeite puro de oliveira e, quando me pareceu que a temperatura havia alcançado os 20 °C ou 25 °C, verti umas gotas dele em cada um dos ouvidos do paciente. Aquele foi o único momento em que o “auxiliador” mostrou uma expressão contrafeita, reprovando em silêncio minha iniciativa.

Mas, discreto e respeitoso para com os métodos daquele médico estrangeiro, nada disse.

Em posteriores encontros, uma vez conquistada sua confiança, me confessaria a razão de sua muda censura. Como relata Josefo, os essênios consideravam o azeite como impuro e, “quem quer que acidentalmente entrasse em contato com ele manchava sua pessoa”. Esta era uma das razões que os obrigavam a manter a pele seca e a vestir-se sempre de branco (*Antiguidades judaicas*, II, 8, 3, 123). Esta interessante seita – da qual também deverei falar – achava-se em aberta disputa com as interpretações religiosas e os hábitos das castas sacerdotais judias. O Talmud, por exemplo, estabelecia a unção como uma necessidade: “Tomar um banho e não ungir-se” – prescrevia o *Sabbat*, 41a – “é como colocar água em um jarro.”

O forte analgésico não tardaria a fazer efeito. Assim, de mútuo acordo, Assi e eu recomendamos aos filhos de Zebedeu que lhe permitissem repousar, ministrando-lhe as novas doses de azeite quente durante a primeira vigília da noite e ao alvorecer. A terceira ficaria a meu cargo, nessa mesma manhã de quinta-feira. Tiago, um pouco mais reconfortado pelas minhas palavras de alento, opôs-se a que eu saísse. João, em um dos seus infantis arroubos, diante da minha firme negativa a pernoitar em Saidan, precipitou-se para a porta, apoderou-se de minhas sandálias e fugiu, com a louvável e honesta intenção de obrigar-me a desistir de voltar para Nahum. Assustei-me. Ainda que fosse improvável que ele chegasse a descobrir os microssistemas eletrônicos ocultos nas sandálias, ainda havia a possibilidade e o grave risco de que – em um daqueles seus arrebatamentos – as destruísse ou simplesmente as escondesse, prejudicando os planos da operação. Assi e Tiago riram muito da minha situação e me consideraram perdido.

Corri atrás de João, no exato momento em que ele cruzava a porta de acesso ao curral. João não parou e de um salto lançou-se escada abaixo em direção à praia. No meio dos empinados degraus parou e, indeciso, como se procurasse um esconderijo para o calçado, deu uma espiada nos barcos que descansavam entre as redes. Gritei-lhe que acabasse com aquele incômodo jogo mas ele, erguendo as sandálias por cima da cabeça, me desafiou a alcançá-la. Ágil como um gato, nem sequer utilizou os últimos degraus, saltando desembaraçadamente para a praia. Maldizendo minha má estrela, corri atrás do aloucado jovem, ferindo meus pés no atrito com os pedregulhos. A perseguição, em que eu naturalmente levava a pior, prolongou-se praia acima até quase um quilômetro de Saidan. Esgotado, eu estava a ponto de desistir quando João parou repentinamente. Vi que ele soltava as sandálias e, de costas, começava a retroceder com passos inseguros e vacilantes. Diante dele estava a grande colônia de tartarugas dos pântanos.

Estranhei que ele não seguisse adiante com a brincadeira. Aqueles quelônios eram tão lerdos quanto inofensivos.

Quando o alcancei, João, transtornado, incapaz de articular palavra, apenas apontou para o solo recoberto de cascalho escuro da costa. Confundida entre os seixos, retorcia-se uma cobra de um metro de comprimento. Dessa vez fui eu quem soltou uma gargalhada. Aproximei-me do ofídio, agarrei-o pela base da cabeça, ergui-o e o mostrei ao apavorado João. Aquele assustado animal, único na fauna da Palestina, era uma pobre cobra d'água, incapaz de causar dano e cuja dieta básica eram os peixes do lago. (Nos atuais mosaicos da Igreja de Tabja vê-se um flamingo lutando com um desses répteis do Kennereth.) João, com os olhos fora das órbitas, suplicou que o perdoasse e “me desfizesse daquele demônio”. Era inconcebível.

Apesar de seus muitos anos de amizade com Jesus de Nazaré, aqueles rudes pescadores continuavam aferrados a toda sorte de superstições e malefícios. Claro que também era possível que aquele terror pelas serpentes constituísse uma “ofidiofobia”: um medo patológico aos ofídios, cujas causas somente podem ser descobertas através de uma profunda análise psicológica do indivíduo. Para alguns autores, a “zoofobia” ou medo patológico aos animais podia ser interpretada como uma oculta recusa a ter filhos. Curiosamente, João morreria solteiro...

Incapaz de manter ou alimentar uma situação desagradável, apressei-me a atirar a cobra na água. E o réptil, como eu imaginava, submergiu imediatamente, desaparecendo no *yam*.

Banhado em suor frio, o discípulo deixou-se cair sobre a areia, exausto e trêmulo. Apanhei minhas sandálias e, esquecendo a travessura, procurei reanimá-lo, enxugando-lhe a fronte. Durante uns breves segundos ficou a observar-me em silêncio. De súbito, seus inquietos olhos negros gravaram-se nos meus e ele me perguntou à queima-roupa:

– Quem és na realidade?

Senti que uma lâmina de fogo se propagava pelas minhas entranhas e, adivinhando uma secreta intenção por trás das palavras de meu amigo, esquivei-me à delicada pergunta com um forçado sorriso de perplexidade, acrescentando algo que ele já conhecia:

– Sabes muito bem: um tolo de um grego que, por fim, encontrou a Verdade.

Não aceitou minha explicação. E com a audácia da sua juventude continuou a perseguir-me:

– Por que o Mestre, assim que te viu na casa de Lázaro, te recebeu como a um amigo velho e querido? Por que teu interesse por Ele? De onde vens? Por

que desafiaste os odiosos romanos permanecendo ao lado do rabi enquanto os demais fugiam? Como podes saber quando e onde...?

Não permiti que continuasse. Selei seus lábios com minha mão direita e, negando com um gesto de cabeça, tentei demovê-lo de tão perigosas cogitações. Creio que foi inútil. João sabia ou intuía alguma coisa. Sua última pergunta foi toda uma confirmação de que, pela primeira vez, me achava em situação comprometedora.

– Por que desapareceste em uma nuvem branca?

Ao ouvir o assunto da névoa sentime desarmado.

– Como sabes isso?

Em sua candidez, o discípulo admitiu a única possível origem de sua correta informação: João Marcos. Para meu infortúnio, o caçula da família Marcos, uma vez recomposto da cena do monte das Oliveiras, correria ao encontro do grupo, unindo-se à expedição a Bet Saida, e no caminho, certamente ante a incredulidade geral, lhes contara o estranho episódio da névoa que surgira às minhas costas e de como “Jasão havia penetrado nela, esfumando-se como um anjo do Senhor”.

– Certamente – rematou o Zebedeu – nenhum de meus companheiros deu crédito às suas “fantasias”... mas eu sim.

– Então João Marcos viaja convosco...

João confirmou triunfante, dando como certo que me havia apanhado.

– Muito bem – concluí enfaticamente. – Amanhã te demonstrarei que estás equivocado.

E, sem dar-lhe oportunidade de responder, afastei-me em direção ao caminho e empreendi a viagem de retorno ao “berço”. A jornada de quinta-feira, 20 de abril, prometia ser tão animada como a que chegava a seu término.

No fundo, a corrida no encalço de João Zebedeu teve seu lado favorável: permitiu-me abandonar Saidan mais rapidamente do que eu calculara e, por acréscimo, deu-me a conhecer a presença de João Marcos entre os discípulos. Não sabia muito bem como, mas eu tinha de agir. Era necessário inventar um estratagema suficientemente claro e taxativo para dissipar os receios e as insinuações que acabava de ouvir. E aquela inesperada situação até que nos serviria de lição. Cavalo de Tróia havia subestimado aqueles supostos “primitivos” e “incultos” homens do século I. Alguma coisa me ocorreria.

Às 18 horas e 10 minutos, sem o menor tropeço, avistei a ponte sobre o rio Korazim. Eliseu alegrou-se ao ouvir minha voz. Os cálculos estavam corretos. Sem carga e a bom passo o caminho entre Saidan e Kefar Nahum podia ser feito em pouco mais de uma hora, reduzindo em uns vinte minutos a primeira

caminhada.

Paguei o obrigatório “pedágio” (duas leptas, equivalentes a um quarto de asse, quer dizer, uns trocados) ao funcionário da aduana, e, seguindo pela estrada, contornei a cidade por sua frente norte até alcançar o caminho que subia para a colina em que se assentava nosso módulo. Restavam uns 45 minutos para o ocaso e, depois de prevenir meu irmão, optei por dar uns passos mais até o extremo sul da elevação –, com isso evitando o caminho que havia utilizado na descida e que, como eu disse, se bifurcava a uma milha de Nahum. Não era prudente que me vissem tomar a direção do cemitério.

A uns cem metros do lugar onde havia encontrado Jonas, o ainda suposto “monte das Bem-Aventuranças” era cortado na rampa sul pela via Máris. Aquela era uma das passagens mais estreitas da costa norte. À esquerda da estrada o terreno praticamente precipitava-se sobre as águas, formando um inclinado talude de 20 a 30 metros. O precipício me serviria de referência nos sucessivos retornos à “base-mãe”. Dali, encosta acima, a nave estava a 600 pés. A rota, a partir daquele ponto, afastava-se um pouco do litoral, desenhando um amplo arco que contornava as choças e o “complexo hidráulico” de Tabja.

Naquele momento reparei em um aqueduto de uns dois metros de altura, semicamuflado pela vegetação e que partia da zona dos moinhos, nas “sete fontes”, perdendo-se entre os rochedos da costa em direção a Nahum. Na manhã seguinte eu comprovaria tratar-se de uma das mais importantes canalizações de água potável que abasteciam a “cidade de Jesus”. Como eu dispusesse ainda se uma certa margem de claridade solar, pensei em atenuar o frustrado abastecimento de víveres visitando a povoação que tinha à vista. Com toda certeza os habitantes de Tabja poderiam fornecer-me água e algumas provisões. Eliseu não achou oportuno mas contra sua vontade caminhei os trezentos metros que me separavam das choças. De novo me vi gratamente surpreendido.

O aproveitamento industrial de Nahum era perfeito. Se os estaleiros, a fabricação de vidro, o artesanato e o comércio se centralizavam na cidade propriamente dita, ali, entre hortos, pomares e um airoso palmeiral, palpitavam os rumorosos mananciais que moviam os moinhos de água e as forjas. Os primeiros, em sua maioria, eram de farinha, ainda que também os houvesse para serrar madeira, triturar a azeitona e a uva e até para moer pimenta e cortar pedra. A cada dia, grupos de operários e “especialistas” das vizinhas localidades de Ginosar, Nahum e Migdal se deslocavam até o belo lugar para pôr em funcionamento as curiosas “maquinarias” idealizadas e construídas pelos romanos e que são citadas por Vitruvius.

Entre essa engenhosa rede de tanques, canais e aquedutos erguiam-se ainda os tradicionais moinhos de grãos,⁶³ movidos manualmente com o auxílio de

animais. Mas o que verdadeiramente chamou minha atenção foram os “hidráulicos”:⁶⁴ toda uma obra de engenharia que pouco ou nada teria que invejar aos usados pelos ingleses e norte-americanos até próximo dos anos 40 ou 50 do nosso século.

Os habitantes do lugar, serviçais e acostumados ao trato com todo tipo de forasteiros, atenderam prontamente ao meu pedido enchendo um áspero pelego de cabra de uns 40 litros de capacidade com água de uma das fontes que manavam muito perto do reservatório octogonal de 20 metros de diâmetro que havíamos localizado em vôo. O capítulo dos víveres, entretanto, ficou adiado. Nakdimon, o funcionário judeu encarregado do fornecimento de água a Nahum e à indústria dos moinhos, que acorrera encantado e solícito em meu auxílio, aconselhou-me, como já o fizera Jonas, a visitar o mercado do dia seguinte em Kefar Nahum.

Minha curta estada em Tabja, sempre guiado por Nakdimon, foi altamente útil. Enquanto eu percorria as instalações, o funcionário deu-me antecedentes e detalhes que eu ignorava por completo. Sem dissimular seu desgosto, o capataz-chefe do bairro das “sete fontes” lamentou a “nacionalização das águas” pelos romanos. Desde que o Império, de fato, havia colonizado a Palestina, a riqueza hidráulica havia passado às mãos de Roma. O César, seu legítimo proprietário, delegava em cada província uma espessa burocracia de funcionários e as tarifas de consumo de água iam diretamente para as arcas de Tibério. O controle para evitar a fraude era executado com muito rigor. De cada aqueduto – assim o especificava a legislação romana – se arrancava um determinado número de canos. Para repô-los era necessário uma solicitação especial ao governo. Quando este concedia a licença, o inspetor da região fornecia ao usuário um *calix* ou chave de passagem de determinadas dimensões, em consonância com o volume de água solicitado. Esta peça regulava o caudal de forma inexorável. Se o consumidor fosse um industrial, o *calix* recebido era de maior seção, mas sempre de acordo com o fixado na correspondente licença. A não ser essas chaves de passagem, a canalização era de propriedade particular e cada qual assumia os gastos de instalação e manutenção. (De fato existia uma lei que obrigava que as dimensões do *calix* se mantivessem, em cada condução, a uma distância de até 50 pés da chave de passagem.) Era terminantemente proibido obter água de outro lugar que não fosse o reservatório do aqueduto, assim como ramificar as canalizações.

Como ocorre no século XX com o serviço telefônico ou de energia elétrica, o direito de água, àquela época, tinha caráter pessoal. Assim, quando um inquilino abandonava uma casa ou um moinho, os “engenheiros” e “inspetores” fechavam o *calix*. Todavia, diversamente do que hoje conhecemos, o Império

Romano autorizava a venda das licenças. Os novos proprietários ou arrendatários, antes de tomar posse da casa ou da indústria, deviam garantir-se contra a possibilidade de que a licença estivesse em mãos de terceiros. O elevado custo do fornecimento de água forçava a maioria das famílias a abster-se desse serviço e procurar abastecer-se nas fontes ou mananciais públicos. Jesus, ao menos durante sua vida em Nazaré, não teve oportunidade de desfrutar esse cômodo e custoso sistema de “água corrente em domicílio”. Só os mais abastados, como eu disse, podiam permitir-se semelhante luxo.

Ali pelas 19 horas, com o pesado odre de água às costas, quis Deus, em sua misericórdia, que este imprudente expedicionário regressasse em paz a nosso querido “lar”, na ladeira sul da elevação que dominava o avermelhado lago de Tiberíades.

Eliseu, a par de minhas primeiras andanças e correrias pela costa do *yam*, concordou comigo que a Providência nos assistia. Apesar da minha “perda” dos víveres e da arriscada intervenção no incidente com o jovem carregador do porto de Nahum, a alteração dos planos havia valido a pena. No entanto, com sua habitual sensatez, advertiu-me que não convinha abusar da sorte e que devia fazer um esforço para ajustar-me ao programado pela operação. Minha incursão a Tabja e o transporte de água até o “berço” podiam ter esperado. E curioso. Ainda que eu fosse mais velho e de maior graduação militar que meu companheiro, durante toda a aventura na Palestina foi Eliseu quem sempre desempenhou o papel de paciente e sábio “irmão mais velho”, que sabia escutar, animar ou repreender no momento justo. Agora, no fim dos meus dias, continuo sentindo saudade dos seus conselhos, sua tolerância e seu coração de ouro.

Aquela noite, enquanto eu preparava um emoliente para o cerume de Zebedeu, meu amigo – uma vez analisado e fervido o carregamento de água – colocou-se diante dos painéis de controle do módulo e caiu em um férreo mutismo. Eu o havia colocado a par de minha breve conversação com João e ambos, naturalmente, concordamos que era absolutamente necessário achar uma sólida e pronta solução que pusesse fim ao falatório propalado pelo caçula da família Marcos. Não era fácil. Mas Eliseu, após uma longa reflexão, encontraria o meio para safar-me da comprometedora situação.

Por sorte, a “farmácia” da nave era excelente. Após um repasse ao banco de dados de Papai Noel, decidi-me por uma composição à base de óleo ou azeite de terebinto⁶⁵ em uma proporção de 1,5 por cada dez centímetros cúbicos, e uma série de complementos “não irritantes”, como o clorbutol (500 mg), benzocaína (300 mg) e o benzofenol (também à razão de 100 mg por 10 cc). Um volume de 10 cc seria suficiente para duas ou três doses diárias a aplicar nos ouvidos do Zebedeu em uns dois dias. Com isso se daria o paulatino amolecimento da massa

cérea, permitindo-me – ainda não sabia como – a extração dos dolorosos tampões.

Colocada a poção em uma ampulheta de barro, entreguei-me a uma revisão do programa da quinta-feira. A partir da chegada dos onze a Saidan, os acontecimentos podiam precipitar-se a qualquer momento. Nosso principal objetivo no lago consistia em tentar “observar” as pretensas aparições de Jesus. Nesse sentido os Evangelhos dos cristãos não são muito explícitos. Como já comentei, só o texto de João faz uma vaga alusão à presença do Mestre às margens do *yam*, sem especificar nem o dia – como reza parte do versículo 1 do capítulo 21 – nem o lugar exatos. “Às margens do mar de Tiberíades” podia significar diante de Nahum, de Saidan ou de qualquer outro ponto do grande arco que forma o litoral norte, com seus quase 14 quilômetros, contados de Migdal a Bet Saida. A única possibilidade de “estar presente” no aguardado acontecimento era permanecer junto aos discípulos, sem perdê-los de vista nem por um minuto. Quanto à segunda possível aparição na Galiléia – anotada pelo Evangelho de Mateus (28, 16-20) – tampouco era uma preciosidade de informação. A que monte se referia o evangelista? O litoral citado está semeado deles... Segundo o que eu já havia visto e ouvido as palavras de Mateus não eram muito acertadas. “Por sua vez” – diz o escritor sagrado nos citados versículos –, “os onze discípulos rumaram para a Galiléia (até aqui, correto), ao monte que Jesus lhes havia indicado...” (O Filho do Homem não lhes indicou monte algum durante as aparições em Jerusalém. Tão-somente que fossem para a Galiléia, onde voltariam a vê-lo.)

Por último, o bom Saulo ou Paulo, em sua primeira carta aos Coríntios (15, 5-8), faz uma afirmação – não contida nos Evangelhos – que tampouco soubemos como interpretar: “... depois apareceu a mais de quinhentos irmãos de uma vez...” Onde e quando se registrou tal aparição multitudinária? As coisas, como veremos, se apresentariam muito mais complexas, apaixonantes... e diferentes. Mas continuemos por ordem.

Por fim, Eliseu, ressurgindo do seu mutismo, voltou-se para mim e com um sorriso zombeteiro perguntou-me:

– Que tal você se dá com os jogos de mãos?

Então, hábil e eficiente, passou a detalhar-me sua idéia. Uma idéia que podia tirar-me do atoleiro em que as circunstâncias e João Marcos me haviam arrastado.

[51](#) A magnífica lanterna, de cristal de quartzo, dispunha de cinco baterias de cádmio-níquel estanques, com uma capacidade de seis amperes-hora cada uma (N. do M.)

[52](#) As principais anomalias consistiam em sutura metópica, patente em um entre quinze crânios; ossinhos da

sutura lambóide, em dois; redução unilateral do canal condilar em um dos crânios e sua ausência em um segundo; tori auditiv em quatro de 57; fusão congênita dos áxis e da terceira vértebra cervical em dois de 27; formação incompleta do arco nervoso em um de 29 atlas; diversos graus de fusão da última vértebra lombar com o sacro em quatro entre 12 casos; um caso de coluna bífida e dois de pelves com aplasia congênita do acetábulo. No caso de extenso problema da artrite foram observados todos os graus: desde a erosão e corrosão das superfícies articulares, até a formação osteófitas. Em certos casos, a ossificação e ligamentos intervertebrais resultou, aparentemente, de fusão de duas ou mais vértebras da região torácica. Também surgiram compressões laterais das vértebras torácicas, ocasionando corpos vertebrais em forma de cunha. (A cifose seria para a direita.)

As alterações artríticas em outras fusões da coluna vertebral eram freqüentes na região das costas. Os casos mais graves apareceram nos ossos que apresentavam fraturas que haviam soldado, podendo estar associados às conseqüentes mudanças de postura. No total, achamos evidências de quatro fraturas antigas: uma de clavícula, outra de metatarso e as restantes de cúbito e perônio. Todas soldaram-se com pouca ou nenhuma deformidade, ainda que a do perônio, com uma proliferação excessiva de osso, sugerisse uma infecção benigna. Esses padrões foram considerados como uma condição degenerativa da coluna e das articulações, muito difundida e relacionada com a idade.

Vários dos cúbitos e raios se apresentavam também atrofiados e outros inflamados e curvados. Em um dos úmeros, a epífise era pouco desenvolvida. Associamos isso com uma deformidade do pescoço e da região tuberosa do deltóide. A verdade é que todos, até certo ponto, indicavam certo grau de paralisia dos músculos da extremidade superior. Suspeitamos que várias das anomalias congênicas podiam estar relacionadas com alterações patológicas no sistema neuromuscular. A aplasia do acetábulo produz uma acentuada coxeadura, já que não se forma articulação no quadril. Quanto ao grau do dano no sistema nervoso do indivíduo que tinha a coluna bífida, foi, logicamente, difícil de avaliar, por não dispormos dos ossos associados. (Calculamos que tal condição estava vinculada a diversos índices de paralisia, podendo ocasionar um dos casos de atrofia da parte superior do braço.) Às vezes, também o sistema nervoso vê-se afetado por outra das anomalias congênicas que observamos – fusão das cervicais – situação registrada na chamada síndrome de Klippel-Feil. (N. do M.)

[53](#) Mesocéfalo: crânio médio, mais ou menos arredondado e de dimensões parecidas. (N. do M.)

[54](#) Braquicéfalo: crânio mais curto. A média entre as mulheres foi de 77,7%. Os rostos, em um e outro sexo, eram mais curtos, com um índice nasal mesorrino. No capítulo das medições pós-cranianas computou-se a distribuição da freqüência das medidas para determinar se existia uma distribuição bimodal, que pudesse ajudar no esclarecimento do sexo de forma individual. O fêmur apresentou a evidência mais clara de dimorfismo. O comprimento oblíquo, a largura bicondilar e o diâmetro da cabeça do fêmur foram especialmente úteis nesse sentido.

Em um dos crânios, os ossos frontais eram muito densos e as rugosidades supraorbitais, maciças. Uma grande mandíbula com osso denso que encontramos em separado provavelmente correspondia a esse crânio. Um metucioso exame osteológico mostrou uma nova formação ordenada do osso. Em outro crânio descobrimos uma lesão erosiva na região frontal. Tínhamos conhecimento de que esse tipo de lesão fora detectado também em exemplares do Egito e da Núbia. Provavelmente representava a reabsorção do osso, como conseqüência de uma irritação crônica de uma úlcera de tecido brando que o recobria.

Observou-se ainda criba orbitalis na maioria dos crânios dos meninos, com osteoporose nos ossos parietais e occipitais. Possivelmente devido a uma deficiência de ferro e proteínas ou talvez a uma infecção da máter. Esta hipótese viu-se apoiada pelos achados de crânios de adultos com uma forte diploe e stenae hyperplastica, condições que se registram como conseqüência da destruição de eritrócitos por malária. (N. do M.)

[55](#) Nas análises osteológicas utilizamos as medidas de Martin-Saller. A idade e o sexo foram determinados usando, entre outros, o critério de Krogman. Para estabelecer afinidades raciais, os achados foram comparados por Papai Noel com os de Arensberg (para os restos do período romano-bizantino de Jerusalém e En Gedi) e com os de Haas e Nathan (para os restos de Acre.) Os fêmures eram platiméricos

e as tíbias, ao contrário, eram mesocnêmicas, com sinais de estrangulamento. Esta circunstância pode ter sido provocada por uma contínua flexão das pernas, devido, talvez, à natureza acidentada do terreno naquela região do país. (N. do M.)

56 O sensor do micropedômetro foi colocado na entressola, na zona correspondente aos dedos. Os dados registrados pela sandália eram armazenados em um minúsculo disco magnético alojado à altura do salto. Posteriormente poderia ser “lido” e decodificado pelo computador central. Quanto à célula térmica estava programada para regular a temperatura dos pés entre 5 °C e 7 °C acima da média ambiental. (N. do M.)

57 Aquela estrada – a famosa via Máris –, como a maioria das construídas pelos romanos, obedecia a padrões que foram descritos em uma das obras de Estácio (as Silvas, IV, 3 v. 40-55), na qual é relatada a construção da via Domitiliana (ano 95 d.C.), que, partindo de Roma, percorria as areias e salinas da costa. “O primeiro trabalho” – diz Estácio – “foi traçar os sulcos, abrir a rede de pistas e, mediante um profundo arroteamento, escavar fundo o terreno. O trabalho seguinte consistiu em preencher os vazios das valas e implantar uma base para a parte inferior do revestimento, de modo a assegurar a firmeza da fundação e evitar que o solo cedesse e o leito oscilasse sob a pavimentação. Depois vinha a tarefa de cercar o leito por meio de acostamento e canteiros. Quantas equipes trabalhando ao mesmo tempo! Uns derrubavam as árvores e desbastavam os montes, outros aplainavam as pedras e as vigas de madeira. Estes uniam as pedras e rematavam a estrutura da obra com pó de pedra calcária moída. Aqueles esgotavam os mananciais e desviavam os pequenos cursos de água.”

Jeannine Siat, em um estudo sobre O Império: seus caminhos, continua assim: “Entre os sulcos que haviam delimitado a largura da estrada fazia-se necessário escavar uma vala cuja profundidade chegasse até a rocha ou, pelo menos, até uma camada sólida o suficiente para suportar o peso da estrada. A construção se processava por trechos sucessivos que se iam unindo entre si. Depois cobria-se a vala. Os materiais empregados nisso eram dispostos em sucessivas camadas; a base era de pedra, depois vinham cascalho pisado e areia. Uma cobertura de pedra dava o acabamento ao *summum dorsum*. Em ambos os lados havia uma borda ou *umbo* formada por pedras dispostas verticalmente e fechadas pela parte de fora por meio de pequenos contrafortes. Uns calços de pedra, em forma de ângulo ou *gomphi*, aparecem distanciados na estrada, unindo assim a borda com o calçamento, que assim fica fixo.” (N. do M.)

58 O nome de Cafarnaum viu-se envolvido em uma longa e antiga polêmica. Orígenes, por exemplo, interpretou Kefar Nahum como a “aldeia da consolação”, por causa do significado etimológico da raiz hebraica *nhm* (consolação). São Jerônimo, em contrapartida, traduziu-a como “cidade formosa” (da raiz hebraica *n'm*, formosura). O nome de Kefar Nahum, todavia, sempre se grafa como uma só palavra nos idiomas não semíticos, eliminando o *h* gutural. Nos Evangelhos gregos aparece de duas formas: Capharnaum e Capernaum. A primeira, adotada por Flávio Josefo, está mais em consonância com a pronúncia hebraica. Supõe-se que seja a mais correta, enquanto que a segunda se considera entre os especialistas como um termo idiomático do distrito de Antióquia. Até muito depois da destruição, o lugar foi conhecido pelo antigo nome semita de Kefar Nahum. Em 1333 o escritor judeu Ishak Chelo escrevia: “... de Arbel fomos a Kefar Nahum, que é a Kefar Nahum mencionada nos escritos de nossos sábios.” (N. do M.)

59 Os judeus ortodoxos acabaram por dar este qualificativo a todos os grupos humanos que, segundo eles, haviam usurpado as terras de Israel, em especial a partir do exílio para a Babilônia. Durante essa deportação, muitas terras da Palestina foram ocupadas por povos pagãos e impuros: samaritanos, filisteus, arameus *etc.* A seu regresso, os judeus não perdoaram a usurpação, e o ódio e desprezo pelos am-ha-arez chegaram ao extremo de ser definidos no Talmud (Berakhot, XLVII, b) como “aqueles que não comem pão em estado de pureza ritual”. (N. do M.)

60 O que faz mesas, bancos *etc.* (N. T.)

61 Segundo os manuscritos descobertos em Qumram, ao noroeste do mar Morto, e os escritos de Flávio Josefo, Filon e Plínio, o Velho, os essênios, eseos ou essenoi, como os chamam esses autores indistintamente, formavam uma das três grandes seitas judaicas de então. Os saduceus e fariseus constituíam as outras duas. Embora sua origem não tenha sido totalmente esclarecida, parece que floresceram a partir do século II a.C. e se extinguíram ao final do primeiro século de nossa Era.

Possivelmente surgiram como consequência do agitado período que se seguiu à revolução Asmonéia. Segundo Josefo e Filon, seu número oscilou ao redor de quatro mil, espalhados pela Judéia e Galiléia. Viveram em comunidades rurais, evitando as cidades e adotando “uma forma de vida que já fora ensinada aos gregos por Pitágoras” (Antiguidades judaicas, XV, 371). Certamente, esses curiosos homens tiveram muito em comum com os “pitagóricos”: organizavam-se em “comunais”, compartilhavam a terra e as propriedades e praticavam virtudes como a abstinência, a modéstia, a autodisciplina, a discrição e uma estrita pureza espiritual e corporal. Eram excelentes sanadores e dominavam as virtudes curativas de uma infinidade de plantas e raízes. Vestiam-se sempre de branco e, graças à minha amizade com Assi, tive ocasião de aprofundar o conhecimento de sua filosofia e de seus fascinantes costumes, que o Mestre certamente conheceu. (N. do M.)

62 Naquele tempo, tanto na cultura egípcia como na mesopotâmica, grega e judaica, a imensa maioria das enfermidades era atribuída à ação de espíritos maléficos, à possessão demoníaca e ao castigo das divindades. Apenas uma parte das doenças costumava ter origem natural. O vento, por exemplo, segundo um papiro de Edwin Smith (1550 anos a.C.), era considerado como portador de enfermidades (possivelmente relacionadas com miásmata) e como sopro, pneuma e “vento dos deuses”. Também a bile, determinadas combinações de alimentos, a fleuma e o whdw (um fator que podia originar-se da putrefação intestinal), entre outros, eram causas de múltiplos quebrantos. Para muitos desses povos, as enfermidades penetravam nos corpos pelos orifícios naturais, mesmo se tivessem origem divina ou demoníaca. Uma vez dentro estendiam-se através de seus plexos. (N. do M.)

63 Os mais numerosos eram feitos a partir de dois cones de basalto, de um metro de diâmetro na base, unidos pelos vértices. Nesse ponto de união havia uma braçadeira e a pedra superior ficava suspensa por meio de um espigão de ferro, tocando o cone inferior de forma que pudesse triturar o grão. Este entrava pela boca superior do moinho. Ajustando a espiga obtinham-se moagens de diferentes granulações: fina, média ou grossa. Na confluência dos cones, uma alavanca de madeira ou de metal permitia o giro do moinho, por tração humana, ou animal. A medida que o grão era triturado, a farinha escoava pela base do cone inferior, caindo em um canal de pedra especialmente disposto para isso. Os moinhos movidos por mulas ou asnos – e até por cabras –, como o que acabo de descrever, foram ficando obsoletos, sendo substituídos paulatinamente pelos “hidráulicos”. Em caso de guerra, por exemplo, a requisição das alimárias acabava por inutilizá-los e lançar as populações à fome. (N. do M.)

64 Quase todos esses moinhos hidráulicos eram dispostos nos aquedutos, canais ou tanques, de forma que as correntes fossem mais fáceis de controlar. Uma roda de madeira dentada ou provida de canjirões era empurrada pela corrente e transmitia a força necessária ao resto da maquinaria. Esta, em linhas gerais, constava de uma pia circular de pedra com uma coluna central à qual se fixavam duas alavancas que controlavam a pedra de moer. Essas mós estavam colocadas uma em frente à outra, de cada lado da coluna. Na parte interna eram planas; na externa, convexas, e assim se encaixavam nas paredes do recipiente. Juntavam-se de forma a não tocarem na pia, deixando um espaço para escoar o grão ou a azeitona. As pedras eram movidas graças a uma alavanca, colocada de lado a lado sobre a parte superior da pia. (Até certo ponto se deslocavam sobre seu próprio eixo, por força da pressão do cereal, dando lugar a um duplo movimento.) (N. do M.)

65 Da cortiça do terebinto, sangrado, obtém-se a terebentina de Quio, conhecida no tempo pelos “sanadores” gregos, egípcios e babilônicos com o nome de terebinthos e terebinthina. Esta resina oleosa contém 14% de essência, formada basicamente por “a-pineno”. O resto são resinas, com diminutas quantidades de ácido benzóico. (N. do M.)

20 de abril, quinta-feira

Esgotado, com o pensamento nos acontecimentos que se avizinhavam, quase não consegui descansar. O cinturão de segurança IR da nave, no automático, não acusou presença alguma nos arredores, com exceção de alguns bandos de aves que, quase ao raiar do novo dia, tomaram a inoportuna iniciativa de revoar e pousar muito próximo da pequena laje contígua ao nosso assentamento.

Como o anterior, aquele dia de quinta-feira, do ponto de vista meteorológico, apresentava-se radiante. Tendo em conta que os discípulos de Jesus – se a previsão de João Zebedeu não sofresse alteração – podiam haver entrado em Saidan ao anoitecer da quarta-feira, o mais conveniente aos nossos planos seria aguardar até o meio-dia ou as primeiras horas da tarde para que eu aparecesse na casa dos Zebedeu. Depois de tão longa e extenuante caminhada pelo Jordão, o mais provável era que os discípulos dormissem até bem entrada a manhã.

A partir da minha chegada a Saidan, como disse, deveria mostrar-me especialmente cauteloso e atento. Dispúnhamos, por conseqüência, de umas seis horas para concluir outras operações, prosaicas mas não menos interessantes. A primeira, a cargo de meu irmão, consistia no preparo das elementares peças que – com um pouco de sorte – deveriam ajudar-me a desfazer o equívoco da névoa e de minha nada recomendável condição de “anjo do Senhor”. Este simples “instrumental” (um par de esferazinhas de cortiça de cinco centímetros cada uma e um fio de seda) devia ser complementado com a aquisição, em Nahum, de uma barra de vidro de regular tamanho, absolutamente comum e usual. Nenhum daqueles materiais – perfeitamente conhecidos dos habitantes do lago – violava as normas do código do Cavalo de Tróia.

A segunda operação, vital para nossa subsistência e em especial para a de Eliseu, me obrigaria a descer a Kefar Nahum e, em uma ou duas viagens, encher a exausta despensa do “berço”. Havia a possibilidade de que, uma vez em Saidan, minha ausência do módulo se prolongasse por

vários dias. Então, aproveitando o frescor do alvorecer, inaugurei a que seria a definitiva e cotidiana via de descida e subida do módulo às povoações do lago. Encosta abaixo, atingi a estrada no “passo do precipício” e dali, em questão de 20 ou 30 minutos, cheguei às portas da cidade. Para poupar tempo refiz o itinerário do dia anterior. O rumor da moagem do trigo estava no auge, como

também a ida e vinda dos comerciantes e artesãos ocupados na abertura de suas indústrias e bazares ou em atizar seus fogões em que douravam tortas de farinha ou ferviam negros caldeirões com fumegantes e apetitosos guisados de carneiro, grossos rabos de ovelha ou simples sopas de cereais e sêmola de cevada. Em meu caminho para a oficina de Azemilkos observei um maior número de cavalos e camelos do que no dia anterior, todos bem alinhados e amarrados à beira do passeio na via principal e adjacências. Também aquilo obedecia a uma razão específica: a celebração do mercado semanal. Verdadeiro acontecimento econômico-social.

O velho chefe da oficina de fundição de vidro recebeu-me com uma exagerada reverência, gratamente surpreendido pela presteza do meu regresso. Em um rápido repasse à sua exposição convenci-me logo de que a compra de uma pequena barra de vidro não era coisa tão trivial como havíamos acreditado. Certamente tais barras não tinham utilidade alguma e por isso mesmo não constavam da linha de produção. A única solução consistia em adquirir um jarão de dupla asa e, uma vez na nave, serrá-las. Para a “experiência” que me propunha executar a forma da peça de vidro importava pouco.

O objetivo seguinte – as provisões – levou-me de novo ao cais. O comércio de mercadorias e a agitação dos capatazes e carregadores não deviam nada ao da véspera. Alguém me indicou o extremo oeste do porto como o lugar em que tradicionalmente se instalava o mercado. De fato, no extremo da doca, no limite de Nahum, descobri uma praçazinha de uns 50 metros de diâmetro, pavimentada de lajes negras, como as da via Máris, e fechada em sua face mais ocidental por um muro de uns três metros de altura por dez de comprimento. Desse muro emergiam seis grossos canos de ferro.

Além do muro sobressaía o perfil do aqueduto que nascia nos reservatórios de Tabja e que trazia a água potável para a cidade. O líquido caía continuamente por quatro das seis tubulações, era recolhido em um tanque retangular e depois passava para um longo e estreito bebedouro, construído à direita da fonte múltipla e no qual se apertavam, sedentos, asnos, mulas, cavalos, camelos, bois e ovelhas. Aquela, como a que eu já observara fora dos limites de Saidan, era a fonte pública de Nahum, sempre procurada por mulheres com cântaros apoiados nas cadeiras ou em milagroso equilíbrio sobre a cabeça. Uma legião de meninos chapinhava no tanque, brincando com pedaços de madeira ou cortiça ou dando de beber a ruidosos e ariscos patos que, com razão, resistiam a participar das brincadeiras. Os protestos e imprecações dos vendedores, irritados com a criançada e com as gordas e agressivas matronas, eram contínuos e, de certo modo, se incorporavam ao ritual de tais “centros de reunião”.

Ao longo de todo o perímetro da praça, comerciantes e ambulantes

chegados dos quatro pontos cardeais exibiam seus produtos e habilidades, em um doido, permanente e atroador vozerio, em que ninguém ficava atrás. Uma patrulha de legionários postada na divisa entre a doca e a esplanada observava atentamente as evoluções dos regateios, indefectivelmente associados com teatrais exclamações, batidas no peito e juramentos que em geral não passavam dali. O desfile de galileus de longas barbas e bigodes raspados, com suas cestas de compras na mão esquerda, atentos às “novidades” chegadas de Tiro, da Decápolis, da Iduméia ou da própria Cidade Santa, foi incrementando-se com o despertar da radiosa manhã.

Como em Jerusalém, em Nahum eram os homens os encarregados das compras para a casa: em especial, os víveres e artigos de primeira necessidade. Em uma bárbara mistura de aramaico, grego, egípcio e outros idiomas caldeus e mesopotâmicos, mercadores de roupa e calçado, barbeiros, oleiros, perfumistas, adivinhos, sanadores, comerciantes de gado, pescadores e hortelões, entre outros, obrigavam os curiosos a examinar, cheirar, degustar e palpar seus produtos, polemizando e até agarrando para que o possível comprador não passasse ao largo. Sobre tapetes e esteiras de palha, os objetos importados de Roma, da Gália, das ilhas do Mediterrâneo ou das remotas Ursa e Índia, desfrutavam especial preferência por parte da população de Nahum e das aldeias e povoações vizinhas. Ali comprava-se de tudo. O mais inverossímil, luxuoso ou pitoresco: desde um banco (*subselium*) finamente lavrado em madeira de carvalho pelos carpinteiros do Tibre, até uma espécie de “caixa-forte” (*glossokomon*) para dinheiro ou documentos, passando por *sagum* ou capas curtas, abertas lateralmente, sem mangas, muito em moda entre a elite do Império. Ali encontrei *tabulas* ou bandejas para o serviço de mesa; *mappas* ou toalhas de mesa de seda e rendas de Palmira e Séforis; roupa íntima para senhora (umas túnicas curtas ou *kolbur*, transparentes; meias de lã; chapéus e sandálias de Laodicéia; véus brancos, de luto, para as viúvas; flautas e harpas de Tebas ou Creta; instrumental médico; sombrinhas coloridas para proteger-se do sol nos degraus dos anfiteatros; preservativos egípcios, feitos com bexiga de antílope e de gato e conservados em frascos de azeite, cestos beduínos e mil modelos de utensílios de barro de Samos e de vidro do Egito. Aquele refinamento deixou-me atônito. O homem do século XX, em sua soberba, crê haver alcançado o limite do conforto e da perfeição quando na realidade tudo ou quase tudo está inventado.

No meio daquele tumulto, um grupo de meninos, adultos e mulheres, boquiabertos todos, cercava os “barbeiros-médicos-dentistas”, assistindo, perplexos e mórbidos, à raspagem das barbas, à extração de dentes e à tintura de cabelos. Fenícios, gregos, galileus e egípcios acomodavam seus clientes em tamboretas ou em sujos e enferrujados tonéis, abrandando-lhes as barbas com

água quente e, à falta de sabão, com espessos e escuros purês oleaginosos, e depois deslizando sobre pescoços e faces umas longas navalhas de ferro, de gume mais que gasto em suas contínuas idas e vindas pelos caminhos do país. A tintura de cabelo – preta e vermelha para os homens e dourada para as mulheres – praticava-se, como eu disse, à luz do dia, sem nenhuma mostra de pudor e com todo o cuidado para que a tinta cobrisse e ocultasse até o último dos fios grisalhos.

Mas o trabalho preferido dos curiosos – o mais arrepiante e patético – era a extração de dentes, incluindo o do siso. Concluída uma barba ou uma tintura de cabelo, o barbeiro acomodava o hesitante paciente e, após ouvir seu problema, examinava-lhe a boca. A seu lado, se se tratasse de profissional de certa posição econômica, um ou dois aprendizes, geralmente escravos, preparavam os ungüentos, os anestésicos e o instrumental médico do “homem dos dentes”, como eram conhecidos popularmente. Aqueles “sanadores” dispunham, em geral, de um arsenal de cirurgia relativamente aceitável: sondas, lancetas e escalpelos de diferentes modelos, facas de folhas retas ou curvas, agulhas para costurar cortes, elatores para levantar crânios amassados, seis tipos de fórceps (lisos ou rematados por dentes e com ou sem proteção), cateteres, tesouras de cirurgia (algumas para cortar a porção enferma da úvula, conhecida como “campanhia”), espátulas para examinar a garganta e até um instrumento para dilatação.

Se as gengivas apresentassem ulcerações (afecção das mais comuns, ao lado das cáries), o “odontólogo” ou seus ajudantes aplicavam um emplastro à base de resinas de terebinto, leite de vaca, tâmaras, alfarrobas secas e outras plantas que não consegui identificar. Ou friccionavam a mistura na região lesada ou faziam o paciente mastigá-la. Quando a deterioração do dente – sempre a critério do barbeiro – recomendasse sua extração, o infeliz paciente era amarrado com as mãos às costas, de forma que suas convulsões não atrapalhassem o trabalho do “mestre”. Como nas preliminares de uma execução, a assistência guardava um expressivo silêncio, atenta às manobras e improvisações do “verdugo” e seus ajudantes.

Um daqueles egípcios em particular, ossudo, mostrava uma habilidade e firmeza em seus dedos como jamais eu vira. Enquanto um de seus ajudantes separava os maxilares, o “dentista” introduzia um pano na boca do paciente (geralmente um homem ou mulher de idade avançada) e, apoiando-se firmemente no chão, prendia o dente condenado entre o indicador e o polegar e o arrancava com um puxão seco. Como se se tratasse de um número circense, o egípcio mostrava ao público o lenço com a peça ensangüentada (de uma ou duas raízes), recebendo então o aplauso e a aprovação gerais. Na suposição de que à

extração se seguisse uma hemorragia, o que era freqüente, o sanador tampava a cavidade com uma mistura vegetal que atuava como hemostático. Contido o fluxo de sangue, o paciente fazia um bochecho com vinagre e se retirava com uma bolsinha de pano apertada entre os dentes. Ao interrogar um dos “secretários” sobre o conteúdo da bolsinha, estremeci: gordura, mel, azeite de microbálano e excrementos de mosca...

Enojado, procurei as bancas dos horticultores e enchi duas grandes cestas com provisões idênticas às escolhidas na manhã da véspera, às quais acrescentei uns queijos de Bitínia, aspargos, mostarda do Egito, o fruto favorito de Jesus – passas de Corinto – e o meu grande fraco: as nozes. O regateio foi esgotante. A cada duas palavras, o camponês de Ginosar que me servia erguia os braços, jurando “por sua cabeça”, “pelos céus”, “por Jerusalém”, “por seus filhos” ou “pelo leite que lhe dera sua mãe” que aquelas favas, alhos ou lentilhas haviam sido regados com seu sangue e que bem mereciam os “quatro miseráveis denários que me pedia em troca”.

Pelas dez horas, com a cabeça como um tambor, consegui por fim safar-me de semelhante manicômio e tomar o caminho de volta para o módulo. Uma hora mais tarde, com as duas esferas de cortiça, uma das asas de vidro da jarra, o fio de seda, meia dúzia de minúsculas barras de neve carbônica e a ampulheta de barro com o dissolvente na bolsa de borracha, despedia-me de Eliseu disposto a enfrentar o que sem dúvida iria ser minha primeira aventura em nossa estada na Galiléia. De acordo com o planejado pelos especialistas da operação, se as aparições do Mestre ocorressem além dos limites estabelecidos para o alcance da conexão auditiva, meu companheiro deveria ser alertado imediatamente por meio do laser, ativando e dirigindo para a zona em questão um dos “olhos de Curtiss”. Nenhum de nós dois imaginava, no momento, que a primeira dessas prodigiosas “presenças” de Jesus às margens do *yam* se registraria antes de passadas vinte e quatro horas...

A caminhada até Saidan, nessa ocasião, foi mais interessante. Até a ponte sobre o Jordão cruzei com três caravanas vindas pela rota de Sidon, com destino aos portos e núcleos comerciais de Nahum, Migdal e Tiberíades. A partir da linha fronteira da fonte, ao contrário, meu caminho foi solitário, praticamente. Pouco antes de passar pelos marcos divisórios do território de Felipe, o vento do oeste soprou de novo sobre o lago, arqueando as copas dos álamos e arrancando intermináveis zunidos de suas folhas verde-brancas.

Pouco depois da hora sexta – dessa vez pelo portão principal que se abria ao pé do caminho que cruzava a aldeia – chegava eu ao grande pátio do casarão dos Zebedeu. Os onze, sentados em torno de um braseiro quadrangular no qual fervia

um caldeirão de leite, conversavam animadamente. Por alguns segundos permaneci calado, com a “vara de Moisés” firmemente pousada sobre o pavimento lajeado. A vista daqueles homens encheu-me de emoção.

Uma fumaça branca, impelida pelo vento do poente, exalava do braseiro esfumando os corpos dos discípulos situados à minha direita. Evidentemente não haviam dado ainda pela minha chegada. Mas de súbito fez-se silêncio. Os que se sentavam diante de mim alertaram os outros e os quatro ou cinco que me davam as costas giraram a cabeça e olharam para o recém-chegado. Então alguma coisa de estranho pairou sobre aqueles corações, endurecendo suas faces. Foi uma onda altamente significativa: mescla de medo, curiosidade e suspeita.

Naquele instante intuí que as revelações feitas por João Marcos – ainda que não o confessassem – haviam semeado dúvidas no crédulo e supersticioso grupo. Eu precisava agir. A missão podia falhar se eu não afastasse, radicalmente, a falsa idéia de um “Jasão anjo”, pouco menos que “aparentado” com a Divindade.

A tensão alcançou seu ponto mais alto quando, de repente, pela porta que conduzia aos aposentos do Zebedeu pai, apareceu o benjamim. Trazia uma vasilha de barro com peixe fresco e, ao perceber minha presença, abriu os olhos muito espantado. Recuou, pálido e cambaleante, como se tivesse visto um fantasma e deixou cair a vasilha, que ficou em cacos, com grande estrondo. João, desconcertado, levantou-se e caminhou em direção ao menino. Antes, porém, que o alcançasse, João Marcos disparou a correr por cima dos cacos e das tilápias, e foi refugiar-se no curral. O jovem Zebedeu hesitou; e, mudando de direção, saiu ao meu encontro, pedindo-me que desculpasse o frio e injusto acolhimento.

O incidente ficou temporariamente esquecido e, após um discreto cumprimento geral, os galileus reiniciaram sua conversação, que certamente devia girar em torno dos extraordinários acontecimentos vividos em Jerusalém. Declinei do amável convite para compartilhar do desjejum coletivo, dizendo que desejava fazer uma visita ao enfermo. João concordou, agradecido, e me indicou o caminho. Abaixei-me para tirar as sandálias e, quando começava a desamarrar as tiras de couro da perna esquerda, o Zebedeu segurou meus dedos com delicadeza e me sugeriu que começasse pela sandália direita. Olhei para ele com estranheza.

– Traz má sorte – afirmou sem maiores explicações.

Aceitei a sugestão. Pouco a pouco iria familiarizando-me com aquelas pequenas superstições e manias que, naturalmente, estava disposto a respeitar.

Na alcova do chefe da família aguardava-me uma muito grata surpresa: Maria, a mãe de Jesus, estava à sua cabeceira, em companhia de Salomé, a esposa do ancião, e de algumas mulheres da casa. Os filhos do “patrão” haviam

cumprido fielmente minhas prescrições médicas e o paciente, ainda que abatido pelas dores, apresentava um aspecto mais relaxado. Ao ver-me no limiar da porta, Salomé e a Senhora deixaram sobre a frente do enfermo as compressas de água fria que aplicavam e, com vivas mostras de alegria, beijaram-me nas faces, desejando-me paz. O gesto me reconfortou e devolveu a segurança. A mulher do Zebedeu agradeceu meus cuidados para com seu marido, censurando-me depois pelo desnecessário presente dos víveres.

Ajoelhei-me em silêncio junto ao enxergão e, sem prestar demasiada atenção às carinhosas palavras de Salomé, tomei o pulso do Zebedeu. O bom homem sorriu. Pedi a João que me ajudasse a erguê-lo e, tomando a ampola de argila, verti algumas gotas do preparado em cada um dos seus ouvidos. Depois dei a ampola a João e o instruí sobre seu conteúdo, modo e frequência com que devia ministrá-lo até nova ordem. Se tudo decorresse normalmente, talvez no sábado ou domingo pudesse conseguir a dissolução definitiva do cerume. Após uma rápida troca de palavras com as mulheres, João e eu regressamos para o pátio.

João Marcos ajudava os gêmeos de Alfeu a assar umas lindas tilápias. Os demais, com excelente humor, ainda terminavam o tardio desjejum. Era chegado o momento de pôr em prática a idéia de Eliseu. O benjamim, mais sereno, deixou que eu me aproximasse. Em sinal de amizade mostrei-lhe o amuleto que me dera em Jerusalém, e que ainda pendia do meu pescoço, e pedi-lhe que me ouvisse. Os discípulos, que, apesar das suas conversas, não tiravam os olhos de mim, baixaram o tom de sua voz, mais atento às minhas palavras do que às suas próprias. Medindo minhas explicações, e de forma que todos pudessem ouvir-me, lembrei-lhe que, além de homem de negócios e sanador, Deus me havia concedido o privilégio de estudar e praticar a muito nobre profissão de “áugure” ou “mago”. Como os outros, o menino acompanhava minhas explicações com a dúvida refletida nos olhos.

– E para que vejas que não minto, agora mesmo, se o desejares – acrescentei sem abandonar o sorriso –, estou disposto a mostrar-te alguns dos meus “poderes”...

João Marcos, indeciso, desviou seu límpido e profundo olhar para os discípulos. Felipe, o mais acessível a brincadeiras e zombarias, erigiu-se em porta-voz do grupo, aceitando sem dissimular sua curiosidade.

Disposto a aproveitar uma ocasião que talvez não se repetisse e a excelente receptividade dos galileus, pedi a João que colocasse no braseiro um balde com água. Por sua parte, o caçula, com igual presteza, saiu para o curral, à procura de uma simples vareta. Enquanto isso, diante do olhar inquieto dos demais, e em meio a um mais do que teatral silêncio, amarrei cada uma das esferas de cortiça a

um fio de seda de uns 50 centímetros de comprimento. João Marcos voltou com um tosca varinha de um metro. Parti-a em duas e, amarrando os improvisados pêndulos a cada uma delas, dirigi-me aos gêmeos. Pedi-lhes que se aproximassem até o centro do círculo formado pelos expectantes galileus e, depois de entregar-lhes as varas, ordenei-lhes que procurassem segurar as esferas no ar, em total imobilidade e protegidas do vento por seus próprios corpos.

Felipe, nervoso, começou a rir. Ordenei silêncio e, tomando a asa de vidro, esfreguei-a fortemente na minha túnica. Então ergui os braços para o céu e, pronunciando umas absurdas e ininteligíveis palavras – tão-somente para “aquecer” o ambiente –, inclinei-me para a esferazinha que Judas Alfeu segurava. O efeito desejado não tardou a produzir-se. Ao aproximar a barra de vidro da bola de cortiça, esta, “obediente”, moveu-se e se aproximou da ponta da asa. Um murmúrio de admiração brotou de todas as gargantas. E o gêmeo, assustado, soltou a vara e correu para junto da grelha em que se assavam os peixes. A reação de Judas provocou a hilaridade geral. Repeti a simples experiência com o pêndulo de seu irmão Tiago e a esfera, novamente, como se impelida por mão humana, se deslocou até tocar o vidro.

Observei João Marcos e João Zebedeu. Ambos, com a boca aberta e os olhos fixos nas oscilações do pêndulo, pareciam hipnotizados. (A experiência, largamente conhecida pelos colegiais do século XX, baseava-se no natural processo de eletrização por fricção. Um elementar pêndulo “eletrostático” fazia o resto. Vidro e cortiça, eletrizados com cargas opostas, atraem-se durante um espaço de tempo. Depois, quando as cargas chegam ao mesmo sinal, se repelem.)

Pedi a João Marcos que apanhasse o pêndulo de Judas. Como era de esperar, em poucos minutos, ao aproximar-se de novo o vidro eletrizado da cortiça, a esfera moveu-se em sentido contrário. O menino, maravilhado, não saía de seu assombro. Quando calculei que meus “poderes” como “mago” haviam ficado claros, guardei as peças e, dissimuladamente, apanhei as barrinhas de neve carbônica, ocultando-as entre meus dedos. A água do caldeirão havia começado a ferver. Percorri a vista pelo grupo e, com idêntica teatralidade, estendi os braços para a boca da fumegante vasilha, invocando os deuses do Olimpo.

Ao erguer o rosto para o azul do céu, a quase totalidade dos galileus, intrigada, imitou-me. Nesse instante, propositadamente, deixei cair o gelo prensado na água. As cápsulas de CO₂ (de um centímetro de diâmetro e 50 milímetros de comprimento) reagiram rapidamente. Caprichei nas invocações e conjuros e, como por artes de magia (nunca melhor dito), uma “névoa” branca e densa – igual à provocada por Eliseu no cume do monte das Oliveiras – começou

a borbulhar e a esparramar-se pela superfície interna do caldeirão. Alguns dos discípulos, diante do ameaçador avanço da “fumaça”, retrocederam entre lamentos, presas de um supersticioso pânico. E o caçula, abraçando-se à minha cintura, suplicou-me que cessasse tais demonstrações. A “névoa” se foi dissipando.

Restabelecida a calma, João Zebedeu, de olhos baixos, desculpou-se publicamente, admitindo que, contrariamente ao que sempre ensinara o Mestre, havia caído no erro de julgar-me. Um murmúrio de aprovação ratificou as palavras do discípulo e eu, imitando o gesto de amizade favorito de Jesus, coloquei minhas mãos sobre os ombros do desolado João, agradecendo sua nobreza de coração. Nunca mais se voltaria a falar de minha possível origem ou natureza “angélica”. A experiência foi efficacíssima.

Terminado o desjejum, Simão, exultante e pletórico, polarizou de novo a atenção geral, discursando prolixamente a seus companheiros para que, como haviam feito na viagem de Jerusalém ao lago, saíssem a anunciar a boa nova e a iminente “chegada do reino”. Seu irmão André, Tomé e Mateus Levi – mais cautelosos – não abonaram as sugestões do feroso Pedro, lembrando que de momento as ordens do rabi eram outras: permanecer na Galiléia até que Ele voltasse a apresentar-se diante dos discípulos.

As opiniões estavam divididas. João, Felipe e Bartolomeu apoiavam incondicionalmente os desejos de Pedro. Tiago uniu-se à posição de André; e os gêmeos, como de costume, mantiveram-se à margem, mais atentos aos trabalhos domésticos do que ao problema principal. Quanto ao Zelote, mudo e cabisbaixo, não houve maneira de arrancar-lhe uma palavra que fosse. O aguerrido patriota, apesar das evidências, havia caído em nova e profunda depressão. Ninguém conseguiu consolá-lo ou infundir-lhe um mínimo de ânimo. Era inútil. A vergonhosa morte de seu líder e a desintegração do grupo e de seus velhos ideais de libertação política pesavam mais do que a própria ressurreição e mais até do que as nebulosas promessas de Jesus sobre um “distante e incompreensível reino espiritual”.

Às primeiras horas da tarde, diante do aborrecimento e da crítica da maioria, Simão, o Zelote recolheu suas coisas e, quase sem palavras, com o rosto endurecido pela desesperança, partiu para sua casa, na vizinha Nahum. Aquela deserção – como foi o gesto qualificado por Pedro – transtornou os planos do grupo. Por espaço de uma hora enredaram-se em outra de suas azedas e pouco caridosas discussões, tachando o Zelote de “indigno e pouco confiável embaixador do reino”. Só João e Mateus protestaram. Mas Simão Pedro, que começava a despontar como líder, atalhou as censuras com uma advertência que me deixou perplexo: “O próprio Mestre, do céu, era quem afastava o patriota dos

autênticos eleitos, como o pescador honrado separa a pesca pura da impura”. (Muitas vezes tenho-me perguntado por que os evangelistas – João e Mateus estavam presentes – ocultaram essas duras reações do colégio apostólico, mostrando, ao contrário, na maioria das ocasiões, a falsa imagem de homens tolerantes, generosos e fiéis guardiões dos ensinamentos do Filho de Deus.)

Por volta das 15h30, esgotada a polêmica, Pedro levantou-se. Esquadrinhou o céu e, em uma de suas típicas e bruscas alterações de humor, adotando um tom amistoso e conciliador, propôs saírem e “agarrarem o momento”. O grupo, desejoso de esquecer as recentes e amargas acusações, aceitou em bloco. “Agarrar o momento?” A expressão era incompreensível para mim. Como se se tratasse de algo rotineiro e conhecido de todos, os dez mobilizaram-se ao mesmo tempo. Felipe, o intendente, e os gêmeos encheram de água um par de cântaros, recolhendo e guardando os restos do desjejum em um dos saquinhos de estopa. Os Zebedeu e Pedro, de sua parte, enquanto os demais se afastavam para o curral, entraram no cômodo localizado à direita do portão de entrada. E eu, sem saber que atitude tomar, permaneci no centro do pátio, absolutamente confuso. João foi o primeiro a sair. Carregava duas caixas cheias de tilápias e barbos, imersos em um oleoso e putrefato caldo. Olhou para mim, indicou a porta do curral e perguntou-me:

– Vens?

E, sem esperar resposta, admitindo tacitamente que eu aceitaria, cruzou por mim na direção apontada. Seu irmão e Simão apareceram imediatamente entre os que carregavam um cesto de vime, grande, que eu não sabia o que continha, oculto que estava por um feixe de aduelas amarradas e embebidas em resina. Não pude resistir à tentação e, timidamente, perguntei-lhes o que iam fazer. Tiago sorriu complacentemente. Pedro, contrariado com minha ignorância, murmurou algo irreproduzível e acrescentou quase que para si mesmo:

– Que queres?... Não somos todos ricos comerciantes como tu!

Ferido pela desairosa observação de Pedro, necessitei de alguns segundos para me recompor. Ainda amaldiçoando minha ingenuidade, corri atrás deles. Ao chegar à escadaria que conduzia à praia, percebi o real significado de “agarrar o momento”. Os discípulos, junto às redes e aos barcos, haviam começado a desnudar-se. Estava claro: aprontavam-se para pescar. Durante uns instantes, imóvel sobre o último lance das inclinadas escadas, hesitei. Meus reflexos entraram em ação. Se os escritos de João o Evangelista não estavam errados, a primeira das aparições de Jesus no lago deveria ocorrer “após uma noite de estéril pescaria”. Estaria eu assistindo aos prolegômenos desse acontecimento? Senti por todo o corpo aquele frêmito que prenunciava algo de muito especial. A partir de então deveria manter-me bem alerta...

A princípio, meus escassos conhecimentos sobre navegação e pesca em geral foram uma dura desvantagem. Vi-me obrigado a formular uma infinidade de perguntas, muitas delas tão elementares que haveriam despertado o riso nos próprios filhos de pescadores e marinheiros do *yam*. Por sorte, nem todos os discípulos eram tão ásperos como Pedro. E a eles recorri mais de uma vez.

A maioria dos discípulos, como eu dizia, despojou-se de suas vestes e do calçado, que ficaram amontoados na margem, permanecendo apenas com o *saq* ou tanga ou, quando muito, com a túnica recolhida na cintura.

Em perfeita coordenação, os *sais* ou chefes de grupo – Pedro por um lado e Tiago Zebedeu por outro – foram expedindo as ordens. (Desnecessárias, a meu modo de ver, já que cada qual parecia saber muito bem sua tarefa.) Assim, uma vez divididas as provisões e a água, nas duas embarcações que flutuavam a curta distância da orla, João e André apanharam as caixas com o pescado deteriorado e, depois de entorná-los na areia escura, puseram-se a triturar os peixes a golpes de pedra. A pestilenta e sanguinolenta carnagem ia sendo misturado com areia úmida, formando bolas que voltavam para o fundo das caixas. Ao mesmo tempo – sob o olhar atento de Tiago – Felipe, Tomé, Mateus Levi e Natanael (Bartolomeu) colocaram-se a um e outro lado de uma longa rede que jazia estendida sobre os calhaus e, com grande rapidez e precisão, começaram a dobrá-la.

Pelas explicações do Zebedeu e pelo que observei, pouco depois, ao vê-los manobrar, aquele equipamento – de uns 150 metros de comprimento – atuava como rede de arrasto. Recebia o nome de *jerem* e tinha a forma de um retângulo, trançado à base de fortes fios de linho coberto de breu, mais largo no centro (entre cinco e seis metros) do que nas extremidades (ao redor de 2,5 metros). As bordas mais longas eram ligadas por costura a diferentes cordas. Uma (que na água ficava na superfície) era provida de dezenas de cortiças e madeiras. A outra trazia um número quase igual de pedras e prumos perfurados que, obviamente, serviam de lastro. Duas varas de madeira nas extremidades da rede favoreciam sua verticalidade quando submersa. De cada uma das pontas das varas partiam diversos cabos que confluíam em um grosso nó do qual saíam outras tantas cordas, de uns 70 a 100 metros de comprimento, respectivamente.

Pedro, engajado no barco maior, manipulava os remos. De vez em quando eu o via avançar pela proa e, com as mãos em viseira, perscrutar o horizonte. O vento cessara e a superfície do lago, azul e plácida, só era perturbada pelos distantes e esporádicos chapiscos das aves que planavam ou caíam em bicadas, buscando seu almoço.

Dobrado e reduzido ao mínimo tamanho, o *jerem* foi levado para a popa do barco; e um dos longos cabos, meticulosamente enrolado por Simão Pedro, foi

para o fundo da embarcação. A segunda corda ficou na costa, ao cuidado de Felipe. André e João, com as “bolas” de areia e peixes macerados, entraram decididos na água, colocando as caixas na proa do barco. Tiago apressou-se a segui-los e Tomé, o quinto tripulante, dirigindo-se à pedra de amarração, soltou o cabo, esperando que seus companheiros subissem a bordo.

De súbito, apontando para mim, João trocou algumas palavras com o *sais*. Pedro deu de ombros e o mais jovem dos Zebedeu, retornando à margem, convidou-me a acompanhá-los. Naturalmente não recusei semelhante oportunidade. O Sol estava ainda a uns 45 graus do poente e por isso não era previsível que ocorresse nada de “anormal”. Estive tentado a atar minhas sandálias ao cinto. Mas, temendo que aquele gesto de desconfiança pudesse desagradar os mais susceptíveis, optei por deixá-las, como também a “vara de Moisés”, junto ao montão de roupas e calçados. Não me agradava separar-me de tão delicado instrumental, mas que outra coisa poderia fazer? Emocionado, entrei no lago. Apesar da proteção da “pele de serpente”, cobrindo-me até os tornozelos, senti o frescor da água. Era a primeira vez que eu entrava em contato direto com o mar de Tiberíades. E não seria a última, graças à Divina Providência.

O barco estava fundeado em um metro de água. Saltei para dentro dele e, nervoso, agradei-lhes a gentileza. Ninguém tomou conhecimento do que eu disse. Pedro, trepado no *jerem*, mandou que eu me sentasse à proa. Obedeci submissamente. Era curioso: uma vez embarcados, aqueles homens – especialmente Simão Pedro – mudavam completamente de atitude. Tornavam-se rígidos. Falavam apenas o imprescindível e, sobretudo, adotavam uma linguagem mímica, comunicando-se assim de barco a barco. Tomé foi enrolando o cabo de amarra. Caminhou vagarosamente até o barco e, uma vez junto à popa, empurrou a embarcação e, ágil como um gato, subiu pelo maciço formado pelo *jerem*, indo ocupar seu lugar junto a João. No centro haviam sido colocadas duas tábuas, à maneira de bancos. André e Tiago, mais corpulentos, ocuparam a mais próxima à proa. Simão, ajoelhado sobre a rede, incitou os remadores a darem a partida. Quatro remos escuros e enebados foram introduzidos nos estropos. Uma vez dispostos nas cavilhas, os quatro remos, lenta, silenciosa e coordenadamente, puseram a embarcação em marcha.

O barco – de uns oito por dois metros –, construído com *tirzah* (um pinheiro que dá pinhões comestíveis, resinoso e duro, muito abundante nos contornos do lago), não se destacava nem por seu calado nem por excesso de zelo em sua manutenção. Parecia abandonado ou em desuso por meses. O entabuamento, muito desigual, apresentava brechas e lascas, com preocupantes perdas das cordas de algodão que impermeabilizavam as juntas. A sentina,

permanentemente inundada, era uma catástrofe. Entre as cadernais amontoavam-se feixes de cordas, lâmpadas de azeite vazias e sem vidro, uma concha (utilizada talvez no serviço de mesa), um “vertedor” para recolher a água, com uma curiosa forma de prancha ou sapato, todo de madeira, fechado na parte posterior, com um cabo na parte superior e a “boca” na medida das cadernais), trapos velhos e empapados, um cântaro de argila e um saco de borracha que pendia do cavilha de estibordo. À proa e à popa estavam duas pedras negras, planas, perfuradas nas extremidades, que faziam as vezes de âncoras.

A princípio não reparei nisso. Mas, à medida que avançávamos no *yam*, chamou-me a atenção uma diminuta carranca pregada na proa. Representava a figura de uma sereia, com as mãos na cabeça e pintada de um granada gritante. Mais tarde os galileus me explicariam que se tratava da deusa Atargatis, adorada em Ascalon e na costa fenícia, cuja presença na embarcação garantia uma segura proteção contra os ventos do leste – repentinos e traiçoeiros – e a possibilidade de uma excelente pesca. (Uma destas estatuetas seria descoberta pelo pesquisador McLister nas escavações arqueológicas do *tell* Zakaria, em Eretz Israel.)

Logo fiquei sabendo. Aquela primeira fase da operação de pesca era uma das mais delicadas. Eram necessários remadores experimentados, capazes de impelir o barco com um mínimo de ruído. Não se falava. A embarcação foi avançando, perpendicularmente à costa, sempre unida à terra pelo longo cabo amarrado a um dos extremos da rede. Na margem, o resto do grupo continuava imóvel e atento às manobras da tripulação. A coisa de 40 ou 50 metros do litoral, Pedro, permanentemente atento à superfície do lago, ergueu a mão esquerda. Os remadores suspenderam os remos e os olhares buscaram o ponto que chamara a atenção do chefe. O silêncio, quebrado levemente pelo gotejar das pás dos remos e os distantes chilreios das gaivotas, impressionou-me. Também esquadrinhei a superfície do *yam*, mas francamente nada vi de especial e extraordinário.

Dez segundos depois, com uma palmada seca na amurada de bombordo, Pedro ordenou um giro. Lentamente, André e João, sentados do mesmo lado, lançaram os remos na água, enquanto seus companheiros de estibordo faziam o mesmo, e todos passaram a remar com firmeza. Executado o giro, a embarcação posicionou-se paralelamente à costa e os quatro prosseguiram no lento e silencioso avanço. Assim continuamos durante um trecho, com a única companhia do lastimoso ranger dos estropos e uma ou outra descompassada respiração.

Ao chegar a embarcação ao lugar desejado, o *sais* ergueu a mão pela segunda vez. Os remadores de novo suspenderam os remos. O barco ficou à deriva, oscilando suavemente. Pedro pôs-se em pé, sempre com os olhos

cravados na superfície que se estendia entre nós e a orla. A julgar pelo que nos havíamos distanciado, aquela área do lago não devia ser muito profunda: talvez oscilasse ao redor de cinco ou seis metros. Passaram-se alguns minutos tensos e intermináveis. Ninguém se movia. Eu, acorçado no fundo do barco, não me atrevia sequer a respirar. De vez em quando, impelida pelo suave balanceio, a água da sentina molhava meus pés.

De repente, como um trovão, ao mesmo tempo em que apontava para estibordo, Simão Pedro proferiu uma maldição. A 15 ou 20 metros do costado direito do barco – para o interior do lago – as águas começaram a borbulhar e espumear. O banco de peixes que o *sais* vinha perseguindo se havia deslocado, burlando os galileus. Entre as borbulhas da superfície vi saltarem alguns exemplares, cujos ventres brilharam como prata à luz do Sol.

– Filhos de uma rameira!...

As imprecações do guia sucederam-se aos borbotões. Jamais pude imaginar um futuro “cabeça” da Igreja católica tão descontrolado e fora de si.

A primeira operação – a que os galileus do *yam* denominavam “situar o barco”, estava fracassada. Atemorizado ante o péssimo gênio de Simão, cheguei a lamentar haver aceitado o convite. Se eu cometesse a menor das falhas a carga de mau humor daquele energúmeno me haveria destroçado. No entanto, a nenhum dos remadores pareceu molestar a torrente de impropérios e palavras desairosas cuspidas pelo homem que, poucas horas antes, os havia incitado a sair pelos caminhos a propagar e paz e a fraternidade.

O espumante banco de tilápias acabou por submergir e, como se nada houvesse ocorrido, a tripulação concentrou-se em novo, silencioso e paciente rastreio da área, navegando sempre a uma distância máxima de 50 a 70 metros do litoral.

Transcorrida meia hora, alguns esporádicos e solitários saltos de peixe entre o barco e a margem pôs em alerta o *sais*. Pedro ergueu o braço, fazendo um sinal aos de terra, e o barco, energicamente impulsionado pelos remadores, começou a navegar velozmente, sustentando um rumo paralelo à costa. Com os músculos tensos, perfeitamente sincronizados, e animando-se com discretos gritos, os quatro remadores inclinavam-se para a popa, depois tombavam para a proa, até que suas costas chegavam quase a nivelar-se às respectivas bordas. O chefe do grupo, inclinado sobre a popa, foi soltando o *jerem*. Com grande destreza, as mãos enormes e calosas de Pedro foram arriando a rede, ao mesmo tempo que, entre brados e insultos, pressionava os remadores a ativar o ritmo. A popa foi ficando tomada por cortiças e madeiras, agitadas pelo forte balanço do barco. Os homens colocados em terra passaram a puxar o cabo e a rede começou a encurvar-se. Quando ela estava praticamente na água, o *sais*, voltando a cabeça

para seus companheiros, ordenou uma nova operação de giro. E o barco mudou de rumo, entestando a orla. Pedro, com os pés solidamente firmados no fundo do barco, reuniu todas as suas forças – que não eram poucas –, sustentando e arrastando o segundo cabo.

A quatro ou cinco metros da margem, como que impelidos por uma mola, os remadores saltaram na água, apanharam as cordas e puxaram o barco vigorosamente em direção à areia. Desejoso de colaborar de alguma maneira, imitei-os, puxando com eles. Durante vinte ou trinta minutos, as duas colunas de homens esforçaram-se sem interrupção, puxando os cabos lenta mas firmemente. E o *jerem*, formando uma meia-lua, foi aproximando-se da costa. A uns vinte passos da água, cada um depositava em terra a porção de corda que lhe coubera e regressava sem pressa à praia. Ali, por meio de um curto cabo, uma espécie de estropo, com uma pedra atada na extremidade, enroscava esta na maroma principal, puxando com o auxílio do próprio estropo. O aparelho – que hoje se poderia identificar com a “chinha”, pequena rede de arrasto – atuava como rede varredeira. Os chumbos e pedras a mantinham no fundo, varrendo o *yam* como um muro vertical. Uma pesca, diga-se de passagem, bastante predatória, que destruía todas as espécies e ovas depositadas no fundo do lago.

Quando as varas de madeira flutuavam a uns passos da costa, dois dos homens com as cordas precipitaram-se sobre as extremidades do *jerem*, enquanto os demais multiplicavam seus esforços para que ambas as fileiras se aproximassem até chegar a uns dez metros uma da outra. Então a rede, pouco a pouco, foi entrando na costa. Os gritos de apoio entre os que puxavam as cordas foram aumentando e assim continuou até que o *zut* ou copo apareceu à tona. Bastava um simples olhar de terra para que, com escassa margem de erro, os pescadores soubessem se a operação fora um êxito ou um fracasso. Neste caso, a súbita interrupção de gritaria e a furiosa patada desferida por Pedro na superfície da água foram sinais que não deixaram lugar a dúvidas. O *jerem*, de fato, chegava vazio. O fundo da rede foi arrastado para a areia e, entre pragas, os guias o abriram e examinaram.

– Lixo!

O qualificativo de Pedro foi o melhor resumo: a bolsa da rede só continha lama, pedras, um maciço de algas verdes (do tipo das *botricocum*) e outras, bastante mais nocivas (a *nostoc*), cuja matéria gelatinosa obstruía os “olhos” da rede, prejudicando e atrasando o trabalho dos esforçados galileus; alguns caracóis (o *melania tuberculata*); milhares de minúsculos caranguejos da família dos *Cladocera* e meia dezena de pequenas e medianas tilápias, “tão estúpidas” – segundo Tomé – “quanto os pescadores que haviam manejado a *dugit*” (o barco).

A inoportuna observação de Tomé provocou a ira de Pedro, que havia

conduzido a embarcação e a falida operação, e, para minha perplexidade, ambos se empenharam em uma violentíssima disputa. Tomé acusou Simão de “velho, inepto e cego”. E Pedro, que não ficava atrás, explorou o estrabismo do adversário, atribuindo-lhe o malogro da pesca. Alguns dos homens intervieram na áspera discussão, tentando apaziguar os ânimos. No terceiro “salto” teríamos ocasião de verificar que aqueles choques eram o pão nosso de cada dia entre os grupos, chegando até a se estapearem. Uma imagem tão real quanto lamentável, da qual os evangelistas igualmente não falam...

Como que por encanto fez-se a paz e cada qual retomou a seu canto. O *jerem* foi expurgado das algas, enrolado e recolocado na popa. Maravilhado, assisti à mais natural e completa das reconciliações entre o *sais* e Tomé. Os dois, e mais os remadores, embarcaram como se nada houvesse ocorrido, reiniciando o rastreio e a “colocação do barco”. Nessa oportunidade, e apesar das reiteradas chamadas de João para que fosse unir-me à tripulação, decidi permanecer em terra.

A “varredura” repetiu-se duas vezes mais, com uma só diferença: de quando em quando, Pedro metia as mãos nas caixas e lançava à água as “bolas” de areia e peixe misturados. Deduzi que se tratava de uma fórmula para atrair os peixes. Mas a sorte, apesar da isca e do contínuo ir e vir do barco, não mostrou sua face. Diante da desolação geral, o *jerem* só lhes proporcionou, uma vez mais, “lixo”.

Pelas sete horas, com o Sol posto, os tenazes galileus enrolaram os cabos e, mal-humorados, lavaram a rede e a estenderam sobre a pedregosa costa. Ali permaneceria até uma nova oportunidade. Vestiram-se e, após acenderem uma fogueira, deram-se um descanso. Os pavios usados pelos gêmeos me surpreenderam. No *yam*, entre os pescadores, essas pequenas “cargas” de enxofre eram de uso habitual e certamente mais rápidas e eficientes do que o ferro e a pederneira. Não se tratava, obviamente, de nada que hoje conheçamos, mas de uns cavacos de oito ou dez centímetros de comprimento, totalmente banhados em enxofre. As “cargas” eram colocadas junto à pederneira e a chispa fazia o resto. Felipe cortou as cabeças e retirou as entranhas de algumas tilápias e assou-as com o emprego de um simples espeto de pau. “Entretida a fome”, os homens, feridos em seu amor-próprio, recomeçaram a tarefa. Dessa vez com a participação dos dez, distribuídos em dois grupos. Um, na barca capitaneada por Pedro. O outro, sob o comando de Tiago Zebedeu, em um barco um pouco menor: de uns seis metros de comprimento.

Substituíram redes, carregando o barco de Simão com uma rede que os nativos chamavam *ambatan* (*masod* ou *mesudah*) e um *jerem* ou chinha de cem metros na de Tiago. O primeiro (*gill-net* em inglês), de origem babilônica, constava de três malhas. O “pançudo”, como era conhecido popularmente, era

utilizado em águas profundas e apenas durante a noite, para que seus fios de linho e algodão passassem inadvertidos aos peixes. A rede central achava-se costurada a umas cordas providas de cortiças e chumbos, respectivamente. As malhas externas – de 1,5 metro de altura cada uma – tinham uns “olhos” notavelmente maiores do que os da rede central (uns 200 milímetros). O comprimento total do aparelho era de cerca de 32 ou 35 metros. Ao contrário do que ocorria com o *jerem*, o *ambatan* não tinha por que tocar o fundo do lago. Era lançado, também, tanto da popa quanto dos lados, formando na água uma espécie de “U”.

Em geral, os pescadores escolhiam zonas próximas à costa, assustando os peixes de muitas formas: golpeando a água com os remos, com as mãos e com ramos, fazendo arder benzina na superfície, com a ajuda de cães especialmente adestrados ou, da costa, arrastando correntes. Assustados, os peixes fugiam do lugar onde ancoravam ou navegavam as embarcações e se precipitavam para a tríplice rede. Atravessavam a primeira malha e logo se chocavam com a segunda – muito mais compacta –, que era arrastada para a terceira. Ao retroceder, o banco de peixes ficava preso no grande “saco”. A rede experimentava então um “estremecimento”, que fazia ranger os dentes dos habitantes da costa. As cortiças submergiam e os grupos se apressavam a levantar o *ambatan*, esvaziando o pescado no fundo dos barcos. Em uma noite, o “pançudo” podia ser lançado e recolhido de dez a vinte vezes, com uma média de capturas que oscilava entre os 50 e os 100 quilos.

O *yam* não demorou a tingir-se de vermelho. Nas povoações costeiras foram sendo acesas as primeiras lanternas, e nossos amigos, rumo à desembocadura do Jordão, se esfumaram nas sombras do anoitecer. Não fosse pelas candeias amarradas à proa e à popa de cada um dos barcos, nem João Marcos nem eu teríamos sido capazes de localizá-los no negrume da noite que se avizinhava. Uma noite e um amanhecer difíceis de esquecer.

Foram minutos deliciosos. De paz. Durante um bom espaço de tempo, nem o caçula nem eu trocamos uma só palavra. Simplesmente, desfrutamos o momento. Os últimos remendadores acabaram de pendurar as redes sobre altas estacas e, sem pressa, desapareceram na direção das luzes amareladas que piscavam nos pátios e pequenas janelas da aldeia. Bandos retardatários de gaivotas voavam rapidamente para o oeste, à busca dos escarpados de Tiberíades. E o crepúsculo, sem transição, passou do malva a um azul sombrio. Foi um sinal. Em plena lua nova, o firmamento precipitou-se sobre o lago, com suas estrelas e constelações. Jamais consegui acostumar-me à serena majestade daqueles céus. Uns céus que, precisamente por sua branca quietude, pareciam pressagiar “algo”...

O *yam* cobriu-se de candeias. Dezenas de embarcações se concentraram diante dos pesqueiros das costas de Kursi, de Tabja e do litoral onde nos encontrávamos. Calculo que pelas oito ou oito e meia de noite, as inicialmente solitárias embarcações de Pedro e Tiago ficaram confundidas entre as luzes de outros barcos, procedentes em sua maioria do cais de Saidan.

Inspirei profundamente, usufruindo o intenso perfume de algas trazido pela suave brisa do poente. E sob o olhar vigilante de João Marcos ergui os olhos para o mudo cintilar das estrelas. Espontaneamente, como brincadeira, fui nomeando uma a uma. E a cada uma delas, movido pela paz do lugar mas também por uma incontável melancolia, dediquei umas improvisadas palavras: “Sírius: meu anjo da guarda... Carina: hoje ao sul, recordando meu tempo... Óriun: quem sabe minha verdadeira pátria...”

Curioso e ávido de conhecimentos, o adolescente uniu-se a tão estranha prece, pedindo-me que o ajudasse a identificar as estrelas. Passei meu braço sobre os seus ombros, como o faria a um filho (o filho que nunca tive), fui apontando-lhe as mais brilhantes: a constelação de Leo, ao leste, com Régulus ao centro da elíptica. Ao norte, Dragão, a Ursa Maior e a estrela-chave dos navegantes: a Polar, muito próxima do Pólo Norte celeste. Abaixo de Sírius, ao sul, a Cão Maior. E roçando as colinas do extremo meridional do Kennereth, o cacho cintilante de Vela.

– E tu, Jasão – perguntou em sua candidez – que pensas que sejam essas estrelas?

Aproveitei sua excelente disposição e, doce e sutilmente, conduzi-o ao “terreno” que me interessava.

– O Mestre o disse...

À menção do rabi, seus olhos cravaram-se nas ondulantes chamas. Pareceu-me perceber neles uma sombra de tristeza.

– “Em meu reino” – continuei com a vista fixa na imensa mancha que branqueava o nascente do céu – “há outras moradas.”

O menino reconheceu as palavras de Jesus e, perplexo diante daquela “nova” interpretação, respondeu com uma segunda pergunta:

– Então aí em cima também há homens, lagos e gaivotas?

Concordei sem poder reprimir um traço de ternura.

– E o Mestre – continuou ele, com vivas mostras de surpresa – é o chefe desses mundos?

– Algo assim...

Guardou silêncio, distraído pelo súbito, negro e geométrico vôo de alguns madrugadores morcegos.

– Agora compreendo – murmurou com raiva. – Esses homens das estrelas

devem ser melhores do que nós. Senão, por que se foi?

Entendi que ele falava do rabi.

– Pensas mesmo que partiu para essas moradas?

Apanhou um ramo e, atizando as labaredas da fogueira, encolheu os ombros e acrescentou:

– Para onde, senão? Estava morto e agora vive. Mas não está aqui conosco.

Pressionei-o, procurando atraí-lo para o meu objetivo:

– Desejas vê-lo?

Deixou de brincar com o fogo e, vibrando dos pés à cabeça, adiantou-se a meus pensamentos:

– Tu és um mago. Podes fazê-lo?

– Não, filho. Eu apenas consulto os astros e, quando muito, adivinho...

– E que dizem as estrelas – perguntou arrebatadamente João Marcos –, aparecerá logo?

Fiz-me de rogado, alegando que não convinha abusar de semelhante “dom”. Por fim cedi, pondo em ação meu pequeno e inocente plano. Eu sabia que naquelas noites de abril – entre as 22 e as 3 horas – a Terra atravessava um núcleo de asteróides e que uma infinidade de “estrelas cadentes” se precipitava nas altas camadas da atmosfera, incendiando-se. Aquilo podia servir a meus propósitos. Levantei-me e, com solenidade, comecei a caminhar ao redor do fogo. Atento e receoso, o menino seguiu-me com a vista. À terceira ou quarta volta detive-me. Lancei a cabeça para trás e assim permaneci por um momento, com a vista fixada na Via Láctea. Quando calculei que a pantomima havia tornado tensos os nervos de meu pequeno amigo retornei ao seu lado e, dirigindo o indicador para a estrela Hidra, prognostiquei:

– Esta noite, justamente ali, e durante a primeira vigília, verás cair muitas estrelas. Não te alarmes...

Fiz uma estudada pausa.

– Mas veremos o Mestre?

– A resposta a essa pergunta, filho, tem um preço...

Atônito, emudeceu. Apalpou as pregas de sua túnica e, desolado, fez-me ver que não dispunha de uma só lepta.

– Não – apressei-me a atalhar – não busco dinheiro...

E antes que ele pudesse interpretar mal minhas palavras acrescentei:

– Sabes bem da minha simpatia por Jesus. Estive junto a Ele nas últimas horas de sua vida...

Sem conseguir compreender, foi assentindo com rápidos movimentos de cabeça.

– ... Pois bem, desejo conhecer a fundo seus ensinamentos. Tudo quanto fez

ou disse. Graças à vossa generosidade e paciência meu espírito está-se enchendo de sua mensagem. Há um ponto, porém, que ainda permanece obscuro em meu coração. Só tu podes desfazer minhas dúvidas.

– Eu? Esses – interrompeu-me e apontou as lanternas que brilhavam ao noroeste do lago – sabem tudo sobre o Mestre.

Neguei firmemente.

– Esses jamais souberam o que aconteceu nas colinas de Jerusalém no decorrer do quarto dia da segunda semana deste mês de abril.

Avivei sua memória. Naquela quarta-feira, 5, véspera da prisão de Jesus na encosta do monte das Oliveiras, João Marcos acompanhara o rabi desde a manhã até o anoitecer. Ninguém conseguiu tirar-lhe a mínima confiança sobre onde haviam estado e o que sucedera durante a enigmática excursão. Era um dia “em branco” nas pesquisas do Cavalo de Tróia.

– Esse é meu preço – sentenciei com uma frieza que logo se transformaria em remorso. Aquilo, no fundo e na forma, era uma chantagem. Mas meu desejo de descobrir tudo sobre Cristo foi mais forte e calou minha consciência. – Aceitas o trato?

A resposta foi um duro olhar de censura.

– Eu prometi a Ele...

Tentei persuadi-lo, afirmando-lhe que meus lábios ficariam selados, levando o segredo para a Tessalônica.

– Bem – balbuciou –, depois de tudo, Ele está morto. Não creio que agora importe muito...

Então, depois de fazer-me jurar por minha vida que jamais o revelaria a ser humano algum, explicou-me que, na realidade, naquele dia de descanso nas colinas que rodeiam a Cidade Santa, nada de espetacular ou prodigioso se passara.

– Passeamos sem rumo fixo e eu aproveitei a ocasião para confessar minha tristeza e desilusão por não haver podido segui-lo naqueles anos de pregação. O Mestre – prosseguiu João Marcos, entusiasmado com as lembranças – recomendou-me que não me entristecesse pelos acontecimentos que estavam a ponto de ocorrer. E profetizou-me algo...

Seus olhos brilharam de felicidade.

– ... que eu chegaria a viver o suficiente para ser um “poderoso mensageiro do reino”.

– De que te falou?

– Principalmente da sua infância em Nazaré. Seus pais eram mais pobres do que os meus.

O menino desviou a conversa, concentrando-se no ponto que, logicamente,

iluminara e iluminaria para sempre seu coração.

– ... Quando lhe perguntei como chegar a ser um “poderoso mensageiro do reino”, o rabi assim me falou: “Sei que serás fiel ao Evangelho do reino porque conheço tua fé e amor, enraizados em ti graças a teus pais. És o fruto de um lar que o amor está presente, ainda que, para tua sorte, teus progenitores não exaltaram em excesso sua própria importância. Seu amor não distorceu teu coração. Desfrutas o amor paterno, que assegura uma louvável autoconfiança, estimulando os sentimentos normais de segurança. Também foste afortunado porque, além do afeto que se professam mutuamente, teus pais souberam agir com inteligência e sabedoria. Essa sabedoria foi o que os levou a ser inflexíveis com teus caprichos e fraquezas, respeitando ao mesmo tempo tua personalidade e tuas próprias experiências. Tu, com teu amigo Amós, me buscastes no Jordão. Ambos desejáveis vir comigo. Ao regressardes a Jerusalém, teus pais consentiram. Os de Amós negaram. Amam tanto seu filho que lhe negaram a bendita experiência que tu estás vivendo. Fugindo de casa, Amós teria ferido o amor e sacrificado a lealdade. Os pais sábios, como os teus, procuram fazer com que seus filhos não se vejam forçados a ferir esse amor ou quebrar a lealdade, permitindo-lhes, quando eles chegam à tua idade, que desenvolvam sua independência e que gradualmente vão saboreando sua liberdade. Não existe nada mais desprendido e justo que o verdadeiro amor. O Amor, João Marcos, é a suprema realidade, quando é outorgado com sabedoria. Mas os pais mortais, lamentavelmente, o convertem em algo perigoso e egoísta. Quando te casares e tiveres teus próprios filhos, cuida que teu amor esteja sempre aconselhado pela sabedoria e guiado pela inteligência. Teu jovem amigo Amós crê neste Evangelho tanto quanto tu mas não posso confiar plenamente nele. Não estou certo de que o fará ainda nos anos vindouros. Sua infância não tem sido a adequada. Ele é igual a um de meus discípulos, que também não teve uma educação baseada no amor e na sabedoria. Tu, ao contrário, serás um homem digno de confiança, porque teus primeiros oito anos transcorreram em um lar normal e equilibrado. Possuis um forte e bom caráter porque crescestes em uma casa na qual prevalece o amor e reina a sensatez. Tal educação conduz a um tipo de lealdade que me inclina a crer que terminarás o que começaste.”

A que discípulo se referiria Jesus? Lembrei-me do infeliz Judas. Ou se trataria de outro? No fundo, minhas indagações sobre o caráter e as famílias dos chamados “íntimos” estavam por começar. João Marcos não soube dar-me esses dados. O resto daquela quarta-feira – segundo o caçula – fora o mais aprazível. O rabi da Galiléia continuou falando da vida familiar, explicando-lhe algo que os psicólogos conhecem bem: “A vida futura de uma criança será feliz ou infeliz, fácil ou difícil, conforme o que lhe haja tocado viver em seu lar ao longo desses

cruciais primeiros anos de sua existência.” Ainda que eu não tivesse tido filhos, intuo que o Mestre tinha razão e que seus conceitos são tão válidos agora como eram então.

Em “nosso mundo”, mau grado suas comodidades e a mais ampla informação dos pais em geral, os lares deixam muito a desejar. Salvo exceções, o amor resseca-se ao peso do egoísmo, da precipitação e de uma civilização (?) que não pode, não sabe ou não deseja valorizar a beleza e a transcendência das crianças. Por certo as famílias desfrutam hoje uma liberdade como jamais houve. Essa liberdade, todavia, não obedece nem é gerada pelo amor. Não é motivada pela lealdade nem dirigida pela inteligente disciplina da sabedoria.

“Enquanto os pais continuarem ensinando a rezar o Pai Nosso” – assegurou Cristo a seu jovem acompanhante – “sobre eles recairá a tremenda responsabilidade de ordenar seus lares de forma que essa palavra (Pai) encerre e signifique um autêntico valor na mente e no coração de seus filhos.”

De repente, João Marcos emudeceu. Uma estrela esverdeada rasgou o firmamento. Logo mais, uma segunda “estrela cadente”, maior, irrompeu por cima da brilhante Espiga, riscando vertiginosamente a negrura. A espetacular chuva de meteoros prolongar-se-ia por quase cinco horas. E o menino, assombrado, primeiro, e atemorizado, depois, ante a precisão do meu “vaticínio”, acabou por agarrar-se a meu braço, tremendo ante a possibilidade de que “alguns daqueles demônios se abatessem sobre nós”. Tentei convencê-lo de que não existia perigo algum e que tais “demônios” não passavam de pedras incendiadas.

– Pedras que ardem?

Compreendi que, longe de emendar seu erro, minhas explicações só haviam contribuído para aumentar sua confusão. Sem perceber estava a ponto de infringir uma das sagradas normas da operação. Nosso código proibia que se ensinasse ou sequer se insinuasse matéria ou informação que não correspondesse ao marco cronológico em que atuavam os exploradores. E a realidade dos meteoros e meteoritos foi sistematicamente negada pelos homens de ciência até bem entrado o século XVIII.

Aí terminou a narração em torno de quarta-feira, 5 de abril. João Marcos, fosse por medo, fosse por puro esgotamento, negou-se a prosseguir; e, rendido, recostou a cabeça em meu colo e caiu em sono profundo. Foi o melhor. Que poderia eu dizer-lhe a respeito da próxima aparição do Filho do Homem? Ainda admitindo que Jesus cumprisse sua promessa, apresentando-se no *yam*, era impossível predizer o dia, a hora e o lugar. Para cúmulo, o texto anteriormente citado, de João, assegura que o Mestre “se manifestou quando estavam juntos Simão Pedro, Tomé, Natanael, de Caná da Galiléia, os Zebedeu e outros dois de

seus discípulos” (21, 2). Isso perfazia um total de sete homens, enquanto que ali, naquele momento, pescavam dez. Alguma coisa não se encaixava.

Quem eram esses dois anônimos pescadores? Era preciso esperar que Pedro convidasse a pescar apenas seis de seus companheiros? Da maneira como estavam as coisas, isso não parecia provável nem lógico. A intuição dizia-me que não; que a madrugada em questão tinha de ser aquela...

Assim, habituado aos erros e imprecisões dos evangelistas, apostei pelo próximo amanhecer. Entretanto – é justo que eu o reconheça –, conforme avançava a noite, minhas dúvidas só cresceram. Os barcos continuavam navegando ao noroeste do lago. “Se a pesca não fosse frutífera” – repetia a mim mesmo a todo momento – “o natural era que Tiago e Simão Pedro houvessem ordenado o regresso à praia. Ou não?” O evangelista era muito claro nesse sentido: “... mas naquela noite nada pescaram.” Significaria a longa permanência no *yam* que os discípulos estavam colhendo bons resultados? Em caso afirmativo, minha intuição teria errado... Só havia uma forma de resolver a irritante incógnita: acalmar os nervos e esperar o amanhecer. Mas antes disso eu seria testemunha de outro surpreendente “fenômeno”, inconcebível de um ponto de vista racional e científico.

21 de abril, sexta-feira

Ocorreu duas horas antes do amanhecer. O cansaço começava a vencer-me. Necessitado de um momento de sono, cobri João Marcos com meu manto e recostei-me junto às brasas da fogueira que se extinguiu. A lenha se havia esgotado mas sentime incapaz de correr a costa à busca de nova provisão. O desconforto do terreno, erizado de seixos, forçou-me a mudar de posição repetidas vezes, numa tentativa meio problemática de conciliar o sono. Quando, afinal, consegui um certo repouso, “aquilo” – não sou capaz de defini-lo – começou a mover-se. Eu estava deitado de costas, com a face voltada para a majestosa cúpula celeste, quando, como já disse, “algo” deslizou no alto, no centro da vasta constelação da Hidra. Em um primeiro momento o atribuí ao meu próprio esgotamento. Talvez estivesse sendo vítima de uma alucinação óptica. Fechei os olhos, mas ao abri-los a “luz” continuava ali, deslocando-se lentamente para a eclíptica. Uma “cadente” retardatória? Evidentemente, não. Seu “comportamento” não guardava relação com as fulgurantes e oblíquas trajetórias dos meteoros ou meteoritos. Sua luminosidade, além disso, não coincidia com a das estrelas verde-amareladas das estrelas cadentes que havíamos pouco antes contemplado. “Isto” era branco. Um ponto de luz definido – sem cauda – e de um brilho bastante semelhante ao da alaranjada estrela Alfar (2^m.2.), da qual, precisamente, eu a havia visto partir.

Fosse o que fosse, movia-se a grande altura e a uma cadenciada oscilação lateral. Rememorei o “incidente” que eu e meu irmão havíamos presenciado na noite da Quinta-Feira Santa no acampamento do Getsêmani. Senti um estremecimento. De súbito, a “luz” se deteve dentro da constelação de Câncer. Aquilo me perturbou. Levantei-me e, tenso, aguardei que a “luz” se deslocasse novamente. Mas a “coisa” permaneceu imóvel, camuflada entre os milhares de estrelas. Na realidade, se eu não a houvesse visto mover-se pouco antes, sua presença me haveria passado absolutamente inadvertida.

Meu Deus! O que é que estava acontecendo? Que demônio era “aquilo”? A simples idéia de que “alguém”, em pleno século I, pudesse tripular uma máquina repugnava ao meu espírito científico. Entretanto, a meu pesar e dos meus esquemas mentais, o registro, nos radares do módulo, naquela madrugada de quinta-feira, 6 de abril, e o não menos misterioso objeto circular que se interpôs entre o Sol e a Terra na manhã da Sexta-Feira Santa, provocando o “escurecimento evangélico”, e agora a “luz” que vagava sobre minha cabeça,

pareciam manejados por uma inteligência. Diria mais. Ainda ao risco de revoltar as mentes mais ortodoxas, quase estou convencido de que os três fenômenos tinham muito em comum. Os dois primeiros “coincideram” com outros tantos acontecimentos, intimamente vinculados à pessoa de Jesus. E o terceiro? Devia considerá-lo como um presságio? Tolices!

Meu sono dissipou-se. Observei João Marcos. Dormia ainda, profunda e tranqüilamente. Com uma crescente inquietação caminhei para a praia, que continuava deserta e escura, sem outro sinal de vida que não o rubro rescaldo da fogueira. Nesse instante não os contei. Depois, ao analisar a incrível “cena” que estava a ponto de viver, verifiquei que as brasas encontravam-se a oito metros do *yam*. Uma distância insignificante, que pude cobrir em reduzidos segundos. Postei-me de cócoras a um passo da água e com ambas as mãos refresquei o rosto e o pescoço. Achei que o melhor para acabar com minha ansiedade e pôr em ordem minha mente, agitada desde que aparecera a enigmática “luz”, era precisamente isso: o estímulo daquela água fresca na pele.

Quanto tempo devo ter permanecido junto ao lago? Um minuto? Talvez menos. O caso é que, de repente, pareceu-me ouvir um ruído. Assim como o crepitar de labaredas. E logo uma espécie de corrente de ar frio soprou às minhas costas. Os cabelos da nuca se me eriçaram e, sem nenhuma explicação aparente, experimentei uma nítida sensação de medo. Era como se alguém – pessoa ou animal – me espreitasse.

Meu coração acelerou quando notei na superfície da água o reflexo de um fogo. A costa apresentava naquele lugar uma rampa pouco pronunciada e por isso mesmo a ondulante imagem que havia aparecido à minha esquerda só podia proceder do trecho de litoral onde me encontrava.

Pensei na “vara de Moisés”. No caso de ser atacado não teria tempo suficiente para recorrer a ela. Girei a cabeça devagar e uma descarga de adrenalina sacudiu-me pela segunda vez. Junto a João Marcos, no mesmíssimo ponto onde – um minuto antes – só existiam brasas adormecidas, agora agitavam-se chamas altas e vigorosas...

Petrificado, distingui alguém que manipulava uns ramos e alimentava a fogueira. O vulto estava do outro lado da fogueira, em pé e de frente para mim. Minha frequência cardíaca estabilizou-se. O mais provável era que se tratasse de algum morador de Saidan atraído pela fogueira. Mas como não o havia visto chegar?

Naquela dialética nervosa comigo mesmo, procurei outro argumento tranqüilizador: decerto sua aproximação havia coincidido com meu afastamento até a orla. Mas, mesmo assim, como explicar o súbito ressurgimento das chamas? Era improvável que em tão curto espaço – um minuto se tanto – elas

tivessem atingido semelhante altura e consistência. Foram segundos intermináveis. Espessos. Eletrizados. Então, uma idéia brilhou em minha mente. Ou foi antes um desejo? Mas afastei-o, acusando-me a mim mesmo de fantasioso e pueril.

O resplendor das chamas iluminava-o amplamente. Nem assim, todavia, consegui identificá-lo. O indivíduo – de uma notável corpulência – inclinou-se para um monte de lenha seca. Só ele poderia tê-la carregado até ali. Tomou um feixe dela e aos punhados foi arrojando-a ao fogo. Embora receoso, avancei. O homem ergueu a vista das chamas e, por espaço de um ou dois segundos, nada mais, observou-me atentamente. Em seguida, baixando de novo os olhos, quebrou um dos ramos, à espera da minha aproximação, talvez.

De novo as palavras me limitam. São meu maior inimigo. Desejaria abrir minha alma para que cada qual pudesse vez e sentir como eu o fiz. A quatro metros da fogueira fiquei cravado na areia. E todo meu ser se agitou em uma atropelada onda de medo, confusão, incredulidade e inefável alegria.

– Deus meu!

O pavor – não me envergonha confessá-lo – sobrelevou naquele tumulto de sentimentos e emoções. E, dando meia-volta, corri espantado para... nenhuma parte. De que haviam servido tantas horas de treinamento? De nada! Eu era um pobre e enlouquecido mortal, fugindo às cegas e topando no escuro com pedras, aparelhos e embarcações nos seus varadouros. Suponho que assim teria continuado a fazer, não fosse aquela providencial rede.

Eu disse “providencial”? No violento choque derrubei uma das estacas que a mantinham erguida e, enredado em suas malhas, rodei de costas como a mais frágil das presas saídas das águas do lago. Dei patadas e braçadas, no maior desespero, para me livrar da armadilha. Inútil. Quanto mais me agitava, mais apertado me sentia. O sangue gelou-me nas veias. Meu próprio medo me havia imobilizado.

Não via forma de libertar-me. E do pânico passei a outro sentimento mais amargo: o do ridículo. Creio que jamais me senti tão humilhado. Cessei com as minhas tolas arremetidas e tentei raciocinar. “Se ao menos tivesse uma faca...” Cheguei a morder os fios de linho cobertos de breu, numa furiosa tentativa de abrir nas malhas uma brecha. Nada. Lutei então para erguer-me. E estava nisso quando, em meio às trevas, distingui uma tocha. Aproximava-se. Caído e amordaçado, estava a ponto de gritar por ajuda. Não foi necessário. O portador da tocha parecia conhecer bem minha posição e a crítica e estúpida situação em que me achava. Ao reconhecê-lo, meu coração acelerou de novo. Desta vez, todavia, não foi o terror que me agitou. Foi a mais profunda e a mais intensa das alegrias. Não me havia enganado. Era Ele! Mas como podia ser? Quando e de

que maneira se apresentara na praia?

O Gigante observou-me por uns momentos. Depois, em silêncio, inclinou-se sobre aquele frustrado despojo humano e, com muito tato, foi ateando fogo às malhas. Livre das ataduras, me apressei a pôr-me de pé. Foi uma situação embaraçosa. Violenta.

Incapaz de articular palavra, limitei-me a contemplá-lo. Apesar de havê-lo visto no cenáculo, não podia dar crédito ao que tinha diante de mim. Santo Deus! Não havia dúvida: era Ele, com seu habitual manto enrolado no vigoroso tórax, e a túnica branca de amplas mangas.

Que difícil e apaixonante desafio para a Ciência e que absurda posição a minha! Eu, um cientista, acabava de ser livrado das malhas de uma rede por um “homem” ressuscitado! Porque, evidentemente, tratava-se de um ser vivo. Trazia uma tocha, havia queimado parte de um aparelho de pesca e, enfim, ali estava: ocupando um lugar no espaço. Como, porém, assimilar coisa tão fora de propósito? Eu o havia visto morrer. Havia comprovado o *rigor mortis*. Havia tocado seu cadáver... Como era possível?

Adivinhando meus tortuosos pensamentos, o Homem aproximou a tocha do seu peito. E a luz banhou sua alta e serena face, arrancando cintilações de seus cabelos lisos e acaramelados que caíam sobre os largos e poderosos ombros. Seu nariz proeminente, a fina e repartida barba e, acima de tudo, aqueles rasgados, profundos e infinitos olhos da cor de mel, eram de Jesus de Nazaré. A proximidade do fogo feriu suas pupilas. Em um movimento reflexo, suas pálpebras fecharam-se mais de uma vez. Aquele pestanejar, tão natural, não podia ser fruto de minha imaginação. Então o Homem, com aquele doce e acolhedor sorriso que tanto me impressionava, falou, por fim. Sua voz grave, inconfundível, fez-me estremecer.

– Não te preocupes em saber “como”. Em vez disso, meu querido e assustado Jasão, pergunta “por quê”...

Girando sobre os calcanhares, Jesus caminhou em direção à fogueira. Aturdido, acompanhei-o, procurando igualar suas enormes passadas. Em minha mente começavam a acumular-se mil e uma perguntas. Mas eu, tolo e tímido, além disso cheio de vergonha por minha recente fuga, não fui sequer capaz de agradecer sua ajuda. Continuei a seu lado, caminhando como um autômato e tentando pôr em ordem meu embotado cérebro.

Ao contornar um dos barcos estacionados em terra, e apesar da luz da tocha, voltei a tropeçar. Juro que não foi premeditado. Para não cair agarrei seu braço direito. Jesus se deteve. Flexionou o antebraço e retesou os músculos, em uma simples e natural reação de ajuda, para impedir que eu desabasse sobre o cascalho. Ao tocar-lhe o braço pude perceber a pétrea massa dos músculos

bíceps e supinador longo, enrijecidos pelo momentâneo esforço. Aquele Homem, obviamente, estava longe de ser um fantasma...

João Marcos continuava adormecido. E o Ressuscitado, depois de acariciar os revoltos cabelos do menino, foi sentar-se junto ao fogo, de frente para o lago. Eu, sem poder afastar de mim aquela pastosa sensação de irrealidade, permaneci por instantes em pé, contemplando abobalhado o feixe de troncos e ramos de conífera que jazia a um metro da chamejante fogueira. Finalmente, com um nó na garganta, obedeci ao meu coração e o imitei, sentando-me a seu lado. Tinha Ele a vista perdida nas distantes luzes do *yam*. Parecia esperar.

Durante algum tempo – que podiam significar os minutos naquela situação? – não me atrevi a interromper-lhe os pensamentos. Flexionou as pernas e as abarcou com seus longos braços. Depois, repousando o queixo sobre os joelhos, suspirou profundamente. Finalmente, fixou os olhos em mim e exclamou:

– Obrigado por vossos sacrifícios!

Admirado, olhei para ele fixamente. Sorrindo com uma leve sombra de amargura, e percebendo minha confusão, acrescentou:

– Sabes bem a que me refiro. Vossa decisão de conhecer a verdadeira história do Filho do Homem não é fruto do acaso. Estes – e com a mão esquerda apontou para as embarcações que navegavam no lago – meus pequenos de hoje terminarão por alterar involuntariamente minha mensagem...

Estúpido que fui. Em lugar de deixar que Ele se aprofundasse em tais reflexões, decidi intervir, interrompendo-o:

– Mestre, eu sou um cientista. Como poderei compreender e transmitir tua ressurreição? Tu estavas morto...

Jesus concordou, generoso, à minha indagação. Ergueu o rosto para as estrelas e, a meia voz, assim se pronunciou:

– Existem realidades que dificilmente poderão ser provadas pela ciência ou pelas deduções da razão pura. Ninguém pode conceber essas verdades enquanto permanecer no reino da experiência humana. Quando tiverdes acabado aqui embaixo, quando houverdes completado vosso tempo de prova na carne, quando o pó que forma o tabernáculo mortal for devolvido à terra de que procede, então, só então, o Espírito que vos habita retornará ao Deus que vô-lo concedeu e tua pergunta ficará plenamente respondida:

– Então – insisti sem ocultar minha incredulidade – é certo que a morte é apenas uma passagem?

– Tão natural e obrigatória quanto a calma que sucede à tempestade.

– Mas os homens de ciência não crêem...

Dessa vez foi ele quem se adiantou à minha observação.

– A corrente de ferro da Verdade, que vós qualificaís de invariável, vos

mantém cegos em um círculo vicioso. Tecnicamente pode-se ter razão nos fatos e, no entanto, estar-se eternamente equivocado na Verdade.

E, esboçando um imenso sorriso, acrescentou:

– ... Eu sou a Verdade. Tu me tocaste e agora me vês e escutas minha palavra. Por que continuas duvidando? O fato de não compreenderes não significa que essa realidade superior seja uma quimera ou fruto de mentes visionárias. Quando chegar tua hora, meus anjos ressuscitadores te despertarão em um mundo que nem sequer podes intuir...

– Teus anjos ressuscitadores?

O Mestre apontou para as estrelas. Creio que o compreendi.

– Tu, querido amigo – continuou sem deixar de observar o brilhante firmamento –, à tua maneira, já respondeste a essa pergunta: em meu reino há muitas moradas... E uma delas é passagem obrigatória para os mortais que procedem dos mundos evolucionários do tempo e do espaço.

– E tu, também foste ressuscitado?

– Não, meu filho – e sua voz encheu-se de ternura. – Acabo de dizer-te que eu sou a Vida. Meus anjos, não a meu pedido, só dispuseram de meu envoltório carnal. Mas o poder de ressuscitar no Espírito é um dom que só devo ao Pai. Algum dia, quando passares para o outro lado, o compreenderás.

– Desculpa minha ignorância.

O Mestre envolveu-me em um cálido olhar e me animou a prosseguir:

– Se não entendi mal, nenhum dos seres humanos tem o poder de auto-ressuscitar-se...

– Assim é. Todavia, podeis desfrutar a esperança de que ninguém, ninguém, pode perder esse direito. Todos, como eu o fiz, despertareis para uma vida que é só o princípio de uma longa caminhada para o Paraíso. Uma continuada ascensão para o Pai Universal. Uma “viagem”... sem retorno.

As palavras de Jesus – taxativas – não deixavam o menor resquício de dúvida.

– Que queres dizer com isso de que teus anjos apenas dispuseram de teu invólucro carnal?

– Eu te disse, mas, em tua perplexidade, não escutaste minhas palavras...

Reconheço que era assim. Sua “presença” me havia transtornado. Minha limitada inteligência não fazia outra coisa senão dar voltas em torno da realidade física daquele corpo, surgido do “nada”. Suponho que, no fundo, era inevitável e até lógico. Não era tão simples alguém sentar-se junto de um ressuscitado e dialogar como se tal coisa...

– ... Eu sou a Vida! Em verdade te digo que nenhuma de minhas criaturas pode devolver-me o que é meu e que só compartilho com meu Pai. Meus

discípulos e a maioria dos homens dos tempos vindouros têm associado e associarão a maravilhosa realidade da volta à vida eterna e espiritual com a mera desapareção de meu corpo terrestre. Enganam-se. A desintegração desse envoltório carnal foi um fenômeno posterior à minha verdadeira ressurreição. Um fenômeno necessário, fruto do poder de meus anjos.

Com a passagem do tempo – rememorando estas frases do Mestre – creio que cheguei a intuir o seu significado. A desapareção do corpo era de todo necessária e conveniente. Por um lado, se não fosse assim, os judeus não haveriam sequer cogitado da possibilidade de um Cristo ressuscitado. E, como disse Paulo, “nossa fé seria vã”. Por outro lado, os restos mortais do Filho do Homem haveriam terminado por converter-se em motivo de obrigatória veneração por parte de seus seguidores, com os riscos de uma quase idolatria ou mórbida adoração, totalmente contrária à mensagem do rabi.

– Desintegração? Todo mundo pensa que a desapareção do corpo foi um milagre...

Durante uns instantes continuou a olhar fixamente para a mágica dança das chamas. Pensei até que não me havia ouvido.

– A ti isso pode ser dito – sussurrou por fim. – Os milagres, tal como os concebem muitos seres humanos, não existem. O poder de meu Pai é tão imenso que não necessita alterar a ordem das coisas criadas. O verdadeiro milagre é vossa cega crença nos milagres.

– Continuo sem entender. Esse cadáver evaporou-se...

Jesus sorriu, enchendo-me de confiança.

– Será que teus anjos conhecem uma técnica...?

– Tu o disseste. Mas, tal qual ocorre com vosso código moral, o dessas criaturas a meu serviço tampouco deve ser violado. Sei que compreendes. Não é o lugar nem o momento para fazê-lo.

– Desculpa minha curiosidade. Tem essa “técnica” alguma coisa que ver com a manipulação do tempo que nós mesmos estamos utilizando?

O sorriso acentuou-se. Foi a melhor das respostas. E com um cálido tom de censura acrescentou:

– Quando compreendereis que o tempo é apenas a imagem em movimento da Eternidade? Quanto mais precisareis para considerar que o espaço é tão-somente a sombra fugidia das realidades do Paraíso ? Vós vos orgulhais de vossas descobertas e pensais que a Verdade Absoluta está ao vosso alcance. Não compreendeis que sois como meninos recém-chegados a uma ordem imensamente velha e inconcebivelmente sábia.

– E tu, Mestre, que lugar ocupas nessa ordem?

– Sou um Filho Criador.

Fiz com a cabeça um gesto negativo, dando-lhe a entender que não conseguia acompanhá-lo.

– Não queiras agarrar o que ainda é invisível a teus olhos de mortal. Bastar-te-á a fé na existência do Pai. Muitas de minhas criaturas, apesar de haverem transposto a barreira da morte, também não estão preparadas para enfrentar, face a face, a luz cegante do Pai Universal.

Uma torrente de perguntas começava a tumultuar dentro de mim. O Pai? A morte? Aquelas outras criaturas?

– Tudo parece tão simples!... Falas da morte sem medo. Mas nós...

– Vós fazeis empenho em apagar a “luz” que bate em cada coração e que foi depositada aí precisamente para vencer o medo. Se os homens escutassem sua própria voz, ninguém temeria essa passagem. Por que crês que voltei?

Não me deixou responder.

– ... E preciso que uns poucos me vejam agora para que outros muitos creiam e aprendam a olhar para si mesmos. A morte, meu filho, é só uma porta. Não temais cruzá-la.

– Alguns seres humanos – esbocei com dificuldade – temem mais a incógnita do “depois” da morte do que o fato físico da morte...

– Esses – apressou-se a intervir – no escandaloso troar de suas dúvidas, silenciam a íntima e sábia “voz” de sua consciência. Deixai que seja ela quem vos guie. Tudo, na criação de meu Pai, está meticulosa e misericordiosamente disposto para o vosso bem. Ninguém morre. Tudo é contínuo progresso para o Paraíso. E nem sequer esse é o fim...

– Mas as religiões e algumas Igrejas pregam a salvação e a condenação...

Foi a única vez que seu rosto endureceu.

– Não meças nosso Pai Universal com a vara dos homens. Nem confundas a religião da autoridade com a do Espírito. Algum dia, todos os mortais compreenderão que só o caminho da experiência e da busca pessoal é digna da “chispa” divina que vos alimenta a cada um de vós. Até que as raças não evoluam, o mundo assistirá a essas cerimônias religiosas, infantis e supersticiosas, tão características dos povos primitivos. Enquanto a humanidade não alcançar um nível superior, assim reconhecendo as realidades da experiência espiritual, muitos (homens e mulheres) preferirão as religiões autoritárias, que só exigem a concordância intelectual. Essas religiões da mente, apoiadas na autoridade das tradições religiosas, oferecem um cómodo refúgio às almas confusas ou assediadas pelas dúvidas e pela incerteza. O preço a pagar por essa falsa e sempre provisória segurança é o fiel e passivo assentimento intelectual a “suas” verdades. Durante muitas gerações, a Terra acolherá mortais tímidos, temerosos e vacilantes que preferirão esse tipo de “pacto”. E eu te digo: ao unir

seus destinos ao das religiões da autoridade, colocarão em risco a sagrada soberania de suas personalidades, renunciando ao direito de participar da mais apaixonante e vivificante de todas as experiências humanas: a busca pessoal da Verdade e tudo quanto isso significa...

– E que representa essa “busca pessoal”?

Aquele incrível Homem abriu os braços e, apontando as luzes do lago, a infinita beleza do firmamento e o crepitar do fogo, sentenciou vibrante:

– E tu, embarcado nesta apaixonante aventura, me perguntas isso? Que me dizes da alegria e das emoções que compensam todo o esforço exigido pelas vossas descobertas? Não mereceu a pena?

Guardei silêncio. Uma vez mais estava Ele certo.

– ... Os descobrimentos intelectuais, meu amigo, constituem sempre uma “aventura” e um risco. Mas só os audazes, os que obedecem a seu próprio “eu”, estão capacitados para enfrentar isso. Só esses, os autênticos “buscadores” da Verdade, sabem explorar com determinação e sem medo as realidades da experiência religiosa pessoal. Tu mesmo e teu irmão estais experimentando a suprema satisfação do triunfo da Fé sobre as dúvidas intelectuais!

Agora, com a ajuda do tempo e da perspectiva, aquela minha estranheza me parece ridícula. O fato é que, preso ainda à matéria, aquela direta alusão a Eliseu – e à familiar maneira como o venho designando: meu irmão – deixou-me perplexo. O “poder” daquele Ser era, simplesmente, absoluto.

– ... E essas vitórias, único objetivo da existência humana, só conduzem a um fim: a busca pessoal de Deus. Em verdade, em verdade te digo que todo homem que se empenhe nessa suprema aventura encontrará meu Pai, até mesmo no desalento das dúvidas. A religião do Espírito significa luta, conflito, esforço, amor, fidelidade e progresso. O dogmatismo, ao contrário, só exige de seus fiéis uma parte ínfima desse esforço. Não esqueças, Jasão, que a tradição é um caminho fácil e um refúgio seguro para as almas fracas e temerosas, incapazes de afrontar as lutas do espírito e da incerteza. Os homens de fé viajam sempre pelos difíceis oceanos, à busca de novos horizontes. Os submissos limitam-se a navegar pela costa ou a ancorar suas inquietudes ao abrigo de portos limitados, inadequados a “navios” construídos para audazes e distantes navegações...

– Essas palavras – adverti sem poder conter-me –, em meu tempo, te levariam de novo à morte...

– Não esqueças que minha passagem pelo mundo será motivo de divisão e confrontação...

De novo o interrompi:

– Diz-me: que deve fazer um homem que deseja encontrar a Verdade?

– Nem mesmo tu compreendeste minha mensagem?

Uma onda de vergonha fez-me baixar os olhos. Mas, de pronto, passando seu braço esquerdo sobre meus ombros, aquele Homem obrigou-me a sustentar seu olhar. O contato daquela mão, aferrada firmemente em meus ombros, foi como um estímulo elétrico.

– Confiar em nosso Pai. Só isso. Cada amanhecer, cada momento de tua vida, põe-te em suas mãos. Luta pela fraternidade entre os humanos. Luta pela tolerância e pela justiça. Luta pelos fracos. Ele se encarregará do resto.

– O Pai! – exclamei contagiado por seu entusiasmo – Deve ser um grande tipo!

Minha prosaica definição arrancou um riso ao Homem. Suas reações, como eu ia verificando, eram tão “humanas” e naturais como as de qualquer mortal. Tomando um punhado de areia, estendeu uma das mãos e mostrou-me os escuros grãos.

– É tão imenso – respondeu lenta e compassadamente que mede os mares na concha de sua mão e os universos na distância de um palmo! É Ele quem está sentado na órbita da Terra. Ele, quem estende os céus como um manto e lhes põe ordem para que sejam habitados. Mas não confundas: Deus é um mero símbolo verbal, que designa todas as personalidades da divindade...

Jesus tomou minha mão direita e, colocando nela o punhado de areia, insistiu em algo que já havia comentado:

– Nunca esqueças que uma parte desse Deus, de nosso Pai, entrou em ti há muitos anos.

– Quando?

– Digamos, para simplificar, que no momento em que tomaste tua primeira decisão moral.

– Então eu sou Deus?

– Tu o disseste. E a partir de hoje busca-te no mais íntimo de tua alma.

A curiosidade consumia-me. E, deixando-me levar pelo mais infantil dos impulsos, perguntei-lhe impulsivamente:

– Como te chamas?

O Ressuscitado não contornou a pergunta. Ele sabia que eu não me referia a seu nome na Terra. Observou-me com um ar divertido e, apontando seu indicador esquerdo para as estrelas, exclamou:

– Em meu reino, minhas criaturas me conhecem por Micael.

– E por que não adotaste esse mesmo nome na Terra?

O Mestre parecia divertir-se com aquelas perguntas pueris. Sorriu de novo, e a branca e perfeita dentadura iluminou-se com o resplendor das chamas.

– A princípio, por expresso desejo meu, nem eu mesmo tomei consciência de quem era aquele jovem de Nazaré. Assim o exigia minha experiência entre os

humanos evolucionários do tempo e do espaço. Só uns poucos, muito chegados a Micael, souberam desse segredo e o guardaram zelosamente.

Eu não saía do meu assombro. Santo Deus! Era tanto o que eu ignorava sobre aquele Homem!...

– Meu nome na Terra tinha de ser outro. Satisfeito?

– Então tu, durante tua infância e juventude, nunca soubeste...

Ele fez um gesto negativo com a cabeça.

– Então, quando...?

– Isso, querido Jasão – respondeu divertido –, é algo que deveis descobrir por vós mesmos... em seu momento.

Agora sei. Naquele momento não o percebi. Jesus de Nazaré referia-se à nossa terceira e fascinante “aventura”, na qual, de fato, tínhamos a oportunidade de conhecer os “detalhes” de tão decisiva “mudança” na personalidade do Filho do Homem.

– Por que falas de “minha experiência entre os humanos”?

– E que outra coisa posso dizer?

Insisti, perplexo.

– Experiência? Só isso?

– Segundo tu – perguntou por sua vez –, como deveria qualificá-la?

– De desperdício – respondi prontamente sem dar-lhe tempo para contestar.

– Um desperdício, se me permites, desnecessário e, a julgar pelos resultados próximos e “futuros”, catastrófico.

– O Soberano Criador deste universo – interveio o Filho do Homem, deixando por um momento seu acolhedor sorriso – também faz a vontade do Pai. Uma vez satisfeita minha sede de conhecimento dos humanos, pude abandonar o mundo e receber do Pai Universal o definitivo reconhecimento de minha soberania. Mas, como te disse, não era essa a vontade do Pai.

Estas palavras soaram-me confusas. Enigmáticas. Desde quando um Criador necessita conviver com suas criaturas? Que podia aprender em um mundo como este? A que tipo de “experiência” se referia? Que seria aquele “definitivo reconhecimento de sua soberania”?

– Queres dizer – interroguei-o sem saber por onde começar – que o Pai podia desejar para ti uma morte tão cruel e sanguinária?

Jesus ergueu-se. Atrás dos montes de Kursi e Hipos começava a clarear. As candeias continuavam oscilando no lago. Atirou um molho de lenha à fogueira e, com um leve gesto de cabeça, convidou-me a caminhar com Ele. Tomou a direção da desembocadura do Jordão e, lentamente, nos fomos afastamos do pequeno João Marcos. Durante uns momentos Ele nada disse. Cheguei a pensar que houvesse esquecido minha pergunta. Mas logo, com especial ênfase, falou:

– Antes de minha Encarnação na Terra os homens podiam crer em um Deus colérico, sedento de justiça. Sua ignorância era perdoável. Agora revelei-lhes um Pai misericordioso que só conhece a palavra Amor. Crês, então, que um Pai pode desejar essa morte para um filho? Sua vontade era que eu permanecesse em vosso mundo até o final e que esgotasse o cálice que todos os mortais, por sua natureza, têm bebido e beberão. Se eu compartilhei a morte foi para demonstrar-vos que a fé em Deus nunca é estéril. Sei que, apesar de minhas palavras, muitos deformarão o sentido de minha morte na cruz. Eu não vim ao mundo para saldar uma suposta velha conta dos homens para com Deus...

Detive-me. E Jesus, percebendo minha surpresa, acrescentou:

– Sei o que estás pensando. Estás enganado, como se enganam todos os que assim pensam. O Pai Celestial não pode conceber jamais a grave injustiça de condenar uma alma pelos erros dos seus antepassados.

– Então essas idéias dos cristãos sobre a redenção pela cruz...

O Mestre pousou suas mãos sobre meus ombros, transmitindo-me sua compreensão.

– A tendência ao vício pode ser hereditária. O pecado, ao contrário, não se transmite de pais a filhos. O pecado é um ato consciente e deliberado de rebeldia contra a vontade de nosso Pai Universal e contra as leis do Filho. Toda idéia de resgate ou expiação, portanto, é incompatível com o conceito de Deus. O amor infinito do nosso Pai ocupa o primeiro posto dentro da natureza divina. Em verdade te digo, Jasão, que o senso de salvação pelo sacrifício está arraigado no egoísmo. Eu tenho pregado que a vida de serviço é o conceito mais elevado de fraternidade entre os que crêem. E te direi mais: a salvação é crer na paternidade de Deus. A maior preocupação dos fiéis do reino não deveria ser seu desejo egoísta de salvação pessoal. Só a necessidade de amar a seus semelhantes acima de si mesmos. Os autênticos crentes não se preocupam com o possível e futuro castigo de seus erros. Interessam-se tão-somente pelo restabelecimento do contato com Deus. Decerto um pai pode castigar seus filhos mas o faz por amor e com um objetivo e um sentido puramente disciplinares.

– Logo, há um castigo futuro...

– Não como tu o imaginas. Nosso Pai é amor. E o amor é contagiante e eternamente criador. Crês que não existem outros meios melhores do que o castigo para corrigir os erros das limitadas criaturas mortais? Antes de eu vir a este mundo (e até mesmo se eu não tivesse vindo), todos os mortais do reino dispunham já da salvação. Nosso Pai, repito, não é um monarca ressentido, severo e implacável, cujo principal prazer consiste em localizar e perseguir criaturas que agem na obscuridade ou no pecado. A própria idéia de um resgate ou expiação colocaria a salvação em um plano de irrealidade. Este conceito é

puramente filosófico. A salvação humana é inegável e se baseia em dois únicos princípios: Deus é nosso Pai e, conseqüentemente, todos os homens são irmãos.

Custava-me aceitar tão bela utopia. Assim, sem dissimular meu ceticismo, perguntei-lhe:

– Quando isso ocorrerá? Quando desaparecerão a maldade e a injustiça?

– Só há um caminho: o amor. O amor dissolve o pecado e as fraquezas. Ama teu semelhante, Jasão! Ama-o na penúria e na riqueza! Ama-o ainda quando creias que ele está errado! Ama-o, simplesmente!

Suponho que perdi a noção do tempo. Ouvi-lo era muito mais do que aprender: era viver, sentir e palpar uma nova realidade. Uma realidade que eu ignorava.

E com as primeiras clarezas retornamos para junto da fogueira. João Marcos havia desaparecido.

Não dei maior atenção à repentina ausência do caçula. Tampouco Jesus fez qualquer comentário. A aurora obscureceu as estrelas, despertando o Kennereth. Suas águas, primeiro acinzentadas, foram esverdeando e, quase que ao mesmo tempo, as embarcações apagaram suas luzes. Na costa oeste, entre Hamat e Migdal, uma compacta bruma ocultava os cumes, dos quais começavam a escapar alvos e alvoroçados bandos de gaivotas. O *yam* recuperava seu ritmo cotidiano, animado pelas longínquas vozes dos pescadores.

“Quando já amanhecia, estava Jesus à margem...”

A frase de João; em seu Evangelho, pôs-me alerta. A “aparição oficial” aos seus íntimos não tardaria a produzir-se. Mas o Ressuscitado, absolutamente tranqüilo, não parecia prestar atenção aos escuros barcos que deslizavam a coisa de uma milha, diante da desembocadura do alto Jordão. Dali, ao menos para mim, era impossível distinguir os barcos de Pedro e de Tiago.

O Mestre avivou o fogo e, por alguns minutos, permaneceu de cócoras, abstraído na dança das chamas. A nascente luz daquela sexta-feira e a reverberação do fogo iluminaram uma pele bronzeada, exatamente igual à que havia mostrado em vida. Mas como falar de “vida” ou de “morte”? Para alguém que ignorasse os horríveis acontecimentos de duas semanas atrás e que contemplasse o rabi naquele preciso instante teria sido difícil aceitar que se tratava de um homem morto e sepultado. Minha inteligência, pela enésima vez, se rebelou. Todavia, passados uns poucos segundos, tive de render-me à evidência. Aquele corpo também projetava sombra! E mais: em um dos saracoteios das chamas, uma baforada de fumaça apanhou-o de surpresa (?) e Ele, instintivamente, agitou os braços, procurando dissipá-la. Mas a fumaça, implacável, invadiu-lhe a garganta e lhe provocou um acesso de tosse. Jesus

ergueu-se e eu, como a coisa mais natural e lógica (?) do mundo, apressei-me a auxiliá-lo, com repetidas palmadas em suas largas costas.

O Mestre retirou-se da fogueira e, depois de piscar-me um olho, caminhou para a margem. Agora, sinceramente, já não sei o que pensar. Se Ele era capaz de ler minhas dúvidas e pensamentos, devo atribuir este pequeno e significativo incidente à mera casualidade ou a seu expresso desejo de dissipar minhas incertezas?

Vi que Ele se descalçava. Abandonou as sandálias sobre a areia e, como um menino, levantando a túnica com a mão direita, foi entrando pelo lago e chapinhando a água com a mão esquerda. Acompanhei-o com a vista, entre atônito e emocionado. Aquele “menino grande”, capaz de sentir prazer ao simples contato das águas do lago, era o Jesus de Nazaré que eu conhecera! Subitamente, talvez ao pisar em falso, começou a oscilar. E seu enorme corpo, depois de desequilibrar-se, caiu de costas, agitando as águas. Corri em seu auxílio. Mas, quando cheguei à orla do lago, o Mestre, sentado no fundo e com a água pelo abdome, voltou-se para mim e, entre sonoras gargalhadas, com o seu habitual bom humor, gritou-me feliz:

– Estou ficando velho!

Fiquei atônito. Seu comportamento – incluindo a aparatosa queda – era tão natural que ninguém, em seu juízo perfeito, poderia acreditar no que estava presenciando. (Às vezes, quando desperto no meio da noite, muitas daquelas cenas se agitam em minha memória e sinto dificuldade para discernir se foram realidade ou sonho...)

Desfrutando o incidente, o Mestre permaneceu uns minutos na água. Refrescou o rosto, deitou a cabeça para trás, fechou os olhos e saboreou aqueles primeiros e tíbios raios de sol. De repente reparei em suas sandálias. Agachei-me e, tomando uma delas, a examinei. Pareciam as mesmas de sempre, com a sola de erva prensada, já desgastada, e as tiras de couro que serviam para prendê-las entre os dedos. Levantei a vista. Jesus continuava com as mãos apoiadas no leito do *yam*, recebendo a tépica bênção de um novo dia, que prometia ser tão quente como o anterior.

Como um ladrão, aproveitando sua momentânea abstração, aproximei a sandália do nariz e cheirei-a. Não havia dúvida: a peça guardava o característico odor de pé, mescla de suor e de terra. Um tanto envergonhado por minha insaciável desconfiança, coloquei-a no seu lugar e voltei para junto do fogo. Jesus, de pé, com a túnica de linho gotejando, ficou alguns segundos a perscrutar o horizonte.

Nesse momento, algumas embarcações, de fato, já aproavam para Saidan. O grande momento se aproximava. Prudentemente, retirei-me para as escadas que

conduziam à casa dos Zedebeu. Dali, dominava-se a praia inteira. Jesus regressou à costa. Calçou-se, de pé, junto à fogueira, de costas para mim, e ficou a observar o avanço dos barcos. Aquela parte do litoral continuava deserta.

De quando em quando, o Mestre abandonava a fogueira e dava pequenas voltas ao longo da orla. Pouco antes das 6 horas, vários dos barcos cruzaram diante da praia, navegando rapidamente para o embarcadouro da aldeia.

Não reconheci neles nenhum dos discípulos. Atrás, a algumas centenas de metros, divisavam-se outros dois barcos. Forcei a vista, tentando vislumbrar a silhueta de Pedro. Impossível. Aí me lembrei de que não havia alertado o módulo. Ativei então o microtransmissor e, de acordo com o planejado, iniciei a transmissão de sinais – via laser – para comunicar a Eliseu minha posição e a iminência da operação. Ajustei as “crótalos” e, poucos minutos depois, respondendo ao código de impulsos eletromagnéticos, o “berço” catapultou um “olho de Curtiss”, que voou impetuosamente, camuflado pela radiação IR, até imobilizar-se a pouco mais de 40 metros sobre o *yam* e a curta distância da fogueira.

Parece incrível. Mas, tal qual aconteceu, assim devo registrá-lo neste apressado diário. Ao fixar-se no “estacionário” sobre as águas, seguindo as ordens de meu irmão, a pequena e invisível esfera iniciou a transmissão de imagens e sons. Pois bem, nesse preciso instante, o Ressuscitado ergueu a vista em direção ao “olho de Curtiss”. Tanto Eliseu quanto eu estamos convencidos de que o artefato foi captado pelo Mestre.

Durante alguns segundos observei-o preocupado. Foi então, ao seguir seus movimentos com lentes especiais, que notei “algo” que me deixou novamente confuso e que já havíamos detectado em sua última aparição, no cenáculo. Um ser vivo – sempre que sua temperatura corporal se ache acima do zero absoluto – emite uma radiação infravermelha, cujas tonalidades variam segundo o grau de calor acumulado ou desprendido de suas diferentes áreas. O corpo de Jesus, entretanto, quase não irradiava calor. Devo registrá-lo. Era como se carecesse de fluxo sangüíneo. É absurdo, eu sei. Além do mais, eu havia tocado seu braço e nada percebera de anormal. Um corpo sem aparelho circulatório? Meu cérebro se negou a admiti-lo. Mas a visão através das “crótalos” não mentia...

Às 6h30 daquela sexta-feira, 21 de abril, as duas embarcações aproximaram-se da costa de Saidan. Eram eles! Jesus, atento às manobras dos remadores, deixou a fogueira. (O posterior exame das imagens captadas pelo “olho de Curtiss” permitiria reconstituir as palavras e gestos que trocaram entre si, difíceis de perceber do lugar em que me encontrava.)

A pouco mais de cem metros da orla, o primeiro dos barcos – capitaneado por Simão Pedro – afrouxou a marcha. Alguns dos remadores repararam, então,

no homem que parecia esperá-los junto ao fogo. Houve uma breve troca de palavras. Simão e André achavam, e o diziam a seus companheiros, que talvez se tratasse de algum dos habituais compradores de pescado de Nahum ou de Tarichea, que viera recebê-los. O *sais* mastigou uma de suas irreproduzíveis pragas. A pesca, evidentemente, havia sido um perfeito fracasso. Tomé, talvez por causa do seu defeito na vista, aventou a possibilidade de que fosse o jovem João Marcos. A idéia foi recebida entre zombarias. De fato, “aquele homem era muito mais alto”.

Curiosamente, ninguém chegou a identificar o Mestre. Quando o barco se achava a pouco mais de 50 metros, Jesus ergueu seu braço esquerdo e, dirigindo-se aos pescadores, gritou-lhes:

– Rapazes! Pescastes alguma coisa?

Simão Pedro, com um gesto severo, respondeu-lhe com um seco e lacônico “não”. Por um momento temi que a resposta fosse acompanhada de alguma das suas habituais e reprováveis imprecações.

João Zebedeu ergueu-se e, tomando uma das pedras planas, aprontou-se para fundear o barco. No entanto, dez ou quinze segundos depois daquele rápido diálogo, o Ressuscitado dirigiu-se de novo à tripulação e, apontando para estibordo, ordenou com sua potente voz:

– Lançai a rede à direita do barco... e encontrareis peixes!

O Zebedeu olhou para o *sais*. Este, voltando a cabeça para o ponto indicado pelo desconhecido, perscrutou a superfície das águas. Os demais remadores fizeram o mesmo. Na área indicada notava-se de fato um intenso borbulhar. E logo, a estibordo, a superfície do *yam* agitava-se com a repentina aparição de um avultado cardume. Pedro, esquecendo o homem da praia, pôs-se a vociferar e a gesticular, advertindo o pessoal da segunda embarcação da localização do banco de peixes. João Zebedeu soltou a âncora e, incorporando-se ao banco dos remadores, navegou a toda velocidade no rumo do apetecível butim. Jesus, enquanto isso, continuava atento às atividades dos seus amigos.

A pequena distância da espumejante “mancha”, as duas embarcações, com admirável precisão, tomaram cada qual sua posição. Os remadores sentados a bombordo e a estibordo de cada barco ergueram seus remos, mantendo emparelhadas as respectivas amuradas.

Nesse momento Simão assumiu o comando de ambos os grupos e os quatro remadores, sincronicamente, foram impelindo os barcos para o banco de peixes. O *jerem* foi disposto “a cavalo” entre as duas embarcações. A um grito do *sais*, quando se achavam a três ou quatro metros da “mancha”, os que seguravam os cabos das velas os soltaram, propiciando diversos e fortes impulsões ao barco contrário. Imediatamente em seguida os barcos se abriram, iniciando uma

manobra de cerco.

Assim que os barcos se afastaram um do outro, os remadores, agora inativos, arriaram a rede, envolvendo as saltitantes tilápias. Aquele sistema de pesca – chamado entre os galileus de *shavaq qosiv* – era na realidade uma técnica bem mais complexa que a que eu estava presenciando (uma espécie de método “combinado”), na qual, além do *jerem*, costumava utilizar-se o *ambatan*. Claro que para isso precisava-se de um mínimo de três ou quatro barcos.

Velozes e precisas, as embarcações atiraram o *jerem*, traçando um círculo. Oito dos dez homens, entre gritos entusiásticos, apressaram-se a recolher a rede, arrastando a bolsa para as popas dos barcos. Muitas das tilápias, pressentindo o perigo, saltaram por cima das cortiças e escaparam. (Se houvesse uma terceira e uma quarta embarcação, o *ambatan*, estendido ao redor das cortiças do *jerem*, teria impedido a fuga de parte do pescado.) Ainda assim, a julgar pelas manifestações e exclamações de júbilo das tripulações, a pesca fora muito proveitosa.

É meu dever anotar aqui e agora: não creio que o acontecimento possa ser qualificado de “milagroso”. Qualquer observador comum postado no litoral poderia haver detectado o banco de peixes que fazia espumar a superfície do *yam*. Objetivamente falando, Jesus limitou-se a apontar uma “mancha” de pescado que de dentro dos barcos talvez passasse despercebida. Depois – já se sabe –, com o passar do tempo, aquele fato, totalmente fortuito, foi distorcido e erigido à categoria de “pesca milagrosa”. Basta repassar o escrito de João – testemunha presencial – para deduzir que o acontecimento jamais foi tido como extraordinário, no sentido sobrenatural do termo. Por parte de exegetas e estudiosos bíblicos, esse episódio ver-se-ia extremamente “esfumado”, por causa de outra pesca, mais ou menos igual, narrada por Lucas (5, 1-8) e colocada pelo evangelista muito anteriormente à morte de Jesus. Mas desta outra “pesca” me ocuparei a seu tempo.⁶⁶

O arrasto do copo foi trabalhoso ao extremo. Os *sais* esganiçaram-se, a todo momento saltando de proa a popa, cobrindo espaços e puxando cabos e aparelhos, até ficarem cobertos de suor.

Nem é preciso dizer que Simão Pedro liderou todo o tempo a “peleja”, invocando o humano e o divino cada vez que, por um movimento errado, a rede se detinha ou era arrastada com mais força de qualquer das popas, com isso ocasionando novas fugas de tilápias.

Passada meia hora, os galileus, exaustos, largaram, enfim, do saco do *jerem*. Tiago e seu grupo, do bote menor, trataram de ajudar seus companheiros a introduzir o copo no barco de Simão. Depois de repetidos e vãos esforços – nos quais alguns dos pescadores estiveram a ponto de cair no lago – Simão

renunciou à manobra de carga da rede. Os remadores voltaram a seus postos e, firmemente sustentado desde as respectivas popas, o *jerem* foi rebocado até a costa.

Visivelmente satisfeito, o Mestre deu meia-volta e retomou para junto da fogueira. E, cruzando os braços sobre o peito, esperou. Tiago marcou o ritmo para os remadores e, lentamente, os barcos puseram-se em movimento para vencer os últimos 50 ou 60 metros que os separavam da margem. Dessa vez João Zebedeu não remou. Por uma razão muito simples. Quando os companheiros se precipitavam para os bancos e tomavam os remos, o discípulo, muito mais intuitivo do que os demais, aproximou-se de Simão, que sustentava uma das extremidades do *jerem*, e desfechou-lhe no ouvido um lacônico e sonoro: “É o Mestre”!

O *sais* voltou o rosto para a praia, buscando o desconhecido. Mas o sol nascente o deslumbrou e a observação foi prejudicada. É possível que essa circunstância tivesse muito que ver com o estranho comportamento dos galileus, que, como eu dizia, não chegaram a identificar o Mestre enquanto estavam no barco.) Simão fez uma careta de incredulidade, argumentando que “lhe parecia muito improvável que o rabi se apresentasse ao ar livre”.

Nisso tinha Pedro certa razão. Até então – ao menos que eu soubesse – Jesus sempre havia aparecido em lugares fechados. O caso é que, após uns momentos de vacilação, o impulsivo capitão mudou de parecer. Obrigou João a segurar o *jerem* e, ante o estupor dos demais, desfez-se da túnica que o cobria e mergulhou de cabeça no *yam*.

Os tripulantes, surpresos, interpelaram o mais jovem dos Zebedeu. João, porém, limitou-se a encolher os ombros.

Aqui entendo que é meu dever, antes de prosseguir com a narração dos fatos que me coube viver, fazer uma observação. Se se consultar o Evangelho de João, observar-se-á que o último capítulo (21, 7) descreve esse detalhe de modo contrário ao que acabo de referir. Tal versículo assegura que “quando Simão Pedro olhou para o Senhor, vestiu-se – pois estava desnudo – e lançou-se ao mar”.

Tal afirmação – que duvido muito que se possa atribuir a João – é errônea. Para começar, em pleno mês de abril as noites são ainda bastante frescas para que o pescador ou *dayyag* se lance sem roupa nos trabalhos de pesca. Durante o dia é diferente. De outro lado, ainda admitindo-se a improvável circunstância de que o *sais* estivesse de *saq* ou *tanga* – vale dizer, nu –, nenhum bom nadador (e Pedro o era) teria cometido a tolice de “vestir-se” e em seguida lançar-se à água. Tudo ao contrário. Como entender-se, então, a absurda afirmação do evangelista?

No meu fraco entender, só cabe uma explicação: é muito provável que, em parte ou no todo, o capítulo 21 (o “Epílogo”), seja um adendo ao texto, esse sim, de autoria de João.

O fato é bem conhecido dos exegetas cristãos. Já em 1947 o eminente Boismard⁶⁷ observava que o citado capítulo 21 era uma curiosa mescla de estilos, em que se percebia a mão do discípulo e a de outros escritores. Algo como se, baseando-se em nebulosas recordações, uma pena estranha houvesse tentado “arredondar” o texto “Joanino”. Assegura Boismard que o estilo do “remendador” possui uma suspeitosa semelhança com o de Lucas.

Anos atrás, outro especialista, Vaganay, afirmava também que o versículo 25 do “Epílogo” “não era do mesmo molde do que o precedente, podendo tratar-se de um adendo”.⁶⁸

Pouco depois, estas observações – que levantaram muita polêmica entre os eruditos – ver-se-iam plenamente ratificadas pela descoberta da fotografia com raios infravermelhos e ultravioleta. Ao comprarem o *Códice Sinaítico*, os ingleses fotografaram a última página do Evangelho de João e comprovaram, com surpresa, que em seu estado primitivo o capítulo 21 terminava com o versículo 24 e não com o 25. Uma *coronis* rematava o texto original, com as palavras “Evangelho segundo São João”.

Está claro que um escriba qualquer rasurou esses dados, acrescentando – quem sabe a conselho de quem – o versículo 25: “Há além disso muitas outras coisas que Jesus fez. Se se escrevessem uma a uma, penso que nem todo o mundo bastaria para conter os livros que se escreveriam”.

Considerando que a caligrafia deste último versículo é a mesma dos parágrafos anteriores, os exegetas das escrituras inclinam-se a crer que o adendo se deveu à iniciativa do próprio calígrafo. Mas por quê? Tê-lo-ia descoberto em outro manuscrito? Alguém sussurrou-o a ele? Possivelmente nunca o saberemos.

Tudo isso, em suma, levou os estudiosos das diferentes Igrejas – em especial a católica – a uma muito interessante conclusão: o capítulo 21 do Evangelho de João pode ser um acréscimo. Um precedente que nos leva a outra não menos inquietante questão: quantos outros adendos, interpolações e falsas afirmações atribuídas a Jesus de Nazaré terão sido “camuflados” nos chamados “Evangelhos Canônicos”? Para mim, muitos. Alguns, obviamente, de extrema gravidade. Apenas isto, repito, poderia explicar os “erros” de João sobre o intrascendente assunto da indumentária de Simão Pedro e do não tão intrascendente acontecimento do “primado”...

E o bom do *sais* – cuja devoção por Jesus estava acima de qualquer dúvida – nadou para a costa, provocando o sorriso do Mestre. É preciso reconhecê-lo. Apesar de suas temíveis maneiras, o tosco galileu amava seu Senhor acima de

seus amigos e parentes. Incompreensivelmente, no entanto, ao atingir a margem, Simão parou. E, ofegante, permaneceu imóvel como uma estátua, com o olhar dividido entre o Ressuscitado e a fogueira.

A princípio não fui capaz de explicar a mim mesmo esse estranho comportamento. Atribuí-o ao pasmo – talvez ao medo –, ao ver-se face a face com Jesus e a tão curta distância dele. Mas não. Ao que parece – e como me confessaria pouco depois –, a razão de tão súbita “paralisia” fora outra. Ao ver o fogo, o temperamental galileu não pudera evitar a lembrança de suas negações no pátio do palacete de Anás. E por espaço de alguns minutos sentiu-se novamente oprimido e acovardado. Por sorte sua, aquele negro pensamento se dissiparia com a atracação das embarcações.

Às 7h30, a um passo da margem, as tripulações lançaram as pedras e saltaram na água. É curioso. Nenhum deles preocupou-se com a rede. Os nove, intrigados com o comportamento de Pedro, foram aproximando-se da praia e detendo-se junto ao *sais*.

Desfrutei o “espetáculo”. Por espaço de vários minutos, ninguém fez nem disse coisa alguma. A maioria reconheceu prontamente o Ressuscitado. E, tal como acontecera comigo mesmo, os rostos passaram da surpresa ao medo. Só a face de João se iluminou. Alguns chegaram até a recuar. O silêncio era pesado. Significativo. Com um olhar capaz de perfurar o aço, o Mestre foi escrutando cada um de seus homens. Mas tampouco falou ou fez qualquer gesto. Nesse crítico momento, João Marcos apareceu no alto das escadas. Desceu alguns degraus, até onde eu me encontrava. Saudou-me e, com sua costumeira candidez, perguntou que era “que acontecia lá embaixo”. Calado, esperei sua reação. Rápido nos reflexos, não tardou a intuir que “algo” ocorria a nossos pés. Acomodou-se a meu lado e, com o dedo indicador esquerdo, foi contando os pescadores.

– Onze?

Olhou-me surpreso. Tive de esforçar-me para não sorrir. Então reiniciou a contagem – dessa vez em voz alta – e, ao chegar a idêntico resultado, sua face transfigurou-se. Pôs-se em pé e, dando um salto, exclamou fora de si:

– É o Mestre!

Em um abrir e fechar de olhos, ao risco de sofrer uma perigosa queda, o benjamim “voou”, literalmente, sobre os últimos degraus e correu como uma lebre até a fogueira. Em seu maravilhoso aturdimento, tropeçou nas pedras e caiu de bruços. Mas não sei se chegou a tocar a areia. Ergueu-se e, quase engatinhando, foi estatelar-se contra as pernas do Ressuscitado. Abraçado a elas, entre lágrimas, soluços e um riso nervoso, dizia e repetia:

– Meu Senhor e meu Mestre!

No fundo, a cena era tragicômica. Novamente, o “menino de recados” lhes havia ganho a partida. Os dez, abismados, pareciam estátuas de sal.

Por fim, Jesus tomou João Marcos pelos braços e o obrigou a erguer-se. O benjamim, radiante, afundou seu rosto no peito do Gigante. Creio que pela primeira vez experimentei uma sã inveja. Confesso: em mais de uma oportunidade eu teria gostado de imitar o filho dos Marcos. Além disso, que excelente ocasião para checar a frequência cardíaca daquele “corpo”!

O Mestre agitou carinhosamente os revoltos cabelos do menino e, descontraído, disse:

– João, estou contente de voltar a ver-te na Galiléia, onde poderemos ter uma boa conversa. Fica conosco para o desjejum.

E, dirigindo-se aos petrificados discípulos, ordenou:

– Trazei vosso pescado e preparai alguns para o nosso desjejum. Temos fogo e muito pão.

Pão? Aquilo era novo. De fato, para minha surpresa, junto aos restos do feixe de lenha, estavam – meticulosamente empilhadas – seis grandes pães brancos redondos. De onde haviam saído? Não me lembrava de havê-los visto durante nossa conversa. João, em seu Evangelho, tampouco faz alusão a tão enigmática presença do pão, ou porque não reparou nele ou porque ao desembarcar, supôs que alguém de sua casa o havia trazido. O certo, porém, é que nenhum dos habitantes da casa de João Zebedeu – nem sequer a Senhora – chegou a ver o Mestre, à exceção, naturalmente, de João Marcos e dos íntimos. Ainda hoje continuo perguntando-me como apareceram tais pães na praia. A única resposta – tanto para a lenha quanto para os pães – é tão incrível que prefiro esquecê-la...

Animados pelas palavras do Ressuscitado, os discípulos conseguiram sacudir o aturdimento e, trocando palavras em voz baixa, voltaram sobre os seus passos e arrastaram a rede para terra firme.

Como eram diferentes as maneiras daqueles homens na presença de Jesus! Enquanto permaneceu com eles não escutei uma só praga, nem sequer uma palavra dita em tom mais alto.

Pedro também saiu do seu torpor. Mas, em lugar de juntar-se aos seus companheiros, caminhou ao encontro do rabi. Caiu de joelhos a seus pés e, abrindo os braços, exclamou com aquele vozeirão que o caracterizava, agora quebrado pela emoção:

– Meu Senhor... e meu Mestre!

Jesus nada disse. Mas, ao sorrir-lhe e obrigá-lo a levantar-se, retribuiu com acréscimos a emotiva manifestação de seu impulsivo e volúvel amigo. Depois, dando umas suaves e amorosas palmadas nas costas molhadas do *sais*, incitou-o

a concluir o trabalho. Simão caminhou prontamente para a margem e foi ajudar na tarefa de arrasto do *jerem*.

Aberto o copo, dezenas de tilápias e barbos estremeceram, saltaram e ziguezaguearam, provocando a hilaridade, o bom humor e uma ou outra exclamação descontraída, mas sempre contida, dada a presença do Mestre. Tiago e Simão Pedro, como “chefes” de grupo, fizeram a classificação – por espécies e tamanhos – do produto da pesca.

Além de uma infinidade de peixes de dimensões reduzidas, o *jerem* continha 135 tilápias e 18 barbos de um respeitável peso. Todos eles foram meticulosamente alinhados na areia, para facilitar sua contagem.

Não sei se o acaso existe. Faz tempo que duvido. O fato é que, ao somar os peixes, tanto por espécies como globalmente, o dígito final era sempre o mesmo: 9 ($153 = 1 + 5 + 3 = 9$, $135 = 1 + 3 + 5 = 9$, $18 = 1 + 8 = 9$). Aquela cifra, 9, ou 999) trouxe-me à memória as instigantes vinculações do 9 com a vida de Jesus de Nazaré.

Os peixes siluros – considerados “impuros” pela lei – foram atirados ao *yam*. Algumas das tilápias eram realmente esplêndidas: alcançavam os 40 centímetros de comprimento e entre 1,5 e dois quilos de peso aproximadamente. Sua preponderância sobre os barbos não tinha nada de singular. A melhor época para sua captura era justamente aquelas: do inverno à primavera. Quando as águas do lago esfriam, as tilápias concentram-se em grandes bancos, buscando refúgio e alimento na costa nordeste. A partir de abril e maio – com o progressivo aquecimento do *yam*, esses bancos desintegram-se e as tilápias, aos pares, dirigem-se às desembocaduras dos rios da costa oriental, especialmente à pequena enseada do Zaji. Os pescadores, então, mudavam a técnica, empregando outro tipo de rede: a *qela* (um aparelho individual de seis a oito metros de diâmetro, conhecido hoje como tarrafa). Se a aparição de Jesus se tivesse registrado umas semanas mais tarde, aquela vultosa pesca não teria sido possível.

Agarrado ao braço direito do Mestre, João Marcos mostrou-se encantado com o sucesso da pesca. Levou Jesus para junto das fileiras de peixes e mostrava a maior alegria diante dos exemplares mais espetaculares. Ao chegar ao lado de uma das tilápias – uma fêmea, a julgar pela sua cor cinza-parda –, o Ressuscitado ajoelhou-se junto dela. Agonizante, a tilápia abria e fechava a boca intermitentemente. Jesus tomou-a em suas mãos e mostrou-a ao benjamim. A tilápia defendeu-se, serpenteando. O rabi, em silêncio, colocou a palma da sua mão esquerda sob a cavidade oral da tilápia e esta, sob o olhar assombrado do menino, expeliu um punhado de minúsculas crias. (Neste tipo de peixe, após a eclosão dos ovos, os pequenos permanecem na boca da mãe até que sejam

capazes de nadar e cuidar de si. Em caso de perigo são expulsos pela fêmea, retomando à boca da mãe uma vez superado o perigo.) E o Senhor, enternecido, aproximou-se do lago e devolveu mãe e crias às águas. João Marcos aplaudiu o gesto de seu ídolo.

Concluídas a recontagem e a classificação, a metade das tilápias e dos barbos (a maioria “de cabeça longa”, ou *barbus longiceps*, ou “de grandes escamas”, ou *barbus canis*) foi para o fundo do barco de Pedro. O resto ficou armazenado na embarcação de Tiago. Duas horas mais tarde, o pescado seria vendido no cais de Nahum. E do produto, como estabeleciam as velhas leis da pesca no Kennereth, 40% da venda ficariam em poder dos donos dos barcos e dos aparelhos: os Zebedeu e André e Simão Pedro, respectivamente. Os 60% restantes eram divididos entre os tripulantes. Além disso, Tiago e Pedro, na qualidade de *sais* ou “guias”, recebiam outras duas partes cada um. Os gêmeos, como remendadores, uma parte e meia e, por último, os remadores e puxadores, uma única parte.

Por expresso desejo do Ressuscitado, João Marcos escolheu sete lindas tilápias. E, enquanto os galileus lavavam as redes, o rabi cuidou da preparação do fogo. Escolheu uma pedra de basalto de regular tamanho, com a superfície relativamente plana, e carregou-a até o centro da fogueira. As línguas de fogo retorceram-se e Jesus, sentindo o roçar das chamas, recolheu os braços num gesto instintivo de defesa. Não posso afirmá-lo mas quase juraria que chegou a queimar-se.

Felipe e os gêmeos, ao perceberem a atividade de Jesus, aproximaram-se com a intenção de ocupar seu lugar. Jesus, porém, não lhes permitiu. E a fogueira, achatada, começou a envolver os flancos da pedra, aquecendo-a. Jesus pediu a Tiago uma das longas facas que estavam no menor dos barcos, foi para a borda do lago com os peixes, arregaçou as mangas e, habilmente, foi decapitando-os e retirando-lhes as entranhas. Uma vez lavados os peixes, voltou para junto do fogo e esperou que a improvisada grelha alcançasse a temperatura adequada.

Minutos mais tarde, as apetitosas tilápias já estavam sendo assadas sobre a escura pedra, destilando uma succulenta gordura e um excelente aroma que não passou despercebido aos famintos galileus. Os aparelhos foram afinal estendidos na praia e os homens, esfregando as mãos de satisfação, rodearam o diligente “cozinheiro”. Servindo-se da estreita faca, o Mestre pôs o máximo de cuidado no seu improvisado trabalho, ora mudando os peixes de posição, ora comprimindo-os para extrair deles um máximo de gordura.

Assados os peixes, Jesus, com os olhos lacrimejantes devido à fumaça, fez sinal aos seus amigos para que se sentassem. Obedecendo ao costume, os

gêmeos já se preparavam para servir quando Jesus interveio:

– Não, vós também deveis sentar-vos. João Marcos o fará. O menino, feliz, distribuiu os peixes, enquanto Jesus se encarregava de partir o pão. Quando o menino terminou também a distribuição do pão e todos já estavam servidos, o Ressuscitado ordenou a João Marcos que se acomodasse na areia e depois foi sentar-se entre os gêmeos, fechando o círculo.

Durante uns dois ou três minutos ninguém falou. A fome, creio, era mais forte do que a curiosidade. Como sempre, lentos de reflexos, a maioria não se deu conta de um pequeno e aparentemente nada substancial detalhe. Jesus, sentado à turca, era o único que não comia. Sobre um dos pães, aberto, restavam ainda várias porções de tilápia mas o rabi não parecia disposto a acompanhar seus amigos no desjejum. Aquilo me intrigou. Por fim, Judas de Alfeu, um dos gêmeos, solícito como sempre, ergueu-se, apanhou a porção que sobrava e ofereceu-a ao Mestre. Os semblantes endureceram. Ninguém havia tido a cortesia de servi-lo. O Ressuscitado, com ambas as mãos, acariciou as espessas barbas do rapaz mas recusou sua parte. Sim, era muito estranho. Por que Jesus rejeitava alimentos? Será que aquele enigmático “corpo” não estava preparado para isso? Minhas dúvidas se veriam relativamente dirimidas horas depois...

O “incidente” tornou mais pesado o mutismo geral. Com os olhos baixos, os discípulos apressaram-se a terminar o desjejum, e só o que se ouviu foi um ou outro sonoro arroto. Naturalmente foi Jesus, uma vez mais, quem rompeu o gelo, fazendo piadas sobre o mergulho de Simão Pedro e seu pouco estético ventre. As risadas surgiram de novo, e, por espaço de meia hora, entretiveram-se em recordar velhos fatos e experiências, muitos deles vividos ali mesmo, no lago. Jesus ria abertamente, feliz. No meio da conversa soltou sua sandália direita e sacudiu-a, livrando-a de alguns grãos de areia mais grossos que decerto o molestavam.

Pelas nove horas a conversação decaiu. E o Mestre, levantando-se, fez sinal a João Zebedeu e a Simão Pedro para o acompanharem. A face do Ressuscitado tornou-se grave. Os demais, acostumados àquelas mudanças de atitude do Mestre, permaneceram sentados ao redor do fogo.

Ladeado pelos dois homens, Jesus caminhou lentamente pela orla do lago, em direção à desembocadura do Jordão. Em dado momento, passando o braço esquerdo sobre os ombros de Zebedeu, perguntou-lhe:

– João, tu me amas?

O discípulo, que, evidentemente, não esperava semelhante pergunta, apressou-se a responder:

– Sim, Mestre!... De todo coração!

E o Ressuscitado, diante do olhar surpreso dos galileus, disselhe com

veemência:

– Então, renuncia à tua intolerância e aprende a amar aos homens como eu te tenho amado. Consagra tua vida a demonstrar que o amor é a maior coisa que há no mundo. É o amor de Deus que conduz os homens à salvação. O amor é a bondade espiritual e a essência da verdadeira beleza.

Voltando-se para o rude Pedro, e atravessando-o com aquele seu olhar de falcão, formulou-lhe a mesma pergunta:

– Pedro, tu me amas?

O *sais*, com seus olhos como luas, apressou-se a satisfazer ao cabalístico Mestre:

– Senhor, sabes que te amo com toda a minha alma!

– Se me amas – tornou com um acento de tristeza – alimenta minhas ovelhas...

Incontido, como sempre, o pescador quis replicar. Mas o Ressuscitado, selando os lábios do galileu com sua mão esquerda, prosseguiu:

– Não regateies teu ministério aos fracos, aos pobres e aos jovens. Prega o Evangelho sem temor nem preferências. Não esqueças que Deus não faz exceções. Serve a teus contemporâneos como eu te servi. Perdoa aos homens como eu te tenho perdoado. Deixa que a experiência te demonstre o valor da meditação e o poder da reflexão inteligente.

Creio não estar enganado se afirmo que naquele instante Simão quase não entendeu as recomendações do rabi. Em especial a última frase. Poucos metros mais além, o *sais* foi surpreendido por uma segunda e idêntica pergunta:

– Pedro, amas-me realmente?

Aturdido, com a boca aberta, Simão necessitou de uns segundos para refazer-se. Por fim, em tom persuasivo, afirmou:

– Sim, Senhor, sabes que te amo.

– Cuida bem de minhas ovelhas. – Parecia que o Mestre não havia escutado a resposta. – Sê um bom pastor para o meu rebanho. Não traias a confiança que tenho em ti. Não te deixes surpreender pelo inimigo. Está sempre vigilante. Vigia e reza!

O confuso discípulo permaneceu cravado na areia, enquanto Jesus e João se distanciavam alguns metros. Mas o Gigante voltou-se para o pescador e pela terceira vez propôs-lhe a mesma questão:

– Pedro, amas-me verdadeiramente?

Simão baixou a cabeça, entristecido. Não era muito difícil adivinhar seus tumultuados pensamentos. As negações na casa de Anás, em Jerusalém, deviam estar ressurgindo implacáveis em seu atormentado coração. Jesus aguardou. E o *sais*, vencendo a tristeza e mostrando seu aborrecimento, gritou:

– Conheces todas as minhas coisas, Senhor!... Portanto, sabes que em realidade te amo!

E o Ressuscitado, autoritário, ordenou-lhe:

– Alimenta minhas ovelhas!... Não abandones o rebanho! Serve de exemplo e inspiração a todos os teus companheiros pastores!... Ama ao rebanho como eu fiz contigo! E segue-me!... Segue-me até o fim!

Estas recomendações foram acompanhadas de bruscos e sucessivos movimentos afirmativos de cabeça por Pedro. O rabi já se dispunha a retomar a caminhada quando, em outro de seus irrefletidos repentes, Simão apontou para João perguntando:

– Se eu te seguir, este o que fará?

Jesus olhou para ele com benevolência. O fioso e primário *sais* não havia captado o sentido de suas palavras. E com infinita paciência respondeu-lhe:

– Não te preocupes com o que façam teus irmãos. Se eu quiser que João permaneça aqui e que tu partas, até que eu volte, que te importa?

Avançou uns passos até chegar a meio metro do galileu e, pousando as mãos em seus ombros, concluiu com firmeza:

– Cuida apenas de seguir-me!

É paradoxal. As palavras de Cristo, uma vez mais, seriam pessimamente interpretadas. Quase todos acreditaram que aquele “até que eu volte” significava um seguro e iminente retorno do Mestre, que ultimaria, então, a definitiva instalação do Reino na Terra. Alguns, incluindo Pedro, qualificaram o assunto de “profético”, dando como certo que João não morreria enquanto não ocorresse o retorno de Jesus. E digo que é paradoxal porque, graças a esse mal-entendido, Simão, o Zelote recuperaria o ânimo perdido e se reintegraria ao grupo poucas horas mais tarde. João Zebedeu, ao contrário, segundo o que ele próprio escreveu no versículo 23 de seu último capítulo, mostra haver captado a intenção do Mestre.⁶⁹

Jesus deu por concluído o breve passeio, pedindo aos desconcertados Pedro e João que avisassem seus irmãos para se reunirem com ele.

André e Tiago de Zebedeu abandonaram o grupo. Os demais, atingidos pela curiosidade, bombardearam Pedro e João com toda sorte de perguntas. João não abriu a boca. Pedro, ao contrário, adotando um tom solene, revelou-lhes a “profecia”. O mais jovem dos Zebedeu enrubesceu e, incapaz de conter a verborréia de Simão, limitou-se a negar com a cabeça. Mas foi uma negação tão vaga que nenhum dos presentes levou-a em consideração.

A partir desse momento, como bem diz o evangelista, as absurdas e falsas idéias sobre o “retorno” do Mestre e a quase “imortalidade” de João se propagariam irrecorivelmente. Muito astuto, o *sais*, que aspirava no íntimo a

chefiar o grupo apostólico, silenciou a tríplice pergunta do rabi. Aquela insistência de Jesus poderia ter levantado comentários e uma incômoda suspeita... Evidentemente, a atual imagem de Pedro, transmitida por seus discípulos e sucessores, dista muito da primitiva e autêntica realidade.

Também André e Tiago acompanharam o Senhor pela orla do lago. Transcorridos uns minutos de embaraçoso silêncio, Jesus falou assim ao ex-chefe dos discípulos:

– André, tens confiança em mim?

O introvertido irmão de Simão deteve-se. Talvez, como Tiago, não esperasse uma pergunta tão aparentemente deslocada. E com muita calma respondeu:

– Sim, Mestre, tenho absoluta confiança em ti... e tu o sabes.

O Ressuscitado sorriu-lhe satisfeito.

– André, se tens confiança em mim – tornou Jesus, tocando em um dos graves defeitos do galileu –, tem mais confiança em teus irmãos e, sobretudo, em Pedro...

André, baixando o olhar, aceitou de bom grado a sutil reprimenda. Jesus sabia ler muito bem nos corações daqueles homens.

– ... Antigamente – prosseguiu em tom amistoso – dei-te sua direção. Agora é preciso que lhes dês confiança, enquanto te deixo para ir ao Pai. Quando teus irmãos se dispersarem por causa das perseguições, sê um sábio e previdente conselheiro para Tiago, meu irmão de sangue, já que terá de suportar uma carga pesada demais para sua experiência. Depois continua tendo confiança. Não te faltarei! E por fim ele virá junto a mim.

Aquelas, em minha humilde opinião, foram de fato palavras proféticas. A morte de Tiago, o irmão carnal de Jesus, dar-se-ia trinta e dois anos mais tarde, e as sangrentas perseguições dos cristãos, por parte de Nero, em 64, após o incêndio de Roma.

Depois, voltando-se para o frio e distante Tiago de Zebedeu, formulou-lhe a mesma pergunta:

– Tens confiança em mim?

O pétreo rosto do *sais* não se alterou. Mas sua voz, repousada e firme, denunciou o grande afeto que devotava a Jesus.

– Sim, Mestre, de todo coração...

– Tiago, se é certo que tens confiança em mim, deverias ser menos impaciente com teus irmãos...

Tiago não pestanejou. O rabi tinha toda razão. Mas, demasiado orgulhoso para admiti-lo, sustentou o desafiante olhar do Ressuscitado.

– ... Se realmente desejas desfrutar minha confiança, isso te ajudará a ser

melhor para com a irmandade dos que crêem.

A irresistível luz daqueles olhos venceu finalmente a audácia de Tiago, que, inclinando a cabeça, assentiu em silêncio.

– ... Aprende a pensar nas conseqüências de tuas palavras e atos. Recorda que a colheita é obra da sementeira. Reza pela tranqüilidade de espírito e cultiva a paciência. Com fé viva, essas graças te sustentarão quando chegar a hora de beberes o cálice do sacrifício. Não temas nunca. Quando tiveres acabado na Terra virás morar junto a mim.

Nova e dramática “profecia”: “... quando chegar a hora de beberes o cálice do sacrifício.” Tiago morreria catorze anos depois...

Diversamente de Simão Pedro, seu irmão André e Tiago muito impressionados pelas palavras de Cristo –, aceitaram guardá-las em segredo. Simplesmente, caíram no mais impenetrável mutismo.

Os chamados a seguir foram Tomé e Bartolomeu. E o Ressuscitado, passando os braços amigavelmente por cima de seus ombros, afastou-se da fogueira. Que adorável estampa a daquele Gigante caminhando entre os rudes e modestos galileus como o mais fiel dos camaradas!

– Tomé, tu me serves?

Educado e analítico, o discípulo, sem saber muito bem que queria o Mestre dizer com tão singular pergunta, respondeu com certo medo:

– Sim, Senhor... Sirvo-te agora e sempre.

– Se queres servir-me – disselhe ao mesmo tempo em que o estreitava contra seu flanco direito –, serve a teus irmãos mortais como eu te tenho servido. Não te canses de trabalhar nesse sentido e persevera, já que recebeste ordem de Deus para este serviço de amor. Ao terminar na Terra servirás comigo na glória. Tomé, tens de deixar de duvidar. Faz crescer tua fé e teu conhecimento da Verdade! Se o desejares, crê em Deus como um menino, mas não ajas infantilmente...

E, após uma pausa, alentou-o com veemência:

– Tem coragem! Sê forte na fé e no Reino de Deus!

Tomé também guardou estas coisas em segredo. Bartolomeu (Natanael) ouviu a mesma pergunta:

– Tu serves a mim?

– Sim, Mestre, com total entrega.

– Se me amas de todo coração – continuou Jesus –, esforça-te por trabalhar pelo bem-estar de meus irmãos terrestres. Une a amizade a teus conselhos e junta o amor à filosofia. Serve a teus contemporâneos como eu te servi. Sê fiel aos homens, do mesmo modo que velei por ti. Não sejas crítico e espera menos de alguns homens. Assim tua decepção será menor. Ao final de teu trabalho na

Terra servirás em cima, comigo.

Aqueles breves mas acertados conselhos a cada um de seus discípulos recordaram-me a despedida pessoal na chamada “Última Ceia”. As duas situações seriam omitidas pelos evangelistas. Quando chegou a vez de Mateus Levi e Felipe, o intendente, Simão Pedro, desarmado ante o férreo silêncio geral, foi apagando-se como uma candeia. E cada qual se isolou em suas reflexões.

O piadista do grupo – Felipe – parecia haver perdido seu habitual e elogiável senso de humor. Fatigado e com olheiras, devido aos rigores do trabalho da noite no *yam*, deu-me a sensação de que estava a ponto de cair no sono.

– Felipe, me obedeces?

– Sim, Senhor, te obedecerei ainda que à custa de minha vida.

Sem poder evitá-lo, bocejou ruidosamente. O Mestre, paciente para com o honesto ainda que pouco espiritual galileu, aguardou que o discípulo recuperasse uma certa compostura. Depois, apontando para o leste, disselhe algo que marcaria seu destino:

– Se queres obedecer-me, vai ao país dos gentios e proclama o Evangelho.

O intendente seguiu a direção apontada pelo dedo do Mestre. Apesar disso, creio que não o compreendeu de todo. O país dos gentios? A que nação se referia o Mestre?

– ... Os profetas disseram que mais vale obedecer do que sacrificar. Pela fé, conhecendo Deus, és um filho do Reino. Só há uma lei a observar: difundir o Evangelho. Deixa de temer os homens! Não te assustes quando pregar a boa nova da vida eterna a teus semelhantes que se debilitam nas trevas e que têm sede de luz e de verdade!

Extenuado, Felipe escutava sem assimilar. De súbito, porém, quando ouviu a palavra “dinheiro”, seu atordoamento passou.

– ... Não te ocupes mais do dinheiro – concluiu Jesus –, nem das provisões. De agora em diante, do mesmo modo que teus irmãos, estás livre para anunciar a boa nova, serviço em que te precederei e acompanharei até final.

Com um sorriso de alívio, Felipe retornou para junto do fogo. Mateus Levi, o antigo “arrecadador” de impostos, um dos homens mais sérios e íntegros do grupo, aguardou sua vez com ardente curiosidade.

– Teu coração, Mateus, está disposto a obedecer-me?

– Sim, Senhor – replicou o discípulo serenamente –, sou inteiramente devotado à tua vontade.

– Então, se queres obedecer-me – ordenou-lhe o Ressuscitado –, vai ensinar a todos os povos o Evangelho do Reino. Não proporcionarás a teus irmãos as coisas materiais da vida. Em vez disso, proclamarás a boa nova da saúde e da

salvação espiritual. A partir de agora, não terás outro objetivo que o de executar o mandamento de pregar este Evangelho do Reino do Pai. Como eu tenho seguido na Terra a vontade do Pai, tu cumprirás também tua missão divina...

Jesus colocou ênfase especial nessas três últimas palavras: "... tua missão divina."

– ... Lembra-te de que judeus e gentios são todos teus irmãos. Não tenhas temor de homem algum quando proclamares as verdades salvíficas do Evangelho do Reino dos Céus. Lá para onde eu vou, tu irás logo.

Os dois últimos com quem o Ressuscitado dialogou naquela manhã foram os dóceis e cândidos gêmeos.

– Tiago e Judas – perguntou-lhes conjuntamente –, credes em mim?

A resposta foi pronta:

– Sim, Mestre, cremos.

Jesus contemplou-os com ternura. Não cabia dúvida: apesar de sua curta capacidade intelectual, os de Alfeu o idolatravam. Jesus sorriu-lhes e eles, contagiados daquele imenso afeto, precipitaram-se sobre o rabi e o abraçaram.

– Muito breve vou deixar-vos – disselhes Jesus com doçura e como se temesse magoá-los. – Já vistes que o fiz fisicamente.

Seu delicado tato não evitou que os irmãos, pressentindo sua partida, rompessem a chorar. Emocionei-me. O Gigante tentou infundir-lhes ânimo:

– Estarei pouco tempo em minha forma atual, antes de ir ter com o Pai...

Sua atual forma? Aquilo me interessou sobremaneira. Mas o Ressuscitado afastou o interessante assunto:

– Crede em mim. Sois meus discípulos e sempre o sereis. Segui crendo quando eu tiver partido e recordai sempre vossa associação comigo. Até quando regressardes a vosso antigo trabalho. Não deixeis jamais que a mudança de atividade influa em vossa obediência. Tende fé em Deus até o fim dos vossos dias terrestres. Não esqueçais que sois filhos de Deus pela fé e que todo trabalho honrado é sagrado para o Reino. Nada de quanto faça um filho de Deus pode ser desprezível. Portanto, fazei agora vosso trabalho como se fosse para Deus. Quando houverdes acabado neste mundo – Jesus levantou o rosto para o azul do céu – tenho outros melhores, onde trabalhareis também para mim. Nesta obra, neste e em outros mundos, trabalharei convosco e meu Espírito viverá em vós.

Também aquelas frases tinham caráter profético. Mas, claro, eu não soube interpretá-las naquele momento.

Pelas dez horas, em companhia dos angustiados gêmeos, Jesus de Nazaré retornou junto aos seus pensativos homens. Pediu dois voluntários para irem em busca de Simão, o Zelote, com o apelo de que se unisse de novo ao grupo. André e Pedro prometeram trazê-lo no mesmo dia. Logo depois, em pé, a uns dois

metros do círculo formado pelos galileus, de costas para o lago, o Mestre despediu-se com as seguintes palavras:

– Adeus! Até que eu volte amanhã para todos, à hora sexta, na montanha da vossa ordenação.

Nem os pescadores, nem nós, poderíamos explicar satisfatoriamente o que ocorreu em seguida. As palavras são supérfluas. Nem a tecnologia nem todo o saber do século XX poderiam esclarecer como se deu semelhante desaparecimento. Simplesmente, Jesus – ou o que fosse – deixou de “estar”. Aniquilou-se? Nem pensar. De repente, insisto, os galileus, o “olho de Curtiss” e eu deixamos de vê-lo. Dissolveu-se sem ruído, sem rastro, sem centelhas, sem a implosão que logicamente deveria ter provocado. Nada!

Nessa tarde, ao reunir-me com meu irmão e comentar com ele os incríveis acontecimentos do dia, o assunto da possível “desmaterialização” da forma humana (?) do Ressuscitado conduziu-nos a uma longa, complexa e, ao final, vã discussão. Ainda aceitando a difícil hipótese de uma aniquilação da matéria (porque aquele corpo estava formado de átomos), como admitir que a desintegração não houvesse causado um holocausto termonuclear na região?²⁰ Se o corpo tivesse sido “liquidado”, seguindo um hipotético processo de fissão nuclear, o lago haveria desaparecido do mapa... Portanto, tal desintegração não é sustentável desse ponto de vista. A partir daqui, só podemos especular, invadindo o terreno da ficção científica.

Teria o corpo de Jesus podido “viajar” a uma velocidade próxima à da luz, sem necessidade de mover-se nem de emitir energia radiante, mecânica ou térmica? Para começar, deveríamos perguntar-nos o que entendemos por “viajar”. Nós, para não ir mais longe, com a manipulação dos *swivels*, o estávamos fazendo, e de uma forma “fantástica” para muitos. Poderíamos imaginar uma hiperagitação, ao nível atômico, que, aumentando progressivamente de velocidade, levasse cada uma das subpartículas do corpo do Filho do Homem a um processo de oscilações vibratórias com velocidades similares à da luz? É difícil, eu sei, mas não serei eu quem refute tal possibilidade.

Continuando com esta “suposição”, teríamos que, no momento da conversão da matéria em luz, a massa, que iria aumentando até valer uma vez e meia seu valor original, passaria bruscamente a zero, ao transformar-se em energia “lumínica”.²¹ Mas, atenção!, esta “energia lumínica” jamais poderia ser como a do Sol. Fosse assim, tudo a seu redor teria ficado destruído.²²

Que tipo de energia lumínica poderia ser essa? (Uma energia, além do mais, invisível ao olho humano. Como já mencionei, ninguém, na ocasião, foi capaz de perceber o menor brilho, resplendor ou labareda.)

Bem, não temos resposta... Este é um dos momentos nos quais a Ciência deve admitir, com humildade, que “não conhece, não sabe, não compreende... mas aconteceu”.

Eliseu lembrou uma segunda teoria. Teria o “corpo” desaparecido em consequência de uma súbita e maciça emissão de raios infravermelhos, ultravioleta ou de qualquer outra natureza, por cima do espectro visível? É aceitável como hipótese de trabalho, mas tão difícil de verificar como a da possível radiação lumínica de origem desconhecida.

A Operação Cavalo de Tróia, é bem verdade, estava utilizando a emissão IR para proteger-nos e camuflar o módulo e o “olho de Curtiss”. No entanto, da simples camuflagem de uma máquina à “criação” de semelhante fonte energética no interior de um organismo vivo há todo um abismo...

Lamentei não haver utilizado a “teletermografia” localizada na “vara de Moisés”. Talvez houvesse resolvido a incógnita. Mas tudo fora tão rápido e imprevisto...

Nem Eliseu nem eu éramos fáceis de derrotar. Se o Ressuscitado cumprisse sua promessa – sempre as cumpriu –, na manhã seguinte, ali pelas 12 horas, poderíamos dispor de uma nova e insuperável ocasião para “checar” o revolucionário “corpo”. A propósito, qual era a montanha designada para a segunda aparição no lago?

O termo não se ajustava à realidade. Nos arredores do Kennereth não existe uma só “montanha”. Apenas cerros, colinas, montes. Mateus, em seu Evangelho, fala de um “monte”. Mas a pista é nebulosa: “Por sua parte, os onze discípulos partiram para a Galiléia, ao monte que Jesus lhes havia indicado. E ao vê-lo o adoraram; alguns, todavia, duvidaram... (28, 16-20). E o que significaria “ordenação”? Poder-se-ia pensar que se tratasse de algum acontecimento dos anos de pregação. Os galileus que interroguei a respeito indicaram o norte de Nahum. Os gêmeos, mais explícitos, marcaram – foi o que me pareceu – a direção da suave elevação na qual assentava-se o “berço”. A coincidência nos manteria em suspenso. Se os onze se aproximassem do “ponto de contato”, não haveria alternativa senão decolar e assentar em outro lugar.

Antes de prosseguir com as peripécias que nos coube viver na jornada de sábado, 22 de abril – uma delas de amarga lembrança –, resisto a deixar de lado “algo” que também tem sua importância e que, pela enésima vez, mostra a contumaz e grave manipulação de que foram objeto as palavras e os atos ligados ao Filho do Homem. Refiro-me às conversas sustentadas por Jesus na manhã daquela sexta-feira, em sua primeira “aparição” no *yam*. O Evangelho de João é o único que as menciona. Ainda que, por amor à verdade, devesse escrever no singular. Esse último capítulo apenas transcreve “a” conversa com Pedro,

acrescentando e omitindo, à vontade do autor.

A que se poderia atribuir essa censura? Que terá movido os evangelistas – em especial Mateus e João – a “esquecer” um acontecimento e umas palavras tão significativos?

É evidente que João censura suas próprias palavras. E idêntica coisa fazem os demais. Por quê? Como já mencionei, esta passagem nos remete à das “despedidas” da “Última Ceia”, igualmente ignoradas pelos escritores sagrados. Que têm em comum?

O motivo salta à vista. Jesus, sempre franco, vai revelando os principais defeitos de cada um dos seus íntimos. Pois bem, se levarmos em conta que a definitiva redação do Evangelho de João pode ter sido concluída na última década do século I, quando a primitiva Igreja iniciava sua consolidação como tal, a resposta não parece disparatada: não interessava depreciar a imagem coletiva e individual do grupo apostólico que, é de supor-se, com seu contato pioneiro com o Mestre havia assumido um caráter “sagrado”.

Muito menos, está claro, a do cabeça e “chefe” espiritual da nascente comunidade Simão Pedro. Este seria executado em 64. Transcrevendo tão-somente – e com os oportunos retoques – a conversação de Jesus com Simão, seu papel de líder ficava notavelmente fortalecido e justificado.

O autor ou autores desse capítulo 21, suponho que involuntariamente, ao “reconstruir” a tríplice pergunta do Mestre, caem em um erro fatal. “Simão de João” – reza o escrito – “amas-me mais que estes?”

Quem quer que conheça minimamente a forma de ser e de comportar-se de Jesus Cristo ao longo de sua vida terrena saberá que o Senhor jamais – jamais – fazia distinções entre os seus. A pergunta, portanto, parece maliciosamente manipulada e disposta com o fim de consolidar o chamado “primado” de São Pedro. E pensar que precisamente este constitui outro dos pontos de apoio de muitos exegetas católicos que defendem a designação de Pedro, por parte do Ressuscitado, como seu sucessor na formação da Igreja!

Ainda que eu espere poder dedicar de futuro algumas linhas mais ao delicado problema de saber se o Filho de Deus quis ou não fundar uma Igreja, como o interpretam os cristãos fiéis, desejo apontar agora um dado que me parece significativo nesse sentido.

Se houvesse desejado a criação de semelhante instituição além de havê-la planejado e erigido Ele mesmo –, Jesus certamente não haveria outorgado sua chefia a um homem das características de Simão Pedro: irrefletido, de caráter inconstante e de uma impetuosidade altamente perigosa.

Na verdade, durante os anos da vida pública de Jesus, o chefe do grupo havia sido seu irmão André. Quanto a Mateus, Tiago, Bartolomeu e o próprio

João, eram elementos mais carismáticos e refletidos do que o rude *sais* de Bet Saida. Se Pedro chegou a ser o que foi – não me cansarei de repeti-lo –, não se deveu à expressa vontade do Mestre, senão às circunstâncias e, como já disse antes, à tácita aceitação de seus companheiros. (E não de todos, por certo.)

Também é possível que a tudo isso se unisse ainda o irreduzível silêncio dos discípulos que conversaram com o Ressuscitado naquela manhã. João e Mateus provavelmente tiveram problemas para manter a discrição perante seus companheiros. Isso, no entanto, não justifica que ambos – testemunhas presenciais – hajam silenciado a realidade dos diálogos por duplas. Mateus Levi, no último versículo de seu Evangelho, parece insinuar parte do que Jesus repetiu durante aquela aparição: “... E eis aqui que eu estou convosco todos os dias até o fim do mundo.”

Certamente não podemos esquecer uma última possibilidade, de que aliás já falei. Se o “Epílogo” do Evangelho de João como parece – é um apêndice, obra de “terceiros”, o Zebedeu, em boa medida, ficaria isento de responsabilidade. Nesse caso, a intenção do ou dos autores do capítulo 21 fica sendo muito mais suspeita...

Mas continuemos com os acontecimentos.

Durante um bom tempo, até que as brasas se consumissem, os dez e mais João Marcos permaneceram em círculo, cabisbaixos e silenciosos. Ninguém, repito, à exceção do impetuoso Pedro, abriu seu coração aos demais.

Meu sinal ao módulo – anunciando o final da operação foi quase desnecessário. Uma vez desaparecido o Mestre, Eliseu providenciou o imediato retorno do “olho de Curtiss”. Então desci lentamente as escadas e me reincorporei ao melancólico e taciturno grupo. Por fim, ali pelas 10h30, André, levantando-se, pôs fim à situação. Nesse momento eu ignorava o que fora falado com o rabi, assim como a ordem de irem à busca de Simão, o Zelote. Por isso mesmo mantive-me em um discreto segundo plano.

Foi João Marcos quem me deu a notícia sobre a anunciada segunda aparição na montanha da ordenação. E, como já disse, ao perguntar a respeito, fui informado de que tal montanha estaria ao norte de Nahum. Minutos mais tarde, salvo João, os gêmeos e João Marcos, os demais embarcavam em uma dupla missão: vender o pescado e localizar o Zelote.

Aceitei o convite de Tiago e, embarcando no menor dos barcos, cruzei aquela zona do lago, rumo ao porto de Nahum. À medida que nos afastávamos de Saidan, um pensamento foi ganhando terreno no meu íntimo. Era duro aceitar, mas assim eram as coisas: uma das pessoas que mais ardentemente haveria desejado ver e ouvir o Mestre, sua mãe, havia ficado à margem.

As duas milhas que separavam ambos os portos foram cobertas sem

contratempos. Atracamos em um dos cais do flanco oeste de Nahum e logo André e Pedro saltaram à terra e se perderam no tumulto da cidade, à procura do deserto.

O pescado foi descarregado e Tiago, como chefe e responsável, foi quem o negociou, obtendo ao final, pelos setenta quilos de tilápias e barbos (umas dezesseis peças foram reservadas para o consumo dos próprios discípulos e de suas famílias), um total de oito denários.

Resmungando pelo que chamou de “roubo e miserável perda de tempo”, o *sais* guardou o dinheiro e aproveitou a breve estada em Nahum para “dar uma espiada” no negócio familiar: o estaleiro. Aproveitei o momento e, após despedir-me das tripulações com um “até logo”, fui para a praça do mercado, com a intenção de regressar à nave.

Tendo em vista a anunciada segunda aparição de Jesus, havia muito que organizar e não podíamos perder tempo. Dessa vez, se a sorte nos acompanhasse, toda a nossa “artilharia pesada” estaria apontada para o enigmático e intrigante “corpo” do Ressuscitado. Os pontos obscuros naquela “forma carnal” eram um excitante desafio. As anteriores leituras do *squid*, dos sistemas ultra-sônicos, teletermográficos e outros – verificadas após a última “aparição” de Jesus no cenáculo –, nos haviam alertado e confundido. Aquele “corpo”, do ponto de vista da mais estrita das interpretações médicas, era “inviável”. Impunha-se, pois, checá-lo, até onde fosse possível.

Se a aparição se registrasse em nossa colina, todo o instrumental do módulo, além do correspondente “olho de Curtiss” e dos dispositivos alojados na “vara”, seria empregado no implacável e rigoroso exame dos tecidos e órgãos internos e externos, da corrente sangüínea, das funções vitais, metabolismo, natureza do sistema nervoso e, claro, na exploração de um dos “capítulos” mais interessantes: o cérebro. Os resultados nos assombrariam...

⁶⁶ Essa passagem de Lucas diz assim: “Estava ele à margem do lago de Genezaré e a multidão se agrupava em torno dele para ouvir a palavra de Deus, quando viu dois barcos que estavam à margem. Os pescadores haviam desembarcado e lavavam as redes. Subindo a um dos barcos, o de Simão, pediu-lhe que se afastasse um pouco da terra; e, sentando-se, pôs-se a pregar à multidão. Quando acabou de falar, disse a Simão: ‘Vogai mar adentro e lançai vossas redes para pescar’. Respondeu-lhe Simão: ‘Mestre, temos estado lutando toda a noite e nada pescamos; mas, se é tua palavra, lançaremos as redes.’ E, fazendo assim, pescaram grande quantidade de peixes, de tal modo que as redes ameaçaram romper-se. Fizeram sinais aos companheiros do outro barco para que viessem em sua ajuda. Vieram, pois, e encheram tanto as duas embarcações que elas quase afundaram. Ao vê-lo, Simão Pedro caiu aos joelhos de Jesus, dizendo: ‘Afasta-te de mim, Senhor, que sou um homem pecador’.” (N. de J. J. Benítez.)

⁶⁷ Boismard, “Le chapitre XXI de Saint Jean. Essai de critique littéraire”, in *Revue Biblique* (LIV, pp. 473-501). (N. do M.)

⁶⁸ Vaganay, “La finale du quatrième évangile”, in *Revue Biblique* (XLV, pp. 512-528). (N. do M.)

⁶⁹ O versículo em questão diz textualmente: “Correu, pois, entre os irmãos a versão de que este discípulo

(João) não morreria. Mas Jesus não havia dito a Pedro: ‘Não morrerá’, mas sim: ‘Quero que permaneça até que eu venha’”. Estas últimas palavras, como acabo de narrar, não foram exatamente as que transcreve o evangelista, ainda que seu sentido viesse a ser o mesmo. (N. do M.)

70 É presumível que se produzisse uma circunstância favorável para que a matéria do corpo do Mestre começasse a vibrar vertiginosamente dentro dos seus próprios limites espaciais, e que essa vibração atingisse uma velocidade próxima à da propagação da luz. Em tal circunstância, a massa do corpo do Mestre perderia suas propriedades como “massa ponderável”, ainda que adquirisse as correspondentes a uma massa inercial de proporções similares às que poderia haver alcançado aquele corpo avançando pelo espaço a uma velocidade próxima à da luz (exatamente a velocidade a que supostamente chegaram a vibrar suas moléculas). Os efeitos cinéticos dessa massa inercial seriam milhares de vezes superiores aos que poderiam produzir-se, considerando a massa do corpo em seu estado normal de vibração molecular (o estado que, em linhas gerais, qualificamos como “de repouso”). A elevadíssima velocidade alcançada por todas e cada uma das moléculas daquele corpo, segundo as teorias de Fitzgerald, tenderia a comprimir a matéria até fazê-la chegar a limites adimensionais, que a subtrairiam de nosso espaço, fazendo-a, portanto, invisível. Nesse instante crítico, ao desaparecer o corpo de Jesus, o volume que ele ocupava no espaço ficaria bruscamente vazio. A criação desse vácuo originaria uma formidável implosão, já que o ar que rodeava o corpo ocuparia rapidamente o espaço vago. O efeito é similar ao estampido do trovão, que é produzido pelo próprio ar que rodeia a coluna de vácuo produzida pela trajetória do raio quando, de todas as direções, afluxa para preenchê-lo e restabelecer o equilíbrio atmosférico. (N. do M.)

71 Lumínico (s.m. fis.) é o “princípio ou agente hipotético dos fenômenos da luz” (Dicionário de Espanhol-Português da Porto Editora, Porto, Portugal). (N. T.)

72 Se a energia houvesse sido igual à do Sol, sua equivalência em watts, na suposição de que houvesse sido liberada ao longo de um segundo, haveria sido de 81×10^{17} watts, quer dizer, 8.100 milhões de gigawatts. (Um gigawatt corresponde a 1 bilhão de watts.) Se a massa do corpo de Jesus houvesse aumentado 1,5 seu valor original, essa energia teria alcançado a monstruosa cifra de 12.150 milhões de gigawatts. Algo difícil de imaginar. Como simples exemplo comparativo, basta dizer que para alcançar uma potência de 10^{10} watts, seriam necessários 100 milhões de bombinhas de 100 watts cada uma. (Esta potência é maior que a fornecida hoje por todas as centrais elétricas norte-americanas juntas.) Até mesmo os processos de fusão nuclear estão abaixo dessa descomunal cifra de 12.150 milhões de gigawatts. Na atualidade precisam de uma potência da ordem de 10^{13} watts. (N. do M.)

22 de abril, sábado

Desta vez foi Eliseu – nervoso e impaciente – quem não conseguiu dormir. Ao despertar encontrei-o com o rosto colado aos painéis de comando, atento aos detectores de radiações infravermelhas e do radar.

Os sensores externos anunciaram a presença, a 50 quilômetros, sobre o Mediterrâneo, de um vento não muito forte (uns 20 km/h) que soprava para o interior do país. Era o conhecido *maarabit*, corrente estival, muito freqüente no *yam* entre os meses de abril e outubro, mas que, naquele sábado, havia madrugada consideravelmente. Em questão de horas penetraria no lago pelo “corredor” formado pelos vales de Bet-Netofa e Arbel. Isso significaria um estimável aumento da temperatura, talvez entre 3 e 7 graus Celsius, e a conseqüente redução da umidade relativa (possivelmente entre 20% e 40%). O dia, portanto, se apresentava ventoso e sufocante, com uma previsão que oscilava entre os 25 e os 30 graus centígrados.

– Você está certo de que a montanha é essa?

Meu irmão o sabia tanto quanto eu. Assim, procurei tranqüilizá-lo, fazendo-lhe ver que tudo era questão de paciência. Chegada a hora sexta, se os onze se encaminhassem a qualquer das elevações dos arredores, o lançamento do “olho de Curtiss” supriria nossa presença. Isso, naturalmente, haveria representado um contratempo. Se a aparição se registrasse longe do “berço”, o emprego do instrumental científico careceria de sentido.

– Mas – insistiu meu companheiro –, como pode você estar tão seguro de que Ele aparecerá?

Sorri para ele. Aquela inquietação me era familiar. Certamente eu não podia estar seguro de nada. Mas minha confiança naquele Homem começava a ser suicida.

– Se Ele disse – sentenciei com uma segurança que ainda me surpreende –, assim será.

Os minutos transcorreram lentamente. Eliseu optou por fazer-me mais perguntas. Seus cinco sentidos se concentraram sobre o quadro e os monitores de controle. Mas, a cada varredura do cinturão IR, o resultado era o mesmo: “presença negativa”.

A partir das nove horas, o espesso silêncio no interior do módulo converteu-se em tormento. De quando em quando nossos olhares se encontravam. Creio que agora compreendo muito bem sua angústia. Eliseu não havia tido a

maravilhosa oportunidade de contemplar Jesus de Nazaré face a face. E ainda que, como eu, não pertencesse e nem simpatizasse com religião alguma, as múltiplas vivências e os prodígios que havíamos observado levavam-no a desejar esse encontro.

Suponho que nossos pensamentos, naqueles duros minutos de espera, foram muito semelhantes. “Onde e como apareceria? Chegaria caminhando por alguma das veredas? Ou se apresentaria de repente, como na praia de Saidan? E nós, que atitude devíamos tomar? Como iniciar as análises?...”

9h15.

Segundo nossos cálculos, faltavam três horas para o momento decisivo. Eliseu, ansioso, dilatou o raio de ação das radiações infravermelhas até quatrocentos pés. A única resposta, como sempre, ficou a cargo dos pássaros.

9h25.

Angustiado pela eletrizante “atmosfera” da cabina decidi descer à terra. Eliseu nem percebeu.

9h30.

De fato, a temperatura ambiente começava a subir. Passeei ao redor da nave, esquadrinhando o horizonte. A solidão na encosta sul da elevação era total. Bandos de pássaros voavam na área das pedras basálticas que cercavam a cripta, alegrando a tórrida manhã com seus trinos e evoluções. No lago, de um azul intenso, barcos sulcavam as águas de Nahum, Kursi e Tiberíades.

“Se este for o ‘monte’ designado por Jesus” – disse-me a mim mesmo –, “o lógico e presumível é que os discípulos subam por qualquer dos caminhos. Mas qual...?”

Absorto nesses pensamentos – de vital importância na hora de mover ou não o módulo –, precisei de uns dois minutos para notar “algo” que de repente inundou a colina. Como o definiria? Foi um silêncio sonoro. Sem mais nem menos deixei de ouvir o trinado dos pássaros. Ergui a vista para o círculo rochoso. Eles haviam de fato desaparecido. Tudo ao meu redor, o zumbido dos insetos e o leve e multicolorido mover das flores, parecia haver morrido. Ou talvez devesse dizer que tudo “dormia”.

Uma estranha sensação de sufocação, acompanhada de um suor frio, invadiu-me de repente. É difícil de explicar. Meus passos, sem que eu o quisesse, me levaram para o lado norte do “berço”. E de repente aquela sensação desapareceu inteiramente, transformando-se em um quase ataque de histeria. Meus joelhos se agitaram e todo o meu ser se convulsionou, fechando-me a garganta.

Quis abrir a conexão auditiva, tentei fazê-lo, mas fui incapaz. De novo, como ocorrera na praia de Saidan, o medo, a agitação nervosa e a surpresa me

fulminaram, convertendo-me em outra pessoa. E de novo os calafrios.

Tateando, sem me lembrar das “crótalos”, procurei localizar as paredes da nave e a também invisível escadinha de acesso. Choquei-me com um dos suportes, fiquei aturdido e estive a ponto de cair por terra. Quando afinal consegui entrar no módulo corri para os painéis de controle. Eliseu, surpreso, viu-me manipular os registros IR. “Meu aspecto” – me diria ele quando tudo aquilo terminou – “era terrível: a sudorese, os olhos esbugalhados e os dedos crispados como ganchos...”

Tal qual eu supunha, o cinturão de segurança – que estava alcançando quatrocentos metros – projetou uma leitura negativa. Não havia ali ninguém! Mas então...

– O que acontece?

A pergunta de meu companheiro ficou no ar. Não era possível! Os sistemas de alerta e detecção deviam ter disparado!

Chequei os circuitos pela segunda vez. Negativo! Então deixei-me cair lentamente sobre o assento de pilotagem. Meus nervos foram relaxando e o nó da garganta se desfez.

– Maldição! Posso saber que diabo está acontecendo com você?

Acho que devo ter olhado para ele com ar estúpido. Com a boca aberta aponte-lhe o exterior da nave. Eliseu, intuindo a razão do meu lamentável estado, saltou de sua cadeira e olhou por uma das escotilhas. Creio que jamais uma exclamação foi tão apropriada:

– Jesus Cristo!

Eram 9h40.

Meu irmão, felizmente, não foi tão tolo como eu. Em uma demonstração de sangue-frio, com uma serenidade que a mim, paradoxalmente, me faltava, permaneceu por alguns segundos atento ao que ocorria no cume da elevação. Depois, voltando-se e lançando-me um olhar luminoso, disse:

– É Ele, não é verdade?

Não pude responder. Aí Eliseu avançou para mim e, sacudindo-me, obrigou-me a recuperar meu autodomínio.

– Calma, rapaz! – E, sorridente e divertido, rematou: – Eu é que devia molhar minhas calças!

Inspirei profundamente. Sacudi a cabeça como quem espanta um pesadelo e, agradecendo no íntimo seu estímulo, ergui-me. Eliseu mandou então que eu olhasse para fora. Não, não havia sofrido nenhuma alucinação. O Gigante estava ali, em pé, no cume da colina, e olhava diretamente para nossa posição. Imóvel, com os braços colados ao corpo, vestia-se da mesma maneira que na véspera.

– E então...?

Era incrível! Apesar da detalhada e escrupulosa planificação desenvolvida com vistas a esse momento, eu não sabia o que fazer nem por onde começar. Faltavam mais de duas horas para o meio-dia. Como explicar semelhante “antecipação”? Estúpido que fui! Só agora compreendo!

– E então, Jasão?

Eliseu aguardava ordens. Mas, incapaz de coordenar meu revolto cérebro, só consegui encolher os ombros. “Como podia aparecer e desaparecer? – me repetia como um autômato. – Como...?”

Meu irmão – sempre estarei em dívida com ele – tomou a iniciativa. Orientou os instrumentos para o Ressuscitado e, deixando o cinturão IR a cargo do Papai Noel, me levou até a escadinha hidráulica. E se não fosse por ele eu teria ido sem a “vara de Moisés”...

A perfumada e luminosa ladeira sossegou-me. Tentei explicar a Eliseu o motivo do estranho silêncio mas na realidade já não importava. Além disso, tudo havia voltado à normalidade: os ruídos, o zumbir dos insetos, o gorjeio das aves...

Com passo decidido, Eliseu tomou o caminho do cume. Eu não saía do meu assombro. Que havia sido feito da sua timidez? Acompanhei-o e ao chegar ao seu lado observei-o de soslaio. Seu olhar parecia magnetizado para o Homem. Pensei distinguir em seu rosto – extremamente pálido – um contido ricto de desafio e desconfiança. Imóvel como uma estátua, o Mestre contemplava-nos de lá de cima. Eu notava a força e o calor dos seus olhos.

A cerca de cinquenta passos, Eliseu parou. Sua face, a tão curta distância do Ressuscitado, mudou bruscamente. A mandíbula retesou-se. Exalou o ar com violência e, sem desviar os olhos da figura do Mestre, exclamou num fio de voz:

– Não posso, Jasão! Tenho medo!

Naquele tumulto de sentimentos e sensações compreendi que era minha vez. O aparentemente sólido ânimo de meu companheiro havia desabado. Compreendi seu estado. E uma poderosa força instalou-se em meu espírito, equilibrando a balança.

– Não posso!...

Nas têmporas de Eliseu brotou copioso suor. Seus lábios, trêmulos, não conseguiam senão repetir aquele lastimoso “não posso!”. Obriguei-o a desviar os olhos para mim e, apontando-lhe o cume, gritei-lhe, numa tentativa de dominar seu pânico:

– Vale a pena!... Esse Homem é o mais sublime que você jamais terá conhecido!

Ele pestanejou, mostrando-se indeciso. Tomei-o pelo braço e o arrastei para as altas árvores que coroavam a elevação. Segundo me confessaria mais tarde,

aqueles últimos metros ele os venceu como um robô, sem poder desviar seus olhos dos do Gigante.

– Tudo era muito confuso, Jasão. O medo do desconhecido me travou. Mas, ao mesmo tempo, algo impelia meu ser (e não precisamente você), desejoso de conhecê-lo... – disse-me mais tarde meu irmão.

A uns cinco metros de distância do Ressuscitado nos detivemos. Nada havia mudado em seu aspecto exterior. Seus profundos olhos cor de mel estavam fixados nos de meu irmão. Vimo-lo que esboçava um lento e compreensivo sorriso e, sem palavras, avançava para nós. Eliseu estremeceu. Mas, deslumbrado ante a majestosa e serena estampa daquele Homem, não se moveu. E o Mestre, usando a borda de sua manga esquerda, ergueu a mão e enxugou o suor que banhava a fronte e as têmporas de meu surpreso amigo. Minha emoção e gratidão foram certamente as mesmas que meu amigo sentiu. Então Jesus, voltando-se para mim, pronunciou em um tom de cálida censura:

– Só nosso Pai, Jasão, é o mais sublime...

A seguir deu meia-volta e foi sentar-se sobre a relva, com o rosto voltado para a distante Nahum. Entreolhamo-nos. Eliseu não podia crer no que acabava de escutar. Quanto a mim, mais uma vez vi-me surpreendido diante do poder daquele Homem.

Chamando-nos por nossos verdadeiros nomes, Jesus convidou-nos a sentar a seu lado. Obedeci de pronto. Meu irmão, ao contrário, mudo e trêmulo, continuou em pé. Seus olhos estavam presos à relva que o rabi acabara de esmagar com os pés. E Jesus, repetindo o convite com ambas as mãos, atalhou os pensamentos de Eliseu:

– Os espíritos, se é o que crês que sou, não esmagam a relva. Também tu – e aqui aparece o verdadeiro nome de Eliseu – deves aprender a confiar. E em verdade vos digo que chegará o dia em que não duvidareis e, do mesmo modo que meus mensageiros de hoje, também vós (de outra maneira, em outro tempo e lugar) proclamareis a boa-nova do reino.

– Nós?

O Mestre (e nem preciso dizer que eu também) alegrou-se ao ouvir a voz de meu companheiro. Com certo receio, Eliseu acabou por acomodar-se à minha esquerda. Jesus contemplou-nos como se faz com duas crianças ansiosas por aprender.

– Por que credes que estais aqui?

A questão colocada pelo Mestre parecia óbvia. Sua interpretação, todavia, nem tanto.

– Digo-vos que nos universos do nosso Pai nada que diga respeito ao domínio do Espírito fica escravizado ao acaso. Tudo é obra do amor, da

sabedoria e da misericórdia.

– Não te compreendemos, Senhor.

O Ressuscitado marcou então com seus olhos a posição do “berço”. Eliseu e eu voltamos a olhar-nos, desarmados.

– ... Quando fordes devolvidos ao mundo e ao momento de onde vindes, uma só realidade brilhará em vossos corações: ensinai a vossos semelhantes, a todos, o que haveis visto, ouvido e vivenciado a meu lado. Sei que, à vossa maneira, terminareis por confiar em mim. Sei também que não temeis os homens nem o que eles possam representar. E que proclamareis minha Verdade. E outros muitos, graças ao vosso esforço e sacrifício, receberão a luz de minha promessa.

Ao ouvi-lo tive a nítida sensação de que sabia do nosso projeto do terceiro “salto” no tempo. Mas penso que devo ser fiel aos acontecimentos e a mim mesmo. Naquele momento, ouvindo suas serenas e também “proféticas” palavras, caí de novo na tentação da dúvida. Ele estava diante de mim. Seu corpo, banhado pelo sol, projetava a natural e correspondente sombra. Ocupava um volume no espaço. Sob seu peso, as flores e a vegetação se haviam dobrado. Sei disso. Tudo parecia normal. Entretanto, não era. Nem podia ser. Aquele “corpo”, como em ocasiões precedentes, havia surgido do “nada”. E isso, científica e racionalmente, era pouco menos do que impossível. Meus pensamentos, subjugados por tanta incerteza, não chegavam a fazer sentido. Tinha de haver uma explicação. Como podia aparecer e desaparecer à vontade em fração de segundo? A física moderna – também sei disso – conseguiu criar (?) matéria a partir da energia.²³ E ainda que as quantidades sejam minúsculas, o caminho é promissor.

Significaria isso que alguém, em alguma parte, adotava o mesmo processo no momento de “formar” o corpo que estava diante de nós? Custa-me muito aceitá-lo. A energia mínima necessária para que surja um par de partículas elementares é de duas vezes a massa em repouso de tais partículas, pela velocidade da luz ao quadrado. (Em outras palavras: 1.02 MeV ou 10⁶ elétrons-volts.) O gasto energético, tratando-se não apenas de um par de partículas, mas de todo um corpo, seria tão brutal que – insisto – no âmbito de “nossa” física é simplesmente inconcebível. Devia haver outra fórmula. Mas qual?

Jesus aguardou que minhas torturadas reflexões chegassem ao inevitável beco sem saída no qual me encontrava. Observou-me com atenção e eu, caindo em mim, enrubesci como um tolo. Tentei desculpar-me. Que absurdo! Por que justificar-me ante um Ser que “lê” os pensamentos e que, sobretudo, é capaz de uma infinita compreensão?

Moveu a cabeça, como diante de um subordinado inajustável. Acertou. Mas, condescendente, aliviou em parte minha obstinação:

– Por que te atormentas?

Eliseu, que logicamente ignorava as dúvidas que me assaltavam naquele momento, fez-me um sinal de cabeça, querendo saber de que se tratava. Não me atrevi sequer a respirar.

– ... Tem fé. Já te disse: também as criaturas a meu serviço têm um “código” – sublinhou essa palavra – que, como vós, não podem profanar. Recorda minhas palavras a Lázaro: “Meu filho, o que te sucedeu ocorrerá a todos aqueles que crêem no Evangelho, mas ressuscitarão sob uma forma mais gloriosa. Eu sou a Ressurreição... e a VIDA! Isto que vedes e podeis tocar – e Jesus estendeu as palmas das mãos – não é fruto de fantasias nem de milagres. Olhai bem! É uma das formas que desfruta toda criatura mortal dos mundos do tempo e do espaço, uma vez vencido o sono da morte...

Meu irmão raciocinou rápido e, com sua invejável espontaneidade, interveio:

– Posso...?

O Ressuscitado, como se esperasse a pergunta, estendeu sua mão direita, a que estava mais próxima de Eliseu, convidando-o a comprovar. Não sei se me ruborizei de novo. Eu não teria sido capaz de semelhante audácia. Mas aquele engenheiro de telecomunicações e perito em computação era uma caixa de surpresas. Ajoelhou-se em frente ao Mestre e, tomando-lhe a mão entre as suas, pressionou, apalpou, acariciou, cheirou, sem o menor pudor, e, diante da divertida expressão do Homem, tomou-lhe o pulso. Dentro de uns dois minutos, pálido como um morto – talvez mais morto do que vivo –, enfrentou o olhar do Ressuscitado.

Eliseu franziu as sobrancelhas, como que buscando uma explicação. Lamentavelmente não havia. Ou, melhor dizendo, tinha de haver, ainda que não estivesse ao alcance de nossas pobres e limitadas mentes. Uma “explicação” que não feria as leis universais da física mas que desconhecíamos. Foi toda uma lição de humildade para a orgulhosa Ciência que acreditávamos representar.

Subitamente, sem palavras – que necessidade havia delas! –, meu companheiro inclinou-se e beijou a mão que retinha e que acabava de examinar. Foi instantâneo. E devo registrá-lo, pelo que foi e pelo que representa. Os olhos de Jesus umedeceram-se. Santo Deus! Aquele Ser era capaz de emocionar-se. Agora, minha estranheza parece-me ridícula.

– Satisfeito?

Eliseu, confuso, deixou-se cair sobre a relva. E, como única resposta, fez um gesto negativo com a cabeça. Logo, porém, e suponho que por mera cortesia, retificou, concordando em silêncio.

– Não estranheis – Jesus retomou a palavra – se notardes que esta forma

carnal pouco ou nada tem que ver com o que conheceis. Lá onde sereis devolvidos à vida verdadeira, as limitações que vos perseguem aqui “embaixo” não têm sentido. Lá sentireis outra categoria de fome. E de sede. Outra classe de sentimentos e necessidades. Repito-vos: não vos atormenteis. Agora é muito difícil que o homem mortal possa alcançar as estrelas. Deve bastar-vos saber que elas estão ali e que, no momento próprio, não apenas as estrelas farão parte de vosso conhecimento. A “estrada” para o Pai Universal é prodigiosamente reveladora. Nada ficará oculto. Não esqueçais que vossos conhecimentos são finitos e que toda compreensão, por parte das criaturas mortais, é relativa. Qualquer informação, mesmo a que procede de fontes elevadas, só é relativamente completa, localmente exata e pessoalmente verdadeira. Só isso. Os fatos físicos podem ser uniformes, mas a verdade é uma realidade viva e flexível na filosofia do universo. As pessoas que evoluem como vós estais fazendo agora só parcialmente são sábias e relativamente verdadeiros em suas mensagens. Só podem ter certeza nos limites da experiência pessoal. Algo que pode parecer certo em determinado lugar pode ser relativamente verdadeiro em outro segmento da criação. A verdade divina, a verdade final, é uniforme e universal. A história das criaturas espirituais, tal como é contada por numerosas individualidades originárias de esferas diversas, pode mudar às vezes nos detalhes. Isso obedece à relatividade na plenitude de seus conhecimentos e de sua experiência pessoal, assim como à extensão e amplitude dessa experiência...

– Parece-me que te contradizes, Senhor...

O aparte de Eliseu me paralisou.

– A vida e as vicissitudes dos seres humanos – argumentou Eliseu friamente – opõem-se a essa idéia da soberania universal de Deus.

O Mestre aceitou o desafio esportivamente.

– O plano de nosso Pai é fruto do amor e, em conseqüência, perfeito. E até tal ponto é assim que as criaturas evoluídas, como vós, se vêem necessariamente assaltadas por toda sorte de possibilidades, só para seu próprio benefício.

– Possibilidades? – replicou meu irmão com amargura. – Eu empregaria um termo mais duro.

E, antes que o rabi tornasse a falar, despejou inclemente:

– Que me dizes da desesperança, da mentira, da injustiça?...

O Mestre ergueu as mãos rogando-lhe calma.

– Vejamos: a esperança é desejável?

Assentimos ambos ao mesmo tempo.

– Pois bem, então é necessário que a existência humana seja permanentemente confrontada com a incerteza e a insegurança.

– E que nos dizes da mentira?

– Dizei-me: é bom o amor à verdade?

Não esperou nossa resposta, que era óbvia.

– Nesse caso é preciso que o homem cresça em um mundo em que o erro esteja presente e a falsidade seja sua cotidiana companheira.

– Que podes dizer diante da decepção?

As respostas, tão taxativas, não desanimaram o mordaz Eliseu.

– E que podes dizer sobre a dor? Tu a experimentaste com acréscimos. Era necessário? Foi justo?

O rosto do Galileu ensombreceu-se fugazmente.

– Tu desejas a felicidade, não é verdade?

– Mais do que qualquer outra coisa neste mundo! – exclamou meu irmão, recobrando a combatividade.

– Então – sentenciou Jesus sem possibilidade de apelação – deverás viver em um mundo no qual a alternativa da dor e a probabilidade do sofrimento sejam possibilidades experienciais sempre presentes. As atribulações são a maior fonte de sabedoria para os mortais. Em verdade, em verdade vos digo que não se pode perceber a realidade espiritual se antes não a tivermos sentido pela experiência. E muitas dessas verdades só se intuem e compreendem em meio à adversidade... Quanto ao meu próprio sofrimento, em nada foi diferente do de muitos outros mortais. Quando alguém sucumbe à dor, eu, ou meus anjos, estamos ali...

– Para quê?

A inocência de Eliseu deve ter comovido o Mestre, que, sorrindo-lhe, ergueu o rosto para o azul do céu e respondeu:

– Ainda que o enfermo não o perceba claramente, com o único fim de recordar-lhe que, como eu fiz, deve abandonar-se às mãos do Pai. Eu vos disse: nada no reino do nosso Pai é obra do acaso.

– O Pai! – dessa vez tomei eu a iniciativa. – Falas tanto do Pai!... Mas, na verdade, Mestre, agora que ninguém nos ouve, que é o Pai?

Jesus soltou uma gargalhada.

– Realmente crês que ninguém nos ouve?

Como dois tolos, Eliseu e eu passeamos a vista ao nosso redor. Sem perder aquele esplêndido sorriso, o Senhor moveu a cabeça, admirado diante da nossa candura.

– Tu amavas o teu – disse Jesus com aquele especial brilho que irradiava quando falava do Pai. – Isso te permite aproximar-te um pouco, só um pouco, da magnífica realidade de nos-so ver-da-dei-ro Pai.

Intencionalmente foi destacando as sílabas.

– O Pai Universal não é um ser humano, com longas barbas brancas, como às vezes o pintam suas criaturas. Mas o exemplo é válido. Ele é o Deus de toda a

criação. A “causa central primeira” de todas as coisas e de todos os seres. Deveis pensar nele como um criador. Depois, como um controlador. Por último, como um apoio infinito. A verdade sobre o Pai Universal começou a despontar sobre a humanidade quando o profeta disse: “Tu, Deus, estás só e ninguém existe a teu lado. Tu criaste os céus e os céus dos céus com todos os seus exércitos. Tu os preservas e os controlas. Pelos Filhos de Deus é que os universos foram feitos. O Criador cobre-se de luz como uma roupagem e estende os céus como um manto.” Todos os mundos iluminados reconhecem e adoram o Pai Universal, o autor eterno e o sustento infinito de toda a criação. Em incontáveis universos, criaturas dotadas de vontade têm empreendido a longa, muito longa viagem para o Paraíso e a luta fascinante da aventura eterna para alcançar a Deus, o Pai. As criaturas que conhecem Deus não têm mais que uma ambição suprema, um único e ardente desejo: o de parecer-se em seu próprio mundo ao que Ele é em sua perfeição paradisíaca personalizada...

– Mundos iluminados, dizes? – Eliseu, atento às mínimas palavras de Jesus, desceu a um plano mais prosaico. – Será que há vida inteligente e organizada fora da Terra?

Percebi que Jesus hesitava. Apanhou um molho daquela erva fresca e, arrancando-o pela raiz, mostrou-o e perguntou-nos:

– Dizei-me o que é mais importante: isto ou vós?

Nenhum de nós atreveu-se a responder. Ele mesmo o fez:

– Ante nosso Pai, vós, sem dúvida. Creis, então, que o Pai pode permitir que a erva seja mais numerosa que sua prole?

– Não respondeste à minha pergunta, Senhor: que é o Pai?

– Já respondi, Jasão...

Acariciou os verdes e sumarentos talos e mordiscou um deles.

– ... Mas colocar-vos-ei um exemplo. Há milhares de milhões de “éones”⁷⁴ de tempos, o primeiro Inteligente que alcançou a consciência entrou no não-tempo, depois de experimentar um processo que também durou milhares de milhões de “éones” de tempos. No mesmo instante da transição ao não-tempo soube que, com isso, iniciava um longo caminho de realização absoluta de si mesmo que igualmente se prolongaria por milhares de milhões de “éones” de tempos, à espera de que as humanidades em caminho chegassem a fazer parte dele. E aquele Ser pensou: “Eu serei vossa meta, ainda que me ignoreis. Eu serei vosso propósito, quando apenas me presumirdes. Eu serei vossa imagem quando crerdes em mim. Eu só serei Deus quando formardes um todo comigo: quando chegardes a ser Deus comigo. E juntos voltaremos a começar um processo para além do não-tempo, pois que o tempo terá perdido sua razão de ser.

Devo confessá-lo humildemente: não consegui assimilar esta presumível

parábola.

– E tu que nome dás ao Pai? – Eliseu não retrocedia diante de nada. – Porque, segundo creio, tu também és Deus... Como se entende este quebra-cabeças? Sendo tu Deus, por que o Pai é mais do que tu?

Mas também o Mestre não era dos que recuavam.

– Responde primeiro a uma pergunta: crês que poderias beber a água do *yam*?

– Não, Mestre...

– Pois nosso Pai é um lago que esqueceram de cercar... Não te empenhes em compreender a natureza de Deus: sente-a! Os nomes que as criaturas lhe atribuem dependem da forma com que elas concebam o Criador. A “causa central primeira” do universo nunca se revelou por seu nome: só por sua natureza. Ao Pai pouco lhe importa como o chames. Ele não impõe nenhuma forma de reconhecimento, nem de culto oficial, nem de adoração servil, às criaturas dotadas de inteligência e vontade. O importante é que no mais fundo dos vossos corações o reconheçais, o ameis e o adoreis... voluntariamente. O Criador recusa exercer pressão sobre o livre arbítrio espiritual de suas criaturas materiais e muito menos forçá-las à submissão...

– Mas as religiões...

– Sabeis qual é o dom mais precioso do homem? – interpelou-nos Ele, pousando seu olhar, alternativamente, em um e outro de nós.

– A liberdade – lancei com não muita segurança.

– A consagração amorosa da vontade humana à do Pai. De fato, meus filhos, é o único dom válido que o homem pode oferecer a Deus.

– Queres dizer que nada mais podemos oferecer?

– Fazer a vontade de Deus é tudo. Nele, os humanos vivem, se movem e têm sua existência. Esse é o verdadeiro culto, que satisfaz plenamente à natureza do Pai Criador, dominado pelo amor.

Eliseu voltou à carga.

– E tu, Mestre, como O chamas?

– Já te disse: *abbá*.

Essa palavra aramaica vinha a significar “pai”: o mais amável de todos os vocábulos e que por certo jamais era utilizado pelos judeus quando se referiam a Deus.

– Em espírito – continuou – todos os nomes outorgados a Deus guardam idêntico significado, embora, em palavras e símbolos, cada uma das denominações expresse o grau e a profundidade com que o Pai é entronizado no coração de suas criaturas...

– E ali – meu irmão apontou o céu – como O chamam?

O rabi sorriu de novo.

– Próximo ao centro do universo dos universos, o Pai Universal é geralmente conhecido sob nomes que vêm a significar “causa primeira”. Mais além, no exterior, nos universos do espaço, os termos empregados para designá-lo correspondem ao de “centro universal”. Mais distante, na criação estrelada, é conhecido por “primeira causa criadora” e “centro divino”. Em outra: o “apoio infinito”. Na direção do oriente recebe o nome de “Divino Controlador”. Também foi qualificado como o “Pai das luzes”, o “Dom da Vida” e o “Único Todo-poderoso”.

O “universo dos universos”, “universos do espaço”, “criação estrelada”... Aquilo escapava ao meu limitado conhecimento. Gostaria de haver-lhe perguntado sobre tão magna criação, mas, francamente, as forças me abandonaram. Eliseu, ao contrário, continuava desperto e disposto...

– Antes mencionaste o Paraíso. Existe, na realidade, ou se trata de uma bela metáfora?

– Vós o associais a um lugar pleno de felicidade e não estais equivocados. Mas enquanto permanecerdes sujeitos à carne, jamais podereis aproximar-vos sequer de seu magnífico e imenso esplendor.

Eliseu, que não conhecia o desânimo, insistiu:

– Poderias defini-lo em quatro palavras?

– Centro de gravidade absoluta. Ou melhor, ilha nuclear de luz.

– Meu Deus! – exclamou meu irmão. – Então é certo!...

E antes que Jesus pudesse prosseguir, foi diretamente ao ponto:

– Muitos seres humanos pensam que, ao morrer, entrarão de pronto no Paraíso. Estão errados?

– Querido amigo, o homem é como uma criança: possessivo, inconsciente e aferrado unicamente ao mundo que o rodeia. Eu te disse que o caminho para a Perfeição, para o Paraíso, ou, se preferes, para nosso Pai, exige uma longa preparação em outras “moradas”...

– Então, quando veremos Deus face a face?

– Às vezes – lamentou-se o Ressuscitado – pareceis cegos... Por que o buscas fora se Ele te doou parte da sua essência?

Meu companheiro, a julgar pela expressão do seu rosto, não compreendeu.

– O Pai disse: “Vós não podeis ver meu rosto, já que nenhum mortal pode ver-me e viver.” Pois bem, digo-vos que nenhum ser material poderia contemplar o espírito de Deus e preservar sua existência terrestre. É impossível aos grupos inferiores de seres espirituais e a todas as classes de personalidades materiais captar a glória e o resplendor espiritual da presença da personalidade divina. A luminosidade espiritual dessa presença do Pai é uma luz que nenhum mortal

pode suportar, que nenhuma criatura material jamais viu nem poderá ver.

– Em resumo – deduziu Eliseu em sua honesta simplicidade – depois da morte tampouco O veremos...

– Meu filho, na imensidade da criação, Deus não trata diretamente com as personalidades dotadas de vontade. Isso faz Ele de outras maneiras: como te disse, “instalando-se” no mais íntimo de cada ser e através de um vasto circuito de personalidades celestes.

– Avalias bem o que acabas de dizer?

Suponho que aquela perplexidade no rosto do Mestre foi simulada.

– Se não te entendi mal – prosseguiu Eliseu –, Deus “instala-se” em cada um de nós...

O Senhor não tinha pressa para responder. Concedeu-se uns segundos, com isso multiplicando a ansiedade de meu irmão.

– Essa, meu pequeno curioso, é a maior verdade que poderás ouvir de meus lábios.

E, deslocando o olhar para mim, enfatizou:

– Teu irmão o sabe: a falsidade não pode aninhar-se em minha alma. E te digo que cada criatura mortal dotada de inteligência e vontade recebe diretamente do Pai uma “centelha” dele mesmo, enviada do Paraíso e que vive no órgão mental dos mortais, ajudando-os a desenvolver sua alma imortal, destinada a sobreviver por toda a eternidade. A presença deste “ajustador divino” (como poderíamos qualificá-lo) na mente humana é revelada graças a três fenômenos experienciais: a aptidão intelectual para conhecer Deus, a necessidade espiritual de encontrá-lo e o intenso desejo de toda personalidade de parecer-se a Ele.

Foi como uma faísca. Imediatamente acreditei entender a famosa frase bíblica: “Feito à sua imagem e semelhança”. E o Mestre, captando “meu” achado:

– Assim é, Jasão! E em verdade te digo que em todas as vossa aflições Ele se aflige. Em todos os vossos triunfos, Ele triunfa convosco e em vós. Seu divino espírito é realmente uma parte de vós, embora a imensa maioria dos humanos jamais chegue a descobri-lo.

– “Ajustador divino”... Gostei da tua definição! – Eliseu, avesso aos rodeios, mais uma vez questionou: – Se é como dizes, Senhor, se cada ser humano recebe essa “centelha” do próprio Deus, o que acontece com aquelas criaturas que não chegam a nascer? Tu não ignoras que ontem, hoje e “amanhã” o aborto provocado é uma realidade...

Ao escutar a palavra “aborto”, a face do Mestre obscureceu-se.

Meu irmão, conhecendo-o como o conhecia, deve ter pensado que o havia

confundido.

– Olha ao teu redor. Que vês?

– Não sei... campos fluorescentes, formosas colinas, o lago...

– Diz-me agora: crês que tudo isso é resultado da casualidade?

Eliseu nada respondeu. Como eu, tinha suas dúvidas.

– Tenho-vos repetido: a Criação inteira é obra de nosso Pai. O *maarabit* não sopraria, as tilápias não alimentariam os homens, as colheitas não maturariam se Ele não houvesse desejado. Tudo obedece a uma ordem, baseada no amor. Qualquer profanação dessa ordem repercute no resto. Por isso, e até por puro egoísmo pessoal, as criaturas humanas devem respeitar as Leis da Natureza. Credes de verdade que nosso Pai está sujeito ao erro? Suas leis são fruto do amor. E asseguro-vos que o amor é a única moeda válida no universo, impossível de falsificar...

– Se o Pai é amor – intervim – por que consente no mal?

– O mal, meu atormentado amigo, é um conceito relativo. O mal potencial é inerente ao caráter necessariamente incompleto de Deus, como expressão da infinitude e da eternidade limitadas pelo espaço-tempo. O fato do elemento parcial, em presença do total aperfeiçoado, constitui a relatividade da realidade. Em todo o Universo, cada unidade é considerada como parte do todo. A sobrevivência da fração depende da cooperação com o plano e a intenção do todo, do desejo sincero e do consentimento de fazer a vontade do Pai. Se existisse um mundo evolucionário sem erro, sem possibilidade de julgamentos imprudentes, seria um mundo sem inteligência livre. Em meu universo há mil milhões de mundos perfeitos, com seus habitantes perfeitos, mas é preciso que o homem em evolução seja falível, se verdadeiramente deseja ser livre. É impossível que uma inteligência livre e inexperiente seja uniformemente sábia *a priori*. Mas não confundais erro com “pecado”. A possibilidade de juízo errôneo só se torna “pecado” se a vontade humana assumir e adotar conscientemente um juízo imoral intencional.

– Nesse caso – perguntei –, crer que as desgraças são enviadas por Deus pode ser uma absoluta estupidez?

– Mais do que uma estupidez, Jasão, uma conseqüência da cegueira humana. O Deus Eterno é incapaz de sentir a cólera ou castigar seus filhos. Essas são emoções humanas, vulgares e desprezíveis, indignas de ser chamadas humanas e muito menos divinas.

Pelas onze horas da manhã, as primeiras rajadas do vento do oeste – o *maarabit* – fizeram-se sentir sobre a colina. Os cabelos e a túnica do Homem agitaram-se e, tal qual prevíamos, a temperatura ambiente elevou-se consideravelmente. Em poucos minutos, tanto Eliseu como eu começamos a

transpirar copiosamente. E ambos nos aperceberíamos, em seguida, de um fenômeno singular: apesar do calor sufocante, igual para todos, a epiderme de Jesus manteve-se seca e viçosa, sem o menor indício de suor. Nem seu rosto, pescoço, axilas ou palmas das mãos apresentavam vislumbre algum de refrigeração cutânea. Enquanto que a túnica preta de Eliseu ou a minha terminaram por colar-se aos corpos, a do Galileu continuou solta e impecável.

Ao longo da conversa, meu companheiro fez um dissimulado gesto com os olhos, apontando para a parte superior do cajado, com o claro propósito de induzir-me a fazer um “check-up” do organismo do Ressuscitado. Reconheço que foi uma falha ou uma negligência. Mas, sinceramente, sentime incapaz de “espioná-lo” naquele momento. Suas palavras interessavam-me mais do que todas as análises médicas juntas.

Jesus, ao captar minha silenciosa negativa, agradeceu com um olhar que me causou funda emoção. E aguardou a pergunta seguinte. Era curioso. Em meus momentos de solidão me havia entretido em erguer uma torre de questões. Agora, frente a Ele, não me ocorria nenhuma.

Meu irmão, de mente mais ágil, estava, ao contrário, disposto a “espremer” nosso singular interlocutor.

– Por que não nos falas um pouco mais desse Paraíso?

O Mestre deu de ombros.

– Falarei, se assim o desejas, mas será como se vós tentásseis fazer compreender a meus pequeninos de hoje o sentido de vossa missão... Antes deveriam conhecer muitas coisas.

Deu um profundo suspiro e, durante uns segundos, entreteve-se – suponho – na busca das palavras adequadas.

– O Paraíso ou a ilha nuclear de luz deriva da Deidade, ainda que não se possa dizer que seja uma Deidade. As criações materiais não são apenas uma parte da Deidade: são uma conseqüência. Poderíamos dizer que, sem qualificação especial, é o Absoluto do controle material-gravitacional, pela “causa central primeira”. Essa imensa “ilha”, cujas dimensões não podeis conceber com a limitada mente humana, permanece imóvel. E a única criação estática no universo dos universos. A ilha do Paraíso tem um lugar no universo mas carece de posição no espaço. Trata-se de uma ilha eterna, origem efetiva dos universos físicos passados, presentes e futuros...

Para que negar! No meio da explicação já eu havia voltado a “perder-me”.

– ... O Paraíso é um termo que inclui os Absolutos centrais pessoais e impessoais de todas as fases da realidade universal. O Paraíso pode implicar e reunir todas as formas da realidade. Deidade, Divindade, personalidade e energia espiritual, mental ou material. Tudo tem o Paraíso como ponto de origem, de

função e de destino, no que se refere a seu valor, seu significado e sua existência de fato. Mas nada de confusões. A ilha eterna não é um Criador. É um controlador único de numerosas atividades universais. De um extremo a outro dos universos materiais, o Paraíso influi na conduta de todos os seres relacionados com forças, energias e potências. Em si mesmo, porém, é único, exclusivo e isolado dos universos. Não representa nada e nada significa. Não é uma força nem uma presença. O Paraíso é, simplesmente, o Paraíso.

Nem Eliseu nem eu nos atrevemos a fazer comentário algum. Era impossível. Eu, como sempre, aceitei sua palavra. O Paraíso existe e deve ser um lugar (?) indescritível.

– E todas essas coisas – ponderou Eliseu com melancolia – por que não são reveladas claramente? Os homens talvez encontrassem um verdadeiro sentido para sua vida...

– Meu filho, é conveniente que os homens não recebam uma revelação excessiva...

Aturdido, quase indignado, Eliseu protestou.

– Isso – prosseguiu o Mestre com absoluta calma – asfixiaria a imaginação. O progresso exige que a individualidade se desenvolva. A mediocridade busca perpetuar-se na uniformidade. Fora do contato com o Pai Universal, nenhuma revelação poderá jamais ser completa. Porque vosso mundo ignora geralmente a origem das coisas, mesmo as físicas, tem-se julgado conveniente dar-lhe, de quando em quando, noções de cosmogonia, mas isso sempre provocou confusões. As leis que governam a revelação limitam grandemente porque proíbem, como ocorre agora a vós, a transmissão de conhecimentos imerecidos ou prematuros. A revelação é uma técnica que permite economizar séculos e séculos de tempo no trabalho indispensável de seleção e análise minuciosa dos erros da evolução, a fim de extrair as verdades adquiridas pelo espírito...

– Mas essas revelações – interveio meu irmão nervosamente – ajudariam a Ciência...

O Mestre negou com a cabeça.

– A revelação não deve engendrar ciência, nem tampouco religiões. Sua função é coordenar ambas com a verdade da realidade.

– Mas a Ciência...

– Vossa Ciência, como a de todos os tempos, é apenas um espelho, que reflete vossa própria imagem cambiante. E te direi mais: tanto a ciência quanto a religião estão permanentemente necessitadas de uma autocrítica mais corajosa e de uma consciência mais clara da insuficiência dos seus estatutos evolutivos. Nos dois terrenos, os educadores humanos caem com freqüência no dogmatismo e na autoconfiança excessiva.

Meu companheiro sorriu zombeteiramente.

– Mestre, não pareces muito amante das religiões. Quem o diria?

– O sectarismo, querido amigo, é uma enfermidade das religiões institucionais. Quanto ao dogmatismo, uma escravização da natureza espiritual. É muito melhor ter uma religião sem Igreja do que uma Igreja sem religião.

– Isso me interessa – interveio Eliseu, desfrutando a incrível liberalidade do Ressuscitado. – Quais são, em tua opinião, os perigos das Igrejas?

– Em outra oportunidade falei disto com teu irmão. Mas repetirei para ti, se esse é o teu desejo. As religiões formalistas tendem à fixação de crenças e à cristalização dos sentimentos; fossilizam a Verdade; desviam-se do serviço de Deus para o da Igreja; lutam entre si e entre os irmãos, em nome do amor, propiciando a formação de seitas e provocando as divisões; dão lugar a autoridades eclesiásticas opressivas; conduzem à instalação de um falso estado mental aristocrático de “povo eleito”; mantêm idéias falsas e exageradas sobre a santidade; tornam-se rotineiras e petrificadas e acabam venerando o passado e ignorando as necessidades do presente.

– Meu Deus! – lamentou-se meu companheiro – Mas tu também formarás uma Igreja!

Um pesado silêncio caiu sobre a colina. O Mestre olhou para Eliseu com dureza. Depois, apontando para mim com a mão esquerda, respondeu com severidade:

– Se não desejas escutar minhas palavras, escuta ao menos as de Jasão. Quando o Pai permitir que me acompanhes, analisa bem meu proceder. Busca então no mais íntimo do teu ser e recorda o que acabas de afirmar. É importante que transmitas a verdade. Eu não vim ao mundo para criar Igrejas. Só para dar testemunho do nosso Pai. A natureza humana é débil (eu sei) e, involuntariamente, minha mensagem será deturpada, surgindo assim uma nova religião... “a pretexto” de minha pessoa.

Palavras proféticas as de Jesus de Nazaré.

– E qual é tua religião?

– Já vos disse: fazer a vontade do Pai. Entregar-se generosamente ao amor e à fascinante aventura da busca pessoal de Deus. Eu não quero credos nem tradições que fossilizem a alma humana. Os que aceitarem minha mensagem jamais serão dogmáticos. São as metas (não os credos) que devem unir os homens. E a que eu vos revelei é simples e cristalina: chegar ao Pai. Fazer Sua vontade. Descansar Nele.

Não pude conter-me. E, deixando para trás as muitas perguntas que Eliseu ainda guardava em seu insaciável e inquieto coração, perguntei pelo destino da caótica humanidade a que pertencço.

– Em verdade vos digo – sentenciou com os olhos radiantes de esperança – que o futuro do mundo é esplêndido. As atribulações passarão. E chegará o dia em que os homens esquecerão rixas e interesses obscuros. Nesse dia, as nações da Terra, como um só povo, aceitarão a dupla mensagem que vos trago: que o Pai existe e que todos sois irmãos. Vosso destino é a luz. E ninguém vos arrebatará esse direito. Então, só então, achareis a Paz. Para chegar a isso devereis aprender primeiro a gozar dos privilégios sem abusar deles, a dispor da liberdade como de um delicado recipiente de cristal que convém manipular com delicadeza e a assumir o poder recusando utilizá-lo para ambições pessoais. Esses são os sinais de uma “alta civilização”.

– Então estamos muito longe...

A observação de Eliseu ficou no ar. O cinturão de segurança em torno do “berço”, projetado a 600 pés, havia detectado um *target*. O computador central transferiu o alerta fazendo vibrar a conexão auditiva. Pus-me em pé. Alguém rondava ou se aproximava da colina.

Um discreto sinal foi suficiente: meu irmão compreendeu que alguma coisa acontecia. Assim, levantou-se também, com um olhar silencioso para o extraordinário Homem. Foi um olhar de admiração. Jesus correspondeu-lhe com uma piscada. Ergueu as mãos e se despediu com um lacônico: “Ide, pois...”

Pelas 11h30, o radar 2D ²⁵ confirmava os sinais infravermelhos. Alguma coisa se movia na radial 135, avançando lentamente na direção norte, paralelamente, poder-se-ia dizer, à encosta oriental da elevação. A posição coincidia com a segunda vereda: a que subiu pela referida ladeira leste, até chegar ao cume onde continuava o Ressuscitado.

Hesitamos. Conviria ativar o escudo gravitacional? Se se tratasse dos discípulos, a julgar pelo caminho que haviam tomado, passariam a uns 80 ou 100 metros ao leste do “berço”. Era preciso certificar-nos. Catapultamos um dos “olhos de Curtiss” e o estacionamos a 150 pés de altitude sobre o “eco”. Ao identificar o grupo humano, respiramos aliviados. Eram eles, efetivamente.

Eram 11h45 quando eles se detiveram a curta distância do cume. O Mestre, de pé, os aguardava.

A partir desse momento, com a ajuda do “olho de Curtiss” e do resto do instrumental, entregamo-nos a um trabalho febril de observação da cena e, sobretudo, de análise do enigmático “corpo” do rabi da Galiléia.

O que ocorreu na colina não foi fácil de compreender. O Senhor saudou-os e os convidou a se aproximarem. O Zelote, mais impressionado que os demais, foi o último a se aproximar dele. E, a uma ordem do Ressuscitado, os onze se ajoelharam ao seu redor. Então, erguendo a face para o céu, Jesus pronunciou

umas solenes palavras. Mais do que falar, Jesus gritou, cheio de segurança, poder e majestade. Ao ouvi-lo, estremeçemos.

– Meu Pai, trago-te de novo estes homens: meus mensageiros! Dentre os filhos da Terra escolhi estes para que me representem, como eu mesmo vim representando-te. Ama-os e acompanha-os, como tu me amaste e acompanhaste! E agora, meu Pai, dá-lhes a sabedoria, já que ponho em suas mãos todos os assuntos do reino. Novamente, meu Pai, agradeço-te por estes homens e os deixo sob tua guarda...

Aquilo parecia uma confirmação como mensageiros e embaixadores do reino. Mas, ignorando o que havia acontecido em vida do Mestre naquela “montanha da ordenação”, foi-nos impossível fazer uma idéia exata da transcendência do que o rabi dizia e fazia. (Durante o terceiro “salto” – creio que devo adiantá-lo –, a cena em questão se repetiria com os doze, e nós, então, apreendemos seu admirável significado. A “montanha da ordenação”, como a denominavam Jesus e seus homens, foi o lugar onde os íntimos receberam a designação “oficial” como discípulos do Mestre. Uma cerimônia – para dizer a verdade – longamente esperada por todos eles. Mas não nos adiantemos aos acontecimentos.)

Concluída a prece, em meio a um respeitoso silêncio, o Ressuscitado aproximou-se de cada um dos presentes e colocou as mãos sobre suas cabeças. A cada imposição, pedia-lhes que se erguessem. E, recuperando o bom humor, conversou com eles durante meia hora, rememorando – como sucedera na praia de Saidan – os “velhos tempos”.

Por último, pelas 12h45, dirigiu-se a Simão o Zelote e abraçou-o durante quase um minuto. Não houve palavras naquele efusivo contato. Mas os olhos do patriota encheram-se de lágrimas. Depois, um por um, repetiu a emotiva despedida. E, retrocedendo até o centro do círculo formado pelos homens, desapareceu fulminantemente.

Meu companheiro olhou-me perplexo. Eu, impotente, apenas arqueei as sobrancelhas, rendendo-me à evidência. Desta vez não houve anúncio de uma nova aparição. Significaria isso que as “presenças” de Jesus na Galiléia haviam finalizado?

Após alguns minutos de confusão, os discípulos empreenderam o regresso a Nahum.

Por onde começar? O pouco que captamos com nossos equipamentos foi tanto e tão inconcebível que estive a ponto de render-me e contornar o capítulo das análises do chamado pelos fiéis “corpo glorioso” de Jesus Cristo. Uma expressão felicíssima que eu, todavia, não hesitaria em mudar pela de “corpo milagroso”, ainda que saiba que os milagres não existem...

Também sei que a Ciência ortodoxa sorrirá e zombará ante o que vou relatar. Não me preocupa. A esta altura, que me importa sua estúpida rigidez?

Com o fim de não esgotar o possível leitor deste diário, limitar-me-ei a expor sumariamente as “descobertas” com que a Divina Providência houve por bem brindar-nos.

Primeiro. Aquele “corpo”, como imaginávamos, não tinha sistema circulatório. Durante a longa hora em que o Ressuscitado permaneceu ao alcance dos detectores de ultra-sons,²⁶ tanto as explorações em superfície (a 7,5MHz) como as de maior penetração (a uma frequência de 3,5MHz), mostraram-se negativas. Nas telas não obtivemos imagens de artérias, veias, capilares ou do sistema linfático. Nada!

Segundo. Apesar dessa ausência – vital para um ser vivo como o homem –, o corpo apresentava uma aparente formação do sistema muscular, ao menos no que se refere aos músculos “voluntários”. Os “viscerais”, ao contrário, não contavam... A natureza e disposição dos primeiros – com suas características estrias – tampouco se diferenciavam dos “nossos”.²⁷ Esse esqueleto parecia sustentado por “algo” similar a uma estrutura óssea. E digo “parecia” porque o suposto esqueleto não era visível com os ultra-sons, “traduzindo-se” em zonas de sombra.

Um dos aspectos mais surpreendentes foi o estranho “líquido” (as palavras, de novo, são um lastimável obstáculo) que impregnava – sem necessidade de vasos ou de rede capilar – o que talvez pudéssemos definir como um tecido conjuntivo no qual repousava a massa muscular. Esse líquido atuava (?) como a água que empapa uma esponja. Foi impossível precisar sua composição, embora suspeitássemos que guardava certa relação com a solução de Ringer,²⁸ desempenhando o importantíssimo papel, entre outros, de “captador” do oxigênio do ar, que seria difundido pela totalidade das unidades celulares. (Este postulado, é claro, tem caráter especulativo.)

Terceiro. Aquele “corpo” não apresentava vísceras. Quer dizer, carecia – ou nós não pudemos localizá-los – de aparelho digestivo, fígado, pâncreas etc., assim como de pulmões... e de coração! Isso talvez justificasse por que Eliseu não encontrou o pulso e por que o Ressuscitado se negava a comer.

E no interior, que foi que percebemos? “Algo” tão anormal que me sinto impotente para defini-lo. A ressonância magnética nuclear e os ultra-sons revelaram um autêntico “torvelinho” de filamentos e zonas espaciais, de um rico cromatismo, vibrando e fraturando-se a velocidades vertiginosas, com as nuvens atômicas em perfeita ordem! Se eu tivesse de descrever aquele “vazio”, talvez me inclinasse pela pobre e inexata expressão “forno gerador”. Mas certamente era muito mais...

Nesta deficiente exposição, entre os muitos erros que, suponho, estou cometendo, há um que pode ser retificado. Embora não conseguíssemos localizar o aparelho digestivo, pelo menos encontramos um elemento residual que esclarecia, em parte, o incompreensível fenômeno da voz e das gargalhadas de Jesus. Para um ser humano que carecesse de pulmões, a coluna de ar necessária para fazer vibrar a glote deixaria de existir e os sons dificilmente aflorariam à garganta. O “corpo” de Jesus tinha uma boca e uma faringe normais, com um rudimentar e curto “tubo” (?) que se fundia no “forno” interno. A única possível explicação para a sua faculdade de falar podia estar na substituição do ar por uma série de impulsos elétricos (?) que faziam vibrar a glote.

Quarto. Tanto os sentidos da vista e do ouvido quanto o do tato apresentavam estruturas idênticas às humanas, ainda que as conexões cerebrais fossem imperceptíveis, devido à especialíssima configuração e natureza do que – arriscando muito – poderíamos qualificar de “cérebro”.

O aparelho lacrimal, por exemplo, era perfeito, à exceção das vias lacrimais que, no homem normal, conduzem o excedente às fossas nasais. Ali não existia. Quanto à pele (?), mostrou-se outro mistério. Tanto meu companheiro quanto eu a havíamos tocado e contemplado à vontade. Nem na praia de Saidan nem na “montanha da ordenação” percebemos diferenças substanciais. A própria temperatura corporal parecia normal. Mas, se assim fosse, por que aquele “corpo” não emitia radiação infravermelha? O “bombardeio” teletermográfico só serviu para corroborar o que já sabíamos.²⁹ O invólucro externo ou pele, mercê das imagens macroamplificadas, revelou-se como um envoltório “normal”, com suas duas camadas – a derme e a epiderme – com o correspondente pigmento nas células de Malpighi, mas com algumas radicais diferenças. Por exemplo: as papilas dérmicas eram de uma única classe (nervosas), com total ausência das eminências cônicas vasculares. Faltavam igualmente as glândulas sudoríparas. Como pudemos confirmar à passagem do *maarabit*, Ele simplesmente não transpirava. Os órgãos da sensibilidade térmica, tanto os receptores sensíveis ao frio (corpúsculos de Krause) como os de calor (Ruffini), eram normais. Isso nos confundiu muito mais. Que finalidade podiam ter, em um organismo que não precisava de refrigeração cutânea, e que – embora não chegássemos a constatá-lo – talvez fosse igualmente insensível ao frio?

Os órgãos da sensibilidade dolorosa também eram perfeitamente diferenciadas, através de uma rede de terminações nervosas livres que se ramificava nos interstícios do epitélio cutâneo. Então compreendi por que Jesus havia retirado suas mãos tão precipitadamente do fogo e por que, na praia de Saidan, descalçou uma das sandálias para retirar dela alguma pequeninas pedras que o molestavam.

Quinto. Não tendo aparelho urogenital interno, tudo aquilo que entendemos por funções secretoras, excretoras e de reprodução era desnecessário. Isso, obviamente, nos levava a um duplo e não menos interessante dilema. Supondo que o necessitasse, como realizaria as eliminações metabólicas e a transmissão da vida? Esta última questão afigurou-se-nos fora de lugar. Às vezes esquecíamos que aquele “corpo” não se achava sujeito às leis de “nossa” natureza...

À medida que nos aprofundávamos, os “achados” nos aturdiavam. E o clímax da série de surpresas chegaria com a análise do sistema nervoso e da zona mais nobre, sem dúvida, de tão prodigioso organismo.

Sexto. Não houve excessivas dificuldades para comprovar que aquele “corpo” – esse termo cada vez me parece mais inadequado – dispunha de algo bastante semelhante aos nossos sistemas nervosos central e periférico. O primeiro, apesar das dificuldades para penetrar o osso com os ultra-sons, apresentava uma forma conhecida: um longo talo, com o correspondente espessamento na extremidade superior. Presumivelmente estava alojado no conduto ósseo crânioraquidiano (o que nós denominamos “eixo cérebro-espinal ou neuroeixo”). O periférico, por sua vez, apresentava-se ramificado por toda a “cobertura” muscular, partindo do neuroeixo. Milhares daqueles cordões nervosos ou “nervos” perdiam-se no vibrante “forno” interior.

A grande surpresa, porém, se produziria ao explorar-se a protuberância superior do sistema nervoso central, que a medicina define como “encéfalo”.

Com a inestimável ajuda das imagens fornecidas por ressonância magnética nuclear,⁸⁰ apoiadas pelo “olho de Curtiss”, com o fim de obter o necessário retorno das seções transversais, o interior do crânio do Ressuscitado apresentou-se ante nossos atônitos olhos como um “mundo irreal”. A massa encefálica não existia como tal. Cérebro, cerebelo, dura-máter, bulbo raquidiano, hipófise etc., haviam sido substituídos por um esferóide – uma espécie de “supergaláxia” – luminescente, em perpétua palpação e formado por trilhões de “circuitos” de algo semelhante às substâncias branca e cinzenta, com “corpos celulares”, “talos protoplasmáticos” e “cilindros-eixos”... puramente atômicos.

Ao nível teórico e especulativo, imaginamos que aquela intrincada “teia de aranha” desenvolveria as mesmas funções dos “nossos” hemisférios, ventrículos etc. Mas não podemos afirmá-lo. O certo é que aquele poderoso e “imaterial encéfalo” parecia regular as operações motoras em estreita colaboração com o sistema periférico. Duvidamos, certamente, que existisse qualquer tipo de rede nervosa visceral ou vegetativa.

A perfeita ordem dos núcleos atômicos daquele “corpo” e de seu “encéfalo” – desafiando toda entropia – facilitou-nos as coisas.⁸¹ Naqueles momentos de

atropelo nós não chegamos a descobri-lo. Mas, meses mais tarde, os especialistas do Cavalo de Tróia, ao analisarem a “documentação”, deram com uma “característica” daquele supercérebro que, com a evolução das pesquisas, culminaria em um dos mais extraordinários “achados” de nossa era.

Uma “revelação científica” que, se algum dia for proclamada pública e oficialmente, abalará os alicerces da Humanidade, enchendo de alegria e otimismo – suponho – filósofos, pensadores e todas as religiões.

Refiro-me ao que, sem nenhuma dúvida, podia ser considerado como o “habitação”, “suporte” ou “receptáculo” (as definições terminológicas mostram-se inexpressivas e pobres) da alma humana. Seria impossível desenvolver aqui os milhares de experimentos promovidos por meus compatriotas, a partir do nosso involuntário descobrimento e que, insisto, os conduziu à constatação científica desse “ente” no qual milhões de seres crêem pela fé. Mas entendo que é meu dever trazer alguns dados – os mais significativos –, com a única finalidade de revelar o feliz acontecimento.

Tudo começou quando, em uma das “áreas” daquele filamentos e singular “encéfalo” – que vinha a corresponder ao córtex do terceiro ventrículo, sob o tálamo – os cientistas, praticamente por casualidade,⁸² detectaram átomos de um gás nobre (o criptônio). No total, 86 conjuntos biatômicos que giravam em órbitas comuns. Os planos orbitais, visivelmente paralelos, dispunham de um “eixo” comum que, por sua vez, descreviam um movimento vibratório harmônico cuja frequência e amplitude tinha relação com a temperatura (0,2 megaciclos para 35 graus centígrados). Num primeiro momento, os pesquisadores não prestaram excessiva atenção a esses átomos. Na realidade, desde muito antes alguns laboratórios que ensaiavam com a fecundação de óvulos humanos já haviam detectado sua presença no seu interior (concretamente na desoxirribose). Tais átomos de criptônio encontravam-se nas extremidades da cadeia helicoidal do ácido desoxirribonucléico, formando vários pares: os 86 já mencionados.

Ao que parece, segundo me constava, tais séries ordenadas de átomos só haviam sido detectadas nas células germinativas de homens e animais pluricelulares, embora, com o passar do tempo, a descoberta viesse a estender-se ao restante das células. Mas a primeira das grandes surpresas surgiu quando um dos especialistas teve a genial e intuitiva idéia de analisar a distribuição eletrônica de tais átomos. Como bem sabem os especialistas em física quântica, os elétrons ocupam posições momentâneas, cuja função probabilística se rege pelo acaso. Este princípio do “indeterminismo” – comum no mundo microfísico – era sagrado. E digo “era” porque, como veremos, os esquemas mentais daqueles cientistas não tardariam a romper-se.

Em tais átomos de criptônio, as posições se mostravam regidas por um sincronismo surpreendente! Os átomos homólogos nas cadeias de criptônio dos diferentes espermatozóides pesquisados apresentavam uma distribuição similar e harmônica. Como se fossem relógios que funcionassem sincronicamente, ligados, quem sabe, por ocultas emissões de radiação que estimulassem seu comportamento ou como se um misterioso fenômeno de ressonância obrigasse todos os elétrons a reger-se pelo mesmo padrão.

Supôs-se que a proximidade das células podia provocar tal efeito de ressonância. Mais tarde – com idêntica surpresa – puderam os pesquisadores comprovar que todos os seres vivos se comportavam em suas cadeias de átomos de criptônio de idêntica forma. (Parece, até, que este fenômeno é universal e que o código genético alojado no ácido desoxirribonucléico não é senão um dos elos de uma cadeia de fatores que explica o comportamento da matéria, animada pela vida. Uma vida, afinal de contas, “inspirada” por Deus.)

Pois bem, esta cadeia de átomos de criptônio apresenta uma dupla função: a de “armazenagem”, no interior dos seres vivos, de uma informação codificada sobre todos os possíveis seres orgânicos integrados no universo; outra, a captação de toda sorte de informações do meio ecológico circundante. Ao comparar estas últimas com as primeiras, o ser vivo estaria em condições de provocar as necessárias mutações, dando lugar a um “indivíduo” novo ou diferente.

Em outras palavras: estes átomos de criptônio contêm as chaves codificadas para a formação de todas as possibilidades de seres orgânicos que possam dar-se na natureza. As cifras são estonteantes. Suspeita-se que as possibilidades de mutações poderiam superar os 18 milhões. Sendo assim, cada mudança de um elétron no interior de uma subcamada orbital, das oito que existem em cada átomo de criptônio, codificaria um *philum*. E cada um dos quatro “saltos” eletrônicos representaria, conseqüentemente, outros tantos ramos. A morfologia que um animal adotasse, no caso de produzir-se uma mutação, seria o resultado das mencionadas posições eletrônicas dos elétrons dos restantes átomos do pequeno núcleo de criptônio. Este dispõe, portanto, gravada em forma de código, de toda a filogenia dos seres vivos possíveis no universo. Algo transcendental!

Mas entremos já na descoberta final e mais sugestiva. Qualquer observador medianamente informado poderá argumentar: “Como é possível determinar cientificamente a existência de um ‘ente’ adimensional, como se supõe que seja a alma, e, pois, inacessível ao controle dos instrumentos de um laboratório?”

Partindo do princípio de que a Ciência sempre avalia a existência de um fator em função dos efeitos que produz, talvez estejamos em condições de responder a essa pergunta.⁸³

Após o achado desses átomos isolados no “encéfalo” do Ressuscitado, os cientistas pesquisaram uma importante amostra de cérebros humanos, comprovando que tal “nuvem” achava-se alojada sempre na mesma área e a idêntica profundidade no hipotálamo. (Este gás, como se sabe, não se combina com nenhum outro corpo ou elemento químico. Sua presença, portanto, era muito estranha; mais ainda tendo em conta seu reduzidíssimo volume.)

Estava claro, em definitivo, que não se achavam diante de um fenômeno aleatório. E uma noite, no decorrer do exame da coroa eletrônica desses átomos – com a finalidade de observar possíveis alterações quânticas provocadas por prováveis transferências energéticas –, nossos pesquisadores detectaram uma coisa surpreendente. O corpo de um dos voluntários jazia em uma câmara especialmente acondicionada em que haviam sido eliminados todos os resíduos do gás criptônio. Uma série de sondas perfurava seu crânio (zona parietal direita). Ainda que houvesse sido submetido a anestesia local, seus outros mecanismos reflexos e conscientes não se achavam inibidos. Toda uma rede de detectores de funções fisiológicas havia sido distribuída pelo seu corpo. Em uma tela iam aparecendo as cifras e parâmetros fornecidos pelos computadores, perfeitamente ordenados em colunas. Cada um destes dígitos refletia a situação probabilística de cada elétron, em relação a um, tomado como referência a cada instante, mas com expressão de tempo “fatorado” (em câmara lenta). Quando uma cifra saltava para outra coluna expressava-se com isso um salto quântico a outro nível energético. Esta era a finalidade do estudo.

De súbito, como eu dizia, os especialistas ficaram paralisados. A tela do equipamento detector foi desconectada e os cientistas lançaram-se sobre as colunas de números. “Aquilo” era impossível. Os dígitos obedeciam a uma relação seqüencial. Quer dizer, apareciam distribuídos harmonicamente, segundo uma função periódica. Os elétrons, que, segundo o princípio da incerteza, deveriam colocar-se em seus níveis energéticos de um modo anárquico, pareciam superar o teórico e obrigatório “caos”, regulando sua função probabilística e rompendo assim com a pretensamente inflexível lei do indeterminismo microfísico.

Foi tão forte a impressão que naquele momento a maioria buscou uma explicação em uma simples casualidade. Mas não. A experiência, repetida à exaustão e em indivíduos diferentes, apresentava sempre idêntico resultado: aqueles movimentos harmônicos dos elétrons corticais do átomo de criptônio coincidiam com os impulsos nervosos emitidos pelo córtex cerebral dos voluntários submetidos à experimentação.

Em outras palavras: com os movimentos conscientes de seus braços, pés e mãos e também com as vozes *etc.* Não ocorria o mesmo, no entanto, com os

movimentos chamados reflexos ou com os impulsos emitidos pelo sistema neurovegetativo.

A princípio chegou-se a cogitar da hipótese de que tais movimentos codificados no córtex eletrônico do criptônio podiam estar condicionados: que não passariam, em suma, de um efeito dos neuroimpulsos emitidos pelo encéfalo do ser vivo. Mas a verdade é que não conseguiam compreender a funcionalidade daquele código em um átomo isolado de um gás inerte.

Um ano mais tarde produzir-se-ia um novo e assombroso – eu diria que vital – descobrimento: aqueles movimentos harmônicos dos elétrons da coroa do átomo PRECEDIAM (isso mesmo: precediam!) a conduta voluntária dos homens e mulheres com os quais se experimentava. A “antecipação” a que me referi oscilava ao redor de um milionésimo de segundo sobre as reações neurofisiológicas do organismo. Em palavras mais simples: parecia que aqueles elétrons eram a alma do indivíduo, “ditando” ordens ao corpo.

Isto, obviamente, parecia absurdo. Os elétrons carecem de vida. Mas então, se não se moviam puramente à mercê do acaso, devia existir um “fator” independente que fosse capaz de exercer um controle sobre eles.

A conclusão final – para não tornar mais monótono este relato – foi tão simples como transcendental: esse “fator” invisível, intangível e desconhecido tinha de ser o que a filosofia e as religiões intitulam de “alma”. Pela primeira vez na História, sua constatação científica era um fato.

A Ciência, uma vez mais, acorria em auxílio à religião...

Como é fácil imaginar, estas experimentações não se limitaram exclusivamente ao campo humano. Dominados pela curiosidade, os cientistas quiseram resolver uma velha incógnita: os animais tinham alma, tal como a concebemos nós os seres inteligentes?

E as pesquisas se estenderam a muitos outros seres orgânicos – unicelulares e pluricelulares –, incluindo vírus e compostos orgânicos auto-reprodutíveis. Mas os resultados foram desalentadores. Detectaram-se átomos isolados de neônio e xenônio em muitos seres vivos e milhões de átomos de gás hélio nos animais providos de estrutura nervosa superior. Houve mesmo um lampejo de esperança quando os átomos de criptônio apareceram nos mesmos pontos encefálicos dos “inteligentes” símios (macacos). Mas suas “nuvens” de criptônio moviam-se segundo a função probabilística habitual no resto dos átomos da natureza. Não foi registrado nenhum código.

Até hoje, portanto, persiste a dúvida: existe uma alma nos seres biológicos não humanos? Curiosamente, Jesus de Nazaré, sempre que se referiu à “alma”, o fez em relação direta com os seres dotados de inteligência e vontade...

As pesquisas, após estes sensacionais achados, adquiriram um ritmo

vertiginoso. Nas “nuvens” atômicas de criptônio de cada encéfalo humano foram localizadas as funções de três destes átomos. Dois tinham caráter “emissor”, enquanto que o terceiro, “receptor”. Os primeiros são os responsáveis pelo envio – convenientemente codificados – de quantos informes pode fornecer o sistema nervoso cortical.⁸⁴ Algo assim como se se transmitisse uma espécie de código Morse até uma pequena emissora (o hélio). Produz-se então um efeito cortical de ressonância entre a coroa eletrônica dos átomos de hélio e os de criptônio, e estes, por sua vez, voltam a transformar o código recebido em outro, de características similares mas “inteligível” para a alma. (O átomo de criptônio faria as funções, vencendo as distâncias, de uma espécie de receptor de televisão ou de rádio que recebe e transmite para a alma, em uma linguagem que só ela conhece, quanto ocorre no homem e ao seu redor.)

Os átomos “receptores”, por sua parte, seguindo um processo inverso, enviam ao corpo uma série de instruções procedentes da alma. Estas “mensagens” são catapultadas dos átomos de criptônio a milhões de átomos de hélio, modificando seus estados quânticos de forma que irradiam “quanta” de frequências menores que as da luz (radiação infravermelha). A partir daí, outro tipo de órgãos nervosos – tampouco conhecidos ainda pelos fisiologistas –, que trabalham de maneira parecida à dos pares termoeletricos, transformam essas mensagens termomoduladas em impulsos nervosos, canalizados pelas redes neuronais. Estes órgãos nervosos estão distribuídos nas áreas motoras de ambos os lobos frontais, precisamente nas zonas situadas atrás e debaixo do “grande sulco central”. Como costumava dizer o Mestre: “Quem tiver ouvidos, que ouça...”

Voltando ao “corpo glorioso” do Ressuscitado, à maneira de resumo, poderíamos dizer – dentro das terríveis limitações que isso implica – o seguinte:

1. Aquela estrutura, aparentemente humana, não se achava subordinada às grandes servidões da natureza do homem terreno. Isso, evidentemente, a colocava em vantagem. As necessidades fisiológicas chamadas básicas não contavam para ela.

2. Ao estudar todo o desenvolvimento das “aparições”, chegamos à conclusão de que, por motivos que nos escapam, à formação daquele “corpo” experimentou diferentes e bem definidas fases ou processos de “materialização”, passando por etapas “nebulosas”, “cristalinas ou transparentes” – nas quais o Mestre negou-se a ser tocado – e de uma materialidade externa perfeitamente conformada. Nas primeiras etapas – digamos de semiformação –, aquelas “aparições” provocavam intensíssimos campos magnéticos (de até 200 mil gauss), que sem dúvida foram os responsáveis pelo arrasto de espadas, copos metálicos etc., no interior do cenáculo. É impossível comprovar se esses

diferentes estágios que foi apresentando o “corpo glorioso” de Jesus correspondem a outras tantas “formas de vida”, independentes entre si, às quais pode ter acesso o homem depois de sua morte, ou se, ao contrário, todas elas constituem um único e escalonado processo (?).

3. Seja como for, o certo é que o “estado terminal” que nos foi dado ver e examinar parecia estar orientado – em suas funções nobres e básicas – a algo com que o ser humano normal só pode sonhar ou pensar com nostalgia: o CONHECIMENTO. Aquele “supercérebro”, dominando e dominante, tinha de ser uma fonte incalculável de sabedoria, de emoções e sentimentos.

4. Se “aquela” – como afirmou o Mestre – era uma das formas de vida após a morte, devo confessar, humilde e sinceramente, que já não temo essa passagem... E mais: rogo ao Pai Todo-Poderoso que encurte meus dias sobre a Terra e me permita comprovar quanto sei e intuo. O medo de morrer, pela graça de Jesus de Nazaré, foi superado. Que o Pai Universal – o de todos – o abençoe...

[73](#) Hoje, ao nível teórico e experimental, sabe-se que, a partir de um “quanto” de radiação eletromagnética, é possível criar um par de partículas (um elétron e um pósitron). Para que isso ocorra, o fóton terá de passar nas proximidades de um núcleo, de forma a se cumprirem os requisitos de conservação da energia e momento desse sistema isolado. (N. do M.)

[74](#) Éon: “Época indefinida e incomputável de tempo. (N. T.)

[75](#) Esse tipo de radar, de alerta precoce, caracteriza-se por seus grandes comprimentos de pulsação (em nosso caso, PW, 2 e 20 usec), baixa frequência de repetição (PRF, 100 e 400 pps) e uma frequência da ordem de 500 a 3 mil MHz (em faixas C a F). O grande comprimento de pulsação autoriza a transmissão de potências muito altas (1 a 10 mW), que, unidas à sua baixa PRF, nos permitia uma detecção de até 250 milhas. Esse tipo de varredura – circular – girava 360° ao redor de um eixo vertical fixo, com um período lento: entre 3 e 8 rpm. Os valores de abertura dessa face eram de 1 a 2 graus em azimute e de 20 a 30 em elevação. Isso nos proporcionava uma excelente resolução em azimute e uma boa cobertura em altitude. De fato, no “incidente” com o estranho “objeto” no monte das Oliveiras, seu papel foi decisivo. (N. do M.)

[76](#) Como já detalhei em outros pontos deste diário, Cavalo de Tróia selecionou o mecanismo ultra-sônico por sua natureza inofensiva e por suas características especiais, próprias para a exploração e posterior conversão em imagens de órgãos internos, assim como para o controle da corrente sanguínea, coração, olhos e tecidos moles em geral.

Com intensidades que oscilam entre os 2,5 e 2,8 miliwatts por centímetro quadrado e com frequências próximas aos 2,5 megaciclos, o dispositivo de ultra-sons transforma as ondas iniciais em outras audíveis por meio de uma completa rede de amplificadores, controles de sensibilidade, moduladores e filtros de faixa, todos eles miniaturizados.

Para solucionar o difícil problema do ar – inimigo dos ultra-sons –, e já que as medições só podiam efetuar-se a distância, os especialistas do projeto idealizaram um sistema revolucionário capaz de “encarcerar” e guiar os ultra-sons através de um finíssimo “cilindro” ou “tubulação” de luz laser de baixa energia, cujo fluxo de elétrons ficava “congelado” no mesmíssimo instante de sua emissão. Em nosso caso, dado que o “corpo” se encontrava a uma distância de 400 metros, as ondas tiveram sua potência aumentada por um duplo gerador de alta frequência. (N. do M.)

[77](#) Os músculos apresentavam as típicas partes contráteis e os tendões. As primeiras, formadas pelas fibras

musculares propriamente ditas, providas de numerosos núcleos. Tudo “normal”, incluindo a fina e transparente membrana – o “miolema” – que reveste a fibra muscular. Quanto aos tendões, também eram de natureza fibrosa, com os correspondentes nervos motores e sensitivos, cujos filetes se ramificavam dentro dos habituais corpúsculos de Golgi. (N. do M.)

78 A solução de Ringer, como é do conhecimento dos especialistas, é composta de cloreto de sódio, cloreto de potássio, cloreto de cálcio, bicarbonato de sódio, fosfato monossódico, dextrose e água. É um meio ideal para a conservação de vísceras, sendo também utilizada em todas as formas de desidratação, acidose ou alcalose, assim como para melhorar a atividade renal. (N. do M.)

79 O Major, nas páginas anteriores, explica assim alguns dos fundamentos do sistema de teletermografia dinâmica: “A detecção da temperatura cutânea a distância realizou-se graças à propriedade da pele humana capaz de se comportar como um emissor natural de radiação infravermelha ou IR. Tal como se sabe pela fórmula da lei de Stephan-Boltzmann ($W = \epsilon J T^4$), a emissão é proporcional à temperatura cutânea, e porque T se acha elevada à quarta potência, pequenas variações em seu valor provocam aumentos ou diminuições assinalados na emissão infravermelha (W: energia emitida por unidade de superfície; ϵ : fator de emissão do corpo considerado; J: constante de Stephan-Boltzmann, e T: temperatura absoluta).

“Em numerosas experiências, iniciadas por Hardy em 1934, foi possível comprovar que a pele humana se comporta como um emissor de infravermelho, similar ao ‘corpo negro’. (Este espectro de radiação infravermelha emitido pela pele humana é amplo, com um pico máximo de intensidade fixado em 9,6m).

“Nosso dispositivo de teletermografia consistia, portanto, em um aparelho capaz de detectar, a distância, intensidades de radiação infravermelha. Basicamente, constava de um sistema óptico que focalizava o IR sobre um detector. Esse era formado por substâncias semicondutoras (principalmente Sb-In e Ge-Hg), capazes de emitir um mínimo sinal elétrico a cada vez que um fóton infravermelho de um intervalo de comprimentos de onda determinado incidia sobre sua superfície. Ainda que o detector fosse do tipo ‘pontual’ – capaz de detectar o infravermelho procedente de um único ponto geométrico –, Cavallo de Tróia havia conseguido ampliar seu raio de ação mediante um complexo sistema de varredura, formado por miniespelhos rotativos e oscilantes.

“A alta velocidade da varredura permitia analisar a totalidade do corpo em questão (neste caso, o de Jesus), várias vezes por segundo. Isto, por sua vez, possibilitava a obtenção de imagens dinâmicas.

Em seguida à emissão o sinal elétrico correspondente à presença de fótons infravermelhos era amplificado e filtrado, sendo conduzido posteriormente a um osciloscópio miniaturizado. Nele, graças à alta voltagem existente e a uma varredura sincronizada com a do detector, obtinha-se uma imagem correspondente, que ficava armazenada na memória de cristal de quartzo do computador.

“Certamente, nosso teletermógrafo dispunha de uma escala de sensibilidade térmica (0,1, 0,2 ou 0,5 graus centígrados etc.) e de uma série de dispositivos técnicos adicionais que facilitavam a medição de gradientes térmicos diferenciais entre as zonas do termograma (isotérmico, análise linear etc.)

“As imagens assim obtidas podiam ser de dois tipos: em escala de cinza (muito adequadas para o estudo morfológico dos vasos) e em cor (entre 8 e 16), muito útil para efetuar as medições com precisão. Ambos os sistemas podiam ser utilizados de forma complementar.”(N. de J. J. Benítez.)

80 A técnica RMN (ressonância magnética nuclear) foi criada pelos professores Bloch e M. Purcell, da Universidade de Harvard, os quais fixaram as bases experimentais para a espectroscopia da RMN. Muito antes, os cientistas já sabiam que os núcleos atômicos dispõem de um momento angular de sua propriedade intrínseca de rotação: o spin.

(Não é do meu propósito entrar aqui e agora em polêmicas, mas, como já tive ocasião de explicar, a atual estrutura da mecânica quântica apresenta-se viciada em sua base. Por essa razão é que não se pode aceitar em sua integridade a formulação do princípio do spin. Por exemplo: os físicos, incapazes de explicar satisfatoriamente o efeito “Zeeman”, criaram o conceito angular do spin, construindo com ele um modelo matemático dificilmente sustentável. Simplesmente – e ao falar dos swivels creio que já o mencionei –, o que os cientistas denominam “spin” é algo muito diferente.

Se considerarmos uma rede espacial de M dimensões, a deformação dos eixos axiais orientados

ortogonalmente e que se cruzam em um swivel no “ponto espacial”, dará lugar a um efeito que, no caso de um campo eletrostático ou magnético, é representado pelos físico-matemáticos por um vetor, assinalando um número quântico. Grave erro, no meu entender.)

Pois bem, feito esse esclarecimento, ao estarem os núcleos eletricamente carregados, o spin corresponde a um fluxo de corrente em torno do seu eixo, o qual gera, por sua vez, um pequeno campo magnético. Só os núcleos com um número ímpar de núcleons (prótons e nêutrons) têm um spin total ou net, e se apresentam, portanto, à espectroscopia por RMN.

Entre esses núcleos se conta o próton (H-1), que é o núcleo de 99,98 por cento de todos os átomos de hidrogênio que existem na natureza; o carbono-13 (C-13), que é o núcleo de 1,1% de todos os átomos de carbono; e o fósforo-31 (P-31), que é o núcleo de todos os átomos de fósforo. (N. do M.)

[81](#) Como é do conhecimento dos especialistas em RMN, esse tipo de espectrografia exige que o corpo a explorar seja previamente submetido a um campo magnético, para que seus átomos fiquem ordenados. Só então poderão enviar ondas propriamente ditas. Em geral, na ressonância magnética nuclear aplicam-se dois campos de células ou tecidos. O primeiro, mais intenso, provoca a orientação dos dipolos nucleares (hidrogênio-1, carbono-13 e fósforo-1). Então, o dipolo de cada núcleo alinha-se no sentido do campo ou contra ele.

Ao dirigir o segundo campo – uma radiação eletromagnética na zona de radiofrequência do espectro – chega um ponto em que esses tipos de núcleo vão “ressoar”, ou seja, vão absorver os radiofótons.

Por exemplo, em um campo magnético de uma intensidade de 84 mil gauss, o núcleo de hidrogênio-1 ressoará a uma frequência de uns 360 megahertz (360 milhões de ciclos por segundo). O de fósforo-31 o fará a uns 140 megahertz, e o de carbono-13 ressoará à razão de 90 megahertz. A partir desses sinais é possível reconstituir, com imagens, e com a ajuda de um computador, qualquer parte do corpo.

Nossos sistemas de RMN, desenhados por peritos da Technicare Corporation, de Ohio, haviam sido dotados de um ímã de 0,15 tesla (1.500 gauss) e “reforçados” por um dispositivo complexo – baseado nos squid –, destinado à medição de interferências quânticas supercondutoras e capaz de registrar ínfimas variações de natureza magnética. (O campo normal terrestre – entre 0,2 e 0,5 gauss – foi “apagado” por Papai Noel, que programou o squid à razão de 10^{-7} .) Essas medições alcançaram a centésima milésima parte de gauss.

Um desses squid, instalado na parte inferior da “vara de Moisés”, constava, basicamente, de uma bobina de medida, uma sonda criogênica, a necessária união de Josephson e o circuito ressonante ou detector final. Nas primeiras aparições de Jesus ressuscitado, como já mencionei, revelaram-se de extrema utilidade. (N. do M.)

[82](#) Embora, como já disse, eu não creia em casualidade, o fato é que a localização desses 86 pares de átomos de criptônio foi considerada fruto do acaso. Basta dizer, por exemplo, que um milímetro de gás criptônio rarefeito pode conter ao redor de 10.000 milhões de átomos livres. (N. do M.)

[83](#) Este problema poderia ser colocado em outros muitos terrenos da Ciência. Por exemplo, na astronomia. Uma pessoa não informada pode argumentar: como é possível averiguar a distância de estrelas situadas a milhões de anos-luz? Um astrônomo sorria compreensivamente e lhe faria ver que certas estrelas – as “cefeidas” – emitem um fluxo de luz intermitente, de modo que, no intervalo entre dois máximos, seu logaritmo varia proporcionalmente a seu brilho. A comparação do brilho aparente e real é a base da avaliação para essas distâncias estelares. (N. do M.)

[84](#) As imagens ópticas, acústicas, olfativas etc., recebidas através dos neurônios conectados com os órgãos dos sentidos, procedentes dos estímulos do mundo exterior, as imagens armazenadas na memória, assim como o desenvolvimento dos processos mentais, tudo isso é remetido por certas vias nervosas até uns órgãos, ignorados ainda pela neurologia, onde se produz uma reação química exotérmica que, ao liberar calor, excita o estado quântico de uma rede de átomos livres de hélio. (N. do M.)

23 de abril, domingo

Devo reconhecê-lo. A missão também viu-se humilhada pelos erros e fracassos. Alguns, como aquele de 23 de abril, primeiro dia da semana para os judeus, podiam ter-nos custado muito caro. Suponho que muitos desses problemas foram inevitáveis. Ainda assim, dada a natureza do nosso trabalho, não temos justificativa. Como se verá, um engano de rota ou uma simples falta de coordenação poderia originar uma catástrofe e até a morte dos exploradores.

Na verdade, eu não tive consciência do ocorrido senão bem entrada a tarde. Tudo começou nessa manhã...

Ao examinar o programa do dia vimo-nos diante de um problema: teriam terminado as aparições do Mestre na Galiléia? Se assim fosse, quais seriam as intenções e o pensamento dos discípulos? Regressariam a Jerusalém?

Os textos de Marcos e Lucas – incluindo os chamados *Atos dos Apóstolos* – mencionam um duplo acontecimento que, evidentemente, não existiu: a última aparição do Senhor na Cidade Santa e sua ascensão ao céu. Nos *Atos* (1, 3 e 2, 1) achamos umas possíveis pistas em relação à data em que se teriam registrado tão extraordinários acontecimentos. “A estes mesmos” – os discípulos, reza o versículo 3 do primeiro capítulo dos *Atos* –, “depois de sua Paixão, se lhes apresentou dando-lhes muitas provas de que vivia, aparecendo-lhes durante quarenta dias...” Entre a madrugada do domingo, 9 de abril, momento da Ressurreição, e a segunda aparição no *yam*, haviam transcorrido dezoito dias. Se Lucas, possível autor dos *Atos*, estivesse certo, a última das presenças de Jesus e sua enigmática ascensão deveria registrar-se ao redor de 18 de maio. Esta data vinha corroborada, implicitamente, pelo primeiro dos versículos do capítulo 2 do texto de Lucas: “Ao chegar o dia de Pentecostes...”. Quer dizer, concluído o período de cinquenta dias existentes entre a Páscoa e a citada festa da colheita e da renovação da Aliança. Portanto, a data das supostas “línguas de fogo” (?) sobre as cabeças dos discípulos era posterior à ascensão.

Aceitando como corretos os textos sagrados (uma suposição arriscada à vista dos erros e contradições consignados), tudo isso significava que, a partir daquele domingo, 23, Cavalo de Tróia dispunha de trinta dias para o remate da segunda fase da exploração. Um período de tempo minuciosamente analisado, no qual, entretanto, as “linhas mestras” da investigação deveriam ajustar-se à natural sucessão dos fatos.

Mas quais seriam esses acontecimentos? Os evangelistas, como de costume,

são parcimoniosos em suas narrativas e esse lapso de um mês achava-se “em branco”. A primeira medida a adotar, evidentemente, consistia em averiguar os propósitos dos discípulos. Nossa atuação, agora, insisto, dependia de seus movimentos. Por exemplo: se optassem por regressar de imediato à Judéia, os planos teriam de ser modificados. Um dos trabalhos – a visita a Nazaré – constituía uma peça-chave na reconstrução da infância e juventude de Jesus.

Então, de mútuo acordo, concordamos, Eliseu e eu, em que minha presença em Saidan era obrigatória e urgente. Além disso, o assunto da doença do velho Zebedeu continuava de pé.

Assim, com o frescor do alvorecer abandonei o módulo e me encaminhei a passos rápidos para a vizinha aldeia de pescadores. O erro, fruto da pressa, esteve em não coordenarmos nossas respectivas atividades para esse dia. Eliseu – foi o que entendi – permaneceria no “berço”, entregue à classificação, estudo e codificação do volumoso material científico obtido na recente aparição do rabi. Quem iria imaginar que mudaria de idéia?

Na bolsa de borracha, depois de muito quebrar a cabeça, incluí um artefato simples, destinado a resolver o problema auditivo de que padecia o chefe dos Zebedeu: uma “seringa auricular” de ferro tosco, de 20 centímetros de comprimento por cinco centímetros de diâmetro, provida de uma “agulha” oca do mesmo material, apoiada por um êmbolo maciço de madeira. O instrumento não se chocava com os recursos e as práticas da medicina de então, que desde muito antes conhecia esse tipo de instrumento. (O papiro de Ebers – 1.550 anos antes de Cristo – fala de “seringuinhas”, muito comuns, por exemplo, na aplicação de “lavagens” para o tratamento das obstruções intestinais.)

Eu devia tê-la previsto. Aquele ajuntamento não era normal. Procedentes da margem ocidental do lago, de Nahum e dos caminhos do norte e do leste, homens, mulheres, anciãos e meninos caminhavam apressadamente para a aprazível Saidan. Em grupos, a sós, a pé ou montados, todos se dirigiam à casa dos Zebedeu, com um objetivo comum: comprovar a veracidade dos rumores que, inevitavelmente, se haviam propagado pelo Kennereth.

As notícias – pelo que pude ir captando no caminho para Bet Saida – falavam das aparições, às margens do *yam*, do discutido “construtor de barcos”. As opiniões, como é fácil imaginar, eram de todos os naipes.

Havia os que aceitavam as “aparições milagrosas” de pés juntos, lembrando aos incrédulos “outros muitos prodígios” do rabi. Alguns, em especial os letrados sacerdotes ao serviço das sinagogas de Nahum e Migdal, mostravam-se reticentes. A maioria guardava silêncio, à espera do testemunho dos discípulos.

Pelas sete horas, ao pisar a rua principal de Saidan, fiquei impressionado: dezenas de curiosos se agrupavam diante da casa dos Zebedeu. Foi-me

impossível alcançar o portão, que, solidamente trancado, vedava a entrada da multidão. De vez em quando alguns chegavam a golpear o portão e a clamar para que os proprietários os deixassem entrar.

Prudentemente, retrocedi e fui para a praia. Ao passar por perto dos restos da fogueira senti um frêmito. Certamente, se me houvesse aproximado, teria visto ainda as pegadas deixadas na areia pelas sandálias do Mestre. Mas meu objetivo era outro. Por sorte, o flanco oeste do casarão achava-se deserto. Subi de novo as escadas mas ao empurrar a porta de serviço encontrei-a igualmente bloqueada e vigiada. Aos meus golpes, todavia, a porta, rangendo, se entreabriu.

A primeira coisa que vi foi a reluzente lâmina de uma espada. Por trás, o rosto escuro do Zelote, com seus fundos olhos negros saturados de receio. Hesitou. Mas João, que havia acudido prontamente à chamada, ordenou-lhe que me deixasse passar. No centro do pátio, os discípulos, as mulheres, o pai dos Zebedeu (evidentemente recuperado). Assi, o “auxiliador” essênio, e a criadagem também participavam da acalorada assembléia.

O Zebedeu me sussurrou a “última”. Simulei não estar a par da aparição do Mestre na “montanha da ordenação” e perguntei-lhe por detalhes. Mas João pediu-me paciência e se reintegrou à discussão.

Aquela reunião dos homens de Jesus de Nazaré acabaria por ser muito instrutiva e, em certa medida, premonitória. Sem o saber eu estava presenciando o nascimento de uma ruptura – que seria total ao final de uma semana – entre os discípulos. Também entre aquela vintena de hebreus as opiniões eram desencontradas. O motivo era muito perceptível. Todos aceitavam e tinham como certas as aparições. O que, porém, estava em jogo era muito mais profundo: havia chegado a hora – como defendia Pedro – de sair pelos caminhos e proclamar a boa nova? Que deviam fazer com o povo que lá fora os reclamava?

Naquele choque dialético se debatia, além disso, outro assunto de vital interesse. Com exceção de João Zebedeu, Mateus Levi e André, o grupo era de opinião que deviam voltar para Jerusalém. (Tiago, o irmão de João, como de costume, guardou reserva.) Simão Pedro, por exemplo, estava convencido de que Jesus “se achava definitivamente junto ao Pai e que não regressaria por muito tempo”.

O intuitivo João, baseado em “algo” que o Mestre lhe havia insinuado, na última das aparições, e que, francamente, Eliseu e eu não captamos, defendia o contrário: a permanência do grupo na Galiléia “até que se desse a terceira aparição do rabi”.

A insinuação de Jesus ressuscitado devia ter sido tão sutil que, pelo que pude comprovar, a maioria não a percebeu. Por isso mesmo todos se opuseram à

proposta do jovem Zebedeu.

Preso de um de seus familiares ataques de fervor e entusiasmo, Pedro, vociferante, e com grandes gestos, começou a atacar os dissidentes. Empregando uma linguagem ferina, humilhou impiedosamente seu irmão e, indiretamente, Mateus e João, por se atreverem a desprezar seus explosivos discursos.

Não me cansarei de insistir: estávamos assistindo ao nascimento de um líder e, o que era penoso, a um afastamento ideológico entre os discípulos. Coisa muito humana em toda associação, mas que, por motivos óbvios, não foi transmitida pelos evangelistas.

A acalorada polêmica se prolongaria por mais de duas horas. Afinal, a obstinação do trio encabeçado por João – que ameaçou com a separação do grupo – conduziu a uma espécie de pacto. É curioso. Aquele, em minha modesta opinião, constituiu outro dos graves transe pelos quais passou o nascente “colégio apostólico”. O pacto, promovido por Pedro à maneira de “ultimatum”, consistia em uma margem de espera de uma semana. Se, chegando o sábado seguinte, 29, o rabi não se houvesse manifestado, “ele mesmo, Simão Pedro, só ou acompanhado, abriria os olhos do mundo, pregando a boa nova”.

A “trégua” foi aceita por ambos os lados. E, sem dar satisfações ao grupo, o impulsivo *sais* – talvez para dar demonstração da firmeza dos seus propósitos – encaminhou-se para o portão de entrada. Com um violento pontapé, para dar vazão ao seu mau humor, destrancou-o e abriu suas duas folhas de par em par.

A multidão, ao vê-lo, tornou-se mais ruidosa. Elevando os braços, como um iluminado, Pedro ordenou silêncio. Atrás dele, seus companheiros, confusos e temerosos, mantiveram-se a princípio a uma prudente distância, com as espadas à mão, para qualquer possível contingência.

Aquele arrojo do irrefletido Pedro seria uma das chaves de seu sucesso posterior como “cabeça visível” e “porta-voz” dos “embaixadores do reino”... ou do que restou deles.

Em tom grandiloquente e corajoso – também convém ressaltar – relatou à multidão “parte” do que haviam os discípulos visto e ouvido, tanto na praia de Saidan como no monte da “ordenação”. E digo “parte” porque, astutamente, Pedro silenciou sobre os encontros com Jesus, dois a dois. Suas palavras, vibrantes, foram interrompidas, em diferentes ocasiões, por alguns dos ouvintes. Uns, para zombar descaradamente dos “visionários”. Outros, para pedir detalhes e, em especial, para solicitar que lhes explicasse o que deviam fazer e como encontrar o “reino” do qual lhes falava.

Não por falta de vontade, mas obrigado pelos imperiosos puxões que lhe davam seus companheiros por trás dele, Simão não teve remédio senão cortar o improvisado discurso, convocando “os que o desejassem para uma próxima

assembléia multitudinária, naquela mesma praia, à hora nona” – três da tarde – “do próximo *sabbat*. Então” – concluiu – “vos falarei com mais calma”.

O portão voltou a fechar-se e o povo – um tanto frustrado – empenhou-se em uma tempestuosa discussão. E, apesar da promessa de Simão Pedro, o desfile popular não cessaria até bem entrada a noite.

O impensado gesto do *sais* foi recriminado por André e pelos Zebedeu, como “inconsciente”. O aborrecimento desses homens era tal que, por espaço de algum tempo, negaram-se até mesmo a dirigir-lhe a palavra. Quando, afinal, os ânimos serenaram, tratei de conseguir um meio para isolar-me no interior da casa com o magoado João e com Assi, o essênio. Expus-lhes meu desejo de examinar o chefe da família e, se dessem seu consentimento, submetê-lo à definitiva eliminação do mal de que se queixava.

Pouco depois, o Zebedeu conduzia seu velho pai à alcova onde eu me dispunha a realizar a simples “intervenção”. O velho Zebedeu disse que se sentia muito melhor, mas, dócil e sorridente, aceitou minha sugestão, sentando-se diante da janelinha que dava para o poente. Pedi a João que aquecesse água e imediatamente, ajudado por Assi, transportou para a alcova um curioso braseiro de ferro retangular. O artefato – um *authepsa* – era um dos utensílios importados da Itália (possivelmente de Pompéia). No centro, uma vasilha de metal mantinha aquecida a água.

Sob o curioso e inquisitivo olhar do “auxiliador”, examinei os ouvidos do Zebedeu. Como eu supunha, o rígido tratamento daqueles dias havia produzido efeito: o cerume, amolecido, “flutuava”, praticamente, o conduto auditivo externo. Quando calculei que a água havia alcançado uma temperatura adequada (ao redor de 20 graus centígrados), tirei da bolsa a seringa e enchi-a. A uma indicação minha, Assi, com muito boa vontade, segurou uma tigela de madeira sob a orelha direita do paciente ancião.

A princípio procurei evitar que o Zebedeu visse a seringa. Tratei de tranquilizá-lo, assegurando-lhe que não experimentaria dor alguma. Eu queria avivar sua confiança no médico e amigo. João piscou-me um olho, animando-me. Introduzi a “agulha” de metal no ouvido e, suave e lentamente, injetei a água quente. O ancião, ao notar o fluxo, fechou os olhos. Mas conteve-se. Rapidamente, uma escura “bola” de cera – do tamanho de um feijão – saltava sobre o prato.

O essênio sorriu-me maravilhado. A segunda extração foi tão rápida e eficiente quanto a primeira. Guardei de novo o “instrumental” e, após uma última e rotineira exploração dos ouvidos, mostrei ao Zebedeu os incômodos tampões. Contemplou-os muito admirado e, erguendo seus olhos azuis, me sorriu, agradecendo em silêncio minha pretensa perícia como sanador. Quem

poderia imaginar então que aquela elementar intervenção me franquearia as portas de sua confiança... e do seu grande segredo?

Digo eu que foi a Providência. Quem sabe...

Os objetivos na aldeia de pescadores de Saidan estavam cumpridos. O cerume foi mostrado como um troféu, valendo-me – seja dito sem presunção – as felicitações da coletividade e o carinho dos anfitriões.

De certo modo, aquelas mostras de afeto foram uma injeção de ânimo. Simplesmente, sentime feliz. Conhecia, além disso, as intenções do grupo: permanecer no lago ao menos até o sábado, 29. Isso facilitava as coisas.

Se não surgissem contratempos, parte do planejado por Cavalo de Tróia poderia desenvolver-se ao longo dos próximos seis dias: a meticulosa investigação – “sobre o terreno” – na não muito distante Nazaré. Uma exaustiva verificação, em suma, dos muitos dados reunidos até esse momento sobre a infância e da juventude do Filho do Homem.

Com o Sol brilhando no zênite, já me dispunha a iniciar o retomo à “base-mãe” quando ocorreu algo providencial.

Carregado de razão, Bartolomeu – cuja família residia em Caná – anunciou sua intenção de viajar para lá, a fim de ver a família. A iniciativa teve um efeito multiplicador. Os gêmeos aplaudiram a idéia e comunicaram que fariam o mesmo: iam para a granja dos seus pais, nas cercanias de Gerasa.

João Zebedeu tentou impedir a debandada, lembrando-lhes a possibilidade de que o Mestre se apresentasse a qualquer momento. Sua tentativa frustrou-se quando, fazendo causa comum, Levi – cordial mas incisivamente – fez-lhe ver que havia semanas não sabiam de suas mulheres e filhos e que era justo que atendessem também aos assuntos terrenos.

– Afinal de contas – observou Felipe ao Zebedeu, apoiando as razões do publicano –, nós estamos em casa...

O assunto ficou decidido quando a Senhora, dirigindo-se ao contrariado João, tentou persuadi-lo de algo que, no fundo, parecia elementar: seu Filho, quase com certeza, no caso de que voltasse a se apresentar, só o faria diante de todos os discípulos. Não diante de uns poucos. Paradoxalmente, ele, que se havia manifestado veemente defensor da permanência em Saidan, reconsiderou, comprometendo-se até mesmo a “escoltá-la” até Nazaré.

Também a mãe de Jesus desejava visitar os seus; e João, que não esquecia as palavras do rabi na cruz, renunciou em definitivo a sua idéia inicial e dispôs tudo para a viagem ao alvorecer do dia seguinte. Assim, portanto, a Senhora, o Zebedeu e Natanael fariam juntos o caminho até Caná.

Nem será preciso dizer que me apressei a unir-me à expedição. O Zebedeu acolheu minha proposta com alegria e alívio. “Os caminhos” – comentou

gracejando – “não são seguros e a companhia de um mago é sempre uma garantia...” Acolhi a brincadeira com esportividade.

Marcado o encontro no cais de Nahum – entre a hora “prima” e a “terça” (do amanhecer às nove horas, aproximadamente) –, deixei o casarão e a aldeia. Que mais podia pedir? Visitar Nazaré ao amparo da Senhora era uma sorte. Mas antes, essa mesma e esquiva fortuna me reservava uma amarga experiência.

A viagem de volta, dessa vez em companhia de Mateus e do Zelote (ambos tinham residência oficial em Nahum), foi bem até essa cidade. Pouco falamos. Os discípulos, escondidos em seus mantos para não serem reconhecidos pelos caminhantes, tinham pressa para chegar. Ali pelas 14h30, dez minutos depois de nossa saída, avistamos a “cidade de Jesus”. Despedimo-nos friamente. Eu prossegui pela estrada, em busca do caminho habitual de acesso ao “berço”, pela borda sul da elevação. A tragédia já pairava sobre nós.

Já deixara Nahum para trás e me aproximava do desvio que levava à bifurcação quando comecei a pressentir algo: ao fazer a rotineira conexão auditiva para prevenir Eliseu do meu retorno, não obtive resposta. Surpreso, pressionei mais algumas vezes meu ouvido direito, repetindo a chamada. Era impossível que não me recebesse. Em segundos desfilou pela minha mente uma infinidade de possíveis explicações.

Estaria falhando a conexão auditiva? Teria havido queda de energia na nave? Sem querer rememorei o dramático momento do desmaio de meu irmão, em pleno pouso sobre o monte das Oliveiras. Teria sofrido outra perda de consciência? Meu coração acelerou-se. Tinha de chegar ao módulo o mais rapidamente possível. Mal iniciara a corrida, atalhando pela vereda que desembocava no círculo rochoso, um vozerio distante me deteve. Por aquela mesma trilha poeirenta descia um grupo de gesticulantes e aparentemente alterados galileus. Retrocedi. Foi instintivo. Cruzar, em tão comprometedor lugar, com alguém de Nahum ou dos arredores não era recomendável. A segurança do “berço” poderia correr um risco desnecessário.

Como uma lebre alcancei a estrada e desapareci em direção a Tabja. Não posso ter certeza mas creio que não fui visto pelo grupo. Mais tarde compreenderia as razões de sua indignação. Em tão crítico momento não reparei em outro detalhe altamente suspeito: os possíveis habitantes de Nahum não vinham do cume da colina. Desciam pela vereda que dava na pequena esplanada existente diante da cripta funerária!

Tomei a ladeira sul e a coisa de cem metros do ponto de contato, tendo à minha direita as pedras basálticas que cercavam o cemitério, parei ofegante e ajustei minhas lentes especiais. Ao invadir a área de segurança IR, a conexão auditiva começou a vibrar. Os sistemas, portanto, estavam no automático. A

conexão funcionava. Mas... e meu companheiro? Não conseguia entender. O que haveria acontecido em minha ausência? Quando visualizei o fulgurante módulo, meu coração, bombeando selvagememente, quase parou de susto: a escadinha hidráulica havia sido acionada. Evidentemente, Eliseu devia ser o responsável por aquilo. Mas por quê?

Introduzi-me na nave como um furacão. Realmente: meu irmão não estava ali. Desaparecera. Lutando com a incerteza, era difícil manter-me sereno. Tinha de pensar. Que poderia haver ocorrido? Revisei os painéis de controle. Tudo funcionava perfeitamente. Papai Noel também não forneceu informação alguma sobre o penoso assunto.

Os únicos indícios eram a transferência do alarme infravermelho para o sistema diretor – que respondeu com precisão – e a descida da escadinha.

Uma coisa estava clara: meu companheiro levava sua própria conexão auditiva. E mais: o fato de haver fixado em 300 pés o limite do escudo protetor tranqüilizou-me um pouco. Se tivesse intenção de afastar-se a uma maior distância, o mais prudente teria sido estender o alcance da radiação IR a um raio superior. Isso era uma obrigação e a meticulosidade de Eliseu estava fora de dúvida.

Essa explicação, todavia, falhava em um ponto. Se Eliseu se encontrasse dentro desse raio de ação de 300 pés, o lógico seria que o computador central, como em meu caso, o houvesse alertado. O “intruso” – que naquelas circunstâncias era eu mesmo – não teria passado inadvertido. Isso, naturalmente, admitindo que sua localização fosse correta. Na previsão de que tais deduções estivessem certas, instalei-me diante dos painéis de comando e abri o canal da conexão auditiva.

Aquela era outra das deficiências do programa: enquanto o explorador que permanecia fora do módulo não tomasse a iniciativa, ativando sua “cabeça de cera”, o receptor – nesse caso o piloto que permanecia no módulo – não tinha como estabelecer contato.

(Devido a este “incidente”, Eliseu retificaria os dispositivos, conseguindo que a conexão auditiva pudesse ser aberta e realizada por ambas as partes, indistintamente.)

A espera foi angustiosa e interminável. Não conseguia compreender. Se meu irmão – como seria de boa lógica – houvesse recebido os sinais de Papai Noel, advertindo-o da irrupção de um ser vivo nas imediações da “base-mãe”, por que não aparecia ou, quando menos, não tentava uma simples conexão com a nave? Em seus cálculos aquele intruso poderia ser eu.

“A não ser que...” Repeli logo a funesta hipótese de um acidente. Mas a semente da dúvida estava lançada. E um suor frio me invadiu. Tinha de agir!

Tinha de sair em sua busca! Mas para onde?

Em uma última tentativa para encontrar alguma luz, chequei os discos do computador. Verifiquei que a codificação dos informes e estudos sobre o “corpo glorioso” do Mestre – trabalho ao qual ele se dedicava quando deixei a nave – estava interrompida no impressionante capítulo do “supercérebro”.

Confesso que nesses momentos de ansiedade não tive a percepção necessária para imaginar que talvez aqueles extraordinários achados pudessem ser a causa de tão brusca e inexplicável desapareição. Quando aprenderei a ouvir a “voz” da intuição?

Só o que pude estabelecer claramente foi que o trabalho de Eliseu havia sido interrompido às dez horas. Considerando que os cronômetros do módulo assinalavam naquele instante 16, era possível que ele já estivesse fora da nave por longas seis horas. Nada menos! Nesse espaço de tempo ele podia ter caminhado até muito além de Saidan, de Migdal e de Corozain, para dar alguns exemplos. Mas em que tolices eu estava pensando? Nenhuma dessas metas se enquadrava em nossos planos. E se houvesse sofrido algum percalço e perdido a memória? Eu não queria cair no derrotismo mas também não podia esquecer o que acontecera a Eliseu na segunda aterrissagem...

Enquanto aguardava uma comunicação que não chegava, tentei pôr em ordem meus pensamentos e relatei em minha mente os possíveis lugares aos quais poderia ter ido. Afastei a cripta funerária. Embora suas visitas ao cemitério se houvessem amiudado, nos últimos dias, na tarefa de completar as análises antropológicas, a autonomia da potente lanterna não daria para tantas horas de investigação.

Teria ele descido aos depósitos de Tabja? As reservas de água ainda eram abundantes. Além disso, esse lugar estava a uns vinte minutos do módulo e, pois, fora do alcance da radiação infravermelha.

Nahum? Muito menos... E se ele tivesse tentado localizar-me em Saidan? Mas, para quê? No “berço” tudo estava andando como um relógio. Descartei, portanto, essa outra possibilidade. Se tivesse necessitado comunicar-se comigo dispunha da frequência laser. Eu a teria recebido prontamente.

Às 16h30, inteiramente confuso, decidi sair à sua procura. Meu segundo lamentável erro foi não revisar o compartimento das ferramentas. Ter-me-ia poupado tempo e aborrecimento.

A busca pela colina foi inútil. Não consegui descobrir nem o mais leve vestígio de sua passagem. E, não sei muito bem por que, o pressentimento de que pudesse achar-se em Tabja ou Nahum foi crescendo em meu angustiado espírito. Assim, sem perda de tempo, fui até a zona dos moinhos. Nakdimon, o funcionário encarregado das águas, não soube dar-me nenhuma informação. Não

havia visto ninguém com as características de Eliseu. Desanimado, voltei e, quando me encontrava de novo próximo à estrada, ao pé do talude que me servia de referência para subir a ladeira que levava à nave, mudei de plano. Antes de seguir para Nahum daria outra olhada no módulo. Valia a pena perder uns minutos diante dos controles, aguardando a ansiada comunicação.

“Quem sabe” – tentei animar-me – “talvez esteja de regresso e tudo isso não tenha passado de um desencontro...”

Mas o módulo, eu sabia, continuava deserto. E a voz de meu companheiro ainda estava muda.

Agora, meditando sobre o caso, fico assombrado com o meu equilíbrio. Não há dúvida: fomos magnificamente treinados. Só por isso não sucumbi. Sentado no meio daquele terrível silêncio, só e sem acreditar no que estava acontecendo, poderia ter enlouquecido. Que teria ocorrido se Eliseu não aparecesse? Que teria sido da operação? Sozinho, eu iria enfrentar as maiores dificuldades...

Graças a Deus, meu ânimo manteve-se vivo. Mais do que vivo, irritado. Então, disposto a tudo, saltei de novo em terra.

Seriam 18h30. Lembro que o anoitecer já se prenunciava no horizonte. Não teríamos mais do que uns trinta minutos de claridade. Tomei o rumo de Nahum. Tenso, cego de raiva, capaz de destruir quem quer que tivesse feito mal a Eliseu (o código ético do Cavalo de Tróia não valia uma pitada para mim àquela altura), galguei os escuros blocos de basalto do círculo e enquanto isso tomei a decisão de vasculhar Nahum de cima para baixo. E se não fosse suficiente, passaria uma peneira em Saidan, Migdal e onde mais fosse necessário. Meu irmão era o que me importava acima de tudo.

Cruzei a diminuta esplanada e, ao chegar à vereda que levava para o leste, uma imagem – ou seria uma sombra? –, fugaz como um relâmpago, me paralisou. Em minha obsessão, estive a ponto de não vê-la. Tremo só de imaginar isso. Hesitei. “Não é possível...” A excitação começava a perturbar-me. Era preciso readquirir meu autocontrole. Contive a respiração, temeroso de voltar a cabeça e confirmar o que acreditava haver descoberto. E, de repente, por associação de idéias, a cena dos galileus descendo a colina voltou-me à memória. Foi uma seqüência rápida, confusa, impregnada de fatalismo. Não sei como, mas nesse espaço infinitesimal de tempo eu soube o que havia ocorrido. E a angústia eriçou-me os cabelos.

Voltei-me devagar. Lentamente. Com a respiração agitada. Rezando para que aquela impressão não se confirmasse. Mas confirmou-se, lamentavelmente.

“Oh, não!”

De fato, a enorme pedra – que não pudéramos deslocar na ocasião – havia sido rolada até o seu lugar, fechando a cripta. Só havia uma explicação: alguém,

nunca soubemos quem, descobrira a profanação e avisara os proprietários do panteão. Estes foram até o círculo rochoso e o fecharam de novo. Aquele grupo de indignados galileus devia ser o responsável pelo fechamento.

Mas, e meu irmão? Que era feito dele? Se se encontrasse no interior, em qualquer dos dois pavimentos, certamente teria escutado as vozes, os passos e o ranger da pedra ao roçar a fachada. Se assim fosse, ao ver-se enterrado vivo, por que não me havia pedido auxílio através da conexão auditiva? Ou não estaria na cripta? Deus, que angústia! E se tivesse sido atacado pelos habitantes de Nahum? Eliseu, que eu soubesse, não estaria armado. Neguei-me a admitir isso. E o lugar era sagrado para os judeus. Dificilmente o haveriam profanado com um derramamento de sangue. Mas quem podia estar seguro de alguma coisa? Aqueles fanáticos eram capazes de tudo.

Aproximei-me da pedra circular, tentando captar algum som procedente do interior. Só o que ouvi foi o retumbar do meu coração, que quase escapava pela garganta. Não podia permanecer naquela penosa dúvida. Não havia alternativa senão deslocar o calço da pedra e penetrar na gruta. Lutei com a cunha de madeira e por fim, ofegando, consegui arrancá-la. Depois, num esforço como jamais havia feito antes, consegui que a pedra rolasse pela canaleta inclinada até encravar-se, entre bramidos, no lado oeste da fachada. Com os olhos fora das órbitas atingi o curto corredor que levava à primeira das câmaras.

– Eliseuuuuuu!...

O eco devolveu meu chamado. Esperei. Nada. Silêncio. A cripta, escura, parecia solitária. “E se eu estivesse enganado?” Talvez meu companheiro tivesse tido a boa idéia de não prosseguir nos estudos. Então eu estaria perdendo meu tempo. “Deveria ter continuado meu caminho até Nahum...”

Apesar de tudo, não parei. Tateando, desci até a antecâmara. Mas o diabo é que ali não se via nada. O melhor a fazer era regressar à nave e apanhar uma lanterna. De súbito, uma idéia sinistra obrigou-me a retroceder, cheio de medo. “E se aqueles energúmenos voltassem e tornassem a fechar a gruta?” A macabra suposição tirou meu último alento. Nesse caso podia dar-me por morto... e enterrado. Um homem sozinho, no interior, não teria a mais remota possibilidade de deslocar aquela rocha, uma vez encaixada na canaleta. Senti frio. Um frio seco, causado por meu próprio medo.

Se estava ali, por que não respondia? No fundo, aquele silêncio, apenas rompido pela minha respiração, era um bom sinal. “Certamente estou enganado...”

Disposto a desafiar meu próprio pânico, com os braços estendidos, brandindo a “vara de Moisés” no tenebroso vazio à maneira de bastão de cego, penetrei na primeira das câmaras funerárias que desembocavam na antecâmara.

Não havia como acostumar minhas pupilas ao espesso negror ambiente. Repeti as chamadas. Golpeei o solo, as paredes e os cantos, na vã intenção de localizar Eliseu ou tropeçar em algo que me servisse de ajuda. Os nichos ou *kokim* achavam-se fechados, tal com os havíamos deixado. A busca repetiu-se nas outras salas funerárias, sem melhores resultados. Não saberia explicar por que, mas a idéia de descer à galeria inferior me torturava. Atribui a repulsa ao medo. Jamais gostei de cemitérios e menos ainda naquelas circunstâncias. Mas devia descer.

Tateei os degraus com o cajado. O caminho estava livre. E, uma vez na espaçosa segunda cova, parei indeciso, como que numa desesperada tentativa de perfurar as trevas.

– Eliseuuuuuu!...

Escolhi a parede da direita e, colando-me à rocha fria, fui avançando. Lentamente, pelo som dos golpes do cajado, eu reconhecia os diferentes sarcófagos que repousavam nos arcossólios. Meu coração batia vigorosamente, no esforço de manter lúcido o cérebro. Agora entendo as pessoas que desmaiam de terror. Minha língua, como se fosse feita de esparto, foi incapaz de modular um novo chamado.

Completado o percurso, retornei ao ponto de partida – a escada – e respirei aliviado. Se minha memória não me enganava, eu não havia deixado um canto por esquadrinhar. Eliseu, positivamente, não estava na tumba. Mas então... eu estava no zero! Como no início! Deus!

Esquecendo o macabro do lugar – que podia eu temer daquelas centenas de esqueletos! – fui sentar-me num dos últimos degraus. Não podia render-me. Aquele pesadelo só podia ser isso mesmo: um pesadelo fugaz. A qualquer momento, quando menos o esperasse, eu despertaria – quem sabe no módulo – e meus olhos reconheceriam o diligente Eliseu. Mas, desgraçadamente, eu não estava sonhando. Meu irmão havia desaparecido.

Aquele foi um dos poucos momentos, em toda a operação, em que dei livre curso aos meus sentimentos. E chorei com raiva. Com amargura. Com desespero. Mas a Providência é a Providência...

De repente, do mais fundo da maldita fossa, acreditei ter ouvido alguma coisa. Trêmulo, ergui o rosto e me pus em pé, pressentindo um perigo. Eu estava tomado de calafrios.

– Deus! Que terá sido isso?

Juraria que o estranho som havia partido do ponto mais extremo da galeria. “Não é possível”. Essa zona havia sido também batida pela “vara”. “Alucinações, Jasão!”, recriminei-me.

Uma segunda onda de câimbras e calafrios foi a imediata e fulminante

resposta a um novo e mais nítido “crac”. Tentei engolir em seco e não consegui. O medo me paralisava. Era um som seco. Como o de entrecostar de ossos... Meus joelhos dobraram-se. Ossos? Não, Jasão, calma! Os mortos não ressuscitam... Bom, nem todos.”

Os confusos rangidos cessaram. Não havia dúvida: chegavam do fundo da cova. “Mas...” Aí me lembrei: “Maldição!... Como não me havia ocorrido?” Tremendo dos pés à cabeça avancei uns poucos passos pelo centro da galeria. Outro ruído me paralisou de novo. Dessa vez não foi como das anteriores. Parecia mais um gemido... “Deus do céu! O poço! A fossa comum! Eu havia esquecido!”

A um metro do ossário, consumido pela incerteza, tropecei com “algo”... metálico. Abaixei-me e, palpando na obscuridade, reconheci o “obstáculo”: era a lanterna a bateria!

– Eliseu!...

Era tal o meu pavor que minha voz quase não me obedeceu.

– Aqui!

Era ele! Era meu irmão!

Feito um feixe de nervos ativei a lanterna. A carga estava praticamente esgotada. Mas a amortecida radiação residual foi suficiente para localizar Eliseu. Caído sobre aquele amontoado de ossos e caveiras, tinha o rosto ensangüentado. A seu lado, o grande saco de ferramentas. Atirei-me ao fundo do ossário e o abracei. Foi a primeira vez que o vi soluçar e afundar seu rosto em meu peito.

Ao examinar-lhe a fronte vi que apresentava um corte e que o sangue havia coagulado. Quanto tempo tinha estado ali? Que havia acontecido? Não era o momento de interrogá-lo. Só lhe perguntei se podia caminhar. Fez sinal que sim e, após ajudá-lo a sair do poço, passando seu braço esquerdo sobre meus ombros, carreguei Eliseu e o instrumental, fugindo daquele inferno.

Uma vez em segurança na nave e praticado um primeiro curativo de urgência, explicou-me o que acontecera. Pelas 10 da manhã, cansado, resolvera interromper os estudos sobre o “corpo glorioso” de Jesus.

– Reconheço – confessou –, não calculei os riscos e decidi aliviar a tensão com um trabalho mais “terrestre”.

Assim foi que entrou na gruta, disposto a continuar as investigações antropológicas.

– Tudo estava sob controle, Jasão: o cinturão infravermelho no automático, minha conexão... Mas, pelas treze horas, a segunda bateria começou a falhar. Decidi retomar quando, inesperadamente, ouvi ruídos na galeria superior. Recolhi rapidamente o material – prosseguiu com amargura – e, suspeitando que pudesse tratar-se de algum nativo, corri na obscuridade com a intenção de me

ocultar no mais profundo da gruta. A lanterna rodou pelo solo e, em meu nervosismo (velho amigo! como senti falta da sua serenidade!), esqueci essa traiçoeira fossa e caí sobre ela como um fardo. Depois não me lembro de mais nada... Ao recobrar os sentidos você apareceu. Que Deus o abençoe!

Estremeci, horrorizado. Não só diante da dramática situação em que Eliseu estaria se fosse descoberto, mas, muito especialmente, ao pensar nas conseqüências de uma queda como aquela. E quem poderia assegurar que não havia sido percebido pelos galileus?

Mergulhá-lo em novos sofrimentos não era justo. Assim, não lhe contei que a cripta havia sido fechada. Jamais soube que havia sido enterrado vivo.

Tudo aquilo explicava por que não captara os sinais de Papai Noel e, logicamente, seu longo silêncio.

O golpe, por sorte, não tinha gravidade. Mas, na previsão de uma sempre possível infecção, apliquei-lhe, localmente, um antibiótico de penetração rápida e uma dose de vacina antitetânica, por via subcutânea.

Quase não voltamos a falar do lamentável incidente, mas ele nos serviu de lição. A partir de então, por simples ou insignificantes que pudessem ser ou parecer, nossas ações foram sempre discutidas e analisadas previamente. Em cada momento da exploração soubemos onde o outro se achava, com que objetivos e quais eram os limites geográficos e temporais de cada manobra. Ainda assim – não nos enganemos –, nem sempre tais precauções eram suficientes para nos dar tranqüilidade...

Embora a recuperação de Eliseu fosse rápida, o resto do dia não foi fácil para mim. Minha intenção de viajar no dia seguinte para Nazaré estava ameaçada. Não me atrevia a deixar meu companheiro só. Não por medo de que cometesse outra tolice – eu era muito pior nesse sentido – mas devido à possibilidade de que ocorresse qualquer das numerosas formas de tétano conhecidas. (As feridas, em geral, são susceptíveis desse tipo de infecção. Tanto as produzidas por arma como por pedra, ossos etc., especialmente se contaminadas por terra ou estrume.)

Meu silêncio não lhe passou despercebido. Ao pedir-me que lhe dissesse como fora o dia em Saidan percebeu a causa da minha inquietação. Não procurou convencer-me ou animar-me a manter o plano. Em silêncio, com um gesto decidido, começou a preparar minha bagagem.

Deixei-o fazer. Eu sabia que, uma vez adotada uma decisão, dificilmente voltava atrás. Certamente, e ainda que eu não lhe dissesse nada, eu também tomara uma decisão: esperaria o amanhecer de segunda-feira. Se seu estado inspirasse confiança eu partiria. Caso contrário, ninguém me obrigaria a acompanhar a Senhora e o Zebedeu.

Na realidade, o pequeno saco de viagem que eu devia levar não continha grande coisa: um par de sandálias de reserva, uma frugal porção de frutas secas (de alto poder calórico) – figos prensados, passas e nozes, basicamente – uma cabaça com água fervida e filtrada⁸⁵ e principalmente uma dezena de fármacos, perfeitamente camuflados em pequenos frascos de argila.⁸⁶ Na bolsa de borracha que pendia do meu cinto os objetos de costume: as “crótalos”, as moedas – cada vez mais reduzidas – e o último e o ainda inédito salvo-conduto de Pôncio.

Preparada a bagagem, olhamo-nos em silêncio. Mas ambos sabíamos, claro, o que o outro pensava. Cansados dos trabalhos e das emoções daquele dia, deitamo-nos, deixando que o Destino como quase sempre acontecia – estabelecesse a pauta a seguir. E o Destino, uma vez mais, mostrou-se férreo e inflexível.

⁸⁵ As normas do Cavalo de Tróia, neste capítulo, eram rígidas e inflexíveis. Além de uma rigorosa profilaxia química, as regras higiênicas a seguir, enquanto nos encontrássemos em contato direto com aquela civilização, eram sagradas. A água, por exemplo, veículo de graves enfermidades transmissíveis, como disenteria bacilar, febre tifóide, empaludismo (conhecido no Egito pelo nome de aat), amebíase e uma longa lista de poliparasitas, estava proibida. Só se podia consumir aquela que houvesse sido previamente potabilizada por nós. Nesse sentido, os exploradores achavam-se obrigados a recusar qualquer oferta de líquido que, como disse, não houvesse sido tratado convenientemente e em nossa presença.

No “berço”, tanto a água de chuva como a procedente do exterior, era filtrada e submetida a ebulição, por espaço de no mínimo dez minutos. Com o fim de evitar os possíveis quistos de *Entamoeba histolytica* e *Giardia lamblia*, parasitos freqüentes naqueles climas e resistentes à cloração, a água recebia as correspondentes doses de tintura de iodo de cinco a dez gotas por litro. (N. do M.)

⁸⁶ Ainda que não fossem utilizados em profusão, cada vez que um expedicionário empreendia uma viagem de certa duração, em sua bagagem devia figurar uma mínima variedade de fármacos, para os casos de emergência. Essa “farmácia” habitual, sempre camuflada nos recipientes da época, reunia diferentes analgésicos antitérmicos (paracetamol e aspirina, preferencialmente), analgésicos mais potentes (à base de codeína), antibióticos de amplo espectro (tetraciclina, cotrimoxazol e amoxicilina, entre outros), antidiarréicos (loperamida), antiácidos (trissilicato de magnésia e hidróxido de alumínio), anti-histamínicos, antibióticos para uso tópico (neomicina e bacitracina, geralmente), a cloroquina (importantíssima como antipalúdico), um amebicida (tinidazol ou metronidazol), uma mistura especial para reidratação por via oral e até, segundo as viagens e expedições, soros antiofídicos polivalentes e soluções antifungos (clatrimazol ou miconazol, indistintamente).

O inevitável capítulo dos alimentos foi outra preocupação constante. Muitas daquelas enfermidades podiam contrair-se também através de víveres contaminados por moscas ou, como no caso das verduras e vegetais, devido ao contato com águas residuais. Nossos cuidados foram extremos no referente ao consumo de carnes. É sabido, por exemplo, que a de vaca pode transmitir a *taenia saginata* e a de porco (impura para os judeus), a *T. solium* ou *Trinchinella spiralis*. Quanto a determinados peixes de água doce, hóspedes intermediários de *diphil lobothrium latum*, ou de mar, transmissores da clonorquiose, as cautelas deviam ser igualmente severas.

Também estava proibida a ingestão de serpentes, capazes de originar uma porocefalose, e algumas muito específicas famílias de caranguejos, portadoras de paragonimíase. Em todo caso, os alimentos consumidos no interior da nave deviam estar rigorosamente bem cozidos ou fritos a temperatura que alcançasse os 50 graus. (Nessa temperatura, a maioria dos agentes patogênicos é destruída.)

As frutas cruas, obviamente, só podiam ser ingeridas uma vez descascadas. E com os ovos e os doces em geral os cuidados eram muito mais rigorosos. Entre nós, utilizávamos um dito que podia sintetizar esse rigoroso e necessário controle higiênico-sanitário: “No trópico (ainda que nossa posição geográfica não correspondesse exatamente à dos países tropicais), ou fervido, ou cozido, ou descascado... ou posto de lado.”

Com a roupa, ao contrário, não tivemos problemas. A “pele de serpente” constituiu magnífica e insubstituível proteção. Com respeito às túnicas e mantos, eram lavados no módulo, destruindo-se assim qualquer depósito de ovos de moscas e insetos cujas larvas pudessem constituir perigo.

Por último, sempre que fosse possível, evitávamos caminhar descalços, para eliminar o sempre latente risco de infecções por helmintos (anquilóstomos, estrongilóides e larva cutânea). Nem é preciso dizer que durante o terceiro salto essas medidas foram acentuadas ao extremo. (N. do M.)

De 24 de abril, segunda-feira, a 28 de abril, sexta-feira

A pouco e pouco nos acostumamos. E chegou a ser familiar. Cada amanhecer – enquanto o módulo permaneceu na encosta sul do monte da “ordenação”, bandos de pássaros faziam acionar os alarmes infravermelhos, despertando-nos.

Eliseu foi o primeiro a levantar-se. Estive observando-o enquanto fazia suas abluções. Parecia-me recuperado. Até mesmo nunca fiquei sabendo se fingia –, enquanto preparava o desjejum, ouvi-o cantarolar.

Curioso: o esgotado era eu. E atribuí isso às peripécias do dia anterior. O caso é que precisei de muita força de vontade para pôr-me em pé. Foi meu irmão quem tocou no assunto. O susto disse – havia passado. Achava-se em perfeita forma e, portanto, os planos não deviam ser alterados. Eu devia ir para Nazaré.

Deixou que eu o examinasse. A cicatrização progredia e, apesar da minuciosidade com que o fiz, sua temperatura e funções vitais estavam melhores que as minhas. Desconfiado, insisti:

– Tem certeza de que está em condições?

Só me permitiu que fizesse a pergunta uma única vez. E, convencido de que seu estado físico e emocional era excelente, demos um último repasse no programa. A expedição – estimada em cinco dias no máximo – apresentava alguns inconvenientes. O mais sério: a falta de comunicação. Em linha reta, a distância que nos separaria era de 28 quilômetros. Os obstáculos naturais que se interpunham entre o “berço” e Nazaré – em especial a cadeia de elevações situada ao noroeste daquela vila, com cotas de até 573 metros – tornava inviável a conexão “via laser”, único meio exequível de transmissão a partir de 15 mil pés (cinco quilômetros). Dispúnhamos, claro, do “olho de Curtiss”, susceptível de ser lançado a uma distância limite de até dez quilômetros. Mas um mínimo senso de prudência não aconselhava seu uso em tais circunstâncias.

Outro risco a ter em conta era o caminho propriamente dito, com a permanente ameaça dos bandidos, os possíveis ataques de animais selvagens e as imprevisíveis inclemências atmosféricas.

Segundo nossos cálculos – teóricos, é claro –, a distância entre Nahum e

Nazaré podia ser coberta, a passo regular e sem contratempos, em um tempo que oscilava entre cinco e seis horas. A rota habitual, freqüentada pelas caravanas procedentes da fértil planície de Esdrelon e de Damasco, compreendia – segundo nossas informações – alguns pontos obrigatórios. O *wadi* Hamam ou Vale das Pombas, ao noroeste de Migdal, Arbel e o desfiladeiro dos “Cornos de Hattin” e, a partir desse colossal maciço rochoso – sempre para o oeste –, deixando à direita os povoados de Lavi e o atual Tur’an, as colinas de Caná. Daí a Nazaré só restaria meia dezena de quilômetros.

A nova aventura me fascinava, confesso. Percorrer, palpar e farejar até o último canto da aldeia onde Jesus havia vivido tantos anos era um desafio e uma oportunidade que não se podia desperdiçar. Tinha certeza: aquela visita poderia fornecer-nos reveladoras informações sobre essa “vida oculta”, como a qualificam – erroneamente, é claro – os cristãos. E a emoção do desconhecido levantou meu ânimo, tirou-me daquele abatimento físico em que havia caído.

Durante minha ausência Eliseu se responsabilizaria pela ultimação dos estudos e codificação de todos os dados que se relacionavam com o “corpo glorioso”, assim como pelas observações e coleta de amostras do *yam*, fundamentais para a não muito distante terceira exploração.

De mútuo acordo estabelecemos essa área de observação no triângulo formado pelo ponto de contato, Tabja e Nahum. Por enquanto, a cripta funerária fora considerada como “zona proibida”. Em caso de “suma emergência”, meu irmão tinha ordens rigorosas: utilizar primeiro as defesas convencionais (cinturão gravitacional e outras) e, na hipótese de ter de abandonar a encosta, transferir o módulo para os quase inacessíveis picos de Hattin. Só em caso extremo devia recorrer – em meu nome – à proteção da casa dos Zebedeu, em Saidan. E, rogando aos céus que nada disso ocorresse, Eliseu e eu nos despedimos com um afetuoso abraço. A sorte estava lançada.

Às 5h30, com os primeiros alvores da manhã, descí para Nahum, evitando o caminho que partia do círculo rochoso. Nuvens negras cobriam o lago e refrescavam a temperatura. A mudança podia ser boa ou má, segundo o ponto de vista. A chuva encheria os minguidos depósitos do “berço”, mas ao mesmo tempo podia criar problemas para a nossa caminhada até Nazaré.

Não tive de esperar muito. Ainda que os encontros naquele tempo não tivessem nada que ver com o que hoje conhecemos e praticamos, meus amigos, à sua maneira, foram pontuais.⁸⁷ Pelas 6h30, o barco que havia sido capitaneado por Simão Pedro atracava ao leste do porto, em um dos cais triangulares próximos ao estaleiro dos Zebedeu. Surpreendeu-me ver os gêmeos e o chefe da casa.

O velho Zebedeu foi o único que desembarcou. Saudou-me muito afável e,

com sua proverbial parcimônia de palavras, ergueu a mão esquerda para despedir-se dos demais passageiros do barco e retirou-se em direção ao estaleiro.

Rapidamente acomodei-me na proa, junto à Senhora. E no mesmo instante João, Bartolomeu e os irmãos de Alfeu puseram o barco em movimento, costeando para Tabja, ao que parecia.

Mas eu estava enganado. Com grande senso prático, o Zebedeu preferiu cobrir aqueles quilômetros que nos separavam do *wadi* de Hamam – ponto inicial da caminhada –, não pelo caminho da costa, mas pelo lago. Isso nos pouparia energias – em especial para Maria – e representaria também economia de tempo em nosso deslocamento até o nosso objetivo.

Descobri nos olhos da Senhora um especial brilho de alegria.

Mas durante a longa meia hora que a travessia durou, quase não falamos. “Por razões de segurança” – segundo João –, o desembarque se fez a meia milha ao sul do porto de Migdal, em uma praia deserta. A Senhora agradeceu com um sorriso quando lhe estendi a mão e ajudei-a descer do barco. Presumi que a inquietação provocada no *yam* pelas aparições do Mestre é que haviam levado Zebedeu e os demais a evitar qualquer encontro, em especial nas povoações ribeirinhas. “Haveria tempo” – argumentou João, rememorando as calorosas intenções de Pedro – “de enfrentar as pessoas e falar claro...”

Bartolomeu e o Zebedeu apanharam diversos sacos de viagem e eu me encarreguei do odre que continha água. E, rapidamente, com um mútuo e lacônico “Que a paz esteja convosco”, Judas de Alfeu empurrou o barco para a água e saltou para o seu interior. Minutos depois, os gêmeos perdiam-se na cinzenta superfície do lago, rumo a Saidan.

Natanael tomou a iniciativa e se colocou à frente da expedição, adentrando a planície que nos separava da Hamam. Inspirei com força e, dirigindo um último olhar à distante elevação na qual estava meu irmão, situei-me imediatamente atrás de João, fechando a pequena comitiva. Uma nova e excitante aventura começava...

⁸⁷ Como creio haver assinalado em ocasiões anteriores, a medição do tempo naquela época não era como hoje. Mesmo entre as culturas do Oriente e do Ocidente existiam diferenças substanciais. Os judeus, por exemplo, consideravam o pôr-do-sol como o início de um novo dia. O Genesis assim o proclamava: “A noite e a manhã eram um só dia.” Os romanos, ao contrário, começavam a conta a partir da aurora. As horas, claro, existiam para uns e para outros. Mas não com a interpretação que hoje conhecemos. O cálculo de minutos e segundos era conhecido desde os tempos do exílio na Babilônia, ainda que raramente fizessem uso deles. Agendar com alguém para 9 horas e 15 minutos, por exemplo, seria absurdo. Marcava-se “ao entardecer”, “ao alvorecer” ou entre as diferentes e principais “horas” do dia ou as “vigílias” da noite. Só as famílias abastadas dispunham do luxo de um relógio. Talvez eu fale mais adiante desses curiosos mecanismos. O tempo, em suma, era concebido de outra forma: sem urgência, sem o atual e lamentável sentido de “escravização”. (N. do M.)

NOTA DE J. J. BENÍTEZ

(Penso que a esta altura do Diário do Major, antes de prosseguir com suas vivências, é conveniente saldar uma dívida com o leitor.

Em minha obra anterior – Cavalo de Tróia 2, página 463 –, por motivos alheios à minha vontade, e de caráter puramente técnico, vi-me obrigado (pela segunda vez) a interromper o incrível relato sobre a infância e a juventude de Jesus de Nazaré. Este, digo agora, é o momento ideal para retomar o fio da substancial e esclarecedora narração, interrompida em plena fuga de José e Maria para o Egito.

E, como naquelas ocasiões, antes de passar ao relato, sinto a necessidade de advertir de novo aos fracos ou a todos aqueles cujos princípios religiosos estejam irremissivelmente “cristalizados”, que, por favor, abandonem a leitura das páginas que se seguem. Não é meu desejo magoar a sensibilidade desses possíveis leitores. Apenas, como já afirmei em múltiplas oportunidades, tentar aproximar-me de uma das mil faces da Verdade.

Dito isso, entremos em cheio, sem medo, na assombrosa “vida oculta” do filho de Deus.)

A *matança* (o Major refere-se aos inocentes na aldeia de Belém) vitimou dezesseis meninos. Era o mês de outubro do ano 6 da era cristã. Jesus contava então catorze meses de idade.

Mas antes que entrássemos nessa outra ignorada etapa da vida de Jesus – a estada no Egito –, eu quis desfazer duas dúvidas que continuavam pairando em minha mente.

– Não foi um anjo quem advertiu José, em sonhos, que devia fugir de Belém?

Maria respondeu prontamente:

– Sim... um “anjo” chamado Zacarias, meu primo.

Mateus havia falhado de novo, nesse ponto. E tive de aceitar a reprimenda da Senhora, que qualificou minha imaginação de “febril e possuída pelos demônios”.

Sorri no meu íntimo. No fundo, a reprimenda devia ser dirigida ao crédulo evangelista...

A segunda pergunta foi recebida com idêntica perplexidade.

– Uma estrela?

– De fato – insisti –, conta-se que aqueles sacerdotes de Ur foram guiados por uma estrela de grande brilho...

– Ouvimos algo, sim, mas nós nada vimos de tão extraordinário... Quem sabe José, se vivesse, poderia dar-te mais detalhes. Sinto.

Tive de resignar-me. A história da não menos célebre estrela de Belém ficou em suspenso. Mais tarde, como já mencionei, em nossa exploração pelas colinas situadas ao sul da Cidade Santa, essa e outras incógnitas ficariam resolvidas. Por exemplo, a sangrenta matança dos infantes. Como foi feita? Salvaram-se muitos meninos, além de Jesus? Como reagiu a aldeia diante de tão brutal extermínio?

Mas restavam tantos temas por discutir...

Que ocorreu em Alexandria? Quanto tempo permaneceram na cidade egípcia? Que sucedeu nas viagens de ida e volta? Como haviam sido aqueles primeiros anos da vida de Jesus?

O tempo pressionava e concentrei minhas perguntas na fuga para o Egito...

Aquela fora uma etapa tranqüila na vida da família. A permanência na populosa e arrogante Alexandria se prolongaria por dois anos. Mais precisamente, até agosto do “menos quatro”.

A Senhora guardava uma enternecida lembrança dos hospitaleiros hebreus

que os acolheram desde o primeiro momento: uns abastados parentes de José. O carpinteiro de Nazaré não tardou a encontrar trabalho e, meses mais tarde, a fortuna voltaria a sorrir-lhes: José seria contratado como contramestre de um grupo de operários do ramo da construção, dirigindo as obras de um edifício público. Esse emprego lhe proporcionaria a experiência suficiente para, à sua volta para a Galiléia, aventurar-se na profissão de empreiteiro de obras. Um trabalho associado à marcenaria, que, por fatalidade, o levaria à morte.

Lendo os textos evangélicos de Mateus, tem-se a sensação de que a permanência no Egito teve caráter puramente transitório. De fato foi assim. Mas, pelo que pude deduzir das palavras de Maria, o casal estava a ponto de ceder às propostas de parentes e amigos de Alexandria, fixando-se no Egito...

– Desejávamos e precisávamos iniciar uma nova vida – disse com nostalgia – e aquela boa gente fez o impossível para que ficássemos. De certa forma tinham razão: nosso filho poderia exercer uma maior influência de Alexandria do que de uma remota aldeia da Galiléia.

– Então – interrompia, confuso – vossos amigos sabiam...?

Ela sorriu, buscando minha compreensão.

– Nosso segredo, querido Jasão, era difícil de guardar. No princípio só o souberam os parentes mais próximos a José.

– Que é que eles sabiam... exatamente?

Seus olhos profundos voltaram a assombrar-se diante de minhas aparentemente absurdas perguntas.

– Que podíamos nós dizer-lhes que tu não saibas? Simplesmente: que Jesus era o “Filho da Promessa”.

Durante muito tempo, no seio da família de Nazaré, esta seria a forma secreta de designar o Primogênito.

– Como era de esperar – prosseguiu, paciente –, um daqueles parentes terminaria por revelar o segredo a outros amigos de Mênfis. E como bons fiéis apressaram-se a visitar-nos, procurando, como te disse, a fórmula para que ficássemos definitivamente. Ali, isso era certo, nosso filho teria recebido uma educação mais esmerada. Fizeram muitos planos. Todos, como nós mesmos, acreditavam na vinda do Messias libertador. Seu amor e generosidade chegou ao extremo de presentear Jesus com um exemplar da tradução grega dos textos sagrados da Lei.

(Aquele livro desempenharia um importante papel na posterior educação do jovem Jesus.)

– Hesitamos. Mas, de comum acordo, recusamos o convite e decidimos regressar à nossa terra.

Rememorando essa situação, tenho-me perguntado o que haveria sido do

Mestre e de sua obra se de fato seus pais terrenos houvessem optado por viver no Egito. O Filho do Homem talvez ficasse sendo conhecido hoje como “Jesus de Alexandria”... Mas a Providência, obviamente, tinha outros planos. Essas “pressões” por parte dos seus parentes atrasariam, entretanto, o regresso à Judéia.

Ao perguntar-lhe pela vida do pequeno Jesus durante aqueles meses, a Senhora disse que pouco havia que contar. O mais relevante – sempre segundo Maria – foi o tardio desmame do menino e as contínuas discussões com José sobre a segurança do bebê.

Quanto ao primeiro assunto, as causas eram razoáveis. Sua agitada vida em Belém e os dissabores e angústias da fuga para o Egito fizeram com que a Senhora o amamentasse quase até os dois anos. Só depois de instalados em Alexandria é que mudaria sua alimentação. Essa prolongada lactação materna – ainda hoje o tema é passível de discussão –, longe de prejudicar o menino, beneficiou-o. A maior parte dos especialistas do nosso tempo defende esse tipo de alimentação, pelo menos até o sexto ou sétimo mês, como a melhor garantia imunológica e nutricional.⁸⁸ Estou convencido de que, inconscientemente, ao dar o peito a Jesus durante tantos meses, Maria proporcionou-lhe uma excelente reserva de defesas, conjurando ou protelando, assim, os inevitáveis riscos de uma alimentação baseada exclusivamente no leite de vaca, cabra ou ovelha, que era a normal.⁸⁹ Não podemos esquecer que àquele tempo o índice de mortalidade infantil era terrível (superior em muitos casos a 50%). Lamentavelmente, uma parte dessa mortandade tinha suas raízes nas extensas colônias de germes que se aninhavam nesses animais de leite, cabras e ovelhas principalmente, primordiais na economia daqueles povos. (O leite era consumido frio ou quente mas jamais fervido.)

O segundo problema – a obsessão de Maria pela segurança de Jesus – a conduziria ao que hoje definimos como um estado de estresse.

– Era um sentimento superior a mim – reconheceu com humildade. – Em casa havia dois meninos e na vizinhança outros quatro ou cinco da mesma idade. Pois eu não suportava vê-lo brincar com eles. Nem mesmo no jardim interno. Tremia ante a possibilidade de um acidente. José e eu discutíamos por causa disso. Ele queria que o menino crescesse em um ambiente normal, sem esses cuidados que, eu sei, chegaram a ser doentios.

Os sensatos conselhos do marido e do resto da família a convenceriam, finalmente, a mudar semelhante atitude, que poderia ter deformado o caráter e a personalidade do Jesus menino. E o pequeno pôde mover-se e brincar livremente, ainda que sempre sob o olhar vigilante da mãe. Todavia, aquele temor a acompanharia durante toda a infância do “Filho da Promessa”.

Em agosto do ano 4 da nossa era, quando Jesus completava seu terceiro aniversário, a família partiu de Alexandria, embarcando em um dos barcos de seu amigo Azraeon, rumo ao norte: ao porto de Joppa (Jaffa), a umas 300 milhas. Ali chegariam nos últimos dias de agosto. Aquela foi a primeira viagem por mar de Jesus. “Uma experiência inesquecível”, segundo sua mãe.

– Era incansável. Corria, saltava, brincava pelo convés, contemplando deslumbrado o mar. Foi camarada com os marinheiros. E suas perguntas começavam a ser embaraçosas para todos.

De Joppa saíam imediatamente para Belém, via Lydda e Emaús. Aí permaneceriam todo o mês de setembro, “negociando” outro assunto de vital importância: deviam estabelecer-se na cidade de Davi, ou, como sugeria José, regressar para o norte e instalar-se em Nazaré?

Antes que a Senhora se aprofundasse nesse tema, ainda desconhecido para mim, fiz um parêntese. Segundo Mateus (2, 19-21), a saída de José, Maria e o menino do Egito teve um caráter “sobrenatural”. “Morto já Herodes” – assegura o evangelista –, “o anjo do Senhor apareceu em sonhos a José do Egito e lhe disse: ‘Levante-te, toma o menino e sua mãe e vai à terra de Israel, porque estão mortos os que atentavam contra a vida do menino.’”

Como de costume, tive problemas para insinuar-lhe o caso do “sonho de José”. Negando com um gesto de cabeça, dissipou todas as minhas dúvidas:

– Um sonho? Não que eu saiba... A presença de um anjo – sorriu gracejando – não era necessária. Queríamos voltar e, simplesmente, regressamos. Que coisas imaginas, Jasão!

Uma vez mais, o evangelista havia inventado ou deixado levar-se pelo costume de emprestar uma desnecessária magnitude a todos os acontecimentos. As coisas foram mais naturais e lógicas. Como também o foi o dilema: Belém ou Nazaré?

A Senhora – assim disse – era partidária da idéia de educar seu filho na antiga aldeia de Davi. Os cristãos que, voluntária ou involuntariamente, forjaram em suas mentes uma imagem espiritual e estereotipada de Maria, pode ser que não compreendam esse ardente desejo da mãe terrena do Mestre.

Embora eu ainda venha a ter novas oportunidades para insistir nisso, convém não perder de vista que tanto àquela altura como ao longo da vida de Jesus, Maria concebeu a missão de seu Primogênito como a de um “libertador político”, chamado a ocupar o trono do rei Davi.

O ansiado Messias – já o tenho dito muitas vezes – era um símbolo, uma esperança, que derrotaria o invasor e elevaria a nação judia acima das outras. José, por seu lado, com um senso prático mais agudo, não via com bons olhos o acesso ao poder de Arquelau, um dos filhos do sanguinário Herodes, o Grande,

falecido nesse mesmo ano “menos quatro”. O caráter igualmente violento do novo tetrarca da Judéia⁹⁰ não lhe inspirava confiança. O prudente e intuitivo empreiteiro de Nazaré – que não tinha muita certeza da missão messiânica de seu filho – suspeitava que os maus dias não tardariam a cair sobre a Judéia. O tempo lhe daria razão.

Foram necessárias três semanas para vencer a teimosa resistência de Maria, empenhada em ficar morando em Belém. Mal decorridos cinco meses da posse de Arquelau e o fogo, a morte e a destruição se haviam já apoderado da Judéia, ameaçando o resto do país.

Não era preciso ser muito arguto nem recorrer aos “sonhos sobrenaturais” para deduzir que o novo governador só traria consigo a desgraça e o luto. Não é necessário buscar, portanto, razões estranhas para justificar a ida a Nazaré. A “ficha policial” de Arquelau falava por si.

De qualquer forma – também é preciso admitir –, podia-se ver em tudo o dedo da Providência. A permanência da família em Alexandria até agosto foi oportuníssima. Se houvesse retornado antes, as revoltas na Galiléia e na Judéia teriam sido uma constante ameaça à sua segurança.

Em princípio de outubro desse ano 4 antes de nossa era, José, Maria e o pequeno Jesus empreenderiam por fim a viagem de volta para Nazaré. A Senhora e o menino no lombo de um burro, comprado pelo empreiteiro. José, a pé, em companhia de cinco parentes que não lhe permitiram que viajasse sozinho. Dessa vez o itinerário foi pelo interior: de Belém a Lydia, daí a Scythopolis e Nazaré, pela planície de Esdrelon. Durante a caminhada, que se prolongou por quatro dias, José advertiu sua esposa que não lhe parecia aconselhável difundir entre os parentes e amigos a notícia de que eram os pais do “Filho da Promessa”. Maria concordou.

– Ao transpormos a última colina – continuou a Senhora, grata por aquela possibilidade de rememorar “tempos tão felizes” – e ao avistarmos a aldeia experimentamos uma profunda emoção. Enfim em casa!...

Maria fez uma pausa, com uma expressão contrariada no rosto.

– Mas não. Os problemas não haviam terminado. Nossa casa estava ocupada, desde três anos antes, por um dos irmãos de José. A culpa foi nossa. A saída do Egito fora tão sigilosa que todos em Nazaré ainda nos supunham em Alexandria. Meu cunhado, contrariado, logicamente, resistiu. Foi uma situação violenta e desagradável. Na manhã seguinte mudou-se e nós, finalmente, pudemos desfrutar a paz do nosso pequeno lar...

Jesus contava então três anos e dois meses de idade. Segundo sua mãe, era um “rapazote forte, são... e maravilhoso”. Havia resistido bem às contínuas mudanças de moradia e às viagens, enchendo a humilde casa de Nazaré com sua

transbordante alegria.

– A única sombra de tristeza em seu coração – salientou a Senhora – deveu-se à natural saudade de seus amigos de Alexandria. Mas logo encontraria novos camaradas de brinquedos. Em especial, um de nome Tiago. Aquele excelente menino chegaria a ser íntimo de meu filho.

Segundo minhas informações, aquele quarto ano da vida de Jesus decorreria sem contratempos mais sérios. Crescia forte e sadio, “com um apetite feroz” e, nas palavras da Senhora, “fazendo mil e uma perguntas sobre tudo que o rodeava”.

Certamente, o acontecimento mais marcante para o jovem casal, e nem é preciso dizer que para Jesus também, foi o nascimento, na madrugada de 2 de abril daquele ano 3 antes de nossa era, do segundo filho. Também varão. Obviamente, encheu de alegria o pai. (Ainda que os judeus não chegassem, nesse particular, aos cruéis extremos dos egípcios, gregos e romanos – que desprezavam, abandonavam e até matavam as meninas recém-nascidas –, o certo é que o nascimento de uma fêmea era motivo de “desolação e tristeza”. “Falso tesouro as filhas” – rezava o *Talmud*. – “E ainda somos obrigados a vigiá-las sempre.”)

– Pusemos-lhe o nome de Tiago e depois de oito dias, como mandava a Lei, o levamos ao *mohel* do povoado: o especialista na delicada operação de circuncisão.⁹¹

Perguntei à Senhora como reagira o pequeno Jesus à chegada de seu irmão. Ela esboçou um doce sorriso e respondeu:

– Feliz! Passava horas contemplando-o e ria às gargalhadas quando o via chupar o dedo...

As coisas, pouco a pouco, começavam a encaminhar-se. Na metade desse verão, José conseguiu realizar um de seus sonhos: montar uma oficina em um ponto estratégico do povoado, perto da fonte pública e da pousada. Associou-se a dois de seus irmãos e seus negócios prosperaram. Conseguiram formar um grupo de operários que enviavam a executar seu trabalho nas aldeias e cidades circunvizinhas, basicamente na construção de edifícios.

Aos poucos, sua especialidade de entalhador e carpinteiro de móveis e instrumentos agrícolas foi ficando em segundo plano. E, embora passasse ainda muitas horas em sua oficina, construindo carretas, cangas e outros utensílios de madeira, seu principal objetivo era a empreitada de obras. Por aquele tempo alternaria também a madeira com trabalhos em couro e lona e ainda fabricava cordas.

– Nosso filho passava muitas horas na oficina do pai, observando-o e ouvindo de boca aberta a algazarra, as conversas e relatos dos guias de caravanas

e dos viajantes que precisavam dos serviços de meu marido.

Assim nasceria em Jesus um vivo interesse pelos costumes de outros povos distantes. Como iremos vendo, esse contato com estrangeiros dos quatro pontos cardiais seria muito proveitoso para o inquieto e sempre atento jovem de Nazaré.

Em julho desse ano, todavia, as visitas de Jesus à oficina paterna ver-se-iam bruscamente interrompidas. Uns viajantes, portadores de algum tipo de infecção parasitária, espalharam pela humilde vila uma epidemia intestinal de graves conseqüências. E Maria, com seu senso de prudência, atemorizada diante da extensão que o mal começava a adquirir, optou por preparar a bagagem e fugir da região, com seus dois filhos. José, apesar das súplicas da Senhora, não se moveu de Nazaré.

– Às pressas – prosseguiu Maria, rememorando o tenso momento –, desesperada ante a possibilidade de que o travesso Jesus, que brincava e andava por toda parte, houvesse contraído, já, a enfermidade, partimos nessa mesma noite para a granja de um de meus irmãos, a 44 estádios ao sul de Nazaré, na estrada de Megido, muito próximo de Sarid. Ali nos refugiamos durante dois meses. E graças a Deus (bendito seja seu nome), nenhum de meus pequenos se contagiou.

“Aquela foi uma extraordinária experiência para Jesus. Divertiu-se muito com os animais, sobretudo com os gansos... – Sorrimos ambos. Não era difícil imaginar o inquieto e pletórico menino a divertir-se com as galinhas ou a dar de comer ao gado. – Havia uma das galinhas, velha e lerda, que fez “amizade” especial com meu filho. A despedida, irmão Jasão, foi um drama... Jesus queria levá-lo. No fim tive de repreendê-lo. O caminho de volta para casa foi um mar de lágrimas.

Pelos detalhes fornecidos sobre a epidemia em questão é muito provável que se tratasse de uma disenteria – extremamente perigosa e de um alto risco de contágio – provocada pelo bacilo de Shiga. Esse tipo de disenteria aguda era praticamente mortal naquele tempo.

Durante nossas explorações, constituiu um permanente e funesto “fantasma” que devíamos vigiar sem descanso. Maria fez muito bem saindo de Nazaré. Essas epidemias se propagam por contágio, sendo o homem – e suas dejeções – os depósitos do vírus. A transmissão direta pode dar-se através das mãos que tiveram contato com as excreções disentéricas. E ainda que seja desagradável mencioná-lo, não podemos ignorar que no tempo de Jesus a maioria das pessoas não observava uma estrita limpeza corporal depois de fazer suas necessidades fisiológicas. O povo praticava essa necessária ação higiênica com folhas, pedras ou cacos de cerâmica e em muitos casos com a mão esquerda. Se o portador de disenteria bacilar não tivesse a precaução de lavar-se

depois de uma das típicas diarreias, o perigo de levar o contágio a tudo quanto tocasse era óbvio.

Havia, além disso, outras muitas formas indiretas de transmissão, seja através dos objetos em contato com os excrementos dos disentéricos, das roupas, das roupas de cama, copos e pratos, alimentos contaminados e até através da terra,⁹² moscas, insetos e água. A Divina Providência, uma vez mais, havia salvaguardado o “Filho da Promessa”...

A Senhora deu à luz o terceiro de seus filhos – agora uma menina – na noite de 11 de julho desse ano “menos 2”. Recebeu o nome de Míriam (Maria), como sua mãe.

– Foi o melhor presente de aniversário para Jesus – comentou Maria. – Como sabes, completaria cinco anos em 21 de agosto...

Na noite seguinte, o curioso Jesus perguntaria pela primeira vez a respeito do mistério da vida e do nascimento dos seres vivos. Como já expliquei, durante aqueles anos de sua infância o pequeno não deixaria de formular perguntas. Tudo o interessava. Tudo o surpreendia. Sua curiosidade era insaciável e seus pais chegaram a ter sérios problemas para responder-lhe. Às vezes viam-se na necessidade de esperar um ou dois dias até que, à sua maneira, e nem sempre acertadamente, procurassem satisfazer às dúvidas do *bekor* (primogênito).

No tema que nos ocupa – o da procriação, gestação e parto –, é muito possível que Jesus não se sentisse de todo satisfeito com as claras mas insuficientes explicações recebidas. A culpa não era deles. Naquela época, os fundamentos da maternidade não se achavam de todo claros. A medicina egípcia, grega ou babilônica conhecia bem os órgãos genitais externos, assim como o útero. Mas o papel dos ovários não é mencionado em documento algum. Os egípcios, por exemplo, acreditavam que os órgãos pélvicos podiam mover-se livremente e que, ao enfermarem, deviam ser fixados mediante fumigações. Em contraste com a importância dada aos testículos – cuja função fisiológica era bem conhecida –, o papel da mulher na reprodução era confuso. A idéia mais generalizada na época concebia um útero permanentemente aberto e disposto para a reprodução. A influência egípcia levava-os a crer que “os ossos e tendões procediam do pai e a carne, da mãe”.

Em relação ao espermatozoide, aceitava-se que ficava armazenado nos ossos. Depois do parto de Míriam, a Senhora deve ter sofrido algum transtorno passageiro e de reduzida importância porque comentava divertida – “para aumentar o fluxo do leite me friccionaram as costas com umas espinhas de peixe banhadas em azeite...”

E com seu quinto aniversário chegaria também uma obrigatória alteração na vida do pequeno e feliz Jesus de Nazaré...

A mãe do Mestre não era exceção. Como qualquer ser humano, guardava na memória pequenas e grandes lembranças da infância dos seus filhos. Um destes aparentemente triviais “detalhes” era um berço de madeira “que Jesus nunca teve”. José, ao que parece, andava sempre tão ocupado na oficina e nos negócios que – como acontece com frequência em todos os lares – não conseguira encontrar um tempo para resolver tão básica necessidade. É como dizem: “Em casa de ferreiro...”. Mas a Senhora, que não se mostrava passiva nessas coisas, fê-lo prometer que o berço seria posto em casa antes do nascimento do terceiro filho. E foi assim que Míriam teve sua cama.

E chegou o dia. Naquele 21 de agosto do ano 2 (antes de nossa era), ao completar os cinco anos, Jesus – de acordo com o costume – passou a depender de seu pai terreno em tudo que se referia à sua educação moral e religiosa. Até esse momento os meninos permaneciam sob a tutela da mãe. As meninas, ao contrário, continuavam dependendo da mãe até os doze anos e meio. Com a primeira menstruação, o normal é que se casassem, passando à tutela do marido.

Como se deduz, a sociedade judaica de então concentrava todo o seu interesse nos varões. As mulheres não contavam. Nesse dia, Maria confiou o Primogênito a José; e a partir de então o pai tinha a obrigação de ensinar-lhe um ofício – geralmente o seu – e de promover sua educação. Sobretudo, uma sólida formação religiosa.

“Instrui o menino em seu caminho” – rezava o texto sagrado – “que nem depois de velho se apartará dele” (*Prov. XXII, 6*). Embora a escola pública fosse imprescindível na educação dos meninos, a Lei especificava como os pais deviam instruir seus filhos nos mandamentos de Yaveh, nos gloriosos feitos protagonizados por seu povo, no sentido das festas e de toda a liturgia e, enfim, em um profundo respeito a Deus.

Apesar dessa forçosa mudança, a Senhora, como era natural, não perdeu de vista o Primogênito, colaborando com José em tudo que se relacionava com sua formação humana e familiar. O forte temperamento de Maria – mais arrojada que seu marido – não lhe teria mesmo permitido manter-se à margem. Jesus, então, pela mão da mãe, aprendeu a cuidar dos vinhedos e das flores e trepadeiras que enchiam o pequeno jardim e as paredes da casa de Nazaré.

– Foi uma época plácida e maravilhosa – prosseguiu Maria, desfiando, lentamente, o rosário de suas vivências. – Lembro-me de que preparei o terraço de nossa casa para servir de lugar de brinquedos para meus filhos. José fez umas caixas de madeira e eu as enchi de areia. Ali, Jesus, primeiro, e Tiago, depois, começaram a desenhar suas primeiras letras. Encantavam-se a fazer mapas e brincar de guerra...

Aquele ponto me interessou especialmente. Hoje em dia, alguns exegetas

duvidam que Jesus soubesse escrever. Uma das razões para tão doido argumento é a inquestionável realidade de que “não deixou escritos”. Nisso têm razão. Não os deixou... diretamente, quer dizer, de seu punho. Mas, como veremos mais adiante, “ditou-os”. Eu sabia. Jesus conhecia o grego e o falava à perfeição. Mas, com um pretexto muito simples, tratei de averiguar quando e como aprendeu aquela segunda língua.

– Foi coisa de seu pai – esclareceu a Senhora. – Ele o falava muito bem. Eu, ao contrário, já vês – ruborizou-se – pouco mais que nada...

Maria exagerava. Seu grego, não obstante o acento duro e algo precário, era perfeitamente inteligível.

– José era um homem inquieto, cômico da importância dos idiomas. Quando o menino começou a soltar-se em nossa língua natal, o aramaico, empenhou-se em ensinar-lhe o grego. Se devia continuar o ofício de seu pai, viajando daqui para lá, era fundamental que se defendesse na língua dos comerciantes. O livro que lhe deram de presente em Alexandria foi de grande utilidade em seu aprendizado. Meu Jesus era inteligente e esperto como só ele, e em poucos meses começou a ler a tradução da Lei que nos deram no Egito.

Em toda Nazaré – segundo a Senhora – só havia, então, dois exemplares, em grego, das Escrituras. Um, como já disse, na casa de José. Esta circunstância contribuiria também para atrair visitas à casa da família. E também esses contatos enriqueceriam a educação do Primogênito. Por ali passaria uma infinidade de sábios e pacientes pesquisadores, cujas práticas e conselhos causaram profunda impressão em Jesus. Mais adiante, quando o menino pôde dominar o grego, ele mesmo, por sua iniciativa, lançou-se à árdua tarefa de aprender o hebraico. Jesus, portanto, era bilíngüe. Lia e escrevia também a sagrada língua das Escrituras.

O fato de não haver deixado nada escrito não é razão para supô-lo semi-analfabeto, como fazem alguns. Também não deixou descendência. Quem, em são juízo, pode tachá-lo por isso de estéril ou impotente? As causas pelas quais, de fato, se negou a deixar filhos e documentos escritos foram outras. Uma “razões” que muito tiveram que ver com certas decisões adotadas por Ele antes de sua vida de pregação. Isso nós descobriríamos mais adiante, quando do “terceiro salto”.

Seu quinto ano de vida, enfim, transcorreu sem maiores sobressaltos, exceção feita da temporária mudança de domicílio e de um ligeiro transtorno digestivo que, com exagero, Maria qualificou de “enfermidade”. Sua primeira doença. Em realidade, pelos dados fornecidos pela mãe, devia tratar-se de uma vulgar indigestão (um empacho), provocada por uma exagerada ingestão de figos. Coisa muito normal em crianças.

– Antes que completasse os seis anos – lembrou subitamente a Senhora – ocorreu algo que o decepcionou profundamente.

Aguardei impaciente.

– Jesus estava convencido de que nós, seus pais, sabíamos tudo. Podes imaginar sua surpresa quando, assim que entrou aquele verão, um leve tremor de terra abalou Nazaré! Olhou para nós atônito. Perguntou o que era aquilo e José não soube dar-lhe uma explicação...

(Naquela época, esse tipo de fenômenos naturais era associado à ação de Deus ou a espíritos malignos.)⁹³

– “Meu filho”, respondeu meu marido, “em realidade não sei.” Jesus permaneceu mudo, com uma sombra de incredulidade no rosto. Como vês, falhamos com ele! Nunca nos disse, mas eu soube que desde aquele dia começou a experimentar uma progressiva série de decepções. Tentamos convencê-lo de que nosso conhecimento era muito limitado. Foi inútil. Suponho que aquele foi um dia amargo para sua fervilhante imaginação. Desde muito antes, meu marido e eu vínhamos tendo sérios problemas para saciar sua curiosidade... A intervenção dos bons e maus espíritos em muitos dos fatos físicos (doenças, tormentas, calamidades etc.) não o convencia. Não o via claramente. Passava seu tempo discutindo. Sua lógica era temível e inexplicável para sua idade. Às vezes nos dava medo. As coisas chegaram a tal ponto – sorriu com benevolência – que José escondia-se para fugir às suas embaraçosas perguntas...

Não sei se o momento é adequado. Talvez devesse falar disso mais adiante. Baste uma ligeira anotação. Muitos fiéis estão convencidos de que Jesus teve consciência de sua natureza divina desde sua mais tenra infância. Para isso contribuiu, e não pouco, a série de fantásticas lendas, todas de caráter apócrifo, que têm circulado ao longo da História sobre o Jesus menino. A realidade foi outra. O jovem de Nazaré necessitaria de muitos anos para “descobrir” quem era na verdade. Em todo esse tempo, suas idéias e comportamento foram os de um ser humano normal. Um homem, isso sim, inquieto e em luta permanente consigo mesmo. Mas esse “drama”, insisto, merece um capítulo à parte.

A Senhora referiu-se depois a outro acontecimento, ocorrido nos primeiros dias daquele ano I antes de nossa era: a visita a Nazaré de seus primos Isabel e Zacarias.

– Que alegria, Jasão! João, seu filho, estava maravilhoso!

Aquele, efetivamente, seria um encontro histórico. Era a primeira vez que Jesus e seu primo distante se viam.

– Fizeram-se muito amigos. Meu filho mostrou-lhe as caixas de madeira do terraço e ali permaneciam horas e horas, brincando com a areia.

Ainda que a visita tenha sido breve – uma semana apenas – as duas famílias

tiveram tempo suficiente para prosseguir nos seus planos com respeito ao futuro do “Filho da Promessa” e seu “lugar-tenente”, como consideravam aquele que, anos depois, seria conhecido como João “o Anunciador”. Esses “planos” – não me cansarei de repetir – assustariam hoje os fiéis cristãos. Não se tratava de preparar uma missão espiritual. Nada disso. Tudo girava em torno do “decisivo Messias político que expulsaria o odiado estrangeiro (os romanos) do sagrado solo de Yaveh”.

Agora, com o cadáver do Mestre na tumba de José de Arimatéia, sua mãe baixou a vista, consciente de seu grave erro. Mas, naqueles distantes anos, Maria e Isabel não concebiam seus filhos como “anunciadores ou mensageiros” de um reino espiritual. E a Senhora, certamente, nem pensava na possibilidade de que Jesus fosse realmente o Filho de Deus. Essa firme crença em um Messias revolucionário e libertador – como veremos – os conduziria, sobretudo Maria, a desagradáveis choques com seus filhos.

Como está deformada hoje a imagem daquela patriota galiléia! Os fiéis, em sua maioria, empenham-se em sustentar uma falsa e artificial imagem de uma mulher que, sendo a mãe terrena de um Deus, nem por isso era menos humana.

A amizade com João estimulou em Jesus o interesse pela História, festas e tradições de Israel. Seu primo falou-lhe de Jerusalém, de sua grandeza, de seus edifícios e do Templo. E aquelas imagens ficaram gravadas a fogo na mente do Primogênito.

– Desde então – resumiu a Senhora –, a cada momento nos fazia a mesma pergunta: “Quando iremos a Jerusalém?” José, com infinita paciência, foi explicando o porquê de cada uma das nossas festas e celebrações: a Páscoa, Pentecostes, Ano Novo, a Dedicção... Mas o que o transtornava era o sagrado rito do sábado.

– Por quê?

– Não entendia o rigorismo da Lei. E eu – confessou, baixando o tom da voz – também não...

A postura de Maria – muito liberal em assuntos religiosos – era compreensível. A Galiléia distinguia-se por sua hospitalidade e por uma maneira de ser muito mais aberta que a do resto do país. E Nazaré, nesse aspecto, era um dos núcleos mais tolerantes. O velho dito – “Será que de Nazaré pode sair algo bom?” – encaixava-se à perfeição na atitude de seus habitantes, perfeitamente integrados entre prosélitos⁹⁴ estrangeiros. (Uma “lepra nacional”, segundo os fariseus da Judéia.)

– Pior foi – acrescentou com um gesto de desolação quando, naqueles meses, Jesus começou a manifestar um quase blasfemo desejo de falar diretamente com Deus. Queria dirigir-se ao Divino (bendito seja o seu nome) da

mesma forma que o fazia com José! Podes imaginar, Jasão?

Claro que eu o imaginava. Como bem apontava sua mãe, aquela “louca pretensão” teria sido qualificada de blasfêmia pela comunidade judaica mais ortodoxa. A palavra YHVH – Yod-Hé-Vau-Hé ou Yaveh – era sagrada. Nunca a pronunciavam os israelitas; só o sumo sacerdote tinha autorização para fazê-lo (e isso uma vez ao ano e em meio aos gritos do povo).⁹⁵ Como entender, então, que um menino tivesse a pretensão de falar, de “dialogar” com o Divino? Sem perceber, o Jesus menino começava a “revolver” no mais íntimo de seu ser o que um dia seria a razão de sua vida e de sua mensagem: o Pai. Mas Ele, logicamente, era ainda muito jovem para compreender o verdadeiro alcance daquele maravilhoso e sublime desejo... Essas estranhas ânsias encheram de angústia e perplexidade aquele casal modesto. A “singularidade” de Jesus estava abrindo um profundo abismo entre Ele e os seus. (Hoje chamaríamos a isso “conflito de geração”.)

– Mortos de medo diante da possibilidade de que suas absurdas pretensões chegassem aos ouvidos dos sacerdotes e da vizinhança – concluiu –, lutamos em vão por convencê-lo de que devia orar como nos havia sido ensinado. Mas, incorrigível e teimoso como eu, insistia em “ter uma conversa com seu Pai do céu”. Foi uma batalha perdida. Agora o entendo, Jasão.

Em junho daquele ano 1 antes de Cristo, José tomou uma corajosa decisão. Cedeu a oficina de carpintaria para seus irmãos e, apesar das dúvidas de sua esposa, lançou-se de vez à empreitada de obras.

– Ah, querido irmão! – lamentou-se a Senhora –, por que nós mulheres somos tão desconfiadas? Era seu sonho e eu, cega e imbecil, tornei-lhe a vida impossível, renegando a cada momento o que considerava uma loucura. Como vês, tornei a equivocar-me... Antes que o ano terminasse havíamos triplicado nossas rendas...

Foi uma das poucas vezes em que ouvi dela algumas palavras de amor. Umas frases simples que denotavam seu enamoramento pelo voluntarioso e nobre José. Suspirou e, quase para si mesma, exclamou:

– Meu amor!... Quanto necessito de ti!

Desde então, até pouco depois da morte do empreiteiro, a família de Nazaré não temeu mais a miséria.

– Aqueles ganhos, ainda que não fossem coisa do outro mundo, permitiram-nos algumas comodidades.

– Quais...? – perguntei sem reprimir a curiosidade.

– Não sei... Estudos das crianças, algumas viagens... uma vaca maravilhosa, um pombal!...

Nos anos sucessivos, seu novo trabalho obrigou José a viajar

constantemente. Iniciou numerosas obras em povoações como Caná, Migdal, Naim, Nahum, Endor, Séforis e, certamente, em nossa Nazaré. Uma dessas construções – em Séforis, capital da Galiléia –, como já disse anteriormente, o levaria à morte prematura...

Jesus tirou grande proveito da profissão de seu pai terreno. Seu irmão Tiago já ajudava sua mãe nos trabalhos domésticos e isso permitiu que o Primogênito acompanhasse o pai em muitas de suas viagens pela região. Jesus era um observador nato. E aquelas curtas viagens o enriqueceram. Como a qualquer menino de sua idade, essas primeiras experiências encheram-no de assombro. Guardou-as em seu coração até seus últimos dias.

– Nem imaginas as histórias que nos contava na volta. Eu ficava louca. Mas sentia-me feliz ao ver sua expressão de alegria. Era uma delícia!

Pouco antes do ano 1 da era cristã (o ano “zero”, como é sabido, não se conta), Maria e José tiveram de “chamá-lo à ordem”.

– Não – corrigiu-me a Senhora –, não foi um problema de indisciplina ou desobediência. Jesus era atento e disciplinado. Mas sua paixão pela natureza, pelas viagens e por aprender o fazia esquecer com freqüência as obrigações domésticas. Pedi-lhe repetidas vezes que me ajudasse nos trabalhos da casa. Mas sempre desaparecia... Até que um dia, depois de José e eu conversarmos a respeito, seu pai sentou-se junto dele e explicou-lhe muito seriamente que, por enquanto, devia submeter-se à disciplina do lar, em benefício da felicidade comum. Jesus ouviu-o em silêncio. Sabia ouvir. Refletiu e, de bom grado, pediu perdão. Não tivemos de repreendê-lo nunca mais. Era o primeiro a ir à fonte, a dar de comer aos irmãos menores, a cuidar de que a luz não se apagasse e todas essas coisas... Mas quando tinha um minuto livre corria a brincar, a observar as flores ou plantas e a deitar-se de costas na colina próxima.

– E que fazia Ele nessa colina?

Maria ergueu os olhos para o teto.

– Tinha paixão pelas estrelas. Suas perguntas sobre elas foram um suplício para o pobre José. Queria saber tudo: Por que o Sol não brilhava à noite? Por que a Lua era redonda? Por que às vezes as estrelas se moviam? Por que outras permaneciam quietas? Por que a escuridão durava exatamente o que durava? A que distância estava o Sol?... Enfim, já podes compreender os apuros de meu marido e por que ele acabava por fugir cada vez que o menino arremetia com suas intermináveis perguntas.

Há dois mil anos, a concepção do Universo e de suas leis era extremamente rudimentar e confusa para a maioria dos seres humanos. E os judeus não eram exceção. Ao redor do ano 580 antes de nossa era, a escola dos livre-pensadores gregos iniciou um tímido estudo do Cosmo. Os filósofos de Mileto, por

exemplo, acreditavam que todo o Universo era racional e podia ser entendido e explicado através de uma cuidadosa observação científica. Não estavam desviados do caminho. Mas nem todos pensavam assim.

Foi dessa forma que começou a elaboração de uma teoria sobre o Universo físico visível. Os gregos entendiam que os corpos celestes giravam em torno da estrela polar e que o sol passava por debaixo da Terra durante a noite e não ao redor de sua borda, como pensavam outros astrônomos.

Certamente, a ciência de então supunha que nosso mundo era o centro do Universo. Séculos mais tarde, Aristarco de Samos exporia sua nova e revolucionária teoria: a Terra girava ao redor do Sol, descrevendo uma circunferência. Plutarco defendeu a acertada hipótese de Aristarco mas a ciência oficial acabou por isolar a “louca idéia”, mantendo-se na posição geocêntrica. Só Galileu, séculos mais tarde, se atreveria a duvidar de novo. Este, em largas pinceladas, era o panorama “científico” no qual se moveu Jesus.

Seu sétimo ano de vida na Terra seria igualmente intenso.

No mês de *shebat* (janeiro-fevereiro) daquele ano 1 da hoje chamada era cristã, Jesus receberia uma das maiores e mais agradáveis surpresas de sua breve vida. Certa manhã, ao levantar-se, seus formosos olhos cor de mel abriram-se mais do que o normal.

– Jamais esquecerei sua expressão. Estava perplexo.

O povoado inteiro havia amanhecido coberto por espessa camada de neve. Ainda que as temperaturas médias de Nazaré nos meses mais frios raramente desçam abaixo dos 8 ou 10 graus centígrados, aquele inverno foi excepcional. Segundo Maria, a nevasca alcançou um *ammâh* de altura (um côvado, aproximadamente, quer dizer, ao redor de 45 centímetros). Foi a mais intensa dos últimos decênios. Nem os mais velhos recordavam um fenômeno semelhante. Para Jesus e seus amigos – passado o susto inicial –, a novidade converteu-se logo em um excelente cenário de brincadeiras e divertimento.

O episódio da revelação da neve na vida de Jesus ensinou-me interrogar a Senhora sobre outro interessante capítulo da infância do Mestre. Como brincava? Quais seus divertimentos favoritos?

Maria olhou-me com ternura.

– Tu, Jasão, não tens filhos, é verdade?

Assenti com um gesto de cabeça.

– A verdade, agora que o mencionas, é que não me recordo muito bem... Sei que brincava com as caixas de areia, mas...

(Dias mais tarde, durante uma inesquecível estada na casa de Lázaro, em Betânia – parece-me que entre 11 e 14 desse abril –, os irmãos de Jesus supririam esse lapso da Senhora.)

– Seu brinquedo favorito – explicou-me Tiago – consistia em esconder-se na parte mais oculta da oficina de carpintaria e, sozinho, com Jacó ou comigo, construir cidades e aldeias imaginárias com lascas, aparas e tacos de madeira. Também guerreávamos pelas ruas e pelo campo e simulávamos casamentos e funerais. Quando se tratava de “enterro”, havia muita competição: cada qual queria ser o morto.

Assim eu soube – e depois teria mais de uma ocasião para comprová-lo – que os meninos de Nazaré, como os de todo o mundo e de todas as épocas, gostavam de brincar “de esconder” e de “cabra-cega” e já haviam incorporado aos seus jogos e divertimentos o pião, o arco, a bola (que atiravam com as mãos), os balanços, os dados, o “jogo do moinho”, o “par ou ímpar”, as adivinhações (servindo-se dos dedos, o que na Itália se conhece hoje como *morra*), o *cottabe* (que consistia em pôr a flutuar uns pratos em uma bacia cheia de água, depois atirar vinho sobre eles, e o primeiro que conseguia pôr a pique era o vencedor), o *duodecim scripta* (um tabuleiro semelhante ao jogo de gamão), o “agarrar” e, certamente, outros brinquedos menos edificantes, como o *myinda* (hoje praticado em Creta). Os meninos travessos capturavam um escaravelho, amarravam-lhe um barbante ou qualquer outro material leve e lhe ateavam fogo, saindo depois à sua caça.

Jesus não compreendia a proibição de brincar no sábado. Mas, respeitoso e obediente, jamais protestou ou descumpriu a Lei.

Outra de suas ocupações preferidas era cuidar do pombal de sua mãe, adquirido graças aos novos substanciosos ganhos do empreiteiro. O produto da venda dos pombos era destinado a um fundo especial que o próprio Jesus administrava e que, na maioria dos casos, se consumia em obras de caridade ou em ajuda aos mais necessitados do povoado.

No mês de *ab* (julho), o cada vez mais robusto rapaz sofreria o primeiro e mais espetacular dos muitos acidentes de sua agitada infância. Ao que parece – nem sua mãe lembrava precisamente – ele brincava no terraço quando, de repente, a aldeia viu-se açoitada por uma fortíssima tempestade de areia, procedente do leste. (Esse tipo de tormenta é relativamente freqüente em março e abril, mas francamente extemporâneo em julho.) O caso é que, ao tentar descer a escada de madeira apoiada às paredes da casa, o vento e a areia o cegaram e ele rolou pelos degraus.

– Foi mais o susto e uma ou outra leve machucadura – comentou Maria, comovida. – Eu havia dito a José: “Qualquer dia teremos uma desgraça...”. Na manhã seguinte, após escutar em silêncio meus impropérios, colocou um parapeito e o perigo foi afastado.

Talvez seja simplismo, mas não ocultarei meus pensamentos. Ao ouvir o

relato desse fato – muito normal, aliás –, perguntei algo que só muito mais tarde me atreveria a formular ao Mestre. Se é certo que existem os chamados “anjos da guarda” e que cada qual tem o seu, por que não evitaram tão perigosa queda? Que teria ocorrido se Jesus tivesse falecido naquele acidente? Repito: sei que pode parecer uma frivolidade de minha parte. Isso não era possível. Mas o tombo aconteceu... O Mestre – como não? – tinha a explicação.

O acidente faria ressurgirem em Maria os velhos temores. E sua ansiedade multiplicou-se.

No quarto dia da semana (quarta-feira para os judeus), 16 de março do ano 1, o lar conheceu a alegria de um novo filho. A Senhora deu à luz o seu quarto rebento: José.

– Em junho do ano anterior – revelou Maria, ruborizando-se –, quando apareceram os primeiros sintomas da nova gravidez, José e toda a família ficaram felizes. Deus, bendito seja seu nome, abençoava-nos outra vez. Mas eu não estava certa. Então, pela primeira vez, meu marido obrigou-me a submeter-me às provas de gravidez...

Uma dessas, digamos, “provas de laboratório” – que a Senhora aceitou submissa –, consistia em observar os efeitos da urina sobre determinados vegetais. Se as folhas murchassem ou os cereais não crescessem, a gravidez estava afastada.⁹⁶ Naturalmente, saiu “positivo”.

Ao completar os sete anos de idade, Jesus – como os demais meninos judeus – estava obrigado a iniciar sua educação nas escolas “públicas” ou nas sinagogas. Em agosto, portanto, pisou numa escola pela primeira vez. À época Ele já dominava o grego com certo desembaraço. Esse curso, que hoje poderíamos denominar “estudos primários”, se prolongaria até os dez anos. Ali conheceria os rudimentos do livro da Lei, como foi escrito originalmente, no idioma hebraico. Nos três anos seguintes passaria a uma “escola superior”, aprendendo, pelo tradicional método da repetição em voz alta, os ensinamentos mais profundos da sagrada Lei.

Tem-se como verdade assente – embora alguns historiadores duvidem – que na Palestina de Cristo havia escolas. E o ensino era obrigatório e gratuito. Tratava-se, na verdade, de uma criação recente: uma centena de anos, aproximadamente.

Simeão ben Schetach, um rabi presidente do Sinédrio e irmão da rainha Alexandra Salomé, foi o fundador da primeira *beth hasefer* ou “casa do livro”, segundo se lê em *Kethouboth* (VIII, 11). O exemplo frutificou rapidamente e pouco a pouco institucionalizou-se uma verdadeira instrução pública.

O ensino era sagrado. “Se possuis o saber” – rezava uma máxima – “tens tudo; se não tens o saber, não possuis nada.” E alguns doutores da Lei

proclamavam: “Mais vale que se destrua um santuário do que uma escola!” (*Bab. Sabbat*, CXIX, 6.)

Após a morte do Mestre, ali pelo ano 64 da nossa era, um preclaro sumo sacerdote, Josué ben Gamala, promulgaria um decreto que poderia considerar-se como a primeira “lei escolar”. Ele previa os mínimos detalhes: a obrigação dos pais de enviar os filhos à escola, as sanções contra os alunos negligentes ou rebeldes e a organização de um “segundo grau” para os mais adiantados.

Jesus, como eu disse, conheceu essa sagrada obrigação e naturalmente beneficiou-se dela. O professor costumava ser um *hazán*, quer dizer, uma espécie de “gerente-sacristão” da sinagoga. Seu “salário” estava condicionado ao que os pais dos alunos houvessem por bem pagar-lhe.

Mais tarde, quando as escolas começaram a reunir mais de vinte e cinco alunos, foram nomeados professores especiais. E, apesar da evidente penúria econômica que esses professores costumavam suportar, a comunidade judaica os tinha em alta estima. Eram chamados popularmente “mensageiros do Eterno”.

Na escola de Nazaré, como em quase todas no país, os meninos sentavam-se no chão – geralmente ao ar livre – formando um semicírculo. O mestre colocava-se ou passeava diante deles. Não é difícil imaginar o jovem Jesus, repetindo em coro, de memória, palavra por palavra, os textos do *Levítico* (o primeiro livro pelo qual começavam as lições), dos *Profetas*, dos *Salmos etc.* A sinagoga de seu povoado contava, além disso, com um valioso exemplar das Escrituras em hebraico.

Os processos mnemotécnicos eram essenciais na aprendizagem das extensas e complicadas Escrituras. Repetições, paralelismos e aliteraões eram fórmulas obrigatórias para memorizar. Hoje, imersos na cultura do livro e das imagens, parece-nos difícil assimilar um processo de transmissão oral tão aparentemente monótono e cansativo.⁹⁷

No entanto, é justo reconhecer sua eficácia. Modernas investigações têm demonstrado a importância fisiológica e psicológica desta ritmo-pedagogia, que tão proveitosa se revelaria, no futuro, para o rabi da Galiléia. Não nos pode causar estranheza, portanto, seu inesgotável domínio das Escrituras. Desde muito pequeno as esmiuçou e memorizou como só aquele povo sabia fazê-lo.

Penso que seu “poder divino”, que se manifestaria em sua plenitude a partir dos 30 anos, aproximadamente, não teve influência no seu exaustivo conhecimento dos textos e citações bíblicos. Essa enorme erudição consolidou-se muito antes e por mecanismos puramente humanos.

Como eu dizia, os rabis davam uma grande importância às fórmulas memorativas. O rabi Dostai, filho de Janai, dizia em nome do rabi Meir: “Aquele que esquece algumas palavras do que aprendeu causa sua perdição” (*Pirké*

Aboth, III, 8).

Essa obsessão pela fixação memorativa chegava ao extremo de considerar aquele que recitava como um homem piedoso e como ímpio aquele que descuidava tais exercícios.

As meninas, lamentavelmente, não tinham acesso à escola nem ao ensino. Até os doze anos e meio não podiam possuir nada, deviam respeitar o pai e os irmãos; o que encontrassem na rua ou no campo era do pai; podiam ser vendidas como escravas; não tinham capacidade jurídica; não podiam herdar, mesmo que fossem primogênitais; não podiam decidir por si mesmas e, em caso de mutilação ou violação, a eventual indenização era automaticamente do pai.

Talvez fosse o uso exclusivo das Escrituras nas escolas o que inclinou os judeus a negar este elementar direito de instrução às meninas. O problema era simples. Se a mulher não ocupava posto algum na religião, por que ensinar-lhe a Lei?

No escrito rabínico *Sota* (IX, a), o assunto fica decidido com a seguinte e categórica frase: “Mais valeria ver a Torá devorada pelo fogo do que ouvir suas palavras em lábios de mulher”.

Naturalmente, nem todos eram tão radicais na Palestina de Jesus. A família de José e Maria, por exemplo, soube educar e instruir suas filhas, à margem da escola. Umas escolas nas quais, com mais freqüência do que poderíamos suspeitar, a disciplina era sinônimo de castigo. Os “sábios doutores” endossavam abertamente o uso da vara para com os estudantes indisciplinados ou simplesmente lentos e distraídos. “Odeia a seu filho” – diz o livro dos *Provérbios* – “aquele que dá paz à vara.” E outro versículo reza assim: “Não poupes teu filho à correção que por o castigares com a vara não morrerá”.

Um livro, como se vê, muito pouco edificante do ponto de vista pedagógico mas que era tomado ao pé da letra pela maioria daqueles *hazán* ou mestres de sinagoga, sempre com uma vara na mão. “A estupidez se esconde no coração do menino” – afirma o mesmo texto (*Prov.* XXII, 6) –; “a vara da correção a expulsa dele.” Para sua sorte, as varas dos mestres de Jesus jamais o tocaram. Teve problemas, sim, mas de outra natureza...

Além do estudo, o Primogênito de Maria tinha outra fraqueza: ouvir os mercadores e condutores de caravanas que paravam habitualmente em Nazaré. Seu conhecimento do grego lhe permitia dialogar com toda classe de estrangeiros, procedentes dos mais remotos países, enriquecendo, assim, sua formação humanística. Esses anos de contínuo diálogo com gente de todos os credos e raças estimulariam seus cada vez mais ardentes desejos de fazer longas viagens.

Tais sonhos não se concretizariam até muitos anos mais tarde. Eu teria dado

tudo para presenciar algumas daquelas animadas conversas com os viajantes e guias que pernoitavam na pousada ou faziam uma parada junto à fonte pública de Nazaré e ouvir os comentários e perguntas do jovem Jesus...

Creio não equivocarme se afirmar que tais encontros com os estrangeiros foram “providenciais”, marcando em parte seu destino. Foi através desse contato direto com a realidade do mundo que o Mestre começou a conhecer e amar seus semelhantes. Seus pais terrenos e a escola influenciaram poderosamente sua formação. Ninguém o duvida. Mas essa maravilhosa oportunidade de relacionar-se com homens de todas as condições acelerou seu processo de amadurecimento, transformando-o, pouco a pouco, em um homem aberto e tolerante.

– Se era bom estudante?

Maria, levada por seu natural zelo materno, respondeu à minha pergunta com um entusiasmo não isento de parcialidade. Era lógico.

– Foi brilhante, Jasão. Além do mais, tinha uma grande vantagem sobre seus companheiros: sabia grego. Não crês?

A Senhora deve ter notado meu ceticismo.

– Só te direi uma coisa. Ao término do curso, o professor disse a José: “Temo que tenha sido eu quem mais aprendeu com as atiladas perguntas de vosso filho...”

No primeiro ano de escola ocorreu algo premonitório. Era costume que cada aluno, ao ingressar no curso, escolhesse um texto sagrado para trabalhar e aprofundar – uma espécie de “texto universitário” –, preparando uma tese que devia ser apresentada ao final do ciclo primário: aos treze anos. Pois bem, Jesus escolheu um parágrafo do profeta Isaías (III, 61, 1-2) que fala por si só em relação ao que seria sua própria missão.

O texto diz assim: “O Espírito do Senhor repousa sobre mim porque o Senhor me ungiu; enviou-me a levar a boa nova aos humildes, a curar os corações que sangram, a anunciar aos cativos a redenção e aos prisioneiros a liberdade...”

Isaías, possivelmente sem o saber, havia profetizado o anúncio do grande Evangelho de Jesus.

Jesus aprendeu muito naquele ano escolar, tirando igualmente grande proveito dos sermões e práticas dos sábados na sinagoga.

Em Nazaré, como em outros povoados da Galiléia, existia um saudável costume: os sacerdotes e anciãos do lugar pediam sempre aos visitantes importantes que lessem ou se dirigissem à comunidade nos ofícios sabáticos. Dessa forma teve o inquieto menino oportunidade de ouvir notáveis pensadores do mundo judeu, assim como a outros – menos ortodoxos – que sem dúvida o levaram a meditar, tanto ou mais que os primeiros, sobre as realidades religiosas

do momento.

Nazaré era um dos vinte e quatro centros sacerdotais reconhecidos oficialmente em Israel. Todavia, sua liberalidade na interpretação das leis e preceitos religiosos – como acontecia no resto da Galiléia – possibilitava essas intervenções tão “pouco ortodoxas”, impensáveis na Judéia.

É preciso ressaltar esta importantíssima circunstância – a grande tolerância religiosa de Nazaré – para melhor entender o futuro comportamento do Mestre. Isso explica, por exemplo, o costume de José de passear todas as tardes de sábado pelos arredores da aldeia em companhia de Jesus. Entre as proibições estabelecidas para o *sabbat* havia uma que fixava o número máximo de passos que se podia dar.

Mas, como sempre, “feita a lei, feita a burla”. E essa dificuldade para viajar ou deslocar-se no sábado era atenuada com o truque do *erub* e dos dois mil côvados, a partir do lugar da morada. (Se na vigília do sábado tinha-se a precaução de deixar duas comidas preparadas para o *sabbat*, o ponto escolhido era considerado como uma nova morada. Então, os dois mil côvados – um quilômetro, aproximadamente – contavam-se deste último falso domicílio.)³⁸

José, como a maioria dos seus vizinhos, apesar de suas profundas e sinceras convicções religiosas, não estava disposto a deixar-se esmagar por semelhante “loucura burocrática”. E muito menos em seu único dia de descanso. Então, relegando o absurdo mandamento legal, todos os sábados levava seu primogênito a passear, feliz, até o ponto mais alto da colina situada ao noroeste de Nazaré.

– Era seu passeio favorito. Dali divisa-se um panorama maravilhoso: as neves do Hermon, o monte Carmelo, o Jordão e, nos dias claros, até as velas dos barcos no Mediterrâneo. Jesus adorava aqueles passeios. Depois, quando meu marido morreu, ele conservou o hábito. Amava muito aquela colina...

Ao longo desse sétimo ano de vida de Jesus, sua mãe o ensinaria a ordenhar, a preparar o queijo e principalmente a tecer. A Senhora, aliás, era uma excelente tecelã. E jamais consentiu em que José e seus filhos vestissem outras roupas que não as confeccionadas por si própria.

Por aquele tempo, Jesus e seu vizinho e íntimo amigo Jacó faziam uma descoberta interessante: a oficina do oleiro Natan, perto do manancial. Esse bom velho, habilíssimo com o barro, queria bem aos meninos e muito especialmente ao inteligente e espontâneo Jesus.

– Muitas vezes chegou em casa – comentou Maria suspirando – com a idéia de ser oleiro. Natan era bondoso e dava aos meninos punhados de argila. Minha casa ficava perdida! Jesus adorava modelar... Ao estímulo do oleiro, os meninos competiam entre si, para ver quem conseguia a melhor figura. Essa inclinação

nos custaria mais de um aborrecimento!

Sua queixa era justificada. A Lei judaica proibia qualquer meio de representação de imagens humanas. Assim havia estabelecido o próprio Yaveh. Mas o Primogênito não conseguia entender o porquê dessa restrição a sentimentos tão nobres como os da expressão artística. Meses mais tarde, essa inclinação o conduziria a uma grave crise.

Através de minhas conversas com a mãe e demais parentes de Jesus – em especial os irmãos – soube que seu oitavo ano (2 de nossa era) seria especialmente intenso.

No capítulo anterior, pelo que pude apurar em minhas posteriores indagações em Nazaré, as coisas foram bem. Jesus, por mais que a Senhora se esforçasse, não era um aluno extraordinário. As conversas com o velho professor da sinagoga seriam instrutivas. O menino era um estudante aplicado, sagaz e com um notável desejo de conhecer. Mas apenas isso.

O fato é que as autoridades escolares lhe outorgaram uma valiosa concessão: folgar uma semana em cada quatro. Essa dispensa foi acolhida com entusiasmo pelo Primogênito, que assim pôde conciliar os estudos com outras atividades: a pesca e o campo.

Alternativamente, cada uma daquelas semanas livres ele a passava às margens do *yam*, nas cercanias de Migdal, com um de seus tios, e na granja do irmão de Maria, a 44 estádios ao sul de Nazaré.

Pouco a pouco, graças a essas férias, ele passou a interessar-se pelas técnicas de pesca e pelos mais variados trabalhos agrícolas. (Em nosso “terceiro salto” teríamos a maravilhosa oportunidade de testemunhar seus excelentes dotes como pescador, praticados desde a infância.) Sua primeira experiência com uma rede aconteceria em maio (o mês de *iyar*) desse ano 2.

Sua índole alegre e prestativa conquistou a estima das famílias de seus tios, a tal ponto que passaram a disputar entre si suas folgas mensais. Quem mais sofreu com aquelas periódicas ausências foi sua mãe. Era impossível afastar de seu coração a idéia de um acidente ou uma doença.

– Estava habituada a tê-lo junto a mim – disse resignada – e essas ausências mortificavam-me. Vivia atenta a qualquer possível notícia procedente da granja ou de Migdal. Mas, como em muitas outras coisas – murmurou –, tive de ir conformando-me à idéia de o perder...

Naquele ano apareceu em Nazaré um professor de matemática, oriundo de Damasco. Quando tentei localizá-lo, o misterioso personagem havia desaparecido. Ao que parece, aquele judeu era muito mais do que um mestre em números... Jesus entabou contato com ele e, além de receber uma esmerada e

avançada instrução em tudo que se relacionava com a matemática da época, seus olhos abriram-se para outro fascinante e esotérico “mundo”: o da Cabala. Esse foi outro de seus “segredos”...

E também pela primeira vez em sua curta vida o Primogênito iniciou-se em outro ofício que, por sinal, era o que mais faria até sua morte: ensinar.

– Como um homenzinho – salientou a Senhora com orgulho –, meu Jesus começou a mostrar a seu irmão Tiago os rudimentos do abecedário. Sentava-se com ele à porta da casa e, pacientemente, repetia-lhe as letras, escrevendo-as em cacos de cerâmica.

– Era paciente?

– Muito. Apesar da inabilidade de Tiago, jamais o vi impacientar-se.

Quem perdia a paciência eram seus mestres. À medida que o curso avançava, suas perguntas eram perturbadoras, inquietantes, impertinentes, sacrílegas. As explicações do professor nunca o satisfaziam. “Como Deus criou o mundo em seis dias? Isso é impossível” – argumentava com razão. – “Meu pai José precisa de um mês para fazer uma casa...”

A geografia e a astronomia, sobretudo, eram cavalos de batalha. Ninguém sabia explicar-lhe satisfatoriamente a razão das estações secas ou chuvosas, as variações de clima existentes entre Nazaré e o vale do Jordão, por exemplo, ou os eclipses.

Pelo que pude averiguar, o rapaz começou a converter-se em um pesadelo para professores, sacerdotes e, naturalmente, para sua própria família, que era obrigada a suportar – dia após dia – as críticas e reprimendas dos instrutores, feridos em seu orgulho profissional.

Sem saber, Jesus estava gerando uma atmosfera de repulsa e antipatia entre determinados círculos da vila. Uma situação irreversível que, com o passar dos anos, o forçaria ao definitivo abandono de Nazaré.

No mês de *adar* (fevereiro) surgiria a primeira grande oportunidade para Jesus. Uma ocasião para “mudar de ares” e receber uma mais apurada educação religiosa. Tudo aconteceu graças a uma confiança do loquaz primo distante de Maria: Zacarias, o esposo de Isabel. O pai de João, apesar do mútuo acordo entre as famílias de guardar em segredo tudo que se relacionava com o “Filho da Promessa”, confidenciara o assunto a Nahor, um professor de uma das academias rabínicas de Jerusalém. Nahor fez uma visita ao lar de Isabel para conhecer e observar João. Depois, a conselho de Zacarias, viajou para Nazaré para observar Jesus.

– Fomos nós os primeiros surpreendidos – observou a Senhora. – José indignou-se, mesmo, diante da leviandade de Zacarias. Mas o mal estava feito. E Nahor entrevistou-se com Jesus. Fez-lhe muitas perguntas e, a julgar por seus

comentários e as expressões do seu rosto, não gostou muito da atitude de nosso filho.

– Por quê?

– Penso que lhe pareceu petulante. As contestações de meu filho em matéria religiosa não foram do seu agrado. Mas, segundo nos confessou na intimidade, o compreendia, uma vez que vivíamos na Galiléia.

– E que queria exatamente?

– Já podes imaginá-lo!...

Não, não o imaginava.

– ... Levá-lo consigo a Jerusalém! Isso foi o que disse, pelo menos. Logo, alguma coisa viu nele para propor que ele fosse estudar na Cidade Santa. E grátis!

– Não entendo – disse eu, simulando perplexidade. – Era uma boa oportunidade. Por que a idéia não foi adiante?

– José e eu discutimos muitas horas. Mas meu marido não via a coisa claramente. Eu, sim. Jerusalém teria sido a culminação de sua carreira...

Convém definir essa expressão “a culminação de sua carreira”. Ela tinha um sentido... muito especial. Maria, eu já disse, acreditava em seu filho como Messias político. Aquela oportunidade o teria, sem dúvida, beneficiado... desse concretíssimo ponto de vista. Todavia, ainda que estivesse persuadido de que Jesus seria, de fato, o “Filho da Promessa”, seu pai terreno nunca viu claramente o papel messiânico de seu Primogênito como o via a Senhora. E morreu com essa dúvida. Intuíu que o aguardava uma grande missão, mas obviamente não podia conhecer sua natureza. E, do mesmo modo que sua esposa, refutou a oferta de Nahor.

As discrepâncias de opinião entre José e Maria inclinaram o rabi a uma fórmula intermediária. Pediu-lhes autorização e, sem mais rodeios, perguntou ao próprio Jesus se aceitava estudar em Jerusalém.

– Meu filho ouviu-o atentamente e não respondeu. Depois da exposição de Nahor veio a nós e nos consultou. Em seguida fez o mesmo com seu amigo Jacó.

– E qual foi sua decisão?

– Dois dias depois teve nova entrevista com o rabi e explicou-lhe que existiam grandes diferenças de ponto de vista entre seus pais e conselheiros e que, em resumo, não se sentia capacitado a pronunciar-se. “Diante desta situação”, acrescentou, enchendo-nos de confusão, “decidi falar com meu Pai que está no céu e consultá-lo”.

(Eram os primeiros “sintomas”, os primeiros “sinais” daquele Jesus-Deus que todos conhecemos e no qual muitos cremos. Sua “consciência” superior – valha a expressão – começava a “despertar”).

– ... Horas mais tarde reunia-se de novo com o rabi e lhe dizia: “Sinto que devo ficar em casa, com meu pai e minha mãe. Eles me querem e por isso farão por mim muito mais do que outros que podem ver meu corpo e conhecer meu pensamento mas não me amam.”

A Senhora encheu-se de amor ao recordar aquela sentença.

– Ficamos maravilhados. Nahor foi o primeiro. E não se voltou a falar do assunto. O rabi regressou a Jerusalém e Jesus continuou conosco.

Decerto nem tudo foram provas e dissabores naquele oitavo ano. Na noite de sexta-feira, 14 de abril, chegaria ao mundo Simão, o terceiro de seus irmãos. E na mesma ocasião o Primogênito se iniciaria também em outra de suas secretas paixões: a música.

Achei lógico. Um ser humano daquelas características – sensível e intuitivo – tinha de amar a música.

– Foi idéia sua – adiantou Maria. – Nós não teríamos podido custear o curso, mas ele mesmo arranjou-se para conseguir o dinheiro necessário. Como? Vendendo os queijos e a manteiga que ele mesmo fazia. José nunca disse nada, mas sei que se sentiu orgulhoso da inclinação de seu filho pela harpa.

E foi assim que começou a receber as primeiras lições. Anos mais tarde, ainda que não o creias, Jasão, teria ele sua própria harpa.

Um instrumento – não exatamente uma harpa – que eu, graças à Providência, chegaria a ter em minhas mãos pecadoras...

E por falar na Providência. Ainda que já me haja referido a isso em alguns trechos deste pobre e atropelado diário, às vezes não posso furtar-me à idéia – sempre hipotética, claro – de como teria sido a formação de Jesus em Alexandria ou Jerusalém. Teve oportunidade de viver e estudar em ambas as cidades. Não é difícil imaginar.

Se se houvesse fixado no Egito, sua educação teria ficado em mãos judias. Toda a sua mente talvez se houvesse impregnado pela rígida teologia rabínica. Na Cidade Santa, essa formação poderia ter sido muito mais rígida até. Mas a Providência quis que fosse Nazaré. E o acerto foi total. O Mestre ganhou o desejável equilíbrio, eqüidistante da ortodoxia oriental e da permanente inquietude dos gentios e da cultura helênica. Quanto mais conheço deste personagem, mais claros surgem diante de mim os desígnios desse grande Deus ao qual Jesus chamava Pai!

O ano 3 foi decisivo em seu desenvolvimento físico. Em seu nono aniversário na Terra, Jesus conheceu as vulgares enfermidades infantis – sarampo, varicela *etc.* –, não tão vulgares naquele tempo. Por sorte, essas doenças infecciosas o acometeram em uma idade em que suas defesas naturais, sua aceitável alimentação e sua forte e sã constituição física constituíram uma

sólida e providencial barreira, evitando possíveis e perigosas complicações.

Se tivesse afrontado tais males em uma idade mais precoce, quem sabe os problemas e seqüelas houvessem sido diferentes.

Após esses processos, o corpo do rapaz experimentou um notável crescimento que o faria sobressair entre a numerosa população infantil da aldeia. Um desenvolvimento que, como espero ter ocasião de mostrar, lhe traria vantagens e desvantagens...

Seus estudos na escola prosseguiram normalmente, gozando a cada mês a merecida semana de férias. Tudo marchava sem excessivos contratempos até que, num bom dia de inverno...

– Assustei-me. José não estava em casa. O professor trazia Jesus pelo braço e, com evidente indignação, acusou-o de sacrílego e nem sei quantas coisas mais. Que teria acontecido? Isso foi o que lhe perguntei. Pediu-me então que o acompanhasse à escola. Jesus, porém, ficou em casa, mudo e sem sequer tentar defender-se. No piso da escola havia um retrato. Era a cara do professor! Perfeita, Jasão! Ao ver a nova travessura de meu filho enchi-me de angústia. Aquilo era proibido pela Lei sagrada de Deus, bendito seja seu nome. Eu sabia que ele gostava de pintar. Em casa guardava uma coleção de paisagens e figuras de argila. Mas aquilo...

O incidente, embora agora possa parecer uma criancice sem importância, provocaria uma reunião dos anciãos do lugar e, como é compreensível, um profundo desgosto no lar. José foi repreendido, exigindo-se-lhe que repreendesse e castigasse seu perturbador Primogênito, “recolocando-o no bom caminho”. O comitê de anciãos de Nazaré reuniu-se seguidamente com o empreiteiro, fazendo-lhe ver com toda firmeza que “semelhante blasfêmia podia custar-lhe a definitiva expulsão de seu filho da escola”.

– Meu marido, desgostoso, guardou silêncio. Não era a primeira acusação desta índole contra Jesus, mas sim a mais grave.

– E que fez Jesus?

– Não podes adivinhar?

– Francamente, não.

Maria balançou a cabeça, ainda sem poder compreender a ousadia do menino...

– Para surpresa geral, apresentou-se voluntariamente diante dos anciãos e defendeu sua paixão artística. Ficaram estupefatos. Menos mal que, salvo uns poucos, a maioria tomou a coisa com senso de humor. Falou, argumentou e, por último, disse que acataria a decisão do tribunal. De acordo com José, os anciãos acharam que, enquanto vivesse conosco não deveria voltar a pintar nem a modelar com argila. Jesus ouviu a sentença em silêncio, sem mover um músculo.

Mas cumpriu. Enquanto permaneceu em Nazaré não o vi mais lidar com barro ou pintar.

Aquela seria uma das mais duras provas de sua agitada infância. No fundo, teve “sorte”. Se fosse julgado por um conselho de Jerusalém, o castigo poderia ter sido mais duro e insultuoso. Nem dos açoites estaria livre, apesar de sua minoridade.⁹⁹

Mas nem tudo foram aborrecimentos e frustrações. Naquele nono ano de sua vida, Jesus, sempre em companhia de seu pai terreno, escalou pela primeira vez o mítico monte Tabor, a uns seis quilômetros ao leste de Nazaré. (Uma arredondada colina de mil pés de altura em cujo pico, segundo a tradição cristã, teve lugar a famosa “transfiguração”. Mais adiante comprovaríamos que esse acontecimento teve por palco outro lugar, a muitas milhas ao norte.)¹⁰⁰

– A aventura – contaria a Senhora – o emocionou. Voltou radiante. Dizia que do cume “podia contemplar-se o mundo inteiro, menos a Índia, a África e Roma”.

Em 15 de setembro nasceria Marta, a segunda das irmãs de Jesus, o que obrigou José a ampliar a casa. E em um dos novos cômodos, a pedido do Primogênito, o empreiteiro instalou para ele um banco de carpinteiro. Durante vários anos, aquela pequena oficina faria as delícias de Jesus. Ali trabalhava, esquecido do tempo, aperfeiçoando-se no ofício, e especializou-se na confecção de cangas para carros ou arados de boi.

Aquele inverno e os seguintes foram especialmente rudes. Nevou intensamente e Jesus teve oportunidade de conhecer uma coisa que lhe deu o que pensar: o gelo.

– Suas perguntas, Jasão, continuaram mortificando a nós e a estranhos. Queria saber por que a água se tornava sólida e por que, por sua vez, o gelo se convertia em água... Deixou-nos loucos durante todo o inverno.

Nos meses de *sivan* e *tammuz* (junho-julho, aproximadamente), Jesus ajudou seu tio, o granjeiro, na colheita de cereais. Era a primeira vez que tomava uma foice em suas mãos. Como seria de esperar, sua mãe ficou indignada.

– Era uma criança, Jasão! Só tinha nove anos!... Desejarias tu que um de teus filhos manejasse uma dessas perigosas ferramentas?

Maria, ao saber do fato, movida pelo zelo, pôs a boca no mundo, censurando seu irmão.

– Sei que foi inútil – acrescentou com convicção. – Continuou fazendo aquilo às escondidas...

Como eu dizia, antes de completar dez anos o rapaz experimentou um notável desenvolvimento físico. Essa circunstância, unida à sua agilidade mental e à não menos considerável maturidade intelectual, valeu-lhe ser designado

“chefe” de um grupo de sete companheiros da mesma idade.

Certamente, nenhum daqueles amigos notou nada “sobrenatural” em Jesus. Era um a mais. Inquieto, curioso e em permanente atividade, mas, afinal das contas, um rapaz como os outros.

Um só detalhe causou estranheza e, amiúde, crispava os nervos do resto do grupo: o “chefe”, apesar de sua corpulência, sentia uma repulsa natural pela violência. Em numerosas ocasiões, ainda que tivesse razão, evitou as lutas. Isso, a princípio, fazia sofrer seus camaradas. Mas pouco a pouco foram-se acostumando e aceitando a especial docilidade e mansidão do Primogênito do empreiteiro.

É preciso dizer tudo: a verdade é que Jesus encontrou um excelente protetor em seu amigo Jacó, o filho do pedreiro associado a José. Um ano mais velho do que Jesus, Jacó procurava manter a distância quem quer que tentasse abusar de seu amigo. E, lenta e progressivamente, graças à sua simpatia e espírito de eqüidade, o Primogênito de Maria acabaria por ser aceito como um líder. (Isso sucederia anos mais tarde e desembocaria – quando o Mestre tinha dezessete anos – em uma grave crise. Mas vamos dar tempo ao tempo.)

No ano do seu décimo aniversário (4 de nossa era) ocorreria “algo” que, na época, passou quase inadvertido para seus pais terrenos. Eram, devo dizer, fugazes e esporádicas “chispas” do que “dormia” no seu íntimo.

– Foi num sábado. 5 de julho. Lembrarei enquanto estiver viva – a Senhora sentia-se irremediavelmente culpada por tantos anos de “cegueira”, como ela mesma definiu. – Meu marido e Jesus haviam saído para o campo, dispostos a desfrutar seu passeio semanal. Segundo me contou José, nosso filho, muito natural e espontaneamente, fez-lhe esta confidência: “Sentia que seu Pai do céu o reclamava e que Ele na realidade não era quem todos acreditavam que fosse.” Foram palavras incompreensíveis. José, muito preocupado, não as comentou com ninguém. No dia seguinte, Jesus falou comigo. Foi uma longa conversa. Notei que ele estava inquieto. Confuso... Como se alguma coisa no seu íntimo se houvesse revelado. Lamentavelmente, nem ele nem eu definimos as coisas claramente. Que poderia ser aquilo de “seu Pai do céu?” José e eu, como te disse, guardamos silêncio absoluto sobre tais revelações. Se o fato chegasse aos ouvidos dos conterrâneos e dos sacerdotes, meu filho poderia ser tachado de louco ou blasfemo. Era muito perigoso falar assim de Deus, bendito seja seu nome. Todos em Nazaré sabiam que Ele era filho nosso...

Depois daquelas manifestações o caráter de Jesus mudou notavelmente.

– Sim, tornou-se taciturno e solitário. E começou a freqüentar (exageradamente, na minha opinião) a companhia dos adultos. Sentia-se

confortado com eles. E eles o escutavam com agrado. Nem José nem eu gostávamos daquele alheamento aos rapazes de sua idade. E o repreendemos muitas vezes, pedindo-lhe que deixasse de vez tantos e tão profundos discursos com os adultos e voltasse à vida natural: à companhia dos amigos. O resultado foi quase nulo. Em agosto, ao completar os dez anos, ingressou na escola superior. Longe de melhorar, sua situação piorou...

– Era incorrigível. Suas perguntas foram crescendo e a inquietação entre os professores acabou por propagar-se pelo resto da aldeia. Fomos novamente convocados à sinagoga e chamados à ordem. Que vergonha, Jásão!

Nessa ocasião, José adotou uma atitude mais severa: devia moderar suas manifestações na escola. “E mais” – ordenou-lhe –; “te limitarás a perguntar o estritamente necessário.”

Durante algum tempo obedeceu. Esses “escândalos” foram aproveitados por seus inimigos. Jesus os tinha. Era normal em uma vila onde todos se conheciam. Os que mais se enfureceram com ele foram os pais dos alunos mais fracos e atrasados. Sem o menor pudor o acusaram de “soberbo, atrevido e presunçoso”. Mas o menino não se sentiu ofendido pelo falatório e as calúnias. Continuou a estudar e a trabalhar, dedicando especial atenção à pesca. Suas periódicas visitas ao *yam* o libertavam em parte da opressão de que era alvo em Nazaré. Sua paixão pelo lago chegou ao ponto de dizer a seu pai que “no futuro desejava ser pescador”.

– José ouviu suas palavras com interesse e carinho. Mas não as levou em consideração. Até então havia desejado ser oleiro, agricultor, professor, músico, carpinteiro, guia de caravanas e não sei quantas coisas mais... Meu marido, sempre prático, aproveitou a oportunidade para insinuar-lhe que o mais seguro e rentável era a agricultura ou a carpintaria. Queres que te diga um segredo?

Animei-a com um sorriso.

– ... Se se houvesse decidido pela contratação de obras, José teria ficado feliz. Mas Deus, bendito seja seu nome, o levou antes que Jesus completasse quinze anos.

Seu lamento era justificado. A morte prematura de José em um acidente de trabalho, em Séforis, modificaria o curso da vida do Primogênito e de toda a família. Como sabemos, o Destino tinha outros planos para o “Filho da Promessa”.

Aquele seria um dos últimos períodos de calma e relativa felicidade. Jesus estava prestes a afrontar uma série de duras provas.

O ano 5 começou não de todo mal. Sua moderação na escola surtiu efeito e os ânimos se apaziguaram.

Em meados de maio, seguindo o costume estabelecido tempos antes, Jesus acompanhou seu pai em outra de suas habituais viagens de negócios. Dessa vez foram à cidade grega de Scythopolis, na Decápolis, muito perto da margem direita do Jordão. Durante a caminhada – de uns 35 quilômetros –, José falou-lhe do rei Saul, de sua derrota diante dos filisteus no monte Guilboa e de seu posterior suicídio, arrojando-se contra sua própria espada.

– Aquela viagem – disse a Senhora com certa reticência foi bastante desagradável... para meu marido.

Pressionei-a com cuidado. Ela não parecia muito disposta a entrar em detalhes.

– Para que recordar coisas tristes?

– É preciso conhecer tudo – insisti com veemência. – Algum dia o mundo nos agradecerá...

Sorriu com ceticismo. Mas concordou em contar o “substancial”.

– ... Meu filho deve ter ficado muito impressionado pela beleza e grandiosidade da cidade. Antes havia estado em Séforis, mas Scythopolis¹⁰¹ é outra coisa. Disse José que os elogios de Jesus aos monumentos e edifícios foram entusiásticos e, como é natural, meu marido sentiu-se ofendido. Tentou então rebater aquele injustificado fervor por uma cidade pagã falando da magnificência de Jerusalém. Mas Jesus nem lhe prestou atenção. E suas perguntas foram crescendo, para maior desgosto de seu pai. Para cúmulo, naqueles dias celebravam-se na Decápolis os tradicionais jogos e competições desportivos anuais. José (que não sabia dizer “não”) concordou com o pedido do nosso filho e o levou ao anfiteatro. As demonstrações dos atletas o entusiasmaram. E José, atônito, ouviu-o dizer que “seria uma grande idéia organizar jogos similares em Nazaré”. Tentou convencê-lo de que tudo aquilo não era senão uma “detestável manifestação de vaidade”. Jesus negou-se a aceitar a opinião do pai. E na pousada irrompeu a crise. Tu, Jasão, não o conheceste. Meu marido era um homem bom, incapaz de fazer o mal. Jamais bateu em um filho. Mas aquela noite (contou-me entristecido) perdeu os nervos e, no meio de uma acalorada discussão com nosso Primogênito, chegou a sacudi-lo pelos ombros...

– Por quê?

– Jesus, esquecendo os sagrados preceitos da Lei, sugeriu-lhe a possibilidade de construir em Nazaré um daqueles anfiteatros. Foi a gota d’água. Segundo eu soube – lamentou a Senhora –, foi a única vez que José se confrontou violentamente com o filho. “Meu filho” – disselhe – “que nunca mais, em toda a tua vida, eu ouça de ti coisa semelhante!”

– E Jesus, que fez?

– Ao ver o pai tão indignado, assustou-se. E respondeu: “Assim o farei.” Posso assegurar-te que, enquanto José viveu, o assunto dos jogos não foi mais mencionado em Nazaré.

Ao longo daquelas conversas com a Senhora e demais parentes do Mestre, eu me perguntei muitas vezes: dadas as especialíssimas circunstâncias que concorriam no Primogênito e em seu não menos singular caráter, chegaram seus pais terrenos a temê-lo? Sentiam por Ele, talvez, um afeto especial ou uma preferência?

Quando o insinuei, Maria foi taxativa:

– Medo dele? Que coisas te ocorrem, Jasão! Meu filho, apesar de seus problemas, era prestativo, doce e amoroso a um extremo que nem imaginar podes. Se não fosse assim crês que Ele faria o que fez quando caí doente? Quanto às preferências – hesitou por alguns segundos –, pois sim, reconheço. Havia algo. Era natural. Mas te direi outra coisa. Cada vez que qualquer de nós tentou dar alguma atenção especial a Ele, sua recusa era imediata. Não consentiu nunca nesse tipo de deferências para consigo.

Ora, a Senhora doente? Minhas informações a respeito eram nulas. Que havia acontecido?

A moléstia da mãe marcaria o início de uma nova e dura etapa na infância de Jesus. Na realidade, aí terminariam seus anos felizes, suas brincadeiras e viagens.

Segundo suas explicações, o problema surgiu devido ao nascimento de Judas, na quarta-feira, 24 de junho daquele ano 5. O sétimo filho – um dos mais difíceis, por certo – traria consigo uma perigosa infecção: umas “febres malignas” que, a julgar pela sintomatologia, identifiquei *a priori* com a chamada “septicemia das parturientes” ou febre puerperal.¹⁰² Uma doença, sobretudo naquele tempo, especialmente perigosa. Desde que o parto não apresentara dificuldades, o mais provável é que a anemia ou a fadiga da mãe tivesse constituído fator determinante na etiologia.

Não posso afirmá-lo, naturalmente, mas há a possibilidade de que se tratasse de uma infecção estafilocócica e tardia, muito mais benigna do que as generalizadas e as estreptocócicas. O caso é que a Senhora viu-se obrigada a guardar o leito por espaço de várias semanas, sofrendo, segundo contou, de obstipação de ventre, febre alta, dores de cabeça, fogacho e sede angustiosa, além, logicamente, do típico quadro de alterações mamárias.

Essa penosa e delicada situação de Maria obrigou seu marido a permanecer em Nazaré. E Jesus viu todos os seus planos ruírem. Teve de atender aos recados de seu pai, a dedicar-se aos irmãos mais novos, às necessidades da casa e, claro, à sua mãe. A escola ficou em suspenso e só a boa vontade de um dos professores

– que ia à sua casa uma tarde por semana, evitou que ele perdesse o ano. Esse bom judeu, paciente, amável e compreensivo, ajudou muito o Primogênito de José naqueles dias nefastos.

Por sorte, a Senhora não teve as temidas complicações puerperais – cardíacas, digestivas, respiratórias *etc.* – e o tratamento dos “sanadores” da vila, ainda que elementar, foi eficaz no que se refere à assepsia.

– Jamais me havia sentido tão mal – afirmou. – O bater de dentes, os tremores e aquelas dores de cabeça quase acabam comigo. Mas todos (Jesus principalmente) se portaram maravilhosamente. Meu filho aprendeu até a cozinhar. Preparava-me o leite, os caldos quentes, os ovos e a carne crua... Pobrezinho, quanto sofreu por minha causa! Desde então acabaram-se as brincadeiras e os passeios...

De fato, uns dois anos antes do previsto, o rapaz viu-se forçado a substituir o chefe da família em muitas de suas funções à frente da casa. Naquele verão, ao completar onze anos, já era um homenzinho, cheio de responsabilidades – excessivas para sua idade – e com uma cada vez mais insistente angústia interior: “Quem era em realidade? Que significava o Pai do céu para Ele? Qual era exatamente sua missão? Que lhe reservava o Destino?”

E Jesus passou a encerrar-se em si mesmo. Desde a moléstia de sua mãe – ainda que jamais perdesse aquela contagiante e invejável alegria de viver – já não foi o mesmo. Suas brincadeiras e conversas com os viajantes e condutores de caravanas foram tornando-se espaçadas, enquanto que lentamente ia surgindo diante dele uma grande interrogação: “Se devia ocupar-se dos assuntos de seu Pai, como se haver com suas inegáveis obrigações familiares?”

Anos mais tarde, este rude dilema chegaria a converter-se em angustioso drama pessoal. Um drama não tratado pelos evangelistas e que, em minha modesta opinião, tem uma importância vital para um melhor conhecimento do Mestre.

A infância e a juventude desse Homem, como as de todo ser humano, foram de suma transcendência. Sua obra, sua mensagem e o conjunto de suas ações durante a chamada “vida pública” podem ser entendidos, mais claramente, ao ter-se acesso a esses cruciais primeiros anos. Daí, nesse sentido, minha crítica total aos evangelistas. Com seu silêncio privaram os fiéis e não fiéis de informações e de uma perspectiva essenciais em um estudo medianamente sério. Mas prossigamos com o não menos decisivo duodécimo ano de sua vida.

Esse período, que precedeu a adolescência, viu-se fortemente influenciado pela recente enfermidade de sua mãe e pelas crescentes dúvidas em torno de sua missão na vida. A Senhora o resumiria com grande precisão:

– Voltou à escola, sim, e também à sua pequena oficina de carpintaria. Mas

seu coração fez-se solitário. Se antes nos aborreciam suas intermináveis e agudas perguntas, a partir de então começamos a preocupar-nos por causa da mudança, dos seus longos silêncios.

Aos olhos da vizinhança, aquela alteração no modo de ser de Jesus foi interpretada como “uma volta à sensatez e à discrição”. O rapaz nada fez para desfazer o equívoco. Quem teria podido compreendê-lo? Nem mesmo seus pais tinham essa possibilidade.

José e Maria, permanentemente atentes, se apercebiam de que “algo” estranho e intangível crescia no seu íntimo. Seu pai terreno foi quem mais se aproximou da verdade. Mas, como eu já disse, sua morte o impediria de aprofundar-se nesse singular mistério. Quanto à Senhora, sua idéia de um Jesus messiânico, revolucionário e libertador a iria distanciando de seu Primogênito e enchendo-a de amargura. O irmão Tiago me contaria, à revelia de sua mãe:

– Naqueles anos, as graves divergências entre meus pais chegaram aos ouvidos de Jesus. Ele os escutava durante a noite. Acreditavam que ele dormia mas não era assim. Minha mãe não entendia o sentido da missão de meu irmão e Mestre. E desesperava-se ao ver que Jesus não aceitava suas diretrizes com respeito ao seu futuro. Ela pretendia que o “Filho da Promessa” se destacasse como um líder e arrastasse as massas para expulsar os odiados invasores romanos. Meu pai, ao contrário, inclinava-se por uma ação espiritual.

Talvez como uma necessária válvula de escape, o jovem Jesus intensificou seus estudos de música, dedicando-se ao mesmo tempo, com ardor, ao cuidado e à educação dos irmãos.

Este interessante capítulo, que espero poder desenvolver no devido tempo, dar-lhe-ia grandes alegrias mas também grandes desgostos. Em especial com José e Judas. Este último, durante muitos anos, foi o rebelde da família.

Em agosto, ao completar Jesus doze anos, houve um pequeno incidente – não mais que uma anedota – que reflete a sutil inteligência de José e a inegável influência que Jesus começava a exercer sobre sua família e o meio. Uma influência que não cessaria mais.

Entre os judeus existia o costume, cada vez que se entrava em casa ou dela se saía, de tocar a *mezuzá* (um pequeno estojo retangular de madeira, incrustado em uma das ombreiras da porta, contendo um minúsculo pergaminho com os mandamentos divinos) e levar os dedos aos lábios. Pois bem, em um daqueles dias Jesus interpelou seus pais sobre essa tradição e comentou que, do seu ponto de vista, “o fato de tocar a *mezuzá* era um rito tão idolátrico como pintar ou representar figuras humanas”.

Sua lógica foi tão esmagadora que, no dia seguinte, para assombro dos vizinhos, José retirou o pergaminho, acatando os argumentos de seu filho.

Com o tempo, Jesus alteraria muitos dos costumes religiosos de sua casa. Sobretudo, as orações. O incomparável Pai-Nosso foi uma de suas geniais inovações. Mas isso pertence a outro momento de sua fascinante vida...

Como consequência desses esforços para adaptar-se – talvez a palavra apropriada fosse “submeter-se” ao critério e à vontade da maioria no concernente às pautas sociais e religiosas, o adolescente cairia ao final do ano em profundo abatimento.

Tiago, seu irmão e confidente, explicou assim as razões desse passageiro estado:

– Honra teu pai e tua mãe. Eles te deram a vida e a educação. Assim reza um dos principais mandamentos. Jesus teve de enfrentar esse árduo dilema. Seguiria os conselhos de sua consciência, refutando muitas das inibidoras tradições religiosas ou permaneceria fiel aos desejos de nossos pais?

O futuro rabi da Galiléia não tardaria a superar a penosa indecisão. Uma vez mais, sua decisão foi justa: conjugaria ambos os critérios. Respeitaria a vontade de seus maiores e, no momento certo, entregar-se-ia à missão que começava a delinear-se em seu coração.

O que Jesus não sabia era que esses planos estavam a ponto de soçobrar brusca e estrepitosamente.

No ano 7, o do décimo terceiro aniversário, consumou-se a transição da infância para a adolescência. Maria, os irmãos de Jesus e a família de Lázaro, em Betânia, foram meus corretos informantes. Graças à sua bondade pude reconstruir as linhas mestras de tão decisivo ano.

Sua voz começou a mudar, indicando já aquele timbre grave e sonoro que a caracterizaria. Também seu corpo experimentou importantes mudanças. Surgiu a penugem indicando a virilidade.

Na noite de domingo, 9 de janeiro, nasceria Amós. Judas tinha apenas catorze meses e Rute, a filha póstuma de José, chegaria ao mundo dois anos mais tarde.

No mês de *adar* (fevereiro), Jesus havia superado seu abatimento. Ao contrário dos demais jovens de Nazaré, em sua mente fervilhavam grandes idéias. Uma delas, sobretudo, continuava germinando obscura e silenciosamente: “Iluminar a humanidade. Falar aos homens sobre o Pai celestial.”

Segundo a Senhora, a feliz conclusão de seus exames na escola da sinagoga contribuiu – e não pouco – para tirá-lo daquele retraimento. Os treze anos eram uma data solene para as famílias judias. Os filhos eram proclamados maiores diante da Lei. Oficialmente, era considerado “filho maior resgatado do Senhor”. Daí para diante, como qualquer adulto, o novo membro da comunidade de Yaveh

devia recitar o *Shema Israel* três vezes ao dia, proclamando assim sua fé no Único.

Também via-se obrigado a jejuar, em especial durante a festa da Expição, e a peregrinar a Jerusalém durante a solene Páscoa, gozando do direito de juntar-se aos homens no Templo.

Ser “filho da Lei” constituía um motivo de orgulho e intensa alegria, partilhado por todos os parentes e amigos.¹⁰³ Para estar presente a tão assinalada festividade – o dia do *Bar Mitzvah* – José regressara de Séforis na sexta-feira anterior. O empreiteiro havia iniciado a que seria sua última obra: um edifício público, planejado e financiado por Herodes Antipas.

Em 20 de março Jesus viveu um de seus momentos mais felizes. Ao ouvir sua serena e correta leitura, todos se sentiram orgulhosos daquele jovem, “que prometia dias de glória para Nazaré”. Seu velho professor, os anciãos e a própria família só falaram no futuro que o aguardava, fazendo planos para o seu ingresso nas mais prestigiosas academias rabínicas da Cidade Santa. O ardor de Maria e dos amigos era tal que Jesus chegou a crer que estaria em Jerusalém em um prazo máximo de dois anos, a contar do seu décimo terceiro aniversário. Mas Jesus nunca chegaria a ser “rabi de Jerusalém”...

No princípio de abril, ao receber Jesus seu diploma, José proporcionou-lhe uma ansiada oportunidade: viajaria com eles e assistiria sua primeira Páscoa. Aquele ano caía em um sábado, 7 de abril. E na segunda-feira, 4, um grupo de cento e trinta iniciou a caminhada para Jerusalém.

José havia desejado cortar caminho atravessando Samaria, mas a maioria dos peregrinos opôs-se. As relações com os samaritanos eram tensas. E a viagem se fez por Jizreel, até o vale do Jordão. O temido Arquelau havia sido desterrado para as Gálias um ano antes e, em princípio, nada fazia temer pela vida do “Filho da Promessa”. Sua estada na Cidade Santa – pensaram seus pais – não tinha por que causar alarme. Uma vez mais se equivocaram.

No quarto e último dia de viagem, a estrada de Jericó a Jerusalém era um fervedouro de peregrinos. No meio do caminho, Jesus, que fazia companhia à sua mãe no grupo das mulheres, divisou pela primeira vez uma colina que, com os anos, lhe seria tristemente familiar: o monte das Oliveiras.

– Quando lhe dissemos que a Cidade Santa achava-se do outro lado – observou Maria –, seu rosto iluminou-se e ele começou a dar saltos de alegria. Mas meu entusiasmo ruiu por terra quando o ouvi dizer que “ali estava na casa de seu Pai”.

Naquela viagem, José e Maria conheceriam outra singular família: a de Simão de Betânia. O grupo acampara nas imediações dessa aldeia e a Providência quis que Simão, um próspero agricultor, atendesse em sua casa o

empreiteiro de Nazaré. Assim nasceria uma sólida amizade entre ambas as famílias e muito especialmente entre Jesus e o primogênito de Simão: Lázaro, um rapaz de sua mesma idade.

Ao retomarem a caminhada, os peregrinos optaram pelo caminho mais curto – o que cruzava o monte das Oliveiras –, detendo-se maravilhados em seu cume. Era o entardecer de quinta-feira, 7 de abril do ano 7. Jesus contemplava Jerusalém pela primeira vez.

– Não disse nada – observou Maria. – Mas sei que a magnífica vista dos palácios e do Templo o emocionou. Entramos rapidamente na cidade e nos dirigimos à casa de um de meus parentes. Era o único em Jerusalém que, através de meu primo Zacarias, havia conhecido a história de João e Jesus. Lembro-me de que cruzamos diante do Templo e que tive de repreendê-lo o tempo todo. Estava transtornado de alegria. Jamais havia visto tanta gente junta e a cada momento largava as rédeas do burro e se misturava à multidão.

No dia seguinte, o da preparação, José tomou seu filho pela mão e se apresentou em uma das academias rabínicas, perguntando pelos planos de estudo. Estava decidido: quando completasse os quinze anos Jesus ingressaria em uma daquelas famosas escolas superiores. Mas na véspera daquela Páscoa, sexta-feira, 8 de abril, sucederia algo que fez o Primogênito hesitar. Só Tiago o soube. E ele me narraria o caso tal qual o ouviu dos lábios de seu irmão mais velho:

– “À vista do Templo e da multidão (me contaria Jesus anos após) senti como se um raio de luz iluminasse minha mente. E meu coração experimentou uma grande piedade por aquelas confusas e ignorantes pessoas. Minha missão começava a definir-se claramente.” Creia, Jasão, aquele foi um dia decisivo na vida de meu irmão e Mestre. Nessa mesma noite, segundo me contou, um anjo apareceu diante dele e lhe disse: “É chegada a hora. Já é o momento de começares a ocupar-te dos assuntos de teu Pai.”

Como eu disse, este fato passou inadvertido a José e Maria. Se foi verdadeiro – e não tenho razões para duvidar da palavra do Mestre –, aquela era a primeira vez que Jesus tinha um encontro com um ser sobrenatural.

Desde aí, seu processo interior – não sei se a expressão é acertada – se aceleraria. Era o início de sua grande carreira... Jesus iria tomando consciência de sua autêntica origem, de sua dupla natureza (humana e divina) e de sua tarefa como Filho do Homem. Qualquer observador medianamente objetivo reconhecerá comigo que não podia ser de outra forma. Um Jesus-Menino consciente de sua divindade, teria sido antinatural, prejudicando sua evolução intelectual. Era imperativo que semelhante descoberta fosse gradual.

Apesar de seu entusiasmo pela Cidade Santa, Jerusalém acabaria

decepcionando-o. Para ser exato: o Templo e seus cambalachos.

Os dias que se seguiram à solene festa da Páscoa passou-os percorrendo as ruas a observar o movimento dos habitantes e dos milhares de peregrinos vindos de todo o mundo conhecido. Foram – segundo Tiago – dias de absoluta liberdade, que tardariam muito a repetir-se.

Seu respeito pela Cidade Santa era profundo e sincero. Em especial, pela “casa de seu Pai”. Mas, ao adentrar o Átrio dos Gentios, a decepção o abalou.

Naquele sábado, Jesus, em companhia de seus pais, atravessou-o e foi reunir-se com os demais rapazes que seriam oficialmente consagrados como “filhos da Lei”. O vozerio, os traficantes de moedas e a falta de compostura o intranquilizaram. Mas sua grande decepção começou ao ver que sua mãe se separava deles e se dirigia para o Átrio das Mulheres, o único recinto do Templo autorizado para as judias.

– Não cabia na cabeça de meu irmão que em um dia de tanta emotividade como aquele nossa mãe não o acompanhasse em sua cerimônia de consagração. Indignou-se.

As desilusões não cessariam em toda a jornada. Jesus participou dos ritos de sua consagração como “filho maior resgatado de Yaveh”, mas a frieza, as atitudes vulgares e a superficialidade dos sacerdotes o deixaram perplexo. Aquilo não tinha nada do calor e do sentimento dos ofícios que se praticavam em Nazaré.

Quanto às atitudes e maneiras dos peregrinos, traficantes e prostitutas que enchiam o Átrio dos Gentios, foram superiores às suas forças. Como anotou Tiago, “não havia diferença entre aquelas cortesãs, aqueles cambistas e comerciantes de gado, especiarias etc., e os que havia visto em Séforis ou Scythopolis.

Visitaram também o Átrio dos Pastores e ali, à vista dos sacrifícios dos rebanhos de cordeiros, esteve a ponto de vomitar. Os balidos dos animais agonizantes, as facas e as mãos jorrando sangue e o olhar gélido dos sacerdotes-magarefes ultrapassaram os limites da resistência daquele adolescente, defensor intransigente dos animais e da natureza. O espetáculo causou-lhe tal asco que, tomando seu pai pela mão, fugiu do recinto.

– José – acrescentou Tiago – compreendeu a desolação de Jesus e tentou suavizar seu choque, conduzindo-o até a Porta da Beleza. Suas explicações sobre a majestosa obra de bronze de Corinto não tiveram efeito. Então, depois de recolherem minha mãe, saíram do Templo e dedicaram boa parte da tarde a passear por Jerusalém. Meu pai desejava que Jesus se acalmasse e visse as coisas com mais objetividade. Mas isso era difícil. Meu irmão e Mestre tinha suas idéias fixas. Não aceitava o derramamento de sangue como meio de acalmar a

cólera do Todo-Poderoso. E mais: em plena discussão com meus pais negou-se a acreditar em um Deus, bendito seja seu nome, justiceiro e sedento de vingança. José, com toda sua doçura, fez-lhe ver que aqueles costumes eram muito antigos e se ajustavam à mais pura ortodoxia. Mas Jesus replicou: “Pai, isto não pode ser verdade. O Pai do céu não pode tratar assim seus filhos extraviados. Ele não pode amar-me menos do que tu próprio me queres. Por muito imprudentes que sejam meus atos, estou certo de que tu jamais te deixarás levar pela cólera. Então, se tu, meu pai terreno, és capaz de perdoar-me, que dirá o do céu, infinitamente mais bondoso e misericordioso do que tu?”.

José e Maria guardaram silêncio diante da superior lógica do Primogênito. E, confusos por tão estranha forma de interpretar o Pai Universal, retomaram à casa dos parentes. Simão de Betânia os havia convidado a festejar com sua família a tradicional ceia pascal. Em companhia de outros parentes de Nazaré se reuniram na vivenda do pai de Lázaro, em torno do cordeiro, do pão sem levedura e das também obrigatórias ervas amargas.

– Sendo como era um novo “filho da Aliança” – comentou a Senhora –, pedimos-lhe que relatasse a origem da Páscoa. E Jesus o fez maravilhosamente. Mas, como sempre – ressaltou, contrariada –, teve de dar a nota. No meio das explicações fez alusão ao que havia visto e sentido no Templo, criticando os sacrifícios e a profanadora presença, no Átrio dos Gentios, dos comerciantes e das prostitutas. Eu me senti ruborizada. Sinto, amigo Jasão: eram outros tempos e não podia compreender seu comportamento...

Em mais de uma ocasião perguntei-me por que o Mestre se negava a comer o tradicional cordeiro pascal. (Na última ceia, por exemplo, não provou.) A explicação para a sua atitude estava nessa sua primeira visita ao Templo da Cidade Santa. Em sua mente começou a germinar a idéia de uma Páscoa sem sangue e sem aqueles ritos, tão desagradáveis e contrários à verdadeira essência do Pai celestial.

– Nessa noite dormimos mal. Jesus também se levantou uma infinidade de vezes. Estava preocupado. Sentava-se no jardim, com a cabeça entre as mãos, e assim permanecia horas e horas. Seu pai e eu nos olhávamos impotentes. Não sabíamos o que ocorria. E o pior é que não nos atrevíamos a perguntar-lhe.

Tiago, que anos mais tarde iria a Jerusalém em companhia de Jesus, conhecia as razões daquela inquietude. Na mente de seu irmão fervilhava uma infinidade de perguntas sobre a absurda teologia de seu povo. Perguntas que pouco a pouco iam encontrando respostas.

O mal-estar da família de Nazaré diante do incômodo e misterioso silêncio do Primogênito foi tal que, uma vez terminada a festividade da Páscoa, José pensou em antecipar o regresso à Galiléia. Mas seus amigos e parentes o

dissuadiram da idéia.

No dia seguinte, Jesus e seu novo amigo, Lázaro, dedicaram-se a explorar Jerusalém e seus arredores. Aquelas correrias e “aventuras” serviram para esquecer em parte suas angústias e incertezas. E antes de terminar o dia descobririam “algo” que, poucos dias depois, daria lugar a outro acontecimento “histórico”: o único, de toda a sua infância e juventude, que aparece nos Evangelhos! O possível leitor deste diário terá adivinhado que estou falando do incidente de Jesus com os doutores da Lei. Parece incrível que os evangelistas considerassem este acontecimento como o único digno de registro em toda a vida “oculta”(?) do Mestre!

Esse “algo” foi, nem mais nem menos, a presença, nas proximidades do santuário, dos judeus que conferenciavam e trocavam perguntas e respostas com os rabinos e doutores da Lei. A partir daquele domingo, 10 de abril, Jesus não deixaria de ir um só dia às agitadas e espontâneas reuniões no Templo. Esta circunstância me parece de especial importância para melhor entender o que sucederia dias mais tarde e que no texto de Lucas aparece incompleto.

Apesar de seu ardente desejo de intervir nas discussões, o menino se conteve, consciente de sua pouca idade e das restrições que a Lei impunha aos novos consagrados. (Uma vez transcorrida a semana de Páscoa, os novos “filhos de Yaveh” podiam ter acesso a essas reuniões no exterior do Templo.)

Na quarta-feira, 13 de abril, José e Maria o autorizaram a pernoitar na casa de Lázaro, em Betânia. Foi uma noite inesquecível, na qual Jesus abriu o coração, manifestando suas inquietudes. Desde aquelas confissões, Lázaro passou a ser um admirador incondicional do jovem Primogênito de Nazaré.

Mas o momento da partida dos peregrinos se aproximava e, antes de iniciar a viagem de regresso à Galiléia, Jesus, em companhia de seus pais terrenos e do velho professor da sinagoga de Nazaré, foi de novo à escola rabínica escolhida para seus estudos superiores. E ali, definitivamente, ficou marcado seu ingresso para o mês de agosto do ano 9. Quer dizer, ao completar os quinze anos.

“O resto da semana” – segundo os meus informantes – “transcorreu normalmente. Jesus demonstrou um especial interesse pelas conferências-colóquios do Templo, assim como pelos muitos companheiros de consagração, chegados dos mais remotos países.

Dada sua inesgotável curiosidade, ninguém estranhou que ele passasse horas e horas agarrado às grades que separavam esses grupos do resto da comunidade ou em intermináveis debates com os jovens judeus procedentes do Egito, da Mesopotâmia ou das vizinhas províncias romanas do Extremo Oriente. Tudo lhe interessava e por tudo se preocupava: seus costumes, seus métodos educativos, suas crenças...”

Esses contatos com a juventude de nações tão diferentes e distantes – tenho certeza – estimularam nele seus adormecidos desejos de viajar e conhecer *in loco* outras formas de vida, outros povos, outros homens. Uma ânsia da qual também não nos falam os livros sagrados e que, entretanto, como descobriríamos em nosso segundo “salto”, pôde e soube materializar “quando suas obrigações familiares o permitiram”. Como estão enganados quantos pensam e opinam que o Mestre jamais transpôs os limites e as fronteiras de seu país!

E, por fim, os peregrinos de Nazaré se prepararam para partir de regresso à Galiléia.

Foi numa segunda-feira, 18 de abril daquele ano 7, que o grupo congregou-se nas proximidades do Templo e rumou para Betânia. Nem Maria nem José, naquela natural agitação dos preparativos da viagem, se advertiram da ausência de seu Primogênito.

Para ser franco, não pude entender tal descuido e confessei isso à Senhora.

– Sim, tens toda razão – respondeu sem a menor intenção de desculpar-se. – Deveríamos ter sido mais cuidadosos. Mas já sabes o que ocorre nessas viagens em grandes grupos... Quem poderia imaginar! Jesus era um membro de pleno direito da comunidade e por isso era obrigado a viajar com os homens. Assim, ao não vê-lo junto a mim, pensei que estava no grupo da frente, com José. Meu marido, por seu lado, acreditou na hipótese contrária: que Ele se havia unido às mulheres e que, como na viagem de ida a Jerusalém, estaria a meu lado, conduzindo as rédeas do nosso animal. Enfim, um desastre!

– E que fez Jesus? Onde estava no momento da partida?

– Logo ficamos sabendo. Naquela manhã, como de costume, chegou ao Templo e permaneceu absorto nas discussões entre os doutores da Lei. Tanto eu como seu pai sabíamos desse seu interesse. Mas, na verdade, não atentamos para isso senão muito mais tarde. Má sorte, Jasão!

Durante minha estada em Betânia, graças às confidências de Tiago, seu irmão, e da família de Lázaro, tive a oportunidade de “reconstruir” o acontecido naqueles quatro dias: dessa segunda-feira, 18, até a quinta, 21, quando seus pais deram com Ele.

Até Jericó, final da primeira etapa, tudo foi bem. Mas, ao se reunirem, José e Maria ficaram perplexos. Onde estava Jesus? Ninguém o havia visto. Todos os esforços foram vãos. Perguntaram até mesmo aos últimos peregrinos que chegavam de Jerusalém. Nem sinal. E, como é natural, nervosos e desolados, começaram a acusar-se mutuamente.

– José aborreceu-se comigo e eu com ele. Ficamos dois dias sem nos falarmos!

Talvez convenha fazer um pequeno parêntese antes de prosseguir com os fatos. O parco relato de Lucas, primeiro, e a tradição cristã, depois, têm contribuído para forjar uma imagem distorcida daqueles dias. Os cristãos costumam julgar essa “ausência” de Jesus como um “extravio”.

De fato, a Igreja católica abrevia e intitula essa passagem com uma enfática e errônea expressão: ... “o menino perdido e achado no Templo”. Lucas, claro, não fala de extravio algum.¹⁰⁴ Foi a História que interpretou mal os fatos. Como se verá, o “Filho da Promessa” não esteve perdido durante esses três longos dias. Sabia onde estava. E mais: a partir do meio-dia (a hora sexta) daquela segunda-feira, Ele teve conhecimento da partida do grupo para Nazaré. Outra questão é saber por que não foi atrás da caravana. Dito isto, prossigamos com os acontecimentos, tal como me foram narrados.

Às 12 horas as discussões no Templo foram interrompidas para se reiniciarem logo depois. Jesus, entusiasmado com os debates – mais serenos e com menor concorrência desde a partida dos peregrinos –, não se importou com o que, a todos os aspectos, constituía uma indesculpável negligência de sua parte. Permaneceu no “Átrio dos Gentios” até o cair da tarde, mas sem atrever-se, até o momento, a intervir nas discussões.

Ao anoitecer, dirigiu-se para Betânia, quando a família de Simão preparava-se para jantar. Ninguém lhe fez perguntas. Todos pensaram que José e Maria continuavam na cidade e que o Primogênito – como havia ocorrido na quarta-feira anterior – tivera permissão paterna para visitá-los.

Hoje, como consequência dessa desinformação histórica, a imagem de um Jesus dócil, submisso e “todo espiritualidade” choca-se inevitavelmente com a daquele outro menino capaz de desobedecer sua família e provocar a angústia que provocou. Mas as coisas são como são; não como gostaríamos que tivessem sido...

Após uma noite de vigília, passada no jardim em profundas meditações, Jesus partiu de novo para Jerusalém, detendo-se no cume do monte das Oliveiras. Dessa vez Tiago é que me revelaria outro pequeno grande segredo de seu irmão, ignorado – como outros – por sua própria mãe.

– À vista da Cidade Santa, meu irmão e Mestre chorou amargamente. Foi seu primeiro pranto por Jerusalém. O segundo, como sabes, ocorreria muitos anos depois e por razões parecidas: a cegueira e a pobreza espirituais de um povo escravizado por suas próprias tradições e pelas legiões romanas.

Na mesma hora em que o juvenzinho entusiasta se apresentava no Templo – já agora disposto a intervir nos debates –, seus pais empreendiam o regresso a Jerusalém.

– Nossa ansiedade era tão dolorosa – explicou a Senhora – que fomos

diretamente à casa de meus parentes, na cidade, sem nos determos sequer em Betânia. Se o houvéssemos feito nos teríamos poupado muitos dissabores.

José e Maria por um lado e seus parentes por outro procuraram-no insistentemente, “varrendo” Jerusalém. Enquanto isso, o Primogênito – entregue de corpo e alma a ouvir os debates – não tardaria a revelar-se, formulando toda sorte de perguntas.

A impertinência e ousadia de muitas delas foram atenuadas, a princípio, pela candidez e ingenuidade de seu tom. Mas os eruditos e intransigentes doutores da Lei não demorariam a impacientar-se. O primeiro sinal de indignação geral se registraria quando Jesus, com sua habitual valentia e clareza, perguntou “se era lícito condenar à morte um pagão que – ébrio ou sem intenção profanasse as áreas sagradas do Templo”. Um dos sacerdotes impacientou-se e, olhando para ele fixamente, perguntou-lhe sua idade. “Faltam-me quatro meses” – respondeu o menino – “para completar treze anos.” E o doutor, fora de si, exclamou: “Então, por que estás aqui se não tens idade para ser um filho da Lei?”

Jesus esclareceu-lhe que acabava de ser consagrado e que era um estudante de Nazaré. Ao ouvir a palavra “Nazaré”, a assistência prorrompeu em risos. E um dos porta-vozes dos rabinos comentou sarcástico: “Devíamos ter imaginado: é de Nazaré!”

Os comentários e murmúrios foram aumentando até que o doutor que presidia à Assembléia ordenou silêncio, assinalando que aquelas injúrias eram injustas. “Se os dirigentes da sinagoga de Nazaré o admitiram aos doze anos, em vez de aos treze, razões terão tido...” Nem todos aceitaram esse entendimento. E alguns dos doutores mais ortodoxos se retiraram escandalizados. A maioria, entretanto, decidiu que o inquieto adolescente participasse dos debates na qualidade de aluno. Seus primeiros choques com a casta sacerdotal judaica, portanto, ocorreram na terça-feira, 19 de abril do ano 7 da nossa era: muito antes do que acreditávamos.

Concluída essa segunda jornada, Jesus foi para Betânia.

Seu terceiro dia no Templo seria simplesmente triunfal. A notícia de um jovem galileu – quase um menino –, expondo ao ridículo os presunçosos escribas e doutores da Lei propagou-se entre os habitantes de Jerusalém, que acorreram, curiosos e divertidos, e presenciar o “espetáculo”. Uma daquelas assombradas testemunhas foi Simão, o pai de Lázaro.

– José e eu o procuramos também no Templo – disse a Senhora – e chegamos a ficar muito perto daqueles grupos de conferencistas. Mas quem poderia supor que o centro da atração era meu filho?

Só aquelas pessoas que alguma vez hajam sofrido a dolorosa desapareição de

um ser querido – em especial de um filho – poderão fazer uma idéia aproximada do sofrimento experimentado pelo casal de Nazaré durante as setenta longas horas que durou esse suplício. Setenta horas de insônia, de lágrimas, de angústia e desesperação! José e seus parentes não deixaram um só canto da Cidade Santa por esquadrinhar. Fizeram perguntas até na Fortaleza Antônio, no mercado de escravos e nas pousadas que albergavam habitualmente os condutores de caravanas. Tudo em vão.

Entretanto, o ambiente no Templo continuava escaldante. As incessantes e agudas perguntas de Jesus erguiam murmúrios de admiração, obrigando os eruditos a recorrer à memória. Várias das interrogações formuladas naquela quarta-feira, 20 de abril, causaram uma especial surpresa e inquietação entre o auditório. Foram estas: “Que há em verdade no Santo dos Santos? Por que as mães de Israel devem separar-se dos homens no interior do Templo? Se Deus é um Pai que ama seus filhos, por que esses sacrifícios de animais para ganhar o favor divino? Os ensinamentos de Moisés teriam sido mal interpretados? Se o Templo é consagrado à adoração do Pai celeste, é normal consentir na presença de mercadores e cortesãs no seu átrio? O Messias esperado será um príncipe transitório que ocupará o trono de Davi ou se tratará de uma Luz de Vida em um reino espiritual?”

Foram necessárias mais de quatro horas para que os doutores da Lei se saíssem de tais perguntas. As testemunhas daqueles debates viram-se conquistadas não só pela sagacidade do rapaz mas muito especialmente pela lealdade do seu tom e de suas colocações.

Era evidente que Jesus não pretendia competir. Só lhe interessava uma coisa: proclamar sua Verdade. Uma Verdade que ganhava terreno em seu coração e que nunca o abandonaria. Uma Verdade tão imensa quanto simples: proclamar a realidade de um Pai Universal que nada tinha que ver com aquelas sangrentas e coléricas interpretações judaicas.

Ao anoitecer, Simão o levou a Betânia. Quase não se falaram.

O pai de Lázaro e de Marta estava deslumbrado. Depois do jantar, apesar dos calorosos elogios da família, o “Filho da Promessa” retirou-se de novo para o jardim e permaneceu solitário até altas horas da madrugada.

“Naqueles momentos críticos” – segundo Tiago –, “Jesus estreava sua grande tragédia pessoal.” Todo um “drama” interior que se prolongaria por anos e do qual nenhum evangelista deixou registro. Um dilema angustioso, vital para o conhecermos e para se conhecer sua obra posterior. O Filho do Homem desejava levar a luz a seu povo – revelar-lhe a grandiosidade do Pai de todos –, mas, ao mesmo tempo, dada sua extrema juventude e naturais laços familiares, não sabia como nem quando tentá-lo.

E naquela noite, como em tantas outras, tentou forjar um plano. Logicamente, não o conseguiria antes de passados uns vinte anos. Duas décadas em que, apesar do injustificável silêncio dos escritores sagrados, Jesus de Nazaré quase não teve um minuto de sossego. Mas tudo isso – se Deus quiser – será narrado no devido momento...

E chegou a aurora de quinta-feira, 21 de abril. Nessa manhã, enquanto fazia a primeira refeição na casa de Simão, um comentário da mãe de Lázaro devolveu Jesus à crua e prosaica realidade. “Quando partiriam para a Galiléia?” O rapaz deve ter percebido então a magnitude de sua tragédia. Seus pais terrenos, se já tivessem seguido viagem, deviam ter chegado a Nazaré. Mas sua ânsia de aprender e a firme resolução de “dedicar-se aos assuntos de seu Pai” foram mais fortes.

Assim, pela quarta vez apresentou-se no Templo e entabulou uma delicada discussão sobre a Lei e os profetas. Os doutores e rabinos não saíam do seu assombro. Aquele juvenzinho não só conhecia a fundo as Escrituras hebraicas como também sua tradução grega. A admiração do auditório chegou a tal extremo que, mal iniciado o debate da tarde, o presidente da Assembléia chamou-o para junto de si, prestando-lhe honra, assim, diante dos presentes.

Minha pergunta seguinte foi elementar:

– Como lograstes localizá-lo?

Maria, visivelmente mortificada por aquelas recordações, explicou sem rodeios:

– Na noite anterior, uma vez na casa de meus parentes, José e eu ouvimos uma estranha história: um adolescente da Galiléia vinha reunindo-se no Templo com os doutores da Lei e causava furor com seus hábeis comentários. Mas ainda assim não nos demos conta...

– Não posso entender – interrompia. – Vós conhecíeis Jesus melhor do que ninguém... Como é possível que não houvésseis suspeitado?

A Senhora fez um gesto negativo de cabeça e, resignada, acrescentou:

– Não, Jasão, estás enganado. Nem seu pai nem eu o conhecíamos verdadeiramente. Muito poucos souberam ler em seu coração. Que queres que te diga? Não nos entrava na cabeça que nosso filho pudesse fazer uma coisa assim. A tal ponto é verdade o que te digo que nessa mesma noite tomamos a decisão de sair de Jerusalém e iniciar a busca em outra direção. Iríamos à casa da prima Isabel. E no dia seguinte, pensando que Zacarias podia estar de serviço no Templo, dirigindo-nos ao Átrio dos Gentios. Demos muitas voltas, tentando localizar o marido de minha prima. E passamos junto do numeroso grupo de curiosos que assistia aos debates. Até que (graças ao céu), em uma daquelas angustiosas idas e vindas, José acreditou ouvir uma voz familiar. Abrimos

passagem entre a multidão e, Deus Todo-Poderoso, bendito seja seu nome, ali estava meu filho, sentado na escadaria, discutindo e inquirindo...

Os olhos da Senhora brilharam.

– Nunca cheguei a entender! Estávamos meio mortos de medo e de aflição, pensando até no pior, e Ele... tão feliz!... Juro, Jasão, que naquele momento tive vontade de esbofeteá-lo! E corri para Ele feito uma fera. Mas José, considerando que estávamos diante de muita gente, reteve-me pelo braço, lançando-me um significativo olhar. Eu entendi o que ele quis dizer-me, mas minha ira (agora o lamento de verdade) era mais do que justificável.

– Como reagiu Jesus?

– Como sempre – explodiu Maria. – A princípio ficou mudo. Depois ergueu-se e, com toda calma, esperou que nos aproximássemos. No meio de um silêncio de morte, sem poder conter-me, recriminei sua irresponsabilidade, dizendo-lhe: “Filho, por que nos trataste desta maneira? Faz mais de três dias que teu pai e eu te buscamos desesperadamente!” Reconheço que nem sequer deixei-o falar. “Que razão tinhas para nos abandonar?”

– E José, que fez?

– Nada. Em seus olhos lia-se o mesmo desgosto mas manteve-se em silêncio. Todo mundo se voltou para Jesus esperando sua explicação. Foram minutos muito desagradáveis. Por fim, com uma frieza e um equilíbrio que ainda me aterrorizam, respondeu:

– “Por que me haveis procurado tanto tempo? Não esperáveis encontrar-me na casa de meu Pai? Será que não sabíeis que chegou a hora de dedicar-me aos assuntos de meu Pai?”

“A situação fez-se realmente tensa. José e eu ficamos perplexos. E as pessoas, em silêncio, se levantaram e saíram. Jesus, adotando um tom conciliador, nos tomou pelo braço, levou-nos para fora e nos disse docemente:

– “Vinde, meus pais! Cada um agiu segundo sua melhor vontade. Nosso Pai celestial ordenou essas coisas... Voltemos para casa...”

“Nessa mesma tarde partimos para Nazaré. Eu estava aturdida e abalada. Não entendia nada. E ao passar junto ao monte das Oliveiras e ouvir dele aquelas enigmáticas palavras, minha confusão foi total...”

– Que palavras?

– De repente ergueu seu bastão e, dirigindo-se à Cidade Santa, exclamou emocionado: “Oh, Jerusalém... Jerusalém! Que escravos sois, submetidos ao jugo romano e vítimas de vossas próprias tradições! Mas eu voltarei para purificar esse Templo e libertar o povo desta escravidão!”

“Perplexos, não nos atrevíamos nem a respirar. Estávamos desorientados. Por que falava assim? Jasão, era um bebê! Naquele momento – queixou-se – não

compreendemos suas proféticas palavras. Ou, melhor dizendo, eu as interpretei ao contrário... Que angústia quando se ama um filho e não se consegue decifrar suas inquietações!

A viagem para a Galiléia deve ter sido terrível. Ninguém falava. Jesus, durante os três dias de caminhada pelo vale do Jordão, quase não abriu os lábios. Quanto aos pais, por muito que remoessem na mente, continuavam sem assimilar as duras frases do Primogênito no Templo.

Essa atitude, humana, difere do escrito por Lucas no final do segundo capítulo: “Foi com eles” – rezam seus versículos 51 e 52 – “e vivia sujeito a eles. Sua mãe conservava cuidadosamente todas as coisas em seu coração. Jesus progredia em sabedoria, em estatura e em graça perante Deus e os homens.”

Posso estar de acordo com o confiável Lucas em quase tudo, exceto em algo primordial. Quando se lê esse parágrafo tem-se a sensação de que Maria entendia perfeitamente tudo quanto dizia e fazia seu filho. Está certo quando diz que “sua mãe conservava cuidadosamente todas as coisas em seu coração”, mas a pergunta é: compreendia-as? A omissão, por parte do evangelista, de tudo que relatei conduz à falsa idéia de que a Senhora partilhava os anseios e incertezas de Jesus. Nada mais distante da realidade. Se Lucas houvesse interrogado Maria – coisa improvável – sua narração teria sido outra. Ou quem sabe não? O próprio escritor, possivelmente sem querer, trai-se no versículo 50: “Mas eles não compreenderam a resposta que lhes deu.”

Aí, sutilmente, aponta-se a grande tragédia de uns pais que, nesse momento e ao longo de quase toda a vida do Mestre, não souberam ler no coração de seu filho. Seus pensamentos e aspirações, como já comentei, iam por outros rumos... mais humanos.

No fundo, não deixa de abalar-nos o fato de o evangelista reconhecer – ainda que só de passagem – que seus pais terrenos não compreenderam que “Jesus devia ocupar-se dos assuntos de seu Pai celestial”. Em boa lógica, pelo senso comum, qualquer crente deveria deduzir que essa incompreensão não foi passageira... Por que os Evangelhos não mencionam a reticente postura de Maria? A ou as razões são fáceis de imaginar. Perante as nascentes comunidades cristãs não devia parecer-lhes muito edificante contar “toda a verdade”. Quer dizer, a realidade de uma mãe incapaz de entender os altos desígnios de seu filho e em clara e aberta oposição a seus projetos puramente espirituais. A Senhora, como veremos mais adiante, era uma patriota convicta.

À chegada em Nazaré, Jesus, afinal, falou com seus pais. E, após longa conversa, deu-lhes a entender que jamais voltariam a sofrer por sua causa. Sua afirmativa finalizaria com estas palavras: “Ainda quando tenha de obedecer a meu Pai do céu, também obedecerei a meu pai na Terra. Esperarei minha hora.”

O que não sabia o “Filho da Promessa” era que aquela submissão a José tinha os dias contados.

Esta mudança na atitude de Jesus com respeito a seus pais terrenos (em realidade sempre lhes esteve submisso) e as ardentes frases do adolescente nas cercanias de Jerusalém reavivaram as esperanças messiânicas de Maria. E, esquecido o desgosto, entregou-se com todas as suas forças e inteligência à tarefa de conduzir seu filho definitivamente para “seus” ideais nacionalistas. Recorreu até a seu irmão – o granjeiro e “tio preferido de Jesus” –, com o fim de inculcar nele a imperiosa necessidade de lutar contra Roma. “Ele era o ‘Filho da Promessa’, o salvador de Israel, o Messias, o judeu chamado a ocupar o trono de Davi e a chefiar quantos desejassem libertar-se da ignominiosa colonização romana.”

Sinto-o pelos ingênuos e confiantes cristãos que conservaram uma imagem místico-religiosa de Maria. Aquela brava mulher nada teve que ver com a figura criada pela tradição.

Seus esforços para converter seu Filho no grande líder da revolução judaica não tardariam a fracassar. Ainda que o jovem não voltasse a refutar as idéias da mãe, seu distanciamento era cada vez mais acentuado. Mantinha-se em silêncio, aproveitando qualquer pretexto para se recolher à colina e ali cair em profunda meditação.

– Ah, Jasão! Ele escapava das nossas mãos! Depois da visita a Jerusalém nunca mais foi o mesmo. Obedecia, sim, mas sua obsessão era “falar com seu Pai celestial”. Conversávamos em poucas ocasiões. E quando o fazíamos sempre terminávamos por discutir. Naquele tempo começou a sentir uma especial repulsa pelos sacerdotes corrompidos. Havia-os visto e ouvido no Templo e não entendia que pudessem ser nomeados por razões políticas. “Era um insulto”, dizia.

Eis outra questão interessante. O receio – senão o ódio – do Mestre por aquelas intransigentes, desleais e hipócritas castas de saduceus, escribas e fariseus nasceu exatamente aos doze anos.

Como é natural, a visita à Cidade Santa também trouxe consigo alguns aspectos positivos. A “façanha” do rapaz entre os doutores da Lei correu de boca em boca em Nazaré, enchendo de orgulho e satisfação seus professores e conterrâneos. E muitos começaram a partilhar as ilusões de sua mãe: “De Nazaré surgiria um brilhante mestre e talvez um chefe de Israel”. Todos na aldeia aguardavam impacientes que Jesus completasse os quinze anos e tivesse acesso ao solene ato da leitura das Escrituras na sinagoga. Pressentiam que alguma coisa grandiosa podia suceder em tão assinalado *sabbat*. Não se equivocaram:

mas antes o Destino alteraria o rumo da vida do Filho do Homem.

No ano 8 de nossa era o Primogênito chegou aos seus catorze anos de idade. Fisicamente era um jovem corpulento e de grande beleza, destacando-se pelo olhar penetrante e pelas acolhedoras maneiras. Continuou trabalhando em sua pequena oficina de carpintaria, estendendo sua especialidade – a fabricação de cangas – a trabalhos em couro e pano.

– Se continuar por esse caminho – repetia José –, logo será um hábil carpinteiro.

No entanto, um dos fatos mais notáveis daqueles primeiros meses passaria ignorado por seus pais e amigos. Creio que fui parcimonioso ao qualificá-lo de “notável”... Tiago, o homem que mais sabia da infância e juventude de seu irmão mais velho, soube guardá-lo no mais íntimo de seu ser.

– Ainda que aos seus doze e treze anos – confessou-me – já começasse a intuí-lo; foi por aquela época, quase ao completar os catorze, que “a luz do céu” o iluminou e Ele soube quem era na verdade. Eu não o entendia. Agora sim o compreendo. Seu espírito estava abrindo-se a outra realidade. Foi gradual. Muito lento. Ele me falava dessas coisas. Dizia-me que “seu Pai celestial o havia enviado” e que Ele não era realmente quem eu acreditava que fosse... Cheguei a pensar que delirava ou que algum demônio maligno o possuía. Mas sua conduta, sua bondade e senso de justiça não eram de um louco.

Suas excursões solitárias à colina multiplicaram-se nos meses de julho e agosto. Muitos de seus conterrâneos o viram passar de cabeça baixa e mãos às costas, sempre absorto e alheio a quanto o rodeava. Tão singular conduta afetou de novo suas relações com José e Maria, que não conseguiam entender aqueles prolongados e enigmáticos passeios a sós. Certamente – não podemos negá-lo – Jesus era um homem amável e brilhante, mas difícil de entender. Era lógico. E ainda mais em tais momentos e circunstâncias.

– Ela talvez não te tenha dito nunca – disse Tiago em uma de nossas longas entrevistas na casa de Lázaro – mas assim foi. Por aquela altura, minha mãe começou a duvidar do prometido destino de meu irmão e Mestre.

– Por quê?

– Meu pai e ela comentaram entre si em muitas ocasiões: Jesus não fazia prodígios. E todo mundo em Israel sabe que um verdadeiro profeta é chamado a realizar grandes sinais...

Isso era certo. As pessoas piedosas da Palestina de Cristo estavam convencidas de que não podia haver profetas ou Messias... sem milagres. E o “Filho da Promessa”, ao menos até os catorze anos, não se havia notabilizado por essa virtude. (Por ocasião da “terceira aventura” descobriríamos que o

Mestre sentia notável repulsa por esta classe de manifestações, aparentemente “extranaturais”.)

Apesar da tensa situação familiar, José fez quanto pôde para economizar o dinheiro necessário ao ingresso do Primogênito na escola rabínica de Jerusalém. Tudo foi preparado – e bem preparado – para esse grande momento. As coisas, afora essas incompreensões, caminhavam bem no lar de Nazaré. Os ganhos do empreiteiro eram substanciosos e na casa não faltavam os alimentos, as roupas e as pedras brancas e polidas que serviam de ardósia e nas quais escreviam e estudavam os filhos do casal. Jesus foi autorizado a reiniciar suas aulas de música. O futuro, positivamente, era promissor.

Em 21 de agosto, Maria presentearia seu filho com uma esplêndida túnica de linho confeccionada por ela mesma.

– Jesus abraçou-me emocionado e me deu dois sonoros beijos.

Foi um dia muito feliz...

Um mês e quatro dias mais tarde aquela felicidade se converteria em tragédia.

– Não posso nem devo ocultar-te, Jasão. Tínhamos nossas diferenças. Discutíamos... Mas no geral a vida nos sorria. Tudo ia bem...

A Senhora baixou os olhos. Mas, após uns segundos de vacilação, retomou sua narrativa com a mesma coragem.

– Naquela manhã de terça-feira, 25 de setembro, tudo veio abaixo. Um mensageiro apareceu na oficina de meu filho e lhe disse que José havia sofrido um grave acidente. Parecia que havia caído do alto de uma obra, na residência do governador, em Séforis...

A recente crucificação de seu filho e a lembrança daquele triste momento em Nazaré apagaram a voz de Maria. E em minha garganta – não pude evitá-lo – formou-se um nó.

– Jesus e o mensageiro vieram à nossa casa e, da melhor forma que puderam, me explicaram que José se achava ferido... Nenhum de nós poderia imaginar a gravidade da situação. Quisemos crer que nada de mal lhe sucederia. Estávamos errados. Jesus achava que Ele devia ir a Séforis e eu esperar em casa. Neguei-me, claro. Não sei como nem de onde, mas o fato é que reuni toda minha energia e lhe proibi que fosse. Eu é que devia acorrer para o seu lado. José era meu marido, meu amor! Jesus obedeceu e ficou cuidando das crianças. Então, em companhia de Tiago e do mensageiro, saí o mais rapidamente possível. Quando chegamos a Séforis, José estava morto.

Aí concluiria minha longa conversação com a Senhora, na casa dos Zebedeu, em Jerusalém. Dias mais tarde, em Betânia, completaria a narração do dramático e decisivo acontecimento: o empreiteiro, falecido aos trinta e seis anos

– praticamente a mesma idade em que Jesus morreria –, seria conduzido no dia seguinte até Nazaré, para ser sepultado junto a seus antepassados.

De um golpe, a vida do “Filho da Promessa” e de toda a família ficou em suspenso. A partir daquele 25 de setembro do ano 8, nada seria igual. Jesus acabava de converter-se no novo cabeça da família, o que significava o definitivo adeus aos seus estudos em Jerusalém, aos sonhos de grandeza de Maria e, o que era mais importante, ao seu ambicionado plano de “revelar aos homens a maravilhosa realidade do Pai celestial”.

Aos catorze anos, recém-completados, o Filho do Homem se dispunha a experimentar outra dura etapa de sua Encarnação na Terra. Da noite para o dia saltaria da infância e adolescência para uma prematura juventude (quase para a maturidade), crivada de dificuldades, dúvidas, decepções, medo, pobreza (um capítulo decisivo) e “sonhos”. Todo um ciclo transcendental de que nenhum evangelista quis ocupar-se.

Como creio haver escrito, este dilatado e apaixonante período da incorretamente chamada “vida oculta” do Mestre – mais de dezesseis anos – merece um tratamento à parte. Por isso, deixarei sua narração para nossa histórica entrada na aldeia de Nazaré, durante o segundo “salto”.

*

E o Diário do Major – como ficou dito – prossegue assim: “... Bartolomeu e o Zebedeu apanharam diversos sacos de viagem e eu me encarreguei do odre que continha água. E rapidamente, com um mútuo e lacônico ‘Que a paz esteja convosco’, Judas de Alfeu empurrou o barco para a água e saltou para o seu interior. Minutos depois, os gêmeos perdiam-se na cinzenta superfície do lago, rumo a Saidan.

“Natanael tomou a iniciativa e colocou-se à frente da expedição, adentrando a planície que nos separava de Hamam. Inspirei com força e, dirigindo um último olhar à distante elevação na qual estava meu irmão, situei-me imediatamente atrás de João, cerrando a pequena comitiva. Uma nova aventura começava...

“Que surpresas me reservaria o Destino em Nazaré? Teria ocasião de assistir aos mais destacados acontecimentos da infância e juventude do Filho do Homem? Viveriam ainda seus mestres, amigos e conterrâneos?...”

Agosto de 1987.

⁸⁸ Apesar da eficiência das medidas higiênico-sanitárias da lactação artificial, mais do que duvidosas no século I, os especialistas em puericultura e nutrição sabem que uma parte das responsabilidades pelos fracassos dessa classe de alimentação recai justamente nas deficiências higiênicas do leite não humano.

Os germes patogênicos e saprófitos são muitos e perigosos na lactação artificial. Basta um simples exemplo: segundo os estudos de Freudenreich e Miquel, se no momento da ordenha existirem em um centímetro cúbico de leite 9.300 unidades bacterianas, depois de três horas essa cifra estará duplicada; depois de seis horas a colônia será vinte vezes maior, alcançando o milhão de unidades bacterianas em nove horas. (N. do M.)

89 Especialistas do prestígio de Bacialli, Brusa e Lucca, entre outros, têm estudado muito a fundo os perigos da alimentação infantil à base de leite animal. O número de germes que pode desenvolver-se nele é ilimitado. Kufferath, por exemplo, estabeleceu as seguintes contaminações bacterianas nesse produto: 8% dos leites examinados continham de uma a cem mil unidades por c.c.; 26% alcançavam uma porcentagem que oscilava entre as cem mil e um milhão de unidades bacterianas por c.c. e 66% desse leite continham mais de um milhão de unidades por c.c. Alguns desses germes aparecem de forma ocasional, por contaminações fortuitas. Outros, ao contrário, são próprios do hábitat desses animais domésticos. Naquele tempo, em que a pasteurização estava ainda muito distante, os germes patogênicos – tanto os termolábeis como os termorresistentes – faziam verdadeiros estragos. O bacilo da tuberculose, por exemplo, do tipo bovino ou humano, era particularmente agressivo. E o mesmo sucedia com a chamada bactéria melitense (*Brucella melitensis*), patogênica para a vaca e a cabra. A bactéria de “Bang”, muito comum naqueles estábulos, podia ocasionar no homem uma síndrome similar à da febre melitense. As vacas infectadas por essa bactéria podem não apresentar sintomas, o que não impede que ela vá eliminando germes através da secreção láctea e assim contaminando o consumidor de leite cru.

O bacilo do tifo podia chegar também ao leite, com o uso de água contaminada não potabilizada ou através de exemplares que houvessem sofrido essa enfermidade e continuassem eliminando germes pela urina, fezes e, sobretudo, devido a uma deficiente higiene na ordenha.

Outro tanto ocorria – e ainda ocorre – com os diferentes tipos de bacilo disentérico. A importância das afecções locais da mama está igualmente demonstrada por todos os processos supurativos que atingem através dos piogênicos comuns, em especial alguns estreptococos (*Streptococcus mastitidis*), temíveis pela gravidade com que podem evoluir as afecções do aparelho digestivo que provocam. Rosenau descreveu uma epidemia de angina estreptocócica que resultou em onze casos de morte em uma população de 1.200 habitantes. Essa epidemia se desenvolveu quarenta e oito horas depois do consumo de leite procedente de vacas afetadas de mastite supurada com presença de estreptococos. A esse lamentável quadro devia acrescentar-se os germes saprófitos, “habituais” no leite animal, mesmo recém-ordenhado. Nem mesmo os próprios condutos galactóforos se mantêm estéreis nos intervalos entre as ordenhas, já que alguns germes, hóspedes habituais da superfície cutânea dos animais, encontram neles as condições mais adequadas para sua fixação e proliferação. Entre a numerosa flora saprofítica do leite encontram-se os estreptococos, enterococos, lactobactérias, assim como a do cólon e o *B. lactis aerógeno*. Estes germes, ao fermentar a lactose, precipitam por acidificação a caseína, mas sem passar para o leite propriedades daninhas. (São os chamados “germes de ação fermentativa”, normalmente não esporógenos.) Os de “ação proteolítica” – freqüentemente esporógenos – abarcam bactérias do grupo proteus e bacilos subtilis e mesentericus. Estes últimos, esporógenos, não são destruídos pela pasteurização, ainda que seu desenvolvimento se veja prejudicado pela simultânea presença dos germes fermentativos da lactose, que acidificam o meio. A ação desses germes desenvolve-se quando o leite é conservado por longo tempo. Como são ativos produtores de enzimas proteolíticas, pode dar-se a peptonização da caseína e até mesmo a putrefação. Esta é mantida, às mais das vezes, pelo *B. putrificus*, que freqüentemente se encontra nas forragens malconservadas. Além desses germes termorresistentes e esporógenos, deve-se ter em conta outros igualmente termorresistentes mas não esporógenos. Por exemplo: o *S. thermophilus* e o *B. bulgaricum*, já mencionados, e os chamados “mamococos” de Gorini, que procedem dos úberes dos bovinos. Estes cocos são considerados como componentes do grupo dos enterococos. (N. do M.)

90 Herodes, o Grande, falecido aos 70 anos, deixou uma muito numerosa e confusa prole, fruto de seus dez casamentos e incontáveis concubinatos. Um desses filhos foi Arquelau, nascido de sua união com Maltace. O cadáver de Herodes, o Grande foi trasladado com grande pompa de Jericó para a Fortaleza

Herodium, ao sul de Jerusalém, e ali, segundo parece, foi sepultado em um féretro dourado. Nesse mesmo dia, o chanceler do tesouro e conservador do grande selo, Ptolomeu, fez público o testamento do tirano. Seus sucessores eram três de seus filhos mais jovens: Arquelau herdava a Judéia, Herodes Antipas – “a velha raposa” que anos mais tarde interrogaria Jesus – foi designado tetrarca da Galiléia e da região da Peréia, ao leste do Jordão, e, por último, Felipe levou os territórios do leste e nordeste do lago de Tiberíades. Arquelau, terminados os funerais de seu pai, dirigiu-se a Jerusalém e ofereceu sacrifícios no Templo. E ali encontraria um povo excitado, ansioso de justiça pelos assassinatos cometidos por Herodes, o Grande e exigindo uma redução dos impostos e demais tributos. Arquelau, temendo uma revolta, enviou suas leais tropas de mercenários ao templo, investindo contra o povo. No combate foram feridos a espada três mil peregrinos e habitantes da Cidade Santa. A festa da Páscoa foi suspensa e a partir daquela carnificina o sucessor de Herodes foi tão odiado como seu antecessor.

Arquelau deveria viajar para Roma a fim de confirmar seu título de rei. Ao chegar à presença de Augusto veio a saber que seu irmão Antipas, sua tia Salomé e outros membros da família disputavam seu trono. O povo aproveitou a ausência do também odiado “idumeu” e se rebelou contra a tirania da família herodiana. O legado romano na Síria, Públio Quintino Varo, responsável pela paz na Judéia, enviou uma legião a Jerusalém, ao mesmo tempo em que, por édito do imperador Sabino, era designado procurador e comissionado na Judéia para velar pelos interesses romanos, na ausência de Arquelau.

O tal Sabino instalou-se na Fortaleza Antônia, ao noroeste do Templo, mas assim que chegou roubou a câmara do tesouro, implantando, a seguir, um regime de terror. Coincidindo com a festa judia de Schawuot – da colheita –, os peregrinos se amotinaram e os legionários romanos invadiram o Templo e saquearam o tesouro. O novo procurador receberia a bela soma de 400 talentos (o talento hebreu, posterior ao cativeiro da Babilônia, equivalia então a algo mais de 1.200 dólares. Quatrocentos talentos em ouro, portanto, valeriam ao redor de meio milhão de dólares de 1973). Mas a ira do povo era incontrolável e os romanos retrocederam até a fortaleza, onde ficaram isolados. A revolta estendeu-se prontamente a todo o país. No norte, na Galiléia, a pátria dos zelotes, um dos mais populares rebeldes – Judas, o Galileu – formaria uma série de guerrilhas, perseguindo sem trégua os romanos. No leste se levantou Simão, um antigo escravo de Herodes, autonomando-se rei.

O sangue e o fogo assolaram rapidamente Israel. Athronges, um pastor de força quase mitológica, investido também do diadema real e acompanhado de seus quatro irmãos, lançou-se contra os legionários e destruiu quase toda uma coorte romana em Emaús. Varo enviou duas novas legiões e a Galiléia foi arrasada, sendo Séforis, a capital, incendiada. A maioria de seus habitantes, partidários do patriota Judas ben Ezequias, é vendida como escrava. As legiões de Varo passariam a fio de espada a povoação de Emaús, incendiando a aldeia. Por fim, conseguem entrar em Jerusalém, livrando do assédio a Antônia. A vingança de Roma seria cruel. Dezenas de povoações foram incendiadas e mais de dois mil guerrilheiros crucificados e expostos nas estradas. Só quando a rebelião estava sufocada Augusto se decidiu a resolver o espinhoso assunto da sucessão de Herodes, o Grande. Uma embaixada judaica chega então a Roma e o imperador convoca uma assembléia no novo templo de Apolo, no Palatino, deixando que falassem as partes em litígio. Os representantes do povo judeu pedem a autodeterminação para a Judéia, com uma constituição republicana e sempre sob a tutela de um procurador romano. Augusto, porém, acaba por confirmar o testamento de Herodes: Arquelau receberia a Judéia, ainda que não com o título de rei mas como etnarca. Também a Sarnia e a Iduméia, ao sul, seriam para o novo tirano. As prudentes recomendações do imperador, sugerindo a Arquelau que governasse com moderação, seriam esquecidas assim que ele pisou Jerusalém. Digno filho de Herodes, o etnarca faz e desfaz, criando um clima de terror. Anos mais tarde, outra embaixada judaica viaja de novo a Roma, apresentando suas queixas a Augusto. E este decide destituir Arquelau, desterrando-o nas Gálias, tal qual sucederia anos mais tarde a seu irmão Antipas, sob o mandato de Calígula. Era o ano 6 depois de Cristo. José, à vista desse “histórico policial” de Arquelau, agiu muito acertadamente ao escolher a Galiléia como sede e moradia definitiva para sua família. (N. do M.)

91 Como assegura Rops em seus corretos estudos sobre o povo judeu, o rito da circuncisão foi e continua sendo sagrado para a raça judaica. Um exemplo bem palpável de sua crença encontramo-lo nas mãos que

preferiram morrer a renunciar à circuncisão de seus filhos, em plena época dos Macabeus (I Mac. I, 63 e II, 46). Viam nisso o grande sinal de sua aliança com Deus. Chamar alguém de “incircunciso” era uma das maiores injúrias. Certamente, os antigos hebreus sabiam muito bem que aquele rito – de clara finalidade higiênico-sanitária – não era exclusivo de seu povo. Antes do mandamento de Yaveh, outros muitos o conheciam e praticavam. As modernas investigações etnológicas descobriram que essa prática alcançava o antigo Império Egípcio, uma infinidade de tribos da África Oriental e da África Ocidental, da Austrália, Polinésia e América Meridional, entre outros continentes. Os fenícios, por exemplo, segundo Heródoto, aprenderam a circuncisão dos egípcios e estes, possivelmente, dos etíopes. (N. do M.)

[92](#) O solo, pelas dejeções que nele se depositam, converte-se em agente de contágio de enorme importância. Vidal refere a história de uma epidemia espalhada em Paris por uns tapetes persas. Como é sabido, estes são envelhecidos artificialmente, sendo enterrados em covas, onde são empilhados e pulverizados com esterco muito seco, do qual os excrementos humanos não estão excluídos. (N. do M.)

[93](#) Os hebreus – principalmente por efeito do seu exílio na Babilônia – acreditavam firmemente na intervenção, ora benéfica, ora maléfica, de uma legião de espíritos. Os “bons” ficavam subordinados a Yaveh, convertendo-se em seus criados ou mensageiros (os anjos). Seguiam-no no vento ou no fogo. Por isso diziam que “converte o vento em seu mensageiro e as chamas em seus ministros” (Salmos 104, 4). Segundo o Livro dos Jubileus, Deus criou os espíritos do vento e das nuvens, do branco orvalho, da neve e do granizo, dos trovões e dos raios, do frio e do calor e das quatro estações.

Segundo a crença popular, esses bons espíritos protegiam o moribundo, alimentavam o faminto, guiavam os caminhantes e, às vezes, encarregavam-se também dos castigos e calamidades. Depois do exílio entre os persas autênticos “inventores” da “angelologia” –, os judeus começaram a dar nomes a muitos destes mensageiros de Yaveh. Quatro destes espíritos ocuparam os quatro cantos do Trono de Deus, dominando dali os quatro flancos da Terra.

Setenta anjos governavam os destinos das setenta nações que, segundo se acreditava, formavam o mundo. Os judeus achavam-se sob a tutela de Miguel e Gabriel. Cada ser humano – à exceção dos escravos, claro – tinha seu anjo da guarda particular. Às vezes, até, dois. O vazio entre Deus e os homens ficava coberto, dessa forma, por uma miríade de espíritos de diferentes ordens e hierarquias.

Os demônios eram um capítulo à parte. Durante nossas explorações tivemos várias ocasiões de comprovar até que ponto os judeus se achavam dominados por estas crenças e superstições, incluindo-se, naturalmente, os discípulos do Mestre. Esses espíritos perniciosos eram tão numerosos quanto os bons e tinham o mesmo poder. Sua única ocupação – diziam – era o mal. Assim, a maior parte das enfermidades corporais ou do espírito tinha sua origem nos malignos, aos quais se atribuía, ademais, toda sorte de calamidades: más colheitas, incêndios, granizos, raios, inundações, nevadas *etc.* E para conjurar ou contrapor seu poder foram aparecendo os feitiços e fórmulas mágicas, de domínio público entre os judeus. Apesar, porém, das críticas dos profetas e do rigor da Lei, jamais se extinguíram.

Eminentes doutores chegaram a formular várias hipóteses sobre a origem desses demônios. Teriam saído da alma de Adão após sua primeira desobediência? Ou eram fruto da relação entre os “filhos de Deus” (assim eram chamados também os anjos bons) e as filhas dos homens? Tratava-se das almas dos ímpios que sobreviveram ao dilúvio ou das dos que edificaram a torre de Babel?

O certo é que, segundo o povo, deambulavam por todo o mundo e a todas as horas, à “caça” de algum adormecido. Outros “trabalham” durante a noite, provocando pesadelos, pelo que era preferível não saudar ninguém na obscuridade, dormir com alguma luz e evitar as casas em ruínas ou vazias.

O homem tinha mil demônios à sua esquerda e dez mil à sua direita. E um velho ditado assegurava que “se o ser humano pudesse vê-los se perguntaria como era possível que existissem”. Esses malignos habitavam nas pontes, nos lugares desolados, à sombra dos barcos, nas ruínas, nos matagais... (Até hoje, em pleno século XX, quando um árabe do deserto lança uma pedra ou deixa cair um objeto no chão, desculpa-se com os espíritos aos quais eventualmente poderia haver magoado.) Para os hebreus, esses espíritos malignos achavam-se divididos em múltiplas categorias. As mais notáveis eram os “destrutores” e “danificadores”.

Como já mencionei, faziam-lhes responsáveis por quase todas as doenças, desde uma simples enxaqueca até

a morte, passando pela lepra, a loucura *etc.* A crença nesses demônios achava-se tão arraigada nos tempos de Jesus que chegamos a conhecer uma espécie de sociedade destinada à vigilância e ao tratamento dos “possuídos” e “endemoninhados”. Tinham os mais assombrosos talismãs e dominavam mil conjuras e beberagens “mágicas”. Os chefes destes espíritos do mal eram Azazel, Amadeu (Ashmedai em hebraico) e Belzebu (também cognominado Satã), entre outros.

No dia da solene festa da Expição, os judeus soltavam uma cabra do Templo, em honra a Azazel. Constituía um símbolo: todos os pecados do povo passavam instantaneamente para o infeliz animal. Ashmedai era o rei dos demônios. Quanto a Belzebu – citado por Jesus –, parece que tinha sua origem em Baalzebûh, antigo deus filisteu das moscas, na cidade de Ekron (2 Reis 1, 2). Com o tempo receberia o cognome de Satã, que significava “adversário”. (O termo “diabo” derivou realmente da palavra grega diabolos [“caluniador”] porque supunha-se que esses seres passavam o dia e a noite acusando os homens ante Deus. (N. do M.)

94 Entre os antigos hebreus, indivíduo recém-convertido à religião judaica. (Dicionário Houaiss de língua portuguesa) (N. E.)

95 De fato – e os cabalistas o sabem bem –, o nome YHVH, que nunca devia ser pronunciado pelos profanos, era substituído pela palavra Tetragrammaton ou por Adonai (Senhor). Segundo a antiga tradição oral dos hebreus, esta palavra sagrada e secreta conferia ao mortal que conseguisse descobrir sua verdadeira pronúncia todas as chaves das ciências divinas e humanas. Segundo a Cabala, YHVH é o pináculo de toda iniciação; uma palavra que irradia no centro do triângulo flamejante do emblema do grau XXXIII da maçonaria escocesa. No Sepher Bereshit ou Genesis de Moisés, este vocábulo designa a divindade. Sua construção gramatical é tão insólita e peculiar que, em uma mesma estrutura, aparecem os atributos que o homem houve por bem outorgar a Deus. Sua mais aproximada significação poderia ser esta: “O Ser que é, que foi e que será”. (N. do M.)

96 Hoje está cientificamente comprovado que a urina dos homens – e das fêmeas não grávidas – impede esse crescimento em cem por cento dos casos. A das grávidas, ao contrário, o permite em 40%. Naquele tempo, essas “provas de gravidez” eram o que havia de mais fantástico. Os egípcios foram os pioneiros. Se a paciente vomitasse depois de ficar sentada sobre farinha de tâmaras misturada com cerveja, tinha possibilidades de conceber. O número de vômitos indicava os filhos que podia procriar. Se, depois de uma fumigação genital, aparecessem gases ou a paciente evacuasse urina com as fezes, conceberia.

Outra “prova”, recomendada até pelo famoso Hipócrates (Afor. 5, LIX), baseava-se na introdução de alho na vagina, observando o hálito da mulher. (Isso lembra, de certa forma, a prova de Speck: injetar fenolftaleína no útero e investigá-la na urina.)

Outra das obsessões de então – e de todos os tempos – era tentar averiguar o sexo do bebê antes do nascimento, possivelmente como reflexo do perene interesse machista por uma descendência masculina. Os egípcios acreditavam que as propriedades da urina de uma grávida diferiam segundo o sexo do feto. Se a cevada “crescesse mais depressa” – afirma o papiro de Berlin (vs. 2, 2-5) –, estávamos diante de um varão. Se era o trigo que assim reagia ao ser regado com a urina de uma grávida, o feto era feminino.

Na realidade, como afirma Grapow, a associação tinha um caráter lingüístico: sendo a cevada uma palavra do gênero masculino, “preferia” a urina da mulher que houvesse concebido um varão. Ao contrário, sendo o trigo do gênero feminino, “preferia” uma menina...

Os textos populares egípcios relacionam também a cevada e os homens e o trigo e as fêmeas, criando assim curiosos jogos de palavras: “it” (“pai”) e “it” (cevada) e “mwt” (“mãe”) e “mtwt” (“germe”). Apesar do caráter fantástico e supersticioso dessas “provas”, muitos outros povos – gregos, árabes, judeus *etc.* – as conservaram por milhares de anos. Ebers encontrou vestígios de tudo isso até Constantino o Africano. De sua parte, Iversen, ao encontrá-las em obras do florentino Petrus Bayrus, pensou que ele as conheceria através do Codex Paulinae Lipsiensis, similar ao Peri europeista que se atribui a Galeno, ou ainda, quem sabe, por traduções extemporâneas de Sorano, já que ambas as obras mencionam provas semelhantes. (N. do M.)

97 Essa forma de ensino e transmissão é antiqüíssima. Obras como os Salmos, os Provérbios, os cânticos nupciais do Cântico dos Cânticos eram peças faladas ou cantadas. Só mais tarde seriam escritas. Outro

tanto sucedeu com os poemas de Homero. Em Atenas, Pisístrato fez-se célebre ao fixar os textos por escrito. E que dizer do Corão, nome que inclui a idéia de “palavra recitada”?

O ensino dos rabis judeus era oral. O tratado talmúdico Gittin (LX, a) fala, mesmo, da proibição de registrar esses ensinamentos por escrito. A própria palavra Talmud significa “aprendido de memória”.

Ali pelo ano 1000, Sherira Gaon afirmava que “os sábios acham que é seu dever recitar de memória”. Tudo isso deve conduzir-nos a uma premissa vital para poder compreender melhor o povo judeu daquela época: a palavra era todo um instrumento, toda uma arte, todo um meio de expressão e de transmissão de idéias, sentimentos e tradições. “Algo” que, infelizmente, o homem ocidental de hoje está perdendo. (N. do M.)

98 O legalismo judeu em matéria religiosa era asfixiante. O tratado do Sabbat, por exemplo, com seus 24 capítulos e 139 disposições, é uma viva mostra desse rigorismo contra o qual Jesus lutou desde criança.

Seria esgotante recordar aqui essa infinidade de normas – absurdas na maioria – que, segundo a Lei, deviam respeitar-se aos sábados. Bastem alguns exemplos para entender melhor a decidida oposição do Mestre à escravização que representava essa festividade: algumas formas de dar esmola eram proibidas. (“No caso de algum pobre estar fora de uma casa” – diz a Misná – “e o dono da casa dentro, se o pobre introduz a mão e deposita qualquer coisa na mão do dono fica isento de culpa.”)

Não se podia ir ao cabeleireiro nem ao banho. O alfaiate devia ter especial cuidado com a agulha que trazia presa à roupa: se saísse de casa ou da oficina no sábado e a levasse, incorria em pecado. O mesmo sucedia com o escriba e sua pena.

Ninguém podia catar insetos em roupas ou cabelos nos sábados nem ler à luz de uma candeia. (Isso podia levar o indivíduo a realimentar a candeia e quebrar assim o repouso sabático.)

Não se podia comer junto a uma mulher que estivesse menstruando. E também era proibido vender escravos no sábado, colocar carga em animais, fritar carne, cebolas ou ovos. (Na operação de cozinha corria-se o perigo de atizar o fogo e assim cair em pecado.) Não se podia furar a casca de um ovo, enchê-la de azeite e colocá-la sobre a candeia para gotejar. Se se apagava uma vela, lâmpada ou mecha, incorria-se em culpa pelo simples ato de assoprar.

Essa série aloucada de proibições chegava ao ponto de poder-se transportar no sábado uma lâmpada nova mas não uma velha.

O rigor da Lei atingia até mesmo determinados adornos femininos. Uma mulher não podia sair à rua com fios de lã, nem com novelo de linho, nem com laços na cabeça.

O homem corria maiores riscos: não podia sair aos sábados com sandálias costuradas a agulha, nem com uma só sandália, nem com amuletos, nem com couraça ou elmo, nem com botas. “Quem transportar alguma coisa com a mão esquerda” – ditava a Lei – “no seio ou às costas, é culpado, pois é assim que costumam carregar os filhos de Coat, responsáveis pelo transporte dos objetos do tabernáculo (Num. 7, 9). Aquele que transportar no dorso da mão, no pé, na boca, no dedo, na orelha, no cabelo, na bolsa com abertura para baixo, entre a bolsa e a camisa, ou no sapato, ou na sandália, está eximido, já que não transporta da maneira como o fazem habitualmente os transportadores.” Para que continuar... (N. do M.)

99 Em geral, a partir dos doze anos, os meninos passavam a tomar parte de pleno direito na assembléia do povo judeu. “O filho rebelde e contumaz” – dizia a Lei – “podia ser castigado e até condenado à pena capital”. E a partir de que momento era considerado “filho rebelde e contumaz?” O capítulo VIII do tratado Sanhedrin-Makkot diz textualmente: “Desde que lhe hajam saído dois pêlos (a puberdade), até que lhe haja crescido em torno a barba (a inferior, não a superior...).” E a partir de que momento era imputável? “Se comeu um tritemor (a terceira parte de um peso) de carne e bebeu meio log de vinho italiano.” (N. do M.)

100 O Tabor era famoso desde tempos remotos. Precisamente, desde a derrota de Jabin por Débora e Barac (Juízes IV). A mandado de Débora, Barac reuniu um exército de dez mil homens, das tribos de Zabulon e Neftali, acampando no alto do Tabor. Por sua parte, o capitão Sisara colocou seus “nove mil carros de ferro” na planície de Esdrelon, no sopé do Tabor. E ali sofreu uma ignominiosa derrota. Através da história, o cume do Tabor foi utilizado sempre como fortaleza. No ano 218 a.C., Antíoco, o Grande, antes de levar sua campanha até o Jordão, tomou o Tabor e estabeleceu nele uma guarnição. Gabino, 53 anos

antes de Cristo, combateu em suas proximidades, vencendo os judeus mandados por Alexandre. Este, segundo Flávio Josefo (Guerras dos judeus I, 8-7) perdeu dez mil guerreiros. Quando se deu a guerra judaica, Josefo reforçou as defesas do Tabor, estabelecendo ali um quartel. Segundo Plácido, general de Vespasiano, enviado para atacar o Tabor, “era impossível subir até seu cume”. Só com o emprego de um estratagema conseguiu conquistar o cume e a fortaleza. (N. do M.)

101 A única das dez cidades gregas (a Decápolis) situada ao oeste do Jordão era Scythopolis, a antiga Beth-San ou cidade dos citas, fundada pelos nômades belicosos em suas correrias no século VII a.C.

A maioria dessas povoações helênicas constituiu-se quando os descendentes e dos generais de Alexandre, lágidas do Egito e selêucidas da Síria conquistaram a Palestina. As mais notáveis eram Gerasa, Pela, Hipos, Gadara, Filadélfia e, mais ao norte, Damasco. Pompeu havia-lhes concedido autonomia municipal, mas sempre sob o governo e a soberania de Roma. Os macabeus lutaram por devolver essas cidades ao judaísmo, mas com êxito relativo. O próprio Alexandre Janeu teve de render-se à evidência: a Decápolis, apesar de achar-se incrustada nos territórios de Israel, era um “mundo à parte”, claramente helenizado, sob o comércio, a cultura e os deuses gregos. O caso de Pela, por exemplo, foi dramático. Preferiu que a destruíssem a cair na órbita de Jerusalém. Herodes, o Grande, mais astuto do que os macabeus, chegou a um pacto com a Decápolis, beneficiando-se do seu indubitável progresso. Com o tempo surgiram também na Palestina outras cidades gregas claramente helenizadas, tais como Tolemaida (antiga Acca ou Acre), Geza e Cesaréia (o grande porto de Israel. Siquem foi também reconstruída por Herodes e recebeu o nome de Sebastia, alojando uma importante população grega. O mesmo sucederia com Tiberíades e Séforis, capital da Galiléia. Os romanos, ao remanejar o poder na Palestina após a morte de Herodes, contribuíram para o distanciamento e o clima de receio entre os judeus e os habitantes dessas cidades, estabelecendo nelas diversas guarnições com importantes tropas auxiliares de origem samaritana. (N. do M.)

102 O puerpério, basicamente, é um processo de regressão fisiológica, exceto na glândula mamária. Clinicamente, caracteriza-se por uma série de sintomas genitais, mamários e gerais. Entre os primeiros figuram as conhecidas dores do ventre e os corrimentos sangüíneos e serosos. Em geral são mais freqüentes nas múltiparas. A abundância das secreções – sudoral, urinária e loquial – provoca uma perda de peso, durante os primeiros oito dias, ao redor de quatro quilos. Essas febres podem complicar-se facilmente, devido aos micróbios patogênicos (estrepto, estafilococo e colibacilo), podendo provocar a morte. Em verdade dever-se-ia falar de “infecções puerperais”, não de infecção, já que respondem a um conjunto múltiplo de fatores ou acidentes toxinfeciosos. Quando a mulher encontra-se bem – como era o caso de Maria –, o mais provável é que a infecção tivesse tido sua origem na flora microbiana vaginal ou perineal latente, exaltada em sua virulência pelo traumatismo obstétrico ou pelas deficientes condições higiênicas da parteira. Talvez fosse esse o caso. Se houvesse ocorrido uma infecção generalizada, a vida de Maria teria ficado seriamente comprometida. (N. do M.)

103 Tão destacada data é celebrada mesmo atualmente na sociedade judaica, com caráter profundamente religioso. O jovem é conduzido com grande solenidade do kibbutz à fronteira, onde deverá fazer uma simbólica guarda armada, em defesa da sagrada terra de Yaveh. Às vezes se lhe extrai sangue, destinado a transfusões. Hoje, como há dois mil anos, ao chegar à sua maioridade, o jovem judeu se integra plenamente na comunidade. (N. do M.)

104 No capítulo 2 (versículos 41 a 50) do Evangelho de Lucas lê-se textualmente: “Seus pais iam todos os anos a Jerusalém, à festa da Páscoa. Quando fez doze anos, foram como de costume à festa e ao regressarem, passados dois dias, o menino Jesus havia ficado em Jerusalém sem que os pais o soubessem. Mas, crendo que estava na caravana, fizeram um dia de caminho e o procuraram entre os parentes e conhecidos; ao não encontrá-lo, voltaram para Jerusalém à sua procura.

“E sucedeu que, ao cabo de três dias, o encontraram no Templo, no meio dos mestres, escutando-os e perguntando-lhes; todos os que o ouviam estavam perplexos por sua inteligência e suas respostas. Quando o viram, ficaram surpreendidos, e sua mãe lhe disse: ‘Filho, por que nos fizeste isto? Vê, teu pai e eu, angustiados, te andamos buscando.’ Ele lhes disse: ‘E por que me buscáveis? Não sabíeis que eu devia estar na casa de meu Pai?’ Mas eles não compreenderam a resposta dele.” Como vemos, o

evangelista, apesar de haver recolhido o fato através de terceiros, não fala de “perda” ou “extravio” de Jesus. Simplesmente, “ficou em Jerusalém”. (N. do M.)



J. J. Benítez nasceu em Pamplona, norte da Espanha, em 7 de setembro de 1946. Formou-se em Ciências da Informação pela Universidade de Navarra em 1965. Escritor e jornalista, há 33 anos viaja incansavelmente investigando inúmeros enigmas, já tendo percorrido 5 milhões de quilômetros e dado a volta ao mundo 122 vezes, o que resultou em 50 livros publicados até o momento.

Seu especial interesse por Jesus de Nazaré, seu “grande amigo” como ele mesmo diz, nasceu em 1975, quando foi anunciado que o Santo Sudário poderia ter sido a mortalha que envolveu o corpo do Galileu.

Atualmente, J. J. Benítez dispõe de 144 projetos que, obviamente, não poderá cumprir...

Mora em Barbate, sul da Espanha, junto ao seu segundo “amor”, o mar, e à sua esposa Blanca, e celebra a noite de Natal em 21 de agosto, data do verdadeiro nascimento de Jesus.

Table of Contents

[Abertura](#)

[Créditos](#)

[Espanha](#)

[Israel](#)

[Espanha](#)

[Advertência preliminar](#)

[O Diário](#)

[17 de abril, segunda-feira \(ano 30\)](#)

[18 de abril, terça-feira](#)

[19 de abril, quarta-feira](#)

[20 de abril, quinta-feira](#)

[21 de abril, sexta-feira](#)

[22 de abril, sábado](#)

[23 de abril, domingo](#)

[De 24 de abril, segunda-feira, a 28 de abril, sexta-feira](#)

[Nota de J. J. Benítez](#)

[Sobre o autor](#)